Universidade Federal do Rio de janeiro

Tese de Doutorado | Geografia

A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto

Matheus da Silveira Grandi

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Rio de Janeiro | 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

A CONSTRUÇÃO ESCALAR DA AÇÃO NO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

RIO DE JANEIRO
2014

MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

A CONSTRUÇÃO ESCALAR DA AÇÃO NO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

RIO DE JANEIRO

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Grandi, Matheus da Silveira
G753c A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto / Matheus da Silveira Grandi. -- Rio de Janeiro, 2015.
345 f.

Orientador: Roberto Lobato Corrêa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2015.

1. Escalas geográficas. 2. Movimento dos sem teto. 3. Práticas sócio-espaciais cotidianas. 4. Brasil. I. Corrêa, Roberto Lobato, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

A CONSTRUÇÃO ESCALAR DA AÇÃO NO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em:

_____

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa (Orientador – UFRJ)

_____

Prof. Dr. André Novaes (UERJ)

_____

Prof.ª Dr.ª Mariana Lamego (CEFET-Rio)

_____

Prof.ª Dr.ª Gisela Aquino Pires do Rio (UFRJ)

_____

Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (UFRJ)

Às moradoras e moradores da
Ocupação Quilombo das Guerreiras.

AGRADECIMENTOS

De todas as partes da tese, talvez essa seja uma das mais difíceis. Ela sempre envolve nossas relações mais próximas, aquelas pessoas para quem recorremos em todos os tipos de situações, os mais diferentes afetos fugazes ou perenes. Cada palavra que me serviu de guia nos momentos de confusão foi indispensável —e vocês sabem que esses momentos são muitos. O pior de tudo é que esquecerei de muitas das pessoas que mereciam ser lembradas nominalmente, como todo mundo sempre faz e diz. Mas não peço desculpas por isso, afinal a responsabilidade é minha mesmo. Talvez para ser mais justo: é culpa da minha falta de memória —o que, à essa altura, tanto faz. Seja como for, só quero que saibam que eu gostaria (mesmo!) de lembrar de todas e todos. Tenho certeza de que nada teria sido o mesmo nesses últimos anos —incluindo esta tese— se não fosse aquele seu comentário, aquela sua ideia, aquela referência que me passou, aquela bronca que você me deu, aquela ligação que você atendeu (e aquela para qual eu não tive resposta), aquelas tristezas e alegrias que você enfrentou comigo (de perto ou de longe), aquela cerveja ou café ou chá ou açaí que tomamos, aquele ato em que fomos, aquela música que cantamos (pontuando ou não no karaokê). Se eu não lembrar de você nas próximas linhas, por favor venha me cobrar. E sério: obrigado mesmo.

Mas vamos lá, tenho que assumir o risco —o perigo e o traço. Salvo motivos óbvios (para mim ao menos), a ordem é alfabética para evitar (maiores) constrangimentos.

Agradeço ao meu orientador Roberto Lobato Corrêa, fonte de sabedoria, conhecimento, calma e serenidade acolhedora durante esses quatro anos. Foi um tempo onde tive o privilégio de conviver com uma pessoa que é referência dupla: como pesquisador, com a trajetória, empenho e seriedade de poucos; e como formador, com a humildade e o empenho em preocupar-se com as pessoas à sua volta e compartilhar com elas tudo o que lhe for possível (e que só engrandece mais as outras qualidades). Na fogueira de egos da academia, pessoas assim são oásis. Obrigado por tudo.

Agradeço a cada moradora e morador das ocupações do movimento dos sem-teto pelas quais passei, com quem conversei ou que, mesmo sem conhecer pessoalmente, inspiram ao enfrentar o desafio de tentar construir por meio da ação direta coletiva e organizada uma solução real para a violência brutal que é a existência de imóveis vazios a gerar lucros enquanto há quem necessite de um teto para viver. Principalmente àquelas pessoas das

ocupações cariocas Quilombo das Guerreiras, Chiquinha Gonzaga e Guerreiros Urbanos e ao pessoal da capoeira da Ocupação Mauá em São Paulo, que compartilharam comigo suas visões sobre seus cotidianos e sobre seus mundos de forma mais ou menos intensa, ensinando-me tanto. E em especial à cada uma e cada um da Quilombo das Guerreiras —que "nunca vai acabar", como vocês também me ensinaram.

À minha família de sangue, Bartira, Tarciso e Pedro. O suporte de vocês para o que der e vier é um ponto de apoio crucial, com o qual sempre pude contar, cuja importância eu nunca terei como mensurar e que eu só posso retribuir com o amor e carinho enorme que tenho por vocês.

Agradeço às minhas amigas e amigos, que também considero minha família e que me são inspiradoras/es e balizas fundamentais. Especialmente à Marianna e ao Rafael por tudo — leituras, sugestões, formulações, trocas acadêmicas e políticas, apoios emocionais... A lista de coisas seria imensa. No mesmo bonde, agradeço à Ângela, Elaine, Luiza e Pedro pelo compartilhamento de tantas situações, ideias, angústias e amores. Espalhadas/os por aí, também entram na lista Carol, Hanna, Japa, Jessé, Ju, Léo, Vinicius e Tomás. Ter que correr atrás da sagacidade de vocês ajuda a me mover por caminhos que admiro e confio. Também à Mariana, que me acompanhou de perto durante boa parte da trajetória desta tese e que me fez aprender muito.

Agradeço àquelas pessoas com quem compartilhei meu tempo na cinzenta cidade inglesa de Leeds durante o período de "sanduíche", nos escritórios, no *foyer* ou em outros lugares; entre dificuldades, críticas, crises, ideias, prazos, pubs, falafels e pizzas: Adriane (arrombássi!), Athina e Dario (ninja!), Ana (por que não?), Nikée (pygmy turtles?), Marina (uhul!), Ersília e Federico (vai ter?), Joey (sunset!), Fernanda (see you later!), Pablo, Reilly, Shinead, Vicky, Aga, Marie, Freddy. De lá também, agradeço a Paul Chatterton por me coorientar, Paul Routledge pelas conversas instigantes, Sara González, Stuart Hodkinson e Alex Schafran pela prestatividade e hospitalidade.

Agradeço também a outras professoras e professores que contribuíram com ideias, comentários e sugestões em diferentes momentos da tese: Marcelo Lopes de Souza, Carlos Walter Porto Gonçalves, Gisela Aquino Pires do Rio, Paulo Cesar da Costa Gomes, Mariana Lamego e André Novaes.

E à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), por financiar a bolsa de doutorado e o estágio "sanduíche".

Límites

?Quién dijo alguna vez: hasta aqui la sed,
hasta aquí el agua?
?Quién dijo alguna vez: hasta aquí el aire,
hasta aquí el fuego?
?Quién dijo alguna vez: hasta aquí el amor,
hasta aquí el odio?
?Quién dijo alguna vez: hasta aquí el hombre,
hasta aquí no?
Sólo la esperanza tiene rodillas nítidas.
Sangran.

(Juan Gelman)

Lucha: Decía el Viejo Antonio que la lucha es como un círculo. Se puede empezar em cualquier punto, pero nunca termina.

(Subcomandante Marcos – EZLN)

RESUMO

GRANDI, Matheus da Silveira (2014): **A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo apresentar três teses sobre a relação entre a dimensão escalar da espacialidade humana e o ativismo político, utilizando como referência para tais reflexões as práticas sócio-espaciais cotidianas do movimento dos sem-teto no Brasil. Tomo por base o envolvimento com ocupações deste movimento nos últimos sete anos e o trabalho de revisão e organização da literatura a respeito das escalas geográficas, com atenção especial àquelas reflexões produzidas no ambiente acadêmico brasileiro e em trabalhos elaborados em língua inglesa. Resgato certas ideias presentes na história do pensamento sobre a dimensão espacial para destacar três momentos da problemática das escalas geográficas: seus primórdios, quando os questionamentos se voltavam à identificação das unidades de área, processo através do qual a diferenciação espacial poderia ser significada e o controle territorial subsidiado; sua emergência, quando o "problema da escala" é diretamente elaborado por conta da necessidade de organizar as unidades espaciais e visando a potencialização da ação sobre a realidade; e sua politização, quando a parcialidade política dos procedimentos de definição das unidades espaciais e de sua organização em diferentes configurações ou arranjos escalares é explicitada, levando à multiplicação dos trabalhos a respeito do conceito de escalas geográficas ao redor de eixos que discutiam aspectos ligados à sua natureza, forma e organização. Enfatizo algumas possibilidades de contato entre esses novos debates ocorridos a partir da década de 1980 e as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos como forma de introduzir meu interesse em refletir sobre a escalaridade a partir das práticas sócio-espaciais cotidianas do movimento dos sem-teto. Abordo, então, alguns aspectos do uso da categoria "luta" por moradoras e moradores dos territórios ocupados pelas organizações desse movimento —com foco principal em duas ocupações do Rio de Janeiro (Ocupação Quilombo das Guerreiras e Ocupação Chiquinha Gonzaga) e uma de São Paulo (Ocupação Mauá)— entendendo-o como um termo escalar e que confere sentido de transcendência às atividades diárias do movimento. Em seguida, aproveito o compartilhamento de situações do dia a dia das ocupações para, por fim, sugerir três teses sobre a escalaridade: a relevância de se compreender as escalas geográficas como categorias da prática sócio-espacial cotidiana, a possibilidade de se abordar as dinâmicas escalares a partir de ao menos duas faces complementares —uma topográfica e outra topológica— e, por fim, importância de se reconhecer a escalaridade enquanto um instrumento crucial de exercício de poder.

PALAVRAS-CHAVE:

Escalas geográficas; Movimento dos sem-teto; Práticas sócio-espaciais cotidianas; Brasil.

RESUMEN

GRANDI, Matheus da Silveira (2014): **A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

Esta tesis tiene como objetivo presentar tres tesis sobre la relación entre la dimension escalar de la espacialidad humana y el activismo político, utilizándome de las prácticas socio-espaciales cotidianas del movimiento de los *sem-teto* brasileño como referencia. Tengo por base la participación en ocupaciones de este movimiento social brasileño en los últimos siete años, además del trabajo de revisión y organización de la literatura sobre las escalas geográficas. Mi principal atención está enfocada en las reflexiones que ha producido en el ambiente académico brasileño y en obras escritas en inglés. Traigo ciertas ideas presentes en la historia del pensamiento sobre la dimensión espacial para destacar tres diferentes momentos de la cuestión de escalas geográficas: sus antecedentes, el momento cuando las preguntas se enfocaron en la identificación de unidades de área, en base de la qual la diferenciación espacial podría ser significada y el control territorial subsidiado; su aparición, cuando el "problema de la escala" es presentado directamente por razón de la necesidad de organizar las unidades espaciales con el objectivo de potenciar la acción sobre la realidad; y su politización, cuando la parcialidad política de los procedimientos de definición de las unidades espaciales y su organización en diferentes configuraciones o arreglos escalares se vuelve explícita. Eso lleva a la multiplicación de los trabajos sobre el concepto de las escalas geográficas, desarrollados en torno de tres ejes que discuten aspectos de su naturaleza, su forma y su organización. Subrayo algunas de las posibilidades de contacto entre estos nuevos debates que tuvieron lugar a partir de la década de los 1980 y los estudios acerca de los movimientos sociales urbanos, haciéndolo como una manera de introducir mi interés en reflexionar acerca de la escalaridad de las prácticas socio-espaciales cotidianas del movimiento de los sin-techo. Me acerco, entonces, a algunos aspectos de la utilización de la categoría de "lucha" por las y los residentes de los territorios ocupados por organizaciones de este movimiento social, con enfoque especial en dos ocupaciones de Rio de Janeiro (Ocupación Quilombo das Guerreiras y Ocupación Chiquinha Gonzaga) y una de São Paulo (Ocupación Mauá). Lo presento como un término escalar, el cual, al mismo tiempo, confiere sentido de trascendencia a las actividades diarias del movimiento. Finalmente, por lo tanto, tomo algunas situaciones compartidas en el día a día de las ocupaciones para sugerir tres tesis sobre la escalaridad: la pertinencia de comprender las escalas geográficas como categorías de la práctica socio-espacial cotidiana; la posibilidad de abordar las dinámicas escalares desde al menos dos dimensiones —una topográfica y otra topológica—y, por último, la importancia de reconocer la escalaridad como una herramienta fundamental para el ejercício del poder.

PALABRAS CLAVE:

Escalas geográficas; Movimiento de los *sem-teto*; Prácticas socio-espaciales cotidianas; Brasil.

ABSTRACT

GRANDI, Matheus da Silveira (2014): **A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

The objective of this work is to present three thesis on the relationship between the scalar dimension of human spatiality and political activism, using the everyday socio-spatial practices of the *sem-teto* movement as my main reference. I am based on my engagement in occupations of this Brazilian urban social movement during the last seven years and on a bibliographical review of the literature concerning the theme of geographical scales. My special attention is directed to those reflections produced by Brazilian researchers and to works written in English elsewhere. I start by reviewing some ideas in the history of the thought about the spatial dimension to highlight three different moments of the issues concerning the geographical scales: its beginnings, when the discussions were focused on the identification of area units, a process that would allow the signification of spatial differentiation and offer useful support for territorial control; its emergence, when the "scale problem" is formally presented, derived from the need to organize the spatial units and to enhance the capacity of action on the world; and its politicization, when the procedures responsible for the division of the reality in spatial units and for its organization in different scalar configurations or arrangements has its political bias exposed. It leaded to the multiplication of works on the concept of geographical scales from the 1980s onwards, developed mainly through debates around three axes: aspects related to geographical scales' nature, form, and functioning/organization. Thus I emphasize some potential contacts between these new scalar debates and the study of urban social movements, as a way to introduce my interest in reflecting on the scalarity taking as empirical inspiration the everyday socio-spatial practices of the *sem-teto* movement. I address, then, some aspects of the use of the category "struggle" by residents of the territories occupied by organizations of this social movement, specially focused in two occupation in Rio de Janeiro (Quilombo das Guerreiras Occupation and Chiquinha Gonzaga Occupation) and one in São Paulo (Mauá Occupation). These reflections drive me to understand the "struggle" at the same time as a scalar term and as a category that confers a certain transcendent sense to the daily activities of the movement. As my final step, I take some daily situations shared in the occupations to suggest three thesis on scalarity: the relevance of take the geographical scales as categories of the everyday socio-spatial practice; the possibility of address the scalar dynamics at least from two complementary faces —a topographical and a topological one; and, finally, the importance of recognize the scalarity as a crucial instrument to exercise power.

KEYWORDS:

Geographical scales; *Sem-teto* movement; Everyday socio-spatial practices; Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: “Significados” da escala no âmbito da Geografia 20

Figura 2: “Geographia” e “Chorographia” 42

Figura 3: “Cones de resolução” 84

Figura 4: Planos de difusão nacional, regional e local 85

Figura 5: Representações e práticas de um grupo aldeão vistas sob a perspectiva da espacialidade diferencial 91

Figura 6: Divisões verticais por escalas 95

Figura 7: Eixos do debate sobre o conceito de escala geográfica (trabalhos em língua inglesa pós-1990) 107

Figura 8: Metáfora da escada 118

Figura 9: Metáfora dos círculos concêntricos 119

Figura 10: Metáfora da matrioska (boneca russa) 120

Figura 11: Metáfora das raízes de árvores 121

Figura 12: Metáfora dos buracos de minhoca 122

Figura 13: Metáfora da teia de aranha 123

Figura 14: Dinâmica de dipersão-convergência-difusão espacial das “lutas” 234

Figura 15: Localização geral das ocupações do movimento dos sem-teto nos contextos metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo …..... 335

Figura 16: Dinâmica locacional de reassentamento de ocupações realizadas em áreas centrais 337

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ESTRANHAMENTO INICIAL 17

CAPÍTULO 1: OS PRIMÓRDIOS DA ESCALA E A DEFINIÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS 39

1.1. AS RELAÇÕES ESPACIAIS ENTRE PARTE E TODO COMO UMA DAS BASES DA ESCALARIDADE 40

1.2. A BUSCA PELA UNIDADE IDEAL E A REGIÃO COMO SÍNTESE ESPACIAL OU OBJETO DA GEOGRAFIA 47

1.3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO: A REGIÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER 52

CAPÍTULO 2: A EMERGÊNCIA DA ESCALA E A NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS 59

2.1. A REGIÃO COMO PARTE DE UM ORGANIZAÇÃO ESPACIAL 62

2.2. AS AGREGAÇÕES E A ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS: A EMERGÊNCIA DO *PROBLEMA DA ESCALA GEOGRÁFICA* 66

2.3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO: A ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS COMO POTENCIALIZADORA DA AÇÃO 71

CAPÍTULO 3: A POLITIZAÇÃO DA ESCALA E SUA ABERTURA CONCEITUAL 79

3.1. DA CRÍTICA AO QUANTITATIVISMO AO CONTEÚDO POLÍTICO DO PROCESSO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO ESCALAR 80

3.2. A "ABERTURA" DO CONCEITO DE ESCALA GEOGRÁFICA NA LITERATURA ANGLO-SAXÃ 103

3.2.1. **Os (poucos) consensos atuais** 106

3.2.2. **Natureza** 108

3.2.3. **Forma** 113

3.2.4. **Organização** 115

3.3. A ESCALA GEOGRÁFICA NA LITERATURA BRASILEIRA 129

3.4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO 139

CAPÍTULO 4: POTENCIAIS DA ESCALARIDADE NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS 143

4.1. OS "PARADIGMAS" E ALGUNS EXEMPLOS AO VENTO 143

4.1.1. **Exemplos nas análises de Castells e Touraine sobre os *pobladores*** 146

4.2. EXPECTATIVAS SOBRE AS PESQUISAS BRASILEIRAS DA DÉCADA DE 1990 155

4.3. FRUSTRAÇÕES E POSSIBILIDADES 157

4.4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO 159

CAPÍTULO 5: O ENQUADRAMENTO DA "LUTA" COMO DINÂMICA ESCALAR 167

5.1. A "LUTA" ROTINEIRA COMO BASE DISPERSA DA "LUTA POR MORADIA" 175

5.2. O DIA A DIA DA "LUTA POR MORADIA" COMO REFERÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL PARA OUTRAS "LUTAS" 185

5.3. A "LUTA ALÉM DA MORADIA" COMO HORIZONTE (RE)INTEGRADOR 198

5.3.1. **"*A gente tá na luta há bastante tempo*": A "luta por moradia" como parte de uma trajetória de "lutas"** 199

5.3.2. **"*O movimento me ensinou que temos que lutar pelos nossos direitos*": A "luta por moradia" como "luta" por direitos** 203

5.3.3. **"*Acho q a gente vem aleijado, e o coletivo vai 'desaleijando' a gente*": A "luta por moradia" como auto-formação** 213

5.3.4. **"*Quê dormir, tem ocupação mano...*": A "luta por moradia" como reprodutora social da militância** 220

5.4. DISPERSÃO, CONVERGÊNCIA E DIFUSÃO DA "LUTA" 230

5.5. A "LUTA" COMO CATEGORIA ESCALAR 235

5.6. A "LUTA" COMO TRANSCENDÊNCIA 238

5.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO 243

CAPÍTULO 6: AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO E TRÊS TESES SOBRE A ESCALARIDADE 247

6.1. A ESCALARIDADE COMO FUNÇÃO DA PRÁTICA SÓCIO-ESPACIAL COTIDIANA: "*ESSA ATIVIDADE VAI AJUDAR NA HORA DE ELE VENDER AS BALINHAS?*"..... 248

6.2. A ESCALARIDADE NAS FACES TOPOLÓGICA E TOPOGRÁFICA: "*O ABRAÇADOR E O ABRAÇADO*" 260

6.2.1. **Topografias sem-teto e o estreitamento da continuidade** 263

6.2.2. **Topologias sem-teto e a tessitura de descontínuos** 275

6.2.3. **Espaços de dependência, espaços de engajamento e as integrações na prática** 282

6.3. A ESCALARIDADE COMO INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DE PODER: DA "DISCIPLINA DO CONVÍVIO" À POLÍTICA DA IDENTIDADE ESCALAR 286

6.3.1. **A disciplina do convívio e os espaços de dependência** 289

6.3.2. **A política de identidade escalar no movimento dos sem-teto** ... 292

6.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO 298

CONSIDERAÇÕES FINAIS 302

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 308

APÊNDICES …..... 324

APÊNDICE 1: SERIA A IDEIA DE PROJETO UMA REFERÊNCIA ETNOCÊNTRICA? 325

APÊNDICE 2: POLÍTICA LOCACIONAL DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO 332

ANEXOS 338

ANEXO 1: MODELO DE PROTOCOLO DE CAMPO 339

ANEXO 2: ROTEIROS DE ENTREVISTA 340

INTRODUÇÃO

ESTRANHAMENTO INICIAL

A experiência social põe o ser humano em contato com uma variedade sem fim de aspectos e dinâmicas. Em meio a tal pluralidade, a busca por conferir algum sentido ao mundo já tomou diversos caminhos, sempre parciais em relação à complexidade do real. Dentre tais caminhos figura a esperança iluminista na racionalização da realidade, processo que em tese emanciparia a humanidade do julgo das forças da natureza. Tal estratégia tem no conhecimento científico moderno um pilar importante, com frequência exigindo que as reflexões recortem do real aquilo sobre o que pretendem se debruçar. Destaca-se, nesse âmbito, o problema epistemológico das *relações entre a parte e o todo*, recorrente nas mais diversas áreas do conhecimento —científico ou não. Os preceitos filosóficos e político-econômicos do Iluminismo dos séculos XVII e XVIII reforçaram a importância do enquadramento da realidade em modelos explicativos que identificavam diversos fragmentos e os encaixavam de forma mecanicista em diferentes "todos" unificadores. A própria razão totalizante encarnada pela ciência moderna particionou a realidade em quinhões epistemológicos como forma de buscar compreendê-la ou explicá-la. Esse processo foi sendo, ao mesmo tempo, questionado por perspectivas que buscavam e buscam privilegiar a reunificação das partes como mecanismo epistemológico fundamental para a compreensão desse objeto complexo.

Não é novidade reconhecer as escalas geográficas como parte de debates filosóficos mais amplos relativos à busca humana de compreensão de sua existência, das diferenças e de sua ação no mundo. O mecanismo escalar ajuda a conferir sentido às diferenças sociais e espaciais que permeiam a existência. Em parte, portanto, trata-se de uma abordagem que explicita a importância da espacialidade em meio aos debates que circundam temas diversos e amplos em vários quinhões do pensamento moderno. Luis Cavalcanti da Cunha BAHIANA (1986) expõe essa inserção ao utilizar exemplos rápidos de dois temas: a questão do ser e as relações parte-todo. Inspirando-se nas considerações que Constatinos Apostolos Patrides

sobre a história das ideias de *hierarquia* e *ordem* expressas no "Dicionário da História das ideias", Bahiana lembra que através dessas duas ideias se buscava explicar e unificar de alguma maneira a diversidade dos seres que rodeavam o ser humano no mundo. A ideia de hierarquia teria possibilitado o alcance do significado dessa ordem, incorporada ao pensamento ocidental principalmente através do referencial religioso cristão. Patrides chama essas concepções de "escalas da natureza", destacando que a emergência do pensamento científico moderno foi crucial para o esvaziamento do conteúdo religioso —processo para o qual as reflexões de Darwin sobre a "Origem das Espécies" teria tido papel crucial. É possível enriquecer esse exemplo trazendo as considerações de Louis DUMONT (1992) que, recordando Alexis de Tocqueville e Talcott Parsons para questionar o pudor que muitos filósofos e sociólogos têm de tratar do tema das hierarquias, sublinha que

> "(...) o homem não apenas pensa, ele age. Ele não tem só ideias, mas valores. Adotar um valor é hierarquizar, e um certo consenso sobre os valores, uma certa hierarquia das ideias, das coisas e das pessoas é indispensável à vida social. Isso é completamente independente das desigualdades naturais ou da repartição do poder." (DUMONT, 1992:66)

Já as relações entre o todo e as partes também têm uma longa trajetória no pensamento ocidental. Bahiana recorre a Karel KOSIK (1976) para sublinhar a existência de ao menos três concepções fundamentais de todo ou de totalidade: a *atomístico-racionalista*, que concebe o todo como o conjunto dos fatos e elementos mais simples; a *organicístico-dinâmica*, que formaliza e prioriza o todo sobre as partes; e a *dialética*, que vê a realidade como um todo estruturado que cria a si mesmo. Apesar de não pretender adentrar esse debate, é interessante indicá-lo como subjacente às problemáticas mais específicas.

Questões sobre esses temas exerceram grande influência sobre as ciências sociais de maneira geral e, consequentemente, sobre as pesquisas preocupadas mais diretamente com a dimensão espacial da sociedade. Os "níveis de realidade" foram constante e continuamente recortados e integrados, formando distintos arranjos. A mais clara delas provém das concepções hierárquicas e evolucionistas da Biologia que tiveram papel importante na elaboração de algumas perspectivas bastante difundidas sobre as escalas geográficas.[1] Na História, preocupada com as temporalidades dos processos sociais, um exemplo nítido da questão das escalas —de tempo, no caso— é posta nas proposições de Fernand Braudel sobre a história episódica (um estágio de tempo curto), a história conjuntural (com ritmos mais lentos, mas variáveis) e a história estrutural (estágio profundo de tempos longos, de maior

[1] Ver McMASTER e SHEPPARD (2004).

duração).[2] Ainda nessa área, outros debates que têm sido feitos por diferentes correntes historiográficas a partir de abordagens microhistóricas e das tentativas de sua articulação nos trazem novos exemplos.[3] No âmbito da Antropologia, Marilyn Strathern lembra, por exemplo, que a grande questão desse campo do conhecimento acadêmico em meados do século XX era exatamente a relação entre indivíduo e sociedade. Pensar um ou outro era optar não por diferentes perspectivas, mas sim por dois mundos totalizantes diferentes.

> "Perceber a vida a partir da perspectiva das partes discretas proporcionava, assim, uma dimensão diferente do ponto de vista conquistado a partir do todo. Dependendo do que era tomado como todo e do que era tomado como parte, sempre se podiam gerar perspectivas (totalmente) novas e novos conjuntos de elementos ou componentes. Cada parte era potencialmente um todo, mas apenas a partir de outras perspectivas. Assim, uma pessoa individual era uma entidade potencialmente holística - mas, para os antropólogos, apenas da perspectiva de outra disciplina, como a psicologia. Da perspectiva disciplinar dos próprios antropólogos, o conceito de sociedade estimulava a visão 'mais' holística." (STRATHERN, 2014:254-5)

Na Sociologia, por sua vez, a tradição clássica tinha sua preocupação tipicamente voltada aos processos macrossociais, contrastando com a microssociologia proposta por outros autores. Por isso, faz sentido contextualizar as questões sobre as escalas geográficas no seio desses debates mais amplos que permeiam outros universos acadêmicos que se veem com frequência frente às questões que envolvem as relações macro-micro.[4]

No âmbito das pesquisas sócio-espaciais isso não é diferente. Embora o enfoque aqui esteja na área que comumente tem-se identificado como da Geografia Humana —e deixando de lado a grande discussão a respeito da separação entre os aspectos humanos e físicos que não afligem somente o quinhão dessa disciplina— vale lembrar que o debate sobre a escala é também muito importante junto a outras áreas, como a chamada Geografia Física, o sensoriamento remoto, os sistemas de informações geográficas e a Cartografia.[5]

O sentido dado às escalas é efetivamente múltiplo, indo além da diferenciação entre a escala cartográfica —a relação matemática estabelecida entre a dimensão real de um objeto e o tamanho de sua representação gráfica— e a escala geográfica. A respeito dessa última, foco desta tese, Andrew HOWITT (1998) considera que a literatura das ciências sociais vem tratando-as como tendo aspectos ligados a seu tamanho, nível ou relação. Eric SHEPPARD e

---

2 Apud BAHIANA (1986).
3 Ver REVEL (1996) e LIMA (2006).
4 Ver BAHIANA (1986).
5 Essa importância também foi nitidamente destacada por MARSTON (2000) e por McMASTER e SHEPPARD (2004). Mais considerações a esse respeito podem ser encontradas nas referências apresentadas nesses dois trabalhos, dentre elas LAN e QUATTROCHI (1992), QUATTROCHI e GOODCHILD (1997), GOODCHILD (2004), LAM (2004) e WALSH et al (2004)

Robert McMASTER (2004), por sua vez, ressaltam a existência de três aspectos das escalas que tem sido de interesse da geografia —a escala espacial, espaço-temporal, e temporal— e que se desdobram em cinco diferentes sentidos para a escala —cartográfica, geográfica (observável), operacional, mensuração (resolução) e a construção da escala (Figura 1). Roberto Lobato CORRÊA (2003, 2006), por sua vez, destaca justamente a polissemia das escalas ao nos lembrar que elas podem ser entendidas pelo menos em três diferentes aspectos: dimensão, cartográfica e conceitual. Já Marcelo Lopes de SOUZA (2013) indica a importância de se pensar nas escalas geográficas em termos das escalas do fenômeno, escalas de análise e escalas de ação.

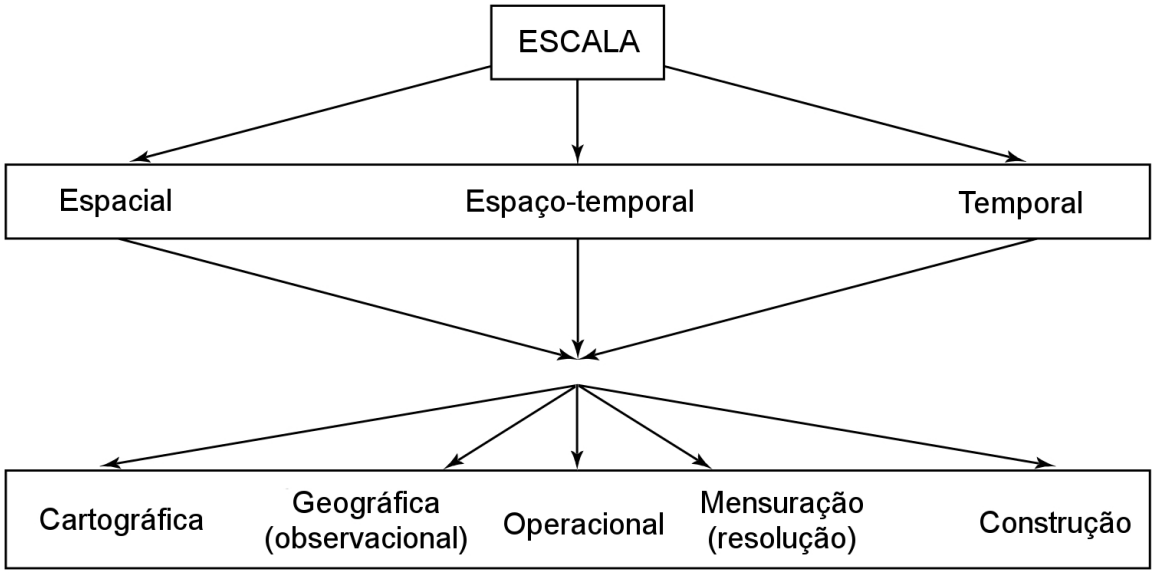

Figura 1: "Significados" da escala no âmbito da Geografia.
(Fonte: SHEPPARD e McMASTER [2004:262]. Adaptado por M. S. Grandi.)

O debate a respeito das escalas geográficas adquiriu visibilidade a partir da década de 1980 especialmente nas pesquisas sócio-espaciais anglófonas. Em decorrência direta dessa visibilidade, a década seguinte ficou reconhecida como o período quando ocorreu efetivamente o que se chamou de "abertura" do conceito de escala geográfica —apesar de as discussões sobre o tema no âmbito das pesquisas brasileiras terem sido incipientes. Tal "abertura" trouxe à tona não só seu caráter socialmente construído, mas também ressaltou as profundas ligações das escalas geográficas e dos processos nas quais estão envolvidas com a dimensão política da sociedade.

Através do contato com esse debate majoritariamente anglo-saxão ficava cada vez mais explícita a importância de se refletir sobre as escalas geográficas na tentativa de compreender as práticas dos agentes sociais contemporâneos. Seu caráter político, por sua vez, destacava o âmbito dos conflitos sociais como uma dimensão propícia para se pensar a respeito dessas categorias, especialmente por possibilitar tomar como ponto de partida as influências mútuas entre as escalas e as práticas dos diferentes agentes sociais. Meu interesse pela espacialidade dos conflitos urbanos, por sua vez, bem como meu envolvimento com determinados tipos de ativismos nesses espaços, apontava para um recorte a partir do qual poderia abordar tais relações.

* * * * *

Ao chegar no Rio de Janeiro em 2008, tomei contato com algumas ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto localizadas em edifícios da região central da cidade através de conhecidos em comum que já atuavam nesses espaços.[6] Busquei me envolver com as ocupações por conta de interesses ligados à militância política antes mesmo de decidir redirecionar minha pesquisa de mestrado e passar a estudar a espacialidade cotidiana desses territórios.[7] No decorrer dos anos seguintes, porém, fui me tornando cada vez mais próximo das pessoas, grupos e Coletivos[8] das ocupações, compartilhando os mais diferentes tipos de momentos e atividades, fossem elas de caráter formal ou informal.

Minha atuação junto às ocupações e as reflexões que fazia para meu mestrado contribuíam para destacar a complexidade dos processos de negociação que se desenrolavam cotidianamente nesses territórios. Para alguém que chegava "de paraquedas" nesses espaços e pela primeira vez se aproximava desse movimento social tudo era muito difícil de entender: os conflitos entre pessoas com raízes em experiências passadas, as disputas entre sujeitos com perspectivas variadas sobre as táticas e estratégias a serem empreendidas por essas

---

6 Trata-se especialmente de Eduardo Tomazine Teixeira, Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida, colegas do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) da UFRJ. As ocupações às quais faço referência são a Ocupação Chiquinha Gonzaga, a Ocupação Zumbi dos Palmares e a Ocupação Quilombo das Guerreiras, com as quais me envolvi em graus diferentes nos últimos anos (sendo a Zumbi dos Palmares aquela com a qual menos tive contato das três).

7 Ver TEIXEIRA e GRANDI (2008), ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009), GRANDI (2010, 2012).

8 Grosso modo, pode-se dizer que o Coletivo é a instância deliberativa dessas ocupações composta por ao menos um representante de cada unidade habitacional do imóvel territorializado. Para abordagens mais focadas nessas instâncias, ver GRANDI (2010) e ALMEIDA (2011). Para uma problematização sobre os sentidos que o "Coletivo" adquire para moradoras e moradores de uma dessas ocupações, ver MOREIRA (2009a).

coletividades como parte de seu processo político em busca da conquista de seus objetivos mais imediatos ou duradouros, as intrincadas relações entre diferentes indivíduos e organizações, as articulações e tensões emergentes do contato entre distintos interesses pessoais e coletivos, etc.

Elaborei minha dissertação buscando refletir sobre as relações existentes entre essas dinâmicas internas de negociação e a espacialidade cotidiana da Ocupação Chiquinha Gonzaga, me valendo teoricamente das reflexões sobre os possíveis pontos de contato entre o projeto de autonomia do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis e a teoria da ação comunicativa do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Revisitando o texto posteriormente, porém, me saltaram aos olhos algumas relações que eu havia estabelecido e que, sob um outro olhar mais distanciado de então, me pareciam ecoar uma abordagem bastante maniqueísta sobre as interações das moradoras e moradores. Uma em especial me chamou a atenção: aquela que terminava por opor sujeitos mais e menos comprometidos com uma forma de organização coletiva que prescindia da existência de coordenações uma vez que envolvia todas as pessoas do prédio em sua gestão.

Tal esquema que polarizava os posicionamentos e os "comprometimentos" políticos no interior do Coletivo da ocupação passou a me causar desconforto. Eu lembrava nitidamente que as pessoas com quem eu havia conversado a respeito do tema de minha pesquisa justificavam de formas bastante articuladas e coerentes suas posições e ações. Essas explicações muitas vezes, porém, contrastavam com os entendimentos que minhas interlocutoras e interlocutores mais próximos tinham a respeito dos assuntos. Por isso, passei a olhar diversas afirmações que eu havia feito em minha dissertação como tendo sido construídas com base nas avaliações que elaborei a partir das referências quase exclusivas das pessoas com quem eu tinha maior afinidade. Passou a me parecer óbvio que, de certa maneira, eu havia desmerecido as explicações daquelas pessoas de quem eu não era tão próximo ao considerá-las "menos verdadeiras". No momento daquela pesquisa creio que acabei por não "levá-las a sério."[9] Caso o tivesse feito, eu não teria tratado seus pensamentos como uma questão de opinião —na qual se poderia acreditar ou não— ou como uma questão de proposições sobre o real —sobre as quais seria possível elaborar juízos de verdade. Reconheci, portanto, que abordei as narrativas que me foram oferecidas pelas pessoas das ocupações com quem conversei buscando avaliar sua veracidade, contrastando-as com narrativas que assumi como "mais verdadeiras". Levar a sério o pensamento de minhas

[9] Me valho aqui das reflexões de Eduardo VIVEIROS DE CASTRO (2002).

interlocutoras e interlocutores envolveria, por outro lado, não a busca por uma "verdade velada" em suas falas —como se houvesse alguma verdade em termos absolutos— ou a adoção daquelas narrativas com as quais eu tinha mais acordo, mas sim ter considerado tais pensamentos "(...) como atividade de simbolização ou prática de sentido, como dispositivo auto-referencial ou tautegórico de produção de conceitos (...)." (VIVEIROS DE CASTRO, 2002:131)

Atualmente entendo que essa autocrítica não invalida reflexões que fiz em minha dissertação, uma vez que efetivamente as diferentes conjunturas políticas internas exerciam e seguem exercendo influência direta sobre a espacialidade das ocupações. Acontece que, ao invés de entender os campos políticos[10] responsáveis por exercer maior ou menor influência sobre as dinâmicas internas dos prédios enquanto grupos quase ontologicamente constituídos, passou a me fazer mais sentido compreendê-los como sendo historicamente construídos através das práticas dos sujeitos. O estreitamento de minha relação com as ocupações e com o movimento dos sem-teto da área central do Rio de Janeiro como um todo foi a principal fonte de situações que me fizeram compreender a fluidez desses posicionamentos. Não só as opiniões das pessoas se modificavam com o tempo, com o espaço e com a interlocutora ou interlocutor, mas também as alianças táticas feitas entre indivíduos e grupos demonstravam uma complexidade muito mais dinâmica do que aquela fixidez que havia em minha dissertação.

Isso permitiu que esse processo ganhasse outros contornos em minha mente. Posicionamentos antes vistos como essencializados —sob influência de relatos de experiências passadas feitos por interlocutoras/es privilegiadas/os, vinculações a organizações políticas específicas, posturas pessoais particulares em situações arbitrariamente selecionadas, etc.— passaram a fazer mais sentido se entendidos como resultados de disputas políticas ancoradas, dentre outras coisas, nas distintas compreensões que as pessoas tinham em relação às dificuldades que enfrentavam diariamente nos prédios. Ao mesmo tempo, se tornava cada vez mais nítida a impossibilidade de se ter contato com as práticas dos sujeitos propriamente ditas, como se fossem aspectos dados no real. Ainda que, em conjunto com outras companheiras e companheiros, eu viesse participando da organização e realização de inúmeras atividades junto às ocupações —como oficinas de Reforma Urbana e economia solidária, discussões sobre um plano alternativo de requalificação da zona portuária da cidade

[10] Utilizo as concepções da Antropologia Política de Marc SWARTZ (1968) em relação às ideias de "campo político" e "arena política".

na qual tais ocupações se inseriam, realização de projetos e atividades de educação popular com crianças e adolescentes, eventos culturais internos às ocupações, organização de ações diretas de territorialização e participação em processos de acompanhamento e resistência a despejos de diferentes ocupações, dentre outras atividades— era forçoso reconhecer que só era possível ter contato com as narrativas construídas pelas pessoas em relação às suas ações e a de outros sujeitos. Inclusive meus relatos não eram nada mais do que isso: narrativas elaboradas desde meu "ponto de vista". Obviamente, a elaboração dessas narrativas era localizada social, histórica e espacialmente, além de serem ainda influenciadas pelas identidades que me eram conferidas por cada uma das minhas interlocutoras e interlocutores. Isso significava também que, no limite, ainda que eu buscasse acessar o "ponto de vista" das moradoras e moradores das ocupações, sequer isso seria alcançável. No máximo eu poderia ter contato com a *relação* estabelecida por mim com tais pontos de vista —"[o] que envolve uma dimensão essencial de *ficção*, pois se trata de pôr em ressonância interna dois pontos de vista completamente heterogêneos." (VIVEIROS DE CASTRO, 2012:123) [grifos no original][11]

Ao mesmo tempo, a posição de avaliador do comprometimento alheio com formas determinadas de organização política também passou a me gerar desconfortos. Percebi que apesar de eu haver tomado tais formas de organização como praticamente dadas *a priori* —o que reconheço hoje como um equívoco em si—, não me era possível ter elementos que permitissem afirmar quais eram, por exemplo, as compreensões que as moradoras e moradores tinham sobre isso que eu entendia como "formas de organização política". Me era estranho também olhar para as práticas sócio-espaciais cotidianas das pessoas das ocupações me valendo de variações binárias como "mais comprometidas" ou "menos comprometidas", e que seriam facilmente transponíveis para oposições do tipo "com consciência" e "sem consciência" política. Isso especialmente porque tal abordagem somente reforçaria a negação ao Outro de sua capacidade de agência e de seu protagonismo na criação e manutenção da coerência dos sentidos de suas ações, afirmando-o praticamente como um sujeito sem *logos* — raciocínio que, consequentemente, dificultaria o reconhecimento do potencial emancipatório autônomo dos sujeitos.

---

[11] Concordando ainda com Viveiros de Castro, essa reflexão não aponta para uma relativização do verdadeiro, mas sim para a afirmação da verdade do relativo. "(…) [O] perspectivismo —o de Leibniz e Nietzsche como o dos Tukano ou Juruna— não é um relativismo, isto é, afirmação de uma relatividade do verdadeiro, mas um relacionalismo, pelo qual se afirma que *a verdade do relativo é a relação*." (VIVEIROS DE CASTRO, 2002:129)

Fato é que moradoras e moradores levavam adiante suas práticas sócio-espaciais individuais e coletivas de maneiras tais que elas eram apresentadas como possuindo coerência interna para elas/eles. Muito esforço era empreendido por cada uma/um para explicitar a coerência de suas ações, fosse quando eram questionadas/os quanto às motivações de suas práticas ou quando estivessem buscando convencer outras pessoas de suas posições. Havia um comprometimento com a busca por um sentido de interconexão de suas práticas que, ao serem significadas em meio a uma totalidade de ações, aparentemente comprovaria sua coerência interna. Esse sentido poderia não ser dado pelo compromisso ou não com uma "forma de organização política" específica, como eu havia buscado encontrar em minha pesquisa de mestrado. Passavam me fazer mais sentido pensar a coerência interna através da qual cada sujeito ou grupo conferia significado às suas práticas, portanto, como um dispositivo narrativo[12] construído por esses diferentes agentes. Isso permitia ressaltar tanto a característica fragmentária dessas realidades quanto as interconexões que são tecidas entre elas pelas práticas sócio-espaciais.

Diante disso, uma mudança em meus interesses foi se desenhando paulatinamente. Ao invés da avaliação de suas ações —posição que passou a me parecer cada vez mais etnocêntrica epistemologicamente e arrogante politicamente—, começavam a me instigar mais as formas como as pessoas das ocupações entrelaçavam os significados de suas práticas sócio-espaciais de maneira a conferir a elas um sentido de coerência. Ao mesmo tempo, a dimensão política desses processos de significação também tomava cada vez maior destaque, especialmente ao perceber sua importância enquanto motivadores de comportamentos e ações concretas sobre a realidade.

Ao olhar as pessoas mais próximas a mim nas ocupações passei a antentar ao fato de que elas frequentemente significavam seus cotidianos e explicavam suas ações a partir de entendimentos que inseriam as situações do dia a dia em contextos mais generalizantes em termos espaciais e temporais, valendo-se disso para expressar um sentido de coerência a suas práticas. Diferentes conflitos e tensões diárias, por exemplo, eram compreendidas como expressão de condições de opressão e desigualdade social "mais amplas". A falta de água ou energia, o ímpeto de "levar vantagem pessoal" sobrepondo os interesses individuais aos coletivos, o descuido com a limpeza e manutenção dos prédios ocupados, a violência doméstica, o comparecimento ou não às reuniões do Coletivo responsável pela gestão do território, por exemplo, eram explicados geralmente através de relações e valores que

[12] Ver GUPTA e FERGUSON (1997).

constituíam a sociedade de maneira geral e, consequentemente, compunham também as relações que se desenrolavam no interior do prédio. Tampouco era raro ouvir de diferentes pessoas das ocupações, por exemplo, que a "luta ia além" da moradia —fosse essa moradia entendida enquanto o prédio em si, fosse ela vista como tema de engajamento político. Aparentemente, portanto, estava presente nos universos explicativos dos agentes envolvidos nesses espaços uma forma de conferir sentido de coerência aos comportamentos e práticas dos sujeitos através da explicitação das ligações estabelecidas entre dinâmicas que se desenrolavam referenciando-se por espaços e tempos de "dimensões" distintas —vinculando, por exemplo, as relações estabelecidas no cotidiano dos imóveis ocupados a processos históricos "globais".

Ao mesmo tempo, minhas principais interlocutoras e interlocutores —como muitas pessoas envolvidas em determinados tipos de militância política— frequentemente ressaltavam a importância de se realizar os chamados "trabalhos de base" para que determinadas formas de compreensão das situações cotidianas fossem difundidas e, assim, colaborassem para a construção de processos que visassem alcançar determinados tipos de mudanças sociais. Como "categoria nativa" em meio à militância de esquerda, o trabalho de base parece carregar um conteúdo moral positivo *a priori*. Mas seu entendimento era —e segue sendo— múltiplo, permitindo sua utilização em diferentes situações. Ainda assim, tal ideia era articulada seguidamente a outros termos que adjetivavam os processos de mobilização política fundamentados na realização de trabalhos de base como "mais conscientes", "profundos", "amplos", "duradouros" ou mesmo "libertadores" e "emancipatórios". Nesse sentido, esse tipo de atividade parecia ser ligada por muitas das pessoas com as quais me relacionava de forma mais próxima, tanto nas ocupações quanto em outros espaços de militância, a um processo que fazia com que as atividades realizadas no dia a dia se ligassem espaço-temporalmente a processos mais amplos e mais longos.

Esses mecanismos que vinculavam as práticas sócio-espaciais do dia a dia entre si me remetiam aos esforços das moradoras e moradores das ocupações em explicitar o sentido de coerência de suas ações. A importância disso era, ao meu ver, também referendada pelos engajamento dos grupos de militantes em disputar o sentido do cotidiano das pessoas desses territórios através da realização de atividades como os trabalhos de base. Por reconhecer a importância que esses processos tinham para todos esses agentes, meu interesse cresceu no sentido de refletir sobre as dinâmicas de convencimento sobre as maneiras através das quais as pessoas significavam as experiências vividas no espaço-tempo cotidiano das ocupações.

Ao meu ver, havia aí algo de "escalar" aparentemente envolvido nessas dinâmicas, especialmente quando os sujeitos individuais e coletivos buscavam conferir sentido às suas práticas sócio-espaciais vinculando-as a espaços e tempos que pareciam ter "tamanhos" diferentes em suas narrativas —ainda que mais adiante eu fosse ser levado a questionar essa ligação linear entre as escalas geográficas e seu aspecto dimensional. Comecei também a atentar ao fato de que mesmo outros assuntos frequentemente trazidos à tona em discussões entre militantes remetiam à presença de uma preocupação escalar no desenrolar das práticas políticas. Era assim, por exemplo, quando eram tematizadas as articulações entre diferentes grupos de ativistas e diferentes organizações de movimentos sociais, muitas vezes concretizadas em "uniões", "frentes", "redes", "confederações", "internacionais" e outras organizações do tipo e que se identificavam escalarmente com muita frequência.

As reflexões acadêmicas sobre os movimentos sociais também pareciam apontar nesse sentido. Para além dos textos que remetiam à "política de escalas" —já no contexto das reflexões que "abriram" esse conceito no ambiente anglo-saxão— era comum ver na literatura que discutia os movimentos sociais relações que vinculavam, por exemplo, o conteúdo ou mesmo a definição de movimentos sociais à extensão espaço-temporal de suas atividades e reflexões, frequentemente remetendo à existência ou não de "projetos políticos" por exemplo.[13] Eu mesmo havia utilizado esse elemento como critério diferenciador em minha dissertação, remetendo a uma ideia mais ou menos estruturada de mudança social como um todo, o que também inseria a prática cotidiana em um contexto espaço-temporal mais amplo. Mais uma vez, isso me remetia à questão da articulação entre diferentes escalas espaciais e temporais.

Atentar às escalas geográficas a partir de uma perspectiva que considerasse fortemente sua dimensão política e seu papel tanto nos processos de significação do cotidiano quanto de motivação concreta de práticas sócio-espaciais específicas, portanto, parecia um caminho interessante às reflexões sobre as ações do movimento dos sem-teto e dos ativismos sociais urbanos de forma geral. Mas àquela altura o problema estava, por um lado, em encontrar alguma forma de abordar uma problemática que me parecia latente mas que não estava exatamente explícita em meio às práticas políticas das quais eu participava (e a respeito das quais as inquietações que me afligiam tampouco conseguiam ser traduzidas nitidamente

[13] Ver TOURAINE (1987, 1989), RIBEIRO (1991, 2001), SOUZA (1988, 2006). Algumas considerações sobre essa busca pelo "projeto político" dos movimentos sociais são feitas no Apêndice 1.

em “questões de investigação”) e, por outro, em relacioná-la a um debate pouco difundido no ambiente acadêmico brasileiro e do qual eu somente começava a me aproximar.

* * * * *

Pela influência de conversas com colegas de pesquisa e militância,[14] acabei me interessando por tentar buscar na Antropologia algumas alternativas metodológica para lidar com esse estranhamento inicial. Dado meu envolvimento político com os grupos pesquisados e com outras atividades de militância em geral, as reflexões metodológicas feitas por essa área do conhecimento acadêmico me pareceram fazer sentido para lidar com coisas que, apesar de familiares, começavam a me causar inquietações.[15] Minha intenção, porém, não era elaborar uma pesquisa antropológica, mas sim me inspirar em algumas de suas reflexões metodológicas.

Busquei partir, então, de questões que me surgiam da prática política cotidiana para relacioná-las com discussões teórico-conceituais e político-filosóficas com as quais vinha me envolvendo. À época, eram exatamente as discussões sobre as escalas geográficas que me consumiam, objeto das primeiras considerações feitas nesta Introdução. Pela amplitude e diversidade desse debate, porém, ele não parecia oferecer nitidamente ferramentas que pudessem responder especificamente minhas preocupações. Mas essa “fragilidade” poderia ser também uma vantagem, pois essas discussões ofereciam um leque amplo e flexível de perspectivas que, portanto, dificilmente restringiriam excessivamente aquilo que poderia surgir a partir do momento em que eu fosse lançar meu olhar sobre as inquietações empíricas que me animavam.

Diante disso, porém, foi inevitável a angústia de não possuir objetivos elaborados nos moldes das pesquisas que havia realizado anteriormente. Elaborei ao menos sete diferentes maneiras de expressar as metas da pesquisa através da tradicional formulação de objetivos gerais e específicos. Em nenhuma delas, no entanto, reconhecia exatamente meus interesses ou as questões que mais me intrigavam. Mas a familiarização crescente com pesquisas de caráter fortemente indutivo, bem como o auxílio da valiosa orientação que recebi no decorrer da pesquisa, se mostraram fundamentais para que as angústias fossem abrandadas

[14] Agradeço Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida particularmente por isso.

[15] A ideia de estranhamento do familiar remete às reflexões de VELHO (1998, 2003). Outras influências metodológicas desse campo acadêmico vieram de FONSECA (1999) e MARCUS (1995).

e fosse possível identificar como horizonte geral de minha tese a intenção de elaborar reflexões sobre as relações entre as escalas geográficas e o ativismo. Isso foi suficiente para que eu encontrasse a tranquilidade para seguir com minha investigação, ainda que soubesse que tal elaboração seria dificilmente considerada um objetivo satisfatoriamente construído. Ainda assim, esse horizonte me permitiu manter o foco sobre as práticas do movimento dos sem-teto, interesse motivado tanto por minha maior proximidade com ele nos últimos sete anos quanto por ter sido exatamente esse convívio o responsável por originar as preocupações que moveram a pesquisa. As formas específicas que esse horizonte geral tomaria, no entanto, emergiriam do contato direto com meu trabalho de campo. Ao final, porém, essas elaborações se fizeram mais nítidas somente no processo de redação da tese.

Não se trata de assumir aquilo que Rogers Sanjek chamou de "síndrome de Indiana Jones", que se traduziria em algum tipo de orgulho sobre o caráter único de minha pesquisa ou do trabalho de campo que se transformaria em "um individualismo romântico, uma atitude de 'eu fiz do meu jeito.'" (SANJEK, 1990:19) [tradução livre][16] Ao invés disso, a opção por não definir *a priori* meus objetivos específicos resultava de uma tentativa de elaborar reflexões que me aparentassem ser mais indutivas, facilitando que o empírico suscitasse as questões a serem tratadas. Marilyn Strathern inicia um de seus artigos fazendo uma ponderação sobre a Antropologia Social que me parece oportuna para pensar essa opção metodológica. Ela afirma que sua área de pesquisas

> "(…) fundamenta sua prática no que podemos chamar de imprevisibilidade das condições iniciais: imprevisíveis, entenda-se, do ponto de vista do observador. A etnografia, tipo abrangente de descrição que congrega tudo em si, promove a ideia de que não se pode prever, no início de uma investigação, o rumo que ela irá tomar ou o que irá se revelar significativo para a exposição. Ela também incita o observador a não especificar totalmente de antemão onde procurar pelos correlatos e condições dos resultados que observa, e, assim, a confrontar as imprevisibilidades da vida social." (STRATHERN, 2014:439)

Ainda que eu não tenha tido essa perspectiva em mente desde o início, o desenvolvimento da pesquisa apontou nessa direção. Ao invés de partir da imprevisibilidade das condições iniciais da investigação, porém, fui levado a considerar a impossibilidade de prever tais condições pelo caminhar do contato com o campo a partir de novas perspectivas teórico-metodológicas. Grosso modo, no início busquei seguir um processo de planejamento da pesquisa com o qual já estava relativamente acostumado —com, por exemplo, a definição *a priori* e nítida dos objetivos gerais e específicos, com o referencial metodológico da

[16] "a romantic individualism, an 'I did it my way' attitude."

pesquisa participante em termos gerais sendo aplicado em estudos de caso através de instrumentos de coleta e análise de dados pré-definidos (entrevistas informais e formais estruturadas e semi-estruturadas, em alguns casos com a possibilidade de realizar atividades com grupos focais), etc. Mas isso acabou se modificando no decorrer da pesquisa.

A ideia inicial era a de tomar como campo de minha investigação fundamentalmente a Ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada à época na Avenida Francisco Bicalho número 49, zona portuária do Rio de Janeiro, e organizada de maneira independente através do Coletivo de suas moradoras e moradores que fazem parte das cerca de 50 famílias da ocupação. Pensei em seguida que a realização da pesquisa seria uma boa razão para tentar me aproximar de ocupações do movimento dos sem-teto de São Paulo também, onde suas maiores organizações nasceram e onde a atuação do movimento tem sido mais intensa desde seu surgimento.

Preparei então um trabalho de campo exploratório no início de 2012. Para buscar estabelecer os contatos em São Paulo, me vali das referências passadas por militantes do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro com quem já tinha proximidade por conta das atividades na capital fluminense para apresentar-me a algumas pessoas na capital paulista. Foi através desses contatos iniciais que cheguei a algumas lideranças da Ocupação Mauá, localizada na Rua Mauá entre os números 342 e 360 e da qual fazem parte mais de 230 famílias ligadas a três diferentes organizações do movimento dos sem-teto atuantes na área central da cidade —Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e Associação dos Sem Teto do Centro - São Paulo (ASTC-SP). Decidi então centrar minhas atenções nas dinâmicas desenvolvidas ao redor das pessoas responsáveis por organizar uma das atividades que ocorria no interior da ocupação —as aulas de capoeira.

Com o desenrolar de minha pesquisa percebi, no entanto, que várias histórias e atividades de outras ocupações dessas e de outras cidades —com as quais eu tomava contato direto ou indireto— podiam ser relacionadas às questões escalares a respeito das quais eu vinha refletindo. Acontece que mesmo quando os contatos com essas outras situações eram diretos eles não haviam sido estabelecidos por conta de minhas atividades de pesquisa, mas sim de atividades de militância na qual pouco ou nada importava minha ocupação profissional. Isso fazia com que as pessoas interagissem comigo enquanto ativista e sem considerar-me como pesquisador, levantando questões éticas sobre a utilização direta daquelas

experiências em minha investigação. Sendo assim, ainda que tenham alimentado reflexões sobre o tema a respeito do qual escrevo neste trabalho —como de fato muitas outras situações, pessoas e influências o fizeram—, optei por não considerar outras ocupações como parte de meu referencial empírico. Me restringi, portanto, a tomar como recorte empírico desta pesquisa aquelas ocupações com as quais minha interação envolveu a identificação também enquanto investigador desde os momentos iniciais, mesmo considerando os diferentes tipos e graus de envolvimento que tive com cada uma delas no decorrer do tempo. Por isso minhas reflexões se alimentam empiricamente principalmente das experiências compartilhadas com moradoras/es e apoiadoras/es das ocupações da variante por Coletivo da área central do Rio de Janeiro —em especial a Ocupação Chiquinha Gonzaga, a Ocupação Quilombo das Guerreiras e a Ocupação Guerreiros Urbanos—[17] e do trabalho de campo realizado na Ocupação Mauá no centro de São Paulo junto ao grupo que mantinha e participava das aulas de capoeira no prédio. Ainda que o escopo empírico seja, portanto, restrito a esses casos selecionados, creio que algumas das reflexões que faço podem interessar a quem eventualmente se motivar a pensar mais detidamente alguns aspectos da escalaridade das práticas sócio-espaciais de outras ocupações do movimento dos sem-teto no país.[18]

A opção por essas ocupações cariocas e paulistanas específicas, porém, foi tomada de maneira deliberada. Quanto às experiências cariocas, as principais motivações foram a proximidade já anunciada com as ocupações, tanto no sentido de minhas atividades de militância quanto por conta da realização de trabalhos anteriores sobre as mesmas. No caso paulistano, tive contato com outras ocupações além da Ocupação Mauá. Optei por ela, porém, ao considerar alguns elementos que me pareceram atrativos. Em termos locacionais, por exemplo, posso levantar alguns aspectos. O fato de tanto a Mauá quanto as ocupações cariocas com as quais eu tinha maior proximidade estarem localizadas na área central trazia elementos similares, apesar das diferenças entre as metrópoles. Essa localização proporcionava, por exemplo, acesso a redes sociais e espaciais que assumem características

[17] Sobre a diferenciação entre ocupações da variante por Coletivo e aquelas da variante por coordenação, ver SOUZA e TEIXEIRA (2009). Mais detalhes sobre algumas dessas ocupações são levantados rapidamente no decorrer da tese. No entanto, outras informações podem ser encontradas em outros trabalhos. Ver sobre a Ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, ALMEIDA (2011), MOREIRA (2011), COLOMBO (2012) e SANT'ANA (2013). Sobre a Ocupação Chiquinha Gonzaga, ver GRANDI (2010). Sobre outras ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto carioca, bem como algumas organizações diretamente envolvidas com seus processos e o contexto sócio-espacial de emergência e de desenvolvimento dessas experiências, dentre outros assuntos, ver ALMEIDA (2009), OLIVEIRA (2009), TEIXEIRA (2009), LIMA (2010), PENNA (2010), FREIRE (2011) e RAMOS (2012).

[18] Ao mesmo tempo, utilizo eventualmente outras experiências para desenvolver minhas ideias. Busquei calcar tal uso em trabalhos acadêmicos ou em documentos oficiais —ressaltando assim seu caráter de fonte secundária.

específicas nessas áreas —como maior densidade, circulação cotidiana de pessoas de diferentes perfis sociais, proximidade a prédios da administração estatal, acessibilidade de transportes e comunicação, etc. Estarem nas áreas centrais também aproximava alguns argumentos que essas coletividades buscam mobilizar para justificar a escolha por essas áreas, constituindo demandas características das ocupações realizadas em áreas centrais — relacionadas, por exemplo, a infraestrutura urbana instalada e a acessibilidade a serviços e opções de geração de renda. Ambas também enfrentavam contextos de projetos de parcerias público-privadas de requalificação urbanística e mudança do perfil social das áreas onde estavam inseridas que, por consequência, ameaçavam sua permanência (Projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro e Projeto Nova Luz em São Paulo). Além desses aspectos locacionais, porém, é forçoso reconhecer que o contato direto com pessoas que realizavam atividades no interior da Ocupação Mauá de maneira aparentemente próxima àquela forma como outras pessoas e eu realizávamos as atividades nas ocupações da área centra do Rio de Janeiro também foi um fator atrativo. Apesar de os contextos institucionais serem bastante distintos por se tratarem de ocupações com dinâmicas políticas internas diferentes, meus interlocutores na Ocupação Mauá foram também bastante receptivos, o que facilitou a interação com a atividade da capoeira e, consequentemente, com as pessoas que dela participavam.

Durante os anos de 2012 e 2013, portanto, realizei quatro idas a campo em São Paulo. Ao mesmo tempo, seguia participando das atividades das ocupações com as quais tenho proximidade no Rio de Janeiro.[19] No decorrer desse período, realizei entrevistas semi-estruturadas e abertas com diferentes pessoas, todas moradoras das ocupações, bem como mantive a elaboração de notas de campo regulares e detalhadas. Dentre os focos assumidos nas entrevistas semi-estruturadas, selecionei alguns eventos que me pareciam significantes para pensar sobre como as atividades cotidianas das ocupações se vinculavam com outros espaços e momentos, buscando aí entender as articulações escalares que eram construídas no dia a dia das moradoras e moradores. Em São Paulo, o principal contato foi estabelecido com os organizadores e algumas pessoas participantes das aulas de capoeira na Ocupação Mauá e Ocupação Prestes Maia. Ao menos na Mauá, o grupo se autodenominava Herdeiros da Mauá. Por isso, os eventos que busquei acompanhar e dos quais busquei informações foram vinculados a essa atividades —as aulas, as rodas extraordinárias como as chamadas “rodas do

[19] Ver os Anexos para mais detalhes, como o modelo dos protocolos de campo e os roteiros de entrevistas elaborados.

mês", realizadas periodicamente em frente à estação Júlio Prestes, e o batizado. Já no Rio de Janeiro, além das atividades com as/os crianças e adolescentes da ocupação que ajudava a organizar de maneira mais regular desde 2011, vale destacar a atividade do karaokê com o bingo, realizado mensalmente a partir de março de 2013. Mas muitas atividades para além dessas foram acompanhadas nas duas cidades.[20] Da mesma forma, utilizei outras entrevistas realizadas no contexto de outras investigações realizadas anteriormente, como aquelas feitas para minha pesquisa de mestrado, para projetos coletivos ou por pesquisadoras e pesquisadores parceiras/os.[21]

Após feitas as entrevistas e antes de realizar sua transcrição literal, meu plano inicial era elaborar uma transcrição sequencial —um resumo da entrevista, contendo a síntese de fala de cada interlocutor.[22] Minha intenção com isso seria produzir um material que auxiliaria no entendimento da dinâmica das trocas discursivas (quem, quando e sobre o que falava cada interlocutor, por exemplo) e ter uma visão de conjunto dos temas em discussão. Tal procedimento prometia ser útil especialmente por se tratar de uma situação que demandava o trabalho com diversas entrevistas longas e complexas.[23] No entanto, optei por não realizar a transcrição sequencial por priorizar o investimento do tempo na transcrição literal das mesmas, visando pormenorizar as possíveis associações a serem feitas posteriormente.

Vale ressaltar que a transcrição sequencial prévia pode ser importante para auxiliar a pesquisadora ou pesquisador a não perder a visão de totalidade das entrevistas que serão utilizadas, facilitando a visualização do contexto das falas e o estabelecimento constante de relações entre as partes selecionadas como mais relevantes para os propósitos da investigação e o todo no qual tais parcelas estão inseridas. Visando suprir essa necessidade, adotei para as entrevistas o mesmo procedimento metodológico que utilizei na organização das informações registradas nas notas de campo —a indexação.[24] Tal índice foi constituído basicamente por

---

[20] Além disso, por ser envolvido desde 2010 em uma iniciativa de comunicação independente voltada a acompanhar mobilizações vinculadas à questão da habitação no país, desde então o acompanhamento, ainda que distante, de alguns aspectos do desenrolar de processos ligados ao movimento dos sem-teto em outros espaços do país tornou-se mais facilitado. Ver <http://pelamoradia.wordpress.com>.

[21] Como projeto coletivo, um exemplo foi o mini-senso realizado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) na Ocupação Quilombo das Guerreiras em 2009, feito a pedido do Coletivo da ocupação visando auxiliar na elaboração do perfil sócio-espacial das moradoras e moradores do prédio. Boa parte desse material foi sistematizado e trabalhado por Amanda Cavalieri LIMA (2010) e por Tatiana Tramontani RAMOS (2012). Já em relação a entrevistas realizada por pesquisadoras e pesquisadores parceiros, agradeço a Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida por cederem alguns de seus materiais.

[22] Ver Mary Jane SPINK (2004).

[23] A pesquisa contou com cerca de trinta entrevistas semi-estruturadas ao total.

[24] Para isso, me inspirei em algumas ideias de SANJEK (1990).

uma lista de referências ao estilo "índice remissivo" que vinculava um assunto tratado a sua respectiva página na entrevista transcrita, fornecendo uma boa visualização das temáticas mais abordadas. A identificação das temáticas mais abordadas foi fundamental como passo anterior à elaboração do quadro do material discursivo, composto por tabelas com colunas temáticas (geralmente refletindo em maior ou menor grau os assuntos abordados nos roteiros de entrevistas) e cujas células foram preenchidas com o conteúdo retirado das falas de minhas interlocutoras e interlocutores.[25] Dessa forma, a indexação colaborou diretamente para que a estruturação do quadro fosse construído tendo por base o conteúdo das falas registradas. A partir desse quadro construí o que Mary Jane SPINK (2004) chama de árvore de associações, na qual a seleção de trechos específicos me permitiu visualizar alguns encadeamentos possíveis dos conteúdos trazidos à tona nas conversas que travei.

É importante reconhecer que tanto a elaboração da árvore de associações, quanto as descrições associadas às notas de campo são procedimentos levados adiante através de critérios escolhidos pela pesquisadora ou pesquisador a partir de seus interesses particulares de investigação, terminando por conferir sentido às falas das pessoas com quem se interage. Tais encadeamentos e sentidos são em sua grande parte, portanto, criações em algum grau arbitrárias. Tendo essa ressalva em mente, busquei contrastar alguns temas que haviam surgido mais frequentemente nas conversas e nas notas de campo com as leituras realizadas a respeito do debate sobre o conceito de escala geográfica. Diante desses contrastes passei à estruturação da escrita da tese.

O fato é que tal trajetória fez com que eu atingisse a etapa de escrita sem possuir uma elaboração nítida e fechada dos objetivos da pesquisa. As ideias que eu começava a encadear, no entanto, possuíam coerência interna exatamente por responderem a questionamentos que, apesar de não terem sido vislumbrados ou enunciados no início da investigação, vinham efetivamente guiando as reflexões. O desafio passou a ser identificar quais perguntas eram essas e, ao mesmo tempo, traduzir tais problemas em uma estrutura suficientemente inteligível. Foi no processo de escrita, portanto, que delineei o objetivo geral da pesquisa enquanto a intenção de investigar como a dimensão escalar da espacialidade humana poderia

[25] Minhas referências para a elaboração desse quadro foram as reflexões de àquilo que SPINK (2004), particularmente aquilo que a autora chama de mapas de associação de ideias. Preferi, no entanto, substituir a expressão sugerida por ela e chamá-lo de quadro do material discursivo. Isso porque, além de se tratar literalmente da construção de um quadro —e não de um mapa—, julguei que a associação das ideias realizada pela pesquisadora ou pelo pesquisador é um procedimento desenvolvido com base justamente no material discursivo organizado tematicamente (ainda que tal organização guarde inevitavelmente um certo grau de arbitrariedade).

relacionar-se com o ativismo. Esse objetivo continuava muito próximo do horizonte que havia orientado desde o início minhas angústias empíricas e investimentos teóricos. A novidade era, porém, seu desdobramento em alguns objetivos mais específicos que ajudariam a expressar a coerência das ideias que eu buscava expôr. Nesse sentido, ficou nítido que durante a pesquisa eu vinha aproveitando as experiências que compartilhava em meio ao movimento dos sem-teto, bem como as pesquisas acadêmicas realizadas com foco nesse movimento social, na tentativa de compreender como as práticas sócio-espaciais desse movimento podiam ajudar a refletir sobre ao menos três questões: de onde emergia a escalaridade; como se construía e se expressava essa dimensão da espacialidade; e, por fim, qual era sua importância para os processos levados a cabo pelos grupos envolvidos nesse movimento social.

Obviamente nenhuma dessas questões possuiria respostas simples ou diretas. As elaborações apresentadas nesta tese, no entanto, visaram ao menos elencar reflexões iniciais que pudessem colaborar no sentido de complexificar as possíveis respostas sem, ao mesmo tempo, adotar a pretensão de esgotar os assuntos. As mesmas questões poderiam ter sido respondidas a partir de outros exemplos, com ênfase em outros aspectos e trazendo, portanto, outros conteúdos. A possibilidade dessa variedade de respostas suscitou inclusive diferentes maneiras através das quais pensei em estruturar as ideias textualmente nesta tese. A riqueza do material em conjunto com a vastidão das discussões sobre a escalaridade efetivamente me fizeram levar adiante tentativas diversas e distintas de organização do plano de escrita. No entanto, foi importante à essa altura lembrar do que Marilyn Strathern afirmou ao ressaltar que "(...) o que é produzido não pode ser medido em comparação com o que se investiu, pois cada um envolve atividades de escala diferente." (STRATHERN, 2014:291)

Essa foi uma angústia presente durante todo o trabalho e explícita especialmente nesse momento de estruturação da do plano de escrita da tese: como deixar claro que as afirmações que estavam sendo feitas eram fruto de um longo processo de trabalho anterior e, ao mesmo tempo, apresentar uma estrutura que parecesse minimamente nítida? Assim várias vezes busquei organizar a estrutura da tese tentando incluir nela a maior quantidade possível de reflexões que havia escrito até então, desde ideias aparentemente soltas até anotações feitas nos textos lidos e estudados, passando obviamente pelos comentários realizados a respeito das entrevistas e notas de campo. Esse caminho, apesar de levar à uma escrita aparentemente densa, terminava sendo responsável pela elaboração de um texto pesado à leitura.[26] Busquei

[26] Agradeço particularmente ao Rafael Gonçalves de Almeida e a Marianna Fernandes Moreira por terem me sensibilizado para isso durante a leitura de versões preliminares da tese.

deliberadamente evitar isso, ainda que eu talvez esteja distante de alcançar esse objetivo. Seja como for, após nove variações cheguei naquela que foi a estrutura efetivamente perseguida e elaborada.

Cabe lembrar, por fim, que o desenvolvimento textual apresentado aqui também contou com escolhas bibliográficas específicas, especialmente no que envolve as elaborações sobre a dimensão escalar da espacialidade humana e sua dinâmica. Tais escolhas são melhor detalhadas no início de cada capítulo que aborda mais diretamente essas questões, incluindo meus argumento dos motivos pelos quais selecionei determinadas fontes.

* * * * *

A tese se estrutura da seguinte maneira. Nesta introdução meu objetivo foi contextualizar o estranhamento inicial que motivou meus interesses nesta pesquisa. Acredito que ele demonstra o "desequilíbrio" causado por algumas das dúvidas que me surgiram no decorrer do convívio com os grupos das ocupações de sem-teto do centro do Rio de Janeiro nos últimos anos. Para isso, tento apresentar sucintamente a trajetória da pesquisa, relacionando-a com a minha trajetória pessoal. Busco também oferecer um panorama dos aspectos formais da pesquisa, como seus objetivos, o recorte empírico e as linhas gerais da metodologia empregada.

Nos primeiros capítulos me atenho a uma revisão das discussões que me parecem mais diretamente ligadas ao tema das escalas geográficas no âmbito das pesquisas sócio-espaciais. Meu principal objetivo é trazer à tona alguns dos debates que permearam a problemática da escala geográfica no decorrer da trajetória das pesquisas sócio-espaciais, com foco no âmbito da Geografia apesar de não me limitar a essa disciplina. Faço isso ao longo dos três primeiros capítulos, nos quais me dedico a elaborar uma possível narrativa sobre essas discussões, cujos marcos divisórios serão correspondentes a três diferentes aspectos que foram sendo incorporados às reflexões sobre as escalas geográficas e que contribuíram para sua complexificação. No primeiro capítulo ressalto como a percepção da existência tanto de processos amplos quanto de processos particulares influenciados pelos primeiros —ou seja: das relações espaciais entre partes e totalidades— alimentou a busca pela definição de unidades espaciais ideais para as reflexões sobre a espacialidade. Essa busca se relaciona à necessidade de fazer sentido à diferenciação espacial, perseguida através das tentativas de

identificação e classificação das diferenças. O caso da definição da região enquanto unidade espacial ideal serve de exemplo tanto desse processo quanto dos componentes políticos que o permeavam.

Destaco no segundo capítulo o fato de a identificação e classificação das unidades espaciais ter sido seguida da preocupação em organizá-las, surgida na esteira das demandas por subsídios científicos que pudessem potencializar a ação (especialmente na figura do planejamento e da gestão privados e estatais). Ao meu ver, tal necessidade marca a emergência do problema da escala geográfica no âmbito das pesquisas sócio-espaciais, vocalizada de maneira mais contundente pela geografia quantitativista.

Logo após, no terceiro capítulo, enfatizo a "abertura" do conceito de escalas geográficas decorrente da explicitação de sua dimensão política, processo que se desenvolveu especialmente a partir da década de 1980 e no qual as problematizações levantadas pela geografia de cunho marxista foram cruciais.

No quarto capítulo, o esforço está em apontar alguns motivos pelos quais acredito que atentar à escalaridade pode ser interessante às reflexões sobre movimentos sociais urbanos, como capítulo de transição para as questões específicas do movimento dos sem-teto com as quais trabalho depois. Faço isso apresentando rapidamente algumas das leituras que sugerem a existência de diferentes paradigmas de análise dos movimentos sociais, trazendo em seguida alguns exemplos de duas dessas abordagens, retornando às reflexões brasileiras para expôr as expectativas e frustrações a respeito das pesquisas sobre o tema durante a década de 1990 e finalizo apontando algumas possibilidades às investigações trazidas pela incorporação do debate escalar.

Em seguida, no quinto capítulo, passo a me perguntar sobre alguns aspectos do cotidiano do movimento dos sem-teto que parecem ser instigantes para pensar a relação de suas práticas com a dimensão escalar da espacialidade. Ou seja: como a prática do movimento dos sem-teto pode ser vista desde uma perspectiva escalar. Essa questão permeia o quinto e o sexto capítulos, nos quais tento me valer de minha experiência nos últimos seis anos junto ao movimento —especialmente no Rio de Janeiro, mas, ainda que em uma relação muito mais distante, também em São Paulo em certa medida. No capítulo cinco especificamente abordo a categoria "luta" na busca de desconstruí-la e tentar perceber a complexidade da construção cotidiana de seus sentidos e de sua escalaridade por parte de moradoras, moradores e

organizações do movimento dos sem-teto.[27] Para isso, debato alguns dos entendimentos sobre essa categoria por parte de alguns desses sujeitos, tendo em vista especialmente compreender em quais sentidos e com quais funções políticas as práticas cotidianas desses sujeitos individuais e coletivos são disputadas na direção de serem significadas como sendo parte daquilo que faz com que a "luta vá além da moradia". Os diferentes entendimentos me levam a afirmar um processo de dispersão, convergência e difusão dos sentidos da "luta" que buscam ser reproduzidos pelas organizações e militantes do movimento dos sem-teto. Além disso, reconheço a categoria "luta" enquanto possuindo um forte caráter escalar e, ao mesmo tempo, como um termo que confere um sentido de transcendência às práticas diárias do movimento.

No último capítulo, busco em algumas práticas das ocupações elementos que colaboram para a apresentação de três teses gerais sobre a dimensão escalar da espacialidade. Afirmo nelas, primeiramente, que compreendo as escalas geográficas enquanto categorias da prática sócio-espacial cotidiana. Indico também a possibilidade de tratamento da escalaridade através de duas faces, uma topográfica e uma topológica.[28] Por fim, ressalto a importância de se compreender as escalas enquanto instrumentos de exercício de poder.

As considerações finais agregam um apanhado geral das colocações feitas no decorrer da tese e indica caminhos possíveis para pesquisas futuras.

---

[27] Tomei como inspiração para isso algumas das ideias retiradas de FONSECA (1999).

[28] Opto por utilizar esses dois termos buscando seguir a literatura que os propõe. Mais comentários sobre isso são feitos no terceiro capítulo, no qual apresento esse debate.

CAPÍTULO 1

OS PRIMÓRDIOS DA ESCALA E A DEFINIÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS

Como em outras áreas do conhecimento, a aparente dicotomia entre "as partes" e "o todo" e a consequente predileção a aspectos gerais ou específicos também se fez presente nos debates sobre a dimensão espacial da realidade. No âmbito da Geografia, tais elementos se destacam em diversos momentos de sua história, expressos frequentemente através de pares mais ou menos polarizados. Não é novidade, de fato, que diferentes "polarizações" têm alimentado debates nesse quinhão acadêmico. Ao lado das diferentes ênfases aos aspectos físicos ou humanos e das discussões sobre seu caráter nomotético ou idiográfico, a questão sobre *como* conhecer o espaço —se optando por focar suas partes ou por considerá-lo em sua totalidade— também acompanhou a trajetória dessa área do conhecimento científico moderno.

Quando Horácio CAPEL (1981) reflete em seu livro a respeito dos problemas-chave que conferem sentido de continuidade à geografia, ele aponta para duas principais gamas de questões: o estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre; e o estudo da relação homem-meio —este mais recente, segundo o autor tendo surgido na segunda metade do século XIX. Ao desenvolver um pouco mais o âmbito do primeiro problema-chave, Capel o liga à linha corológica tradicional da geografia, afirmando também que é a partir desse problema que a concepção idiográfica da geografia tem sido defendida. Vale lembrar que outros autores também refletiram a respeito da diferenciação do espaço como um dos aspectos centrais na geografia. CORRÊA (2007) é um exemplo de autor que levanta algumas das considerações recentes mais interessantes sobre o tema, especialmente em vista dos interesses desta pesquisa. Ao tratar das relações entre a diferenciação sócio-espacial, as escalas e as práticas espaciais, Corrêa afirma que

> "(...) a diferenciação sócio-espacial se constitui em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios

> seus e de outros grupos sociais. Sem diferenciação sócio-espacial não haveria Geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós as definimos. Em realidade, a diferenciação sócio-espacial é necessária e inevitável, parte integrante da ação humana." (CORRÊA, 2007:62)

Visando sustentar a afirmação de que a busca pela definição e articulação espacial entre diferentes partes e totalidades permeou diferentes momentos da história do pensamento geográfico e de que isso se relaciona com a dimensão escalar da espacialidade, irei ressaltar dois aspectos neste capítulo através de duas seções. Nenhuma delas, no entanto, pretende trazer novidades no que envolve o debate sobre a história do pensamento geográfico. Por isso mesmo as referências utilizadas nas duas seções que compõem este capítulo não foram selecionadas através de procedimentos metodológicos específicos —ainda que algumas fontes tenham suas razões para constarem entre a bibliografia citada.

Apontarei primeiramente, portanto, como as relações espaciais entre parte e todo estiveram na base da busca por conferir sentido à diferença espacial, especialmente através das reflexões sobre as interações entre processos particulares e processos mais amplos. Farei isso resgatando informações gerais de algumas obras que tratam da história do pensamento geográfico, ainda que não guarde a pretensão de aprofundar-me nessa bibliografia. Em seguida, comentarei como essa busca relacionou-se à tentativa de identificação e classificação das unidades espaciais, além de falar sobre algumas maneiras através das quais a definição da região como unidade espacial ideal para as reflexões sócio-espaciais se vinculou tanto com esse processo quanto com o contexto político do período.[29] Nessa segunda parte, as obras que me servirão de guia serão especialmente aquelas elaboradas por Luis Cavalcanti da Cuha BAHIANA (1986) e por Andrew HEROD (2011), por serem dos poucos autores que se dedicaram a lançar um olhar histórico à temática das escalas geográficas.

1.1. AS RELAÇÕES ESPACIAIS ENTRE PARTE E TODO COMO UMA DAS BASES DA ESCALARIDADE

As relações entre a corografia e a cosmografia desde a antiguidade grega traziam consigo o destaque à interação entre a busca pela compreensão do mundo em sua totalidade e/ou em suas partes. CAPEL (1984) lembra dessas duas tradições, ligando à primeira os nomes de Heródoto (século X a.C.) e Estrabão (séculos I a.C. a II d.C.) e à segunda nomes

[29] Seria interessante pensar como se modificaram também as concepções de "todo" e das "partes" em si durante os diferentes períodos da história do pensamento geográfico —sob as influências organicistas, sistêmicas, estruturalistas, pós-estruturalistas, etc. No entanto não vamos endereçar essas questões aqui.

como os de Eratóstenes (séculos III e II a.C.), Hiparco (século II a.C.) e, especialmente, Ptolomeu (séculos I a II d.C.). Ao introduzir alguns aspectos da relação entre a elaboração de mapas e pinturas que remetem à geografia de Ptolomeu, Svetlana ALPERS (1983) também destaca algo similar. Segundo a autora, o objetivo das reflexões de Ptolomeu era, antes de mais nada, "(...) distinguir entre a mensuração ou as preocupações matemáticas da geografia (preocupadas com o mundo como um todo) e as descritivas ou corográficas (preocupadas com lugares particulares)." (ALPERS, 1983:133) [tradução livre][30] Para tornar tal relação mais nítida, Ptolomeu teria invocado inclusive uma analogia com a pintura: enquanto a geografia estaria preocupada com o desenho da cabeça como um todo, a corografia estaria dedicada às características individuais de cada uma de suas partes —como a orelha ou os olhos. Em uma adaptação feita por Petrus Apianus no século XVI, ALPERS (1983) encontra uma ilustração dessa relação estabelecida por Ptolomeu (Figura 2).

Isso reforça o que Rogério HAESBAERT (2010) aponta ao afirmar que mesmo no interior das formulações de Ptolomeu a dinâmica entre as partes da Terra e sua totalidade já eram destacadas, sem que a importância dos estudos das partes fosse necessariamente descartado. Estrabão, por sua vez, haveria ressaltado mais os aspectos corológicos do conhecimento sobre o espaço, enfatizando o estudo de áreas específicas e dando à geografia um caráter descritivo resultante das tais pesquisas e observações.[31]

Continuando tais reflexões, Haesbaert considera que não havia propriamente uma oposição entre os modelos de Estrabão e Ptolomeu.[32] ALPERS (1983) também indica que o significado dos trabalhos de Ptolomeu foi sendo transformado pelas mediações feitas pelas traduções e reinterpretações de seus escritos originais durante o Renascimento europeu. Essas mudanças terminaram por construir uma aparente dicotomia entre seu projeto de cosmografias e aquilo que seria o projeto de Estrabão de construir *chorografias*. Ambas, no entanto, faziam parte de uma mesma ideia: a de que o conhecimento do todo passava pelo conhecimento das partes do espaço.

---

[30] "(…) to distinguish between the measuring or mathematical concerns of geography (concerned with the entire world) and the descriptive ones of chorography (concerned with particular places)."

[31] Ver CAPEL (1984).

[32] Haesbaert contraria, assim, o que outros autores como GOMES (1996) haviam afirmado. As diferenças, semelhanças e/ou complementariedades entre as concepções de Estrabão e Ptolomeu também são rapidamente endereçadas por Alfred HETTNER (2011). Para ele, comprometido com a região enquanto categoria universal da geografia, "(...) ambas são corológicas e diferenciam-se apenas pelo fato de que uma acentua mais a fixação matemática e a produção de um mapa correto, enquanto a outra visa a natureza e os habitantes das regiões." (HETTNER, 2011:136-7)

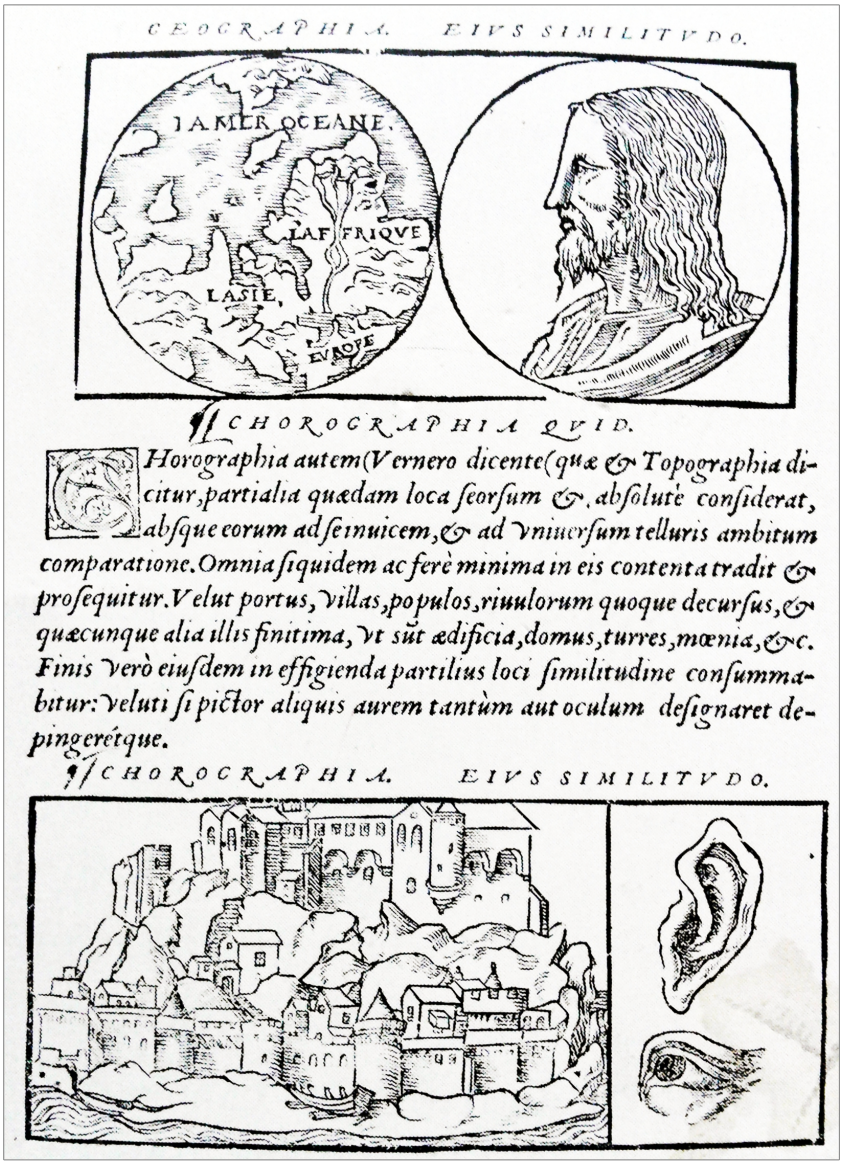

Figura 2: "Geographia" e "Chorographia"
(Fonte: ALPERS, [1983:134] apud Apianus [1551]).

Ocorre que, apesar disso, o aparente antagonismo dessas perspectivas passou a ser desenhado e sustentado desde muito cedo. É o que destaca Paul Vidal de LA BLACHE (2001) ao lembrar das colocações de Hugo Berger no final do século XIX. Segundo La Blache, Berger ressalta que as duas concepções da geografia na antiguidade grega se diferenciavam justamente porque se considerava que

> "[u]ns estudam a terra como um todo, na sua unidade; para outros, a geografia é um repertório de informações ou descrições, onde, por uma inclinação natural, acumula-se tudo o que pode almejar a curiosidade, mas com o risco de perder de vista o objeto essencial, a própria Terra." (LA BLACHE, 2001:2)

Os povos muçulmanos repassaram aspectos e materiais cruciais do pensamento da Grécia Antiga às mãos europeias após conservar os escritos gregos e investir em uma geografia própria, dedicando-se tanto a uma rica geografia descritiva de regiões da Índia e Arábia, quanto à geografia matemática de Ptolomeu e mesmo à astronomia.[33] Suas reflexões, então, reverberaram na Europa novamente a partir dos séculos XV e XVI. A retomada de tais referências após a Idade Média foi acompanhada dos novos contatos com o restante do mundo que os europeus realizavam através das expedições marítimas mercantis-coloniais dos séculos XV e XVI. Nesse período,

> "[a]s observações tornaram-se mais precisas porque a necessidade de se orientar longe das costas obrigou os navegantes a aperfeiçoar seus instrumentos. (...) Na verdade, parece que os espaços marítimos tiveram a virtude de iniciação para todas as descobertas fundamentais da geografia [europeia]." (LA BLACHE, 2001:2-3)

A expansão do horizonte comercial europeu, fundamental para a constituição da economia-mundo moderno-colonial[34] centrada naquele continente, exigia a apropriação e incorporação dos espaços ao seu sistema produtivo. As navegações foram, assim, cruciais à ampliação dos horizontes espaciais e ao aprimoramento das técnicas de localização europeias. Também foram fundamentais tanto no contexto da trajetória do conhecimento do espaço mundial por parte das elites daquele continente, quanto para o domínio civilizatório, controle territorial e expropriação material de outras áreas do globo feitas por elas. Tal processo colocou a Europa em contato com novas realidades espaciais, o que significou o domínio e desagregação dos modos de vida já existentes. Ao mesmo tempo, visto as dinâmicas do exercício do poder estarem completamente ligadas à construção de epistemologias próprias, aprofundavam-se os registros detalhados sobre essas novas áreas.

> "Com o progresso da exploração colonial, o levantamento de informações das particularidades encontradas vai sendo executado de forma cada vez mais criteriosa e detalhada; o avanço na apropriação dos territórios alimenta esse acervo, onde se vão avolumando os dados sobre numerosas áreas (...). À possibilidade de uma visão planetária na representação do mundo vem somar-se a formação de um cabedal de informações sobre lugares singulares localizados nos mais variados pontos da superfície da Terra." (MORAES, 1989:18)

Essas informações, em conjunto com a possibilidade de representar de maneira ordenada todo o planeta, proporcionavam as condições empíricas que dariam base material ao processo de institucionalização da geografia como ciência moderna nos séculos XVIII e XIX. "Esses dois condicionantes articulavam a questão basilar dessa disciplina: *a busca de uma*

[33] Ver TATHAM (1960).
[34] Ver PORTO-GONÇALVES (2002).

relação teórica entre a unidade da superfície terrestre e a diversidade dos lugares." (MORAES, 1989:20) [grifos nossos]

Mas os pressupostos epistemológicos também eram necessários para esse processo. No século XVII, o médico alemão estabelecido na Holanda Bernard Varenius (1622 – 1650) desempenhou papel crucial nesse sentido.[35] Em sua obra *Geographia Generalis*, Varenius definia a geografia como "(…) aquela parte das *matemáticas mistas* que explica o estado da Terra e de suas partes." (apud DICKINSON e HOWARTH, 1933:100) [grifos no original] [tradução livre][36]. As relações parte-todo estavam presentes não só nessa definição, mas principalmente na divisão que ele fazia da geografia: a *geografia geral* ou *universal* por um lado e, por outro, a *geografia especial* ou *particular*.[37] Essa seria a primeira vez em que tal divisão da geografia seria apresentada direta e explicitamente.[38]

Isso não significa, no entanto, que o pensamento de Varenius exprimia dualismos. De fato, La Blache era um dos que considerava justamente o contrário. Para exemplificar o profundo sentido de conexão dos fenômenos presente em sua obra, Vidal lembra que Varenius, ao resumir seus estudos sobre os movimentos das massas líquidas da Terra, afirmara que "quando uma parte do Oceano se move, todo o Oceano se move." (LA BLACHE, 2001:4) Sendo assim, considera que tal dualismo é apenas aparente na obra do alemão radicado em Amsterdã, "(...) pois a relação entre as leis gerais e as descrições particulares, que são a sua aplicação, constitui a unidade íntima da geografia." (LA BLACHE, 2001:4)[39] Richard HARTSHORNE (1978) também chega à mesma conclusão, afirmando que não havia motivos para supor-se que Varenius julgasse alguma de suas "geografias" melhor do que a outra. Além de Hartshorne, outros autores também destacam que naquele momento da história

---

[35] TATHAM (1960) lembra que a "*Introdução à Geografia Universal*" de Philipp Clüver também se transformou em uma referência para os estudos da época e, por isso, merece ser lembrada.

[36] "(…) that part of mixed mathematics which explains the state of the earth and of its parts."

[37] Ver DICKINSON e HOWARTH (1933) e LA BLACHE (2001). HARTSHORNE (1939) diz que Varenius também utilizava o termo *corografia* para se referir à geografia especial/particular. A divisão entre esses dois aspectos da geografia fica mais nítida, também segundo Hartshorn, com Gatterer (1773-75), Krug em 1800 e Bucher em 1812.

[38] Ver HARTSHORNE (1939).

[39] La Blache também destaca que outros pensadores importantes do período – como Isaac Newton e Buffon – demostraram grande apreço pelas ideias de Varenius. Na opinião de La Blache, por exemplo, "Buffon segue nitidamente a tradição de Varenius. O que ele chama de estudo 'da natureza em escala ampla' não é, qualquer que seja a leitura, o desprezo do detalhe, mas a justa subordinação do detalhe ao conjunto. Profundamente imbuído do sentimento de ordem e de encadeamento dos fenômenos, ele não pretende estudar a natureza com os olhos de míope; ele não quer fracionar os traços que, se forem isolados, lembram as sílabas que uma criança soletra sem a consciência da palavra à qual elas pertencem." (LA BLACHE, 2001:4) De acordo com DICKINSON e HOWARTH (1933), a obra de Varenius foi traduzida para o holandês, francês, alemão e inglês, permanecendo como uma referência durante mais de um século. Os mesmos autores destacam ainda que Isaac Newton, por sua vez, organizou a tradução para a língua inglesa em 1672, consagrando à obra de Varenius ainda uma edição revisada e ampliada em 1681 (LA BLACHE, 2001).

> "(...) nenhuma geografia competente havia sido publicada que combinasse satisfatoriamente (i) geografia geral, matemática e física à luz de pesquisas e registros recentes e (ii) a exposição mais detalhada (corografia) da geografia dos países sobre as bases da vasta acumulação de fatos pertencentes às novas terras descobertas (…). É quase certo que se Bernad Varenius tivesse vivido ele teria completado tal trabalho." (DICKINSON e HOWARTH, 1933:99-100) [tradução livre][40]

Durante o século XVIII a obra de Varenius influenciou diretamente o curso intitulado "geografia física" que o filósofo Immanuel Kant ofereceu durante quarenta e oito semestres na Universidade de Königsberg entre 1756 e 1796.[41] Hartshorne destaca ainda a dificuldade em avaliar o impacto que tais aulas tiveram na geografia científica moderna, tanto pela quantidade de alunos que passaram pelo curso quanto pela difusão posterior dos textos manuscritos de Kant.[42] Mesmo assim, tal influência é destacada por ele ao buscar ressaltar o papel de pessoas que esboçaram as características gerais da geografia enquanto ciência moderna no período entre 1750 e 1850 antes mesmo de tais traços serem estabelecidos por Alexandre von Humboldt (1769 – 1859) e Karl Ritter (1779 – 1859) na segunda metade do século XIX.

> "A geografia deste período incluía ambos os estudos "gerais" de determinados tipos de fenômenos da superfície da Terra e as descrições de vários tipos de fenômenos encontrados em áreas particulares. (...) É significativo, portanto, que isso não foi introduzido na geografia moderna como resultado da combinação fortuita de Humboldt e Ritter. Pelo contrário, a mesma diferença é encontrada no trabalho dos geógrafos da Antiguidade, como Hettner observou em seu primeiro breve tratamento da história da geografia. *A tendência de essas duas direções de entrar em conflito uma com a outra e de trocar posições dentro da geografia em momentos diferentes é evidência, sugere ele, de que elas não representam ciências separadas, mas apenas diferentes direções dentro da mesma ciência.*" (HARTSHORNE, 1939:41) [grifos nossos] [tradução livre][43]

---

[40] "(…) no authoritative geography had been published which satisfactorily combine (i) general, mathematical, and physical geography in the light of these recent researches and records and (2) the more detailed exposition (chorography) of the geography of countries on the basis of the vast accumulation of facts appertaining to newly discovered lands (…) It is almost certain that had Bernard Varenius lived he would have completed such a work."

[41] Ver HARTSHORNE (1939).

[42] Para uma abordagem sobre a influência do trabalho de Kant sobre a geografia, ver LIVINGSTONE e HARRISON (1981).

[43] "The geography of this period included both 'general' studies of particular kinds of phenomena of the earth surface, and descriptions of many kinds of phenomena found in particular areas. (…) It is significant therefore that it was not introduced into modern geography as a result of the chance combination of Humboldt and Ritter. On the contrary the same difference is found in the work of the geographers of antiquity, as Hettner observed in his first brief treatment of the history of geography. The tendency of these two directions to come in conflict with each other and to interchange positions within geography at different times is evidence, he suggests, that they do not represent separate sciences but merely different directions within the same science."

É no seio desse conflito entre diferentes perspectivas sobre a natureza e o propósito do conhecimento geográfico que se inserem as obras e a influência exercida por Humboldt e Ritter, considerados pela literatura sobre a história do pensamento geográfico como os fundadores da Geografia enquanto ciência moderna. Ambos são influenciados, por sua vez, pelo desenvolvimento da biologia e pela importância que o organicismo passou a ter no ambiente intelectual europeu do século XIX. HARTSHORNE (1939) lembra que desde o início daquele século ganhava força a concepção de que a interação dos fenômenos encontrados na superfície da Terra era uma expressão das relações funcionais de partes de um mesmo todo orgânico, rivalizando com a concepção de totalidade mecanicista predominante até então. Essa concepção era também parte do pano de fundo das reflexões dos dois fundadores da Geografia moderna. Humboldt foi um grande organizador e sistematizador das informações existentes na época sobre o mundo, majoritariamente em seus aspectos físicos — embora não se restringisse a eles. O ápice dessa tarefa foi a elaboração de sua obra "*Kosmos*" (1845). Mas "[a]pesar de observador infatigável, ele próprio confessa que 'prefere a ligação de fatos já anteriormente observados ao conhecimento de fatos isolados, mesmo quando eles são fatos novos'." (LA BLACHE, 2001:5) A observação dos fatos e sua organização seria o primeiro momento do método proposto por Humboldt, a ser seguido por um momento baseado na indução e comparação. MORAES (1989:117) diz que Humboldt, "[m]esmo em suas monografias descritivas (...) [tece] considerações sobre sua ocorrência em outras localidades. Assim, a comparação articula-se com a própria descrição em sua prática de pesquisa." Dessa forma, era ressaltado seu interesse em encontrar as influências mútuas e as ligações entre os diferentes fenômenos que aconteciam nas diferentes partes do organismo terrestre.

Ritter, por sua vez, é frequentemente recordado por sua inspiração histórica que, no processo de busca pelas individualidades regionais, dava ênfase às relações entre a natureza e os agrupamentos humanos. No entanto o autor não propunha somente o estudo de tais individualidades. Também de acordo com MORAES (1989:175-6), e ainda que os termos escalares não fossem diretamente utilizados por Ritter, na sua concepção "(...) a análise oscila entre a escala local e a global, o elemento de diversificação delas residindo no grau de complexidade do objeto tratado e na finalidade do estudo em termos de generalização." O ponto alto nesse quadro seria a Geografia Comparada. LA BLACHE (2001:6), por sua vez, afirma que pela obra de Ritter "(...) efetuar sucessivamente a aplicação de suas visões gerais a áreas particulares (...) não é mais permitido considerar as diversas partes da Terra como uma

justaposição inanimada, mas como um lugar recíproco de forças atuantes." Suas reflexões serviram de base para os estudos da Geografia Regional do final do século XIX e início do século XX.

Tanto Humboldt quanto Ritter, portanto, relacionavam de forma estreita seus pensamentos e produções científicas com a busca pela compreensão da organização de uma totalidade orgânica. Havia, no entanto, diferenças entre os pressupostos filosóficos que animavam suas concepções desse todo.[44] HARTSHORNE (1939) destaca que para Ritter o conceito de uma ordem universal que integrasse fenômenos humanos e não-humanos pressupunha a existência de propósitos divinos. Por outro lado, Humboldt se inspirava muito mais por sentimentos estéticos que, influenciado pelo Romantismo da época do qual ele era próximo, o faziam buscar a totalidade na descrição das "harmonias da natureza" que se mostravam a ele. Ainda assim, Hartshorne lembra que

> "[p]oucos dos escritores daquele período —ou de fato de qualquer período posterior — distinguiam claramente entre o conceito de unidade de todos os fenômenos em qualquer lugar ou área particular, no que nós podemos chamar de uma *unidade* ou *totalidade vertical*, e uma *unidade horizontal* da área como una unidade individual distinta das unidades vizinhas." (HARTSHORNE, 1939:44) [grifos nossos] [tradução livre][45]

1.2. A BUSCA PELA UNIDADE IDEAL E A REGIÃO COMO SÍNTESE ESPACIAL OU OBJETO DA GEOGRAFIA

Esse caráter totalizante da Geografia, portanto, remete à antiguidade grega, é reivindicado por Varenius no século XVII, reforçado por Kant no século XVIII e por Humboldt e Ritter no início do século XIX.[46] A tendência ao conflito resultante da leitura dicotomizada dessas duas abordagens do conhecimento geográfico se expressou também na segunda metade do século XIX. Elas estiveram presentes nos pensadores que se destacaram nos primeiros momentos da Geografia após sua institucionalização enquanto ciência moderna, como Friecrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache e Alfred Hettner. Não é à toa que, no interior

---

[44] Segundo Ruy MOREIRA (2012), ambos os autores possuíam perspectivas holistas, ainda que fossem holismos diferentes: Humboldt expressaria um holismo materialista, enquanto Ritter teria em sua visão um holismo teoteleológico,

[45] "Few of the writers of that period —or indeed of any later period— distinguish clearly between the concept of unity of all the phenomena at any particular place or area, in what we may call a vertical totality or unity, and the horizontal unity of the area as an individual unit distinct from neighboring units."

[46] Ver CORRÊA (1986).

da Geografia, as relações todo-parte ganharam os contornos dos debates ocorridos entre as perspectivas conhecidas como a Geografia Regional e a Geografia Geral / Sistemática durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Hartshorne lembra que "[a] divisão entre geografia geral ou sistemática e *Länderkunde*, ou geografia regional, representou portanto uma forma de dualismo que foi característico da geografia ao longo de seu período inicial de desenvolvimento como uma ciência moderna." (HARTSHORNE, 1939:42) [tradução livre][47]

Um dos temas que ganhou força no interior da disciplina nesse período foi a busca pela definição e identificação das *regiões naturais*. Tratava-se também de uma tentativa de estabelecer claramente um objeto de estudo próprio, uma forma de a Geografia consolidar-se em meio aos demais campos científicos modernos —muitos deles sob forte influência dos sucessos e avanços observados nas ciências naturais e da terra. Nesse contexto a região foi afirmada como a unidade espacial considerada ideal para os estudos geográficos. Essa definição, no entanto, não se inseria em um debate sobre escalas geográficas até então, mas sim nas discussões sobre a definição das regiões em si. Essa situação foi impulsionada não somente pelo caminhar interno à própria disciplina, mas também pelos processos e disputas políticas que se desenrolavam no período. Buscarei abordar essa primeira influência nas nas próximas páginas, deixando as considerações políticas para as considerações finais deste capítulo.

Em relação às discussões acadêmicas dessa época —chamada por CORRÊA (1986) como período da Geografia Tradicional e que coincide em grande parte com a hegemonia da chamada Geografia Regional— vale destacar que as distintas maneiras e graus de determinação do ambiente natural sobre os grupos humanos se apresentavam como questões centrais. Diferentes pensadores se sobressaíram como referências das perspectivas em voga no período. Ao observar algumas de suas reflexões é possível perceber que as relações entre partes e todo não só estavam presentes, como também se traduziam na preocupação da definição das regiões como forma de identificar e classificar a diversidade sócio-espacial.

Segundo Paulo Teixeira de GODOY (2010), por exemplo, Friedrich Ratzel (1844–1904) em "*Teoria geral da difusão*" de 1891 se preocupou explicitamente em estabelecer condições para que fosse possível realizar a passagem não só da descrição à explicação e da

[47] "The division between general or systematic geography and Länderkunde, or regional geography, represented therefore a form of dualism that was characteristic of geography throughout its initial period of development as a modern science."

verificação à hipótese, mas também do particular para o geral. MORAES (1987:19) também afirma que o pensador alemão propunha "(...) ir além da descrição, buscar a síntese das influências na escala planetária, ou, em suas palavras, 'ver o lugar como objeto em si, e como elemento de uma cadeia'." Ainda assim, a tarefa de retomar as obras de Ratzel buscando refletir sobre como o autor alemão tratou as questões que podem estar relacionadas às vinculações entre parte e todo e, consequentemente, ao debate sobre a escalaridade ainda precisa ser realizada —especialmente atentando para se partir de uma concepção menos estereotipada de seu pensamento, como propõem alguns trabalhos mais recentes.[48]

Aquilo que Lucien Fébvre chamou na década de 1920 de Possibilismo, vinculado especialmente à escola francesa de geografia regional da virada do século XIX para o século XX, hegemonizou a ciência geográfica moderna naquele período.[49] Após analisar obras de cinco diferentes autores, Luis Cavalcanti da Cunha BAHIANA (1986) sumaria suas conclusões em cinco pontos que sintetizam sua opinião sobre como os debates travados pela Geografia Regional traziam questões relacionadas ao debate sobre as escalas geográficas — ainda que esses termos não fossem utilizados no período.

Ele inicia esses pontos tratando de Paul Vidal de La Blache (1845–1918), principal pensador da geografia regional francesa. Para Bahiana, o conceito de *pays* de Vidal de La Blache materializava a definição de uma unidade espacial própria ao estudo geográfico, que o brasileiro identifica como a definição de uma "escala" própria. Bahiana afirma que essa unidade ideal colocava o problema da escala de duas formas: a geografia seria essencialmente regional e tal região teria o tamanho médio de um *pays*. Isso não significava, no entanto, uma visão parcial do mundo como uma simples colagem de partes. Como Andrew HEROD (2011) destaca, La Blache sustentava também a ideia de que tais partes se integravam necessariamente em uma unidade terrestre. Herod sugere inclusive que La Blache teria identificado uma hierarquia de "regiões naturais". De qualquer forma, o "sentido da generalidade dos fatos terrestres" é que leva o pensador francês a afirmar que "(...) quanto mais as páginas se multiplicam no estudo da Terra, mais se percebe que elas são as folhas do mesmo livro." (LA BLACHE, 2001:7) A Terra era vista por ele como um organismo — possivelmente inspirado pela influência que as metáforas biológicas exerciam sobre as ciências na virada do século XIX para o século XX.

---

[48] Ver MARTINS (1992, 2001), CARVALHO (1997) e SEEMANN (2012).

[49] Existem críticas a essa denominação de Lucien Fébvre. Ver MOREIRA (2009).

Na Geografia Regional da Alemanha, por outro lado, Alfred Hettner (1859–1941) foi um dos principais nomes. Inspirado pelo pensamento de Karl Ritter, Hettner sustentava a opinião de que a Geografia deveria ser vista enquanto ciência corológica. Para ele, mesmo as colocações de Ptolomeu e Estrabão na antiguidade grega não podiam ser vistas de outra forma: ambas seriam corológicas, diferenciando-se apenas pelo foco na fixação matemática e construção de mapas corretos pelo primeiro e nos aspectos naturais e humanos pelo segundo.[50] Em sua opinião, a Geografia seria melhor descrita como "ciência regional" por ser relativa às diferenças espaciais da superfície terrestre —dos locais, dos continentes, das regiões, das paisagens e localidades. Ainda assim, afirma o autor, "[n]ão se pode pensar apenas na Ciência Regional Especial, isto é, na descrição das regiões e das paisagens individuais, mas concomitantemente na Ciência Regional Geral Comparativa." (HETTNER, 2011:139) Vê-se, assim, que sua sugestão de foco nas diferenças espaciais e na caracterização de tais espaços não era confundida com a fragmentação do espaço em partes desconexas. Pelo contrário, sua ciência regional "geral" deveria dar conta de comparar e articular as características das diferentes paisagens individuais e regiões.

Ainda na Alemanha, Herod lembra que ao refletir sobre como a Geografia deveria proceder às suas investigações, o alemão Albrecht Penck (1858–1945) teria destacado que o foco dessa ciência não deveria estar em áreas homogêneas individuais —chamadas por ele de "*chores*". Em sua opinião, apesar da importância da abordagem corológica, não se tinha alcançado grandes avanços ao dividir pedaços da superfície terrestre em regiões individuais.[51] Ao invés disso, a Geografia deveria ocupar-se com as formas como essas unidades formavam unidades territoriais mais amplas. Sua peculiaridade, segundo ele, "(…) só pode ser completamente compreendida e apreciada pelo estudo da maneira pela qual suas regiões individuais são agrupadas (…)." (PENCK, 1927:640) [tradução livre][52] Penck teria se diferenciado também por utilizar a metáfora musical ao invés da biológica. Na sua opinião, a harmonia e o ritmo das paisagens surgiam da relação que cada parte do espaço estabelece com as demais ao tocar sua parte na "sinfonia do espaço" como um todo, evidenciando a maneira como compreendia as relações entre as partes e o todo.

Bahiana também destaca dois aspectos interessantes nas reflexões do escocês Andrew Herbertson (1865–1915). Um deles é que o autor estabelece o globo terrestre como

---

[50] Ver HETTNER (2011).
[51] Ver PENCK (1927).
[52] "(…) can only be fully understood and appreciated by studying the manner in which its individual regions are grouped (…)"

uma unidade de referência. Outro é que Herbertson também define subáreas que representavam conjuntos de grandeza menor. A concepção de totalidade de Herbertson não só era desenhada com base nas metáforas biológicas —recorrentes no período— como também era condicionada à articulação das diferentes partes da Terra. Segundo o escocês, por exemplo, "[a]inda que talvez não sejamos capazes de dissecar nossa região natural ou macro-organismo terrestre em órgãos, tecidos e células do organismo vital, podemos encontrar nessa ideia uma sugestão útil." (HERBERTSON, 1905:302) [tradução livre][53] Uma vez tendo passado um período na França e, por isso, recebido forte influência da geografia vidaliana, Herbertson refletiu sobre um sistema que permitisse a elaboração de regionalizações. Para isso, focou-se em duas questões: quais características selecionar para distinguir as regiões e como determinar as diferentes ordens das regiões naturais.[54] Esta segunda questão é que salta mais aos olhos desta pesquisa, visto enfatizar não só a questão de *como dividir* o espaço terrestre, mas também de *como organizar* tal divisão. Bahiana é da opinião, no entanto, que o escocês não teve sucesso em propor alguma forma de organização das diferentes regiões naturais —tarefa que teria sido almejada também por outros pesquisadores do período, como Siegfried Passarge e Carl Troll.

Andrew Herod indica também a relevância de algumas ideias de Herbert Fleure (1877–1969) para o debate sobre as escalas, outro britânico que manteve diálogo intenso com Herbertson.[55] Ao focar suas reflexões no que chamava de "regiões humanas", Fleure teria afirmado que os limites de tais regiões não deveriam ser considerados como linhas atuando como barreiras geográficas que particionam as paisagens. Pelo contrário, deveriam ser vistos como zonas intermediárias que cumprem o papel de assimilar e fundir diferentes características.[56] A ideia de regiões com limites fixos e claros era, portanto, posta em questão pelo autor.

Questões similares sobre os limites das regiões eram colocadas por John Unstead (1876–1965). Tanto Bahiana quanto Herod destacam que uma de suas contribuições foi a de sugerir que as regiões deveriam ser vistas como unidades geográficas ao invés de puramente naturais, enfatizando assim a necessidade de considerar os aspectos humanos em sua definição. Além disso —e de ressaltar a importância das análises estatísticas para a geografia

---

[53] "While we may not be able to dissect our natural region or terrestrial macro- organism into the organs, tissues, and cells of the vital organism, we can find in this idea a useful hint. "

[54] Ver HERBERTSON (1905).

[55] Ver GARNETT (1970).

[56] Ver HEROD (2011).

regional— Bahiana e Herod sublinham outros dois aspectos das reflexões de Unstead: a necessidade de não considerar as regiões como unidades fixas, mas sim dinâmicas; e a necessidade de a regionalização ser realizada "de baixo para cima".[57] De acordo com Bahiana, Unstead concretiza sua proposta em um trabalho posterior focado no sudeste da Inglaterra. Nele, o autor se pergunta a respeito das menores áreas possíveis de serem denominadas de regiões e de como tais áreas poderiam ser identificadas e agrupadas até conformarem a maior região. Unstead então identifica cinco diferentes unidades espaciais: "*stow*" —antiga denominação para "lugar"—; "*tract*" (tratos); sub-região; pequena região; e grande região.

O mais interessante para meu argumento, no entanto, é que Unstead —tal qual Derwent Whittlesey, do qual lembrarei mais adiante— tentou sistematizar a Geografia Regional através do estabelecimento de hierarquias de regiões. Abordarei essa preocupação em organizar as diferentes unidades espaciais no capítulo seguinte, pois sua consolidação é uma das marcas da emergência da escala geográfica como um problema explícito para as pesquisas sócio-espaciais. Mas antes disso, cabe fazer uma retomada daquilo que foi apresentado até agora e adicionar algumas considerações a respeito dos aspectos políticos que permeavam essa discussão sobre a definição das unidades espaciais.

1.3. Considerações preliminares e apanhado geral do capítulo: A região como instrumento de poder

Desde a antiguidade grega as relações entre parte e todo permeiam as discussões sobre como fazer sentido da diferenciação espacial à luz das relações percebidas entre dinâmicas particulares e aquelas entendidas como mais amplas. A busca por definir as unidades espaciais que serviriam de referência para esse processo cumpriu um papel central nesses debates, que culminaram no final do século XIX com a afirmação da região enquanto unidade ideal para as pesquisas em Geografia.

Apesar de ter conquistado esse posto no final daquele século, porém, a região não era uma novidade completa —ao menos no léxico político. Para lembrar disso, vale resgatar aquilo que GOMES (1995) afirma sobre alguns dos antecedentes desse conceito. Segundo o autor, suas raízes estão no termo em latim *Regione*, derivada do mesmo termo *regere* que

[57] Ver UNSTEAD (1916).

originou palavras como regente e regra. Na Antiguidade Clássica as regiões eram aquelas áreas que estavam subordinadas às leis da capital do Império Romano, ainda que possuíssem administrações locais e algum grau de autonomia.

> "Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial." (GOMES, 1995:50-1)

A identificação das diferentes partes do mundo não era um procedimento desvinculado do esforço de conferir um sentido de unidade a esse espaço diferenciado. Tal processo mostrou especial importância quando tinha-se a dominação como fim. Carlos Walter PORTO-GONÇALVES (2002) lembra como o conhecimento do espaço e, em particular, o papel da geografia esteve ligado ao domínio do espaço mundial durante a constituição do mundo moderno-colonial. No século XVI, o geógrafo era o responsável por traçar em mapas as fronteiras para o Estado Territorial que emergia. Definia, assim, os limites dos recortes espaciais a serem considerados por esse ente político.

> "Não olvidemos que ao mesmo tempo que o espaço se torna fundamental para o controle por parte do Estado Absolutista nascente, exatamente por isso, se coloca muito mais como uma questão prática, de procedimentos de controle, do que de interesse teórico. O espaço, como o poder absoluto, não está em discussão. (...) Mais tarde, com a ajuda da estatística (staat + istik, do alemão) ciência de estado, os geógrafos se encarregarão de proporcionar as condições para a organização do espaço (*amènagement du territoire*, dizem os franceses) para que o Estado Territorial Moderno se afirmasse" (PORTO-GONÇALVES, 2002:228-9)

As colocações de Porto-Gonçalves deixam claro como o exercício do poder sobre o espaço estava, desde séculos passados, vinculado diretamente tanto à tarefa de traçar os limites das unidades espaciais quanto à necessidade de organizá-las. Esses arranjos das unidades espaciais geravam visões de mundo específicas que orientaram, por exemplo, a emergência de alguns dos novos elementos territoriais que marcaram a transição da Idade Média para a Idade Moderna. É o que fica explícito nas reflexões de Rogério HAESBAERT e Carlos Walter PORTO-GONÇALVES (2005) sobre a constituição do sistema-mundo moderno-colonial e o processo de consolidação do Estado absolutista europeu.

Segundo os autores, o estabelecimento dessa nova organização do sistema-mundo dependeu de um deslocamento da coerção político-legal, fruto e motivadora de uma transição de uma territorialidade fragmentária baseada na propriedade condicional dos feudos medievais para uma territorialidade estatal moderna, centralizada e baseada na propriedade

privada, singular e incondicional da terra. Frente à tendência de centralização crescente do poder pelos governos reais, o Estado absolutista surgiu como uma resposta que alargava e reforçava o domínio aristocrático. Em contraste com o sistema de governo medieval, Haesbaert e Porto-Gonçalves lembram que o novo sistema absolutista institucionalizou a autoridade pública em domínios jurídicos mutuamente excludentes demarcados por fronteiras, dando fim à intrincada rede de sobreposições territoriais que vigorava anteriormente. Essa reconfiguração espacial, portanto, dependeu da sujeição de outras ordens sociais difusas — como a feudal ou aquelas baseadas no parentesco— por esse novo ordenamento territorial contínuo —denominado por alguns simplesmente como ordem territorial.[58] Ao mesmo tempo, os direitos de governo público e de propriedade privada foram diferenciados e tornados absolutos. Aspectos como a religião, os costumes e as leis passaram a ser sujeitos somente ao soberano e a nenhuma outra autoridade política. Eles afirmam, portanto, que se antes a coerção político-legal estava difusa no nível das aldeias, a nova territorialidade estatal deslocou essa coerção em sentido "ascendente" na direção de uma cúpula centralizada e militarizada: o patamar "nacional." Tal reorganização do poder resultou na máquina política e na ordem jurídica do absolutismo, inspirada na revitalização do direito romano. As formas de dependência e de exploração dos camponeses não servos foram renovadas, o que leva os autores a concluírem que "[a]s monarquias da Renascença foram antes e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção da dominação da nobreza sobre as massas rurais (…)." (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2005:17)

A emergência da territorialidade estatal como descrita pelos autores ressalta o conteúdo político e o caráter socialmente construído dos recortes espaciais, pois elas implicam a reorganização das relações de poder. O Estado moderno não surge somente como um novo elemento sócio-espacial, mas como uma referência territorial com limites fixos (fronteiras) demarcados que subordinava as demais ordens sociais e respectivos recortes espaciais internos através de sua continuidade espacial e do exercício de seu poder centralizado.[59] Trata-se de um marco fundamental para o pensamento econômico, político, social, cultural e, por consequência, geográfico da modernidade. A partir de então, a hegemonia do Estado moderno como agente político concretizado e dependente dessa unidade espacial levou as relações sociais a serem reestruturadas em sua função. Não é por menos, por exemplo, que a criação desse recorte espacial na transição do período medieval para a modernidade, por um lado,

[58] Ver MANN (1992) e SMITH (1992).
[59] Ver MANN (1992) e SMITH (1992).

dependeu e engendrou mudanças no cotidiano das populações localizadas no interior das fronteiras definidas pelas aristocracias —como a sujeição a um único soberano, com seu conjunto de leis e costumes próprios. Por outro lado, essa referência espacial contínua passou a servir como referência privilegiada para a interação com agentes externos a essa continuidade. Dessa forma, além da busca pela unidade interna através da subordinação da diferença sócio-espacial, sua hegemonia dependeu também da invenção e expansão global de uma outra forma de domínio: a colonialidade.[60]

Essa mudança da territorialidade dominante e considerada legítima que consolidou a hegemonia da territorialidade estatal moderna contou também com a construção da Nação como referencial identitário capaz de unificar os povos que estavam submetidos a esse agente enquanto os diferenciava dos demais —por isso sua definição como Estado-*nação*. Mas Eric Hobsbawn lembra que o sentido moderno da palavra "nação" é historicamente bastante recente. No mundo Ibérico, por exemplo, seu significado moderno não está presente no Dicionário da Real Academia Espanhola antes de 1884.

A palavra nação aparece em outras línguas europeias, mas Hobsbawn destaca que ela se desenvolveu geralmente buscando se referir a grandes grupos fechados que precisavam ser distinguidos de outros com os quais coexistiam. O sentido moderno, no entanto, teria incorporado à unidade étnica uma noção de independência e unidade política. Esse novo conteúdo teria se consolidado no decorrer do século XIX, quando o mapa europeu passava por grandes mudanças baseadas naquilo que era chamado na época de "princípio da nacionalidade": a emergência da Alemanha e da Itália com base no princípio nacional, a partilha do Império Austro-Húngaro baseado no mesmo princípio, dentre outras revoltas e demandas.

> "Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente 'o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de uma região' e também 'um estrangeiro'. Mas agora era dada como 'um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum' e também 'o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo'" (HOBSBAWM, 1990:27)

A definição desse caráter nacional que tanto distinguia quanto articulava populações tornou-se uma questão política de primeira ordem para os intelectuais do decorrer do século XIX, pois tratava-se de um princípio que chegava a legitimar o desmantelamento de unidades políticas prévias e a criação de novas unidades —especificamente sob a forma do Estado moderno. Como Anssi Paasi lembra, "(...) o Estado se tornou o corpo mais significante no

[60] Ver HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES (2005).

controle da territorialidade, que também media efetivamente os processos que ocorrem em escalas espaciais divergentes." (PAASI, 2003:115) [tradução livre][61]. Não seria preciso, porém, falar em escalas espaciais ou geográficas nessa quadra da história, pois tais termos não compunham o vocabulário espacial do período. Para muitos intelectuais, no entanto, a tarefa eminentemente política estava em perseguir um programa capaz de "(...) estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns." (HOBSBAWN, 1990:33) É nesse contexto que a região retoma sua importância.

> "O surgimento do Estado moderno na Europa recolocou o problema destas unidades espaciais regionais. Um dos discursos predominantes na afirmação da legitimidade do Estado no século 18 é o da união regional face a um inimigo comercial, cultural ou militar exterior. (...) Fundamentalmente, a questão que se recoloca é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, ou seja, a questão da relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido." (GOMES, 1995:51)

As preocupações da geografia regional tradicional eram alimentadas também pelas particularidades desse período histórico do continente europeu. Os estudos expressos nas diferentes monografias regionais francesas, alemãs e inglesas, por exemplo, muito se relacionavam com a busca por identificar os aspectos que unificavam a diversidade sócio-espacial sobre os quais esses Estados exerciam seu controle. Não encontrar tal "individualidade" ou "personalidade" geográfica, para usarmos expressões de La Blache,[62] poderia significar o risco de desagregação territorial e desintegração política. Tais reflexões tornavam-se, portanto, de grande interesse aos círculos intelectuais e de crucial importância ao Estado, pois sua desagregação territorial certamente afetaria seu "espaço vital" — expressão de Ratzel à época.[63] Por isso a reemergência da região nos estudos sobre o espaço ganha destaque, objeto do qual a Geografia buscou apoderar-se inclusive para firmar-se enquanto campo científico moderno. Os diferentes graus de determinismo ambiental também se apresentavam como um elemento político útil, pois conferiam um aspecto transcendente às divisões espaciais e, portanto, teoricamente menos suscetível aos processos sociais que balançavam o mundo no século XIX. É o que vemos nesses arremates oferecidos por La Blache em seu *Quadro da Geografia da França*:

---

[61] "(...) the state has become the most significant body in the control of territoriality that also effectively mediates between processes occuring at diverging spatial scales."

[62] Ver LA BLACHE (1999).

[63] Ver CAPEL (1981).

> "Quando se produzem grandes revoluções econômicas, como aquelas que as descobertas do século XIX levaram aos meios de transporte, quais os habitantes do globo que poderiam estar satisfeitos por escapar às suas consequências? Elas atingem tanto a choça do camponês quanto a mansarda do operário. Elas repercutem nos salários, na venda de produtos agrícolas, na duração do trabalho rural. Tais transformações são de natureza capaz de provocar consequências que o espírito humano dificilmente pode medir. (…) [Mas] [p]ensamos também que as grandes mudanças de que somos testemunhas não alcançarão profundamente o que há de essencial em nosso temperamento nacional. (…) Nisso reside, sobre isto se apoia uma solidez que talvez não se encontre em nenhum país no mesmo grau que no nosso, uma solidez francesa. (...) Isto cria uma diferença no apego que ela inspira." (LA BLACHE, 1999:144-5)

Por fim, La Blache afirma que

> [r]evoluções econômicas como aquelas que se desdobram nos nossos dias imprimem uma agitação extraordinária à alma humana; elas põem em movimento uma multidão de desejos, de ambições novas; elas inspiram em alguns lamentações, em outros, quimeras. Mas este dilema não deve nos subtrair o fundo das coisas. Quando uma rajada de vento agita violentamente uma superfície de água muito clara, tudo vacila e se mescla; mas, em um determinado momento, a imagem do fundo se desenha outra vez. O estudo atento daquilo que é fixo e permanente nas condições geográficas da França deve ser ou deve tornar-se mais do que nunca nosso guia." (LA BLACHE, 1999:145)

O rápido exemplo da consolidação do Estado moderno europeu demonstra como a construção de uma nova unidade espacial —e a reorganização das relações de poder que dela decorre e da qual ela depende— cumpriu uma função primordial: renovar as hierarquias do regime político vigente no período e reforçar o controle, desde então mais rigidamente centralizado, sobre determinados espaços e sobre as práticas sócio-espaciais de sua população. Esse processo aconteceu valendo-se, dentre outros aspectos, da submissão política da população de certos espaços até então aparentemente "fora de controle" —os feudos medievais— a um novo ente político (o Estado-nação) concretizado através de uma nova unidade espacial: o país, território do Estado-nacional. Seu caráter contínuo revitaliza a necessidade de reger espaços distantes do centro do qual emana seu controle unificador. As regiões precisam ser conhecidas, pois saber a seu respeito viabiliza sua integração sob essa nova identidade territorial, bem como sua disputa com outros Estados que eventualmente reivindiquem controle sobre elas. Isso ressalta o caráter de construção social histórica e espacialmente localizadas de ambos os recortes —regiões e territórios dos Estados-nação.

Fica nítido, portanto, que para agir socialmente e, consequentemente, exercer poder é fundamental conferir sentido à diferenciação espacial, processo no qual a identificação e a classificação de unidades espaciais são centrais. Como destaquei, essa dinâmica está presente

há tempos nas discussões sobre a dimensão espacial, sendo que o foco na busca por identificar essas unidades predominou entre o final do século XIX e o início do século XX. Foram mais uma vez os imperativos da ação que levaram, mais tarde, à ênfase na necessidade de reflexão sobre a organização dessas unidades —assunto sobre o qual versa o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A EMERGÊNCIA DA ESCALA E A NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS

No capítulo anterior fiz um rápido resgate sobre como alguns debates sobre as formas de divisão da totalidade espacial estiveram presentes no pensamento sobre a espacialidade humana, expressando antecedentes antigos das preocupações com as relações entre o todo e as partes. Desde a antiguidade grega os estudos das partes do espaço e de sua totalidade não eram perspectivas necessariamente tratadas antagonicamente, ainda que diferentes ênfases tenham sido dadas para esses aspectos por Estrabão e Ptolomeu. O Renascimento cumpriu o papel, no entanto, de ressaltar uma polarização entre essas perspectivas, aspecto sustentado e aprofundado desde então. A influência da obra de Varenius —com sua geografia geral/universal e especial/particular— e dos cursos de Kant teriam sido cruciais nesse processo, ainda que nenhum dos dois tenha deixado de destacar a importância de se investigar tanto aspectos específicos quanto elementos gerais. O prestígio das considerações teóricas dos dois misturou-se às rupturas e aos novos elementos epistemológicos que emergiam de maneira geral no decorrer do século XIX, compondo o contexto do qual surgem os contornos básicos da geografia como ciência moderna. Humboldt e Ritter, reconhecidos fundadores da ciência geográfica, foram ao mesmo tempo frutos e agentes que reforçaram tais rupturas. Conforme destaca CAPEL (1981), eles traziam consigo não só elementos da episteme clássica —como a busca pela elaboração de taxonomias—, mas principalmente algumas das características que teriam sido destacadas por Michel Foucault como típicas do saber europeu moderno que germinava no período: a historicidade, o organicismo e a ênfase na produção. Parece claro que essas características impactavam diretamente as concepções das ordens gerais nas quais os aspectos da realidade se encaixavam. Como sublinhado por CAPEL (1981:250), "[a] ruptura epistemológica que marca o trânsito da episteme clássica à moderna constituiria assim um rito fundamental que coincide com o nascimento de uma 'nova geografia', a geografia que podemos estritamente

considerar como moderna." [tradução livre][64] Apesar de nem Humboldt nem Ritter desmerecerem a importância de se articular os estudos das parcelas do espaço com a investigação dos aspectos gerais de sua totalidade, a geografia moderna nasce à sombra do contraste entre as características que mais os marcaram: Humboldt passa a ser visto como grande organizador e sistematizador das informações da época, por um lado, enquanto Ritter é ressaltado por sua preocupação com as individualidades regionais, por outro.

A presença constante do debate sobre a identificação das partes do espaço e a sua articulação a uma totalidade permanece nítida após a institucionalização da geografia como ciência moderna. Sob a hegemonia da geografia regional tradicional, no entanto, é um tipo de recorte espacial específico —a região— que passa a ganhar o status de unidade geográfica própria desse quinhão acadêmico. Isso ocorre apesar de alguns de seus principais autores ressaltarem a importância da articulação entre o estudo das partes e da totalidade. Tal interconexão é vista, por exemplo, nas palavras de LA BLACHE (2001) ao afirmar que os estudos da Terra fazem todos parte de um mesmo "livro". Mesmo o foco na abordagem corológica não impediu HETTNER (2011) de ressaltar a importância de uma "Ciência Regional Geral Comparativa". O agrupamento de regiões também era destacado por PENCK (1927) como parte importante dos estudos que permitiriam compreender a "harmonia da paisagem." Ainda que HEROD (2011) comente que La Blache já havia sugerido uma hierarquia de regiões, a maneira como agrupar e organizar esses diferentes recortes ganha maior destaque no pensamento de HERBERTSON (1905). É inclusive sob inspiração de Herbertson que UNSTEAD (1916) conclui que o processo de regionalização deveria ser feito "de baixo para cima" ao invés do contrário, demonstrando uma aceitação a um procedimento mais indutivo. Além disso, em sua opinião as regiões deveriam ser consideradas como entidades dinâmicas ao invés de fixas. Perspectiva semelhante pode ser encontrada também nas palavras de Fleure, quando o autor conclui que os limites de uma "região humana" devem "(...) ser concebidas como zonas, não como linhas." (FLEURE, 1919:105)

Por tudo isso, Bahiana diz que ao buscar "(...) delimitar e caracterizar espaços que se diferenciam, de alguma maneira, dos que os circundam (...)" a geografia regional "(...) inaugura a discussão a respeito das escalas na geografia, fugindo a uma visão meramente cartográfica." (BAHIANA, 1986:30) No entanto, conforme destaquei inicialmente, a questão da delimitação e caracterização de diferentes espaços que mereceriam ser estudados já estava

[64] "La ruptura epistemológica que marca el tránsito de la episteme clásica a la moderna constituitía así un hito fundamental que coincide con el nacimiento de una 'nueva geografía', la geografía que podemos estrictamente considerar como moderna."

presente em reflexões feitas antes mesmo da institucionalização da geografia enquanto ciência moderna. HEROD (2011), por sua vez, destaca que já no século XVIII o alemão Johann Christoph Gatterer foi um dos primeiros a sugerir uma regionalização do mundo —dividindo-o, no caso, em zonas naturais.[65] A centralidade dada às características naturais como definidoras das áreas a serem estudadas pela geografia, porém, é bastante característica nos primeiros momentos pós-institucionalização da disciplina em diferentes graus —tanto na versão determinista da geografia regional quanto na sua abordagem possibilista. De qualquer maneira, parece justo basear-se na colocação de Bahiana recém-lembrada para afirmar que as discussões trazidas pela geografia regional são de fato as primeiras que, *no contexto da geografia moderna*, vinculam diretamente o estudo de um recorte espacial específico (a região) aos objetivos dessa ciência.

Neste segundo capítulo, porém, o foco recairá sobre outro aspecto que considero fundamental à emergência da série de questionamentos relativos à dimensão escalar da espacialidade humana e que veio a constituir aquilo que ficou conhecido de maneira difusa como "o problema da escala". Esse aspecto seria a necessidade de organização das unidades nas quais a totalidade espacial é particionada. Para colocar a atenção sobre isso, desenvolverei de duas seções nas próximas páginas, referentes cada uma a dois objetivos pontuais. Primeiramente, buscarei destacar a presença da preocupação, mesmo em meio pesquisadores inspirados pela geografia regional tradicional, de não somente identificar as regiões como unidade espacial crucial às pesquisas sócio-espaciais, mas também de esforçar-se para inserir tal recorte no seio de uma organização que envolvesse também outras unidades espaciais. Em seguida, localizarei a emergência do "problema da escala" no ponto de contato entre as preocupações com a divisão do espaço e sua organização em totalidades específicas, para o que a corrente quantitativista no âmbito acadêmico da Geografia cumpriu papel importante. Finalizarei o capítulo retomando algumas das colocações feitas no seu decorrer e explicitando a vinculação da emergência do "problema da escala" com as necessidades práticas de potencialização da ação sobre o mundo.

Cabe ainda ressaltar que neste capítulo também terei como base as referências coletadas a partir dos trabalhos de Luis Cavalcanti da Cunha BAHIANA (1986) e Andrew HEROD (2011), apesar de não me ater exclusivamente a eles. Não pretendo resgatar as linhas gerais de cada um dos autores lembrados pelos dois. O que almejo, por outro lado, é oferecer uma outra leitura possível ao conjunto de informações que Bahiana e Herod trazem,

[65] As influências de Gatterer também são citadas por HARTSHORNE (1939).

reconhecendo as limitações de seus trabalhos mas sem a pretensão de complementá-los neste momento.

2.1. A REGIÃO COMO PARTE DE UMA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Apesar de ter importantes antecedentes antes da década de 1930, é especialmente depois dela que o chamado método regional ganha força no âmbito da geografia. O principal nome vinculado a essa perspectiva é o de Richard Hartshorne.

Ao abordar a obra de Hartshorne, HEROD (2011) afirma que o autor estadunidense adota uma perspectiva kantiana. Ao considerar que a Geografia deveria ser entendida como uma ciência corológica, seu foco principal estaria na interpretação da diferenciação de áreas, resultando em uma perspectiva que ressalta o valor dos estudos idiográficos. Além disso, diferente da Escola Francesa da geografia regional, Hartshorne entenderia a região como uma construção mental, sendo então o resultado de um julgamento subjetivo e arbitrário de quem realiza o estudo. Segundo Herod, seu pensamento teria ao menos três implicações significativas. Primeiramente, uma vez que na realidade o mundo não seria dividido em diferentes partes contínuas e que essas divisões não passariam de um mecanismo utilizado arbitrariamente por pesquisadoras/es para compreender as diferenças entre áreas, a região não seria mais do que uma invenção da imaginação. Em segundo lugar, já que o mundo pode ser dividido arbitrariamente em diferentes áreas únicas em suas características, então o único objeto de estudos individual, unitário e concreto da geografia seria a Terra como um todo. Por fim, Herod ressalta que Harshorne também rejeitou a concepção de que a geografia seria o estudo da paisagem. Tal rejeição se justificaria por conta de aspectos como a imprecisão da definição dos limites desse recorte espacial contínuo e a simplicidade e superficialidade dos fenômenos passíveis de identificação nas paisagens.

Roderick Peattie, outro autor lembrado por Herod, também teria se referido ao conceito de paisagem ao criticar o andamento dos estudos geográficos na década de 1930. Em 1935, segundo Herod, Peattie teria criticado o fato de muitos geógrafos até o momento terem focado demasiadamente suas atenções simplesmente no estudo das paisagens. Para ele, ainda que as generalizações fossem bastante difíceis e que os geógrafos devessem de fato partir das "paisagens culturais," eles não deveriam parar aí. A concepção de "paisagem cultural" aqui é

uma referência ao trabalho de Carl Sauer (especialmente em "*A Morfologia da Paisagem*") e à influência que tal ideia exerceu em parte das produções da geografia do período. As reflexões de Sauer parecem guardar elementos interessantes ao debate escalar também. Ao abordar seu pensamento, por exemplo, Herod indica que Sauer se dizia mais interessado naquilo que faz da vida das pessoas em uma determinada área algo significante e característico, do que na busca por definir como delimitar as regiões. Mostrava assim uma despreocupação com as fronteiras de tal tipo de área contínua, por exemplo.

Em relação aos estudos regionais, Bahiana também lembra das produções de James Bird, em especial suas reflexões no texto "*Scale and Regional Study*" de 1956. Ao analisar as penínsulas da França e Inglaterra separadas pelo Canal da Mancha, Bird propõe ver se a semelhança percebida entre as duas áreas em uma pequena escala[66] se mantem quando tais espaços são abordados em uma grande escala. O autor realiza tal tarefa a partir de dois caminhos: "limitando o campo de estudo a um aspecto do todo de ambas as penínsulas; ou fornecendo uma descrição geral da geografia de uma pequena parte de cada península." (BIRD, 1956:28 apud BAHIANA, 1986:42) Os dois caminhos o levam à conclusão de que existem grandes diferenças entre as penínsulas. Fica claro, desta forma, que generalizações feitas em estudos que consideram grandes áreas poderiam ser irrelevantes no caso de novos estudos. Bahiana lembra que com isso ganha destaque o paradoxo originado do contraste entre estudos intensivos (grande escala cartográfica) e extensivos (pequena escala cartográfica). Bird termina "(...) colocando então a questão da escala e dos fatos que ela determina como centrais no trabalho geográfico" (BAHIANA, 1986:43), ressaltando que a mudança das escalas modificaria os fenômenos observados.[67]

O estadunidense Derwent Whittlesey também é lembrado por Bahiana e por Herod. Sua obra foi também elaborada já na década de 1950 e envolvia o debate sobre o papel de diversas características a serem consideradas na definição das regiões, indo além dos aspectos naturais. De acordo com HEROD (2011), Whittlesey —diferentemente de Hartshorne— considerava as regiões como entidades reais. Na sua opinião, o método regional seria constituído pela busca, observação e mensuração das relações estabelecidas entre os fenômenos usados como critério para a definição de uma região. Tal procedimento levaria à descoberta de ordens no espaço terrestre que se expressariam através de padrões regionais definidos por características específicas e distribuídas no interior de fronteiras claramente

[66] Bird utiliza o termo na acepção cartográfica.
[67] Esse destaque é similar àquele que, décadas depois, Yves LACOSTE (1988) irá fazer.

delineadas. Essa preocupação parece se ligar a outro aspecto da obra de Whittlesey lembrado por Bahiana: a reiterada importância dada à determinação de uma hierarquia de regiões — chamadas por ele de *compages*. Como resultado de seu trabalho em uma comissão da Associação de Geógrafos Americanos, é proposta então uma hierarquia de *compages* com quatro categorias: a *localidade*, limitada à "(...) órbita diária de uma comunidade onde o lugar tem o máximo de significado e realidade para seus habitantes" (BAHIANA, 1986:39) e melhor representada em mapas com escala cartográfica ao redor de 1:10.000; o *distrito*, um conjunto de localidades que fosse "(...) reconhecível por leigos e estudiosos (...)" (BAHIANA, 1986:40) representável preferivelmente em mapas com escalas cartográficas entre 1:50.000 e 1:250.000; a *província*, agregando distritos vizinhos que compartilham características comuns e que deveria ser representada cartograficamente em cartas com escalas de até 1:1.000.000; e *domínio*, englobando "(...) uma região bem mais vasta, do tipo das que aparecem nos mapas de 1:5.000.000." (BAHIANA, 1986:40)

Por fim, Allan Philbrick recebe destaque de Bahiana por aprofundar a ideia de uma hierarquia analítica de regiões. O brasileiro situa Philbrick no limiar do período que marca a transição entre o predomínio do método regional na geografia estadunidense e a emergência da geografia quantitativista. Sua preocupação emerge da constatação da diferenciação das áreas do mundo de acordo com diferentes organizações da atividade humana. A partir daí, ele busca em seu artigo "(...) definir e classificar unidades de ocupação e explorar suas combinações observáveis numa hierarquia agrupada de unidades de áreas de organização funcional sucessivamente maiores." (PHILBRICK, 1957:303) Mais do que isso, tem como intenção "(...) formular princípios segundo os quais a organização em áreas da sociedade possa ser vista surgindo das interconexões funcionais de tais unidades de escalas de magnitude variáveis." (PHILBRICK, 1957:303) [tradução livre][68] O autor então define diferentes conceitos e princípios para formular seu quadro de análise. Além dos conceitos de *ocupação* e *unidades de ocupação*, PHILBRICK (1957:303 e seg.) também reflete sobre princípios que afetam a organização em áreas das atividades humanas. Seriam eles: *focalidade* (as ocupações humanas se organizam com foco em espaços específicos, que podem variar com o tempo); *localização* (os estabelecimentos que contituem as ocupações humanas são localizados individualmente em lugares únicos e específicos); *interconexão*

[68] "(…) to define and to classify units of occupance and to explore their observable combinations in a nested hierarchy of succes-sively larger areal units of functional organization. The purpose is further to formulate principles according to which the areal organization of society can be seen to spring from the functional interconnections of such units of varying scales of magnitude."

(responsável pela evolução de áreas de organização maiores e mais complexas do que os estabelecimentos individuais e que podem ser pensadas de duas formas —como paralelas quando entre unidades de tipos similares, ou nodais quando entre estabelecimentos diferentes focados no centro de uma área nodal de organização funcional); e *continuidade e descontinuidade espacial* (haveria um contraste entre a impressão de continuidade espacial das diferentes ocupações humanas sobre a superfície da Terra e, por outro lado, a série de descontinuidades espaciais físicas e organizacionais que interrompem tais padrões). Esses dois últimos —interconexão e continuidade/descontinuidade espacial— são ressaltados por Bahiana. Ao serem articulados eles estão no centro do mecanismo de progressão escalar apresentado por Philbrick. Ao seguir tal progressão das maiores às menores escalas cartográficas, ficaria clara a alternância de dois tipos de organização —homogênea e nodal.[69] O encadeamento homogêneo ou nodal dos estabelecimentos em áreas de organização maiores e mais complexas permitiria vislumbrar, segundo Bahiana, a conexão entre escalas sem a perda de suas particularidades. Philbrick indica que esse dispositivo permitiria aliviar o dilema de não se conseguir analisar ao mesmo tempo "a árvore e a floresta", e complementa sumariando:

> "(...) a estrutura de ocupação em área é composta de um número de ordens encaixadas de organização funcional em área arranjadas em uma hierarquia funcional. Essa hierarquia funcional encaixada é caracterizada por mudanças alternadas de relações paralelas para organização nodal a medida que o tamanho e a complexidade das unidades de ocupação progridem da parcela ao estabelecimento, de grupos de estabelecimentos paralelos à comunidade, etc., em uma progressão da grande à menor escala." (PHILBRICK, 1957:308) [tradução livre][70]

Nas considerações de Philbrick fica explícito que suas preocupações se ancoram na funcionalidade dos recortes espaciais. Ainda que as questões ligadas aos processos de identificação e classificação das unidades de área estejam presentes em suas reflexões, seu esforço em dispor funcionalmente tais recortes antevê um aspecto que se tornaria crucial para a emergência da escala geográfica como um problema das pesquisas sócio-espaciais: a organização das unidades espaciais.

---

[69] Esse processo se daria da seguinte forma: "(…) a unidade de produção nodal é composta por campos homogêneos; a área agrícola homogênea é composta por unidades de produção nodais; e a área de mercado da cidade nodal é composta por áreas agrícola-residenciais homogêneas cercando um centro comercial homogêneo." (PHILLBRICK, 1957:308) [tradução livre]

[70] "(…) the areal structure of occupance is composed of a number of nested orders of areal functional organiza-tion arranged in a functional hierarchy. This nested functional hierarchy is charac-terized by alternate shifts from parallel relationship to nodal organization as the size and complexity of the units of oc-cupance progresses from parcel to estab-lishment, from groups of parallel establish-ments to the community, etc., in a pro-gression from large to smaller scale."

2.2. AS AGREGAÇÕES E A ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESPACIAIS: A EMERGÊNCIA DO *PROBLEMA DA ESCALA GEOGRÁFICA*

A chamada "revolução quantitativa", processo do qual emerge a geografia quantitativista —então também chamada "nova geografia"— ganha influência e destaque nesse ambiente disciplinar entre as décadas de 1950 e 1970. CAPEL (1981) considera como alguns dos ritos fundadores desse processo as publicações de Fred SCHAEFER (1953) "*Excepcionalism in Geography*" e de William BUNGE (1962) "*Theoretical Geography*". Mas além deles, vale também lembrar a importância do trabalho de David HARVEY (1969) "*Explanation in Geography*".

Ao discutirem o papel conferido ao pensamento de Immanuel Kant na história do pensamento geográfico por diferentes autores, LIVINGSTONE e HARRISSON (1981) destacam a crítica feita por Fred Schaefer às ideias de Ritter, Hettner e Hartshorne. Segundo SCHAEFER (1953), a maturação da ciência geográfica teria sido atrasada até então pelo menos por dois aspectos interligados: o foco na abordagem idiográfica que teria afastado-a da tarefa de elaboração de leis —vista por ele como a própria tarefa científica; e, ligado a isso, a defesa de que a Geografia (tal qual a História) teria um caráter excepcional —ou seja: deveria ser tratada de maneira diferente das ciências sistemáticas, tendo inclusive métodos distintos. Schaefer nega tal excepcionalismo, reforçando a ideia de que as ciências unificariam-se através da adoção de um método único. O autor, assim, ecoava o neo-positivismo difundido no ambiente anglo-saxão especialmente pelos membros do Círculo de Viena,[71] que destacavam a análise lógica e a linguagem matemática como formas de se distanciar do empirismo e do positivismo clássico. Schaefer ainda destaca que apesar de ser parte fundamental da Geografia, a perspectiva corológica enfatizada por Humboldt e Ritter teria trazido mais controvérsias e incompreensões metodológicas do que outra coisa para esse campo científico. Considerando as pesquisas geográficas como sendo basicamente de dois tipos —sistemática ou regional—, SCHAEFER (1953:228) afirma que "[u]ma região contem, de fato, uma combinação especial, única e ainda em alguns aspectos uniforme de tipos ou categorias de fenômenos," [tradução livre][72] e que o nível de detalhe e a coleta das informações dependeriam do tamanho da região a ser considerada com base na qual o

[71] Ver CAPEL (1981).

[72] "A region contains, to be sure, a special, unique, yet in some ways uniform combination of kinds or categories of phenomena."

pesquisador buscaria os dados sobre a distribuição espacial dos indivíduos de cada classe considerada pela pesquisa. Mas o trabalho enquanto cientista social começaria somente a partir daí, quando o geógrafo buscaria encontrar as relações entre os indivíduos e as classes que dão à região um caráter unitário e, em seguida, vincular tais relações a leis gerais. Ou seja: a partir do momento em que se aplicasse uma abordagem sistemática.

Nesse sentido, Harvey reforça a ideia de que, apesar dos fenômenos aparentarem se distribuir de maneira aleatória na superfície da Terra,

> "(…) existem fortes elementos de organização no espaço geográfico e eles podem muitas vezes ser identificados em um padrão num mapa. O problema, no entanto, é identificar os elementos de regularidade naquilo em que geralmente se vê um padrão espacial totalmente irregular. Nós temos procurado há muito identificar essas regularidades intuitivamente (...). Nós agora possuímos maneiras objetivas de mensurar padrões e essas maneiras também se relacionam operacionalmente a alguns dos problemas metodológicos básicos com os quais a análise geográfica se enfrenta." (HARVEY, 1969:385) [tradução livre][73]

A questão da escala surge então ligada à ênfase na medição desses padrões espaciais. "(...) [A]o estudo da terra como diferenciação de áreas únicas opor-se-á o exame de padrões espaciais (...). O objetivo passa a ser o estudo da organização do espaço" (BAHIANA, 1986:51) que, por sua vez, prometia permitir a predição e teorização que explicaria os casos particulares. Bahiana ressalta que se trata da primeira vez que se pode perceber as escalas sendo colocadas como um problema metodológico explícito na geografia. Diferentemente da abordagem regional, porém, as questões escalares seriam vistas como uma série de problemas técnicos e sob a ótica quantitativa.[74]

As *agregações espaciais* ganharam importância no debate, uma vez que o tamanho e a forma das unidades de áreas —consideradas como "indivíduo geográfico"— influenciavam a coleta de dados e os índices encontrados a seu respeito, transformando tais interferências em preocupações das pesquisas. A agregação era, então, vista como um problema central para todos os tipos de análise geográfica, envolvendo questões de escala e de comparação interna das áreas agregadas. BAHIANA (1986:53) sintetiza as questões de escala nesse contexto com as seguintes questões: "O 'indivíduo geográfico', sendo já um agregado, pode ser usado sem maiores preocupações? Existe uma unidade ideal mínima de estudo para a geografia?"

---

[73] "[t]here are strong elements of organisation within geographic space and these can often be identified in a map pattern. The problem, however, is to identify the elements of regularity in what often seems a totally irregular spatial pattern. We have long sought to identify these regularities intuitively (…). We now possess objective ways of measuring pattern and these ways also relate operationally to some of the basic methodological problems with which geographical analysis is faced."

[74] Comentarei nas considerações preliminares deste capítulo, porém, que essa característica técnica das questões escalares tinham também um nítido sentido político: a potencialização da ação.

No âmbito da ecologia humana, por exemplo, o problema da influência da forma de coleta ou da base espacial sobre o agregado de dados espacializados (o "indivíduo geográfico") foi colocado ao redor daquilo que ficou conhecido como a *falácia ecológica*.[75] William ROBINSON (1950) é um dos principais autores a levantar essa questão ao indicar ser errado inferir relações entre indivíduos a partir de estudos que se utilizavam de dados de escalas agregadas maiores. Ele deixa claro que sabe que "(...) essa conclusão tem sérias consequências e que seu efeito parece totalmente negativo porque lança sérias dúvidas sobre a validade de um número importante de estudos (...)" (ROBINSON, 1950:357) que haviam sido feitos até então.

Anos depois o problema da agregação dos dados ainda era tematizado. Bahiana traz o exemplo de Stan Openshaw, segundo o qual as questões ligadas a esse problema afetam todos os tipos de análise geográfica.

> "O problema da agregação espacial é, por essência, geográfico, pois se refere a um sistema de divisão do espaço para a análise geográfica. As áreas de um dado sistema de divisão constituem as entidades ou objetos, os indivíduos geográficos que são as unidades de base observáveis para a medida e análise dos fenômenos espaciais." (OPENSHAW, 1981:16 apud BAHIANA, 1986:55-6)

Ainda assim, Bahiana lembra que essas preocupações não colocaram em questão de maneira definitiva a agregação espacial de dados. Uma vez sendo impossível conseguir correlações a partir de dados individuais, essa falácia teria sido vista como um "mal necessário."[76] Considero que talvez esse tenha sido um dos motivos pelos quais essa problemática tenha gerado reflexões aprofundadas sobre suas implicações.

Os trabalhos de David HARVEY (1968, 1969) são exemplos nítidos disso, trazendo algumas das maiores contribuições em termos de situar a questão das escalas geográficas como parte crucial do raciocínio sócio-espacial, especialmente ao relacionar processo, padrão e a questão das escalas geográficas, conforme também lembra BAHIANA (1986). Dentre suas colocações, Harvey aborda os problemas do indivíduo geográfico e das agregações em sentido muito similar ao apontado por ROBINSON (1950). Para o autor, por exemplo, dentre os cuidados para se aplicar os métodos estatísticos às pesquisas geográficas está o problema conceitual de se especificar a população geográfica.[77] Sua definição depende da natureza do

---

[75] Ver BAHIANA (1986) e McMASTER e SHEPPARD (2004).

[76] Os desdobramentos dos problemas relacionados a agregação de áreas e outras características dos dados considerados em pesquisas quantitativas, no entanto, podem ser vistos ainda hoje. É o caso das questões que envolvem, por exemplo, a resolução espacial dos dados e o chamado problema da unidade de área modificável ("*Modifiable Areal Unit Problem*" – MAUP) (McMASTER e SHEPPARD, 2004).

[77] Ver HARVEY (1969).

estudo e, no caso das pesquisas geográficas, "(...) compreende uma classe de objetos, eventos ou números que são de [seu] interesse direto." (KRUMBEIN e GRAYBILL, 1965 apud HARVEY, 1969:277) [tradução livre][78] Isso leva à necessidade de se estabelecer com clareza qual indivíduo geográfico é considerado, sendo este identificado por uma linguagem espaço-temporal —um ponto, uma linha, uma área, um volume, etc. "Em parte, o problema depende de a população ser concebida como sendo composta de elementos agregados (como condados ou caixas de areia) ou de elementos individuais (como fazendas e seixos) (...)." (HARVEY, 1969:279) [tradução livre][79]

As unidades de área servem para exemplificar como essas definições básicas precisariam ser realizadas de forma precisa. Se não o fossem, as unidades de área singulares e coletivas passariam a ser comparadas entre si mesmo sendo essencialmente distintas, trazendo problemas de inferência às pesquisas. Estes problemas seriam reforçados quando as unidades de área eram organizadas em uma estrutura hierárquica na qual as unidades menores se encaixam nas unidades maiores, por exemplo. Tais arranjos, segundo o autor, são frequentemente imperfeitos, além de serem flexíveis em um grau que aumentaria o risco de se realizar comparações entre unidades de área de tipos diferentes.

Mas essas questões relacionadas à comparabilidade e inferência não existem somente quando se busca comparar elementos em um mesmo nível. Harvey observa que elas também existem quando se busca estudar simultaneamente diferentes níveis na hierarquia. É a esse conjunto de problemas que ele chama de *problema da escala*.

> "Em uma situação hierárquica encaixada como essa deve ser observado que comparações somente podem ser feitas entre indivíduos similares (p. ex. indivíduos no mesmo nível na hierarquia) e que inferências feitas sobre relações em um nível não podem ser estendidas, sem se fazer fortes suposições, para outro nível." (HARVEY, 1969:352) [tradução livre][80]

Harvey reconhece que tais unidades de área não são entidades naturais, portanto tanto sua definição quanto sua organização precisam ser consideradas como aspectos construídos pela pesquisa. Daí emerge a questão de como escolher as unidades de área com tamanho apropriado para cada situação, visando tanto a coleta de dados quanto as comparações que possam auxiliar na observação das regularidades e identificação dos padrões

---

78 "(...) comprises a class of objects, events, or numbers that are of direct interested."

79 "In part the problem depends on whether the population is conceived of as being made up of aggregate elements (such as counties or cartons of sand) or of individual elements (such as farms and pebbles) (…)"

80 "In such a 'nested' hierarchical situation it should be observed that comparisons can only be made between similar individuals (i.e. individuals at the same level in the hierarchy) and that inferences made about relationships at one level cannot be extended, without making strong assumptions, to any other level."

espaciais. O autor recorre às técnicas matemáticas para sugerir que "[o] tamanho apropriado da unidade de área depende de como o fenômeno a ser examinado é distribuído espacialmente, (...) [sendo a unidade ideal aquela que] minimiza o grau de auto-correlação espacial dos dados." (HARVEY, 1969:384) [tradução livre][81] A tomada de tais técnicas como base para a identificação dos padrões espaciais traria consigo, portanto, ao menos três problemas metodológicos: o problema da escala, a questão da natureza do padrão espacial, e a relação entre padrão espacial e processo.

> "Os processos são relevantes apenas em uma certa escala de atividade, e os processos relevantes variam de acordo com a escala de análise escolhida. (...) A relação entre processos e formas espaciais é geralmente aceita como uma preocupação fundamental do geógrafo. Nossas descrições da forma espacial são totalmente dependentes da escala. E a escala de análise relevante pode ser determinada somente em termos da variabilidade espacial e do significado de um determinado processo. Há, portanto, fortes interdependências entre padrão e processo e a única maneira de evitarmos um argumento puramente circular é reconhecer muito claramente a natureza destas interdependências." (HARVEY, 1969:386) [tradução livre][82]

Por fim, ao reunir as principais considerações de seu livro, Harvey afirma que a dificuldade de encontrar uma estrutura de leis adequada que possa auxiliar na explicação de um evento está ligada à necessidade das pesquisas geógraficas identificarem os domínios específicos daquilo a respeito do que devem especular. Ele reconhece ser difícil afirmar quais domínios seriam esses, mas sugere que algumas questões levantadas em seu livro podem dar pistas nesse sentido. Harvey indica que em vários pontos de suas reflexões, por exemplo, três problemas metodológicos interrelacionados surgem. Aparentemente, porém, eles poderiam ser solucionados apenas através de decisões filosóficas. Seriam eles (a) a natureza dos *indivíduos geográficos*, (b) a natureza das *populações geográficas* (c) e o *problema da escala*.

Os dois primeiros problemas seriam de difícil resolução sem que as questões ao redor do domínio próprio às investigações geográficas fossem resolvidas. Já a terceira questão, no entanto, teria implicações mais importantes justamente porque "[o] problema da escala pode então ser usado para chegar a certos problemas filosóficos a respeito da natureza dos

---

[81] "The appropriate size of areal unit depends on how the phenomenon being examided is spatially distributed and we can regard it, in theoretical terms, as that areal individual which minimises the degree of spatial auto-correlation in the data."

[82] "Processes are relevant only at a certain scale of activity, and the relevant processes vary according to the scale of analysis chosen. (…) The relationship between processes and spatial forms is generally accepted as a fundamental concern of the geographer. Our descriptions of spatial form are entirely dependent on scale. And the relevant scale of analysis can be determined only in terms of the spatial variability and significance of a given process. There are therefore strong interdependencies between pattern and process and the only way we can avoid purely circular argument is to recognise very clearly the nature of these interdependencies."

indivíduos geográficos e populações geográficas." (HARVEY, 1969:485) [tradução livre][83] O autor explica isso referindo-se à discussão feita por ele sobre os sistemas:

> "Sistemas (...) são feitos de indivíduos (ou elementos), mas se nós escolhermos alterar o que foi chamado de nível de resolução esses próprios indivíduos podem ser tratados como sistemas contendo indivíduos de ordens inferiores. *A implicação filosófica disso é que a definição de um indivíduo depende do nível de resolução particular ou escala na qual nós escolhemos trabalhar*." (HARVEY, 1969:484) [grifos nossos] [tradução livre][84]

Diante disso, Harvey se propõe a refletir rapidamente sobre o nível de resolução típico da pesquisa geográfica. Apesar de considerar que tais investigações tendem a tratar de sistemas de indivíduos localizados entre as escalas dos padrões espaciais "dos cristais em um floco de neve" e aquelas "das estrelas no universo", ele afirma estar

> "(…) preparado para sugerir que outro princípio do pensamento geográfico é que seu domínio é definido em termos de um *nível de resolução regional*. Qualquer fenômeno que exibe variações significantes nesse nível de resolução é passível de ser sujeito a investigação pelo geógrafo." (HARVEY, 1969:485) [grifos nossos] [tradução livre][85]

Isso corrobora a ideia afirmada por ele de que "[p]ode ser que o domínio do geógrafo possa ser melhor abordado por uma análise do nível de resolução particular no qual ele trabalha, ao invés do exame do tipo de objeto que ele discute." (HARVEY, 1969:484) [grifos nossos] [tradução livre][86]

2.3. Considerações preliminares e apanhado geral do capítulo: A organização das unidades espaciais como potencializadora da ação

O objetivo com a breve retomada bibliográfica feita neste capítulo e no anterior foi destacar a presença de pelo menos dois tipos de relações espaciais nos debates das obras e dos

---

[83] "[t]he problem of scale can thus be used to get at certain philosophical problems regarding the nature of geographical individuals and geographical populations."

[84] "Systems (...) are made up of individuals (or elements), but if we choose to alter what was termed the resolution level these individuals themselves could be treated as systems containing lower-order individuals. The philosophical implication of this is that the definition of an individual depends upon the particular resolution level or scale at which we choose to work."

[85] "(…) prepared to suggest that another basic tenet of geographic thought is that its domain is defined in terms of a regional resolution level. Any phenomena that exhibits significant variation at that resolution level is likely to be the subject of investigation by the geographer."

[86] "It may be that the domain of the geographer can best be approached by an analysis of the particular resolution level at which he works rather than by an examination of the kind of subject-matter he discusses."

períodos abordados até agora, sendo ambos completamente interligados: a dinâmica de divisão e organização do espaço e as consequentes relações entre as partes que as integram em diferentes concepções de totalidade. Ambas, a meu ver, fazem parte das bases da problemática escalar nas discussões sobre a espacialidade.

Neste capítulo, ressaltei que mesmo que a geografia regional tradicional continuasse a focar-se na região como escala característica de suas pesquisas, algumas investigações passaram a considerar mais explicitamente as formas como essa unidade era inserida em uma organização hierárquica composta por diferentes recortes do espaço. Tanto os estudos de áreas determinadas quanto aqueles atentos à distribuição de aspectos específicos pelo mundo cumpriam papeis importantes nesse processo. Por isso mesmo HARTSHORNE (1939) não via uma dualidade entre eles. Ao invés de perspectivas conflitantes, os estudos da geografia adotariam somente diferentes posições ao longo de um *continuum* com somente seus extremos nitidamente perceptíveis: de um lado os estudos de aspectos elementares em sua distribuição pelo mundo ("estudos tópicos") e, de outro, as análises das integrações complexas entre diferentes aspectos dentro das fronteiras de uma área determinada ("estudos regionais"). Os estudos geográficos deveriam, portanto, considerar sempre esses dois métodos —ainda que em graus variáveis. O indispensável seria atentar para o fato de que ambos os métodos usariam o critério regional, baseado na divisão da área total do estudo em seções que tenham um certo grau de unidade. No entanto, ainda que tenha mantido tal sugestão integradora, a abordagem de Hartshorne acabou enfatizando a perspectiva idiográfica e motivando diversos debates posteriores a respeito da validade de uma ciência baseada nesse prisma. Mas vale lembrar, a essa altura, que a necessidade de se ir além dos estudos particulares e se buscar as generalizações possíveis a partir deles também estava presente em reflexões de outros autores, como nas de Roderick Peattie lembrado por HEROD (2011). Para esboçar tais elementos minimamente nomotéticos, porém, o problema da definição das áreas e interconexões espaciais a serem consideradas era ressaltado. Não à toa HARTSHORNE (1939) dedica dezenas de páginas à questão de como dividir e organizar o mundo em regiões.

A divisão e organização do mundo não é, portanto, um aspecto trivial. Isso fica explícito no trabalho de Bird, que coloca a questão da escala como figurando no centro das reflexões dos estudos regionais ao enfatizar que a mudança de escala alterava também os fenômenos a serem observados. Nesse sentido, entre as possibilidades trazidas pela integração de estudos tópicos e regionais, o autor levanta também os problemas derivados da necessidade em se definir a extensão dos espaços considerados ao se implementar o critério

regional nas análises geográficas. Além da compartimentação do espaço para seu estudo, Whittlesey é outro autor que ressaltou o papel da articulação das partes e dos fenômenos como elemento intrínseco do processo que, segundo ele, levaria à descoberta de ordens no espaço. A hierarquia de regiões derivada de seu pensamento também é um exemplo, segundo Bahiana, da busca por sistematizar a geografia regional através da questão da escala no mesmo sentido das reflexões de Unstead comentadas anteriormente. A complexidade da tarefa de dar conta tanto da divisão quanto da articulação do mundo é, por fim, escancarada no trabalho de PHILBRICK (1957). Me parece significativo o fato de que o mecanismo de progressão escalar proposto pelo autor se baseie justamente na sucessão intercalada e interconectada de unidades espaciais nodais e de áreas. Dessa forma ele sugere que a diferenciação dos espaços pode ser compreendida a partir de uma integração de áreas, pontos e fluxos que poderiam instigar abordagens inovadoras, oferecendo elementos para que fosse possível pensar o papel das conexões em rede na dinâmica escalar do espaço —tarefa promissora aind ahoje em dia. Suas reflexões culminam em uma hierarquia de áreas encaixadas que seria organizada através de unidades espaciais contínuas dispostas em áreas sucessivamente mais amplas.

Não há como negar que a proposta final de hierarquia de áreas de Philbrick possui características similares às ideias que até hoje predominam, em diferentes roupagens, a respeito da organização das escalas geográficas —como unidades basicamente contínuas e hierarquicamente arranjadas. O mesmo pode ser visto, grosso modo, nas considerações feitas sobre o trabalho de Bird e Whittlesey. Philbrick dá pistas, no entanto, de como essa perspectiva sobre a integração espacial dos fenômenos pode operar. Além disso, constrói seu argumento partindo das parcelas menores à constituição das parcelas maiores do espaço, em uma perspectiva que elabora a organização escalar "desde baixo". Essa abordagem não escapou de críticas, como aquelas feitas por Peter TAYLOR (1982:23) ao afirmar que "[n]a verdade o artigo de Philbrick é uma teoria das escalas geográficas extremamente liberal" [tradução livre][87], afirmação sustentada no fato de Phillbrick considerar a escala individual como determinante. Dentre os autores abordados até agora ligados à geografia regional, no entanto, concordo com BAHIANA (1986) quando ele afirma que Philbrick traz uma abordagem bastante sofisticada em termos de suas elaborações conceituais, formulações teóricas e procedimentos operacionais. Mais do que isso, suas proposições a respeito de uma organização escalar que parte das "(...) mais simples unidades de ocupação (...)"

[87] "In fact Phillbrick's paper is an extreme liberal theory of geographical scales."

(PHILBRICK, 1957:303) [tradução livre][88] mostra-se afim a uma abordagem indutiva desse processo. Por fim, seu trabalho também exemplifica como ao menos parte da literatura da época percebia e dava importância à organização das diferentes divisões possíveis do espaço terrestre, para além da definição e identificação de tais parcelas.

Trata-se certamente de um período de transição. Em tal momento as críticas à perspectiva idiográfica e a emergência das abordagens neo-positivistas que caracterizariam a geografia quantitativista dos anos seguintes já estavam presentes nos debates. Nesse sentido, Chris COLLINGE (2006) nos lembra que a estrutura de escalas menores encaixadas nas maiores (*nested scales*), teria sido introduzida justamente nesse período entre as décadas de 1950 e 1960 com o objetivo de descrever padrões espaciais em diferentes níveis de agregação. Vemos que essa preocupação, no entanto, perpassava tanto as reflexões daquelas pessoas que na época estavam mais ligadas à geografia regional tradicional quanto daquelas que se vinculavam mais diretamente às novas perspectivas teórico-metodológicas em ascensão. Assim, a emergência da ideia de uma hierarquia sequencial "encaixada" de escalas ocorre justamente no período de transição entre a geografia tradicional e a geografia quantitativista, época na qual muitos trabalhos eram, portanto, influenciados duplamente por esses diferentes prismas.

Ao mesmo tempo, esse encontro de perspectivas parece ter sido propício às reflexões sobre a escalaridade dos processos sociais. Por um lado, a "geografia tradicional" focava suas atenções principalmente nos aspectos a serem considerados para identificar as diferentes *divisões* possíveis do espaço, como as características a serem levadas em conta na definição das regiões, suas dimensões, os processos para sua definição, e assim por diante. Ainda que a organização e articulação dessas parcelas também fossem elementos eventualmente problematizados, a atenção daquelas pesquisas não estava voltada para esses aspectos. Neil SMITH (1988) também destaca, por exemplo, que a geografia tradicional —em conjunto com a geografia comercial britânica— focou suas reflexões especialmente sobre a diferenciação de áreas. A geografia quantitativista, por outro lado, aborda essas questões a partir uma ótica diferenciada. O problema das divisões possíveis do espaço surge ligado às perguntas sobre como identificar o indivíduo geográfico. A importância da identificação dessa unidade básica, no entanto, emerge por sua conexão com a definição das unidades que agregariam tais indivíduos e de como se procederia a tal agregação —ou seja: como estabelecer as populações

[88] "The simplest unit of occupance is the single establishment occupied by a person or small group of persons. A farm, a store, a dwelling all are simple examples which come to mind."

geográficas. A escala geográfica é tratada por HARVEY (1969) nesse contexto como sinônimo de nível de resolução. As complicações na definição do tamanho apropriado das unidades de área que seriam utilizadas em cada pesquisa faziam parte daquilo que o autor apontava como sendo o chamado problema da escala. Para ele, cada fenômeno tinha sua escala geográfica ideal para ser trabalhado, na qual os padrões espaciais se mostravam não só mais evidentes como também melhor relacionados aos processos que os influenciavam.[89] Somente após o estabelecimento dos indivíduos e populações geográficas é que os padrões espaciais poderiam ser identificados. Assim, diferente da geografia tradicional, tais reflexões me parecem mais vinculadas à preocupação com a *organização* dos recortes espaciais —como BAHIANA (1986) já havia destacado— do que às questões de como dividir o espaço.

Não se trata, portanto, somente de um contraste entre uma abordagem qualitativa da geografia tradicional e outra quantitativa da então chamada "nova geografia" em busca de solucionar as questões de escala, como coloca Bahiana. Trata-se de enfatizar não só o problema da definição das unidades nas quais o espaço é dividido, mas também as questões que envolvem outra dimensão da espacialidade: a organização articulada dos recortes espaciais. No caso da geografia de inspiração neo-positivista da época, por exemplo, o que predomina é a articulação das unidades espaciais através de sua inserção hierarquizada em possíveis unidades de área maiores nas quais as unidades menores se encaixariam, diferentemente da geografia regional.

É intrigante perceber, portanto, que a problemática escalar com tal perspectiva hierárquica emergiu nesse contexto de múltiplas influências e de aproximação teórica de dois aspectos centrais da espacialidade: a diferenciação espacial —origem das divisões do espaço — e suas formas de organização. O trabalho de PHILBRICK (1957) serve de exemplo disso, visto que seu interesse por buscar organizar a diversidade espacial surge justamente da diferenciação vista por ele no espaço. Isso reforça o entendimento de que é da diferenciação do espaço que emerge a escalaridade, entendida como elemento constituinte da espacialidade humana por seu papel central na busca por organizar a diferença em termos espaciais.[90] As escalas geográficas seriam, assim, elementos centrais do mecanismo epistemológico que vincula as partes do espaço ao todo.

---

[89] Tal perspectiva se assemelha a um dos aspectos levantados na década de 1980 por RACINE et al (1983) e de 1990 por CASTRO (1995), que viam a escala como um mecanismo que confere visibilidade ao real.

[90] A questão da diferenciação espacial como princípio originário da necessidade de classificação e organização de unidades espaciais ainda precisa ser abordada com maior profundidade. SMITH (1984) trata o tema da diferenciação espacial como parte da dinâmica do capitalismo, por exemplo, desde uma perspectiva materialista. Para uma revisão teórica sobre o tema da diferenciação espacial, ver BESSA (2004).

Isso me faz retornar à relação entre partes e totalidades espaciais. Parece nítido que o processo de compreensão da diferenciação espacial passa pela identificação das parcelas nas quais o espaço é ou pode ser particionado. O fato de os fenômenos se diferenciarem no espaço impele à reflexão sobre os limites dessa diferenciação. Isso coloca em voga os problemas da identificação dessas parcelas. Na busca por conferir sentido a este aspecto geral —a diferenciação espacial dos fenômenos— a identificação das características específicas de suas partes, das maneiras como elas se articulam com outras e das formas como essas vinculações se organizam são elementos importantes para as reflexões sócio-espaciais desde a antiguidade grega. Ainda que guardadas as diferenças, vejo tais procedimentos presentes também após a emergência dos pressupostos da modernidade do final do século XVIII e durante o século XIX e alimentando os debates sobre a dimensão espacial da sociedade até a atualidade.

Essa permanência indica que a articulação entre partes e totalidade(s) permeia as reflexões sobre a espacialidade. Mas a emergência das escalas geográficas como um problema formulado explicitamente ocorre somente com o advento da geografia quantitativista. Por quê?

Vou recorrer rapidamente a uma outra área acadêmica. Ao comentar sobre como as relações sociais tornaram-se objeto de conhecimento por parte da Antropologia Social britânica no início da década de 1950, a antropóloga Marilyn STRATHERN (2014) lembra que Mayer Fortes e seus colegas explicitavam no início daquela década a necessidade de uma mudança de escala. Segundo eles, ao buscar descobrir as influências mútuas entre, por um lado, as relações sociais e, por outro, as morais, crenças e valores, seria possível classificar as pessoas através das relações que existiam entre elas. A antropologia social britânica afirmava, então, que as "(...) relações entre as pessoas eram a base dos sistemas e de que os sistemas que elas criam para si mesmas seriam manifestações de segunda ordem da sua habilidade humana primária de estabelecer relações" (STRATHERN, 2014:274), cujo estudo permitiria "(...) extrair diversos tipos de conhecimento —político, econômico, religioso, etc." (STRATHERN, 2014:273) No entanto, para que essas relações sociais pudessem estar disponíveis àquelas pessoas que estão implicadas nelas, elas "(...) devem se tornar discerníveis, objetivadas (…) incorporadas em objetos materiais e lugares, em palavras, atos, ideias [e] regras." (FORTES, 1969 apud STRATHERN, 2014:273)

Suas considerações me remetem a dois aspectos que creio ser possível relacionar com a emergência das escalas geográficas enquanto problema explícito das pesquisas sócio-

espaciais. O primeiro deles diz respeito à importância da classificação para a produção de diferentes tipos de conhecimentos (políticos, econômicos, religiosos, etc.), que se tornam instrumentos à disposição das pessoas somente se são "discerníveis, objetivadas e incorporadas". Isso ressalta, ao meu ver, que o ato de elaborar classificações propicia desdobramentos políticos e, portanto, práticos. Mas o comentário de Strathern também destaca o reconhecimento daqueles autores —e das pessoas ligadas àquela área acadêmica no período— sobre a importância de os procedimentos classificatórios serem feitos em diferentes níveis, visando a possibilidade de realizar inferências de informações a partir de tais estudos.

De volta às pesquisas sócio-espaciais e às reflexões sobre a dimensão escalar da espacialidade, recordo que terminei o primeiro capítulo afirmando que o debate ao redor da identificação das unidades espaciais estava vinculado ao surgimento, fortalecimento e expansão de novas configurações de relações de poder, especialmente vinculadas à consolidação do Estado-nação. Para que a compreensão das diferenças espaciais seja efetivamente útil à ação que objetiva influenciar o comportamento da população, no entanto, é necessária a capacidade de proceder a comparações que subsidiem a definição de prioridades de atuação. Mesmo o filósofo inglês do século XVII John Locke já ressaltava que o ato de comparar, colocando itens em relação, era um exercício esclarecedor.[91] Além disso, o estabelecimento de territórios —relações sociais de poder projetadas no espaço—[92] implica em dinâmicas locacionais específicas visto nem sempre ser possível estar presente e atuar concomitantemente em diferentes locais. A importância da comparabilidade como subsídio ao estabelecimento de prioridades para as ações é crescente no decorrer da primeira metade do século XX, especialmente com a ampliação da capacidade de coleta e tratamento de dados propiciado pelos avanços da estatística —ciência do Estado, como lembra PORTO-GONÇALVES (2002). Soma-se a isso a influência das pressões pela aplicabilidade dos conhecimentos produzidos, especialmente na figura do planejamento e da gestão estatal e empresarial. Para isso, portanto, é fundamental que as sobreposições espaciais, antes submersas por questões de inferência estatística, sejam explicitadas para que possam ser evitadas quando necessário. A necessidade de se estabelecer um ordenamento das unidades espaciais, assim, impulsiona a emergência das escalas geográficas como um instrumento que viabiliza a comparação e potencializa a produção de informações consideradas como subsídios fundamentais à atuação sobre e através do espaço.

---

[91] Apud STRATHERN (2014).
[92] Ver SOUZA (1995, 2009).

Isso não significa que a teorização sobre o conceito de escala geográfica refletiu ou expressou práticas sociais, nem que a dinâmica da sociedade se trata de uma aplicação dessa teorização. A permanência do debate sobre a articulação entre partes e totalidade(s) em diferentes períodos explicita que as elaborações teóricas permeiam as práticas sócio-espaciais ao mesmo tempo em que estas embebem a teoria. "É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática." (FOUCAULT, 1990:71).

A emergência do problema da escala geográfica tem, portanto, profundas ligações com as dinâmicas de exercício de poder na sociedade, o que fica nítido quando Porto-Gonçalves fala sobre a expansão colonial europeia do século XVI.

> "(...) [N]a demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos —históricos certamente— de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados." (PORTO-GONÇALVES, 2002:228)

Cabe lembrar, no entanto, que isso não é exclusividade de elites econômicas, políticas ou intelectuais, sejam elas dominantes ou não. Há muitos outros saberes que não se balizam pela validação científica, por exemplo, e que mesmo assim conferem sentido à realidade valendo-se de explicações que vão além de fatos específicos, construindo outras referências de totalidade. A busca por entender essas distintas partes do espaço como organizadas de maneira coerente é expressão da tentativa de conferir sentido à diversidade sócio-espacial do mundo. Acontece que o mundo pode ser dotado de sentido —e suas diferenças e relações sócio-espaciais ganharem significado— através do uso de diferentes referências explicativas. O processo de identificação das especificidades sócio-espaciais e de sua vinculação a distintos modelos explicativos que lhes confiram sentido exerce influência direta sobre as maneiras como compreendemos a realidade, as interações entre seus elementos e nossas possíveis ações em diferentes contextos.

CAPÍTULO 3

A POLITIZAÇÃO DA ESCALA E SUA ABERTURA CONCEITUAL

Conforme apontei no último capítulo, embora a dimensão escalar tenha estado presente em diferentes momentos da história do pensamento sobre a espacialidade humana, foi especialmente a partir da década de 1950 que questões sobre a escala geográfica passaram a ser levantadas de maneira explícita no âmbito acadêmico da Geografia. Em resposta à ênfase em metodologias quantitativas de abordagem positivista desse momento, as décadas seguintes viram outras abordagens a respeito da dimensão espacial ganharem destaque. As pesquisas interessadas no espaço vivido e a Geografia Crítica de cunho marxista cumpriram papel importante nesse processo, tendo servido de base aos debates que se desenrolariam com maior intensidade a partir da década de 1980 sobre as escalas geográficas.

Meu objetivo neste capítulo será o de recordar as linhas gerais das discussões que "abriram" o conceito de escala geográfica nas últimas três décadas. Além do foco nas produções brasileiras, dispenderei atenção especial também aos trabalhos do ambiente anglófono. Isso se deve ao fato de o debate a respeito das escalas geográficas ter tido grande dimensão nesse meio nas últimas duas décadas. Quanto aos escritos em língua portuguesa, as referências foram buscadas a partir da pesquisa em periódicos nacionais, indicações bibliográficas apontadas em algumas obras que abordaram o tema nos últimos anos dentre outros meios. Já em relação às reflexões em língua inglesa, vale ressaltar que diversos trabalhos sobre o assunto realizam ao menos uma inicial contextualização da problemática escalar a cada publicação. Tomei como referências para elaborar essa retomada bibliográfica os comentários sobre esse tema feitos especialmente por Sallie MARSTON (2000), Robert McMASTER e Eric SHEPPARD (2004), Adam MOORE (2008), Danny MacKINNON (2010) e Andrew HEROD (2011). Vale ainda destacar que a dissertação de BAHIANA (1986) seguirá como outra forte referência para essa revisão, visto sua abordagem histórica sobre o problema da escala na geografia se diferenciar das discussões trazidas pelas outras produções

que buscam resgatar essa trajetória —mas considerando, obviamente, os limites temporais de sua contribuição.

Darei os seguintes passos nas próximas páginas. Primeiramente abordarei a influência dos estudos que Bahiana chama de "geografia humanista" e da geografia crítica de cunho marxista no debate sobre as escalas geográficas, principais responsáveis por explicitar o caráter político das operações de divisão e organização escalar do espaço. Em seguida, apresentarei as principais características das discussões ocorridas no ambiente anglófono desde o final da década de 1980 até aproximadamente o final da primeira década do século XXI. Agruparei tal apresentação nos três grandes eixos que acredito estruturar tal debate: a natureza, a forma e a organização das escalas geográficas. Prosseguirei com as observações a respeito de como esse conceito foi tratado na literatura brasileira nessas últimas décadas. Por fim, buscarei recordar as principais linhas levantadas por esse debate, encaminhando o prosseguimento da reflexão para o capítulo seguinte.

3.1. DA CRÍTICA AO QUANTITATIVISMO AO CONTEÚDO POLÍTICO DO PROCESSO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO ESCALAR

CAPEL (1981) lembra que as críticas endereçadas ao cientificismo positivista da década de 1950 em diante na Geografia encontraram bases férteis inicialmente em duas correntes filosóficas: a fenomenologia e o existencialismo. Ambas têm suas trajetórias próprias, ainda que compartilhem a negação da ciência positivista já no final do século XIX e início do século XX e valorizem tanto os processos de consciência quanto a experiência. Segundo o autor, a experiência pessoal é central para ambas as correntes, ainda que a fenomenologia enfatize a análise da consciência e de sua intencionalidade e o existencialismo tenha seu foco no sentido da existência humana. Tal ideia de experiência fundamenta-se no "mundo da vida"[93] do sujeito consciente, trazendo aspectos subjetivos às reflexões que são completamente distintos das abstrações técnicas da ciência de base positivista. O impacto das duas correntes nas ciências sociais impulsionou

[93] Sobre o conceito de "mundo da vida" na fenomenologia, ver, por exemplo, Alfred SCHUTZ (2012). Outro autor que trabalha com esse conceito é Jürgen HABERMAS (1999a, 1999b, 2002, 2003, 2007). Sua teoria da ação comunicativa é particularmente interessante para o caso de dinâmicas de entendimento em espaços de convívio cotidiano, como já destacara SOUZA (2002, 2006). Sobre um caso como esse abordando as relações diárias de ocupações do movimento dos sem-teto, ver GRANDI (2010, 2012).

> "(…) um enfoque direto, vivencial e não abstrato, valorizando a observação participante do investigador; contribuiu também para difundir uma preocupação pela vida cotidiana, pela forma como o homem concreto se relaciona em cada momento com sua existência e com seu mundo." (CAPEL, 1981:422) [tradução livre][94]

No âmbito da Geografia acadêmica essa influência também se fez presente. Ao final da década de 1960 a chamada revolução quantitativa já via sua influência ser desafiada pelos estudos da percepção vinculados aos enfoques fenomenológicos e existencialistas. Capel e Bahiana situam a origem desse diálogo na influência exercida pelo livro "*Models of man*" (1957) de Herbert Simon sobre as reflexões que Julian Wolpert fez a partir de 1964. Simon havia indicado que os agentes sociais possuem diversas motivações para tomarem determinadas decisões econômicas. Tais escolhas não seriam realizadas, portanto, somente objetivando a maximização dos lucros. Para entendê-las seria preciso considerar também um comportamento que busca a satisfação, no sentido de algo que fosse considerado "bom o suficiente".[95] Wolpert então traz essas reflexões para a Geografia ao estudar tanto as dinâmicas migratórias quanto as atividades de fazendeiros suecos a partir de uma abordagem behaviorista. Assim, ele sugere

> "(…) substituir a racionalidade econômica e seus pressupostos de comportamento otimizante e onisciente por uma teoria do comportamento mais descritiva que permita uma gama de comportamentos decisórios e variações espaciais em ambientes decisórios." (WOLPERT, 1964:558) [tradução livre][96]

As preocupações de seus estudos se ligavam às reflexões feitas em outras áreas acadêmicas, como no urbanismo e na psicologia —em especial a psicologia ambiental. O espaço vivido passa a ser uma peça-chave na busca dessas pesquisas por compreender os processos de tomada de decisões pelos agentes. Como deixa nítido Jean GALLAIS (1977:12),

> "[o] espaço efetivamente vivido fornece a infra-estrutura das possíveis influências. As possibilidades de aceitação de um modelo proposto dependem muito mais das distâncias *estruturais, afetivas* e *ecológicas*, frequentemente interrelacionadas, que separam cada indivíduo deste modelo, do que das vantagens econômicas *objetivas*." [grifos no original]

---

[94] "(...) un enfoque directo, vivencial y no abstracto, valorando la observación participante del investigador; contribuyó también a difundir una preocupación por la vida cotidiana, por la forma como el hombre concreto se relaciona en cada momento con su existencia y con su mundo."

[95] Ver CAPEL (1981) e BAHIANA (1986).

[96] "(...) to substitute for economic rationality and its assumptions of optimizing behavior and omniscience, a more descriptive behavioral theory which allows for a range of decisions behavior and spatial variations in decision environments."

Dessa forma a geografia da percepção e do comportamento passou a interessar-se no decorrer da década de 1960 por temáticas variadas como os estudos sobre a percepção do meio, das catástrofes naturais e das paisagens, as imagens espaciais e mapas mentais, a consciência territorial e regional, dentre outros.[97]

BAHIANA (1986) indica que a questão das escalas geográficas ganhou delineamentos explícitos e específicos sob a influência daquilo que ele chama de "geografia humanista." Se, por um lado, os estudos da percepção foram inicialmente influenciados pelas pesquisas da psicologia —dando grande atenção ao âmbito do indivíduo—, depois a percepção passou a ser incorporada às investigações também como percepção de um mundo que apresenta não só diferentes níveis de realidade, mas também níveis perceptivos distintos. Nesse processo, Bahiana destaca a influência exercida pelas pesquisas sobre proxêmica/proxemia do antropólogo Edward Hall nas reflexões de Yi-fu TUAN (1980, 1983). Isso ficaria claro quando as considerações de Tuan sobre o lugar —enquanto dimensão afetiva do espaço— são apresentadas em diversas escalas "(...) que o autor estende desde a poltrona preferida até, no outro extremo, a Terra, sendo a pátria um lugar na escala média." (BAHIANA, 1986:66) O estudo de Thomas Saarinen publicado em 1967 também é lembrado por Bahiana por revisar a literatura dos estudos da percepção organizando-a pelas diferentes escalas das investigações: a "geografia do aposento", o espaço arquitetônico, a escala do bairro, a cidade a nível regional, nacional e mundial. Além dele, Bahiana também destaca a retomada da bibliografia francófona feita por Antoine BAILLY e Brian GREER-WOOTEN (1983). Os autores lembram que mesmo durante a hegemonia da geografia regional na França no início do século XX a dimensão cultural estava marcadamente presente nos estudos. Nesse sentido, o "[e]spaço vivido era visto com uma perspectiva histórica, através do testemunho da vida coletiva, ilustrando as origens de divisões geográficas." (BAILLY e GREER-WOOTEN, 1983) [tradução livre][98] O mundo subjetivo não teria sido deixado de lado, sendo que tal tema geral teria se mantido. Bailly e Greer-Wooten exemplificam esse interesse com os trabalhos de Brunhes —sobre a importância das superstições locais e do folclore na compreensão de forças não diretamente observáveis—, de Deffontaines —sobre as relações frente a morte que diferentes grupos culturais desenvolvem— e de Gallais —sobre o importante papel do conhecimento da língua fula (e do esforço de ver o mundo através dos olhos do Outro) para se entender as divisões territoriais fundamentais daqueles povos. Mas teria sido Armand Frémont

[97] Ver CAPEL (1981).

[98] "[l]iving space was viewed with an historical perspective, through the testimony of collective life, in illustrating the origins of geographical divisions."

com seu livro "*Região: Espaço vivido*" quem teria trazido, segundo Bahiana, uma das maiores contribuição no sentido de articular a tradição da geografia regional francesa com a perspectiva dos estudos da percepção. Para o francês, "[a] região, se existe, [não só] é um espaço vivido (...) [como a tarefa de redescobri-la depende de] procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens." (FRÉMONT, 1980:17 apud BAHIANA, 1986:67)

As reflexões que se desdobraram dos estudos desenvolvidos sob a influência do geógrafo sueco Torsten Hägerstrand a partir dos anos 1950 também trataram o tema das escalas geográficas, inseridas na corrente chamada por Bahiana de quantitativo-comportamental. Hägerstrand ficou bastante conhecido por suas contribuições aos estudos sobre difusão espacial de inovações —inspirados em seu trabalho de 1952 chamado "*The propagation of innovation waves*"— e suas considerações a respeito da chamada geografia do espaço-tempo. Em ambos os temas, no entanto, a importância das representações gráficas ganha grande destaque, sendo esse um dos motivos que o levaram a ser considerado como uma pessoa a frente de seu tempo.[99] A atenção à Geografia se ligava ao interesse de refletir sobre as maneiras como o tratamento concomitante do espaço e do tempo poderiam auxiliar a mapear o que ele chama de "espaços comportamentais".[100] Tais espaços teriam recebido pouca atenção, uma vez que reflexões físicas e filosóficas, por um lado, estariam dirigindo suas atenções para escalas astronômicas ou sub-atômicas e, por outro, a meso-escala da "perspectiva vivida" dos seres humanos vinha sendo tratada com foco em questões psicológicas ligadas à compreensão subjetiva do *continuum* espaço-temporal. "A escala da sobrevivência, escala prática ou, se você preferir, escala de engenharia, em outras palavras a arena da atividade social cotidiana, dos empreendimentos econômicos e arranjos físicos não é muito tratada como um problema teórico fundamental." (HÄGERSTRAND, 1975:5) [tradução livre][101]

BAHIANA (1986) ressalta um dos tantos trabalhos influenciados por Hägerstrand na geografia estadunidense da década de 1970, escrito por Ronald ABLER, John ADAMS e Peter GOULD (1971). É visível nesse trabalho a preocupação tanto com a relação espaço-tempo quanto com as representações gráficas típicas do geógrafo sueco. Dentre o amplo leque de assuntos que os autores abordam no seu livro intitulado "*Spatial organization: The*

---

99 Ver THRIFT (2005).

100 Ver HÄGERSTRAND (1975).

101 "The survival, the practical or, if you like, the engineering scale, in other words the arena of everyday social activity, economic undertakings and physical arrangements, is not much treated as a fundamental theoretical problem."

geographer's view of the world", eles indicam que os três tipos de processos de difusão espacial —por expansão, por realocação e hierárquica— deveriam ser observados à luz de diferentes escalas geográficas.[102] Tais escalas, vistas conforme a ideia de "cones de resolução" (Figura 3) seriam preenchidas por uma hierarquia de modelos que levaria à compreensão dos processos de difusão que ocorrem em diferentes planos (Figura 4).

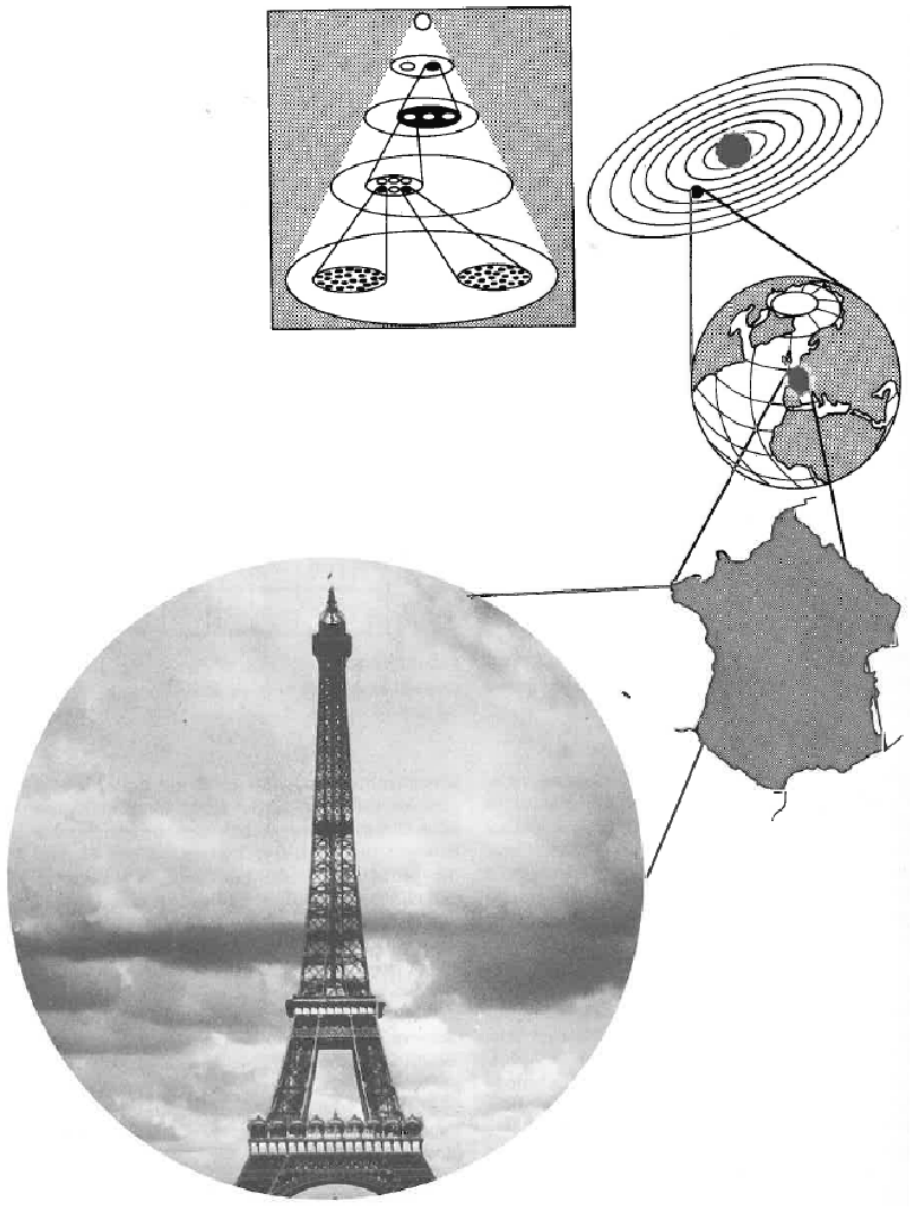

Figura 3: "Cones de resolução"
(Fonte: BEER, 1968 apud ABLER et al, 1971:408)

[102] Ver ABLER et al (1971)

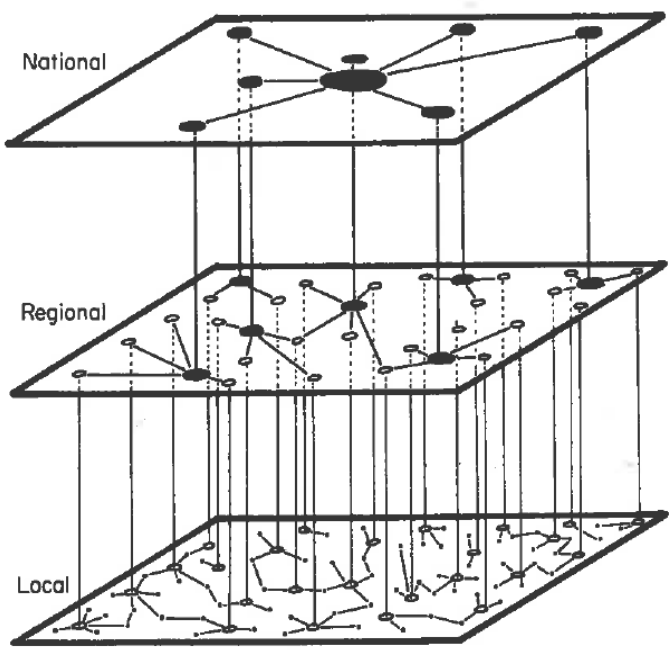

FIGURE 11–38
National, regional, and local planes of diffusion.

Figura 4: Planos de difusão nacional, regional e local
(Fonte: ABLER et al [1971:409])

Por fim, cabe adicionar alguns comentários sobre as reflexões feitas por John HART (1982). Apesar de sua trajetória vinculá-lo muito mais aos estudos regionais e, ao mesmo tempo, não compartilhar exatamente as mesmas referências que os outros autores abordados aqui, faz sentido inseri-lo neste contexto por conta da preocupação com a dimensão do espaço vivido que ele demonstra ter no seu escrito mais referenciado como parte do debate sobre as escalas geográficas, intitulado "*The highest form of the geographer's art*" de 1982. Neste trabalho, Hart discorre sobre a Geografia como sendo ao mesmo tempo uma ciência e uma arte. O autor sai em defesa da importância da produção de uma "boa geografia regional" pois considera isso como a forma mais elevada daquilo que ele entende como a "arte do geógrafo", citando autores como Hartshorne e Sauer.[103] Sustentando a relevância de uma abordagem corológica, Hart critica a eterna busca da Geografia em afirmar-se como ciência frente a outras áreas do conhecimento, dando como exemplos dessas tentativas o determinismo ambiental e a geografia quantitativa neo-positivista. Parte dessas críticas são direcionadas também ao esforço de definição exata do conceito de região e aquilo que ele chama de "ritual estéril de regionalização" que "(...) fez alguns geógrafos esquecerem que o propósito da

[103] Ver HART (1982).

geografia regional é entender áreas, não meramente desenhar linhas ao redor delas." (HART, 1982:8) [tradução livre][104] Nesse sentido que muitos esforços teriam sido dispendidos, chegando ao ponto de transformar a região em apenas uma ferramenta técnica. Essa é a crítica que Hart faz ao trabalho liderado por Whittlesey e comentado no primeiro capítulo, no qual haviam sido propostas as bases para uma hierarquia de unidades espaciais chamadas "compages". Hart opina que tal tipo de iniciativa depreciaria o valor da região ao considerá-la somente um dispositivo intelectual para apresentar informações. Além disso, essas tentativas de definir de maneira exata o conceito de região teriam partido do foco nos aspectos físicos e rurais das áreas, transformando as cidades em entidades espaciais estranhas à geografia regional. Para tais pesquisas, as "[c]idades são conceitualmente estranhas; elas são pontos, ainda que disformes, na escala continental, mas elas se tornam áreas quando a escala se torna maior." (HART, 1982:9) [tradução livre][105] Por isso, na busca por elaborar "boas" geografias regionais, o autor sugere que as pesquisas se organizem ao redor dos temas dominantes em cada região. No entanto, Hart afirma que três temas-chave serão recorrentes em quase qualquer região. Estar atento a esses temas, tal qual a outros particulares de cada região, forneceria as bases para "bons escritos geográficos" que, como o ápice da arte do geógrafo, consiste em "(...) escrever descrições evocativas que facilitem a compreensão e a apreciação de lugares, áreas e regiões." (HART, 1982:27) [tradução livre][106] Um dos temas-chave seria a noção temporal da região, compreendendo aspectos do seu processo de formação e transformação no tempo. Outro seria a importância do ambiente físico, que fornece a base material com as quais as pessoas precisam lidar. Por fim, o terceiro tema-chave é a relação entre o tamanho da região —chamado por ele de "escala"— e a quantidade de detalhes apropriados a essa dimensão.

> "Não há regras estabelecidas previamente que estipulem o tamanho apropriado das regiões, apesar da noção visceral de alguns geógrafos de que a região deve ser subcontinental. Uma região pode ser tão pequena quanto uma fábrica, um lote da cidade ou uma unidade rural, ou pode ser a Terra inteira. *A escala de um estudo regional irá determinar quando uma parte particular da superfície da Terra é tratada como um ponto ou como uma área.*" (HART, 1982:23) [grifos nossos] [tradução livre] [107]

[104] "(...) made some geographers forget that the purpose of regional geography is to understand areas, nor merely to draw lines around them."

[105] "[c]ities are conceptually akward; they are points, however misshapen, at the continental scale, but they become areas as scale grows larger."

[106] "(...) writing evocative descriptions that facilitate an undersanding and an appreciation of places, areas, and regions."

[107] "There are no foreordained rules that stipulate the proper size of regions, despite the visceral notion of some geographers that region should be subcontinental. A region may be as small as a factory, a city lot, or a farmstead, or it may be the entire earth. The scale of a regional study will determine whether a particular part of the earth's surface is treated as a point or as an area."

Ao abordar o debate da relação de complementariedade entre a abordagem regional e a abordagem sistemática, Hart adiciona à discussão uma série de elementos estéticos e subjetivos que nos parecem influenciados pelas reflexões da geografia da percepção e do comportamento. Isso fica nítido quando o autor destaca a importância de dar atenção aos valores das pessoas de cada região, visto que as escolhas dos grupos e indivíduos nem sempre podem ser explicadas em termos de uma racionalidade econômica[108] —argumento similar ao levantado por Herbert Simon no final da década de 1950 e Julian Wolpert em meados da década de 1960. Sobre esses valores, Hart ressalta que talvez um dos tipos de motivações mais importantes para os indivíduos e grupos seja exatamente o sentimento que o povo tem pelo lugar, razão pela qual "(...) o geógrafo regional precisa cultivar uma sensibilidade para a relação entre as pessoas e o lugar, a vinculação das pessoas ao lugar e as causas de suas atividades em lugares particulares (…)," (HART, 1982:26) [tradução livre][109]

Suas colocações a respeito da importância de se atentar para o tamanho das áreas a serem consideradas nos estudos aparentam ter correlação com algumas das preocupações já expressas anteriormente pelas pesquisas de cunho mais quantitativo, especialmente no que trata do fato de que, dependendo da dimensão do espaço considerado, os elementos relevantes para o estudo podem ser considerados como pontos ou como áreas. No entanto, tais considerações me parecem ter um significado diferenciado daquele observado durante o auge quantitativista das décadas de 1950 e 60, especialmente por serem feitas em um momento relativamente distante daquelas colocações e em um contexto de emergência e consolidação das críticas ao neo-positivismo. Além disso, e ainda que sua perspectiva a respeito das questões trazidas pelas variações escalares às pesquisas considerem nitidamente a escala geográfica exclusivamente como uma entidade de área contínua, Hart enfatiza que as escalas não têm tamanhos preestabelecidos. Esse aspecto é identificado por HEROD (2011) como um traço da influência kantiana em Hart, por não considerar o espaço como algo objetivo e material, mas sim como um constructo mental e por isso em tese mais subjetivo. Na opinião de Herod, a abordagem de Hart seria similar àquelas de autores como Peter Haggett, conhecida referência da perspectiva quantitativista na Geografia. Isso porque, segundo Herod, Hart veria as escalas como "ficções mentais" ou meros "dispositivos artísticos subjetivos", não sendo possível reconhecer, delimitar ou descrever escalas através de regras universais e,

[108] Ver HART (1982).

[109] "(...) the regional geographer must cultivate a sensitivity for the relationship between people and place, the attachment of people to place, and the causes of their activities in particular places (...)"

portanto, devendo considerar as escalas como elementos formados a partir dos interesses individuais de casa pessoa. Essa visão encorajaria uma postura teórica que "(…) viu os espaços absolutos da superfície da Terra como capazes de serem divididos mais ou menos arbitrariamente em maiores ou menores áreas, com pouca preocupação sobre como essas áreas poderiam relacionar-se com algo concreto do terreno." (HEROD, 2011:6) [tradução livre][110] No entanto, as afirmações de Hart são inseridas em outro contexto histórico e influenciadas por outras referências que não aquelas de cunho necessariamente neo-positivista da "nova geografia". Suas reflexões preocupam-se em enfatizar outro aspecto, justamente aquele que dá importância aos elementos subjetivos no estudo de áreas específicas da Terra — consideradas como "regiões" por Hart, independentemente de suas dimensões. Isso fica nítido na citação completa de Hart referenciada por Herod:

> "Regiões são dispositivos artísticos subjetivos e devem ser formadas para se ajustar às mãos de um usuário individual. Não pode haver definição padrão para uma região e não há regras universais para reconhecer, delimitar e descrever regiões. Muito tempo pode ser perdido no exercício trivial de tentar desenhar linhas ao redor de 'regiões'. Entender é mais importante que classificar e o núcleo geralmente é mais importante que as franjas." (HART, 1982:21-2) [tradução livre][111]

Por fim, relembro que em comparação com a geografia quantitativista a geografia que Bahiana rotula de "humanista" aborda o problema das escalas de uma perspectiva qualitativa, conforme destacado por Bahiana. Além disso, com frequência suas reflexões fazem "(...) alusão às escalas como quadros de referência para processos —quer sejam escalas de percepção do mundo ou processos de difusão." (BAHIANA, 1986:72) Dessa forma, tais estudos teriam cumprido o papel de recolocar os aspectos qualitativos em debate — influenciando também a concepção sobre as escalas geográficas. As diferentes percepções de mundo, consideradas especialmente na perspectiva da experiência, questionaram novamente os limites das divisões espaciais feitas até então. Além disso, esses estudos focados na espacialidade dos processos de percepção e de comportamento contribuíram também para que elementos subjetivos importantes não fossem deixados de lado na busca pela compreensão das dinâmicas espaciais de processos sociais mais próximos ao cotidiano dos agentes. Ao

---

[110] "(...) viewed the absolute spaces of the Erath's surface as capable of being more or less arbitrarily divided up into bigger or smaller areas, with little concern for how such areas might relate to anything 'on the ground'."

[111] "Regions are subjective artistic devices, and they must be shaped to fit the hand of the individual user. There can be no standard definition of a region, and there are no universal rules for recognizing, delimiting, and describing regions. Far too much time can be wasted in the trivial exercise of trying to draw lines around 'regions'. Understanding is more important than classification, and the core usually is more important than the fringes."

mesmo tempo, a articulação desses elementos e dinâmicas com processos vinculados a espaços mais distantes do cotidiano também era recordada.

Mas foi a partir da influência da geografia crítica, de cunho predominantemente marxista, que o problema das escalas passou a ganhar o grande destaque do qual viria a desfrutar a partir da década de 1990. Foi essa influência também a principal responsável por explicitar a dimensão política que jaz nos processos responsáveis por dividir e organizar as unidades espaciais.

Os primórdios desse debate sobre a "abertura" do conceito de escala geográfica remetem especialmente à década de 1970. McMASTER e SHEPPARD (2004) lembram que as mudanças teóricas e metodológicas na geografia humana do período passaram a colocar em questão o significado da distância em termos sociais —distanciando essas preocupações das referências ao espaço em termos euclideanos ou cartesianos.

> "Começando nos anos 1970, geógrafos político-econômicos começaram a ir além disso para argumentar que o espaço e, por implicação, a escala, é produzido através de processos político-econômicos característicos de um certo sistema social (…) [Então se] o espaço não é uma dimensão exógena e fixa, mas sim formado por processos sociais, como nós podemos atentar para a construção do espaço e da escala em nossas explanações sobre a sociedade?" (McMASTER e SHEPPARD, 2004:15) [tradução livre][112]

Ao invés do tratamento abstrato e passivo do espaço característico das abordagens quantitativas neo-positivistas da década de 1950, a partir desse período as atenções passam a ser voltadas para o papel ativo do espaço social no processo de produção das relações sociais.[113]

No que envolve a influência que essas novas abordagens sobre a dimensão espacial da sociedade exerceram sobre o debate a respeito do problema das escalas geográficas, algumas das obras mais lembradas pela literatura são as contribuições de Peter TAYLOR (1981, 1987) e Neil SMITH (1988). Vale ressaltar, porém, que as reflexões de David Harvey também são lembradas por Fanny DAVIDOVICH (1978), Sara GONZÁLEZ (2003) e Adam MOORE (2008) como não só tendo relação com as escalas geográficas, mas também tendo influenciado os debates sobre o conceito.

---

[112] "Beginning in the 1970s, political economic geographers began to go beyond this, to argue that space, and, by implication, scale, is produced through the characteristic political-economic processes of a certain societal system (…) [So i]f space is not an exogenous and fixed dimension, but is shaped by societal processes, how can we account for the construction of space, and scale, in our explanations of society?"

[113] Ver BAHIANA (1986).

As contribuições de Yves LACOSTE (1988), porém, não merecem ser desprezadas como o são, de maneira geral, nos debates sobre o tema feitos em língua inglesa —ainda que sua importância já tenha sido enfatizada na literatura brasileira tanto por BAHIANA (1986) no final da década de 1980 quanto mais tarde por SOUZA (2002, 2006, 2013). Lacoste é considerado um dos "pais" da abordagem marxista na Geografia e dedica ao tema das escalas geográficas grandes partes de seu "livro-manifesto" intitulado "*A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*". Suas elaborações merecem ser sublinhadas apesar de terem sido alvo de críticas.[114] Dentre os aspectos importantes de suas reflexões estão os destaques que o autor dá à componente política das escalas geográficas e sua importância tática e estratégica; à ideia de que mudanças quantitativas dos fenômenos implicam em mudanças qualitativas dos mesmos e levam à necessidade de se considerar diferentes espaços de conceituação para as análises espaciais; e à importância de colocar a questão da articulação entre diferentes níveis de análise em função da prática social. BAHIANA (1986) lembra que as considerações de Lacoste destacavam que as diversas ordens de grandeza das práticas sociais levam as pessoas a viver em uma *espacialidade diferencial* (Figura 5). Em tal espacialidade diferentes níveis de realidade, expressos em termos de conjuntos espaciais, se superpõem e se articulam tendo como referência as práticas espaciais cotidianas dos sujeitos. De acordo com HAESBAERT (1993), essa ideia teria inclusive grande similaridade com a divisão dos tempos históricos sugeridos por Braudel. De volta às considerações de Bahiana, ele afirma que a maior contribuição de Lacoste foi a ênfase nessas articulações que, ao serem aprofundadas, levaram o pensador francês a cunhar a ideia de um *espaço folheado* fruto de um processo de construção forjado no âmbito das práticas sociais. Portanto, os espaços de conceituação não seriam objetos reais, mas sim objetos do conhecimento que estariam embebidos pela dimensão do exercício do poder na sociedade.

As reflexões de Lacoste, no entanto, infelizmente não parecem ter adentrado o ambiente anglófono. Neste meio, é sem dúvida o nome de David Harvey que se destaca como uma das grandes referências para as reflexões marxistas. Em seu livro "*A justiça social e a cidade*", por exemplo, David HARVEY (1973) não chegou a formular questões teóricas específicas sobre as escalas geográficas. Atendo-se ao papel daquilo que chamou de "organização territorial" no cumprimento de algumas funções que o sistema urbano deveria ser capaz de garantir, no entanto, o autor reconheceu empiricamente as articulações entre

[114] Algumas dessas críticas direcionadas à Lacoste são elaboradas tanto por Iná Elias de CASTRO (1995) quanto por José William Vesentini —este na introdução à versão brasileira do livro de Lacoste. Ambos os comentários demandam considerações críticas que, no entanto, extrapolam os objetivos desta tese.

diferentes escalas geográficas, apontando de maneira introdutória tanto para as influências exercidas por essas articulações quanto para a necessidade de refletir a seu respeito.

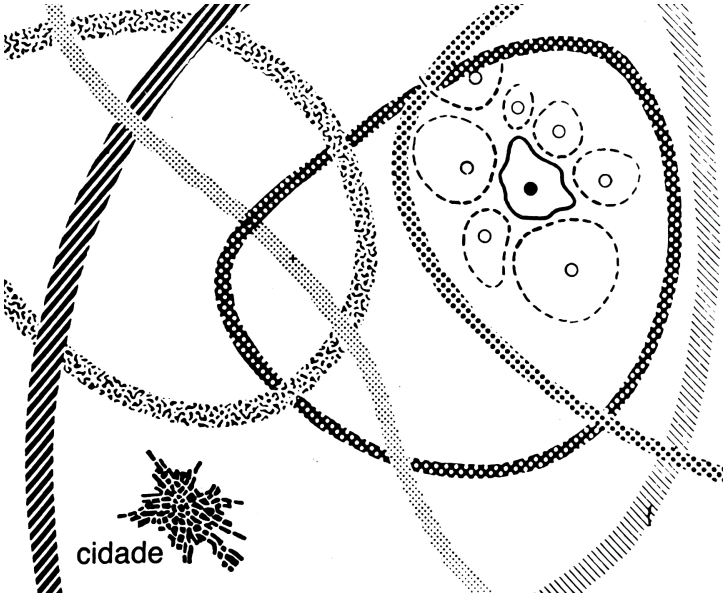

Figura 5: Representações e práticas de um grupo aldeão vistas sob a perspectiva da espacialidade diferencial (Fonte: LACOSTE, [1988:47])

Essas ideias inspiraram reflexões como as de Fany DAVIDOVICH (1978) em seu estudo sobre as escalas da urbanização brasileira. O papel que Harvey desempenhou no debate sobre as escalas geográficas também foi lembrado mais tarde por Sara GONZÁLEZ (2003). Com o foco na perspectiva regulacionista, a autora destaca que o conceito de escala no âmbito da Economia Política traz como uma das principais referências as reflexões do autor, para quem o capitalismo depende do desenvolvimento de uma espécie de "ancoragem espacial" que termina por formar uma "segunda pele espacial" composta pelas infraestruturas que fixam o modo de produção no espaço. Essa segunda pele "(...) se organiza e agrupa ao redor de certas escalas que temporalmente adquirem uma 'coerência estrutural'" (GONZÁLEZ, 2003:96) [tradução livre][115] Harvey indicaria que tal coerência idealmente estabelece-se ao redor de regiões urbanas/cidades, uma vez que esses espaços abrangem as distâncias possíveis para os trabalhadores viajar e consumir. Como destaca GONZÁLEZ, apesar de alguns autores afirmarem que a ideia de coerência estrutural servia especialmente para analisar regimes de acumulação nacionais, a mesma ideia também serviria para investigar tais processos em diferentes escalas espaciais.

[115] "(...) se organiza y agrupa alrededor de ciertas escalas que temporalmente adquieren una 'coherencia estructural'."

Outra obra influente de Harvey que é lembrada por Adam MOORE (2008) como tendo trazido contribuições para o debate sobre as escalas geográficas —e onde o autor de fato toca diretamente no tema— é em seu livro *"Os limites do capital"*.[116] Nele o autor aborda as escalas geográficas partindo das limitações impostas à capacidade organizacional capitalista pelas tensões observadas entre fixidez e movimento, concentração e dispersão, compromissos locais e preocupações globais. Tais limitações levam o capitalismo a ter que explorar e modificar continuamente seus arranjos organizacionais, criando estruturas de organização hierárquicas encaixadas ("*nested hierarchical structures of organization*") que ligam os aspectos particulares e locais aos seus objetivos em nível global. Alguns exemplos dessas estruturas hierárquicas encaixadas poderiam ser vistos, segundo Harvey, nas hierarquias monetárias, na atuação de empresas multinacionais, na organização do sistema político estatal e nas hierarquias urbanas. A complicada mistura dessas estruturas definiria uma variedade de escalas —local, regional, nacional e internacional, por exemplo. Ao mesmo tempo, diferentes tipos de alianças políticas poderiam se formar em qualquer uma dessas escalas, influenciando também as possibilidades de organização da classe trabalhadora. Mas Harvey destaca a constituição conflituosa dessas estruturas, uma vez que tais sistemas hierárquicos incorporam e lidam com tensões internas de forma que o "(...) que acontece em um nível não é necessariamente consistente com o que deveria acontecer em outro." (HARVEY, 1982:422) [tradução livre][117] Nas hierarquias das empresas multinacionais, por exemplo, as estratégias globais teriam que tentar resolver sua relação conflituosa com os compromissos estabelecidos localmente, pois "[e]nquanto sempre parece que o poder está no topo dessas estruturas hierárquicas, é a produção em locais particulares que é sempre a fonte final desse poder." (HARVEY, 1982:423) [tradução livre][118] Em termos dos sistemas políticos estatais, a grande quantidade de conflitos entre diferentes níveis da sua estrutura hierárquica colocaria por terra qualquer teoria do Estado que se apresente de forma monolítica. Quanto às alianças políticas possíveis isso não é diferente. "Questões que parecem fundamentais em uma escala desaparecem inteiramente da vista em outra; facções que são participantes ativas em uma escala podem sair de cena ou mesmo mudar em outra." (HARVEY, 1982:424) [tradução livre][119] Com esses exemplos Harvey destaca a confusão desses arranjos organizacionais que,

---

[116] Ver HARVEY (1982).

[117] "(...) what happens at one level is not necessarily consistent with what ought to happen at another."

[118] "While it always appears as if the power lies at the top of these hierarchical structures, it is production in particular locales that is always the ultimate source of that power."

[119] "Issues that appear fundamental at one scale disappear entirely from view at another; factions that are active participants at one scale can fade from the scene or even change at another."

ao mesmo tempo que mediam o fluxo de capital, proporcionam fóruns diversos de articulação para a lutas de classes. Por fim, Harvey afirma que

> "A complexidade desordenada de tais acordos muitas vezes obscurece sua importância como dispositivos de transmissão que relacionam ações particulares concretas aos efeitos globais do trabalho abstrato e, assim, confirma a economia política que integra o indivíduo na totalidade complexa da sociedade civil" (HARVEY, 1982:424) [tradução livre][120]

Dois aspectos chamam a atenção nessas reflexões de Harvey. Primeiramente, o autor demonstra ser sensível à complexidade que as práticas adquirem ao se levar em conta os diferentes arranjos organizacionais escalares com os quais tais práticas se relacionam ou nos quais se inserem. Isso o leva a considerar confusos tais arranjos, colocando em questão a visão monolítica da hierarquia escalar. Harvey, no entanto, não se dedica a aprofundar as reflexões a respeito dos aspectos que tornam tais relações tão intrincadas. Ainda assim, apresenta uma perspectiva que aceita um funcionamento não necessariamente homogêneo dessas relações. Em segundo lugar, Harvey identifica esses arranjos organizacionais como um mecanismo que vincula situações particulares a uma totalidade —que, no seu caso, trata-se do funcionamento capitalista do mundo. Ao mesmo tempo, seu entendimento de tais arranjos enquanto "dispositivos de transmissão" guarda similaridades com a concepção de Peter Taylor das escalas geográficas como um princípio básico para organizar o espaço, que discutirei a seguir. Mas ainda que a ideia de um "dispositivo de transmissão" não se adapte bem a arranjos considerados por ele "confusos", "intricados" e "desalinhados", essa metáfora em conjunto com o questionamento do funcionamento monolítico da hierarquia escalar demonstra uma abordagem mais flexível do que aquela adotada por Taylor.

Ainda assim Peter Taylor foi um dos mais influentes autores de influência marxista no debate sobre as escalas geográficas. Como lembra BAHIANA (1986), Taylor já havia indicado atentar para a dimensão escalar no final da década de 1970, quando afirmou a necessidade de "aceitar os efeitos das diferenças de escala nas correlações e nos perguntar o seu motivo." (TAYLOR, 1977:122 apud BAHIANA, 1986:57). Mas foi ao incorporar as reflexões de Immanuel Wallerstein e buscar apresentar uma abordagem mais explicitamente espacializada delas a partir da década de 1980 que Taylor exerceu maior influência nesse debate. Sua proposta é direcionada especialmente ao sub-campo da geografia política, com a qual o autor busca utilizar as escalas para articular a componente política à perspectiva

[120] "The untidy intricacy of such arrangements often obscures their importance as transmission devices which relate particular concrete action to the global effects of abstract labour and thereby confirm the political economy that integrates the individual into the complex totality of civil society."

geográfica. A escala geográfica é usada por TAYLOR (1982) reconhecidamente como princípio básico para organizar o espaço a partir de uma perspectiva materialista. Sua ideia é evitar o uso de outras características mais comumente utilizadas pela geografia quantitativa. Ele reconhece, no entanto, que o uso da escala geográfica como princípio organizador não é uma novidade. Ocorre que tal uso seria raramente acompanhado por alguma justificativa, fazendo com que a organização espacial fosse sempre assumida como aspecto dado previamente. Ao mesmo tempo, as inter-relações entre as escalas seriam geralmente ignoradas, levando à falta de um quadro geral para referenciar os estudos. Por isso sua proposta é estabelecer um quadro referencial que articule o local ao global com a incorporação de uma perspectiva materialista que tenha a teoria sistema-mundo como pano de fundo. Essa perspectiva, na sua opinião, deve dar prioridade à escala global, na qual o estudo das escalas nacionais e urbanas deve se encaixar. Tal prioridade marcaria, segundo TAYLOR (1982:23) o "(...) clássico contraste de abordagens, liberal versus materialista," entre sua proposta e aquela oferecida por Allen Philbrick em 1957.[121] Taylor considera tal proposta consevadora, pois para ele "(…) a escala determinante (…) é a da economia-mundo e as limitações impostas pela necessidade de manutenção da acumulação de capital" [tradução livre][122], enquanto, em sua opinião, a escala que serve de base para as reflexões de Philbrick é a unidade de ocupação mais simples.

Seguindo o intento de adicionar uma visão escalar mais complexa à teoria do sistema-mundo e buscando propor um esquema que possibilitasse a inserção dos estudos da geografía política sobre escalas "sub-globais" em contextos mais gerais,[123] portanto, Taylor sugere que três diferentes escalas geográficas deveriam ser levadas em conta: a global, a nacional e a urbana. O foco deveria ser mantido, no entanto, sobre os papéis que cada uma delas desempenha no sistema-mundo. A escala global seria a *escala da realidade*, a escala do sistema-mundo em si e que "realmente importa".[124] Nela nossas vidas seriam exploradas e organizadas a partir da divisão espacial do trabalho. "É chamada 'realidade' porque ela define as características das outras duas escalas, é totalizante e não pode ser evitada." (TAYLOR, 1981:6) [tradução livre][125] Essa escala do sistema-mundo é uma agregação das escalas da

[121] Comentei rapidamente o trabalho de Philbrick no primeiro capítulo.
[122] "For Philbrick the determining scale is the individual through 'human creative choice', for us it is the world-economy and the constraints imposed by the needs for maintaining capital accumulation. Here we have a classic contrast of approaches, liberal versus materialist."
[123] Ver TAYLOR (1981).
[124] Ver TAYLOR (1982).
[125] "It is termed 'reality' because it defines the characteristics of the other two scales, it is all-embracing, and it cannot be avoided."

experiência individuais. Já a escala nacional seria a *escala da ideologia*, na qual todas as pessoas seriam socializadas desde a infância de forma a constituir um referencial identitário central —a nacionalidade. Baseado em Althusser, Taylor afirma que a função dessa escala seria basicamente garantir a separação entre a escala da experiência e a escala da realidade. Além disso, a escala da ideologia também desempenharia papel crucial na prática de grupos políticos que têm como objetivo a conquista do Estado, especialmente porque "distorceria" seus objetivos ao levá-los a se preocupar com interesses nacionais.[126] Por fim, a escala urbana seria a *escala da experiência*, "(…) definida nas economias industrializadas pelos sistemas urbanos diários que combinam centros de empregos com vastos tratos de áreas residenciais" (TAYLOR, 1981:6-7) [tradução livre][127], e responsável pela definição da qualidade de vida que experienciamos. Em suma, a proposta de Taylor de uma geografia política materialista "(...) posiciona a escala da realidade onde o capital finalmente se realiza no mercado mundial, a escala da ideologia onde o estado distorce o mercado e a escala da experiência onde os resultados do mercado são sentidos nas localidades." (TAYLOR, 2004:217) [tradução livre][128] Essas três escalas foram inclusive representadas graficamente pelo autor como na Figura 6.

Figura 6: Divisões verticais por escalas.
(Fonte: TAYLOR [1982:25]. Adaptado por M. S. Grandi.)

[126] Ver TAYLOR (1981).
[127] "(...) defined in the industrialized economies by daily urban systems combining job centers with vast tracts of residential areas."
[128] "(…) posits a scale of reality where capital is ultimately realized in the world market, a scale of ideology where the state distorts the market, and a scale of experience where market outcomes are felt in localities."

Sua interpretação do sistema-mundo em uma estrutura com três escalas determinadas pela escala global é o que ele sugere que seja a base da chamada *economia política de escala*. Ele exemplifica:

> "(...) as necessidades de acumulação serão experienciadas localmente (p. ex. o fechamento de um hospital) e justificadas nacionalmente (p. ex. para promover a solvência nacional) para os benefícios finais organizados globalmente (p. ex. por corporações multinacionais pagando menos taxas)." (TAYLOR, 1982:24) [tradução livre][129]

Logo após a publicação de seus trabalhos, a importância das reflexões de Taylor foi reconhecida por Neil SMITH (1988), além de ser lembrada por Sallie MARSTON (2000) e Andrew HEROD (2011) exatamente porque muitos dos trabalhos feitos no decorrer da década de 1990 ao redor do debate das escalas geográficas buscaram seguir o enquadramento materialista proposto por ele. Mas apesar de todos ressaltarem o caráter inovador e inspirador das reflexões de Taylor, Smith, Marston e Herod aproveitam para indicar também aquilo que entendem como alguns de seus limites. SMITH (1988) faz duas críticas a Taylor. Primeiramente, considera bastante abstrata a utilização das categorias "realidade, "ideologia" e "experiência". Por outro lado, julga que existem "fundamentos mais diretamente materialista" para a compreensão da produção das escalas espaciais sob o capitalismo do que aquelas do "espaço de troca" que Taylor toma de empréstimo de Wallerstein —nesse sentido, Smith está advogando em favor de uma abordagem centrada na esfera da produção, coisa que ele próprio desenvolve. MARSTON (2000), por sua vez, destaca que Taylor não vai muito além do trabalho descritivo a respeito das três escalas que propõem para tal quadro referencial. Além disso, segundo ela Taylor também não teria contribuído diretamente para o debate sobre os processos que constroem tais escalas. Por fim, Marston lembra que seu trabalho tampouco teria colaborado para a compreensão das influências cruzadas e modificações mútuas que umas causam às outras —aspecto que, como ressaltei, Lacoste trata com maior atenção. Pelo contrário, nos parece claro que as elaborações de Taylor apresentam uma rigidez esquemática significativa, inclusive relacionada a um certo funcionalismo que Herod aponta como um dos limites de suas proposições.

Outros autores que abordaram o tema das escalas geográficas a partir de uma perspectiva marxista no decorrer da década de 1980 foram menos herméticos, mais aprofundados e complexos do que Taylor. É o caso de Neil Smith, cujas reflexões foram as

[129] "For instance, the needs of accumulation will be experienced locally (e.g. closure of a hospital) and justified nationally (e.g. to promote national solvency) for the ultimate benefits organized globally (e.g. by multi-national corporations paying less tax)."

que definitivamente exerceram a maior influência nos debates a respeito do tema que se desenrolaram a partir da década de 1990.

As escalas geográficas cumprem papel central na teoria do desenvolvimento desigual apresentada por SMITH (1988). Em sua principal obra sobre o tema, Smith busca fundamentar sua teoria ao explicitar o papel desempenhado por aquilo que ele identifica como a dialética entre a diferenciação e a igualização do espaço geográfico no processo de desenvolvimento do capitalismo. Questionando-se a respeito das origens da tendência à diferenciação espacial no capitalismo, Smith afirma que essa diferenciação do espaço geográfico —tratada como sinônimo de divisão territorial do trabalho— é fruto da divisão social do trabalho mais geral. Esta, por sua vez, teria origem justamente na prática do capitalismo e, em especial, no desenrolar do processo de industrialização. Smith lembra que segundo Marx a divisão social do trabalho ocorreu em três escalas separadas: a divisão *geral* do trabalho (entre indústria e agricultura, p. ex.); a divisão *particular* do trabalho (os diferentes setores econômicos das divisões mais gerais); e a divisão *específica* do trabalho (no interior da fábrica de acordo com os diferentes processos específicos de trabalho). Após considerar que a divisão de trabalho e a divisão de capital aparecem de forma reunida, Smith indica que seria possível identificar quatro escalas nas quais o processo de diferenciação social acontece: a divisão *geral* do trabalho e do capital em departamentos; a divisão do trabalho e do capital em setores *particulares*; a divisão do capital em diferentes *capitais individuais*; e, por fim, a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica. Ao analisar a diferente importância que cada uma dessas escalas desempenha no processo de diferenciação espacial, Smith conclui que são duas as principais responsáveis pela diferenciação geográfica no mundo capitalista: a escala dos capitais individuais e, em segundo lugar, a escala da divisão particular do trabalho. A diferenciação, no entanto, não é a única predisposição do capitalismo.

> "Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual. Esta contradição é resolvida historicamente no padrão concreto de desenvolvimento desigual (…)." (SMITH, 1988:170)

A tendência à igualização do capitalismo seria expressão e motivadora da sua expansão por todo o globo, processo que estaria calcado tanto na esfera da circulação —como teria abordado Marx— quando na esfera da produção social —dimensão analisada por Smith. Ele argumenta que essa expansão da sociedade capitalista é conduzida pelo capital produtivo,

exigindo investimentos de capital em infraestruturas diversas (ferrovias, estradas, fábricas, campos, etc.). Tais elementos do ambiente construído seriam as formas concretas e imobilizadas através das quais o capital se fixa no espaço. Sua importância para o processo de acumulação torna sua localização crucial. Do ponto de vista marxista advogado pelo autor, a articulação micro-macro deveria estar no centro das análises dos fatores que influenciam essa localização, pois diferentemente do que ele chama de "teoria da localização burguesa",

> "[a] teoria marxista, entretanto, começa pela integração das micro e macro-escalas; os capitais individuais enfrentam um conjunto de restrições, limitações e de condições impostas pela estrutura e pelo desenvolvimento da economia maior, enquanto as regras da economia maior são um produto das relações de classe e de competição pertinentes ao nível de todo capital individual." (SMITH, 1988:176)

O capital investido no ambiente construído é mais perene do que outros tipos de capital, tornando tal tipo de investimento mais intimamente vinculado ao ritmo de acumulação do capital. HARVEY (1982) teria demonstrado como a crise no circuito primário da economia (esfera da produção de mais-valia e reprodução social, p. ex.) poderia ser evitada com a transferência de capital desse circuito para os circuitos secundário (p. ex. capital fixo) e terciário (p. ex. ciência e tecnologia, educação, etc.). Mas Smith lembra que essa é uma solução sempre temporária, pois conduz rapidamente a uma crise de super acumulação no ambiente construído. Nesse momento, no entanto, a desvalorização afetará o capital em seu formato imóvel, dificultando sua transferência para outros circuitos ou setores. A sobrevivência do capital é firmada, segundo ele, justamente na mobilidade do capital circulante em períodos de desvalorização rápida.[130]

A busca por esse equilíbrio torna-se crucial para o sistema, tanto em termos políticos quanto geográficos. Mas está implícita nesse contexto "(...) a questão de se, em última análise, o modo de produção capitalista pode resolver ou então deslocar suas contradições inerentes através de algum tipo de solução espacial, um 'fixo espacial'." (SMITH, 1988:189) A tensão gerada pelo atrito das duas tendências —a busca pelo equilíbrio espacial e sua frustração por forças que tendem ao desequilíbrio geográfico e à diferenciação espacial— não seria somente um efeito colateral de seu desenvolvimento. Seria também uma necessidade integral do sistema e, por isso mesmo, uma possível medida dos seus limites.[131]

---

[130] Ver SMITH (1988).
[131] Ver SMITH (1988).

Uma vez que a tendência ao equilíbrio espacial implicaria na produção do espaço absoluto em alguma escala, o autor sugere que a compreensão da escala geográfica seria um instrumento capaz de ajudar no entendimento do desenvolvimento desigual do capital.

> "Eu creio que seja possível utilizar a dialética da diferenciação e igualização para obter as reais escalas espaciais, produzidas pelo capital, e mostrar que o resultado do desenvolvimento desigual é simultaneamente mais complexo e mais simples que um mosaico. Não há muita dúvida acerca da impossibilidade de um fixo espacial para as contradições internas do capital, mas na tentativa inútil de realizar este fixo espacial, o capital atinge um certo grau de fixidez espacial organizado em escalas de atividade social identificavelmente separadas." (SMITH, 1988:196)

Sob o capitalismo, afirma Smith, a paisagem geográfica herdada e os complexos padrões espaciais na qual o mundo se diferencia são agrupados em "(...) uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais." (SMITH, 1988:196) A diferenciação de espaços absolutos em escalas particulares da atividade social torna-se uma necessidade para o capital. Com a produção do espaço sob o capitalismo surgiriam três escalas primárias: o espaço urbano, a escala do Estado-nação e o espaço global.

> "Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. Inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado nessas escalas. Este é um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital." (SMITH, 1988:197)

O autor então passa a demonstrar como cada uma dessas três escalas primárias é criada e expressa a dinâmica entre as tendências de igualização e diferenciação do espaço que, por sua vez, estão na base do desenvolvimento desigual.

O espaço urbano seria o espaço absoluto de produção, capitalizado através da centralização do capital. Seus limites geográficos seriam definidos pelo mercado de trabalho local e pelos limites impostos à mão-de-obra em termos de seu deslocamento casa-trabalho. Ao mesmo tempo, a expansão urbana seria definida concretamente pela diferenciação interna do espaço urbano que, por sua vez, resultaria da divisão do espaço intraurbano em diferentes usos —fortemente influenciado pela renda do solo. Ainda que a renda do solo busque igualar o espaço urbano à dimensão de valor de troca, este seria exatamente o meio para sua diferenciação. "Reagindo ao estímulo da especulação, a renda do solo é sistematicamente

impedida de integrar e coordenar o desenvolvimento urbano de uma forma condizente com as exigências da universalização do trabalho abstrato." (SMITH, 1988:200)

O atual espaço global seria fruto da transformação operada pelo capitalismo sobre uma escala global herdada que se articulava através de um mercado mundial e que passa, sob o novo sistema, a ser integrada com base na produção e na universalidade do trabalho assalariado. Por isso essa seria uma escala essencialmente política, definida no nível das relações de classe do capitalismo. Segundo Smith, trata-se de um produto puramente da tendência à igualização —enquanto a escala urbana seria fruto de um processo de diferenciação. Por outro lado, no entanto, "(...) o eixo da diferenciação geográfica nessa escala é a determinação diferencial do valor da força de trabalho, e o padrão geográfico dos salários assim efetuados." (SMITH, 1988:202) Isso levaria à diferenciação geográfica do globo expressa em características espaciais mais fixas, como as distintas composições orgânicas do capital em diferentes áreas.

Por fim, a escala do Estado-nação resultaria da competição entre diferentes capitais no mercado mundial e a necessidade de proteção desses "capitais nacionais" contra outros capitais e contra a classe trabalhadora. Os limites da extensão dessa escala seriam definidos não diretamente pela dialética da igualização e diferenciação, mas por acordos políticos históricos e guerras. Apesar de poder ser considerada um entrave à tendência de centralização do capital, essa subdivisão tem sido relativamente estável e altamente funcional politicamente. Internamente, no entanto, a diferenciação espacial ganha mais importância, expressa na concentração regional de capital e na divisão territorial do trabalho. Similarmente à divisão global entre mundo "desenvolvido" e "subdesenvolvido", afirma Smith, "[a]mbos constituem fontes geograficamente fixas (relativamente) de trabalho assalariado, [ainda que] um na escala internacional e o outro sob o controle mais direto do capital nacional." (SMITH, 1988:208) O autor ressalta, porém, que isso não traz limites para que se formem regiões supra-nacionais.

> "Em resumo, o impulso em direção à universalidade, sob o capitalismo, traz somente uma limitada igualização dos níveis e das condições de desenvolvimento. O capital produz escalas espaciais distintas (espaços absolutos) dentro dos quais o impulso para igualização está concentrado. Mas só pode ser realizado por aguda diferenciação e por contínua rediferenciação do espaço relativo, tanto entre as escalas quanto dentro delas. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem (aumentando suas angústias e problemas correlatos) dentro do desenvolvimento do próprio capital. E não são impermeáveis; as escalas urbanas e nacionais são produtos do capital internacional e continuam a ser moldadas por ele. Mas a necessidade de escalas separadas e de sua diferenciação interna é fixa. Isto oferece o último elemento básico para a teoria do desenvolvimento desigual." (SMITH, 1988:211)

A base do desenvolvimento desigual estaria, portanto, no "movimento de vaivém" que o capital faz entre áreas "desenvolvidas" e "subdesenvolvidas" na busca de explorar as oportunidades econômicas de uma e evitar os custos e riscos de outra. Esse movimento seria resultado da incapacidade do capital de solucionar suas tensões internas através de fixos espaciais e, ao mesmo tempo, da impossibilidade de prescindir desses fixos para sua sobrevivência. Por isso, na falta de um fixo espacial, o capital "(...) recorre à completa mobilidade como um fixo espacial (…) [buscando] não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática." (SMITH, 1988:213) Smith complementa dizendo que esse movimento de vaivém, visto nas três escalas, é a expressão espacial do movimento entre o capital fixo e o circulante e, em última análise, entre o valor de uso e o valor de troca. "(...) [O] resultado é um desenvolvimento desigual do capitalismo que por si só varia entre a desigualdade mais estável da escala global para a mais fluída desigualdade da escala urbana," (SMITH, 1988:217) movido pela dialética entre diferenciação e igualização e por esse movimento de vaivém do capital.

Smith está preocupado, portanto, com a maneira como as várias escalas nas quais o capitalismo se organiza vêm à existência, conforme destaca HEROD (2011). No seio de suas reflexões, é a questão da utilidade da produção de fixos espaciais para o equilíbrio do processo de acumulação de capital que o leva à questão das escalas geográficas. O autor define como as escalas primárias do capitalismo as mesmas escalas definidas por Peter Taylor, com exceção da escala da economia-mundo que Smith prefere chamar de escala global. Mas seu questionamento sobre como as três escalas são criadas pelo capitalismo como parte da dinâmica entre diferenciação e igualização —base do processo de desenvolvimento desigual — leva-o a inserir tais escalas em um contexto teórico mais amplo e a aprofundar as reflexões sobre a dinâmica interna dessas escalas, tornando suas contribuições ao debate ainda mais originais.

MARSTON (2000) lembra que em trabalhos seguintes Smith desenvolve mais as reflexões feitas em seu livro de 1984,[132] especialmente a partir de publicações no final da década de 1980 e no decorrer da década seguinte. O autor também torna-se mais sensível ao papel que a esfera da reprodução social desempenha nesses processos espaciais e também à existência de outras escalas espaciais abaixo do nível urbano, segundo Marston. Essa abertura

[132] Utilizo aqui a versão em português de seu livro, traduzido em 1988.

a considerar os aspectos dinâmicos das escalas geográficas já podia ser vista em 1984, por exemplo ao ressaltar a flexibilidade das escalas afirmando que elas se desenvolvem diferentemente no contexto do capitalismo, apresentam suas tensões e conflitos internos e são permeáveis umas às outras. No entanto, Smith ainda reforça a necessidade da existência de escalas separadas, contrastando com ideias que consideram a constituição mútua e concomitante de diferentes escalas.

Ainda assim, mesmo que não de maneira tão declarada quanto faz Taylor, Smith demonstra compreender as escalas espaciais que são produzidas sob o contexto capitalista como sendo um mecanismo de organização das práticas sociais desenvolvidas nesse sistema. Isso permite considerar que mesmo as escalas produzidas materialmente podem ser vistas como fruto da ação do capital em busca de organizar a realização e a continuação do processo de acumulação, seja na esfera do consumo ou da produção.

As contribuições iniciais da geografia crítica marxista podem ser sumariadas ao redor dos autores e das obras que acabo de apresentar rapidamente. Apesar de não ser diretamente vinculado ao debate sobre as escalas geográficas, as colocações de David Harvey merecem ter sua importância reconhecida —ainda que esta tenha alcançado as produções sobre o tema através de mediações como as de Neil Smith. Outro fato é que as contribuições de Lacoste teriam muito a acrescentar em termos teórico-conceituais e metodológicos, sendo inclusive aparentemente mais interessantes, ao meu ver, do que aquelas trazidas por Harvey no que tange a esse tema. Ocorre que efetivamente a falta de diálogo entre as literaturas anglófona e francófona parece ter impedido tal potencial de ser desenvolvido.

Seja como for, foi sem dúvida sob a inspiração de Peter Taylor e Neil Smith e com a incorporação de referências a obras de outras áreas do conhecimento —como do sociólogo Immanuel Wallerstein e, posteriormente, do filósofo Michel Foucault— que o debate sobre as escalas geográficas ganhou novo fôlego a partir do final da década de 1980 e início década de 1990. Como tratarei nas sessões seguintes, no entanto, os debates no ambiente acadêmico brasileiro tomaram outros rumos —ainda que contribuições inovadoras não tenham deixado de ser feitas.

Vale ressaltar, por fim, que a abordagem marxista do tema das escalas geográficas trouxe como aspecto inovador a explicitação do conteúdo político que permeia os processos de divisão e organização das unidades espaciais. Isso não significa dizer que tal conteúdo não era presente antes. Pelo contrário, como busquei deixar nítido, o ímpeto de definição das

unidades espaciais e, posteriormente, de organização desses recortes sempre foi permeado pelos interesses de exercer poder sobre o comportamento das populações e sujeitos. A partir da década de 1970 e, em especial, durante a década de 1980, porém, os desdobramentos práticos da escalaridade passam a ser abordados sob a perspectiva crítica marxista e vistas, portanto, como cruciais à produção de relações de poder específicas. Dentre outros autores, Lacoste, Harvey, Taylor e Smith deixaram como legado essa politização da escala geográfica que, no decorrer das décadas seguintes, foi explorada com ânimo pela literatura anglófona — com exceção das reflexões de Lacoste, reincidentemente esquecidas, e ainda que o escopo político-filosófico para essa exploração tenha também se diversificado.

3.2. A "ABERTURA" DO CONCEITO DE ESCALA GEOGRÁFICA NA LITERATURA ANGLO-SAXÃ

Como já afirmei em diferentes partes desta tese, a partir da década de 1990 o debate sobre o conceito de escala geográfica ganhou corpo em meio à literatura anglo-saxã. Sallie MARSTON (2000) afirma que grande parte dessa "abertura" conceitual foi animada pelas teorizações de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço.[133] Adam MOORE (2008) lembra que antes disso as questões centrais para os geógrafos humanos após a década de 1970 quanto ao tema das escalas geográficas giravam ao redor de aspectos operacionais e metodológicos. Conforme apresentado nas páginas anteriores, o intento era o de identificar em quais níveis espaciais determinados processos operavam e, ao mesmo tempo, definir quais seriam os melhores níveis para as pesquisas. Mas tal qual Andrew HEROD (2011), Moore ressalta o papel da narrativa da "crescente globalização" para a ampliação do interesse da pesquisa sócio-espacial pelas escalas no decorrer das últimas décadas do século XX.[134] Junte-se a isso a

[133] Um dos trabalhos que se refere e baseia diretamente em Lefebvre e que se insere no debate sobre as escalas geográficas é o de BRENNER (2000).

[134] Dois comentários rápidos merecem ser feitos. A influência das narrativas e experiências da "crescente globalização" se relacionam com o que Milton SANTOS (1986) chama de "percepção da simultaneidade" do meio técnico-científico-informacional no contexto do espaço mundializado. Essa percepção dialoga com a expansão e aprofundamento dos processos narrados como parte da "globalização" desde a década de 1980 e que estão no pano de fundo da intensificação da experiência de aparente colapso das distâncias espaciais. Tal compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1989) também estimula novos questionamentos a respeito das escalas geográficas. Outra coisa que pode ser interessante para citar como indicador da influência que esse novo contexto traz para a experiência escalar e para o debate sobre o conceito das escalas geográficas vem do trabalho de Rogério HAESBAERT (1993). Ele afirma que em alguns casos a velocidade de nossos tempos passou a condensar o mundo no espaço local. A multiplicidade de tempos e velocidades que representam a diversidade de ritmos nas mudanças em nível planetário parece se condensar especialmente na grande cidade contemporânea. O mundo pode, então, parecer para algumas elites um "espaço local", um "espaço cotidiano de relações". Como ele deixa nítido, "[i]sso é algo novo —e a princípio assustador, enigmático. As mudanças podem se reproduzir com tal velocidade que ocorrem muitas vezes, pelo menos para um determinado grupo,

politização do tema proporcionado especialmente pelas abordagens marxistas que emergiram principalmente a partir da década de 1980.

A proliferação das discussões sobre esse tema é demonstrada não só pela grande quantidade de artigos publicados sobre o assunto em alguns dos principais periódicos estrangeiros da área. As afirmações dos autores que tomei como base aqui nesta rápida e não-exaustiva revisão bibliográfica também reforçam esse aspecto. Apesar de muitos dos trabalhos que abordaram o conceito desde então trazerem consigo diferentes revisões, me referencio pelas obras de Sallie MARSTON (2000), Sara GONZÁLEZ (2003), Robert McMASTER e Eric SHEPPARD (2004), Adam MOORE (2008), Danny MacKINNON (2010), Andrew HEROD (2011).[135]

Sallie MARSTON (2000), no âmbito de uma abordagem marxista heterodoxa, realizou sua revisão sobre o tema sugerindo a necessidade de se dar mais atenção às esferas da reprodução social e do consumo na busca de se refletir sobre o processo de *construção* social da escala —indo além da ideia de *produção* social da mesma. Sara GONZÁLEZ (2003), ao analisar a construção da região metropolitana da cidade de Bilbao a partir da perspectiva da política de escalas, fez um resgate do debate sobre esse conceito com o enfoque nas abordagens ligadas à economia política e à teoria regulacionista. Nesse exercício, a autora organiza o debate escalar em cinco princípios, tomando como inspiração o trabalho de Jaime PECK (2002). Robert McMASTER e Eric SHEPPARD (2004) organizaram uma importante coletânea de artigos de diferentes autores/as sobre as maneiras como as escalas geográficas vinham sendo tratadas em diversas subáreas da Geografia. Com esse esforço, sistematizaram as produções que até então lidavam com o problema escalar no âmbito das discussões sobre as representações cartográficas, na Geografia Biofísica —expressão utilizada por eles— e na Geografia Humana. Adam MOORE (2008), por sua vez, sugere fazer mais sentido compreender as escalas geográficas como categorias da prática do que como categorias de análise. Ele também elabora uma proposta de agenda de pesquisa específica com seis diferentes tópicos vinculados ao debate escalar. Antes disso, no entanto, Moore situa sua posição em meio à literatura sobre o tema, realizando sua revisão bibliográfica considerando a existência de duas principais linhas de pensamento em seu meio —uma materialista e outra

---

ou via determinadas tecnologias (o telefone, o telex, o fax, por exemplo), praticamente ao mesmo tempo, e no mundo todo." (HAESBAERT, 1993:112) Da mesma maneira, a complexidade de outras escalas geográficas é ressaltada, como a da escala regional, justamente pela mescla de tempos breves, intermediários e longos.

[135] Outro trabalho importante sobre o tema é a coletânea "*Geographies of power*", organizada por Andrew HEROD e Melissa WRIGHT (2002), mas não irei abordá-lo com profundidade aqui.

idealista. Essa divisão também é apontada por Danny MacKINNON (2010). Além disso, MacKinnon realizou sua revisão da bibliografia de forma a fazer duas outras afirmações. Por um lado, ele indica a improcedência de algumas das críticas trocadas entre os/as autores/as dedicados/as à dimensão material-concreta da produção das escalas e aqueles/as interessados/as nas implicações simbólico-discursivas da construção social das escalas. Por outro, elabora sua crítica à expressão *política de* escalas e propõe sua substituição pela expressão *política escalar*. Por último, Andrew HEROD (2011) dedicou-se à tarefa de organizar a bibliografia recente sobre o tema em seu livro. Ele aborda essas reflexões discorrendo primeiramente sobre o caráter ontológico e os debates a respeito da existência ou não das escalas. Em seguida, apresenta as principais metáforas que tem permeado o pensamento sobre a dimensão espacial da sociedade, em especial no âmbito acadêmico da geografia humana. Por fim, no decorrer da maior parte de seu livro o autor reflete sobre como cada uma das cinco diferentes escalas selecionadas por ele foram tratadas em diferentes períodos —a escala do corpo, a escala do urbano, a escala da região, a escala nacional e a escala global.

A partir das considerações dessas contribuições e de outras leituras, acredito que esse debate pode ser organizado inicialmente ao redor de diferentes eixos de questionamentos. Estes são, sem dúvida, intimamente articulados e muito raramente abordados de forma específica ou individualizada nas publicações consultadas. Ainda assim, creio que podem ser identificados ao menos três deles, ao redor dos quais giram as problematizações levantadas pelos trabalhos com os quais tive contato. Primeiramente, a *natureza* das escalas geográficas é abordada, questionando-se a respeito de seu caráter material ou discursivo e, ao mesmo tempo, se elas seriam categorias de análise ou categorias da prática social. Ligadas a essas questões estão também diferentes opiniões sobre as escalas enquanto categorias ontológicas ou epistemológicas. Outro eixo de reflexões diz respeito à *forma* das escalas geográficas, no qual figuram perguntas sobre as escalas serem melhor compreendidas enquanto áreas contínuas com limites definidos ou como nós ligados entre si através de redes sócio-espaciais. Por fim, há também os questionamentos quanto a *organização* das escalas geográficas, onde são encontradas perspectivas que consideram as configurações escalares de maneira verticalizada ou horizontalizada, além de questionarem-se quanto a existência ou não de hierarquias entre elas. Esses dois principais assuntos relativos à organização das escalas podem ser explicitados por meio das diferentes metáforas escalares que animam as reflexões.

Ainda quanto à organização das escalas, ganha destaque o tema da política de escalas e da política escalar, que abordarei ao final. Busquei expressar esses eixos na Figura 7.

Antes de apresentar rapidamente cada um desses eixos, irei expor brevemente alguns dos elementos que aparentam ser mais ou menos consensuais nesse amplo debate contemporâneo

3.2.1. **Os (poucos) consensos atuais**

O debate das últimas décadas em língua inglesa sobre o tema conseguiu construir alguns poucos consensos. O principal deles foi o acordo sobre a importância de se assumir uma abordagem construcionista a respeito das escalas geográficas.[136] Isso implica concebê-las não mais como categorias fixas e com características definidas previamente, mas sim considerá-las como sendo construídas a partir de processos sociais dinâmicos. Seus aspectos próprios, antes vistos como dados *a priori* ou constituídos ontologicamente, passaram a ser objeto de questionamentos sistemáticos. Por isso SHEPPARD e McMASTER (2004) dizem que as escalas geográficas passaram a ser vistas conceitualmente pela geografia humana como não possuindo mais unidades fixas. Seus limites, sua coerência como unidades espaciais, a importância relativa das unidades —comparada tanto com outras unidades "na mesma escala" quanto em relação às demais escalas— tornam-se aspectos vistos como mutáveis, destacando as análises multiescalares como outra das características fundamentais das perspectivas construcionistas atuais sobre as escalas geográficas. Essas abordagens, portanto, "(...) busca[m] perguntar como escalas particulares vem à existência através de fenômenos particulares e como sua importância relativa muda com o tempo." (SHEPPARD e McMASTER, 2004:261) [tradução livre][137]

[136] Ver MARSTON (2000), GONZÁLEZ (2003), SHEPPARD e McMASTER (2004) e MOORE (2008).

[137] "[a] contructionist approach to scale seeks to ask how particular scales come into existence for particular phenomena, and how their relative importance changes over time."

Eixos do debate recente sobre o conceito de escala geográfica (trabalhos em língua inglesa pós-1990)

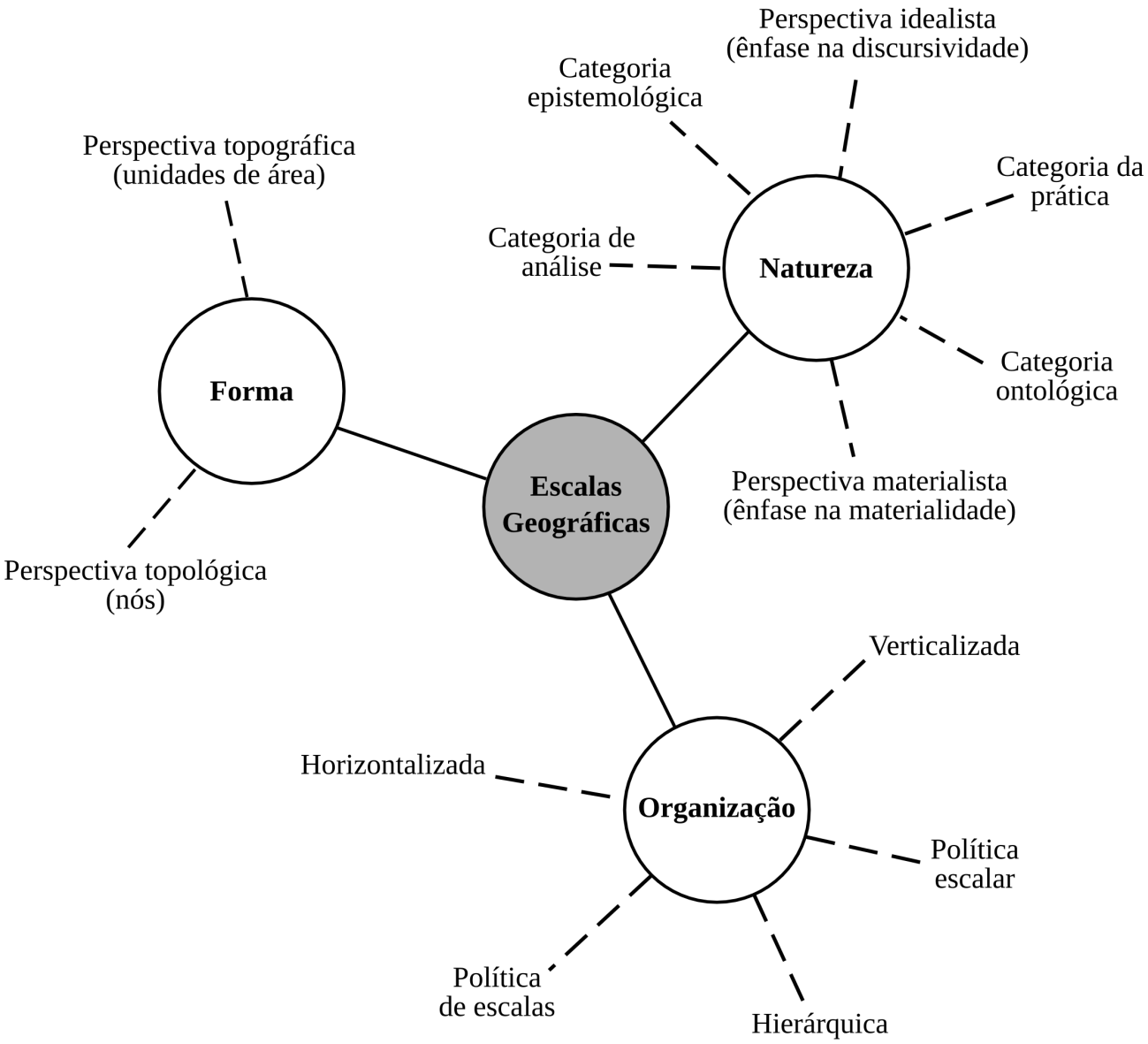

Figura 7: Eixos do debate sobre o conceito de escala geográfica (trabalhos em língua inglesa pós-1990) Elaboração: M. S. Grandi.

Além disso, as reflexões recentes sobre as escalas geográficas geraram um novo olhar sobre os aspectos inerentemente espaciais da política.[138] Isso ocorreu em parte porque tal conceito passou a ser considerado como permeado e constituído por relações de poder.[139] Por outro lado, o reconhecimento da instabilidade das escalas e das relações sociais e políticas que

[138] Ver MOORE (2008).
[139] Ver GONZÁLEZ (2003).

perpassam a escalaridade das práticas sociais trouxe também novos elementos para se pensar os processos sociais que distribuem diferenciadamente esse poder entre os membros da sociedade.[140] Nesse sentido, as escalas geográficas ganharam um novo status ao serem concebidas como um dos âmbitos de mobilização social vinculado à mudança ou à conservação das relações sociais como um todo.

Para além dessas considerações gerais, no entanto, os debates tenderam a seguir caminhos diversos e algumas vezes dificilmente convergentes. Não é por menos que SHEPPARD e McMASTER (2004) reconhecem a emergência de diferentes tradições quanto às reflexões sobre as escalas, distinguindo-se em termos teóricos, filosóficos, epistemológicos e metodológicos. Outras linhas dessa discussão ficaram mais claras a partir do final da primeira década dos anos 2000, como afirmam os trabalhos de MOORE (2008), MacKINNON (2010) e HEROD (2011). Destacarei aqui três grandes eixos pelos quais vejo passar parte das discussões que se desenvolveram em língua inglesa nas últimas duas décadas sobre o assunto.

3.2.2. **Natureza**

O consenso a respeito da importância de um olhar construtivista sobre as escalas geográficas —pautado pela ideia de que as escalas não são categorias fixas ou dadas previamente, mas sim socialmente construídas, fluidas e contingentes— tem muitas vezes ofuscado a identificação de algumas diferenças importantes nas abordagens teóricas do tema.[141] Tais distinções alimentam um dos eixos através dos quais a diversidade dos debates sobre as escalas geográficas na literatura anglófona das últimas duas décadas pode ser organizado, aquele que envolve as discussões sobre a natureza das escalas. Destaco aqui especialmente duas diferenciações. Primeiramente, as escalas vêm sendo pensadas enquanto entidades que existem material e concretamente no mundo ou, por outro lado, como uma construção epistemológica presente, em última análise, na mente de quem pensa sobre a organização espacial do mundo. Em segundo lugar, as escalas vêm sendo tratadas como categorias de análise ou, por outro lado, enquanto categorias da prática.

---

[140] Ver SHEPPARD e McMASTER (2004).
[141] Ver MOORE (2008).

Alguns autores têm buscado apontar nos últimos anos as diferentes perspectivas filosóficas dos trabalhos sobre o tema.[142] Na opinião deles, as reflexões tem sido realizadas ao redor de um *continuum* difuso entre dois principais tipos de abordagem: a abordagem *materialista* e a abordagem *idealista*. De acordo com HEROD (2011), a principal diferença entre essas duas perspectivas diz respeito ao questionamento sobre se as escalas geográficas seriam objetos com existência real ou não. Portanto, esse debate se liga à questão sobre o caráter ontológico ou epistemológico dessas categorias, explicitado de maneira mais nítida por Katherine JONES (1998).[143]

A primeira dessas linhas de pensamento —a materialista— emerge diretamente das críticas às abordagens quantitativistas dos estudos espaciais das décadas de 1950 e 1960 e tem inspiração predominantemente marxista. Suas reflexões têm sido direcionadas para a chamada economia política de escalas,[144] enfatizando perspectivas político-econômicas sobre a produção social das escalas geográficas. Nelas as escalas são vistas geralmente na dimensão de sua materialidade, entendidas como elementos da realidade que exercem influência e têm desdobramentos concretos sobre o mundo. Nesse sentido, ocorreriam disputas político-econômicas pelos referenciais materiais concretos existentes na natureza e construídos pela sociedade. Os escritos feitos sob essa égide são bastante variados, trazendo à tona, por um lado, novas perspectivas sobre temas usuais nos estudos sobre o espaço social e, por outro, elaborações conceituais próprias e perspectivas de análise inovadoras. Exemplos disso podem ser vistos nas ideias de *fixos escalares*, *reescalamento*, *política de escalas*, *salto de escalas, dobramentos escalares* e *estruturação escalar*, dentre outros, cada vez mais difundidas nas produções estrangeiras. Isso não significa, obviamente, que o uso desses termos seja exclusivo das reflexões que adotam essa perspectiva. Alguns trabalhos que se encaixam nessa abordagem, no entanto, e que são lembrados com maior frequência foram feitos por autores como Peter TAYLOR (1981, 1982, 1987), Neil SMITH (1993, 2004), Erik SWYNGEDOUW (1997a, 1997b, 2000, 2003, 2004) e Neil BRENNER (2000), dentre outros.

Na linha de pensamento chamada *idealista*, por outro lado, sobressai-se a inspiração identificada por certos autores como neo-Kantiana. Alguns deles colocam nessa linha também as reflexões inspiradas pelo pós-estruturalismo, ainda que elas difiram fundamentalmente das abordagens neo-kantianas —inclusive em termos político-filosóficos. Em contraste com a abordagem materialista, tais produções têm destacado aspectos e dinâmicas ligadas à

[142] Ver MOORE (2008), MacKINNON (2010) e HEROD (2011).
[143] Farei maiores comentários sobre as reflexões de Jones no capítulo seis.
[144] Ver TAYLOR (1982).

dimensão discursiva das escalas geográficas, entendendo-as enquanto metáforas espaciais da realidade elaboradas socialmente. Na visão das reflexões que adotam essa perspectiva, existiriam disputas, por exemplo, no âmbito da nomeação e organização das diferenças espaciais do mundo. Além disso, a escala não seria "(...) simplesmente um fato externo esperando ser descoberto, mas uma forma de enquadramento de concepções sobre a realidade." (DELANEY e LEITNER, 1997:94–95) [tradução livre][145] Por sua vez, noções próprias também têm sido elaboradas e problematizadas por esses/as autores/as, como as de *imagens escalares*, *narrativas escalares*, *metáforas escalares*, *práticas escalares*, *configurações* ou *arranjos escalares*, *performatividade da escala*, *efeitos escalares*, *genealogia política das ontologias escalares*, dentre outras. Tal qual os termos que citei ao falar da perspectiva materialista, porém, esses aqui tampouco são encontrados exclusivamente naqueles trabalhos que se aproximam mais de uma abordagem identificada como idealista. Seja como for, nessa linha de produções encontram-se autores/as como John HART (1982), James FERGUSON e Akhil GUPTA (2002), Chris COLLINGE (2005, 2006), Adam MOORE (2008) e Robert KAISER e Elena NIKIFOROVA (2008), dentre outros.

Tais linhas de pensamento trazem consequências diretas às concepções sobre a natureza das escalas geográficas, base a partir da qual outros desdobramentos teórico-conceituais a respeito de sua forma, funcionamento e organização se desenrolam. As controvérsias e discussões envolvendo ambas as perspectivas conviveram em diferentes graus nos últimos vinte anos. Enquanto durante os anos 1990 a primeira delas predominou, na década seguinte os trabalhos de inspiração materialista passaram a ser alvo de críticas mais frequentes por parte de abordagens que adotavam um ponto de vista relacional, aberto e múltiplo em relação às escalas geográficas.[146] Tais críticas ressaltavam que as perspectivas político-econômicas reforçavam uma abordagem fixa e hierárquica das escalas geográficas, destacando ligações "verticais" entre espaços delimitados. Herod afirma que além das reflexões que ele entende como inspiradas em perspectivas neo-Kantianas não focarem em questões ontológicas, elas se preocuparam em discutir "(...) como as escalas são pensadas e como isso forma consciência ao invés de como as escalas como entidades materiais estruturam e são estruturadas por processos econômicos, políticos e ambientais." (HEROD, 2011:56) [tradução livre][147]

---

[145] "'Scale', then, is not simply an external fact awaiting discovery but a way of framing conceptions of reality."

[146] Ver MacKINNON (2010).

[147] "(...) how scales are thought of and how this shapes consciousness rather than on how scales as material entities structure, and are structured, by economic, political, and environmental processes."

Mesmo assim, alguns trabalhos também tensionam as fronteiras entre essas abordagens. O já citado trabalho de Sallie MARSTON (2000), por exemplo, lembra que ao menos três princípios centrais constituíram a compreensão geral da produção da escala na virada do milênio. Primeiramente, não existiriam característica ontologicamente dadas às divisões entre escalas, pois elas não seriam fatos externos esperando ser descobertos. Pelo contrário, essas divisões fariam parte de enquadramentos de concepções da realidade. Em segundo lugar, esses diferentes enquadramentos resultariam nas formas particulares pelas quais as escalas são socialmente construídas. Tais formas têm, no entanto, consequências materiais concretas e por isso não podem ser consideradas somente uma prática retórica. As escalas inscrevem-se e são, dessa forma, o resultado tanto da vida cotidiana quanto das estruturas macro-sociais. Por fim, os enquadramentos das escalas são contestados e por isso são necessariamente temporários, estando abertos a transformações. Em outro trabalho realizado em conjunto com Paul Jones e Keith Woodward (MARSTON et al, 2005), Marston chega a fazer uma proposta polêmica. Eles sugerem que o conceito de escala seja descartado em benefício da adoção de "ontologias planas" ("*flat ontologies*") que sublinhassem conexões em redes "horizontais" entre atores e locais —algo que, segundo os autores, seria impossível com o uso do conceito de escala geográfica. Ainda que não sustentem esse descarte, Kevin COX (1998) e Richie HOWITT (1998, 2003) —além de MacKINNON (2010) já citado diversas vezes— também entram nesse rol de reflexões dificilmente enquadradas no binário idealismo-materialismo. Além disso, os trabalhos inspirados no pós-estruturalismo tampouco se encaixariam nesse *continuum*.

Talvez justamente pela dificuldade em lidar com tal binário outras sugestões também surgiram na busca por entender as pesquisas desde suas diferentes perspectivas sobre a natureza das escalas geográficas. MacKINNON (2010) propõe, por exemplo, que seria possível observar tais pesquisas na geografia humana a partir de duas outras linhas. Por um lado, existiriam aqueles trabalhos focados nas "espacialidades múltiplas", que buscariam evitar o privilégio de qualquer dimensão específica das relações sócio-espaciais. Por outro, certos trabalhos negariam a abordagem político-econômica em favor daquelas inspiradas nas reflexões pós-estruturalistas, enfocando preocupações com as práticas escalares e a performatividade das escalas. Me parece, no entanto, que nesse caso o autor enfatiza a pluralidade interna dos trabalhos de uma perspectiva que é apresentada como oposta, em seguida, àquelas geralmente rotuladas como idealistas. Assim, dá a entender que esta última abordagem não possui diversidade interna, o que não seria uma afirmação verídica.

De qualquer maneira, concordo com a perspectiva verbalizada por HEROD (2011) quando ele afirma que as discussões epistemológicas levantadas pelas pesquisas de inspiração neo-Kantiana não devem levar ao esquecimento da materialidade das dinâmicas escalares. Estou de acordo também com MacKINNON (2010) quando o autor afirma que as diferentes abordagens ressaltam aspectos igualmente cruciais para as reflexões sobre as dinâmicas escalares da sociedade e o papel da escalaridade como dimensão constituinte da espacialidade humana. Sendo assim, mais se complementam do que se excluem, inspirando o esforço de atentar às implicações de ambas as reflexões. O mesmo sentido vejo nas considerações de Marcelo Lopes de SOUZA (2013) ao sugerir a importância de não se cair nas armadilhas conceituais que leituras extremas inspiradas nas perspectivas objetivista e subjetivista, nos termos usados por ele, podem trazer. Ao invés disso, Souza afirma fazer mais sentido a adoção de uma perspectiva construtivista.

Uma outra discussão que emerge ao redor desse eixo do debate sobre a natureza das escalas geográficas diz respeito ao fato de as escalas serem consideradas categorias de análise ou categorias da prática. Esse tópico é levantado especialmente por alguns autores afins às referências pós-estruturalistas, como KAISER e NIKIFOROVA (2008) e MOORE (2008). Ambos se baseiam no trabalho de BRUBAKER e COOPER (2000). É Moore, no entanto, quem é mais enfático nessa diferenciação e que faz o esforço de relacionar as discussões apresentadas por Brubaker e Cooper diretamente ao tema das escalas geográficas. Ele argumenta que boa parte da literatura nessa discussão —em especial aquela ancorada na economia política— termina juntando de maneira irrefletida uma compreensão das escalas como uma categoria da prática social com um tratamento das escalas enquanto uma categoria basicamente de análise. Além de exemplos em trabalhos de Neil Smith e Erik Swyngedow, Moore resgata os três domínios espaciais sugeridos por Peter TAYLOR (1982) para afirmar que mesmo o autor negando a existência "natural" de princípios de organização socioespacial, ele termina tratando as escalas da economia-mundo/realidade, urbana/experiência e Estado-nação/ideologia como ontologicamente dadas no contexto do capitalismo. Na opinião de Moore, portanto, da mesma forma que certos cientistas sociais tomam as nações como realidades ontológicas ao invés de vê-las como realidades epistemológicas e, assim, terminam reificando "nacionalidades", as escalas geográficas também são vistas geralmente de maneira reificada. Acontece que, pelo contrário, as escalas seriam também ficções "(...) que informam

nossas compreensões populares da organização espacial do mundo." (MOORE, 2008:208) [tradução livre][148]

3.2.3. **Forma**

Além dos debates sobre sua natureza, um segundo eixo de discussões me parece importante para compreender a literatura anglófona sobre as escalas geográficas das últimas duas décadas. As reflexões sobre o tema nesse ambiente intelectual reúnem-se ao redor de dois tipos de concepções sobre a forma das escalas geográficas: uma perspectiva *topográfica* e outra perspectiva *topológica*.

Os trabalhos que enfocam as escalas de maneira *topográfica* veem-nas como unidades de área, contêineres geográficos mais ou menos rígidos onde cada escala seria compreendida como um espaço absoluto específico delimitado por fronteiras mutuamente excludentes. Herod inclusive reconhece que tanto idealistas quanto materialistas, em sua opinião, tendem "(...) a ver as escalas como entidades separadas e distinguíveis no interior de uma hierarquia de divisões espaciais (…)." (HEROD, 2011:14) [tradução livre][149] Esta tem sido a abordagem mais comum a respeito das escalas geográficas. Como comentei anteriormente, a maioria das propostas de tipologias escalares seguem esse padrão.

Por outro lado, as perspectivas que entendem as escalas de forma *topológica* voltam sua atenção para as escalas não como entidades espaciais fechadas, mas sim enquanto partes de redes sócio-espaciais que se estruturam em termos de nós e linhas. Algumas das principais referências que influenciam essa abordagem são as proposições de Bruno LATOUR (1996) sobre a teoria ator-rede. Esse ponto de vista permite refletir sobre espaços particulares como estando simultaneamente conectados a outros sem uma relação necessariamente hierárquica —apesar de poderem existir hierarquias no interior de organizações em rede. Uma abordagem topológica, no entanto, teria ao menos quatro vantagens segundo Helga LEITNER et al (2002). Primeiramente, as redes se expandem pelo espaço mas não o cobrem, evitando serem limitadas por fronteiras. Em segundo lugar, por transcenderem os limites de governo hierarquizado, as redes também são de mais difícil regulação a partir dos espaços geográficos existentes. Terceiro, por sua flexibilidade, os espaços que fazem parte de uma rede

[148] "(...) that inform our folk understangdings of the spatial organization of the world."
[149] "(...) to view scales as separate and distinguishable entities within a hierarchy of spatial divisions (...)"

modificam-se frequentemente. Por fim, os espaços que compõem a rede podem se sobrepor e penetrar uns aos outros. Outras considerações aprofundadas a esse respeito foram feitas, por exemplo, nos trabalhos de COX (1998), JONES (1998), JUDD (1998), LATHAM (2002), BRENNER (2001), MARSTON e SMITH (2001), SHEPPARD (2002), LEITNER (2004), COLLINGE (2005), MARSTON, JONES e WOODWARD (2005), KAISER e NIKIFOROVA (2008) e MOORE (2008), dentre outros.

Cada uma dessas perspectivas trouxe contribuições diferentes e enriqueceram as discussões sobre o assunto ao realizarem ponderações, considerações e propostas específicas. Dentre elas estão desde propostas bastante polêmicas —como a defendida por MARSTON et al (2005) de se expurgar o conceito de escala geográfica do vocabulário da Geografia, já comentadas anteriormente. O trabalho de COX (1998) sobre os espaços de dependência e os espaços de engajamento, ao qual voltarei mais adiante, é um exemplo, no entanto, de reflexões particularmente mais inspiradoras. O artigo de COLLINGE (2005) também é instigante. Sua abordagem reforça a necessidade de superarmos o dualismo entre sociedade e espaço e sugere que consideremos as escalas como "receptáculos do devir" ("*receptacles of becoming*") que proveem o ordenamento social e espacial prévio à própria significação e consequente reconhecimento do espaço e da sociedade como reinos distintos.

Cabe ressaltar ainda, no entanto, que o uso desses termos no intuito de designar diferentes formas das escalas geográficas é controverso, especialmente por conta de a origem etimológica dos mesmos não indicar uma distinção entre unidades de área e pontos articulados em rede. A ideia de *grapho* faz referência ao desenho, enquanto a terminação *logos*, por sua vez, remete à ideia de razão. Como ficará explícito em outras passagens da tese, porém, adotei esses termos tendo como base a discussão elaborada pela literatura ao seu redor, optando por centrar o foco no conteúdo dos debates a respeito da forma das escalas geográficas em detrimento, por ora, da problematização dos termos específicos que vêm sendo usados para tal. De qualquer maneira isso não diminui a necessidade de se buscar novas expressões que possam dar conta de forma mais acurada das características que são levantadas de maneira acertada nesses debates.

3.2.4. **Organização**

O terceiro eixo dos debates recentes sobre as escalas geográficas envolve as problematizações sobre as possíveis maneiras como elas são postas em relação umas com as outras. As questões orbitam, então, a organização e o funcionamento das escalas geográficas. Grosso modo, é o que entendo aqui pelas diferentes *configurações* ou *arranjos escalares*,[150] similares ao que COLLINGE (2006) chama de *esquema* ou *sistema de escalas*. As diferentes formas como a organização das escalas é imaginada influencia diretamente os processos que envolvem a chamada *gestalt* das escalas.[151] Mais interessante no momento é que, além disso, as distintas abordagens a respeito dos arranjos escalares também influem nas maneiras como é pensado o funcionamento de suas articulações. Isso traz desdobramentos específicos para as maneiras de se refletir sobre as relações existentes entre as escalas geográficas e a eficácia política das práticas sócio-espaciais desempenhadas pelos agentes sociais. Como lembra SOUZA (2013), tais relações são tratadas em geral pelas reflexões preocupadas com o que a literatura anglófona tem chamado de *política de escalas*.

São ao menos dois os assuntos ao redor dos quais os debates sobre as configurações e arranjos escalares giram. Por um lado, levantam discussões sobre a *verticalidade* ou a *horizontalidade* dessa organização. Por outro, colocam em questão a existência ou não de *hierarquias* entre as escalas. Sheppard e McMaster, por exemplo, destacam que alguns estudos sobre as escalas geográficas argumentam contrariamente ao individualismo metodológico das ciências naturais e afirmam que indivíduos e coletividade são mutuamente constituídos. "Isso implica que a casualidade pode ocorrer em todos os tipos de direções entre (e através das) escalas." (SHEPPARD e McMASTER, 2004:262) [tradução livre][152] Essa afirmação ajuda a ressaltar a existência de diferentes concepções a respeito da organização e das influências hierárquicas entre as escalas geográficas. Sara GONZÁLEZ (2003) baseia-se em PECK (2002) e HOWITT (1998) para lembrar, no entanto, que um dos princípios desenvolvidos no interior do debate sobre as escalas geográficas seria a noção de que as escalas devem ser concebidas como indo além de sua concepção hierárquica. HEROD (2011) lembra, por outro lado, que as diferentes linhas de pensamento envolvidas nesse debate

---

150 Ver MOORE (2008).

151 "(...) a forma pela qual diferentes escalas são postas em conjunto para formar um padrão geral e como olhar para elas de diferentes perspectivas pode resultar em compreensões muito diferentes da realidade material." (HEROD, 2011:56) [tradução livre] Ver também SMITH (1987).

152 "This implies that causality can run in all kinds of directions across (and within) scales."

compartilham uma concepção das escalas como parte de hierarquias escalares específicas, apesar de diferenciadas entre si. Tais hierarquias poderiam apresentar-se, segundo ele, de maneira verticalizada —como a imagem de uma escada, por exemplo— ou horizontalizada — como a imagem de uma série de círculos concêntricos. Como comentarei a seguir, porém, existem perspectivas que não incorporam necessariamente uma visão hierárquica da organização escalar.

As metáforas escalares cumprem um papel útil aqui, pois ajudam a perceber as diferentes abordagens sobre as maneiras de organização das escalas geográficas e de como, por consequência, as interações entre os processos sócio-espaciais são compreendidas. Através delas é possível ver aspectos ligados tanto à questão da verticalidade ou horizontalidade dos arranjos escalares, quanto ao tema da existência ou não de hierarquias nessas configurações. Não é à toa que Smith ressalta em um dos seus trabalhos mais influentes sobre o tema das escalas geográficas que "(...) o uso de metáforas espaciais, longe de prover somente um inocente apesar de evocativo imaginário, na verdade toca diretamente em questões de poder social." (SMITH, 1993:97) [tradução livre][153] Howitt é outro autor que lembra da importância de se refletir sobre tais metáforas, uma vez que elas "(...) conformam a maneira com a qual pensamos sobre e interagimos tanto com o mundo material quanto com o mundo das ideias (…) [além de moldar] a forma como pensamos, falamos e ensinamos aspectos de geografias complexas e dinâmicas (…)." (HOWITT, 1998:49) [tradução livre][154] Por fim, recordo que Herod também reconhece a importância delas ao ponto de lhes dar papel de destaque no capítulo inicial de seu livro, utilizando inclusive diversas representações gráficas. Desde sua perspectiva materialista, Herod afirma que a importância dessas diferentes representações não está no fato de que "(...) elas são necessariamente reflexos de alguma realidade material subjacente mas, pelo contrário, que elas proveem um ponto de entrada para o engajamento com o mundo material." (HEROD, 2011:46) [tradução livre][155] Tais metáforas, dessa forma, são também frequentemente articuladas no interior de diferentes narrativas escalares,[156] cuja relevância Swyngedouw sublinha ao dizer que "[e]ssas 'narrativas escalares' provêm as metáforas para a construção de discursos 'explicativos'[,] (…) indicam diferentes

[153] "(...) the use of spatial metaphors, far from providing just an innocent if evocative imagery, actually taps directly into questions of social power."

[154] "Metaphors shape the way we think about and interact with both the material world and the world of ideas. If we consider the ways in which key new metaphors (or new uses of existing metaphors) shape the way we think, speak and teach about aspects of complex and dynamic geographies, we can glimpse the power of metaphor to illuminate the issues with which we work."

[155] "(...) they are necessarily reflective of some underlying material reality but, rather, that they provide an entry point for engaging with the material world."

[156] Ver SWYNGEDOUW (1997b) e GONZÁLEZ (2003, 2006).

momentos causais e destacam diferentes geometrias de poder ao explicar tais eventos." (SWYNGEDOUW, 1997b:139-40) [tradução livre][157]

Para HOWITT (1998) são três as facetas das escalas que tem inspirado a utilização de diferentes metáforas escalares: as escalas vistas como *tamanho*, como *nível* e como *relação*. Segundo o autor, ao se basear as metáforas escalares em sua dimensão corre-se o risco de utilizar a escala cartográfica como metáfora para a escala geográfica. Isso simplificaria a abordagem do conceito e naturalizaria as escalas meramente como divisões mensuráveis do espaço. Outra face frequentemente destacada é a das escalas como níveis — sejam níveis de complexidade ou de uma hierarquia. Howitt exemplifica os riscos dessa concepção com as metáforas da pirâmide e das matrioskas (bonecas russas). Segundo ele, elas apresentariam uma perspectiva das escalas como níveis encaixados ou aninhados hierarquicamente ("*nested scales*"). Tal visão dificultaria a abordagem das complexas relações interescalares e, por outro lado, representaria de forma inadequada a multiplicidade de indivíduos uma vez que as escalas menores são assumidas como réplicas das maiores. Por fim, ele destaca que a perspectiva que ressalta as escalas como relações tem sido subvalorizada. Essa abordagem buscaria reconhecer as escalas como um fator na construção e na dinâmica de diferentes totalidades geográficas. O exemplo que ele busca construir, a partir disso, é o do uso das escalas musicais como metáfora para as escalas geográficas.

Mas é de fato HEROD (2011) quem, ao trazer diferentes representações gráficas das metáforas escalares, contribui para mostrar como tais ideias podem moldar as perspectivas a respeito da articulação das partes do espaço em diferentes totalidades. Herod apresenta seis diferentes metáforas: a escada, os círculos concêntricos, a matrioska (bonecas russas), as raízes de árvores, os buracos de minhoca e a teia. Resgatarei tais metáforas aqui exatamente por seu potencial didático-explicativo.

As três primeiras metáforas veem as escalas em termos contínuos, ou seja: como unidades de área. A escada e os círculos concêntricos —ou variações dessas duas primeiras metáforas— são as mais comumente encontradas tanto na literatura que trata especificamente dos debates teórico-conceituais sobre as escalas geográficas quanto nas pesquisas sócio-espaciais como um todo. Na metáfora da *escada* (Figura 8), cada degrau seria uma diferentes escala. GONZÁLEZ (2003) lembra que, no caso dessa representação, os degraus não precisam ser necessariamente do mesmo tamanho, recordando uma outra metáfora bastante

[157] "These 'scalar narratives' provide the metaphors for the construction of 'explanatory' discourses[,] (…) indicate different causal moments and highlight different power geometries in explaining such events."

recorrente —as pirâmides. Ainda assim, conforme segue ressaltando HEROD (2011), essa metáfora não só descreve hierarquias escalares essencialmente verticalizadas. Ela também parte da perspectiva de que as fronteiras entre as escalas seriam nitidamente identificáveis. Seria possível, então, "subir" ou "descer" as escalas, pois elas estariam acima ou abaixo umas das outras como patamares espaciais verticalmente dispostos. A escala "global", por exemplo, estaria assentada acima das demais. Além disso, em geral tal metáfora relaciona a verticalidade a diferentes graus de poder.

Figura 8: Metáfora da escada
(Fonte: HEROD [2011]. Adaptado por M. S. Grandi)

Quanto à metáfora dos *círculos concêntricos* (Figura 9), muitas das características são compartilhadas com a metáfora da escada —como a definição nítida dos limites das escalas e a noção de variação hierarquizada de poder. Mas também existem diferenças entre ambas. Com os círculos concêntricos, por exemplo, o aspecto dimensional das escalas é visto em termos horizontais, de forma que pode-se transitar entre as escalas movendo-se entre elas. No entanto, a relação horizontal estabelece que o "global", por exemplo, não estaria "acima" das outras escalas, mas sim seria "maior" que elas. Sendo assim, a principal diferença é que na metáfora dos círculos concêntricos são estabelecidas relações nas quais as escalas "maiores" abrangem as escalas "menores".

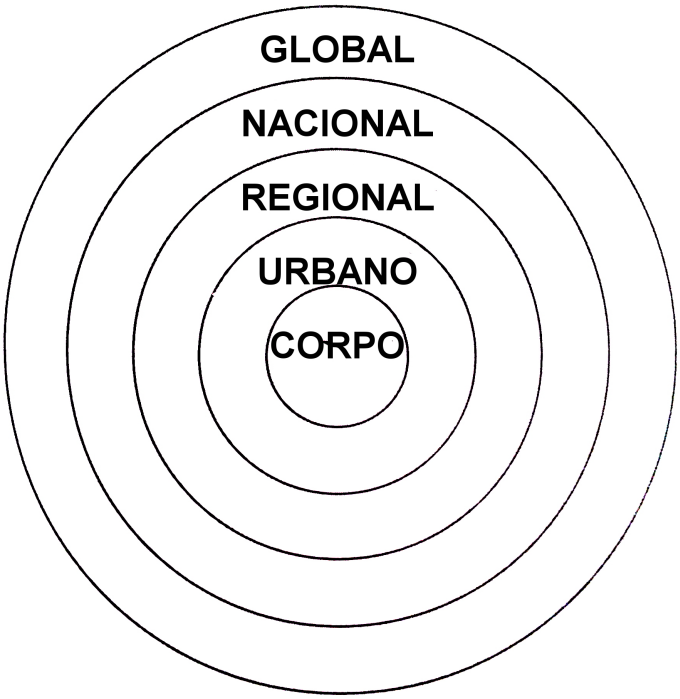

Figura 9: Metáfora dos círculos concêntricos
(Fonte: HEROD [2011]. Adaptado por M. S. Grandi)

A relação de abrangência dos círculos concêntricos é similar àquela vista quando a metáfora da *matrioska* é utilizada (Figura 10). Ambas nos dão os exemplos mais explícitos daquilo que se chama de escalas agrupadas, encaixadas ou aninhadas ("*nested scales*"). No entanto, se inspiradas na imagem das bonecas russas, as escalas passam não só abrangem umas às outras, mas também contem e são contidas pelas demais. Além de partir do mesmo pressuposto de que as escalas tem seus limites nitidamente diferenciáveis, portanto, a metáfora das bonecas russas mostra-se mais rígida do que as ideias da escada e dos círculos concêntricos. Isso porque as bonecas menores são apresentadas como encaixando-se exclusivamente naquelas imediatamente maiores, de forma que a possibilidade de acontecerem "saltos de escalas" é muito mais distante —diferentemente do visto no caso das metáforas da escada e dos círculos concêntricos. Mais do que isso, independentemente do "nível", as bonecas são sempre réplicas das demais, guardando como única variação o seu tamanho relativo. Trata-se de uma metáfora muito similar àquela que considera a organização escalar como fractais. Tais imagens ressaltam relações nas quais os aspectos encontrados em certas escalas determinariam as características das relações desenroladas em outras —ainda que a escala das relações que servem de referência inicial para esse espelhamento possa ser

hora o "global", hora o "local", hora outro recorte espacial qualquer. É o que, na falta de melhor termo, chamo aqui de *determinismo escalar*.

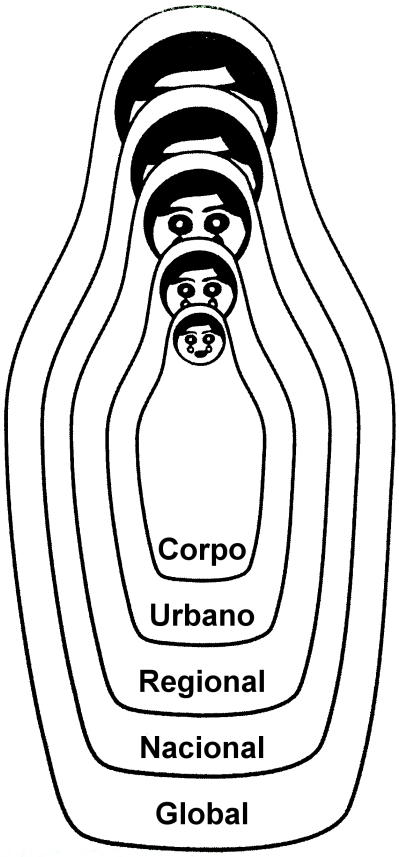

Figura 10: Metáfora da matrioska (boneca russa)
(Fonte: HEROD [2011]. Adaptado por M. S. Grandi)

Considerando as três últimas metáforas resgatadas por Herod —as raízes de árvores, os buracos de minhoca e a teia— é nítido que elas partem da concepção das escalas enquanto nós organizados em diferentes tipos de redes, permitindo dar vazão a uma visão diferente das interconexões do mundo. Com essa perspectiva topológica, portanto, a metáfora das escalas organizadas como *raízes de árvores* (Figura 11) traz uma ideia de oposição entre escalas frequentemente vistas como polos de um *continuum* —o "global" em uma ponta e o "corpo" ou "local", por exemplo, na outra. Em certa medida, não se trata de uma metáfora tão diferente das demais apresentadas antes. Acontece que, tal qual a metáfora dos buracos de minhoca, os limites entre as escalas não são definidos nitidamente. Isso sim é bastante distinto das metáforas comentadas anteriormente. Além disso, o ponto no qual todas as raízes se encontram —o tronco da árvore— remete à ideia de uma referência para a convergência ou divergência dos processos. Esse ponto pode ser, por um lado, o "corpo" ou o "local" —onde

aspectos mais dispersos tornam-se concretos— mas também, por outro, o "global" —que abarcaria as demais escalas. É justamente aí que está uma das especificidades dessa metáfora: apesar de haver somente um ponto de "entrada/saída", a flexibilidade quanto a ele permite que as conexões possam ser concebidas em ambas as direções —do "global" ao "corpo" e vice-versa, por exemplo.

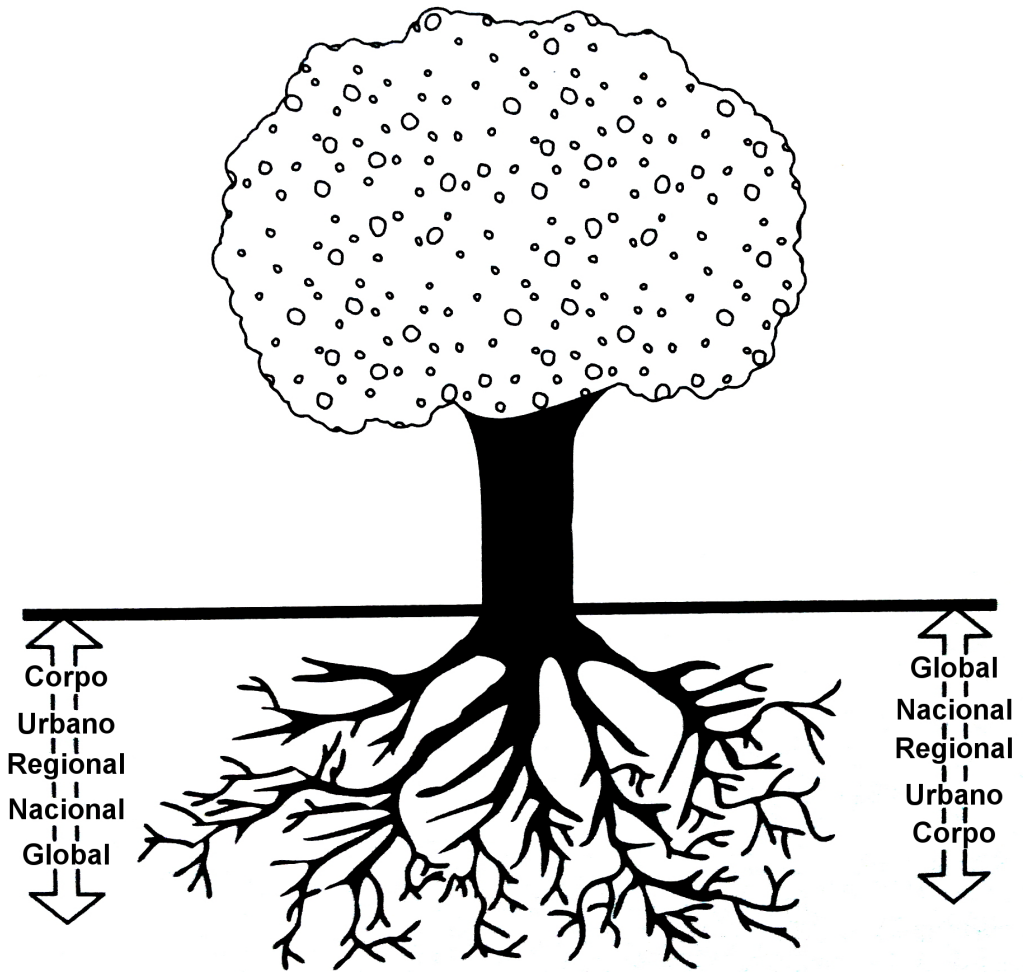

Figura 11: Metáfora das raízes de árvores
(Fonte: HEROD [2011]. Adaptado por M. S. Grandi)

No caso de se conceber os arranjos escalares como *buracos de minhoca* (Figura 12), não há somente uma "entrada/saída" para os processos. Por isso as conexões podem ocorrer não somente em "ambos" os sentidos ("global" ↔ "corpo", por exemplo), mas sim em sentidos múltiplos. Vale lembrar que a referência aqui não é a metáfora do buraco de minhoca utilizada na física teórica, mas sim aquela que remete à circulação do próprio animal no subsolo formando uma rede intrincada de túneis. Nesse sentido, apesar de a superfície de "entrada/saída" ainda servir como uma espécie de referência, tal metáfora se aproxima muito

mais da lógica rizomática do que as anteriores.[158] Ainda assim, essa metáfora compartilha várias das características da ideia de raízes de árvores, como o fato de o arranjo ter uma organização em rede e as escalas não serem nitidamente diferenciadas.

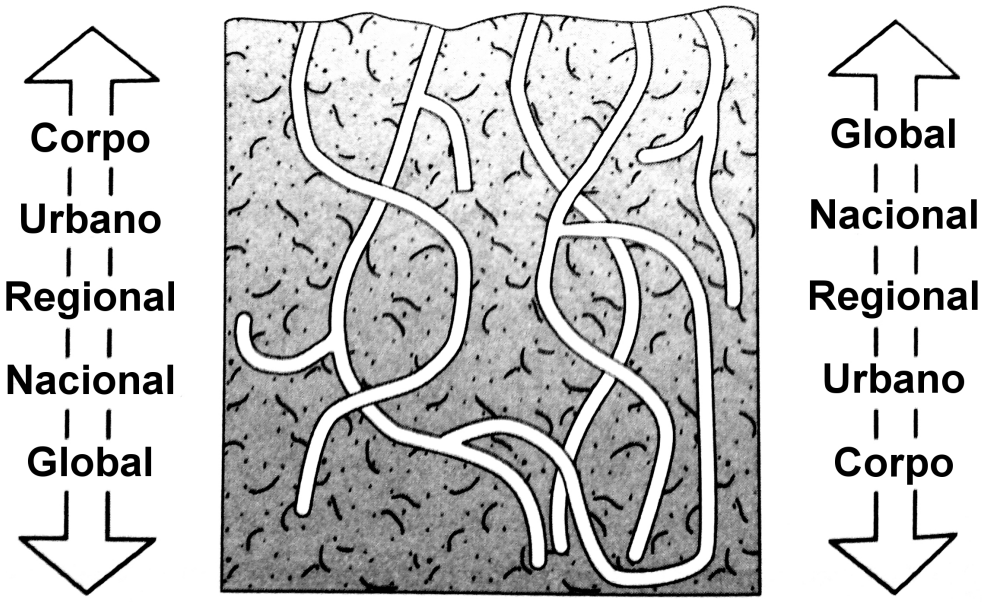

Figura 12: Metáfora dos buracos de minhoca
(Fonte: HEROD [2011]. Adaptado por M. S. Grandi)

Estas duas últimas características também são compartilhadas pela metáfora da *teia de aranha* (Figura 13). Tal metáfora é similar à dos buracos de minhoca por também permitir que se possa circular de um ponto a outro sem que necessariamente seja preciso passar por um centro —algo bastante diferente da metáfora das raízes das árvores. A própria existência ou não de um centro na teia é, segundo HEROD (2011), questionada por alguns autores como forma a enfatizar o potencial descentralizador dessa metáfora. Por fim, a metáfora da teia ainda é diferente das outras duas inspiradas em uma perspectiva topológica por ser basicamente uma referência bidimensional, enquanto as raízes de árvore e os buracos de minhoca elencam a possibilidade de uma abordagem tridimensional das escalas.

[158] Ver DELEUZE e GUATARRI (1995).

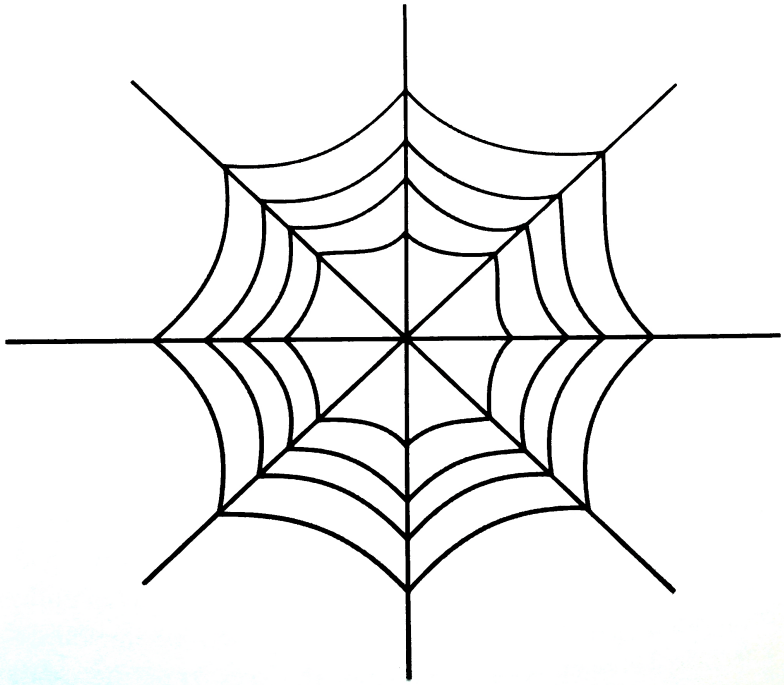

Figura 13: Metáfora da teia de aranha
(Fonte: HEROD [2011])

As metáforas de inspiração topológica destacam aspectos diferentes daquelas inspiradas por uma visão topográfica das escalas geográficas. Nesse sentido, porém, GONZÁLEZ (2003) lembra que embora a horizontalidade geralmente vinculada às metáforas das redes tenha suas vantagens, ela traz o risco de ocultar as hierarquias de poder e as desigualdades existentes no interior das redes. Vale lembrar que nem todas as redes são isentas de hierarquias internas. Por isso mesmo SHEPPARD (2002) e LEITNER et al (2002) ressaltam a importância de se analisar a posição dos sujeitos e das escalas no interior das redes de forma a não se perder o que chamam de "sentido de verticalidade". Segundo González, portanto, esses dois trabalhos "(...) vem nos dizer que a política de escalas pode ser entendida como um processo que ocorre através de redes ou que estas redes, por sua vez, participam de processos de (re)estruturação escalar." (GONZÁLEZ, 2003:111) [tradução livre][159]

Partindo, então, das metáforas apresentadas por HOWITT (1998), GONZÁLEZ (2003) e HEROD (2011) e de outras referências comentadas em outros momentos deste capítulo, penso ser possível relacionar as diferentes metáforas a distintas formas de se compreender os arranjos ou configurações escalares possíveis. Nessa tipificação,

[159] "(...) vienen a decirnos que la política de escalas puede entenderse como un proceso que ocurre a través de redes u que estas redes, a su vez, participan de procesos de (re)estrutcturación escalar."

reconhecidamente parcial e sujeita a todo tipo de alteração, identifico três grandes grupos de arranjos:

(a) *Arranjos ou configurações escalares hierárquicas verticalizadas*: Nesses arranjos as escalas são vistas geralmente em termos topográficos e representadas por metáforas como a escada, a pirâmide, os patamares ou os fractais. Nos casos em que as escalas são vistas enquanto nós em redes espaciais, no entanto, esses arranjos tendem a ser representados de maneira diferente —como as raízes de árvores, que apresentam uma centralidade clara.

(b) *Arranjos ou configurações escalares hierárquicas horizontalizadas*: Quando vistas enquanto unidades de área, as escalas organizadas dessa forma são representadas por metáforas como os círculos concêntricos ou a matrioska (boneca russa). Já ao serem vistas em termos topológicos, tendem a ser representadas por metáforas como as teias de aranha que possuem um centro claro.

(c) *Arranjos ou configurações escalares não-hierárquicas*: ao serem vistas em termos topográficos, o arranjo escalar pode ser representado de forma similar a espacialidade diferencial apresentada por LACOSTE (1988).[160] Já se sua dimensão topológica é sublinhada, ganham destaque as metáforas dos buracos de minhocas, rizomas e teias de aranha sem um centro definido.

Como já comentei páginas atrás, essas diferentes perspectivas a respeito das formas como as escalas são arranjadas trazem consigo o debate sobre as articulações desses recortes do espaço, destacando-se as problematizações sobre o seu funcionamento ser ou não rigidamente determinado por relações hierárquicas. Mas esse, porém, não é o único arranjo possível de ser identificado ou pensado.

De fato, tanto a organização das escalas geográficas quanto seu funcionamento são reconhecidos como frutos de processos sociais intensos e conflituosos, permeados por relações de poder e, por isso, fundamentalmente políticos. Aí estão algumas das bases daquilo

[160] Ver Figura 05.

que vem sendo chamado de *política de escalas* no seio do debate anglófono sobre o tema. É ao redor desse tema que frenquentemente as relações entre escalas geográficas e a eficácia da prática política têm sido abordadas, como lembra SOUZA (2013).

De acordo com BRENNER (2001), a expressão "política de escalas" foi cunhada em 1990 por Neil Smith no posfácio da segunda edição de seu livro "Desenvolvimento desigual" lançado originalmente em 1984. Após isso, além de SMITH (1992, 1993), trabalhos de outros autores e autoras passaram a adotar a expressão e ajudar a difundi-la. Um dos pesquisadores que mais cedo se destacou nesse sentido foi Erik SWYNGEDOUW (1993).[161]

Em um nível bastante geral, BRENNER (2001) afirma que a ideia de política de escalas tem sido empregada para destacar os processos políticos conflituosos de contestação e lutas sociais através dos quais se dá a construção social das escalas geográficas. Tal ideia reconhece ainda os diferentes recursos econômicos, políticos, informacionais e simbólicos à disposição dos distintos agentes sociais.[162]

A partir desses aspectos gerais, no entanto, diferentes situações e práticas sócio-espaciais têm sido abordadas sob o rótulo da expressão "política de escalas". HEROD e WRIGHT (2002) dizem, por exemplo, que algumas pesquisas consideram que a política de escalas diz respeito às formas como determinados atores sociais movem-se entre diferentes escalas. Nesse contexto ganhariam sentido as expressões "salto de escalas" ("*scale jumping*"), "reescalamento" ("*rescaling*") e "deslocamento escalar" ("*scalar shift*"), por exemplo. Outras investigações compreenderiam, por outro lado, não como tais agentes se movem entre escalas, mas sim como eles negociam suas práticas através de diferentes escalas geográficas e/ou atuam simultaneamente em múltiplas escalas. Tal perspectiva estaria na base das ideias de "negociação escalar" ("*scalar negotiation*"), por exemplo. BRENNER (2001) também sugere a existência de pelo menos dois diferentes sentidos para a expressão "política de escalas" — um sentido singular e outro sentido plural. A *política de escalas em sentido singular* diria respeito aos processos sociais responsáveis pela construção de uma forma ou unidade geográfica delimitada *em si* e diferenciada das demais em termos de organização sócio-espacial, atividades, conflitos, lutas, discursos e/ou imaginação —a política *da* casa, *da* região, *do* país, etc., por exemplo. No meu entender, nessas situações o sentido da expressão

[161] Swyngedouw também foi responsável por criar a expressão glocal. Segundo ele, o processo de glocalização envolve duas dimensões: (a) a reconstrução institucional e regulatória desde o nível nacional tanto "para cima" (escalas supranacionais ou globais) quanto "para baixo" (corpo, local, urbano e regional); e (b) a relocalização global de algumas atividades e infraestruturas industriais, financeiras e de serviços. Ver SWYNGEDOUW (1997).

[162] Ver também HEROD e WRIGHT (2002).

"política de escalas" poderia ser melhor traduzido através da expressão "política *de constituição de uma* escala," compreendida como uma unidade geográfica com fronteiras definidas e, portanto, relativamente diferenciada de outras unidades. Já a *política de escalas em sentido plural* faria referência aos processos sociais que constroem as diferenciações, ordenamentos e hierarquias particulares *entre* distintas escalas geográficas. Dentre as preocupações dos trabalhos que entendem a política de escalas dessa forma estão questões sobre como escalas específicas estão posicionadas e inseridas em uma configuração (em geral) hierárquica de diferentes escalas geográficas maiores ou menores. Nesse sentido, o foco está no processo de "escalamento" ("*process of scaling*") através do qual "(...) múltiplas unidades espaciais são estabelecidas, diferenciadas, hierarquizadas e, sob certas condições, reformuladas, reorganizadas e recalibradas em relação umas às outras." (BRENNER, 2001:600) [tradução livre][163] Nesse caso, me parece que o significado dessa ideia poderia ser mais facilmente compreendido através da expressão "política *da relação entre* escalas."

A expressão "política de escalas" não é, porém, apenas polissêmica. Algumas crítica colocam em xeque o foco de tal expressão, chegando a sugerir que sua imprecisão justificaria sua substituição por outras expressões. Um dos argumentos lembrados por HEROD e WRIGHT (2002) é de que ao se preocupar com a política de escalas, muitas pesquisas têm se focado mais nas escalas geográficas do que nos processos sócio-espaciais que as constituem. As escalas continuariam sendo vistas, portanto, basicamente como um esqueleto, uma estrutura de resoluções espaciais previamente existentes através e no interior das quais a vida social se daria. Por isso as referências a saltos de escalas e negociações escalares tenderiam a reificar as escalas geográficas ao separá-las das práticas responsáveis por sua criação —como se, enquanto produtos sociais, elas possuíssem uma existência independente das práticas sociais que as reconfiguram constantemente.

> "Em tal representação, a noção de que atores sociais tiveram sucesso em saltar de uma escala de organização para outra como parte de sua práxis espacial, ou que eles negociaram seus caminhos entre, por exemplo, a escala local e global, ou que eles conseguiram operar em várias escalas espaciais simultaneamente com sucesso, perde de vista que as escalas não existem exceto através das práticas sociais pelas quais elas são de fato constituídas." (HEROD e WRIGHT, 2002:11) [tradução livre][164]

---

[163] "(...) multiple spatial units are established, differentiated, hierarchized and, under certain conditions, rejigged, reorganized and recalibrated in relation to one another."

[164] "In such representation, the notion that social actors have successfully jumped from one scale of organization to another as part of their spatial praxis or that they have negotiated their way between, say, the local and the global scale, or that they have successfully managed to operate at several spatial scales simultaneously, misses the point that scales do not exist except through the social practices by which they are, in fact, constituted."

Os atores sociais, segundo esses críticos, não "saltariam" escalas, mas sim constituiriam as escalas através de sua práxis social. A diferença estaria entre uma abordagem que concebe as ações como acontecendo *em* e *através* do espaço e, por outro lado, aquela que olha para as práticas sociais preocupadas com como elas de fato *produzem* o espaço.[165]

Penso, no entanto, que a crítica mais contundente ao uso que se vem dando à expressão "política de escalas" é feita por Danny MacKINNON (2010). Ele parte da ideia de que ambas as perspectivas pós-estruturalistas e político-econômicas desse debate mais complementam uma à outra do que se contradizerem ao focarem as dimensões materiais e discursivas da construção social das escalas. Ainda que sem querer fazer uma integração completa dessas duas abordagens, o autor propõe que a ideia de "política de escalas" seja substituída pela de *políticas escalares*. Seu argumento central é de que não são as escalas por si só que são o objeto de contestação por parte dos atores sociais, mas sim os processos e práticas institucionalizadas que são escalarmente diferenciados. Para distinguir a política escalar da política de escalas, MacKinnon afirma que aquela é composta por quatro elementos-chave:

(a) *Crítica à ideia de uma política <u>de</u> escalas*: Muito similar às críticas de Herod e Wright recém apresentadas, MacKinnon afirma que as escalas geográficas são definidas pelas relações políticas que a constituem. São, assim, parte importante da atividade política, mas não seu foco principal.

(b) *Uso estratégico das escalas pelos atores*: O foco estaria no uso estratégico da escala por vários atores, organizações e movimentos que desenvolvem a habilidade de aproveitar e manejar as dimensões materiais e discursivas das escalas de forma efetiva visando alcançar os objetivos traçados.

(c) *Influência / efeito de estruturas escalares preexistentes*: Atentar para as interações entre as estruturas escalares criadas por processos passados de construção social e as atividades sociais emergentes, reconhecendo a importância dos atores, rotinas, práticas e redes para que essas interações aconteçam.

(d) *Criação de novos arranjos e configurações escalares*: Levar em conta a possibilidade de criação de novos arranjos escalares que emerge a partir do contato entre as estruturas escalares herdadas e os projetos sociais e políticos emergentes. O protagonismo desse processo estaria nas forças sociais que levam adiante tais projetos

[165] Ver HEROD e WRIGHT (2002).

> —que não são "escalares" ou "espaciais" em si, mas que têm dimensões e repercussões escalares. Essas forças sociais selecionariam as características a serem mantidas da organização escalar prévia de acordo com sua ideologia e suas visões sociopolíticas. As escalas seriam criadas por atores e organizações mas, quando estabilizadas, não seriam redutíveis a eles, podendo influenciar e/ou serem influenciadas por processos políticos, econômicos e sociais mais amplos.

As considerações de MacKinnon têm grande valor por deixarem ainda mais explícitas as diferenças entre as distintas tendências na abordagem da relação entre as escalas geográficas e o caráter político das práticas sócio-espaciais. Uma delas percebe as escalas geográficas como arenas fundamentais à eficácia da prática política, em geral identificada com o tema da política *de* escalas. Outra, no entanto, entende essa relação sem considerar as escalas como o objetivo das práticas políticas em si. Ao invés disso, considera tais práticas como aquelas ações que adquirem uma dimensão escalar. Nessa perspectiva, portanto, é a ação que se adjetiva escalarmente.

Vale ressaltar, no entanto, que mesmo com a sugestão de substituir a expressão "política de escalas" por "política escalar", a ideia de política de escalas não perde sua relevância. Ela não destoa dos significados que são comumente vinculados a ela, como os diferentes sentidos observados por BRENNER (2001) ou aqueles apontados por HEROD e WRIGHT (2002). Eles não são equivocados por si só, apesar de gerarem uma certa confusão no uso da expressão. Creio que a questão passa pela identificação nítida dos aspectos que se deseja enfatizar e, assim, pela diferenciação desses aspectos de maneira a, se for o caso, definir qual termo se mostra mais apropriado. O foco na política escalar, por sua vez, implica em problematizar outros aspectos fundamentais da relação entre a prática política e a dimensão escalar das espacialidade humana. Mas com isso ele não invalida as preocupações da política de escalas. A política escalar é sim, no entanto, distinta da política de escalas justamente por enfatizar outro elemento: a *componente escalar* da prática política.

3.3. A ESCALA GEOGRÁFICA NA LITERATURA BRASILEIRA

Enquanto esse debate frutificava e gerava intensas reflexões teórico-conceituais, metodológicas e mesmo filosóficas no estrangeiro, no Brasil a temática das escalas geográficas não foi alvo de interesse similar.

As considerações mais comumente lembradas ainda hoje se restringem à contribuição de Iná Elias de CASTRO (1995) e, quando muito, ao artigo francês traduzido para o português de Jean-Bernard RACINE, Claude RAFFESTIN e Victor RUFFY (1983). Neste artigo os autores partem da diferenciação entre escala cartográfica e escala geográfica —hoje quase um "senso comum acadêmico" nas pesquisas sócio-espaciais brasileiras minimamente acuradas conceitualmente— para destacar o papel mediador desse conceito. Na concepção dos autores as escalas geográficas agem como *mediadoras* de quatro diferentes aspectos: das configurações de fenômenos observados pelas/os analistas; da pertinência entre as unidades de observação e as ferramentas teórico-conceituais escolhidas; das intenções das/os pesquisadoras/es ao recortar seus objetos e definir suas problemáticas; e das ações que os agentes pretendem sobre o mundo. Ao mesmo tempo em que reconhecem que a ideia de escala se impõe desde o momento no qual precisamos lidar com a representação da realidade para que não nos afoguemos no mar de percepções que nos atinge, admitem que qualquer representação do mundo é uma percepção memorizada extremamente enfraquecida. Nesse sentido e como primeira aproximação, definem a escala como "(...) uma função do esquecimento coerente que permita uma ação bem sucedida. A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção." (RACINE et al, 1983:128) Esse processo de esquecimento coerente de outros elementos do mundo seleciona as características suficientes para que nossa memória possa realizar uma ação determinada. Por isso as escalas tornam-se função de um processo responsável por mediar valores, o poder e as preocupações humanas. CASTRO (1995), por sua vez, ressalta sua concepção das escalas geográficas como diferentes níveis de apreensão do real, enfatizando que os fenômenos observados se modificam ao serem alteradas as escalas geográficas a partir das quais eles são analisados —abordagem que se aproxima, em certa medida, do que LACOSTE (1988) afirmava, apesar das críticas da autora ao francês. Além disso, Castro é também uma das autoras que defende a importância da busca por identificar a escala ideal para o estudo de determinados processos sócio-espaciais. Isso seria

crucial pois em diferentes escalas certos processos específicos terminariam invisibilizados, enquanto em outras escalas eles se tornariam visíveis.[166] Portanto, ainda que suas contribuições pudessem suscitar outros desdobramentos conceituais importantes —como por exemplo reflexões sobre a compreensão das escalas enquanto instrumentos de apreensão do real[167] ou como parte de processos de esquecimento coerente orientado à realização de ações determinadas[168] — parece que o principal legado que esses escritos conseguiram manter mais ou menos arraigado na pesquisa sócio-espacial brasileira em geral se limitou ao reforço da diferenciação básica entre as escalas cartográfica e geográfica.

Quanto a outros trabalhos brasileiros, pouco se fala de produções que já haviam tratado da problemática das escalas geográficas de forma inovadora antes mesmo desses dois mais conhecidos ou das próprias reflexões anglo-saxãs. É o caso dos trabalhos de Fany DAVIDOVICH (1978), Milton SANTOS (1986) e Luis Cavalcanti da Cunha BAHIANA (1986).[169]

As ideias de David HARVEY (1973) serviram de inspiração para o artigo de Davidovich,[170] pioneiro em alguns aspectos importantes. Nesse artigo a autora explora certas características da rede urbana brasileira a ponto de elaborar a proposta de *escalas de urbanização* como ferramenta para a intervenção sobre o espaço. Antes da década de 1980, quando foram elaboradas as principais referências utilizadas atualmente pela literatura anglo-saxã, Davidovich já afirmava explicitamente em seu artigo que as escalas geográficas não poderiam ser vistas de maneira fixa ou hierárquica e que tampouco seriam homogêneas internamente, sendo na realidade frutos de processos. Perspectivas semelhantes seriam elaboradas em outras partes do mundo somente a partir do final da década de 1980 e principalmente a partir dos anos 1990, demonstrando tanto o caráter precursor de algumas das formulações da autora quanto a facilidade de nosso ambiente acadêmico em ignorar as contribuições "de casa" em privilégio das elaborações "centrais".

Em meados da década de 1980, por outro lado, outras reflexões brasileiras também observavam a importância das escalas geográficas na busca por compreender as mudanças nas dinâmicas territoriais que ocorriam mundialmente naquele período. É o caso do esforço de

---

166 A preocupação de Castro parece especialmente legítima se considerada no mesmo sentido operacional das escalas apontado por LAM e QUATTROCHI (1992), LAM (2004) e McMASTER e SHEPPARD (2004).
167 Ver CASTRO (1995).
168 Ver RACINE et al (1983).
169 Elaboramos maiores considerações sobre as contribuições de Davidovich e Bahiana para o debate teórico-conceitual sobre as escalas geográficas no âmbito das pesquisas brasileiras em GRANDI (2014).
170 Ver DAVIDOVICH (1978).

Milton SANTOS (1986) em rediscutir as categorias de análise geográfica à luz da intensificação do processo de transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico segundo as diversas escalas. Para ele, se antes os sistemas técnicos eram entendidos como somente locais, no contexto da globalização do final do século passado tais conjuntos passaram a receber um único impulso vindo da mais-valia mundializada. Isso gera o que ele chama de empiricização da universalidade, uma vez que o conhecimento empírico da simultaneidade, ao ser dirigido pela mundialização da mais-valia, cumpre papel central ao determinar os principais setores hegemônicos da vida econômica, política e social, levando-os a arrastar todos os demais setores consigo. Para refletir sobre esse processo, Santos destaca a importância de se abordar o tema a partir de pelo menos três níveis de análise: planetário; nacional; e regional e local. A partir desses níveis, portanto, ele sugere que os indicadores geográficos que melhor reflitam as condições da modernidade sejam tratados, organizando suas indagações em quatro grande grupos temáticos: os problemas gerais; as relações cidade-campo; as relações interurbanas; e a organização interna das cidades e os novos papeis da metrópole.

Infelizmente também passou praticamente despercebida de grande parte da literatura brasileira que se dedicou a falar sobre as escalas geográficas o resgate feito por BAHIANA (1986) a esse respeito. Como trata-se de um elemento da espacialidade humana que surgiu de maneira dispersa nas reflexões de diversas/os pensadoras/es mas que não fora organizada sobre essa ótica até então, a iniciativa de Bahiana de situar a problemática das escalas no interior da história do pensamento geográfico pós-institucionalização da disciplina merece destaque —sendo até hoje inovadora mesmo em âmbito internacional. Para suas reflexões, Bahiana inspira-se especialmente nas considerações de Lacoste. Tal influência fica explícita não só em termos formais no decorrer de sua dissertação mas também em sua afirmação —também inovadora para a época— sobre a coexistência das escalas geográficas em cada recorte do real.[171]

Na década de 1990, alguns trabalhos se destacam por enfocar de maneira específica as escalas no âmbito das pesquisas sócio-espaciais sem que, no entanto, tenham dialogado muito entre si ou mesmo suscitado grandes debates sobre o conceito. Destaco aqui algumas reflexões de Cláudio EGLER (1990, 1992), Milton SANTOS (1996), Rogério HAESBAERT (1993) e Iná Elias de CASTRO (1995) —este já recém-comentado.

[171] Ver BAHIANA (1986).

Apesar de não trazer novidades teóricas a respeito do conceito, EGLER (1990) exemplifica como as preocupações com as escalas geográficas são importantes para a ação sobre o espaço —mais especificamente abordando o que ele chama de território das novas tecnologias a partir de uma diacronia em três escalas. Nesse trabalho o autor já demonstra seu contato com reflexões de Immanuel Wallerstein que, como já foi comentado, influenciou bastante os primórdios das reflexões sobre as escalas geográficas em língua inglesa na década de 1980 através de Peter Taylor. Essas referências ficam explícitas em outro artigo, no qual EGLER (1992) realiza reflexões teórico-conceituais mais diretas. Buscando em Lacoste as ideias para responder à questão de como a geografia poderia contribuir para analisar situações de conjunturas econômicas críticas —como aquela que, segundo o autor, o Brasil enfrentava no início da década de 1990— Egler se debruça sobre a sugestão de se realizar análises que estabelecessem relações entre as distintas escalas geográficas. Ele reforça que a questão passa não somente por diferenciar os níveis de análise espacial —expressão utilizada como sinônimo de escalas geográficas, sob inspiração lacosteana—, mas também por articulá-los. Além disso, após ressaltar a importância de não se reificar tais conjuntos de análise, Egler aponta alguns riscos de abordagens herméticas sobre eles: "O tratamento mecânico das escalas, como meras mudanças quantitativas na ordem e dimensão dos processos, oculta tensões e conflitos que definem campos de forças capazes de afetar a velocidade das mudanças políticas e sociais." (EGLER, 1992:232). Ao mesmo tempo, o autor define que tais níveis de análise espacial deveriam ser entendidos como "(...) instrumentos interpretativos do processo de desenvolvimento desigual do capital em sua dimensão territorial" (EGLER, 1992:231), demonstrando a influência recebida do trabalho de Neil SMITH (1988). Este, por sinal, não é seu único ponto de contato com a literatura estrangeira sobre as escalas geográficas, pois também vale-se da divisão do sistema-mundo em três escalas sugerida por Peter TAYLOR (1981) —urbana, Estado-nação e global. No mesmo sentido, no entanto, lembra dos três níveis de análise interdependentes propostos por Milton SANTOS (1986) já comentados aqui parágrafos atrás. Por fim, afirmando conceber as escalas como "(...) níveis de abstração do raciocínio geográfico (…)" (EGLER, 1992:243) e colocá-las em diálogo com as teorias sobre a dinâmica econômica capitalista, o autor busca enfatizar a importância que a Geografia Econômica tem no processo de busca de alternativas de reestruturação econômica nacional.

Com o trabalho publicado no Boletim Fluminense de Geografia no início da década, por sua vez, Rogério HAESBAERT (1993) busca colocar em relação as escalas espaciais e as

escalas temporais. Seu esforço é também bastante original para o período no qual foi elaborado, podendo ser considerado inovador para além do contexto das produções brasileiras. Seu ponto de partida conceitual é o da existência de ao menos duas formas de se interpretar o conceito de escala: vendo-as de forma estável ou mutável. Por um lado, numa visão estável das escalas o espaço e o tempo seriam vistos como absolutos e homogêneos. Essa perspectiva reduziria a escala à dimensão física, estanque e quantificável do real, correspondendo espacialmente ao conceito de escala cartográfica e em termos temporais àquele da escala cronológica. Por outro lado, no entanto, uma visão mutável das escalas consideraria o espaço e o tempo como relativos, mutáveis, instáveis e qualitativamente heterogêneos. Essa abordagem corresponderia àquela preocupada com os conceitos de escala geográfica (espaço) e escala histórica (tempo). Seria então a partir de uma ordenação espacial específica dos fenômenos que a escala geográfica seria diferenciada qualitativamente da escala cartográfica. Para aproximar a dimensão temporal e espacial da realidade, portanto, Haesbaert dialoga com Fernand Braudel, Yves Lacoste e Jacques Le Goff no intuito de encontrar elementos que ressaltassem a indissociabilidade entre tais dimensões e, ao mesmo tempo, possibilitasse incorporar a discussão das escalas espaço-temporais. O autor segue sua reflexão indicando uma possível relação (não-linear) entre o tempo breve e a "escala local". Da mesma forma que um "acontecimento" tende a ter seu limite no tempo e no espaço mais bem delimitados, as fronteiras parecem ser mais facilmente definidas à escala local. Isso não confere maior ou menor importância *a priori* às análises dos espaços locais / tempos curtos, já que segundo ele as escalas espaço-temporais mais gerais —frequentemente consideradas parte de uma dimensão chamada de estrutural— "(...) abriga[m] sempre, em diferentes níveis de interação, as escalas locais de espaço e tempo ('lugares' e 'acontecimentos'), sem as quais aquelas não existiriam." (HAESBAERT, 1993:110-1) Apesar disso, as escalas locais seriam sempre privilegiadas em relação a transformações mais rápidas uma vez que nelas seria mais fácil a introdução de mudanças "pontuais". Ao final, Haesbaert aponta a possibilidade de se encontrar um caminho fértil para as pesquisas no entrecruzamento das diferentes escalas espaciais e temporais. Mais do que isso, afirma que

> "[n]ão há nenhum espaço regional ou nacional estanque, ou que se disponha numa hierarquia perfeitamente sobreposta. O que deve nos perturbar e incitar ao trabalho é perceber que muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de redes nacionais/mundiais, e muitas são as descontinuidades e os entrelaçamentos. Delineá-los, destrinchar este confuso 'novelo' é o que a questão das escalas e da própria região nos propõe." (HAESBAERT, 1993:114)

O trabalho de Haesbaert levanta questões que se tornariam centrais do debate sobre as escalas geográficas na literatura anglófona antes de eles se consolidarem como tal naquele ambiente acadêmico. Três delas me parecem as principais. A primeira é o reconhecimento da falta de uma "hierarquia perfeitamente sobreposta" entre espaços regionais ou nacionais, por exemplo. Além disso, não encontrei referências anteriores que tivessem sublinhado de maneira tão explícita a relação entre a chamada "questão das escalas" e a participação dos fenômenos em redes específicas e não necessariamente excludentes —como redes locais, regionais, nacionais ou mundiais. Por fim, a própria relação entre as escalas geográficas e as escalas temporais não parece ter sido feita até a época da publicação do artigo —e, diga-se de passagem, tampouco tomei contato com algo que aborde isso mais recentemente. Acontece que, tal qual outras contribuições originais da pesquisa sócio-espacial brasileira sobre o assunto, as reflexões desenvolvidas por Haesbaert também parecem não ter motivado uma grande preocupação com as questões teórico-conceituais, práticas e políticas que estão envolvidas no debate sobre a escalaridade humana.

Ainda na década de 1990 outros usos e considerações sobre as escalas geográficas merecem ser lembrados. Uma delas é o capítulo já comentado de Iná Elias de CASTRO (1995) no livro "*Geografia: conceitos e temas*" que foi aquele que mais ganhou destaque no âmbito das reflexões brasileiras sobre o conceito de escala geográfica na década de 1990. Outro exemplo vem das colocações feitas no livro "*A natureza do espaço*" por Milton SANTOS (2002a) lançado em 1996, no qual o autor traz uma perspectiva própria das escalas geográficas. O autor insere suas reflexões nas discussões sobre as horizontalidades (continuidades) e verticalidades (descontinuidades) dos acontecimentos. Para ele, o surgimento de horizontalidades e verticalidades é parte integrante do processo espacial e liga-se às dinâmicas do acontecer solidário, através do qual subespaços como a região e o lugar são criados. Esse processo não é considerado estanque por Santos, mas sim mutável com o passar do tempo. "Em cada momento, há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo inteiramente a superfície da terra e cujo desenho é fornecido pelo curso da história: a escala deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo." (SANTOS, 2002a:168) A escala ganha, portanto, um caráter eminentemente temporal, uma vez que Santos as concebe como função de sua extensão que é, por sua vez, condicionada pelo tempo. Mais tarde, SANTOS (2002b) traz outra elaboração sobre sua compreensão a respeito das escalas. Mais especificamente, creio que a concepção sobre a escalaridade enquanto dimensão

crucial da espacialidade humana que quero destacar encontra referências também em suas reflexões, ao afirmar que

> "(...) o Ser é a sociedade total; o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência. As categorias fundamentais do estudo do espaço são, pois, a totalidade e o tempo; mas, como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem, impondo ao mesmo tempo a categoria da escala, isto é, a noção de fração de espaço dentro do espaço total." (SANTOS, 2002b:218)

Foi a partir da primeira década dos anos 2000, porém, que a temática das escalas geográficas começou a ressurgir no debate brasileiro com considerações que mesclavam elementos empíricos com observações teóricas cada vez mais atentas aos rumos que as discussões haviam tomado na literatura anglófona. Além de alguns trabalhos pontuais, dois autores merecem destaque por não só dialogarem com aquela literatura, mas também por trazerem contribuições diretas e originais ao debate: Marcelo Lopes de Souza e Roberto Lobato Corrêa.

No decorrer da última década, pelo menos, Marcelo Lopes de Souza tem trazido parte do debate sobre a "abertura" do conceito de escala geográfica para a literatura ligada à pesquisa sócio-espacial brasileira. Ao apresentar o pano de fundo ético-político, epistemológico e conceitual de seu livro "*Mudar a cidade*", SOUZA (2002) explicita sua preocupação com a identificação das escalas de análise e de planejamento de intervenções. Antes de apresentar sua proposta de tipificação escalar, ele lembra das proposições pioneiras —e praticamente esquecidas pela literatura anglo-saxã— de Lacoste e da afirmação de David HARVEY (2004) publicada originalmente em 2000 a respeito da não-fixidez das escalas. Souza então destaca a importância de uma abordagem relacional das classificações escalares, já que não só a interação entre diferentes escalas "(...) mas o peso de cada uma delas e mesmo a abrangência física de algo como 'escala local' ou 'escala nacional' [que] não está fixado de uma vez por todas, sendo, pelo contrário, parte do processo de criação histórica." (SOUZA, 2002:105) Quatro anos depois, SOUZA (2006) traz referências diretas sobre o debate anglófono da década de 1990 sobre o tema. À essa altura suas considerações vincularam-se especialmente à percepção da importância que a atuação em escalas distintas tem para a eficácia das práticas políticas de um ativismo, especialmente preocupado com a chamada política de escalas. Ao mesmo tempo, no seio da discussão entre as diferentes implicações políticas do "particularismo militante" em contraste com o "corporativismo territorial", o

autor lembra que "[a] articulação de escalas permite uma junção das 'grandes questões' com a revalorização do local." (SOUZA, 2006:312)

Desde então, ele se mostrou um dos poucos autores brasileiros a explicitar seu conhecimento sobre o debate internacional pós-década de 1980 sobre as escalas geográficas, sua construção social e a chamada política de escalas —ao ponto de dedicar um capítulo em seu livro mais recente a esses assuntos.[172] Nesse capítulo, além de diferenciar a escala cartográfica da escala geográfica, Souza sugere que essa última deva ser subdividida em três diferentes acepções: a *escala do fenômeno*, referente à sua abrangência física no mundo; a *escala de análise*, que diz respeito ao nível analítico intelectualmente construído visando permitir a apreensão das características do fenômeno consideradas relevantes; e a *escala de ação* que, por fim, remete à reflexão sobre o alcance espacial das práticas dos agentes. O caráter ontológico das escalas geográficas também é tocado por Souza, partindo da interpretação de HEROD (2011) sobre o debate anglófono variar entre as posições materialista e idealista. Souza considera tal polarização desnecessária e perniciosa e —após apontar alguns dos riscos de cada uma dessas duas perspectivas— sugere a adoção de uma interpretação construtivista que seria mais maleável e menos extremada. Por isso, após apontar limitações dos quatro referenciais espaço-escalares mais lembrados pela literatura —local, regional, nacional, internacional— Souza se dedica a abordar diretamente o debate sobre a construção social das escalas. Para ele, o caráter social e historicamente construído e mutável das escalas geográficas é mais diretamente vinculado à escala da ação. Não é estranho, portanto, que o autor destaque a política de escalas como um dos processos mais interessantes que vêm sendo enfatizados nos estudos sobre a articulação e construção social das escalas. Souza resgata uma definição própria da política de escalas elaborada anos antes, entendendo-a como

> "(...) a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.)." (SOUZA, 2010:42)

Por fim, desde 2002 Souza vem paulatinamente construindo uma proposta de tipificação escalar. Inicialmente com sete escalas ou níveis[173] e depois adicionando a escala ou

[172] Ver SOUZA (2013).
[173] Ver SOUZA (2002).

nível "nanoterritorial",[174] tal proposta foi novamente atualizada em 2013[175] para incluir um total de seis escalas ou níveis —alguns deles subdivididos. Sua sugestão compreende: (1) escala ou nível do corpo; (2) escala ou nível dos "nanoterritórios"; (3) a escala ou nível local —subdividida em (3a) microlocal, (3b) mesolocal e (3c) macrolocal; (4) a escala ou nível regional; (5) a escala ou nível nacional; e (6) a escala ou nível a internacional —subdividida em (6a) grupos de países e (6b) global.

No mesmo período que Souza desenvolve tais ideias, Roberto Lobato CORRÊA (2003, 2006, 2011) também traz à literatura brasileira as referências dos debates anglófonos das últimas décadas sobre a construção social das escalas geográficas em ao menos três diferentes trabalhos. Em 2003, Corrêa buscou destacar a polissemia das escalas, compreendendo-a como possuindo ao menos três acepções em termos espaciais: entendida enquanto escala dimensional, cartográfica e conceitual. Com especial foco sobre o espaço urbano, Corrêa afirma que os processos de diferenciação sócio-espacial e as práticas espaciais que acontecem nesses espaços podem ser analisados a partir de duas escalas geográficas conceituais distintas: a escala da rede urbana e a escala intra-urbana. A vinculação dessas diferentes dimensões dos estudos urbanos em termos de distintas escalas geográficas serve de exemplo das contribuições originais do autor para a discussão integrada dos temas referentes ao espaço urbano e às escalas geográficas. Já no escrito mais recente dentre os resgatados aqui, CORRÊA (2011) faz considerações conceituais mais detidas sobre as escalas geográficas. Tratando-o como um conceito aberto, Corrêa afirma reconhecer a escalaridade como parte integrante da espacialidade humana —e, por consequência, das práticas espaciais dos agentes sociais na produção do espaço. Essa indicação é um provocante e inovador indicativo da importância das dinâmicas escalares nos processos sócio-espaciais.

Outros trabalhos recentes em língua portuguesa também adotaram abordagens que, em diferentes graus e de diferentes maneiras, vinculam-se à "abertura" do conceito das escalas geográficas. Já em 2004, por exemplo, Maria Laura SILVEIRA (2004) remete inicialmente à discussão estrangeira sobre as escalas geográficas para justificar a problematização desse conceito e sugerir alguns pontos de discussão a respeito do tema. Por fim, a autora conclui explicitando sua compreensão das escalas geográficas enquanto elemento fundamentalmente temporal —de maneira muito similar àquela verbalizada por um de seus grandes parceiros intelectuais, Milton Santos: "Se uma noção de escala geográfica

[174] Ver SOUZA (2008).
[175] Ver SOUZA (2013).

pode ser construída, ela será, sobretudo, uma noção de tempo, os tempos dos lugares. Periodizações mundiais, nacionais e regionais serão, assim, fundamentais para descortinar as funcionalizações do tempo." (SILVEIRA, 2004:94)

No início da presente década, ao menos três trabalhos incorporam a preocupação com a construção social das escalas. Primeiramente, a tese de doutorado de Flávia Elaine da Silva MARTINS (2010) assimilou o debate estrangeiro recente para pensar sobre a produção da escala metropolitana de São Paulo a partir da mudança cada vez mais intensa do processo de produção material desse espaço —antes baseado na autoconstrução e hoje crescentemente fundado na expansão da atuação do setor imobiliário formal através da ampliação do crédito imobiliário sob as bases de incentivos estatais. Sua abordagem busca articular as discussões sobre as escalas geográficas com o referencial lefebvriano para aplicá-las à análise de um caso empírico, destacando as alterações provocadas no cotidiano da periferia metropolitana de São Paulo. Renato Emerson Nascimento dos SANTOS (2011), por sua vez, também se ateve à temática das escalas geográficas recentemente em seu livro a respeito da experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Baixada Fluminense. Antes de se ater à reconstituição espaço-temporal dessa ação social específica, no entanto, Santos realizou uma discussão teórico-conceitual sobre as escalas geográficas. Por fim, em sua dissertação de mestrado a respeito do ativismo transnacional nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera, entre o Brasil e o Uruguai, Rafael ZILIO (2012) resgata parte da literatura anglo-saxã recente sobre a política de escalas para refletir sobre os processos de mobilização social levados à cabo no contexto transfronteiriço.

É possível afirmar, portanto, que após as reflexões de DAVIDOVICH (1976) na década de 1970 existiram ao menos duas contribuições relevantes da geografia brasileira para o debate das escalas geográficas na década de 1980 que acabaram esquecidos pela literatura sobre o tema: SANTOS (1986) e BAHIANA (1986). Este último, por sinal, é lembrado um pouco mais frequentemente, ainda que seja pouco discutido diretamente. Além disso, mesmo o trabalho dos franceses RACINE et al (1983) traduzido no início da década é só raramente recordado. A década de 1990 começa com algumas reflexões que traziam consigo potenciais sementes para alimentar debates teórico-conceituais sobre as escalas geográficas, como os textos de EGLER (1992), HAESBAERT (1993) e CASTRO (1995). Fica em destaque nesses trabalhos o diálogo com Lacoste, explicitando também os vínculos que a geografia brasileira mantem com a Geografia francesa. Depois da virada do milênio, SOUZA (2002, 2006, 2008, 2013) e CORRÊA (2003, 2006, 2011) se destacam com proposições originais e expressando

diálogo mais forte com a bibliografia anglófona sobre o assunto. Mesmo com essa série de trabalhos, no entanto, as questões levantadas ainda não inspiraram um amplo debate sobre as escalas geográficas no país.

3.4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO

Neste capítulo busquei rapidamente apresentar os debates que levaram à "abertura" do conceito de escala geográfica no decorrer das últimas três décadas me valendo de um duplo foco: as produções anglófonas e as produções brasileiras.

Ao tratar das influências das pesquisas atentas ao espaço vivido e à dimensão da experiência, destaquei rapidamente alguns autores como Tuan, Frémont, Hägerstrand e Hart para ressaltar, dentre outras coisas, que essa corrente do pensamento geográfico cumpriu o papel de recolocar elementos qualitativos no debate sobre o problema das escalas. A ênfase nas diferentes percepções do mundo a partir da perspectiva da experiência também deu novo grifo à importância dos aspectos subjetivos nas dinâmicas sócio-espaciais cotidianas dos agentes. A abordagem marxista, por sua vez, foi aquela que exerceu maior influência sobre os debates a respeito das escalas geográficas, enfatizando o caráter político dos processos de divisão e ordenamento das unidades espaciais —antes priorizados, respectivamente, pela geografia tradicional e pela geografia quantitativista. Com foco na importância do espaço social no processo de produção das relações sociais, mereceram destaque algumas ideias de autores como Yves Lacoste, David Harvey, Peter Taylor e Neil Smith. Estes dois últimos foram sem dúvida as maiores referências dos trabalhos desenvolvidos pela literatura anglo-saxã durante a década de 1990 sobre o tema das escalas geográficas. O primeiro deles teve suas reflexões reconhecidas especialmente por trazer as referências do sociólogo Immanuel Wallerstein para alimentar sua discussão, vinculando o debate escalar à perspectiva do sistema-mundo. Já Smith, ao elaborar uma teoria do desenvolvimento desigual que conferia grande centralidade à produção das escalas na dinâmica do capitalismo, abriu novos horizontes para a "abertura" do conceito de escala geográfica que se desenrolou na literatura anglófona a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990.

Quanto aos aspectos centrais dos debates sobre essa "abertura" conceitual, reuni as questões levantadas em três grandes eixos: a natureza, a forma, e a organização das escalas

geográficas. Quanto à natureza, as principais questões giram ao redor de três discussões. Primeiramente entre abordagens consideradas materialistas e aquelas vistas por diferentes autores (geralmente marxistas) como idealistas. Essa discussão se liga às diferentes concepções sobre as escalas enquanto entidades ontológicas ou categorias epistemológicas. Por outro lado, também são levantados debates entre reflexões que consideram as escalas geográficas como categorias de análise ou enquanto categorias da prática. Em relação à forma das escalas geográficas, ressaltei rapidamente o contraste entre os trabalhos que consideram as escalas em uma perspectiva topográfica —escalas como unidades de área— e aqueles que as veem desde um olhar topológico —escalas como redes. Por fim, os debates sobre a organização das escalas tem trazido à tona os temas dos arranjos ou configurações escalares, a existência ou não de hierarquias entre as escalas geográficas e as metáforas escalares. Nesse sentido, indiquei a possibilidade de reunir as perspectivas sobre os arranjos e configurações escalares em três grandes grupos representados por diferentes metáforas: arranjos hierárquicos verticalizados, arranjos hierárquicos horizontalizados e arranjos não-hierárquicos. Além disso, a discussão sobre a organização escalar também se relaciona com os diferentes comportamentos e usos políticos dessas referências, abordados com frequência pelos trabalhos preocupados tanto com a chamada política de escalas quanto com a política escalar.

Fica nítida, portanto, a trajetória do tema que busquei construir. Apesar da relação entre a identificação das unidades espaciais e sua organização em totalidades permear os estudos sobre a dimensão espacial desde a antiguidade, foi no final do século XIX e início do século XX que a preocupação em definir as unidades espaciais ideais para tais estudos ganha destaque. Esse momento condiz com a emergência, fortalecimento e expansão de uma nova forma de organização político-espacial pelo mundo —o Estado-nação; com a difusão dos efeitos das duas primeiras revoluções industriais e do modelo civilizatório que se tornaria hegemônico no século XX —o capitalismo; e com a consolidação dos campos científicos modernos. O aprofundamento das pesquisas estatísticas e o imperativo da definição de prioridades para guiar as ações dos Estados e dos setores empresariais, no entanto, trouxeram à tona problemas relativos à comparabilidade dos dados e pesquisas espaciais. O "problema da escala", portanto, emerge no momento em que a necessidade de organizar as unidades espaciais possíveis de serem identificadas é ressaltada. Divisão e organização das partes do espaço se encontram na temática escalar, buscando as melhores formas de organizar as informações para compreender os fenômenos e poder agir sobre eles. Mas a difusão de novos referenciais teórico-políticos em meio às pesquisas sócio-espaciais levou a questão a ser

abordada desde uma nova perspectiva, tornando explícito que a forma de divisão e organização do espaço não era uma questão somente metodológica: era também política. Daí derivam duas problemáticas: a escala geográfica passa a ser uma questão política; e a escala geográfica também passa a ser vista como diretamente ligada à prática. Dessa maneira, o conceito é aberto e começa a ser abordado de diferentes prismas. Por conta de seu caráter político, portanto, os aspectos estratégicos das escalas geográficas começam a ser problematizados, implicando a explicitação das priorizações político-pragmáticas de determinadas escalas em detrimento de outras. Da perspectiva materialista dominante no debate, por exemplo, são as escalas mais amplas que em geral passam a ser privilegiadas nas análises, em especial por serem consideradas aquelas escalas determinantes nas dinâmicas sociais. Emerge também a tensão entre essas abordagens e aquelas identificadas por alguns autores como idealistas. Por sua vez, as abordagens pós-estruturalistas, no entanto, colocam essa tensão em questão ao deixarem em suspenso a separação entre o material e o ideal e sugerirem a manutenção do foco sobre as práticas. Assim, os desdobramentos das reflexões sobre a dimensão escalar da espacialidade humana passaram a nitidamente complexificar as relações entre os processos de divisão do espaço em partes e a sua organização em totalidades espaciais.

As produções brasileiras enfocadas, por sua vez, ressaltam a existência de algumas contribuições pioneiras e originais sobre o assunto. Ocorre que a grande maioria delas foi praticamente deixada de lado pela literatura da pesquisa sócio-espacial, especialmente diante da escassez do debate das escalas geográficas. Nas décadas de 1970 e 1980 algumas produções nacionais pareciam caminhar ombro a ombro com as reflexões publicadas em inglês, mesmo que isso não tenha definido as escalas como um assunto central nas pesquisas sócio-espaciais brasileiras. Já na década de 1990, as tais pesquisas tomaram outros rumos e distanciaram-se de vez da temática das escalas geográficas. Para ser justo, porém, não é possível dizer que o tema não foi trabalhado durante aquela década. Algumas produções trouxeram inclusive contribuições inovadoras ao debate e mantiveram o conceito ao menos no campo de visão das reflexões sobre a dimensão espacial da sociedade. Acontece que a tarefa de realizar reflexões teórico-conceituais mais sistemáticas sobre as escalas geográficas não foi levada adiante durante os anos 90.

Os motivos para isso, no entanto, não são nítidos até o momento, cabendo pensar sobre os motivos que levaram a literatura brasileira a não discutir o conceito de escala geográfica. Fato é que a “abertura” do conceito de escala geográfica do qual trato aqui se deu

especialmente a partir da influência da geografia marxista, em especial através das reflexões de Yves Lacoste, David Harvey, Peter Taylor e Neil Smith —sendo este último o mais influente, sem dúvida. No contexto brasileiro, as reflexões mais inovadoras foram elaboradas entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990, dialogando especialmente com Lacoste, Harvey, Taylor ou outros autores.[176] Curiosamente, no entanto, até onde pude alcançar não houve diálogo com as ideias de Neil Smith sobre as escalas geográficas. Além disso, seguindo a tradição da geografia brasileira, duas das principais contribuições ao debate desse conceito no país dialogavam diretamente muito mais com a literatura francesa do que inglesa —os trabalhos de BAHIANA (1986) e de CASTRO (1995). Ainda assim, mesmo a referência francófona não inspirou um grande debate sobre o conceito no Brasil.

Somente no início dos anos 2000 é que novos ventos pareceram começar a soprar nesse sentido em meio às pesquisas brasileiras, especialmente motivadas pelo interesse nas relações entre as escalas geográficas e as práticas políticas, parcialmente alimentadas pelas discussões fermentadas no meio anglosaxão mas —importante destacar— também com contribuições inovadoras. Desde então a preocupação com as escalas geográficas parece vir retornando aos debates nacionais, ainda que vagarosamente. As reflexões teórico-conceituais sobre o assunto, no entanto, ainda são tímidas por aqui. Um diálogo intenso e necessariamente crítico com as produções estrangeiras sobre o tema também é uma tarefa ainda a ser realizada, pois traz sempre o potencial de arejar os olhares e suscitar novos caminhos e reflexões.

Salvo as poucas exceções no país que vêm recentemente mostrando acompanhar o debate estrangeiro sobre as escalas geográficas, tal conceito segue sendo predominantemente tratado de maneira estanque em nossa literatura. Além disso, há poucos sinais de incorporação de uma perspectiva que se preocupe em observar e problematizar as dinâmicas sócio-espaciais responsáveis pela intrincada construção social das escalas e de seus arranjos nas pesquisas sócio-espaciais brasileiras. Por outro lado, no entanto, a complexidade, variedade e frequentes dicotomizações não-raro maniqueístas que são encontradas nos debates sobre as escalas geográficas na literatura nacional e anglófona terminam impactando também o potencial que a compreensão da escalaridade como dimensão intrínseca da espacialidade humana traria para a complexificação de nossa compreensão da ação sobre / com / através do espaço. É no sentido de contribuir com algumas reflexões que possam instigar a pensar sobre alternativas para superar ao menos essas barreiras iniciais que sigo para os próximos capítulos.

---

[176] Ver HAESBAERT (1994).

CAPÍTULO 4

POTENCIAIS DA ESCALARIDADE NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Como deixei explícito nos primeiros capítulos, as dinâmicas que envolvem os processos de divisão e organização de unidades espaciais em diferentes totalidades se relacionam diretamente com questões práticas e políticas. Nesse sentido, dado os mais variados agentes que atuam sobre e são responsáveis pela produção do espaço urbano, neste breve capítulo me voltarei rapidamente para os estudos sobre os movimentos sociais urbanos para buscar apontar alguns exemplos e motivos pelos quais o debate sobre a dimensão escalar da espacialidade humana pode inspirar reflexões sobre sua atuação. Obviamente não irei tratar à exaustão os aspectos das pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos com os quais as discussões sobre a escalaridade poderiam ser relacionadas. Trata-se simplesmente de um passo que permitirá uma transição menos brusca entre as questões relativamente abstratas levantadas até agora e as discussões que serão feitas posteriormente a respeito da escalaridade de algumas ações de um movimento social urbano específico, o movimento dos sem-teto.

4.1. OS "PARADIGMAS" E ALGUNS EXEMPLOS AO VENTO

O tema dos movimentos sociais tem uma longa trajetória nas ciências sociais brasileiras. As diferenças em termos de referências teóricas e ideológicas e mesmo de práticas políticas das/os pesquisadoras/es e movimentos foram elementos que influenciaram os discursos sobre esses agentes. Da mesma maneira, tais discursos agiram e agem conferindo legitimidade, fortalecendo e enfraquecendo práticas políticas específicas. As reflexões teóricas da academia e os movimentos sociais estudados, por isso, se influenciaram de forma mútua e intensa, gerando simbioses próprias.

A complexidade desse campo de estudos conjuga em seu interior raízes e abordagens que remetem a diferentes disciplinas acadêmicas, tornando a revisão de suas origens e principais vertentes uma tarefa extensa.[177] Maria da Glória GOHN (1997), por exemplo, inspira-se na discussão epistemológica de Thomas Kuhn na busca de indicar a existência na literatura de ao menos três grandes paradigmas que orientaram as perspectivas dos estudos sobre os movimentos sociais durante o século XX, cada um deles tendo em seu interior diversas teorias e correntes específicas.[178]

O *paradigma norte-americano*, por exemplo, tem suas origens nas teorias da ação da primeira metade do século passado e desdobrou-se em ao menos três diferentes teorias sobre os movimentos sociais, identificadas pela autora como a teoria clássica, a teoria da mobilização de recursos e a teoria da mobilização política. Do continente europeu, por sua vez, a autora indica que especialmente a partir da década de 1960 emergiram dois paradigmas principais, o marxista e aquele dos novos movimentos sociais. Ambos tiveram grande importância para as produções brasileiras, conforme diferentes trabalhos comentam.[179]

O *paradigma marxista* teve como referência inicial as análises que enfatizavam a infraestrutura da sociedade. Os conflitos eram vistos através da matriz da luta de classes e a classe trabalhadora era tomada como sujeito revolucionário privilegiado e determinado historicamente. Em alguns casos, os movimento sociais urbanos, por exemplo, eram tidos como inferiores por conta de frequentemente não se referirem diretamente à esfera da produção, mas sim à esfera da reprodução social. Algumas de suas principais referências são os estudos de Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine,[180] autores chamados de pré-paradigmáticos por SOUZA (1988). GOHN (1997), no entanto, diferencia no interior desse paradigma também uma corrente teórica denominada neomarxista, em sua opinião menos ortodoxa e determinista. Esta corrente seria inspirada especialmente pelas reflexões de dois historiadores ingleses: Eric Hobsbawm com sua ideia de eras dos movimentos, e Edward Thompson enfatizando a experiência e o cotidiano da luta de classes numa perspectiva bastante heterodoxa do marxismo.

---

[177] Além de Gohn, tomada como referência aqui, pode-se checar também SOUZA (1988) e McADAM et al (1996).

[178] A perspectiva paradigmática de Gohn é passível de diferentes críticas que, no entanto, não desenvolverei aqui. Algumas delas derivam de críticas à sua inspiração kuhniana, envolvendo não só aspectos evolucionistas vinculados às ideias de Kuhn como também a concepção de períodos "normais" nas ciências (caracterizados pela hegemonia de paradigmas específicos) entrecortados por períodos de crise (nos quais tais paradigmas seriam questionados). Para uma crítica às reflexões de Kuhn, ver FEYERABEND (1977).

[179] Ver SCHERER-WARREN (1987a), SOUZA (1988, 2006), GOHN (1997).

[180] Ver CASTELLS (1974) e BORJA (1974) como exemplos.

Da Europa também veio o paradigma identificado como dos *novos movimentos sociais*, que partia da crítica aos limites das abordagens marxistas ortodoxas e enfatizavam especialmente os aspectos culturais dos movimentos sociais. Tal linha foi a mais influente sobre as análises dos movimentos sociais brasileiros durante as décadas de 1970 e 1980. As categorias "classe social" e "luta de classes" foram em grande parte substituídas pelas de "classes populares" e "movimento social" / "movimento popular", como também lembra Ilse SCHERER-WARREN (1987a). Com ênfase em sujeitos coletivos difusos ao invés de um sujeito histórico pré-determinado e deslocando a centralidade das análises da dimensão econômica para a dimensão política, as pequisas vinculadas a esse paradigma davam destaque a aspectos como as *ações* e *identidades coletivas*. Ainda segundo GOHN (1997), as principais referências dessa abordagem foram Alain Touraine, Claus Offe, Alberto Melucci e Chantal Mouffe, que constituíam correntes teóricas que se diferenciavam internamente.[181] Em suma,

> "[a] categoria sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da *cotidianidade* dos atores envolvidos. Buscou-se este potencial em sujeitos múltiplos, seja nos movimentos urbanos, nas comunidades eclesiais de base, nas lutas pela terra, moradia etc., nas mulheres, nos ecologistas, nos grupos jovens, nos sindicatos, nos movimentos de defesa dos direitos humanos e de defesa étnica e noutros." (SCHEREN-WARREN, 1987a:17) [grifos nossos]

Apesar das críticas possíveis à abordagem de Gohn, a autora acerta quando afirma que o chamado paradigma marxista e aquele dos novos movimentos sociais foram bastante influentes nas análises brasileiras, tornando interessante um olhar um pouco mais atento em alguns de seus autores. É oportuno perceber, nesse sentido, que tanto Manuel Castells quanto Alain Touraine elaboraram reflexões sobre um mesmo movimento social urbano que, de quebra, também aborda a dimensão da habitação popular no ambiente de uma metrópole latino-americana —o movimento dos *pobladores* do Chile. Por isso, resgatarei rapidamente alguns traços de suas análises sobre esse movimento para ressaltar alguns aspectos que deixam em destaque como a escalaridade permeia suas reflexões e as práticas do próprio movimento.

---

[181] GOHN (1997:209 e seg.) ainda aponta para um paradigma latino-americano que, no entanto, não é objeto de muita atenção pela autora, afirmando simplesmente que ele não teria se diferenciado fortemente das abordagens europeias, responsáveis por suas inspirações iniciais.

4.1.1. **Exemplos nas análises de Castells e Touraine sobre os *pobladores***

Significados, articulações e o "alcance da luta"

Manuel Castells, conhecido sociólogo espanhol dedicado a pensar os movimentos sociais urbanos, elaborou no início da década de 1970 um trabalho analisando o movimento de *pobladores* chileno da década de 1960 e início dos anos 70. Esse movimento caracterizou-se, grosso modo, pela realização de ocupações de imóveis urbanos vazios para sua transformação em habitação, em especial nos arredores de Santiago. Castells afirma que os *pobladores* construíram um "meio residencial selvagem" ("*medio residencial salvage"*) que se diferencia daqueles meios similares encontrados em outros países da América Latina como no Perú, Colômbia e Venezuela. Sua principal distinção estaria no

> "(...) papel diretamente político dessas ações e, reciprocamente, a determinação do conteúdo político dos acampamentos assim formados pelas condições em que nascem e pela orientação e a estratégia das forças políticas que se encontram na base de sua formação." (CASTELLS, 1974:87) [tradução livre][182]

Seguindo características típicas das pesquisas que SOUZA (1988) chamaria de "pré-paradigmáticas" e que Maria da Glória GOHN (1997) identificaria como parte do paradigma marxista, Castells destaca que essa significação "diretamente política" das ocupações vinha de sua articulação com as relações de classe e com as estratégias políticas nas quais se envolviam. O autor entendia as mobilizações chilenas do período ao redor da habitação popular como parte de uma contradição secundária, ligada à esfera do consumo coletivo. As ocupações ou *campamentos* teriam se intensificado na brecha política que havia se aberto com o fracasso do programa habitacional chileno e com a queda na produção de moradias para a população de baixa renda. Juntava-se a esse contexto o crescimento de duas outras estratégias políticas distintas: o engajamento institucional dos partidos políticos de esquerda (trabalhistas) e a organização armada daquela que Castells chama de "esquerda revolucionária". Segundo ele, as "ondas de ocupações" que tiveram início em 1967, seguiram por 1969 —quando receberam forte resistência do governo da Democracia Cristã— e

[182] "(...) el papel directamente político de esas acciones y, recíprocamente, la determinación del contenido político de los campamentos así formados por las condiciones en que nacen y por la orientación y la estrategia de las fuerzas políticas que se encuentran en la base de su formación."

chegaram ao início de 1971 abrigando cerca de 10% da população da cidade de Santiago. Elas teriam cumprido papel importante inclusive na eleição do presidente progressista Salvador Allende em 1970.

Castells então desenrola suas análises a partir de duas séries de perguntas. Por um lado, se questiona se existiria um novo modo de vida nesses acampamentos e quais seriam suas inovações sociais cotidianas. Por outro, indaga qual seria a articulação desse movimento com os outros movimentos, como o movimento operário e o que chama de "luta política". "Se trata, efetivamente e em última instância, de saber qual é o efeito específico de um movimento social urbano sobre as relações de poder entre as classes e, através dele, quais são suas potencialidades revolucionárias." (CASTELLS, 1974:93) [tradução livre][183]

Quanto às questões ligadas ao modo de vida desses acampamentos, Castells então analisa elementos ligados à segurança, disciplina, consumo coletivo (educação, saúde e construção das moradias), atividades culturais e à "justiça popular". Ele indica o nível de mobilização e o nível de organização política como dois elementos determinantes para a eficácia dessa "justiça popular", referindo-se também aos mecanismos desenvolvidos pelos acampamentos para garantir a segurança e a disciplina de suas pessoas. O autor afirma ser constituído uma espécie de "governo local" naqueles acampamentos onde predominam trabalhadores ativos. Essas instâncias assumiriam diferentes formas internas, estabelecendo também vínculos entre os problemas cotidianos do acampamento e os agentes externos, como as instituições do Estado e outras organizações políticas.

Castells também pontua que a tarefa de articulação não corresponde somente aos esforços de vinculação das demandas concretas dos acampamentos às instituições estatais ou a outras organizações políticas. Tal tarefa também se liga às conexões entre o âmbito externo e a problemática diretamente tematizada pelos *pobladores* —as articulações da habitação com o que o autor chama de "conjunto de contradições sociais":

> "A forma e a intensidade da articulação do processo social dos *campamentos* com os processos que têm por base outras contradições da estrutura social revela a capacidade de transformar por meio desta prática o conjunto das relações de classes ou, se se prefere, sua eficácia própria enquanto movimento social." (CASTELLS, 1974:101) [tradução livre][184].

[183] "Se trata, efectivamente, y en última instancia, de saber cuál es el efecto específico de un movimiento social urbano sobre las relaciones de poder entre las clases y, a a través de ello, cuáles son sus potencialidades revolucionarias."

[184] "La forma y la intensidad de la articulación del proceso social de los campamentos con los procesos que tienen por base otras contradicciones de la estructura social revelan la capacidad de transformar por medio de esta práctica el conjunto de las relaciones de clases o, si se prefiere, su eficacia própria en tanto que

De acordo com sua análise, as/os moradoras/es dos acampamentos não tinham a tendência de realizar tais articulações, a não ser naquelas experiências sob orientação da "esquerda revolucionária" e de partidos operários. No caso dos primeiros, o autor vê tentativas de articular diretamente a organização e as ações ligadas às demandas dos *pobladores* àquelas do movimento operário. Já com os partidos operários, essa articulação aconteceria no sentido de aproximar as direções dos acampamentos às direções sindicais sob a hegemonia do movimento sindical. No seu entender, "(...) se o partido não é em si mesmo um fator suficiente para o desenvolvimento político do acampamento, sua presença é absolutamente necessária e a orientação da luta leva sua marca." (CASTELLS, 1974:105) [tradução livre][185]

Por fim, ao nível da pretendida transformação ideológica, o autor proclama a debilidade do movimento dos *pobladores*. Ele afirma que, ainda que no início de alguns acampamentos —notadamente aqueles orientados pela "esquerda revolucionária"— as organizações políticas tentassem difundir um novo sistema de valores em meio à comunidade, "(...) uma vez estabilizada a situação, as tarefas cotidianas passam ao primeiro plano e a participação na transformação ideológica geral parece limitar-se ao desenvolvimento do folclore popular e a uma maior difusão dos autores marxistas." (CASTELLS, 1974:106) [tradução livre][186]

Castells vincula a capacidade de estabelecer articulações com o "conjunto de contradições sociais" à eficácia política da mobilização enquanto movimento social. Mas segundo ele os *pobladores* não seriam capazes de cumprir com essa necessidade, fazendo com que a responsabilidade por ela tivesse de ser necessariamente assumida pelos grupos de "esquerda revolucionária" ou pelos partidos políticos de esquerda. Para ele, portanto, as/os acampadas/os são desprovidas/os da capacidade de articular suas demandas a outros temas. Raúl ZIBECHI (2008) identifica essa opinião como a dificuldade de Castells em considerar a capacidade de ação desses sujeitos.

Considero que os partidos políticos de esquerda e a "esquerda revolucionária" atuariam para Castells como uma espécie de mediadores escalares privilegiados. Ainda que

movimeniento social."

185 "(...) si el partido no es en si mismo un factor suficiente para el desarrollo político del campamento, su presencia es absolutamente necesaria y la orientación de la lucha lleva su sello."

186 "(...) una vez estabilizada la situación, las tareas cotidianas pasan al primer plano y la participación en la transformación ideológica general parece limitarse al desarrollo del folklore popular y a una mayor difusión de los autores marxistas."

discorde que haja sujeitos que detenham a exclusividade de agência nesses processos de mediação, creio que as reflexões de Castells permitem ver através da prática dos atores observados um aspecto escalar importante: ao invés de serem definidas *a priori, as articulações entre diferentes espaços são resultados das ações dos próprios agentes sociais*.

Ao mesmo tempo, quando o autor discorre sobre a debilidade do movimento de *pobladores* chilenos em transpor o espaço-tempo cotidiano, Castells deixa perceptível as dificuldades que alguns grupos e correntes ideológicas de esquerda têm quando se trata de buscar conceber o cotidiano enquanto espaço-tempo crucial para a instituição da sociedade e, portanto, como um "quando-onde" importante para as disputas políticas. Ainda assim, sua ênfase na relevância de determinadas escalas em detrimento de outras explicita a necessidade de disputar a hierarquia de valores nas quais as escalas são organizadas. Sua preocupação em valorizar menos a escala espaço-temporal do dia a dia exemplifica, por sua vez, que *os valores e significados atribuídos aos diferentes recortes espaciais não são fixos ou dados, mas sim mutáveis através de processos tensos e conflituosos*.

Outro autor importante quando se trata de pesquisas sobre os movimentos sociais foi Alain Touraine, que cravou uma série de obras na bibliografia dos estudos sobre o tema. Em um de seus livros intitulado "*Palavra e sangue*", TOURAINE (1989) dedica grande parte de sua atenção à América Latina e separa um de seus capítulos à temática dos movimentos sociais urbanos. O principal intuito de Touraine nessa altura de seu livro é levantar questões conceituais diretas a respeito da existência ou não de ações coletivas passíveis de receberem o selo de "movimentos sociais" no âmbito urbano do continente. Suas reflexões partem da desconstrução da chamada "ilusão revolucionária" identificada por ele em muitos pesquisadores das décadas de 60 e 70 que, em sua opinião, sustentaria a ideia de que a pobreza extrema produziria grande capacidade de ação.

Para essa tarefa, o autor também toma o exemplo do movimento dos *pobladores* chilenos. Touraine faz questão de ressaltar que esses grupos são compostos por pobres e excluídos. Por conta de tal situação de pobreza, no entanto, suas ações coletivas não teriam capacidade de ter um "nível elevado".[187] A precariedade decorrente da exclusão, por outro lado, levaria tais grupos a lutar por seu "direito à vida" ao invés de enfrentar as forças do capitalismo ou do Estado. Essa dupla inserção como excluídos e pobres misturaria todos os

[187] Ver TOURAINE (1989).

níveis da experiência, situação na qual não poderia ser visto o embrião de ações propriamente revolucionárias.[188]

Para o autor, os *pobladores* seriam um movimento voltado "(...) para dentro, para a defesa da comunidade e para a afirmação dos direitos dos pobres. Movimentos de implosão mais do que de explosão (…)." (TOURAINE, 1989:277) No mesmo sentido, ele afirma que os casos de defesa comunitária da América Latina não teriam a mesma natureza das "lutas gerais" entre adversários sociais. Tampouco teriam como princípio de unidade uma concepção específica sobre a sociedade ou a democracia. Ao invés disso, na opinião de Touraine os *pobladores* não teriam qualquer princípio central de integração das condutas, nenhum princípio de unidade. Esses casos ressaltariam somente a afirmação dos direitos humanos fundamentais. Sua defesa focaria a identidade vivida como pobres e excluídos sem que, ao mesmo tempo, identificassem seus adversários ou que seus atores controlassem os instrumentos políticos de sua ação. Por isso não teriam a capacidade de se transformar em atores sociais e políticos independentes. Não deveriam, portanto, ser considerados movimentos sociais urbanos propriamente ditos, mas sim movimentos de base, sublevações ou movimentos históricos.

Essa afirmação é feita porque em certa altura de suas reflexões Touraine[189] já havia proposto considerar três elementos como sendo constitutivos de um movimento social: a definição do ator social, de seu adversário e do campo de disputa do conflito.[190] De maneira similar ao que pensa sobre a teologia da libertação,[191] o autor afirma que em casos como o dos *pobladores*

> "(...) o essencial não é a defesa de interesses econômicos, menos ainda uma consciência de classe; é a vontade de *cidadania*. É por isso que não se deve continuar a falar de movimentos sociais, pois essa busca da comunidade é mais exatamente um *movimento histórico*. Os movimentos sociais opõem uma categoria social a uma outra, uma classe a uma outra, ao passo que os movimentos históricos põem em movimento a consciência nacional, e mais amplamente, a consciência de pertencer a uma comunidade, da família à nação, passando pela etnia e pela coletividade local." (TOURAINE, 1989:286-7) [grifos no original]

---

188 Trata-se de um exemplo claro do preconceito de boa parte da esquerda marxista para com aquela parcela da população que Marx denominou, pejorativamente, "lumpemproletariado". Para uma crítica libertária a esse preconceito, bem como a sugestão de substituição desse termo pela ideia de "hiperprecariado", ver SOUZA (2008a, 2014). Para uma abordagem que se utiliza dessa ideia para observar dinâmicas político-econômicas no contexto carioca, incluindo o movimento dos sem-teto, ver RAMOS (2012).

189 Ver TOURAINE (1988).

190 Isso é similar ao que vemos em RAMOS (2002) quando a autora sugere que ao analisarmos os conflitos sociais devemos considerar a importância de se atentar aos protagonistas, aos antagonistas e às motivações do conflito.

191 Ver TOURAINE (1988).

É difícil não perceber que uma das preocupações centrais de Touraine é diferenciar a totalidade à qual as ações coletivas com demandas específicas são vinculadas. É a partir dessa preocupação que ele conclui que as ações coletivas dos *pobladores* não seriam movimentos sociais no sentido mais restrito do termo. Apesar de o objetivo aqui não ser entrar no mérito dessa análise de Touraine sobre o movimento chileno, cumpre ecoar alguns comentários de Rafael Gonçalves de ALMEIDA (2011) e ressaltar que as características das mobilizações latino-americanas terminam sendo tolhidas pelo autor para serem encaixadas no conceito de movimento social que ele adota.

Ainda assim, não é possível discordar de SADER (1988) quando ele afirma a importância de Touraine para o debate sobre os movimentos sociais, especialmente por sua ênfase no papel ativo dos agentes sociais. O francês traz à tona aspectos cruciais para a complexificação das análises e para a reflexão sobre as novas ações coletivas que emergiram a partir da década de 1980 mundo à fora. Mesmo identificando potencialidades em mobilizações que não têm seu foco na dimensão econômica da sociedade, no entanto, sua referência restritiva de "lutas gerais" segue limitando-se à esfera a economia. Dessa forma, abre mão de reconhecer a mesma complexidade de processos de mobilização organizados ao redor de diferentes dimensões das relações sociais dominantes que não aqueles protagonizados por movimentos sociais classistas. Nesse sentido, desde sua perspectiva seriam dignos da alcunha de movimento social somente aquelas ações coletivas que se ajustassem, de alguma maneira, a uma referência de totalidade única, específica e, em boa medida, arbitrariamente definida —a econômica. Grupos mobilizados ao redor de outras referências, como a identidade comunitária, apesar de terem seu valor, deveriam então ser entendidos como um tipo de movimento talvez até útil à análise —movimentos históricos— mas considerado distante do cotidiano das práticas e disputas políticas.

O "projeto" como fiel da balança

Em outro de seus livros, um dos mais influentes sobre as pesquisas a respeito dos chamados "novos" movimentos sociais, intitulado "*O retorno do ator*", Alain TOURAINE (1987) apresenta uma classificação própria das diferentes formas de conflitos que objetivem a alteração de aspectos da organização social e cultural: as condutas coletivas, as lutas e os movimentos sociais.

As condutas coletivas, em primeiro lugar, seriam ações reativas, um esforço de defesa, reconstrução ou adaptação coletiva a alguma dimensão da organização social considerada ameaçada ou doente. Touraine diz que essas condutas seriam também heterônomas, pois seriam orientadas por restrições econômicas ou políticas externas aos grupos. "O significado das condutas coletivas se encontra, necessariamente, muito longe da consciência dos atores, posto que se define em termos do funcionamento do sistema social e não de representações ou *projetos* dos atores." (TOURAINE, 1987:95) [grifos nossos] [tradução livre][192]

As lutas, por sua vez, não seriam exatamente reativas, mas diriam respeito a uma ação coletiva orientada à mudanças que, no entanto, não tocariam em aspectos considerados pelo autor como centrais. Essas lutas entendidas como mais específicas não demonstrariam vínculos entre si.

> "Não se visualiza com clareza o que unifica estes múltiplos conflitos, que não se referem a valores centrais nem lutam contra um poder dominante, e sim tratam unicamente de transformar algumas relações de força ou mecanismos específicos de decisão." (TOURAINE, 1987:95-6) [tradução livre][193]

Na vida urbana, segundo o autor, estava comprovado à época de seu livro uma passagem de "movimentos sociais centrais" a essas lutas "específicas". Vários estudos deixavam explícito, por exemplo, que na maioria das vezes essas lutas "(...) se trata[m] de ações limitadas, dirigidas contra proprietários ou autoridades administrativas, para conseguir melhores condições de alojamento." (TOURAINE, 1987:96) [tradução livre].[194]

Os movimentos sociais, por fim, não seriam resultado de uma resposta a uma situação social —pois as situações é que seriam, por sua vez, resultantes do conflito entre movimentos sociais. Segunto Touraine, "[u]m movimento social é uma ação conflitiva mediante a qual se transformam as orientações culturais e um campo de historicidade em formas de organização social, definidas por sua vez por normas culturais gerais e por relações de dominação social."

---

[192] "El significado de las conductas colectivas se encuentra, necesariamente, muy lejos de la conciencia de los actores, puesto que se define en términos de funcionamento del sistema social y no de representaciones o proyectos de los actores."

[193] "No se visualiza com claridad lo que unifica a estos múltiples conflictos, que no se refieren a valores centrales ni luchan contra un poder dominante, y sí tratan únicamente de transformar algunas relaciones de fuerza o mecanismos específicos de decisión."

[194] "Numerosos estudios realizados sobre las luchas urbanas contemporáneas demuestran que, en la mayoría de los casos, se trata de acciones limitadas, dirigidas contra proprietarios o autoridades administrativas, para conseguir mejores condiciones de alojamiento."

(TOURAINE, 1987:97) [tradução livre][195] Trata-se de ações de atores específicos —classes sociais— que colocam em questão a historicidade formalizada socialmente.

> "O movimento social é a ação, culturalmente orientada e socialmente conflitiva, de uma classe social definida pela sua posição dominante ou dependente no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e moralidade, aos quais ele mesmo se orienta." (TOURAINE, 1987:99) [tradução livre][196]

Ainda segundo o autor, tais movimentos não poderiam referenciar-se por uma realidade restrita nacionalmente, pois a maioria dos atores sociais já não defenderiam seus interesses somente no âmbito nacional. Eles também deveriam ser grupos necessariamente classistas, apesar de não serem ilhados dos outros tipos de conflitos sociais.

Touraine afirma que a análise desses atores sociais deveria, por sua vez, enfatizar a distância entre a consciência e as práticas —a dizer: precisaria refletir sobre seus projetos conscientes de mudança:

> "Pois, se bem é certo que os modelos culturais se transformam em práticas sociais através de conflitos entre movimentos sociais opostos, também é necessário que se desprendam dessas práticas para constituírem-se como modelos de investimentos e criações de normas, o que supõe reflexão, distanciamento e, retomando esta palavra tão arraigada na tradição cultural do Ocidente, *consciência*." (TOURAINE, 1987:98) [grifos no original] [tradução livre][197]

Em termos mais específicos, porém, os movimentos poderiam ser de três tipos. Os movimentos sociais em sentido mais restrito teriam caráter eminentemente classista, como o movimento operário, por referirem-se necessariamente a relações de dominação social. Os movimentos culturais, por sua vez, fariam oposição a um modelo cultural, como no caso do que ele chama de movimento de libertação das mulheres. Segundo Touraine, no entanto, "[a] inovação cultural —ou a resistência a esta— não pode constituir por si mesma um movimento social, pois este por definição combina a referência a um campo cultural com a consciência de um relação social de dominação." (TOURAINE, 1987:100) [tradução livre][198] Por fim,

---

[195] "Un movimiento social es una acción conflictiva mediante la cual se transforman las orientaciones culturales y un campo de historicidad en formas de organización social, definidas a la vez por normas culturales generales y por relaciones de dominación social."

[196] "El movimiento social es la acción, a la vez culturalmente orientada y socialmente conflictiva, de una clase social definida por su posición dominante o dependiente en el modo de apropiación de la historicidad, de los modelos culturales de inversión, de conocimiento y moralidad, hacia los cuales él mismo se orienta."

[197] "Pues, si bien es cierto que los modelos culturales se transforman en prácticas sociales a través de conflictos entre movimientos sociales opuestos, también es necesario que se desprendan de estas prácticas para contituirse como modelos de inversiones y creaciones de normas, lo que supone reflexión, distanciamiento y, retomando esta palabra tan arraigada em la tradición cultural de Occidente, conciencia."

[198] "La inovación cultural —o la resistencia a ésta— no puede constituir por sí misma un movimiento social, pues éste por definición combina la referencia a un campo cultural con la conciencia de una relación social de

existiriam também os movimentos sócio-históricos, direcionados aos processos de mudança de um tipo de sociedade a outro através da alteração da gestão do desenvolvimento e com seu foco sobre os agentes do Estado.

Nas reflexões do autor vejo uma hierarquia entre os diferentes tipos de conflitos abordados. Essa hierarquia parece estabelecida em função de aspectos como a reatividade ou proatividade do conflito; a capacidade de definir-se de maneira "global"; o questionamento de "valores centrais" (considerados como aqueles ligados às tensões da dimensão econômica); e a limitação ou abrangência dos questionamentos. Nessa hierarquia os movimentos sociais em sentido restrito localizam-se no topo. São considerados não só mais coesos e organizados do que aquilo que Touraine considera como lutas específicas e condutas coletivas, mas também mais abrangentes e articulados do que os chamados movimentos culturais e movimentos sócio-históricos. Isso porque, em comparação com as condutas coletivas e as lutas específicas, o autor vê nos movimentos sociais a existência de *projetos* de mudança social. Acontece que esses projetos podem ser variados. Por isso, em relação aos movimentos culturais e sócio-históricos —cujos projetos podem dizer respeito à modificação de diferentes aspectos considerados parciais da sociedade, como a gestão do desenvolvimento ou o modelo cultural —, são os movimentos sociais classistas que Touraine indica como apresentando projetos de caráter universal, geral, abrangente ou profundo.

O que me interessa aqui, por um lado, é reconhecer que em suas análises o autor identifica empiricamente que *os movimentos sociais articulam seus processos concretos de mobilização a aspectos que transpõem o dia a dia e que se vinculam a outros espaços-tempo*. Mesmo que Touraine não valorize da mesma maneira os diferentes tipos de articulações, privilegiando aquelas feitas com a dimensão econômica da sociedade, a importância que ele confere a essas conexões é tamanha que elas são transformadas em elementos centrais de suas reflexões. O peso dessas articulações se expressa em sua busca constante por um elemento específico nos conflitos sociais coletivos: o *projeto político*.

A noção de *projeto* é central em seu pensamento, bem como em muitas das análises que se inspiram em sua obra. Ao meu ver, ela é também profundamente escalar. Quando o autor afirma que os movimentos sociais não podem se restringir ao âmbito nacional nem se desligar dos conflitos sociais de outros tipos, por exemplo, entendo que sua ênfase está focada na capacidade do movimento de transpor o cotidiano através da sua articulação espaço-

dominación."

temporal com outros processos. Obviamente sua leitura é alimentada tanto por um determinismo escalar —a predominância de processos globais e gerais determinando os demais processos sociais específicos— quanto pelo economicismo. Ainda assim, fica destacado que para Touraine um movimento social somente poderia ser entendido como tal em função das conexões que estabelece entre o espaço-tempo da experiência vivida e espaços e dinâmicas sociais outras. Em outras palavras, para o autor a caracterização como movimento social dependeria diretamente da abrangência social *e espacial* das ações coletivas, vistas como função das relações e articulações feitas entre questões específicas e gerais.[199]

Touraine foi o autor que mais influenciou as abordagens das pesquisas sobre os chamados "novos movimentos sociais," especialmente a partir da segunda metade da década de 1980. Especialmente a partir da primeira década de 2000, no entanto, as investigações sobre os movimentos sociais contemporâneos levantaram elementos que flexibilizariam a tipologia de Touraine em dois sentidos. Primeiramente, relativizando a existência de fronteiras claras entre os diferentes tipos de movimentos sociais. Além disso, também questionou-se a respeito da concepção de que as "lutas específicas" não teriam capacidade de construir projetos de mudança social mais amplos. No entanto, o foco de grande parte das pesquisas sobre os novos ou "novíssimos" movimentos sociais segue buscando desvendar ou explicitar os projetos subjacentes a essas práticas —quando estes já não são explicitados— na busca por reconhecer a complexidade e mesmo disputar o sentido e a valoração do grande rol de ações envolvidas nos conflitos coletivos.

4.2. EXPECTATIVAS SOBRE AS PESQUISAS BRASILEIRAS DA DÉCADA DE 1990

Essas preocupações inspiraram fortemente as análises sobre os movimentos sociais que passaram a ser considerados "novos", em especial por pautarem aspectos diferentes daqueles vinculados exclusivamente à dimensão econômica, como questões raciais, étnicas, de gênero, opção sexual ou ecológica. Essa substituiçã traz consigo elementos interessantes a respeito da dimensão espacial nesse debate.

É possível identificar uma mudança de prioridades em termos dos referenciais espaciais das análises acadêmicas sobre os movimentos sociais que, ao mesmo tempo,

[199] Algumas outras reflexões sobre a ideia de projeto no pensamento sobre os movimentos sociais podem ser vistas no Apêndice 1.

também modificavam sensivelmente as práticas desses agentes. Ainda que as atividades políticas das organizações dos movimentos sociais estivessem vinculadas há tempos, em maior ou menor grau, ao espaço-tempo cotidiano —vide a preocupação com o dia a dia dos espaços de produção, as fábricas[200]— esse recorte passava a ganhar nova importância ao se expandir os interesses para outros espaços que não aqueles ligados diretamente à esfera da produção econômica. Os espaços de atuação dos movimentos sociais se ampliavam, incorporando outras dimensões da cotidianidade e, por consequência, influenciando também as reflexões acadêmicas sobre eles.

Algumas análises afirmam que essa mudança também levou à proliferação de pesquisas empíricas em detrimento de reflexões teóricas durante a década de 1980, ao menos no âmbito das pesquisas brasileiras sobre o assunto.[201] Algumas exceções, no entanto, buscaram não abrir mão de nenhuma dessas dimensões, como os trabalhos de Carlos Nelson Ferreira dos SANTOS (1981) e Eder SADER (1988).

Apesar de algumas pessoas apontarem a escassez teórica das análises da década de 1980, outras reflexões do período demonstravam ter expectativas de que a década seguinte traria abordagens inovadoras. Por um lado, certas considerações apostavam na temática das redes de movimentos sociais como tema de pesquisa crucial para essa área das ciências sociais. SCHERER-WARREN (1987a) indicava com isso um movimento teórico-metodológico que buscava ressaltar a articulação da macroanálise —priorizada durante as décadas de 1960 e 1970— com a microanálise —enfatizada pelos trabalhos da década de 1980. O diferencial estaria na incorporação da atenção às articulações em rede que esses agentes sociais protagonizavam.

> "As próprias noções de macro e microrrealidade passam por redefinições. O macro, concebido enquanto totalidade estruturada e com determinações racionais, cede cada vez mais lugar às interpretações que concebem a realidade enquanto multifacetária e complexa, sem determinações fixas ou historicamente necessárias. E, assim sendo, o mais relevante dentro desta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos enquanto partes estruturadas ou estruturantes da realidade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção, enquanto movimento propriamente dito. Busca-se, sobretudo, os significados e alcances políticos e culturais das ações coletivas. Mas isto também era realizado pelas análises microssociológicas ou antropológicas das comunidades locais, das organizações de base (*grassroots*), típicas do período anterior mencionado. A inovação encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos (*networks*) e na busca de metologias que permitam entendê-las." (SCHERER-WARREN, 1987a:22)

[200] Sobre isso, por exemplo, ver Friedrich ENGELS (1985), Edward Palmer THOMPSON (1963, 1978, 2009) e Cornelius CASTORIADIS (1982, 1983, 1985, 2000)

[201] Ver SCHERER-WARREN (1987a, 1987b), SOUZA (1988, 2006), GOHN (1997).

A colocação da autora ressalta uma questão que com frequência rondou a produção acadêmica e as práticas dos movimentos sociais no país e fora dele: a relação entre os aspectos "macro" da vida social e, por outro lado, aqueles elementos mais comumente identificados como parte da esfera "microssocial".

Outros trabalhos indicavam a expectativa de que na década de 1990 as pesquisas apontariam para o aumento da importância das tentativas de aproximação, por um lado, de processos de mobilização e resistência que estavam em andamento no Brasil e, de outro, de processos semelhantes que ocorriam em outros países. No entanto, uma vez que tais processos de resistência têm natureza plural, Ana Clara Torres Ribeiro destacava que

> "(...) estes não possuem um formato ou uma arena privilegiados. Ao contrário, os cursos de ação possíveis encontram-se em aberto e na dependência da soma de apoios estratégicos e éticos que expressam o nível de aglutinação social alcançado pelos movimentos." (RIBEIRO, 1991:104-5)

4.3. FRUSTRAÇÕES E POSSIBILIDADES

Mas as expectativas não se realizaram exatamente. Dez anos depois, RIBEIRO (2001) se esforçou novamente para elaborar um panorama das reflexões brasileiras sobre o tema, o que a levou a listar alguns obstáculos enfrentados em seu seio. A autora os aglutinou em três pontos:

(a) A substituição dos estudos dos movimentos pela análise de políticas públicas, pela participação nessas políticas, na distribuição de investimentos e pela análise das situações sociais ou por indagações de ordem moral e ética;

(b) A falta de um conceito de movimento social consolidado, possibilitando a emergência de dois problemas. Por um lado, a dificuldade na diferenciação entre movimentos e outras formas de ação coletiva (protestos, reivindicações, etc.) ou de organização (grupos de pressão, instituições, etc.). Por outro, a dúvida a respeito das práticas cotidianas serem consideradas também movimentos;

(c) Uma dupla pressão com a qual o tema sofre: o surgimento de novas práticas e novos mediadores cujas produções não usam sistematicamente as ciências sociais; e a

predominância de leituras abrangentes fundamentadas na conjuntura econômica e política.

Ainda sobre o cenário brasileiro dos estudos sobre ativismos urbanos da década de 1990, Marcelo Lopes de SOUZA (2008b) também demonstrou uma opinião não muito positiva. O autor definiu aqueles anos como tempos nos quais as pesquisas não só se reduziram em quantidade, como também estagnaram nas abordagens empiricistas das décadas anteriores. Uma retomada das pesquisas foi vista por Souza na primeira década dos anos 2000, inclusive com atenção voltadas para movimentos como o movimento *hip-hop* e o movimento dos sem-teto.

No início dos anos 2000, portanto, tanto Ribeiro quanto Souza deixam nítido que os rumos tomados pela literatura brasileira sobre os movimentos sociais foram significativamente diferentes daqueles indicados como tendências ou esperados pela própria RIBEIRO (1991) e por SCHERER-WARREN (1987a) em momentos anteriores. Isso fica especialmente explícito no caso da expectativa de os trabalhos dispenderem maior atenção às articulações entre tais agentes sociais. Ainda que GOHN (1997) afirme que as análises sobre redes de movimentos sociais tenham aparentemente se multiplicado no âmbito da Sociologia e que seja possível também observar um crescimento dos estudos voltados à temática das redes geográficas durante a década de 1990 no que confere ao quinhão acadêmico da Geografia, esses processos não foram suficientes para reavivar os interesses sobre a dimensão espacial das articulações dos movimentos sociais urbanos.

Mas havia cientistas sociais que continuaram ressaltando a necessidade de extrapolar a dicotomia macro-micro, como demonstrado por RIBEIRO (2001), buscando mesclar a atenção dada a processos mais gerais e aquela dispensada às dinâmicas cotidianas envolvendo diferentes dimensões das relações sócio-espaciais (material, simbólica, política, etc.). O desenrolar de análises com perspectivas mais heterodoxas no interior do próprio marxismo — como aquelas fundamentadas nas reflexões de Edward Thompson ou Henri LEFEBVRE (1991, 2001)— também permitiram o fortalecimento do ímpeto de diluição dessa oposição. Em diferentes áreas do conhecimento acadêmico passaram a surgir novas abordagens que também tratavam dessa questão direta ou indiretamente, como é o caso dos debates da História a respeito da microanálise[202] ou, por outro lado, das discussões sobre as utilidade de

[202] Ver REVEL (1996) e LIMA (2006).

conceitos totalizantes como o de "sociedade" no âmbito da Antropologia Social.[203] Creio que a "abertura" do conceito das escalas geográficas e, por consequência, a explicitação da dimensão escalar da espacialidade vem somar-se a esses esforços.

4.4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO

Os debates sobre a escalaridade das práticas sociais vêm levantando considerações valiosas para a retomada das preocupações com as articulações e a espacialidade dos movimentos sociais. A discussão que se desenrolou a partir do final da década de 1980 sobre as escalas geográficas trouxe reflexões que, se não compartilhavam diretamente as preocupações das pesquisas sobre essas ações coletivas, ao menos se aproximavam muito delas. Afinal, os problemas empíricos enfrentados eram semelhantes: as/os autoras/es que debatiam a "abertura" do conceito de escala geográfica buscavam compreender uma espacialidade vista de maneira cada vez mais múltipla e diversa em termos, por exemplo, de referenciais materiais, disputas territoriais, processos identitários e dotação de significados à realidade. Não era mais tão simples —nem parecia mais tão rigoroso— encerrar determinados processos em arranjos escalares tão rígido quanto o tradicional arranjo estatal formal, com escalas encaixadas hermeticamente umas nas outras e nas quais processos complexos precisavam ser amputados para que nelas coubessem. Os referenciais espaço-escalares mais comumente utilizados[204] —local, regional, nacional e internacional— já não pareciam suficientes para abordar a complexidade dos processos sociais. A partir daí, as escalas geográficas passaram por uma ampla revisão conceitual operada através de debates intensos sobre diferentes aspectos, conforme abordei nos primeiros capítulos desta tese.

As escalas geográficas e os diferentes arranjos escalares nos quais podem ser distribuídas se mostram úteis para indicar como os espaços podem ser divididos, como as dimensões podem ser definidas, como as articulações podem ser diferentemente priorizadas, por quais processos sócio-históricos são construídas as relações de poder às quais as pessoas estão sujeitas em um dado território, como são elaboradas socialmente as metas espaço-temporalmente mais ou menos distantes a serem almejadas e responsáveis por motivar as

[203] Ver WAGNER (1981), STRATHERN (1996), TOREN (1996), PEEL (1996), SPENCER (1996) e CICHOWICZ e KNABBEN (1996).
[204] Ver SOUZA (2013).

práticas dos agentes. A dimensão escalar assim entendida se apresenta como instrumento que ajuda a dar sentido, organizar e, enfim, exercer e disputar poder em meio às diferenças sócio-espaciais inerentes ao mundo. Por isso, a escalaridade surge como um caminho de entrada interessante no intento de compreender as práticas de sujeitos políticos individuais e coletivos que buscam intencionalmente influenciar as configurações das relações de poder nas quais estão inseridos —dentre eles os movimentos sociais urbanos.

Minha intenção nesse capítulo surge nesse sentido, basicamente restrita a explicitar rapidamente algumas maneiras como os debates sobre movimentos sociais urbanos podem dialogar com a escalaridade dos processos sociais. Não abordei muitos deles, incluindo aqueles mais comentados na bibliografia sobre as escalas geográficas —como a importância da política de escalas ou da política escalar para a conquista de objetivos traçados; uma perspectiva crítica em relação aos fixos escalares, envolvendo sua identificação, crítica e elaboração de alternativas próprias por parte dos movimentos; as disputas políticas que envolvem a reclamação de identidades escalares específicas; etc.[205]

Ainda que superficialmente, no entanto, acredito ter ressaltado a centralidade dos processos de articulação sócio-espacial tanto na prática dos movimentos sociais quanto nas análises a respeito desses sujeitos coletivos. Vejo potencial nessa abordagem por seu ponto de partida estar exatamente em uma dimensão da espacialidade humana que, se levada profundamente em conta, pode contribuir para a complexificação das reflexões sobre alguns aspectos da espacialidade pouco destacados mas que impulsionam e direcionam as ações dos movimentos sociais. Nos próximos capítulos, endereçarei alguns desses aspectos tendo por referência um dos movimentos sociais urbanos que mais ganhou expressão e visibilidade nos últimos anos no Brasil: o movimento dos sem-teto. Antes, no entanto, farei uma rápida contextualização a seu respeito nos próximos parágrafos.

* * * * *

A emergência desse movimento vincula-se diretamente à intensificação dos problemas urbanos, bem como às relações desses problemas com as demandas sociais. Esse aspecto é alvo das reflexões de SOUZA (1988), que lembra que tal intensificação estaria relacionado com a reificação do urbano, vinculada à necessidade de a cidade cumprir funções específicas

[205] Ver, por exemplo, PORTO-GONÇALVES (2003), SWYNGEDOUW (2004), SOUZA (2006), KAISER e NIKIFOROVA (2008).

no seio da dinâmica capitalista. Na cidade pós-colonial, por exemplo, uma das características marcantes era a junção em uma mesma área da cidade de atividades de trabalho e residenciais. Com a transição do predomínio espacial da cidade pós-colonial à cidade capitalista concorrencial, Souza destaca as mudanças ocorridas no cotidiano da população, especialmente com a separação das atividades de trabalho e de moradia.

Alguns processos de identificação e mobilização política surgem nesse contexto, ao mesmo tempo em que emergem espaços caracterizados exclusivamente pela atividade industrial e inicia-se uma separação dessas atividades em relação ao núcleo central de negócios (CBD). No caso das cidades europeias, essa dinâmica influenciou a intensificação do movimento operário, cujo *locus* de mobilização era o espaço das fábricas —ainda que as reivindicações também fossem vinculadas às condições de moradia e reprodução social do operariado devido às precárias condições habitacionais e à carência de equipamentos de consumo coletivo.[206] A urbanização intensa vinculada à industrialização, já destacada também por Elisée RECLUS (2010), expandiu o problema do controle das aglomerações urbanas que já vinha se colocando desde a ampliação das cidades por conta do aumento das atividades comerciais no século XVIII.[207] A cidade precisava ser disciplinada e controlada.

A partir daí, o esquadrinhamento do espaço e o processo de separação de funções na cidade se intensificou. A fase monopolista do capitalismo implicava e dependia de novas formas de relações na dinâmica intraurbana, bem como uma nova organização espacial que viabilizasse tais relações. Decorrem daí o que SOUZA (1988) indica como os pressupostos sócio-espaciais da reificação do urbano, desenhados em aspectos como a divisão do citadino em morador / consumidor / trabalhador, a relativa massificação dos bairros, o agravamento dos problemas ligados à falta de habitação e de equipamentos de consumo coletivo.

Tais características tendem a influenciar também a relocalização dos conflitos ligados às demandas sociais urbanas. No que envolve a questão da habitação, em cada momento da produção do espaço das cidades existem áreas específicas com maior tendência a concentrar os conflitos originados pela falta ou precariedade da moradia. Se no período da cidade pós-colonial a habitação estava mais próxima dos espaços da atividade produtiva tradicional do período —a indústria—, nos momentos posteriores da cidade capitalista o

---

[206] Sobre as condições da classe operária no período, ver o estudo clássico de Friedrich ENGELS (1985).
[207] Ver FOUCAULT (2008).

afastamento dos espaços referentes a cada uma dessas atividades também leva tais conflitos a assumirem novas características locacionais e espaciais de forma geral.[208]

Em termos econômicos, é para as pessoas que se encontram nos estratos mais baixos de renda para quem a habitação se torna uma questão a ser resolvida com maior urgência. No caso das metrópoles brasileiras, a massificação dos bairros, o crescimento das periferias, o agravamento das condições e a falta de habitação afetam diretamente essa parcela da população, especialmente na segunda metade do século XX após a consolidação do modelo urbano-industrial. A expressão "problema da moradia", largamente utilizada hoje em dia, se refere especialmente ao problema de acesso à habitação e ao consequente déficit habitacional existente no país. A tematização dessa questão como foco da atuação de grupos políticos no espaço urbano brasileiro remete às discussões das chamadas "reformas de base" da década de 1960.[209]

Mas apesar da mobilização ao redor do ideário da reforma urbana e dos marcos legais que foram conquistados através dela —os capítulos sobre política urbana na Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, por exemplo— a situação do problema da moradia no país não tem sido alterada de forma significativa. Estatisticamente falando, os dados oficiais disponibilizados pela Fundação João Pinheiro[210] afirmam que em 2008 o déficit de habitações —envolvendo situações de coabitação familiar, adensamento excessivo, moradia precária e ônus excessivo com o aluguel— era de mais de 5,5 milhões de domicílios no país. Em termos de distribuição espacial, 83,5% (4,6 milhões) desse déficit diziam respeito em 2008 a áreas urbanas, sendo a maior parte na região sudeste (36,9%) — que concentra também grande parte do parque industrial brasileiro. Reforçando seu caráter urbano, os dados mostram que naquele ano 27,7% do déficit habitacional do país se concentrava em nove áreas metropolitanas. Mas como já afirmei e é de conhecimento geral, a moradia transformada em mercadoria ganha status de problema majoritariamente para aquelas pessoas que não têm condições de acessar o mercado responsável por sua comercialização — aproximadamente 90% (89,6%) do déficit é composto por famílias com renda entre zero e três salários mínimos. Os últimos dados sobre o assunto, referentes à situação do país em 2010,

---

[208] Algumas reflexões quanto a isso podem ser vistas no Apêndice 2.

[209] Ver CASSAB (2004) e SOUZA (2006).

[210] Órgão estatal responsável pelo cálculo do déficit habitacional brasileiro. Apesar de sua metodologia e seus dados serem questionáveis e notadamente conservadores, servem como referência —especialmente por sua série histórica. Os valores apresentados foram elaborados com base nos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2008, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

não mudaram significativamente o panorama da distribuição espacial e econômica do déficit habitacional. Demonstraram, no entanto, um crescimento total considerável: com um déficit de cerca de 6,9 milhões no final da década, houve um crescimento bruto de 1,4 milhões de moradias nessa situação.[211]

A espacialidade da questão da moradia, portanto, tem fortes vínculos com a expansão do espaço urbano —e metropolitano em especial. A situação fundiária e trabalhista no âmbito rural, em conjunto com a força de atração populacional exercida pelas grandes cidades e as mudanças nos modos de vida propiciados pela difusão do referencial social urbano-industrial, ampliou a taxa de urbanização do país no decorrer do último século. Com o grande afluxo populacional para as áreas urbanas, o principal meio através do qual a necessidade de moradia vem sendo resolvida no Brasil tem sido a autoconstrução,[212] muitas vezes em terrenos ocupados. Apesar disso, tanto o mercado imobiliário informal[213] quanto o próprio mercado imobiliário formal[214] vêm ganhando espaço nos últimos anos —este último de forma ainda muito mais tímida uma vez que exige incentivos governamentais mais atraentes para se dedicar à chamada demanda não-solvável, como é o caso do "Programa Minha Casa Minha Vida" lançado em 2009 pelo Governo Federal.

Não são todos os espaços das metrópoles, no entanto, que cumprem o papel de "amortecer" o fluxo imigrante e de incorporar essa população à sua dinâmica urbana. A importância das periferias das grandes cidades, nesse sentido, é bastante consolidada na vida cotidiana das regiões metropolitanas e, por consequência, também na literatura sobre o tema como referências para esse processo.[215] Ao mesmo tempo, partes da área central das cidades também são importantes nessa recepção. Tal papel já era cumprido em meados do século XIX[216] e em outros períodos do século XX, como fica nítido em diversos trabalhos.[217] Essas áreas surgem em reflexões sobre o tema sob diferentes denominações, como por exemplo nos trabalhos de Ernest BURGESS (1974) em meados da década de 1920 como as "zonas em

---

[211] Para acompanhar o déficit habitacional brasileiro o Ministério das Cidades utiliza o índice oferecido pela Fundação João Pinheiro. De acordo com essa fundação, o déficit habitacional aproximado do país era em 2000 de 5.875.000 domicílios; em 2005 de 6.307.000 domicílios; em 2006 de 6.262.000 domicílios; em 2007 de 5.989.000 domicílios; em 2008 de 5.546.000 domicílios; em 2009 de 5.998.000; e em 2010 de 6.940.000. O crescimento do déficit habitacional no período compreendido entre 2000 e 2010, portanto, seria de cerca de 1.065.000 domicílios. Retirei os dados de BRASIL (2011) e FJP (2012, 2013). Para considerações a respeito da composição desse índice, ver MOREIRA (2009b).

[212] Ver VALLADARES (1983) e KOWARICK (1983).

[213] Ver ALMEIDA (1983) e SOUZA (2006).

[214] Ver MARTINS (2010). Sobre a financialização da produção da moradia no país, ver FIX (2011).

[215] Ver SADER (1988).

[216] Ver ENGELS (1985).

[217] Ver STROHAECKER (1988) e RIBEIRO FILHO (2004).

transição", Edgar HORWOOD e Ronald BOYCE (1959) no final da década de 1950 com sua proposta de "zona periférica do centro", Donald GRIFFIN e Richard PRESTON (1966) refletindo sobre o setor de inatividade geral no interior da "zona em transição" contemporânea e John REX (1979) ao tratar dos grupos sociais presentes nessas zonas.

É exatamente nessas duas áreas das metrópoles brasileiras —partes da área central e da periferia urbana— onde a atuação do movimento dos sem-teto em busca de soluções ao problema de moradia da população de baixa renda se desenvolve,[218] originando tensões diretas com parcelas do capital imobiliário que também vêem nessas áreas frentes importantes de expansão de suas atividades —especialmente na franja peri-urbana e nas áreas de obsolescência próximas aos CBD.[219]

Foi em parte a partir dos movimentos de bairros e loteamentos das décadas de 1970 e 1980 e, por outro lado, sob influência de organizações de movimentos sociais do campo que se deu a emergência das organizações do movimento dos sem-teto atuais do país. As vinculações entre as dificuldades enfrentadas no campo e na cidade e os processos de mobilização ao redor desses desafios não são novidade nem exclusividade do país. Ao falar sobre alguns processos bolivianos, por exemplo, Raúl ZIBECHI (2008) já afirmara que

> "[a] construção de bairros populares nas cidades é 'a prolongação da luta pela terra que por décadas tem coberto o campo do nosso país, expressada na urbe em forma de luta pela moradia', como sustenta um trabalho sobre a experiência [de Potosí-La Isla, em Ciudad Bolívar]. Este é, por certo, um dos nexos entre as lutas rurais e as urbanas, que nos permitem falar de um processo mais global, de *uma* luta não parcelada nem segmentada que parece apontar em uma mesma direção." ZIBECHI (2008:10) [grifos no original] [tradução livre][220]

Um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) —organização surgida em 1997 em São Paulo inicialmente derivada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)— Guilherme BOULOS (2012:48) lembra sobre a década de 1980 que "[o] grande marco deste período foi em 1987, com a ocupação simultânea de dezenas de terrenos, envolvendo cerca de 50 mil famílias, pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo." Deixando nítido um dos aspectos da espacialidade da organização da

---

[218] Ver MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009).

[219] Ver HARVEY (2008).

[220] "La construcción de barrios populares en las ciudades es 'la prolongación de la lucha por la tierra que por décadas ha cubierto el campo de nuestro país, expresada en la urbe en forma de lucha por la vivienda', como sostiene un trabajo acerca de la experiencia [de Potosí-La Isla, en Ciudad Bolívar]. Este es, por cierto, uno de los nexos entre las luchas rurales y las urbanas, que nos permiten hablar de un proceso más global, de una lucha no parcelada ni segmentada que parece apuntar en una misma dirección."

qual faz parte, Boulos ainda destaca que "[o] MTST adotou a tática de construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas." (BOULOS, 2012:48). Além dessa organização, atualmente uma das mais expressivas e conhecidas no cenário nacional dos movimentos sociais urbanos, destacam-se hoje no movimento dos sem-teto brasileiro a Frente de Luta por Moradia (FLM), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) —ambas mantendo vínculos com a Central de Movimentos Populares (CMP)— e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). Existem, porém, várias outras organizações que compõem esse movimento.[221] Todas elas se valem de estratégias variadas para viabilizar os objetivos traçados, dentre as quais a territorialização de imóveis ociosos é uma das principais.

O crescimento do movimento dos sem-teto como uma das maiores expressões contemporâneas dos movimentos sociais urbanos brasileiros vem servindo de referência para uma série de trabalhos acadêmicos nos últimos anos e que enfocam experiências específicas desse movimento. Tais abordagens partem de diferentes campos do conhecimento científico, indo da geografia e história à sociologia e antropologia.[222]

[221] Alguns exemplos de organizações existentes além dessas já listadas e que se vinculam mais diretamente às ocupações do movimento dos sem-teto em diferentes estados do país: Movimento de Moradia Para Todos (MMPT), Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), Brigadas Populares, Terra Livre – Movimento popular do campo e cidade, Movimento Popular por Moradia (MPM), Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), União de Luta dos Cortiços (ULC), Movimento de Moradia de Região Centro (MMRC), Movimento de Moradia Centro (MMC), Movimento das Famílias Sem Teto (MFST), Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) e Associação dos Sem Teto do Centro de São Paulo (ASTC-SP). Existem também ocupações independentes de organizações, como é o caso de algumas ocupações no centro do Rio de Janeiro (Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Zumbi dos Palmares, Ocupação Quilombo das Guerreiras). Trato elas nesse trabalho como organizações em si.

[222] Sobre as experiências cariocas, por exemplo, vêm da Geografia contribuições como os trabalhos de ALMEIDA (2009, 2011), TEIXEIRA (2009), GRANDI (2010), LIMA (2010), MOREIRA (2011) e RAMOS (2012) —todos sobre as ocupações da área central do Rio de Janeiro. Com recorte sociológico e foco na área de políticas públicas, há o trabalho de OLIVEIRA (2009) a repeito das mesmas ocupações dos trabalhos anteriores. Da Antropologia vem a pesquisa de FREIRE (2011) e da História a contribuição de PENNA (2010) a respeito da Frente de Luta por Moradia (FLP) —uma das organizações responsáveis pelas ocupações na área central tratadas pelos trabalhos citados acima. Já a respeito da atuação do movimento dos sem-teto no estado de São Paulo as contribuições vêm das áreas das Ciências Sociais em geral, como o trabalho de GOULART (2011) a respeito do MTST; do Planejamento Urbano, com o trabalho de LIMA (2004) também sobre o MTST; do Serviço Social, com a pesquisa de OLIVEIRA (2005) versando sobre a atuação do Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) em Ribeirão Preto; da Geografia, com BUONFIGLIO (2004) escrevendo sobre as ocupações no centro de São Paulo; da Antropologia, quando AQUINO (2008) detalha a atuação do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) na área central da capital paulistas e com ANDRADE (2010) atendo-se às atividades do MUST em São José dos Campos; da Sociologia com os trabalhos de BLOCH (2007) sobre o Movimento de Moradia do Centro (MMC) no centro de São Paulo, MIAGUSKO (2008) sobre ocupações de São Bernardo do Campo e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) no centro da capital, VERRI (2008) sobre as organizações do movimento dos sem-teto no centro de São Paulo —em especial a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a Central de Movimentos Populares (CMP) –, e NEUHOLD (2009) sobre a União de Luta dos Cortiços (ULC) também no centro paulistano; e da engenharia com o trabalho de FUKASAWA et al (2012). Ainda sobre as pesquisas a respeito do tema vale citar os trabalhos de DOWLING (2006) escrevendo a partir da Antropologia sobre o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) de João Pessoa / PB e a pesquisa de BUONFIGLIO (2007) que, desde a Geografia, fala também sobre algumas experiências de Porto Alegre / RS do MNLM —

É a partir desse referencial empírico que buscarei esboçar, nos capítulos seguintes, algumas reflexões sobre as maneiras como a escalaridade exerce influência sobre —e é construída através das— ações dos sujeitos desse movimento social. Sem pretender esgotar o tema, esse ímpeto parte do reconhecimento das interconexões íntimas entre a espacialidade e a prática sócio-espacial dos diferentes agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano.

ambas fugindo do eixo Rio-São Paulo.

CAPÍTULO 5

O ENQUADRAMENTO DA "LUTA" COMO DINÂMICA ESCALAR

A entrevista estava marcada para cinco e meia, mas como era quase de praxe eu estava atrasado. Quinze minutos depois do combinado bati na porta de Nádia.[223] Seu filho mais velho me atendeu. Ela estava deitada, mas logo levantou para me receber carinhosamente. No final da tarde a casa estava agitada. Seu filho mais velho no computador, o filho do meio se arrumando atrasado para ir à escola, o filho mais novo chegando do colégio. Segui pelo pequeno corredor, limitado ao canto da peça pelas costas dos armários que tinham as três camas de solteiro da casa a sua frente. Nos sentamos à mesa, entre o fogão e os sofás que rodeavam a televisão e separavam a sala do quarto. Duas panelas esquentavam água no fogão, uma para um café e outra para o macarrão. A gata passeava entre nossas pernas antes da entrevista enquanto conversávamos sobre o dia de Nádia. Pouco depois o filho de outra moradora bateu à porta, pediu licença e entrou. Vinha acertar as "finanças", um caixa para gastos coletivos aos quais as famílias contribuem mensalmente com uma quantia fixa e eventualmente com outros valores, dependendo das necessidades esporádicas do prédio. No caso estava sendo recolhida uma pequena quantia a mais para arcar com os custos dos materiais das novas instalações de água, necessárias por conta das obras de reestruturação urbana da área portuária que aconteciam ao redor da ocupação. Depois de tudo anotado no livro-caixa da ocupação (um caderno da prefeitura adaptado) e de o rapaz receber o recibo dado por Nádia, ele se voltou para mim e comentou que a situação era complicada com esses pagamentos: havia gente no prédio que não queria pagar enquanto não tivesse água nas suas torneiras. Ele e Nádia comentaram que essas posturas só complicavam o Coletivo,[224] porque

[223] Os nomes de minhas/meus interlocutoras/es foram alterados para garantir-lhes o anonimato, como lhes é de direito e conforme acordei previamente com elas/eles.

[224] SOUZA e TEIXEIRA (2009) distinguem duas variantes do movimento dos sem-teto: a variante por coordenação e a variante por coletivo. A primeira organiza-se de maneira hierarquizada, através do estabelecimento de instâncias deliberativas formais (coordenações) diferenciadas do conjunto de moradoras e moradores das ocupações. Por outro lado, a variante por coletivo cultiva relações mais horizontalizadas, de forma a, por exemplo, estabelecer processos e instâncias formais de deliberação nas quais todas as moradoras e moradores das ocupações têm igual acesso, direito a voz e voto.

sem o dinheiro não havia como comprar o material que viabilizaria o fornecimento de água para todo o imóvel.

Esse tipo de comentário não é nada raro nas ocupações. É fácil escutar quem reclame das dificuldades enfrentadas porque algumas pessoas não assumem responsabilidades coletivas ou porque, mesmo assumindo-as, nem sempre as cumprem. Afinal, longe de um grupo homogêneo, cada ocupação é constituída de pessoas bastante diferentes. Suas trajetórias de vida se encontram e passam a ter de conviver debaixo do teto conquistado pela ação direta organizada por um movimento social. O convívio é, porém, permeado pelo efeito de várias turbulências —sejam aquelas trazidas por sua situação de instabilidade territorial frente às ameaças estatais de despejo ou de territorialização por parte de grupos de traficantes de drogas ilegais, sejam aquelas originadas nas tensões que comumente emergem de qualquer compartilhamento cotidiano intenso. O dia a dia das ocupações tem seus contextos específicos, resultados complexos da influência de situações como a de precariedade das condições materiais dos imóveis ocupados (especialmente em seu período inicial de territorialização instável),[225] as diferentes condições financeiras das pessoas em termos de rendimentos e estabilidade e as distintas trajetórias individuais e familiares que levaram as pessoas às ocupações naquele momento.

Estávamos entrando no inverno de 2013 e, no caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, essa situação vinha tornando-se mais tensa nos últimos meses. Por um lado, a Prefeitura do Rio de Janeiro —na figura da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP)— havia recentemente levado para os galpões abandonados anexos ao prédio da ocupação dezenas de famílias despejadas por conta das obras na região portuária, onde passaram a conviver com ex-moradores da Quilombo das Guerreiras que passaram a morar ali após serem expulsos da ocupação por descumprirem as regras do regimento interno do prédio.[226] As relações entre o grupo que passou a morar nos galpões e moradoras e moradores da ocupação vinham se complicando paulatinamente, na esteira de intimidações que parte do grupo que vivia nos galpões exercia sobre a ocupação — no sentido inclusive de deslegitimar e, por consequência, enfraquecer a organização coletiva. Por outro lado, o avanço das obras de reestruturação da área portuária modificavam intensamente a infraestrutura das vias da região. O fornecimento de energia elétrica e água

[225] Sobre as diferentes situações pelas quais o processo de territorialização de algumas ocupações do Rio de Janeiro passam, conferir ALMEIDA (2011)

[226] Sobre as punições em algumas ocupações da área central do Rio de Janeiro, ver GRANDI (2010) e ALMEIDA (2011).

havia sido alterado drasticamente à revelia das pessoas que no momento moravam na área, tivessem elas chegado ali através do processo de ocupação ou por meio da própria prefeitura. As condições materiais de vida dentro do prédio, portanto, também vinham sendo precarizadas, adicionando mais tensão nas relações pessoais e maior instabilidade à organização política da ocupação. Foi nesse contexto que perguntei a uma das moradoras sobre os maiores desafios que ela vinha enfrentando naquele momento na ocupação.

> "Eu acho que as coisas mais difíceis de viver hoje em dia aqui dentro é um caso que acontece tanto aqui quanto lá fora. É que tem pessoas esclarecidas e tem pessoas que não são esclarecidas. Ou que elas gostam de ser servidas e não gostam de servir. Então é complicado. Tanto aqui como em qualquer lugar isso existe. Então o que tá faltando um pouco aqui dentro é um pouco de, eu acho, que companheirismo, um pouco de as pessoas terem mais consciência de que a gente tá lutando por uma boa causa. Uma causa justa e que é nossa." (informação verbal)[227]

Lisa entrou na ocupação um ano depois das primeiras pessoas. Era ambulante e disse que após ser convidada por uma conhecida a visitar a ocupação, foi apresentada ao Coletivo e passou por um período de avaliação de seis meses no prédio antes de tornar-se efetivamente moradora.

> "Nunca pensei em sair. Porque eu sou do tipo de pessoa que gosta de pensar muito antes de fazer as coisas. Quando eu chego a fazer é porque eu sei que eu quero. Então eu demorei um pouquinho pra entrar no ritmo do Coletivo. Eu demorei um pouquinho. Mas depois que eu entrei, foi bem, foi legal. Nunca pensei em sair daqui. E agora que eu trabalho de dia eu tenho mais tempo pra ser mais prestativa no Coletivo." (informação verbal)[228]

Ela é conhecida por muitas pessoas do Coletivo como sendo bastante engajada nas tarefas do prédio, reconhecimento que vinha muitas vezes na forma de "destaques positivos".

> "O destaque que a gente tem nas nossas reuniões é: o destaque negativo, que é quando as pessoas não fazem uma comissão de trabalho, não fazem uma portaria, deixam de prestar serviço no Coletivo, ou então tem algum desentendimento com alguma pessoa (...). E o positivo é quando você vai bem nas comissões de trabalho, na sua portaria, vai bem no Coletivo, quando você é prestativo. Então existe o destaque negativo e o positivo." (informação verbal)[229]

Esses destaques, parte dos mecanismos de organização coletiva da ocupação,[230] comprovam, por um lado, sua dedicação às atividades do prédio. Por outro, no entanto, a importância conferida aos destaques exemplifica também a preocupação de moradoras e

---

[227] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[228] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[229] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[230] Ver ALMEIDA (2011).

moradores em identificar e incentivar comportamentos desejados (e desestimular aqueles indesejados) por elas e eles. Esse esforço carrega, expressa e constrói valores específicos.

Nesse sentido que a fala de Lisa sobre os maiores desafios daquele momento na ocupação me saltou aos ouvidos. Ao falar do "esclarecimento" das pessoas, Lisa relacionou essa qualidade ao "companheirismo", à "consciência de que a gente tá lutando por uma boa causa". Ela encadeava, assim, as ideias de "luta", "esclarecimento" e "companheirismo", vinculações bastante frequentes entre as pessoas ligadas a movimentos sociais. Lisa experienciou isso na pele nos seus mais de seis anos de sua vida na Ocupação Quilombo das Guerreiras, pois diz não ter tido envolvimento com movimentos antes disso. Ainda segundo ela, o companheirismo dependeria também do exercício da tolerância às diferenças.

> "Então se todo mundo fizesse, vamos supor... Não tô querendo me vangloriar, mas fizesse como algumas pessoas fazem aqui dentro. Mesmo não gostando de algumas pessoas, pelo menos tolerar aquelas pessoas. Eu acho que pra você aqui dentro, o ideal não é você amar todo mundo. Porque ninguém ama todo mundo. Jesus Cristo, que era o filho de Deus, não foi amado por todo mundo. Não foi bem aceito. Filho de Deus. Imagina a gente. Então o que acontece? Devia ter uma tolerância. Não gosta da pessoa? Não precisa dizer bom dia, boa tarde, boa noite. Nem olhar na cara dela não precisa. Mas eu acho que tem que haver uma tolerância e tem que ter aquela corrente. Tipo assim: Não, a gente não gosta de todo mundo, mas a gente tá lutando por uma moradia. Então a gente tem que se unir pra conseguir isso. Porque não pode ter aquele negócio de 'Ah, eu não gosto de você então eu não vou ajudar em nada'. Não, isso aqui é pra gente, pelo bem da gente. Então eu acho que a gente tinha que ser mais unido. Tem pessoas que não são bem esclarecidas, entendeu?" (informação verbal)[231]

O companheirismo é que permitiria a ação conjunta. Na sua opinião, "não pode ter aquele negócio de 'Ah, eu não gosto de você então não vou ajudar em nada'" justamente porque as atividades desenvolvidas conjuntamente "[são] pra gente, pelo bem da gente." Tolerar a diferença da outra pessoa agiria em prol de uma união que possibilitaria a ação conjunta no sentido daquilo que unifica todas as pessoas da ocupação: o fato de que "a gente tá lutando por uma moradia". A tolerância serviria como uma segurança para que o companheirismo não fosse minado.

As motivações para as posturas pessoais, portanto, são inseridas em um contexto de ações realizadas por um grupo mais amplo tendo em vista a "luta por moradia" como um processo levado a cabo coletivamente. O "companheirismo" e "união" na "luta" —como ação conjunta— é uma referência importante para que a ação individual seja considerada "esclarecida".

---

[231] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Dentre as narrativas que legitimam as práticas espaciais do movimento dos sem-teto, sejam elas as mais cotidianas ou aquelas mais eventuais, as ideias de "esclarecimento", "consciência" ou "politização", por exemplo, são com frequência associadas à categoria "luta" —como a conversa com Lisa deixou explícito. Mas é óbvio que isso não se restringe a esse movimento, já que tal categoria também é utilizada seguidamente em tantas outras ações coletivas do gênero —talvez por origens comuns que possam remeter às reflexões clássicas da esquerda europeia, como a expressão "luta de classes" exemplificaria.

Mas isso não diminui a importância dessa categoria no movimento dos sem-teto brasileiro. Ela está presente nos nomes de diferentes organizações do movimento, tenham elas mais ou menos visibilidade hoje em dia, como são os casos do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), da Frente de Luta por Moradia (FLM, atuante em São Paulo), da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC, também atuante em São Paulo) e da Frente de Luta Popular (FLP, atuante no Rio de Janeiro e extinta em 2008). Está também expressa nos lemas entoados em manifestações e atividades internas: "Povo de luta / Não é de brincadeira / Aqui quem fala é Quilombo das Guerreiras" (Ocupação Quilombo das Guerreiras — Rio de Janeiro); "Lutar / Criar / Poder Popular" (frequente em muitos protestos de movimentos sociais, mas ouvido diretamente em manifestações de organizações de luta por moradia no Rio de Janeiro e em São Paulo); "Ô abre alas / Que eu quero morar / Ô abre alas / Que eu quero morar / Eu sou da luta / Não posso negar" (Ocupação Chiquinha Gonzaga — Rio de Janeiro); "MTST / A luta é pra valer" (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto); "MSTC / A luta é pra valer" (Movimento dos Sem Teto do Centro, de São Paulo); "Quem não luta / Tá morto" (Movimento dos Sem Teto do Centro); "Periferia luta!" (entoado em várias mobilizações populares no Grajaú, região da zona sul de São Paulo, inclusive por ocupações às quais a Rede de Comunidades do Extremo Sul de São Paulo presta apoio). A "luta" também é central para muitos discursos legitimadores das ações das organizações do movimento. Guilherme Boulos, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), escreveu em 2012 um livro chamado "*Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*" direcionado ao público em geral no qual ressalta com frequência a "coragem de levantar e lutar pelos seus direitos" que as pessoas envolvidas nas ocupações têm, além de se referir à "luta" de maneira mais geral em diversas outras passagens.[232] A "luta" também é uma expressão recorrente nos trabalhos acadêmicos sobre o movimento dos sem-teto em diferentes estados do país, como no Rio Grande do Sul (BUONFIGLIO, 2007), Bahia (SILVA, 2008),

[232] Ver BOULOS (2012:11, 42, 44, 46, 48, 49, 53, 59, entre outras)

Paraíba (DOWLING, 2006), Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2009; LIMA, 2010) e São Paulo (LIMA, 2004; BLOCH, 2007; NEUHOLD, 2009; COSTA, 2013).

A centralidade da categoria "luta" em sua vinculação com as ideias de "esclarecimento", "consciência" ou "formação política" surgiram, então, como uma questão intrigante. O destaque dessa categoria se fortaleceu aos poucos, saltando aos olhos quando atentei para o papel da ideia quase inquestionável entre pessoas envolvidas com movimentos sociais em geral de que as "lutas" — aquela "por moradia" incluída— deveriam sempre esforçar-se para "ir além" de suas pautas "específicas". No caso do movimento dos sem-teto, isso implicava a percepção nítida de ao menos duas coisas: aquilo que fazia parte de sua "luta" específica, por um lado, e aquilo que ia "além da luta por moradia".

É comum que pesquisadoras e pesquisadores interessados em movimentos sociais perguntem sobre a trajetória de vida das pessoas que fazem parte dos grupos estudados. Também é frequente a pergunta sobre como as pessoas tiveram contato com as experiências consideradas mais características dos movimentos postos em tela (a ocupação, a cooperativa, a manifestação de rua, o sarau, o encontro de formação, a greve, as aulas de alfabetização, etc.). Essas experiências são tomadas como referência para o contato das pessoas com a "luta" do movimento. Assim, muitas vezes a "luta", termo que remete a um conflito, ganha o sentido das razões que levam o movimento a existir, a "causa" que dá origem à sua mobilização e, ao mesmo tempo, que acaba cumprindo o papel de aglutinar suas ideias e interesses.

Não é novidade para muitas pesquisadoras e pesquisadores o fato de que a forma como abordamos as questões e as identidades que nos são conferidas por nossas/os interlocutoras/es em campo influenciam diretamente as narrativas com as quais temos contato. A eleição de marcos espaço-temporais que as pessoas escolhem para conferir sentido às suas trajetórias é um exemplo direto disso. No caso de pesquisadores/as interessados/as em movimentos sociais, o recorte temático nos leva frequentemente a sugerir alguns desses marcos, seja de maneira mais ou menos intencional. Se, por um lado, tais sugestões podem aparentemente aumentar a visibilidade do papel que determinadas ações ou acontecimentos ligados a essas ações coletivas tiveram na vida das pessoas com quem conversamos, por outro lado é crucial ter ciência de que essa escolha prévia enviesa de maneira específica os materiais sobre os quais as reflexões da pesquisa serão elaboradas. Não se trata de apontar a parcialidade como um problema, numa ressalva que teria temperos positivistas. Pelo contrário, é justamente por sua inevitabilidade que se faz necessário apontar o posicionamento geográfico, histórico e político expresso nas escolhas metodológicas feitas durante a pesquisa.

Levando isso em conta, buscar pensar sobre os processos de contato com a "luta" e com sua variante específica ligada ao problema habitacional —a "luta por moradia"— coloca alguns desafios iniciais inescapáveis. Quais seriam os diferentes entendimentos da "luta" por parte de moradores e moradoras das ocupações com as quais tive contato? Considerando esses diferentes entendimentos do que seria a "luta", quais seriam os marcos espaço-temporais que constituem os pontos de referência para as suas narrativas sobre o contato com essa "luta"? Tais marcos seriam anteriores ao contato com as ocupações, contariam com esse contato como o principal deles, ou seriam posteriores? Levando em conta ainda as diferentes situações pessoais, quais eventos marcariam seu primeiro contato com a "luta *por moradia*" especificamente? Seria no momento do contato com a ocupação propriamente dita (seja em seu processo de organização ou estando ela já consolidada), ou se daria no momento de reconhecimento da moradia como um problema para sua vida?

Neste capítulo o objetivo é refletir sobre como o contato com o movimento dos sem-teto influencia as formas como suas/seus participantes conferem sentidos aos seus cotidianos. Tais sentidos se vinculam a maneiras específicas de relacionar o espaço-tempo do dia a dia a outros momentos e espaços que transpassam esse recorte histórico-geográfico. Essas formas de relacionar e enquadrar o cotidiano em contextos explicativos que o extrapolam atuam como matriz explicativa que serve de referência para as formas como as pessoas percebem, codificam, significam e agem sobre o mundo. Escolhi a categoria "luta" como instrumento para abordar alguns aspectos dessa influência por se tratar de uma categoria recorrente nas explicações dadas por moradoras e moradores de ocupações sobre algumas de suas atitudes rotineiras e de suas relações com as práticas das ocupações. A "luta" me pareceu, então, uma categoria "boa para se pensar".[233]

Para completar a trajetória desse capítulo darei alguns passos. No primeiro deles abordarei a situação de presença temporalmente contínua e espacialmente dispersa de desafios que são enfrentados cotidianamente pelas classes populares que compõem a base social do movimento dos sem-teto. Esses desafios são significados como "batalha", "luta" ou o "leão a ser morto" diariamente. Mas nesse emaranhado de "lutas" rotineiras algumas podem se tornar

[233] Parafraseio aqui Claude Lévi-Strauss. Comentando reflexões de Radcliff-Brown e discorrendo sobre o papel que animais distintos têm em diferentes tribos totêmicas, Lévi-Strauss diz que "[o]s animais do totemismo deixam de ser, somente ou sobretudo, criaturas temidas, admiradas ou cobiçadas: sua realidade sensível deixa transparecer noções e relações concebidas pelo pensamento especulativo a partir dos dados da observação. Compreendemos enfim que as espécies naturais não são escolhidas por serem 'boas para comer' mas por serem 'boas para pensar.'" (LÉVI-STRAUSS, 1975:94) Vi pela primeira vez a referência à categoria "luta" enquanto "boa para se pensar" em uma passagem de ANDRADE (2010).

mais urgentes ou destacadas. É o caso da necessidade de habitação para certas pessoas, cujo enfrentamento coletivo é eventualmente cogitado como opção de solução. Um marco espaço-temporal disso frequentemente surge nas narrativas pessoais: o contato com a "luta por moradia" e seu dia a dia. Aí começa o segundo passo deste capítulo, pensando sobre como os territórios estabelecidos pelo movimento dos sem-teto para o enfrentamento coletivo do problema da moradia passam a servir como referência também para outros desafios rotineiros. Ainda que se mantenham temporalmente contínuos no dia a dia, esses outros desafios passam a ter nos territórios do movimento um espaço de convergência. As/os militantes ou as organizações, sujeitos coletivos do movimento social, se valem desses territórios para influenciar os enquadramentos utilizados pelas pessoas para significar suas experiências vividas, disputando os sentidos conferidos por elas ao seu cotidiano. Outros desafios enfrentados no dia a dia são em alguma medida reenquadrados pelo compartilhamento diário dos espaços do movimento, fazendo a "luta por moradia" extrapolar seus "espaços de dependência".[234] No terceiro passo do capítulo, portanto, comentarei sobre os sentidos que essa "luta além da moradia" adquire, fazendo com que o processo político do movimento dos sem-teto transcenda as ocupações e difunda-se (inclusive espacialmente) —apesar de continuar mantendo seus territórios como principal referência espacial. Nesses três primeiros passos irei recorrer basicamente às narrativas de pessoas ligadas diretamente ao movimento dos sem-teto e aos seus territórios. Elas servirão de referência principal para as reflexões que farei nos passos seguintes. No quarto deles, por exemplo, condensarei algumas das reflexões possíveis sobre esse processo de dispersão inicial das "lutas" rotineiras, sua convergência momentânea para os espaços de referência da "luta por moradia" e sua posterior difusão para "além da moradia". Em seguida, sustentarei duas afirmações: primeiro direi que a "luta" pode ser compreendida enquanto uma categoria com forte caráter escalar; depois apresentarei a dimensão transcendente que os sujeitos do movimento me parecem buscar conferir a essa categoria. Por fim, nas considerações finais preliminares do capítulo resgatarei algumas das principais ideias e cogitarei uma relação que me soa plausível de ser estabelecida entre a dimensão escalar da espacialidade e o sentido de transcendência das ações humanas.

[234] Ver COX (1998). Abordarei isso mais atentamente no sexto capítulo.

5.1. A "LUTA" ROTINEIRA COMO BASE DISPERSA DA "LUTA POR MORADIA"

Em uma das conversas que Inácio de Carvalho Dias de ANDRADE (2010) teve durante o campo de sua etnografia sobre a Ocupação Pinheiro em São José dos Campos (São Paulo), Cláudia, uma das centenas de moradoras da ocupação, lhe contava sobre algumas das dificuldades enfrentadas no seu dia a dia.

> "(...) A gente já nasce lutando e para chegar nos objetivos que a gente quer, precisa a gente lutar bastante, porque se for para conseguir alguma coisa hoje, se não for lutando a gente não consegue. Porque aqui até meu menino de dezesseis anos já trabalha. Eu pinto pano de prato, meu marido trabalha e mesmo assim não dá para pagar aluguel. Porque não vem só aluguel, vem o gás, vem a água, vem a luz, vem remédio que nem todos os remédios tem no postinho. Estou com um processo para conseguir pegar um remédio, porque o remédio é caro e eu não estou com condições de comprar. Aí quer dizer, tudo tem que ser na luta, né?" (ANDRADE, 2010:101)

Como Andrade coloca, Cláudia expressa um uso da categoria "luta" que tem um caráter rotineiro. "A 'luta' não é, a todo momento, tão ampla, e parte desse vocabulário fornecido pelos movimentos sociais adquire sentidos restritos e imediatos para falar das intempéries da vida ou classificar o mundo, as pessoas e as coisas." (ANDRADE, 2010:101) Ele argumenta que essa é uma das maneiras como moradoras e moradores se apropriam do vocabulário das lideranças da organização do movimento dos sem-teto que coordenava a ocupação[235] e se utilizam da categoria "luta" conferindo a ela um sentido cotidiano e imediato, transformando-o em um termo central na maneira como reconstroem as narrativas de suas vidas. Em sua opinião, seria o movimento o principal responsável por inserir essa categoria no arcabouço semântico das pessoas da ocupação.

Para entender o uso da categoria "luta" por moradores e moradoras das ocupações, no entanto, me parece interessante resgatar alguns dos termos que são tidos como seus correlatos nas falas das pessoas. Isso pode ajudar a perceber os sentidos que essa categoria adquire através dos significados compartilhados com outros termos.

Cláudia mostra em sua fala que a "luta" é um processo pelo qual se conquista "alguma coisa hoje". Que processo é esse? Ela traz os primeiros exemplos: "até meu menino de dezesseis anos já trabalha. Eu pinto pano de prato, meu marido trabalha". Aqui, o que comprova a "luta" é o fato de as pessoas da família trabalharem, ainda que isso nem sempre garanta que os desafios serão vencidos ("mesmo assim não dá para pagar o aluguel. Porque não vem só aluguel, vem o gás, vem a água, vem a luz, vem remédio que nem todos os

[235] A Ocupação Pinheirinho era coordenada pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST).

remédios tem no postinho.”). Mas é o desafio de se conseguir um remédio caro que recebe maior atenção dela nesse momento, pois ela enfatiza que está inclusive “com um processo” para conseguir ter acesso a ele. Tal processo não é do mesmo tipo daqueles referidos antes. Agora, o desafio a ser enfrentado está no fato de o remédio ser mais custoso do que seus recursos alcançam. Disso ela conclui: “quer dizer, tudo tem que ser na luta, né?”

A ideia de “luta” se mostra como parte do vocabulário popular que trata do enfrentamento das dificuldades encontradas diariamente enquanto conflitos cotidianos. É o que também existe em expressões correntes que remetem à “batalha” diária, ou a “matar um leão por dia”. Ainda que o contato com o movimento social possa modificar o sentido desse termo por conta da centralidade que a “luta” tem no discurso dos grupos identificados com o que se costuma chamar de “esquerda” do espectro político, seu uso não se liga necessariamente a esses processos de mobilização. De fato, “estar na luta” se torna sinônimo desses enfrentamentos cotidianos que, em termos espaciais, encontram-se difusos pelos espaços do dia a dia: se “luta” ao enfrentar o sistema de transporte precário, se “luta” ao cumprir a carga horária de trabalho, se “luta” ao buscar atendimento público de saúde, se “luta” contra a violência cotidiana das periferias urbanas, se “luta” ao tentar educar filhos e filhas, etc.

As diferentes dimensões da “luta” rotineira alimentam o caldo de desafios diários das classes populares. Em termos espaciais, essas dimensões encontram-se difusas pelos vários espaços nos quais se desenrola o cotidiano. São os diferentes conjuntos de desafios prático-concretos e suas inter-relações que, por sua vez, levam as pessoas a conceber a possibilidade de participar de uma ocupação do movimento dos sem-teto. Afinal, para a maioria das pessoas que encontram no movimento uma alternativa ao problema de moradia, envolver-se com as ocupações não é função direta de um “desejo de engajamento político”, mas sim fruto de necessidades concretas que surgem em diferentes momentos das suas vidas.

Foi tomando um café na sua sala, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, que Nádia me contava:

> “(...) [E]u nunca tive um desejo, uma vontade de lutar por moradia. Antes de eu vir pra cá eu achava que bastava eu trabalhar que eu ia sempre ter dinheiro pra pagar o meu aluguel. Então eu não precisava lutar por uma moradia, né. E até quinze anos atrás eu tinha o conceito de que logo logo eu ia comprar o meu apartamento, a minha casa, porque eu tinha um bom trabalho.” (informação verbal)[236]

[236] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Nádia veio do Maranhão para o Rio de Janeiro ainda adolescente trabalhar como empregada doméstica. Hoje tem pouco mais de quarenta anos e é mãe de três filhos, um de 27 anos nascido no Maranhão, um de 16 anos adotado (filho biológico de sua irmã) nascido no Rio de Janeiro e outro de 14 anos nascido no Rio Grande do Sul. Depois de passar por outros empregos, ela alcançou uma posição estável como vendedora.

> "Eu era gerente de uma loja lá na Tijuca, uma loja de vitaminas importadas. Ganhava, naquela época, três mil reais por mês. Porque eu trabalhava de 9 horas da manhã, a hora que a loja abria, até as 10 horas da noite, quando ela fechava. Exatamente pra ter esse salário que eu tinha. Eu trabalhava de segunda a sexta e tinha um senhor salário. Então sexta à noite eu saía pra balada, sábado à noite eu ia pro salão. Eu fazia o cabelo e as unhas todo o final de semana. E à noite eu ia pra balada. No domingo eu acordava de manhã, pegava ele [seu filho mais velho, o único à época] e ia pra praia. De tarde, quando eu chegava com ele, eu ia pro cinema e depois eu ia levar ele pro *fast-food*. Ou eu levava ele pra uma pracinha. Na segunda-feira eu retornava a minha vida de trabalho de novo. Então, pra mim, aquilo ali era suficiente." (informação verbal)[237]

Mas a situação se modificou pouco tempo depois por conta de uma "escolha errada", nas palavras de Nádia.

> "(...) [T]inha uma condição financeira boa e, por causa de uma escolha errada que eu fiz lá atrás, que me trouxe pra cá. Porque eu conheci uma pessoa. (…) E quando eu me apaixonei por esse homem, eu 'pronto': todo o resto sumiu da minha vida. O meu emprego, eu já não consegui estar nele. Eu não conseguia mais pensar que eu ia comprar o apartamento. Eu não conseguia pensar mais em nada. Ele disse que ia embora pro Rio Grande do Sul e disse que se eu não fosse com ele ele ia de qualquer maneira. E eu resolvi abandonar tudo e fui embora com ele. Peguei minhas coisas e dei tudo que eu tinha dentro da minha casa: geladeira, fogão, guarda-roupa, tudo. Cama dele, lençol, tudo dele. Tudo o que eu levei foram duas televisões, um aparelho de som e um vídeo-cassete. E roupas e louça." (informação verbal)[238]

A vida no sul do país foi "maravilhosa" até que o dinheiro acabou, segundo ela. A dificuldade se agravou por não poder contar mais com a ajuda do então companheiro, que diante da situação a deixou sozinha na cidade onde moravam para ir à capital do estado. Nessas condições e com três crianças —já tinha adotado o filho biológico de sua irmã e tido seu filho mais novo—, Nádia diz que viveu seu "inferno astral".

> "Aí cinco anos depois eu me vi abandonada por ele e tinha que dar um jeito na minha vida. Com cinco meses de aluguel pra pagar, sem luz porque a companhia (a CEG) cortou a luz, sem água porque a outra companhia cortou a água. E eu com essas crianças, três crianças pequenas já sem nada, peguei meus filhos e vim embora novamente." (informação verbal)[239]

---

[237] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[238] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[239] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

A história contada por Nádia exemplifica como a expectativa de aquisição da casa própria se ancora no cotidiano de muitas pessoas das ocupações e de fora delas. Alcançar a moradia é com frequência visto como o resultado do esforço empreendido no trabalho mensurado pela capacidade de adquirir a casa como propriedade, descaracterizando a habitação como direito social e transformando-a em uma questão a ser resolvida individualmente através do acesso ao mercado imobiliário. A princípio tudo poderia "dar certo" se não fossem "escolhas erradas" —que, como no caso de Nádia, não podem ser vistas também exclusivamente como fruto de escolhas pessoais, mas sim como eleições feitas no contexto de diferentes pressões vindas inclusive de uma sociedade profundamente machista. Ao invés de ser entendida como um problema social, a moradia torna-se uma questão individual.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Nádia passou a bancar o aluguel com a ajuda da mãe. Agora com dinheiro curto, porém, a situação não era mais como no momento que havia deixado a capital fluminense, meia década antes.

> "Quando eu cheguei aqui, fui morar na comunidade Santo Amaro. Minha mãe pagava o aluguel e eu morava com eles. Arrumei um trabalho pra ganhar, na época, 300 reais por mês. Isso dava só pra comprar a comida. Minha mãe era quem pagava o aluguel. Lá em cima a gente não pagava luz nem pagava água. Mas aí fui trabalhando, trabalhando, trabalhando. E minha mãe trabalhando por outro lado. Um belo dia entrou uma bala dentro de casa, num tiroteio. Não sei se era entre traficantes, se era fogo amigo entre eles. A bala entrou dentro de casa. Aí minha mãe já tava participando das reuniões aqui pra construção da Quilombo. Duas outras vezes, pra construção da Chiquinha, eu fui convidada e não tive coragem. Depois na construção da Zumbi dos Palmares eu fui convidada novamente. Porque a maioria das pessoas da Zumbi eram de lá, do Morro Santo Amaro. E aí quando eu me vi desempregada de novo, com essas três crianças, em cima do morro, pagando aluguel, aí eu resolvi que tava na hora de eu lutar por moradia. Porque aí já tavam acontecendo as reuniões da Quilombo. E aí eu me vi obrigada a participar da construção da Quilombo." (informação verbal)[240]

A moradia se transforma, então, em um problema a ser resolvido na vida de Nádia tanto por conta dos seus custos econômicos quanto por razão da falta de segurança enfrentada por ela e sua família. Na época, o fato de sua mãe já estar participando de reuniões preparatórias para a realização de uma nova ocupação cumpriu papel importante, pois assim havia uma ponte com o movimento dos sem-teto facilitada por esse contato prévio. Mas para dar o passo em direção a tomar parte desse processo era preciso ter "coragem", que foi impulsionada por suas condições imediatas de moradia. Resolveu, então, que "tava na hora de lutar por moradia".

[240] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Muita coisa mudou na vida de Nádia, mas vou resgatar os principais desdobramentos desse marco espaço-temporal do contato com a "luta por moradia" através da ida para a ocupação em sua vida ao refletir mais adiante sobre como esse processo "vai além da moradia". É importante ressaltar, porém, como a violência de seu antigo local de moradia serviu como um dos fatores que a levou a "lutar por moradia". Essa referência é muito frequente nas narrativas de vida de moradoras e moradores das ocupações da área central do Rio de Janeiro, como o relato de Renato, morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras com 48 anos, também deixa claro.

> "Então, na realidade – eu sempre gosto de falar assim – na realidade eu sou oriundo do Complexo do Alemão, mais especificamente ali da área da Penha. Penha, Olaria, fica ali um próximo ao outro. E devido também à questão do próprio tráfico. A questão do tráfico era muito presente na época que eu vivia na localidade. E a algumas situações também, de entrar dentro da casa das pessoas. Tanto polícia quanto alguns traficantes. E conhecendo uma pessoa que me falava muito da questão do movimento dos sem-teto. Eu sempre achava isso fora de cogitação, porque eu achava que se você fosse ocupar —eu hoje entendo ocupar, mas eu usava o termo 'invadir'— se você invadisse uma propriedade que não era sua, pra mim era o fim da picada porque você tá pegando uma coisa que não é sua. Então não é sua e ponto final. Mesmo que tivesse lá abandonado. Mas supostamente teria um dono aquilo. Então eu era completamente contra." (informação verbal)[241]

Uma das principais justificativas que levou Renato a querer sair da antiga casa onde morava com sua mãe foi a situação da comunidade. Foi, portanto, em grande medida o entorno imediato e as condições de vida em um espaço que vai pra além da sua própria moradia que lhe motivaram a buscar uma alternativa. É sua localização em relação a um espaço próximo e entendido de maneira contínua no qual sua casa está localizada —a comunidade— que o impeliu à busca por outra moradia. Isso evidencia a ligação entre a casa e a vizinhança direta na constituição de sua experiência cotidiana.

A propriedade privada (de imóveis, no caso) também surge na sua narrativa como um valor central ligado a um período anterior ao contato com o movimento dos sem-teto. Carlos Roberto Filadelfo de AQUINO (2008) em sua etnografia sobre o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC, atuante em São Paulo) comenta sobre uma posição semelhante de Neusa, uma de suas interlocutoras e das principais lideranças da organização. "No início, ela não concordava 'com esse negócio de ocupação': 'Imagina! Pra mim, fazer uma ocupação? Quê isso! Eu tava tomando algo de alguém. Não podia ocupar. Porque se tinha um prédio, existia um dono'." (AQUINO, 2008:80) Como para outras pessoas das ocupações, o questionamento

[241] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

do status intocável da propriedade privada é parte do processo pelo qual Renato e Neusa acabaram passando.

Relativizar o valor moral da propriedade, porém, não significa a desconstrução da ideia de propriedade privada como um todo. De fato, a motivação básica de toda/o ocupante é, a princípio, a conquista da casa própria. Mas a ideia de que o fato de alguém se propor a "pegar uma coisa que não é sua" é, no final das contas, "o fim da picada" está ancorada nas subjetividades modernas ocidentais e no imaginário social capitalista com tanta profundidade que conceber a ocupação como uma alternativa para seu problema habitacional exige das pessoas que esse princípio seja ao menos estranhado. Esse estranhamento passa pela construção da legitimidade da ação, um processo que ressignifica a prática da entrada nos imóveis a partir da perspectiva do movimento social —"hoje entendo ocupar, mas eu usava o termo 'invadir'", como diz Renato.

Apesar de a tomada de imóveis por setores populares visando seu uso como moradia ser uma prática com raízes antigas e significados múltiplos, a importância do esforço empreendido pelos movimentos sociais de luta por moradia no sentido de legitimar essa ação não pode ser desconsiderada. Raúl ZIBECHI (2008) lembra que a criação de um discurso legitimador faz parte da estratégia de ação de movimentos de luta por moradia por todo o continente latinoamericano há pelo menos mais de meio século. Para exemplificar isso, ele recorda da ocupação de terras que aconteceu em 29 de outubro de 1957 em Santiago do Chile, chamada depois de La Victoria, que segundo ele talvez tenha sido a primeira ocupação do tipo organizada por movimentos sociais na América Latina. Com cerca de 1200 famílias já na primeira noite, Raúl Zibechi sustenta que seu processo logo tornou-se um padrão de ação social que fez com que a ocupação de La Victoria passasse a ser uma referência para as mobilizações populares do tipo no Chile e no continente como um todo. Ações similares passaram a ser praticadas em Buenos Aires e Montevidéu no início da década de 1980, além das ocupações realizadas pelo movimento dos sem-teto brasileiro a partir do final da mesma década também serem muito semelhantes. Esse padrão

> "[c]onsiste na organização coletiva prévia à ocupação, a escolha cuidadosa de um espaço adequado, a ação surpresa preferencialmente durante a noite, a busca de um guarda-chuva legal baseado nas relações com as igrejas e os partidos políticos e a *elaboração de um discurso legitimador da ação ilegal*." [grifos meus] [tradução livre][242] (ZIBECHI, 2008:56)

[242] "Consiste en la organización colectiva previa a la toma, la elección cuidadosa de un espacio adecuado, la acción sorpresiva preferentemente durante la noche, la búsqueda de un paraguas legal em base a relaciones com las iglesias y los partidos políticos y la elaboración de un discurso legitimador de la acción ilegal."

Os discursos que visam legitimar as ações, no entanto, nem sempre dão conta de convencer as pessoas a considerar a ocupação de imóveis ociosos como uma alternativa aos seus problemas de moradia. Esse processo em geral demanda mais do que a elaboração de um discurso que dialogue com os motivos racionais que justificam tais ações. A sensibilização pessoal ancorada nas experiências vividas cumpre também um papel crucial. Muitas narrativas ressaltam, por exemplo, a importância que algumas pessoas tiveram em diferentes trajetórias de moradoras e moradores de ocupações por terem apresentado a elas essa ação coletiva organizada como uma alternativa ao seu problema de moradia. Na história de Nádia, tanto sua mãe quanto outras pessoas que a convidaram para participar dos processos de organização das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares desempenharam esse papel. Renato, por sua vez, também lembra de uma situação correlata.

> "E essa pessoa que já participava da questão do movimento... não participava ativamente, mas conhecia algumas coisas. A gente conversava a respeito. [Entrevistador: Era de ocupação?] Não, não era de ocupação. A pessoa só era envolvida com essas questões, mas periodicamente. Às vezes saía mas voltava de novo. Mas falou da existência do movimento dos sem-teto. Aí essa mesma pessoa, na época, me convidou pra participar de uma reunião que começou lá na Zumbi – Zumbi dos Palmares, que era uma ocupação que hoje não existe mais.[243] Mas me chamou. E eu fui pela primeira vez nessa ocupação. Aí ao chegar, aí mesmo que eu fiquei mais perplexo de ter observado aquelas centenas de pessoas num espaço muito pequeno. Tava muito calor na época. E uma pessoa falando 'que não sei o que, que não sei o que... nós temos que buscar condições ideais de moradia', falando da questão da moradia em si. Mas aquilo me deixou de um jeito tão incomodado com a situação. Eu tava incomodado com o espaço, com o calor, muita gente falando ao mesmo tempo. Aí eu me retirei e voltei pra casa. Mas eu não sei, eu acho que começou tudo mais ou menos por essa questão." (informação verbal)[244]

Renato colocou a ocupação no seu horizonte de possibilidades em grande medida por conta do comportamento dessa pessoa que o pôs em contato com o movimento dos sem-teto. Tal comportamento auxiliou e estimulou uma mediação entre diferentes "realidades", exatamente porque esse sujeito possuía facilidade em transitar por diferentes espaços valendo-se das distintas redes sócio-espaciais tecidas por essa pessoa no decorrer de sua trajetória. Por conta das possibilidades de circulação desse sujeito e das práticas e relações sócio-espaciais desenvolvidas nesses diferentes espaços, as maneiras específicas de compreensão do mundo e dotação de significado à realidade que distintos grupos sociais constroem e operam puderam entrar em contato e começar a ser traduzidas em múltiplas vias —do movimento dos sem-teto

[243] A Ocupação Zumbi dos Palmares existiu entre os anos de 2005 e 2011 na Avenida Venezuela, 53, na área central do Rio de Janeiro. Para outras informações, ver GRANDI (2010), OLIVEIRA (2011) e, especialmente, FREIRE (2011).

[244] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

à realidade de Renato e vice-versa, por exemplo. Essa mediação, porém, aparentemente não foi estabelecida entre verdades que se hierarquizavam. O importante parece ter sido, ao menos nesse caso, a habilidade de tecer a construção de processos de identificação de objetivos comuns entre os diferentes interesses envolvidos —o de Renato de resolver seu problema de moradia e o do movimento de atrair mais pessoas. Assim, tal qual as pessoas que convidaram Nádia, esse comportamento mediador pôs em contato diferentes sujeitos e grupos, valendo-se de espaços com características materiais, políticas e afetivas específicas capazes de auxiliar no surgimento e/ou fortalecimento de redes de sociabilidades fundamentais à ação coletiva. Enfim: a espacialidade mediadora dessas pessoas cumpriu papel importante por colocar em contato diferentes formas de compreensão e dotação de sentido à realidade.[245]

No caso de Renato, os discursos legitimadores e a existência de indivíduos com comportamentos mediadores se misturaram também com um outro evento lembrado por ele como crucial para sua sensibilização e convencimento de que seu problema de moradia poderia ser enfrentado através do seu envolvimento em uma ocupação. Continuando a narrativa sobre sua trajetória de aproximação com o movimento, Renato conta o que ocorreu quanto voltou para casa depois de seu primeiro contato com a reunião de uma ocupação.

> "(...) [Q]uando eu cheguei em casa, na mesma noite, quando eu liguei a televisão mais tarde, eu vi uma entrevista falando do movimento de um prédio no centro de São Paulo que tinha sido desocupado, que famílias tavam sendo despejadas naquele momento. E passou ao vivo a questão do despejo. Eu fiquei observando aquilo e eu fiquei meio mexido. De repente não 'mexido' na questão de ser sem-teto, mas as pessoas saindo, dizendo que não tinham onde morar e essas coisas todas que, lógico, tá envolvido na questão do sem-teto também. Aquilo me mexeu muito, essa questão desse despejo que houve em São Paulo, no centro de São Paulo." (informação verbal)[246]

A dupla experiência de Renato com a precariedade de sua moradia e com sua visita à Ocupação Zumbi dos Palmares foi então catalisada também pela notícia transmitida pela televisão, deixando explícito como a motivação para o envolvimento com um movimento social emerge de situações complexas e dificilmente previsíveis. Apesar do monopólio dos veículos de comunicação de massa no país, a mídia não deixa de interligar e mediar realidades frequentemente distantes. Dessa forma, a narrativa de Renato ressalta a importância que teve para sua vida de engajamento no movimento dos sem-teto a conjugação da experiência vivida —de forma cotidiana, como a violência, ou de maneira esporádica, como a reunião da ocupação da qual participou— com o contato mediado com uma situação distante

[245] Ver GRANDI (2010).
[246] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

espacialmente mas considerada marcante emocionalmente. Nesse sentido, ainda que tal papel tenha sido desempenhado por um veículo de comunicação privado e provavelmente avesso a muitas ideias e valores defendidos por organizações de movimentos sociais como o movimento dos sem-teto, o papel da mídia fica destacado.

> "Mas aí tá, aí passou. Passou dez dias, uma semana, duas semanas, e novamente ele voltou a me chamar. Ele me ligou 'Pô, vem aqui, vai ter outra reunião e tal. Você tá insatisfeito aí no local onde você mora e tal, vamos continuar.' E falei 'Tá, tudo bem' e fui de novo. No primeiro momento ele não estava na reunião, ele me chamou só e eu fui. Ele não estava. No segundo ele já estava. Então a coisa meio que mudou de conotação porque ele estava lá presente, a gente conversou um pouquinho antes, aquela coisa toda, e eu comecei a participar. Comecei a participar em algumas reuniões da Zumbi dos Palmares. Aí na época, nesse mesmo intervalo, ele mesmo me falou da questão da Quilombo das Guerreiras. 'Ó, tá tendo também um outro processo com relação à Quilombo das Guerreiras.' (…) Então ele me convenceu e eu continuei indo na reunião. Aí tinha essas várias reuniões, né. Um dia no Campo de Santana, um dia no Aterro do Flamengo, outro dia em outros locais que eram escolhidos pelas pessoas que estavam mais a frente da questão. E a partir daí eu comecei a me interessar sobre a questão do movimento. A entender mais um pouco a questão e qual seria realmente de fato o objetivo. Entender que não era uma invasão e sim a questão da ocupação, porque é um prédio ocioso sem função social nenhuma que poderia muito bem estar servindo para abrigar pessoas que não tinham um teto pra morar. (…) Eu até podia dizer que tinha né. Tinha entre aspas, porque a casa era dos meus pais. Mas era uma questão de uma comunidade que tava muito perigosa e eu não tava mais realmente suportando essa questão de estar vivendo ali naquela situação. E foi a partir disso que eu comecei a estar me integrando nas questões do movimento dos sem-teto." (informação verbal)[247]

As dificuldades financeiras, a necessidade material, a violência urbana, a precariedade do sistema de transportes que dificulta a vida de quem mora distante dos locais de trabalho, a relação com pessoas que mediam os primeiros contatos com o movimento. Nádia e Renato são apenas dois exemplos de situações nas quais esses elementos se conjugaram para colocá-los em contato com a ocupação, "começar a se interessar pela questão do movimento", "entender mais um pouco qual seria realmente o objetivo", decidir que "estava na hora de lutar por moradia" e então "estar se integrando nas questões do movimento dos sem-teto". Juntos, descobriram pontos de contato entre os desafios que enfrentam cotidianamente.

> "Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão. (…) [Tal característica] reaparece nos bairros através da vivência da pobreza. São sobretudo grupos de pessoas que se sentem excluídas dos benefícios, injustiçadas. (…) O que os une é um sentimento e não a exiguidade de recursos. A comunidade é percebida como uma experiência de igualdade." [grifos no original] (CARDOSO, 1984:232)

[247] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

A experiência de igualdade, nesse caso, emerge a partir do compartilhamento de ao menos dois aspectos: os diferentes sofrimentos relativos à situação de moradia e as esperanças de conquistas que solucionem ao menos esses sofrimentos através de ações coletivas. Afinal, as possibilidades de resolução dos problemas relacionados a habitação através da ação coletiva também alimenta o ímpeto de manter-se juntas e juntos. O prazer das conquistas, sejam elas das vitórias cotidianas ou aquelas de mais largo prazo, como a moradia em si, também inspira a experiência de igualdade. Compartilham, assim, tanto o sofrimento quanto a esperança, como ALMEIDA (2011) deixa entrever ao comentar sua trajetória junto às pessoas da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> "Quanto mais eu conhecia a história deles, mais me encantava a ocupação. Havia ex-presidiários, ex-viciados, evangélicos, católicos, umbandistas, cozinheiros, seguranças, camelôs, faxineiras etc., e, independentemente do passado, da situação financeira ou da religião de um ou outro morador, a ocupação era um lugar para recomeçar e, para aqueles que participaram de todo o processo, a ocupação era uma vitória, uma conquista, retribuição de todas as dificuldades." (ALMEIDA, 2011:11)

O cotidiano das classes populares é permeado por problemas originados em experiências de opressão enfrentadas diariamente, sejam elas de gênero, raça, classe, origem geográfica, faixa etária, etc.. Todas essas "lutas" se entrecruzam e se influenciam mutuamente, manifestando-se e sendo enfrentadas nos mais diferentes locais pelos quais as pessoas transitam em seu cotidiano: a moradia, o bairro, os veículos de transporte, os espaços de trabalho, os espaços de lazer, os locais de expressão da religiosidade, as escolas, etc. Elas se encontram dispersas pelos espaços de suas vidas diárias.

Essas "lutas" rotineiras alimentam trajetórias pessoais e familiares diferentes, podendo levar as pessoas a ter contato com distintos grupos ligados ao enfrentamento coletivo de alguns desses desafios específicos. Na história de algumas pessoas, porém, ocorrem situações que as levam a conferir prioridade à questão da habitação frente a outros problemas em determinados momentos, sendo que os motivos para isso são os mais variados. As histórias de Nádia e Renato são somente dois exemplos disso. Outras tantas experiências de opressão vividas diariamente por eles e por outras pessoas, porém, ficam momentaneamente ofuscadas pela necessidade de moradia, ainda que não deixem de ser sentidas e enfrentadas. Diante disso, o contato com o movimento dos sem-teto, muitas vezes tributário da atuação mediadora de sujeitos específicos nas distintas trajetórias pessoais, oferece espaços e momentos para os quais as histórias pessoais e seus desafios cotidianos convergem.

Os desafios, portanto, estão inicialmente dispersos espacialmente em ao menos dois sentidos. Primeiro, em relação à questão da habitação, as pessoas que depois se tornam a base social do movimento dos sem-teto antes encaram o problema da moradia em diferentes locais da cidade. Não há um contato sistemático prévio entre elas que seja motivado por esse tema. Mas o movimento passa a agregar espaço-temporalmente essas experiências em seus territórios. Num segundo sentido, também as demais "lutas" rotineiras ligadas à vivência das mais variadas opressões estavam dispersas espaço-temporalmente em seu cotidiano. Elas continuam assim depois do contato com o movimento, mas os territórios estabelecidos pelas organizações surgem como referências para a convergência de pessoas, de seus desafios diários e, consequentemente, das opressões que permeiam seu dia a dia.

5.2. O DIA A DIA DA "LUTA POR MORADIA" COMO REFERÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL PARA OUTRAS "LUTAS"

Percorrendo diferentes caminhos, as pessoas convergem para os espaços e momentos mantidos pelas organizações do movimento dos sem-teto, territórios onde a ação coletiva é apresentada como possível, desejável e eficaz na busca por solucionar os problemas de moradia compartilhados. Assim, se o sofrimento dos desafios enfrentados cotidianamente de forma espacialmente difusa faz as pessoas se moverem na ânsia de encontrar soluções para suas situações, as organizações do movimento dos sem-teto convertem-se em possíveis viabilizadoras do encontro dessas pessoas através da criação e manutenção de espaços-tempo específicos —seja em um processo preparatório para uma futura ocupação ou no próprio território conquistado pelo movimento.

Cada organização possui processos diferentes para procurar ou receber novas pessoas, procedimentos responsáveis por mediar as situações de dificuldades cotidianas e as ocupações como espaços de possíveis soluções para elas. Tais processos são parte das estratégias políticas de cada organização, sendo expressão também de concepções ideológicas próprias e do desejo de produzir sujeitos específicos através deles.

Sob a penumbra da noite do terreno recém-ocupado em Fortaleza no dia 5 de julho de 2014 e que receberia o nome de Ocupação Copa do Povo,[248] por exemplo, uma das

[248] Outra ocupação da mesma organização realizada na madrugada do dia 2 para o dia 3 de maio de 2014em São Paulo também havia recebido o nome de Copa do Povo como referência à copa do mundo de futebol,

coordenadoras nacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) explicava às moradoras e moradores:

> "Todo mundo aqui tem uma tarefa revolucionária. Qual que é a tarefa revolucionária? Pegar o telefone e ligar para quem precisa fazer luta por moradia. Então todo mundo que souber que tem um parente, um amigo, um vizinho que tá precisando é pra chamar pra gente acolher. Porque a gente sabe o tamanho do nosso inimigo e precisa ter povo aqui dentro. Precisa ter povo pra gente reforçar a nossa luta."[249]

O MTST, maior organização do movimento dos sem-teto atuante hoje no país, mantem as portas das ocupações abertas a novas moradoras e moradores logo após a realização da ação direta, momento de "massificação" do acampamento. Existe, porém, um processo de organização anterior à territorialização.[250] Ele passa, por um lado, pela escolha da área a ser ocupada. Tal seleção depende de três critérios essenciais: condições de permanência, capacidade de "massificação" e localização em relação a pontos estratégicos da cidade —como grandes vias de circulação. Mas os terrenos também precisam atender ao "mapa de necessidades", baseado no cruzamento de dados sobre a carência de moradias, a falta de acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana, e o índice de desemprego ou subemprego. Feita a escolha da área, é estabelecido o contato com lideranças locais e com a população dos bairros próximos para que a proposta da organização seja divulgada e os passos para a realização da ocupação sejam explicados. Desses contatos surgem as brigadas de ocupação, responsáveis por realizar a ação de territorialização e organizar o novo acampamento.[251]

A chegada a esses territórios marca o início de um processo de enfrentamento das necessidades cotidianas desse espaço, condicionado pelas perspectivas políticas das organizações que levam a frente essas ações. "As primeiras vinte e quatro horas são um período de grande instabilidade, pela iminência de despejo e também pela constituição de laços de solidariedade que se espraiam pelos barracos recém-construídos com madeiras e lona preta." (GOULART, 2011:76) As pessoas se incorporam à ocupação através de diferentes trajetórias. Quando Guilherme Boulos, também coordenador nacional do MTST, resgata a história de vida de quatro pessoas que vivem em ocupações da organização em São Paulo, ele comenta que uma delas —Norma, baiana de trinta anos, quatro filhos e que sofreu um golpe

megaevento esportivo realizado no país entre meados de junho e meados de julho do mesmo ano.

[249] Material disponível em <http://youtu.be/sHFWxP4kS1A>. Acesso em 04 de novembro de 2014.

[250] Ver GOULART (2011).

[251] Sobre processos específicos de ocupações realizadas pelo MTST, ver LIMA (2004), GOULART (2011) e COSTA (2013). Sobre os princípios da organização, ver MTST (2013).

de um grileiro na periferia da zona sul da cidade anos atrás— "(...) foi avisada [da ocupação] por uma das 11 famílias que também haviam sofrido o golpe sobre uma ocupação num grande terreno da região." (BOULOS, 2012:54) Outra das pessoas, seu Agripino, também "(...) teve que tomar uma decisão. Quando, em 2007, ocorreu uma grande ocupação perto de onde vivia, seus vizinhos vieram chamá-lo. Desta vez resolveu ir." (BOULOS, 2012:55) Apesar de não enfatizar o processo prévio de organização da ocupação como um dos momentos de aproximação de novas pessoas que entram em contato com o MTST, Boulos ressalta que as trajetórias dessas pessoas seriam marcadas por experiências de organização próprias vividas a partir da territorialização do terreno ocupado. "Desde a abertura das ruas, passando pela organização da coleta de lixo, até a forma de solução dos problemas cotidianos podem representar, numa ocupação, um aprendizado de decisão e trabalho coletivo." (BOULOS, 2012:64) A partir desse contato inicial, as/os ocupantes passam a poder ser inseridas/os na estrutura organizacional do MTST, como as comissões —de infraestrutura, disciplina, organicidade e abastecimento—[252] e/ou os grupos chamados de coletivos territoriais (coordenações de acampamento, coordenações de núcleos e coordenações regionais) que "tem a função de organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla." (MTST, 2013:8). Não é à toa que as ocupações são vistas como "(…) o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamentos, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST." (MTST, 2013:11)

Seja através da vinculação a organizações específicas previamente ou da participação direta nas ocupações, a incorporação de novas pessoas ao movimento dos sem-teto passa por processos de convencimento sobre a "luta por moradia". Esse também é o caso do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), organização atuante em diferentes regiões da cidade de São Paulo —apesar do foco na área central. Eles também têm seu processo próprio de aproximação e inserção de novas pessoas na organização. Os chamados grupos de base cumprem papel primordial nessa tarefa. Em sua etnografia sobre o MTST, Carlos Roberto Filadelfo de Aquino ressalta essa importância.

> "Os grupos de base também são fundamentais para pensar o processo de coletivização do MSTC, por serem responsáveis pela inserção e pelo que muitos coordenadores chamam de 'formação' de novos integrantes. Nas reuniões são passados os regulamentos, além de serem momentos onde há a conformação de

[252] Ver GOULART (2011).

> discursos das péssimas condições de habitação e dos direitos à habitação e que é só através de 'luta' que se consegue sua moradia digna. As ocupações também são defendidas como instrumento para obtenção da casa própria e os exemplos de atendimentos por programas habitacionais bem sucedidos costumam ser acionados para mostrar como a 'luta' é recompensadora." (AQUINO, 2008:77)

Mais uma vez a disputa política pela significação da experiência fica em destaque. O esforço por "conformar o discurso das péssimas condições de habitação" reforça a ideia de que o sofrimento das pessoas presentes é compartilhado, realidade em geral já percebida por elas por conta de sua vivência cotidiana. O movimento, porém, confere sentido coletivo a esse sofrimento através de uma matriz discursiva própria que traz consigo um entendimento específico sobre o funcionamento do mundo. Isso é parte integrante das táticas usadas pelas organizações de forma geral para legitimar a "luta" por "moradia digna" levada adiante por elas, bem como os métodos utilizados para isso.

Ao conversar comigo sobre sua aproximação do movimento no Rio de Janeiro, Pedro fez referência a uma dessas táticas.

> "Como eu trabalho como guardador de carro ali perto do Campo de Santana, e como eu tava com uns problemas familiares, através da Cissa, que é moradora aqui, eu conheci ela num ponto de carro, e já tinha levado ela para morar lá no Nova Aurora. Ela era camelô e eu guardava carro no mesmo trajeto. Aí ela me falou: 'Poxa, Pedro, ta havendo reuniões de ocupações.' Aí foi que eu perguntei: como é esse negócio? *Ela me disse que é entrada de prédio, mas que é tudo dentro da lei. Aí eu falei: bom, se é assim, eu vou entrar*. Aí foi que através dela, eu fui pra reunião." [grifos meus] (informação verbal)[253]

Argumentar pela legalidade das ações do movimento dos sem-teto cumpre um papel crucial no processo de convencimento das pessoas que têm o primeiro contato com as ocupações. As condições precárias de moradia das pessoas são contrastadas com o "direito" à habitação, enquadrando o sofrimento que emerge dos problemas de habitação enquanto resultado de uma situação ilegal. Os desafios habitacionais enfrentados são explicados como fruto do não-cumprimento de um direito que estaria, em tese, garantido constitucionalmente: a moradia. Outros termos que ganham importância nessa forma de entender a situação também remetem a expressões correntes na legislação brasileira sobre o tema da moradia, como a ideia de "moradia digna" ou de "função social".

Dessa forma, o movimento explica à sua maneira a experiência vivida pelas pessoas ali reunidas. A partir daí, porém, está posto outro dilema: O que fazer diante dessa situação? Cada forma de explicar o mundo elabora um contexto onde determinadas ações são possíveis,

[253] Entrevista realizada por Rafael Gonçalves de Almeida em 29 de janeiro de 2011 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

enquanto outras permanecem fora do horizonte de possibilidades. O movimento pode apontar para a "luta" como a única solução para se "conseguir sua moradia digna", como exposto por Aquino, porque sua explicação sobre o mundo permite que essa saída seja cogitada. Conferir sentido ao mundo dota a experiência de significado, define as relações que exercem influência sobre ela e estabelece as ações possíveis a partir do que é vivido. Por isso "as ocupações são defendidas como instrumento para obtenção da casa própria", valendo-se de exemplos considerados bem-sucedidos como comprovação dos resultados da "luta", diz Aquino.

Mas é Wagner, morador e coordenador de juventude da Ocupação Mauá (São Paulo), que, ao me falar das reuniões dos grupos de base do MSTC, deu pistas de que a "luta no movimento" envolvia tanto essa explicação geral (que, por exemplo, legitima sua principal prática espacial —a ocupação), quanto o enfrentamento de outros desafios.

> "Nessas reuniões de base já põe o pessoal já que já é de tempos de ocupação também, pessoal que já conhece a luta, já sabe explicar pra quem tá chegando o por quê da luta, a importância da luta. (…) E eu acho assim, que quando a pessoa já conhece a luta, a importância da luta no movimento, é até mais fácil pra poder explicar. E é isso que a coordenação faz: já põe gente que já conhece, que já tem tempos de luta aí pra conversar com esse pessoal que tá chegando agora. Porque tem gente que chega agora e pensa que é só chegar aqui, arrumar um espaço e tá bom. E não é isso. O cara tem que chegar, tem que tá ali qualquer hora que precisar, tem que tá junto. Independente de ser de manhã, de tarde, de madrugada, chuva, sol, que nem já aconteceu aqui. Com briga com GCM [Guarda Civil Municipal], pessoal desceu. Ameaça de despejo... O pessoal tá sempre junto aí, querendo saber, querendo representar no que precisar." (informação verbal)[254]

Por que é preciso explicar para alguém que "está chegando" as razões e a importância da "luta"? A fala de Wagner ancora essa necessidade em aspectos menos gerais do que o "direito à habitação" frequentemente visto nos discursos oficiais das lideranças das organizações do movimento dos sem-teto. Para ele, é preciso explicar que a "luta" não é "só chegar aqui, arrumar um espaço e tá bom." Ela compreende também "estar junto", "independente de ser de manhã, de tarde, de madrugada, chuva, sol". Assim, essa introdução sobre a "luta" é importante, segundo Wagner, pela necessidade de as pessoas estarem cientes e dispostas a compartilhar os desafios que são enfrentados no cotidiano dos imóveis ocupados.

No caso das ocupações da variante por coletivo organizadas no Rio de Janeiro sob influência da Frente de Luta Popular (FLP) entre 2004 e 2008 também é possível perceber esse duplo processo. Por um lado, o momento de contato inicial das pessoas com o movimento dos sem-teto adquire um papel formador, crucial para a constituição de sujeitos políticos (individuais e coletivos) específicos. Por outro, junto com esse contato, o cotidiano

[254] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

dos territórios ocupados também cumpre a função de introduzir aspectos ligados ao dia a dia da gestão da ocupação e do encaminhamento diário da "luta".

Os procedimentos para receber novas pessoas nessa fração do movimento dos sem-teto carioca variam de caso a caso, não sendo tão institucionalizados e padronizados como nas duas organizações comentadas anteriormente. Vale ressaltar, no entanto, que não quero aqui estabelecer comparações diretas entre essas organizações, especialmente por conta das grandes diferenças que há entre elas. O MTST e o MSTC, por exemplo, têm trajetórias mais antigas e efetivamente se consolidaram como organizações do movimento, enquanto a FLP — tanto por opções políticas quanto por elementos de sua dinâmica interna— não se estabeleceu enquanto tal, deixando de existir em 2008.[255]

Seja como for, uma das possibilidades de aproximação com essa fração carioca do movimento pode ser exemplificada com o relato de Lisa.

> "Eu era ambulante. Aí eu conheci a Lúcia na Lapa. Aí a Lúcia me contou que morava numa ocupação, se eu não queria conhecer. Teria que passar pela avaliação do Coletivo pra poder morar aqui, pra poder entrar aqui. Ela marcou o dia, a hora, e eu vim. Aí a gente passa por um período de observação de seis meses. Eu passei pelos seis meses e entrei como moradora. Se eu estou até hoje aqui eu devo muito à Lúcia, agradeço à Lúcia. Porque através da Lúcia que eu cheguei aqui. Ela me convidou pra vir pra cá." (informação verbal)[256]

Mais uma vez se destaca a importância de pessoas que atuam como elos mediadores de diferentes espaços. No entanto, cabe agora ressaltar que não há um padrão determinado previamente para essa aproximação nessa fração do movimento carioca, pois opta-se por enfatizar a importância de tais processos serem definidos a partir das dinâmicas internas de cada ocupação. Isso fica mais nítido no caso de territórios já estabelecidos com os quais candidatas/os a moradoras/es entram em contato. Porém, no caso de o contato ser feito durante a organização de uma nova ocupação, as/os futuras/os moradoras/es passam por um processo de reuniões preparatórias que pode durar meses.[257] Renato também lembrou desses encontros em uma de nossas conversas.

> "Aí tinha essas várias reuniões, né. Um dia no Campo de Santana, um dia no Aterro do Flamengo, outro dia em outros locais que eram escolhidos pelas pessoas que estavam mais a frente da questão. E a partir daí eu comecei a me interessar sobre a questão do movimento. A entender mais um pouco a questão e qual seria realmente de fato o objetivo. Entender que não era uma invasão e sim a questão da ocupação, porque é um prédio ocioso sem função social nenhuma que poderia muito bem estar

[255] Sobre a FLP, ver PENNA (2010).
[256] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[257] Sobre esses processos, ver passagens em GRANDI (2010), ALMEIDA (2011), FREIRE (2011), OLIVEIRA (2011), SANT'ANA (2013).

> servindo para abrigar pessoas que não tinham um teto pra morar." (informação verbal)[258]

A discordância inicial em relação às ocupações foi transformada a partir da experiência vivida por ele no decorrer do processo de organização da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Aquela mesma ação que antes "era o fim da picada porque você tá pegando uma coisa que não é sua", como ele havia dito anteriormente, passou a ser justificável por se tratar de "um prédio ocioso sem função social nenhuma que poderia muito bem estar servindo para abrigar pessoas que não tinham um teto pra morar." A ação de ocupar era a mesma, porém passou a ser significada de outra maneira, encaixada em um contexto explicativo que a justificava, inclusive apropriando-se de expressões legais para isso —como a ideia de "função social" que a propriedade deveria cumprir. Esse novo enquadramento consolidou a ocupação no horizonte de possibilidades de ação de Renato e de outras pessoas, já que as fez "entender mais um pouco a questão e qual seria realmente de fato o objetivo" do movimento. Isso deixa explícito o papel que o período de organização prévia cumpre na disputa por formas específicas de explicação do mundo que, por sua vez, tornam determinadas práticas espaciais possíveis e legítimas.

> "O processo de construção de uma ocupação desta variante tem como seu principal objetivo construir as bases para a formação de um Coletivo soberano e independente. As reuniões preparatórias se focam na transmissão de informações referentes às leis, procedimentos e organização do grupo. Além disso, as reuniões buscam constituir vínculos entre os futuros moradores e decidir, coletivamente, as regras que comporão o regimento interno da ocupação. Esse período de preparação é um período de formação política dos moradores. Lá, eles aprendem sobre o funcionamento das assembleias e sobre as formalidades a serem adotadas para o bom andamento das reuniões. A forma de interação que constitui a 'arena primária' é implementada pelo 'grupo de apoio' e, a partir daí, inicia-se a construção de um grupo que, com o aprofundamento das relações instituídas, formará um Coletivo." (ALMEIDA, 2011:145)

Esses procedimentos prévios à ação de territorialização do imóvel que se pretende transformar em moradia têm como objetivo a construção paulatina desse sujeito coletivo através de uma participação direta das futuras moradoras e moradores, ainda que esse processo se perpetue depois de ocupado o imóvel. Ele cumpre papel central no esforço de conferir um caráter formador específico ao momento de contato inicial das pessoas com o movimento. Trata-se de um período onde a territorialidade do Coletivo é ensaiada momentaneamente e de forma itinerante, valendo-se de diversos espaços para isso: pegam emprestado outros territórios do movimento, como ocupações estabilizadas e centros sociais,

[258] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

ou utilizam-se de espaços públicos como algumas praças da cidade.[259] Acontece que a partir de um determinado momento, ainda anterior à realização da ação direta propriamente dita, a entrada de novas pessoas no Coletivo é cessada —ou, como é dito pelas pessoas dessa fração do movimento, "o cadastro é fechado". Isso acontece por conta de necessidades pragmáticas —como a escolha do imóvel de acordo com uma quantidade específica de famílias— e políticas —como a garantia de que participarão da ação e do início da ocupação pessoas que passaram minimamente por esse processo de formação prévio. Após isso, o novo Coletivo delimita seu próprio território através da entrada no prédio antes abandonado.

Inicialmente essa territorialização é altamente instável por conta dos riscos de despejo, situação que pode manter-se por tempo indefinido. Somente após esses riscos diminuírem o novo território pode ser considerado minimamente estável.[260] Mas até esse momento chegar, o compartilhamento do dia a dia da ocupação pelas/os ocupantes alcança altos graus de intensidade.

> "Este período de maior instabilidade é marcado por um movimento quase total de fechamento do território sobre si mesmo. Ele só não é absoluto porque os ocupantes precisam ser abastecidos de água e comida, e porque necessitam manter a comunicação com o exterior para dar prosseguimento às negociações. Mas o fechamento do território não se dá apenas por iniciativa interna, visto que o trabalho da polícia, neste período, se resume a intensificar tal movimento de fechamento, impedindo a entrada até dos mantimentos necessários à sobrevivência dos ocupantes. Na verdade, há um jogo complexo de abertura e fechamento do território que gira em torno do controle da fronteira." (ALMEIDA, 2011:168)[261]

Mas o enfrentamento dos desafios do dia a dia das ocupações, espaços para onde diferentes sujeitos passam a convergir e onde começam a conviver, cumpre papel importante também na conformação dos sentidos conferidos às "lutas" rotineiras e à sua dimensão mais destacada pelo movimento dos sem-teto —a "luta por moradia". A chamada "formação política", aspecto central na prática dos movimentos sociais como um todo, se alimenta diretamente dessas situações cotidianas. Ela pode ser levada adiante das mais diferentes maneiras e contando com as mais variadas atividades. Independentemente da forma como é desenvolvido esse processo, no entanto, o dia a dia do território ocupado tem grande

[259] Para uma análise do caso específico do processo de territorialização de uma ocupação dessa variante, inclusive com o mapeamento dos espaços utilizados no período de territorialização momentânea, conferir ALMEIDA (2011) sobre a Ocupação Quilombo das Guerreiras.

[260] ALMEIDA (2011) é quem sugere e desenvolve a ideia desses três momentos do processo de territorialização dessa fração do movimento dos sem-teto carioca: a territorialização momentânea, a territorialização instável e a territorialização estável.

[261] A dinâmica ao redor das fronteiras das ocupações é sempre específica a cada ação, envolvendo desde a manutenção das pessoas no interior do prédio até as negociações para que o Coletivo não seja desterritorializado pelo Estado. Sobre o processo da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ver GRANDI (2010). Já sobre o processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, ver ALMEIDA (2011).

centralidade. Ocorre, porém, que os atritos comuns à qualquer interação com o Outro ganham dimensões específicas nesses territórios.

> "(...) [N]a realidade, toda ocupação começa com uma dificuldade muito grande: você pega um punhado de gente que nunca se viu e fala 'agora vocês vão viver juntos e vão ser uma família só. Inclusive vocês têm um nome só.' O que é tudo uma mentira, né? Porque se a gente briga com pai, briga com mãe, briga com irmão, que a gente nasce naquela célula, você imagina começar a perceber os erros de pessoas que você não tem a mínima afinidade nem sentimento. Você briga com mãe, que tem sentimento, não vai brigar com uma pessoa que é estranha pra você?" (informação verbal)[262]

Ainda que esses desentendimentos sigam existindo mesmo depois da estabilização das ocupações, no período de territorialização instável essas situações se agravam pela tensão gerada com a possibilidade de despejo iminente e pelas restrições impostas pelo fechamento das fronteiras desses territórios por parte do Estado através da atuação policial —como a proibição de entrada de mantimentos, fornecimento de água e energia elétrica. Como comenta SANT'ANA (2013:31) sobre a experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras, a situação se torna difícil "(...) sem luz, sem água, vigiados por uma guarda que guardava agora o que não guardara antes. Vivendo o cárcere privado e ameaças feitas a alguns militantes por dois guardas da Companhia Docas, uma verdadeira batalha diária." O cárcere que impede as pessoas de sair do imóvel não tem prazo para cessar, o que envolve as relações internas em tensões ainda maiores.

> "As minhas primas falavam isso e eu brincava: 'é igual retiro, é pra todo mundo ficar junto, de comer, de participar o processo'. Tá ali limpando, essa nostalgia que o começo de ocupação tem, que a gente não troca por nada. Uma coisa que marca. (…) São momentos muito importantes, que você se apaixona mesmo. Momentos que você tá ali, que você se conhece, que você tá com aquela pessoa suja, sem batom, sem tomar banho há quatro dias, sobretudo porque a Quilombo [das Guerreiras] sofreu o processo mais difícil de todas as ocupações. Foi o processo mais filho da puta, sem água, sem luz. Com a guarda portuária na porta, impedindo de entrar comida, impedindo de entrar água, impedindo de entrar panela, impedindo de entrar gente, tudo, tudo. Foi um processo muito violento. E o prédio estava podre, muito destruído, muito destruído. E era bacana ver a gente limpar junto, 'onde a gente vai fazer a cozinha?', 'vamos tirar daqui e botar aonde?'. A gente tinha que pegar água lá na CEDAE ou lá na rodoviária e vir com os galões de água nas costas. Tomar banho com 2 garrafas de refrigerante de 2 litros. E eu rezava pra chover para tomar banho de calha. Subia no telhado e quando chovia, tomava banho de água de chuva. (…) Um processo muito louco, mas de muita união. Muito bacana. O começo de uma ocupação é muito bacana." (informação verbal)[263]

[262] Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2008 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[263] Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira em 24 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreias.

Esse momento de alta instabilidade também é caracterizado por um um processo de coletivização radical do cotidiano.[264] Os desafios trazidos por essa condição são específicos e concretos, como contou Ana, moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ao dizer que no início da ocupação

> "(...) incomodou essa história do banheiro, de usar o mesmo banheiro de todo mundo. Porque eu nunca morei assim. Por mais humilde que fosse nossa casa, a gente tinha nosso banheiro, nossa privacidade. E eu pensava logo nos meus filhos: 'pô, meus filhos não estão acostumados com isso', você ter que ir num banheiro e ficar esperando alguém sair do banheiro e geralmente quando várias pessoas usam o mesmo banheiro, a higiene não é igual. Porque eu limpo, ele limpa, mas o outro já não quer saber de limpar. Então isso me incomodava muito, essa coisa do Coletivo na verdade. Banheiro coletivo, cozinha coletiva. Eu até comecei a participar logo da cozinha coletiva porque eu não gostava da comida. Achava a comida muito ruim, achava a higiene muito ruim da cozinha. Aí eu sempre gostava de ficar no almoço pra fazer umas coisas legais. [Então] [d]o prédio eu tive uma impressão a princípio ruim. (...) Porque assim, eu demorei um pouco pra me acostumar com essa coisa do Coletivo. De tudo fazer com o coletivo. Porque eu tava acostumada a ter uma casa só minha onde eu chegava na hora que eu queria, eu fazia minha comida, era meu banheiro, era tudo meu. Aquela coisa individualista mesmo. Então pra mim no início foi um pouco ruim. (...) Só pra deixar claro: eu respeitava o Coletivo. Mas eu era acostumada com aquele regime, então a princípio me incomodou um pouco mas a gente respeitava mesmo assim." (informação verbal)[265]

As necessidades concretas das pessoas que entram em contato com o movimento tendem a fazê-las concordar com as regras e procedimentos preestabelecidos que as organizações do movimento dos sem-teto trazem consigo quando preparam e levam adiante novas ocupações. Por isso, durante o período de territorializações momentâneas prévias à entrada nos imóveis, poucos são os questionamentos frontais à proposta de organização do imóvel ocupado através de um Coletivo horizontalizado, no caso das ocupações cariocas que funcionam dessa maneira. Mas o convencimento racional não implica necessariamente reflexos equivalentes nos sentimentos que emergem nesse momento de coletivização radical. Por isso Ana diz que "demorei um pouco para me acostumar com essa coisa do Coletivo" e José, seu companheiro na ocupação, segue ressaltando essas dificuldades falando que

> "[a] gente se incomoda se tiver que fazer tudo em coletivo. Coletivo é bonito, é legal quando você chega igual algumas pessoas chegavam aqui, tipo assim: chegavam aqui seis horas da tarde e depois dez horas da noite iam pra casa deles e tal. Não tem que conviver com uma porção de coisas." (informação verbal)[266]

A intensificação das interações cotidianas entre moradoras e moradores das ocupações faz emergir diferentes desafios, pois cada pessoa traz consigo valores e costumes

[264] Ver GRANDI (2010).
[265] Entrevista realizada em 16 de maio de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.
[266] Entrevista realizada em 16 de maio de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

próprios. Além dos atritos comuns da relação com o Outro, como em qualquer espaço dessa sociedade também existem diferentes experiências de opressão que são vividas no interior das ocupações. É o que lembra um dos coordenadores nacionais do MTST ao dizer que "(...) as ocupações organizadas não são uma ilha do Paraíso e nem poderiam ser. Nelas se enfrenta os mesmos problemas que no conjunto da periferia." (BOULOS, 2012:62) Sabendo disso, essa mesma organização faz questão de ter desde o início das ocupações uma comissão de disciplina, responsável por garantir que as relações entre as e os acampadas/os se mantenham cordiais e baseadas no diálogo.[267] Nas ocupações da variante por coletivo do Rio de Janeiro conflitos similares são enfrentados através das reuniões do Coletivo. Assim, mesmo em meio a sujeitos cujas criações são permeadas por diversos aspectos da sociabilidade violenta[268] contemporânea típica de metrópoles de países semi-periféricos como o Rio de Janeiro, nesses territórios são desenvolvidas formas específicas de interação.

> "As formas simbólicas experimentadas pelos grupos de ocupantes de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro se constroem em um determinado espaço no qual morar envolve, também, uma mudança na maneira de se relacionar socialmente, tendo em vista uma estrutura organizativa que intensifica o encontro, os embates, a vivência comunitária" (OLIVEIRA, 2009:98).

Os territórios das ocupações proporcionam situações que põem em contato profundo trajetórias e expectativas bastante distintas. No entanto, por se tratar de espaços onde e através dos quais as organizações do movimento buscam difundir seus valores específicos e construir suas estratégias políticas, outros conflitos e opressões também terminam por ser enfrentados de maneiras próprias. Como diz Oliveira, esses processos envolvem o esforço de estimular formas de relações sociais diferenciadas, o que pude acompanhar diretamente no caso de algumas das ocupações cariocas comentadas aqui. A Ocupação Chiquinha Gonzaga, por exemplo, desenvolveu durante boa parte de sua história maneiras próprias de gerir seus conflitos internos.[269] A opção pela gestão coletiva horizontalizada do território também se valeu, no caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, de diferentes mecanismos para garantir seu funcionamento —como a territorialização coletiva e a participação compulsória ressaltados por ALMEIDA (2011). As reuniões do Coletivo da Quilombo, por exemplo, tornaram-se inclusive um espaço-tempo de autorreflexão coletiva sobre as decisões tomadas pelas moradoras e moradores. Um dos exemplos mais claros desse processo foi a chamada

[267] Ver GOULART (2011).
[268] Ver MACHADO DA SILVA (2004).
[269] Ver GRANDI (2010, 2012)

"assembleia do perdão", que Aline relata como um dos momentos mais marcantes para ela na história da ocupação.[270]

> "Um dos dias mais felizes que eu tive aqui na Quilombo foi uma assembleia que a gente falou: 'Pô, a gente expulsou tanta gente por motivos idiotas. Sei lá, porque no começo não tava aqui, a mãe tinha tido um derrame e a menina tava com a mãe tomando conta e o Coletivo exigia que estivesse aqui. A gente expulsou. Quantos erros a gente cometeu.' Foi uma reflexão pulsante. E a gente fez uma listagem das pessoas que a gente tinha expulso e a gente fez uma listagem pra chamar essas pessoas de volta. E chamou. Eu acho que esse foi o momento mais... o ponto algo né. O divisor de águas do Coletivo pra mim foi esse." (informação verbal)[271]

O envolvimento amplo e profundo das moradoras e moradores da ocupação estimula que os conflitos sejam encarados como parte constituinte do processo político, facilitando que seu enfrentamento seja feito de maneira mais naturalizada. Renato, por exemplo, teve seu primeiro contato com movimentos sociais através de sua relação com as ocupações do movimento dos sem-teto. Mesmo assim, sua postura é tranquila e autorreflexiva diante das tensões cotidianas da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> "Porque eu acho que a tensão, ela é nata né. É uma coisa que faz parte do ser humano. Em algum momento você tá tenso, ou não quer falar com ninguém, ou fica... Mas eu acho também que isso não seria uma forma de, digamos: se eu não estou bem, de eu estar falando com um outro companheiro de uma forma extremamente agressiva. Eu sei que, de repente você até age de forma involuntária nesse sentido. Isso mesmo já aconteceu inúmeras vezes comigo. Porque eu não posso prever o meu sistema nervoso. Ele emite lá aquilo e eu falo porque eu tenho que falar, porque se eu não falar quem vai ficar sofrendo sou eu, entendeu? Mas é muito... Digamos, essa falta de relação pessoal mesmo. Essa falta do 'oi', do 'bom dia', 'boa tarde', 'tudo bem?'. E nesse mesmo andamento da questão de ser injusto quando vai falar com uma pessoa. Injusto, quando eu digo, é falar mal, falar asperamente. Ou mesmo xingar a pessoa. Porque isso acontece, e eu acredito que aconteça em qualquer outro lugar. Não é só específico aqui da ocupação." (informação verbal)[272]

As organizações buscam se aproveitar da aglutinação espacial de trajetórias que acontece nesses territórios para, à sua maneira, influenciar o entendimento das pessoas a respeito das relações sociais e, assim, agir sobre a reprodução de práticas específicas — desestimulando aquelas consideradas ruins e estimulando aquelas entendidas como desejáveis. Trata-se de uma forma particular de exercício de poder, no sentido de ações que atuam diretamente sobre a ação das pessoas[273] que, nesse caso, convivem nos espaços do

---

[270] O episódio também é relatado por ALMEIDA (2011:183-4).

[271] Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras, parte do filme intitulado "Mulheres Guerreiras" realizado em conjunto com Gui Morais e Luiza Colombo. Disponível em: <http://youtu.be/q8cYHXxcmL4>

[272] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

[273] Ver FOUCAULT (1995).

movimento. Nesse processo, o território delimitado pela ação direta é crucial, pois viabiliza a influência sobre as interações estabelecidas entre os indivíduos, mediando as suas relações sociais. Ao delimitar esse espaço através de suas fronteiras, estabelecem também uma territorialidade específica com a qual seus processos específicos instituem tal espaço, como lembra Almeida. "(...) [A] territorialidade organiza a diferença; dispersa, concentra e aloca vetores de poder no espaço; reorganiza funções e inscreve no espaço os condicionamentos e regulações que atuam sobre os fluxos da atividade social." (ALMEIDA, 2012:138)

Nesse sentido, as organizações do movimento dos sem-teto buscam fazer do espaço-tempo das ocupações uma referência para outras "lutas" cotidianas enfrentadas pelas moradoras e moradores. Isso não é exclusividade desse movimento social —o movimento operário dá grande importância ao espaço de trabalho como principal referência para outras "lutas", enquanto o movimento estudantil faz o mesmo com os espaços da educação formal e o movimento de favelas com seus espaços de moradia. Ter um foco espacial, no entanto, não quer dizer necessariamente um esforço para diminuir a importância do enfrentamento de outras opressões. A necessidade de moradia de fato não é a única matéria-prima sobre a qual as organizações do movimento dos sem-teto agem. O encontro das trajetórias no movimento promove uma série de espaços e momentos propícios à ressignificação das experiências vividas em seus diferentes âmbitos. Agora, no entanto, as várias "lutas" rotineira que se encontravam antes dispersas passam a gravitar ao redor de um espaço específico —a ocupação concretizada ou em potência— que serve de referência de experiências compartilhadas às pessoas envolvidas. Nesses territórios, as dificuldades diárias passam a conviver com os valores das organizações do movimento dos sem-teto que neles atuam, sofrendo influência direta delas. Como ponto comum entre as organizações do movimento está, porém, a confiança na ação coletiva de ocupar imóveis abandonados como caminho para resolver os problemas de moradia que fazem essas trajetórias convergirem. Se o sofrimento compartilhado das "lutas" rotineiras agrupa as pessoas, é a esperança de uma solução para seu problema de moradia que as faz agir conjuntamente e as leva a inserir-se na "luta por moradia". As palavras de Maíra —mãe de um casal de filhos, então moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga e ativa militante dentre os/as camelôs da cidade— não escondem o entusiasmo que o contato com a "luta por moradia" através das ocupações lhe traz.

> "Eu tenho maior orgulho de morar na Chiquinha Gonzaga, cara. Eu sempre falo assim... Em tudo quanto é lugar que eu vô. Eu dei uma entrevista em Brasília, a primeira coisa que eu falei é que eu moro em uma ocupação de

> sem-teto com o maior orgulho. Não tenho vergonha de dizer isso. E só eu sei o que é a Chiquinha Gonzaga na minha vida. Porque antigamente eu tinha que trabalhar, tinha que pagar aluguel, tinha que pagar passagem... Morava em Japeri, passagem cara pra ir pra casa. Aí eu sofria pra caramba, porque o tempo que eu levava daqui pra ir pra casa era muito distante. Então pra mim a Chiquinha Gonzaga é tudo, sabe? E eu sempre pedi a Deus: 'Poxa Deus, me dá uma casa.' Eu não tinha condições de comprar. E eu não sabia que eu tinha direito de morar em um prédio que era meu já, né? Que é nosso, que é pago com o nosso dinheiro, entendeu? Depois que eu descobri isso, eu acho que todo mundo tem que fazer isso. Não tem que ficar comprando não, tem que ocupar mesmo. [risos]" (informação verbal)[274]

Mas da mesma maneira que ocorria antes do contato com o movimento dos sem-teto, o cotidiano é o espaço-tempo onde os mais diferentes desafios e opressões se congregam, são sentidos e primeiramente enfrentados. Com o passar do tempo essas opressões e desafios voltavam a se destacar no dia a dia de moradoras e moradores, não raro tornando-se questões de interesse geral (formal ou informalmente) das pessoas das ocupações. Sob a influência das organizações do movimento dos sem-teto, porém, o enfrentamento dessas outras questões também passa a ser significado como parte de uma "luta" que vai "além da moradia".

5.3. A "LUTA ALÉM DA MORADIA" COMO HORIZONTE (RE)INTEGRADOR

Já conversávamos há mais de uma hora quando perguntei a Nádia sobre quem era ela antes e quem ela havia se tornado depois do contato com a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Em meio à sua resposta, ela foi contundente ao dizer que "(…) vir pra Quilombo me deu um outro patamar do que é lutar por moradia e outras coisas, não só moradia." (informação verbal)[275] O que me intrigou foi pensar sobre o que seria esse "outro patamar" que resumia tão sucintamente o efeito do contato com o movimento dos sem-teto em sua vida e que, ao mesmo tempo, ecoava a preocupação com a ideia de que a "luta" deveria "ir além da moradia" —tão comum em meio às pessoas mais envolvidas com as ocupações.

Em que sentidos a "luta por moradia" transcendia o espaço-tempo imediato do cotidiano das ocupações e como esses entendimentos eram construídos? Agrupei os diferentes entendimentos que pude identificar em quatro formas diferentes de compreensão buscando uma referência a partir da qual conferir sentido a essas maneiras como a "luta" é entendida "indo além" da moradia. A "luta por moradia" ora era entendida como parte de uma trajetória

[274] Entrevista realizada em 03 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.
[275] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

maior de "lutas"; ora como parte de uma "luta por direitos"; ora como um processo de autoformação; e ora como um esforço que visava reproduzir socialmente a militância. Diferentes trajetórias e narrativas, tanto de sujeitos individuais quanto de sujeitos coletivos, me serviram de referência para isso. Trarei algumas delas a seguir.

5.3.1. **"*A gente tá na luta há bastante tempo*": A "luta por moradia" como parte de uma trajetória de "lutas"**

Raimundo, hoje com quase sessenta anos, morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Rio de Janeiro, lembra do sofrimento como primeiro impulso dos seus questionamentos sobre as diferenças sociais:

> "Eu sou originário de Mesquita, da Baixada Fluminense. Consegui completar o segundo grau (...). Trabalhando, estudando. Uma vida muito sacrificada. Morando na Baixada Fluminense, chegando duas horas da manhã, estudando no Catete. (…) A minha questão, quando comecei a indagar o por quê acontecia tantas coisas com os pobres, e com os ricos, eles viviam —ou vivem né— com outras perspectivas de vida. Por que essa questão? Berço de ouro e o outro sem cama? Então talvez esse questionamento seja motivo de ter sido criado dentro de igreja, sendo coroinha, tendo que assistir missa todo final de semana. Sábado e domingo tendo que trabalhar na igreja. Então isso... A própria história da minha terra, o Ceará. Aquelas questões da água, da seca. Mais sofrimento. (…) [C]heguei aqui com um ano de idade. Então parece que esse sofrimento já veio no sangue. Então comecei a questionar muito cedo muita coisa, por que, por que, por que. Não obtinha resposta. É difícil. Você vai ver na prática. A vida vai lhe ensinar muita coisa." (informação verbal)[276]

Segregação residencial, desigualdade social e escassez de recursos básicos, tudo misturou-se para que seus questionamentos começassem a emergir. Ao me contar sobre sua trajetória, Raimundo coloca a "vida muito sacrificada" como a matéria-prima de suas perguntas sobre o mundo, para as quais diz ter encontrado respostas somente na prática.

> "E então eu fui criado naquela coisa, sabe. Saí pra rua revoltado algumas vezes, sem saber quem era o inimigo, por que eu tava jogando bola de gude nas ruas (risos). Depois fui entendendo aos poucos, entendendo. Mas tinha essa ansiedade de descobrir ou tentar fazer alguma coisa que ajudasse. Que ajudasse o mundo. Só que eu não sabia o que era. O que é que tinha que ser feito. Até que já com uma certa idade eu conheci alguns companheiros que começaram a conversar a respeito de política, fazer... como se fosse assim, um seminário sobre política. Aí sim, com o depoimento de pessoas mais antigas, mais velhas, nós fomos começando a descobrir certas coisas, por que acontecia tanta coisa, como é que funcionava a estrutura de Estado." (informação verbal)[277]

---

[276] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[277] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Ele me conta que chegou a ir "pra rua revoltado algumas vezes, sem saber quem era o inimigo" mesmo antes de começar a "entender as coisas" e "descobrir ou tentar fazer alguma coisa que ajudasse o mundo". Nesse processo, destaca a ida à rua como parte de um processo de ir "entendendo aos poucos", ressaltando o que alguns círculos de militância chamariam de "pedagogia da rua" —o papel político-pedagógico da participação em manifestações de rua. Ele sublinha também a importância de "companheiros que começaram a conversar a respeito de política" e que investiram tempo e esforço para realizar "um seminário sobre política" onde "o depoimento de pessoas mais antigas, mais velhas" teve papel fundamental, atividades comuns aos métodos de "formação política" tradicionais de muitos movimentos sociais.

É difícil saber o quanto esses marcos espaço-temporais que Raimundo escolheu para me contar sua história têm a ver com as identidades que ele, morador da ocupação onde vinha desenvolvendo minha militância há anos, conferia a mim. Sua trajetória, seja como for, ressalta uma narrativa com elementos relativamente comuns dentre os sujeitos que se reconhecem como tendo passado por um processo frequentemente chamado de "politização": a vida sofrida e os questionamentos sem respostas; as perguntas, as ações contra um inimigo considerado desconhecido e a reflexão sobre essa prática; a racionalização das ações, o estudo que leva a um entendimento das relações e à identificação do(s) inimigo(s). O sofrimento que oprime impele à busca por mudanças, num processo que algumas reflexões também consideram comum às origens de vários movimentos sociais.

Ao conhecer pessoas que começam a discutir política com ele, Raimundo encontra um grupo que o ajuda a "começar a descobrir certas coisas." Mas foi a mudança de local de moradia que o levou a ter contato com as ocupações, no caso com a Ocupação 17 de Maio.[278]

> "Então eu fui morar na Estrada de Madureira. Na época eu era vendedor, vendedor de bebida. Representante de depósito. E eu comecei a atuar nessa área, Estrada de Madureira, aonde eu conheci uns companheiros que me indicaram o conjunto 17 de Maio, que tinham pessoas que tavam realizando essa ocupação e que tavam precisando de gente pra apoiar. Apoiar e ajudar. E eu aceitei a proposta desse conhecido e fiquei por quase sete anos, sete ou oito anos, na ocupação 17 de Maio. Onde eu conheci companheiros bons, pessoas realmente imbuídas de bons propósitos. E necessitados também de moradia. Era causa própria, era questão de moradia." (informação verbal)[279]

[278] A Ocupação 17 de Maio foi realizada na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, em 2003, tendo sido regularizada posteriormente. Trata-se de uma ocupação importante na história do envolvimento da Frente de Luta Popular (FLP) com o movimento dos sem-teto, conforme entrevista realizada em 22 de janeiro de 2010 com ex-integrante da Frente de Luta Popular — realizada por mim em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida. Ver GRANDI (2010), ALMEIDA (2011).

[279] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Em sua narrativa, portanto, Raimundo enquadra suas experiências de vida como parte de uma atuação anterior do contato com o movimento dos sem-teto. Em momento algum dessas passagens, porém, ele utiliza o termo "luta" diretamente —apesar de reconhecer a tensão, conflito e revolta que o levava a buscar fazer algo contra um inimigo. Identifica, no entanto, que as pessoas que conheceu nas ocupações eram tanto "imbuídos de bons propósitos" quanto agiam por uma "causa própria, a questão da moradia".

Essa é uma das situações que podem ser encontradas nas ocupações. Na Ocupação Chiquinha Gonzaga também é possível encontrar exemplos de como diferentes trajetórias políticas entram em contato na ocupação, muitas vezes envolvendo pessoas que também já haviam passado por experiências com movimentos sociais antes de chegar nesses territórios do movimento dos sem-teto. Ana, moradora da ocupação, estudante e mãe de cinco filhos, conta como o fato de já ter tido contato com o movimento antes da Chiquinha Gonzaga foi fundamental para sua chegada na ocupação.

> "Eu comecei minha militância quando fui morar em uma ocupação de terra, em Campo Grande, em 88. E depois que eu me mudei de lá, quando eu casei com o José, a gente foi morar em Santa Cruz. Aí moramos em Santa Cruz durante 10 anos, aí depois minha mãe faleceu e eu voltei de novo pra Campo Grande. Mas até então a gente tinha emprego, mais ou menos estável. A gente prestava serviço pra prefeitura. Só que depois a prefeitura mandou todos os contratados embora. E nós dois éramos contratados. Então assim, na verdade a gente tinha o mesmo emprego e ficamos desempregados nós dois. E ficamos desempregados lá durante um ano e meio. A gente vinha aqui pra baixo colocar currículo, então era muito difícil de arrumar trabalho. Aí quando surgiu a ocupação, eu já sabia que o pessoal tava... O pessoal que organizou a ocupação era o mesmo pessoal que a gente fazia a militância. E a gente tava sabendo da ocupação. Mas até então a gente não tinha se tocado legal de como seria morar aqui. Aí depois que o José veio pra cá com uma semana, eu vim com um mês de ocupação através desses amigos da gente com os quais a gente já fazia a militância que eu vim parar aqui." (informação verbal)[280]

José, seu companheiro, reforça os detalhes dessa narrativa. No seu caso, além do contato anterior com outras ocupações comentado por Ana, o envolvimento com o movimento sindical também é lembrado.

> "Eu comecei a entrar nesse movimento porque antes eu era metalúrgico e participava de sindicato de metalúrgicos. A gente tá na luta há bastante tempo. Em função disso eu conheci uma porção de gente que também estão no movimento até hoje, outros saíram. Aí o pessoal ocupou isso aqui. Eu cheguei a participar de uma reunião antes da ocupação. E cheguei até aqui a partir disso aí. Aí naquele momento eu tava afim de sair lá do Jardim Nossa Senhora das Graças e vim pra cá. Eu falei pro pessoal: 'Não tem um lugar lá pra mim?' e o pessoal falou 'Pô, vai logo que tão precisando de pessoas igual a você'. Aí eu vim pra cá, com uma semana que o pessoal já tinha entrado, já tinha ocupado. E foi assim que eu cheguei aqui no

[280] Entrevista realizada em 16 de maio de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Chiquinha Gonzaga." (informação verbal)[281]

Maíra também tem parte de sua história ligada ao movimento sindical, atuando especialmente junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com as outras pessoas da ocupação, ela também conforma o contexto do qual emergiram diferentes formas de relações internas à ocupação no decorrer de seu processo político. Nesse sentido, as relações mais ou menos conflituosas entre distintos campos políticos no interior da Chiquinha Gonzaga alimentaram-se das matrizes discursivas variadas que compunham os sujeitos de seu Coletivo desde o início do processo.[282]

Existem outros casos, porém, que também exemplificam a forma como moradoras e moradores de ocupações trazem consigo experiências passadas de envolvimento com "questões de cunho social". Bernardo, morador da Ocupação Mauá com 35 anos e professor de capoeira, entrou em contato com as ocupações já enquadrando essa experiência como parte de uma vontade de intervir ativamente na sociedade. Quando se aproximou do movimento dos sem-teto, o fez através de uma amiga que o convidou para conhecer uma ocupação que havia sido realizada há pouco —a Ocupação Prestes Maia.[283] Sua ideia era poder "ajudar com aquilo que sabia",[284] uma disposição mais estimulada por sua atuação junto a organizações não-governamentais e projetos sociais estatais do que por referência às matrizes discursivas típicas de movimentos sociais relativamente menos atrlados ao Estado.

Ainda que não sejam verbalizadas necessariamente como outras "lutas", me ficou evidente que certas experiências passadas ligadas a processos entendidos como parte de uma mudança social são reivindicadas para conferir sentido ao envolvimento com as ocupações do movimento dos sem-teto. Assim, a "luta por moradia" extrapolaria a questão habitacional e as ocupações enquanto territórios de referência porque se estenderia para outros momentos e espaços pelos quais as trajetórias de vida de moradoras e moradores passaram. Nesse caso, portanto, a "explosão" do sentido da "luta" tanto liga os espaços das ocupações a outros

[281] Entrevista realizada em 16 de maio de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

[282] Sobre o uso das categorias de campo político e arena do antropólogo político Marc SWARTZ (1968), ver, por exemplo, SANTOS (1981), SOUZA (2009), TEIXEIRA (2009), GRANDI (2010, 2012) —sobre a situação específica da Ocupação Chiquinha Gonzaga—, GRANDI e TEIXEIRA (2010), ALMEIDA (2011) —sobre a situação da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Sobre a ideia de matrizes discursivas, ver SADER (1988).

[283] Sobre a Ocupação Prestes Maia, ver o trabalho de AQUINO (2008). Segundo o autor, "[a] ocupação do prédio localizado na Avenida Prestes Maia pelo MSTC por mais de quatro anos constituiu um forte elemento simbólico de todo o campo múltiplo em torno do direito à moradia das classes populares no centro de São Paulo. Essa ocupação tornou-se foco de múltiplas atenções agregando atores dos mais diversos, sendo responsável por uma grande visibilidade pública da luta por moradia." (AQUINO, 2008:85)

[284] Conforme entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

espaços de atuação através das trajetórias pessoais, quanto vincula a "luta por moradia" ao enfrentamento de outros desafios, opressões e desigualdades.

5.3.2. "*O movimento me ensinou que temos que lutar pelos nossos direitos*": A "luta por moradia" como "luta" por direitos

Para que as pessoas se envolvam com o movimento dos sem-teto, em geral é necessário que elas tenham acordo mínimo sobre as ações mais comumente empregadas pelas organizações do movimento, sendo a territorialização de imóveis ociosos geralmente a mais controversa delas. Independentemente de as pessoas passarem por esse processo antes ou depois do contato efetivo com alguma ocupação ou processo preparatório para tal ação, uma das maneiras mais frequentes através das quais se busca realizar esse convencimento é apresentando a habitação como um direito social.[285]

Uma vez que legitima sua existência perante uma sociedade em grande medida organizada ao redor do Estado de Direito, a presença de discursos que afirmam a moradia enquanto direito social é constante entre as pessoas e organizações que integram o movimento dos sem-teto. Ao menos aparentemente tais discursos têm fácil difusão em meio a grande parte da população.[286] Quando perguntei a Lisa, moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, o que ela achava dessa forma de tentar resolver o problema de falta de moradia através da realização de ocupações, ela me explicou sua posição da seguinte forma:

> "Bom, como eu estudei até ter o segundo grau completo, então eu já passei por uma escola. Então a gente sabe que o direito do ser humano é ter moradia, ter luz, água. Essas coisas eu já sabia. Só que eu nunca soube, antes de eu vir pra cá, não sabia o que era uma ocupação. Eu acho que eu não via nem pro lado ruim nem pro lado bom. Simplesmente não sabia como funcionava." (informação verbal)[287]

Completar o segundo grau é uma conquista alcançada depois de grandes esforços para a maioria das pessoas das classes populares. Lisa lembra desse feito e relaciona seu acesso à educação formal com o que comumente se chama de "consciência de direitos", ainda que não vincule essa "consciência" a um juízo de valor sobre a ocupação. Saber que "o direito do ser humano é ter moradia" é equiparado a outras condições básicas como ter luz e água. A

---

[285] Vale comentar que o peso significativo dessa linha argumentativa também se alimenta da certa sobreposição existente entre os entendimentos de legitimidade e de legalidade das ações.

[286] Sem dúvida seria importante a tarefa de refletir sobre os processos e razões que tornam tal discurso facilmente aceitável no Brasil.

[287] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

fala de Lisa, porém, não coloca o contato com o movimento dos sem-teto e com seus espaços de referência como marcos importantes em seu processo de "conhecer seus direitos", mas sim o fato de que ela ter passado "por uma escola".

Outras pessoas, no entanto, têm no contato com outros movimentos sociais uma referência para esse processo. É o caso daquelas pessoas que, como comentado algumas páginas atrás, significam seu atual envolvimento com a "luta por moradia" como um parte de uma uma trajetória de envolvimento com "lutas" diversas. Raimundo, por exemplo, já havia tido contato com o mundo dos movimentos sociais antes de chegar à Ocupação Quilombo das Guerreiras. Ao me contar de suas impressões sobre o momento atual das ocupações, ele também deixou transparecer ao menos parte de seu entendimento sobre como essa "luta" vai "além" da moradia e aponta para uma ideia de consciência de direitos.

> "(…) [A] Quilombo das Guerreiras é uma ocupação bem organizada (…). E felizmente alguns companheiros entendem a causa, entende o que é você estar na ocupação, a responsabilidade que é e que você tem perante os outros. Porque o ocupante, quer queira quer não, o processo dele é diferente de quem entra aí no 'Minha Casa, Meu Sonho-não-sei-o-que Minha Vida'. Ele tem a responsabilidade de mostrar pro pessoal de fora que realmente ele tem direitos ali. Ele tá ali porque ele tem direito, ele tá embasado. A constituição permite que ele faça aquela ocupação. Não são todos que têm essa ideia. Alguns infelizmente ainda dizem que 'Pô, não, isso aqui não é nosso'. Infelizmente. Mas aqueles que são mais conscientes, que dizem 'Isso aqui é meu! Eu tô aqui porque eu tenho o direito! Isso aqui foi construído com o meu dinheiro. Com o meu, o seu. É o meu dinheiro que tá aqui', eles não têm essa noção de posse. 'Eu tô aqui porque é meu, não tô invadindo'. Mas alguns ainda têm essa dúvida (…). São coisas que atrapalham o desenvolvimento da luta. Você às vezes tem que brigar contra os próprios companheiros que não entendem isso." (informação verbal)[288]

Vi nessa fala de Raimundo sua tentativa de me explicar que "entender a causa da ocupação" passava pela responsabilidade de o sujeito ocupante diferenciar-se das pessoas que conquistam a moradia através de processos que não necessariamente concebem a habitação como um direito social. O sujeito ocupante, assim, "tem a responsabilidade de mostrar pro pessoal de fora que realmente ele tem direitos ali. Ele tá ali porque ele tem direito, ele tá embasado. A constituição permite que ele faça aquela ocupação." A "luta por moradia" conta com a uma apropriação popular da ideia de que a habitação se trata de um direito social constitucionalmente garantido, situação que legitima a ação de ocupar imóveis ociosos. Um exemplo disso me veio aos ouvidos quando Maíra, moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, fez questão de encerrar nossa conversa com a seguinte afirmação:

---

[288] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> "E uma outra coisa que eu queria falar é assim: Eu tenho maior orgulho de morar na Chiquinha Gonzaga, cara. Eu sempre falo assim. Em tudo quanto é lugar que eu vô. (…) Não tenho vergonha de dizer isso. E só eu sei o que é a Chiquinha Gonzaga na minha vida. Porque antigamente eu tinha que trabalhar, tinha que pagar aluguel, tinha que pagar passagem. Morava em Japeri, passagem cara pra ir pra casa. Aí eu sofria pra caramba, porque o tempo que eu levava daqui pra ir pra casa era muito distante. Então pra mim a Chiquinha Gonzaga é tudo, sabe? E eu sempre pedi a Deus: 'Poxa Deus, me dá uma casa.' Eu não tinha condições de comprar. E eu não sabia que eu tinha direito de morar em um prédio que era meu já, né? Que é nosso, que é pago com o nosso dinheiro, entendeu? Depois que eu descobri isso, eu acho que todo mundo tem que fazer isso. Não tem que ficar comprando não, tem que ocupar mesmo. (risos)" (informação verbal)[289]

A afirmação da moradia enquanto um direito social cumpre, portanto, um papel crucial na dinâmica discursiva e na habilitação de ações do movimento dos sem-teto. Ela consolida as bases que permitem direcionar a "explosão" da "luta por moradia" "para além" de si mesma. Em seu livro, por exemplo, Guilherme Boulos resgata falas de algumas pessoas que moram ou moraram em ocupações do MTST com o intuito de apresentar "quem são os sem-teto". Dentre elas está a história de um casal, Tia Deda e Seu Zé, que se conheceram na ocupação em uma situação cheia de dificuldades, como lembram as palavras de Deda citadas por BOULOS (2012:57): "'Quem encara um acampamento é porque realmente precisa. Você sabe o que é a água da chuva estourando a lona do seu barraco e molhando tudo? Pois é, são muitas dificuldades.'" O coordenador nacional da organização sumaria em seguida aquilo que ele considera como o sentimento do casal:

> "Hoje, casados, os dois enxergam a experiência da ocupação como uma virada na vida. Não apenas por terem conseguido um alívio na situação de moradia (o auxílio aluguel) e uma perspectiva real de terem sua casa. Mas fundamentalmente pelo aprendizado de luta que a ocupação lhes trouxe: 'Hoje eu não abaixo a cabeça pra ninguém. Sei dos meus direitos e vou até o fim.' – diz Deda." (BOULOS, 2012:58)

Fica explícito que para Boulos, principal porta-voz do MTST, o "aprendizado de luta" se liga à junção da consciência de direitos com a postura ativa de quem diz que "não abaixa a cabeça pra ninguém". A mesma referência está presente quando termina de falar da história de Norma, afirmando que

> "[a] ocupação permitiu a Norma e sua família não só um teto para viverem com alguma dignidade. Mudou também sua visão sobre uma série de questões: 'É muito sofrimento, mas não só. Antes eu achava que tudo isso era pilantragem, que se alguém fazia uma manifestação era porque tinha dinheiro envolvido. O movimento me ensinou que temos que lutar pelos nossos direitos. Hoje eu estou na linha de frente, para o que precisar, até porque a luta não acaba depois de ter a moradia. Tem muitas outras coisas' – diz ela." (BOULOS, 2012:54)

[289] Entrevista realizada em 03 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Quais são essas "muitas outras coisas"? Considero que a construção e o reforço da ideia de que a "luta por moradia" se trata de uma "luta" por um direito social permite que ela seja vinculada a outras dimensões e necessidades da vida cotidiana das pessoas que também podem ser significadas como parte de seus direitos —como a saúde, a educação, etc. Essa ligação constitui um vetor constantemente utilizado nos discursos dos sujeitos ligados ao movimento dos sem-teto, tornando-se responsável por viabilizar uma forma específica de conexão entre a "luta por moradia" e outras "lutas". A importância dessa vinculação é tamanha que trata-se de uma das mais lembradas quando o objetivo é valorizar positivamente o movimento dos sem-teto por conta dos efeitos político-pedagógicos proporcionados pelo contato com o movimento. Não é à toa que Aquino, ao comentar sobre sua aproximação com algumas pessoas de ocupações do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) em São Paulo, diz que

> "[n]os primeiros contatos que realizei, mais formais, com perguntas mais diretas, sem ter desenvolvido uma relação de maior proximidade com alguns de meus interlocutores, era comum o discurso que depois de ter entrado no movimento, a pessoa aprendeu sobre seus direitos, sobre formas de reivindicação, de que somente a 'luta' é capaz de fazer com que o 'governo' faça cumprir suas obrigações." (AQUINO, 2008:77)

Em termos mais explicitamente espaciais, ao vincular o enfrentamento do problema da habitação a outras dimensões da vida, são construídas as bases também para que sejam estabelecidas ligações entre diferentes espaços que servem como referências para o pleno atendimento dessas necessidades. Enquadrar o problema da falta de uma moradia enquanto direito social, portanto, liga a ocupação —espaço de referência para a solução do problema habitacional— aos postos de saúde, escolas, hospitais, universidades e outros espaços — referências para a solução da falta de garantia efetiva ao acesso à saúde e educação, por exemplo. É isso que entendi, por exemplo, quando Daniela me explicou que na Ocupação Chiquinha Gonzaga

> "(…) a nossa intenção, desde o início, da organização mesmo até mesmo antes de ocupar já era essa. Não ser só a questão da moradia, ser uma porta. A moradia é uma porta pra você obter outros direitos. Que é aquela história que a gente sempre fala: você, que não tem um endereço, você não pode matricular seu filho na escola, você não pode ser atendido num posto de saúde, você não pode fazer um vestibular. Você é excluído de vários outros direitos porque você não tem a moradia. Então, a partir do momento que você obtém a moradia, você já começa a ser inserido." (informação verbal)[290]

Ao considerar o problema da habitação como expressão de um direito social não

[290] Entrevista realizada em 23 de agosto de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

garantido que se manifesta majoritariamente no contexto urbano, também torna-se mais viável relacionar a "luta por moradia" com a busca pela solução de outros problemas que possam também ser considerados típicos desse contexto —como o transporte, a comunicação, o acesso à infraestrutura básica de saneamento, água e energia elétrica, etc. Em sua cartilha de princípios, o MTST formula essa relação da seguinte maneira:

> "O MTST luta por moradia, é um movimento de sem-teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é a única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente —o sem teto— também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. Por isso, afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de *Reforma urbana*. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. (…) Assim, a bandeira da Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital." (MTST, 2013:4)

Com essa formulação, a "luta por moradia" —vista enquanto parte da "luta" por outros direitos sociais e pela solução de outros problemas urbanos— passa então a fazer parte de um projeto de mudanças que toma como referência o espaço urbano em sua totalidade e que, ao mesmo tempo, é aglutinado pela organização ao redor da histórica insígnia brasileira da Reforma Urbana.[291] Por isso as "ocupações organizadas", nas palavras de Guilherme Boulos,

> "(...) apontam para a perspectiva de uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros dos especuladores e empreiteiros. O nome que damos a isso é fazer Reforma Urbana com as próprias mãos: apropriar-se do espaço urbano de acordo com interesses coletivos, colhendo os frutos da organização autônoma dos trabalhadores, sem deixar, por outro lado, de enfrentar o Estado para exigir a conquista de nossos direitos." (BOULOS, 2012:62-3)

Essa relação explicita uma das formas que pode adquirir a escalaridade do sentido conferido à "luta", pois segundo essa perspectiva "lutar para além da moradia" pode ir tanto "para além" do *tema* da moradia, quanto "para além" do *espaço* da moradia —levando à necessidade de pensar a cidade e a comunidade, por exemplo.[292] Tal entendimento pode

[291] O ideário brasileiro da Reforma Urbana tem suas origens na década de 1960, tendo se consolidado nas duas décadas seguintes. As discussões a seu respeito são amplas e diversas na literatura brasileira. Considero aqui esse ideário como definido por SOUZA (2006:213): "(...) [U]ma reforma social estrutural, de caráter redistributivista e universalista [que se valha] de instrumentos e táticas variados, com as finalidades precípuas de reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e destecnocratizar o planejamento e a gestão urbanos." Suas acepções por parte de pessoas envolvidas no movimento dos sem-teto, no entanto, variam bastate. Sobre isso, ver TEIXEIRA (2009) e SOUZA e TEIXEIRA (2009).

[292] Também não é raro ver, a partir daí, a "luta por moradia" ser enquadrada como parte da "luta" pelo chamado "direito à cidade". Apesar de ser mais frequentemente vista no âmbito acadêmico, muitas organizações envolvidas com movimentos de moradia também valem-se dessa ideia para legitimar e mesmo orientar certos aspectos de suas atuações. Na academia, essa expressão tem suas origens nas reflexões do filósofo Henri

conferir sentido à intenção também expressa formalmente pelo MTST de articular-se com o contexto sócio-espacial imediato nos quais as ocupações se inserem. “Entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores.” (MTST, 2013:5) Tal vontade passa, ainda de acordo com a organização, por não preocupar-se somente com os processos relativos aos territórios do movimento, mas também com a expansão da atuação para as áreas contínuas às ocupações. A cartilha de princípios da organização afirma que

> “[u]m acampamento sempre acaba, seja com o despejo ou com a conquista. Por isso, a referência de nossa atuação tem que ir além da ocupação, ampliando-se para as comunidades próximas. A maioria dos acampados vem destas comunidades e, em caso de despejo, podemos continuar o trabalho com eles nesse entorno. Esta tem sido a experiência dos núcleos comunitários, já realizada pelo MTST em alguns estados. Precisamos expandir iniciativas como essas para ampliar nossa referência nas periferias. Assim, a ocupação seria um ponto de partida para um trabalho muito maior. A construção da Periferia Ativa, onde for possível, é uma iniciativa que vem responder a esta necessidade.” (MTST, 2013:11)

A última frase destaca a preocupação da organização com a construção e fortalecimento de outras organizações às quais o MTST em geral se vincula. Seu investimento em formação política, por exemplo, tem como objetivos não só reproduzir o quadro de militantes que dirigem a organização —processo sobre o qual falarei mais adiante—, mas também “(...) buscar fazer da ocupação muito mais que uma luta por moradia, mas sim uma ferramente para o acúmulo de forças do MTST rumo a nossos objetivos” (MTST, 2013:11). Dizer literalmente que não pretendem tornar-se uma “ilha de lutadores” é inclusive espacialmente significativo, pois essa expressão traz o sentido de um espaço contínuo de dimensões pequenas que encontra-se relativamente isolado de outros espaços semelhantes. A busca por não constituir-se enquanto tal passa tanto pela preocupação em articular as diferentes ocupações através de uma organização política específica, seus eventos e relações de apoio mútuo; quanto pelo esforço de atuar no contexto espaço-temporal imediato que

---

LEFEBVRE (1991, 2001). As discussões ao redor da ideia de direito à cidade foram bastante difundidas no seio das pesquisas urbanas e, em especial, na geografia crítica —apesar de não se restringir a ela. Um dos principais autores contemporâneos que refletem sobre o assunto é David HARVEY (2008). No Brasil, destacam-se as ideias trazidas por SOUZA (2000, 2003, 2006, 2008a), inclusive elaborando críticas às proposições de Harvey (SOUZA, 2010). Sobre as relações do movimento dos sem-teto com a ideia de direito à cidade, ver SOUZA (2002, 2006), MAMARI (2008), BLOCH (2007), TEIXEIRA (2009), OLIVEIRA (2009), ALMEIDA (2009), MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009, 2010), GRANDI (2010) e ALMEIDA (2011).

circunda a ocupação, expandindo a ação da organização para além das fronteiras que delimitam seus territórios ocupados.

Pude ver o mesmo esforço em ocupações realizadas na área central do Rio de Janeiro. Na primeira tentativa de territorialização levada a cabo pelo Coletivo da Ocupação Guerreiro Urbano,[293] por exemplo, foi elaborado um documento intitulado "Primeira Carta à Vizinhança" que tinha como objetivo "(...) garantir um bom diálogo com nossos novos vizinhos." (COLETIVO DA OCUPAÇÃO GUERREIRO URBANO, 2010:1) Esse esforço se justificava por vários motivos, mas nessa primeira tentativa de ocupação realizada em um imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) localizado na Rua Sara, no bairro do Santo Cristo, uma das principais razões era exatamente o perfil de classe média da vizinhança. No documento, após contextualizar a necessidade de moradia no âmbito de diferentes dificuldades enfrentadas pelas classes populares urbanas (acesso a serviços públicos como saúde e educação, acessibilidade aos centros de oferta de emprego e opções de obtenção de renda, alta dos custos de aluguel e periferização das camadas mais pobres da população urbana, violência enfrentada em áreas residenciais da população de baixa renda, etc.) e apresentar os argumentos que apresentam a habitação como direito social, o coletivo afirmava:

> "Vamos construir uma moradia com um ambiente saudável, paz, tranquilidade e alegria. Temos ideias para espaços comunitários onde aconteçam coisas como atividades culturais, biblioteca, produção de renda, etc. (…) Por isso, contamos com vocês, novos vizinhos e vizinhas, para que nossa convivência seja a melhor possível. É para isso que vamos nos esforçar também. Gostaríamos, inclusive, que toda a vizinhança se sentisse convidada a participar de nossas atividades comunitárias. A boa relação com todos e todas é o que mais queremos, já que isso faz parte daquilo que estamos dispostos/as a construir aqui a cada dia: a moradia dos nossos sonhos." (COLETIVO DA OCUPAÇÃO GUERREIRO URBANO, 2010:1)

[293] A história da Ocupação Guerreiro Urbano liga-se à Ocupação Guerreiros do 234 —despejada em 2009 e sobre a qual se pode saber mais em GRANDI, RAMOS, ALMEIDA e MOREIRA (2009). ALMEIDA (2011) também traz alguns detalhes sobre a Ocupação Guerreiro Urbano. Depois de meses de reuniões preparatórias e ao menos três tentativas de ocupação frustradas violentamente pela polícia federal e militar durante os anos de 2010 e 2011, parte das famílias envolvidas na Guerreiro Urbano conseguiu ser inserida no projeto Quilombo da Gamboa —com o apoio fundamental do coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Esse projeto de habitações de interesse social —de responsabilidade técnica da Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, projeto da Associação Chiq da Silva e organizado pela União Nacional de Moradia Popular (UNMP) e Central de Movimentos Populares (CMP)— pretende desde 2009 erguer 142 unidades familiares na Rua da Gamboa, área portuária do Rio de Janeiro. Inicialmente, o Projeto Quilombo da Gamboa seria financiado através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), passando depois a ser inserido no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Os ajustes no projeto decorrentes de mudanças nos terrenos onde seriam construídas as unidades habitacionais impostas pelas obras de reestruturação urbana da zona portuária da cidade reduziram a quantidade de unidades para 116. As famílias provêm de quatro diferentes grupos: Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Guerreiro Urbano, famílias do Parque da Cidade e da região da Central do Brasil. Além delas, a UNMP e a CMP também indicaram pessoas para ocupar algumas das unidades.

A intenção de diálogo com a vizinhança, porém, foi frustrada pela ação da Polícia Federal, que desocupou o imóvel violentamente mesmo sem a ordem judicial de reintegração de posse em favor do proprietário ter sido expedida. Ainda assim, fica nítida a preocupação do Coletivo em estabelecer diálogo ativo com a vizinhança, apelando para isso tanto aos argumentos legais ligados ao direito constitucional à moradia digna, quanto à sensibilidade das pessoas que moravam no entorno do prédio ocupado.

O documento também deixa explícito outro aspecto da estratégia utilizada pelo movimento dos sem-teto para difundir a ideia de que existem direitos pelos quais "lutar". Essa ideia não é necessariamente elaborada somente a partir de uma acepção em certa medida "abstrata" de direito social. Para que ela faça mais sentido, muitas vezes os militantes do movimento dos sem-teto a constroem a partir de novas significações específicas conferidas às experiências cotidianas concretas das pessoas com as quais têm contato e, em especial, aquelas da "base social" do movimento.

Quando Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira entrevistaram uma das pessoas então ligadas à coordenação estadual do MTST em São Paulo, ela deixou explícita uma das maneiras através das quais ela compreende ser possível operar essa ressignificação de forma a reenquadrar a experiência cotidiana em uma gama variada de "lutas" urbanas.

> "Eu diria o seguinte. Eu acho que, eu diria assim: o povo que mora nas cidades sofre uma séria de consequências do desenvolvimento dessas cidades pensando o lucro e não a vida. Do ponto de vista dos serviços públicos, do ponto de vista da infraestrutura, mesmo de um ponto de vista até menos pensado pelo movimento, até a quantidade de carro, de como a cidade é feia, de como a cidade é barulhenta. As pessoas sofrem com isso, sofrem os danos disso a todo momento. (...) E, por isso, dizer que o movimento luta por moradia trás as pessoas que ainda não perceberam que essa sociedade é tão ruim, que sentem isso todos os dias, mas que não elaboraram ainda. E quando elas vêm por moradia, a gente fala nos outros problemas, e quando a gente pensa na solução dos outros problemas, a gente pensa em reforma urbana, é o segundo passo. E quando a gente pensa com a nossa comunidade o que é reforma urbana, a gente tá desenhando o que será a cidade." (informação verbal) (SOUZA e TEIXEIRA, 2009:45-6)

Saber ancorar em experiências vividas os novos sentidos que se quer conferir aos problemas enfrentados no dia a dia pode ser fundamental ao processo de convencimento não só a respeito da "luta por moradia" propriamente dita, mas também das possíveis vinculações entre essa e outras "lutas". Mas a importância disso não surge somente em grandes organizações como o MTST.

Retomo a conversa com Nádia, comentada no início dessa seção, quando ela me comentava que ter ido morar na Ocupação Quilombo das Guerreiras havia lhe dado "um outro

patamar do que é lutar por moradia e outras coisas, não só moradia". Quando lhe pedi exemplos sobre isso, ela continuou:

> "Saúde, educação... Como eu já falei que antes eu tinha esse conceito de que logo logo eu ia comprar meu apartamento. Porque o meu filho único, era o Leandro na época, estudava em escola particular. Que eu tinha um dinheiro sobrando pra pagar uma escola pra ele. Que ele tinha um plano de saúde, que era da Golden Cross na época, então ele ia nos melhores hospitais. Então eu não tinha esse pensamento de que eu tinha que lutar por isso. Porque eu trabalhava, eu saía de manhã pro trabalho e voltava à noite; meu filho estudava numa escola particular; todo final de semana eu podia levá-lo ao cinema, à praia, pra lanchar nessas lojas tipo McDonalds, Bobs. Então meu filho, como criança, tinha essas facilidades. Então eu não achava que eu tinha que lutar por nada disso. Nem por saúde, nem por moradia. Nem pra mim, nem pra ele, porque eu tinha como pagar isso na época. Então não entrava na minha cabeça que eu tinha que lutar pra isso. E depois que eu vim pra Quilombo não, isso mudou radicalmente." (informação verbal)[294]

Foi quando a necessidade bateu à sua porta que a ideia de Nádia sobre a a "luta" "mudou radicalmente". Hoje considerada uma das lideranças no processo político da Quilombo das Guerreiras, sua narrativa conta que antes, quando a habitação não era um problema que precisasse algum tipo de resolução urgente, tampouco outras questões eram vistas por ela como objeto de "luta". Com a mudança de sua situação financeira e a dificuldade iminente do acesso a uma moradia, ela entrou em contato com o movimento dos sem-teto através de conhecidos da comunidade onde morava e de sua mãe, que já participava de um processo preparatório de ocupação. Depois da entrada na Quilombo das Guerreiras, no entanto, sua ideia sobre a "luta" mudou, fazendo-a ver um "outro patamar da luta por moradia e outras coisas". Não é à toa que ela afirmou pouco depois que

> "[e]u quero que a gente saia da Quilombo com uma solução pro nosso problema de moradia. E poder ter sossego, ter paz pra correr atrás dos outros problemas, resolver os outros problemas de educação, de saúde. (…) Nosso principal problema é a moradia e sem essa solução a gente não tem paz pra resolver os outros problemas." (informação verbal)[295]

A resolução da questão mais urgente da moradia é colocada em primeiro plano sem que, por isso, outras necessidades sejam esquecidas. Por isso vejo a rotina cotidiana de Nádia em destaque em meio à narrativa que ela traça sobre seu momento anterior ao contato com as ocupações, envolvendo suas atividades diárias de trabalho e de cuidado e criação de seu primeiro filho. É ao ter o cotidiano como lastro da "luta" que ela começa a fazer sentido "para além" da ocupação, o que fica nítido também quando Raimundo traz exemplos de como não se deve "brigar" exclusivamente pela moradia.

---

[294] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[295] Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> "(...) [A] maioria dos companheiros felizmente entende que o processo é esse, que nós temos que procurar viver de uma forma em que todos tenham sua participação. Que todos politicamente briguem por suas questões. Saber também —o mais importante— que não é só a moradia. Hoje ou amanhã estaremos morando, mas tem questões mais graves pra nós estarmos inseridos. E não sei, talvez paralela com a questão da moradia, nós temos que estar acompanhando a questão da educação. Infelizmente o tempo é pouco pras pessoas. Mas você tem que dar um jeito de estar participando de alguma luta. Num hospital desse, numa comissão, não sei como. Os pais —com os pais se entende mãe e pai— tem que ver o que tá acontecendo com o colégio. Ver o que o seu filho tá fazendo. Não é pegar, jogar seu filho lá no colégio e pensar que tá dando educação. Tem que acompanhar o processo de perto, tem que brigar. Se tem uma reunião lá de pais, é pra ele ir. Não é pra ele não comparecer." (informação verbal)[296]

A relação que Raimundo estabelece entre o enfrentamento da questão da moradia e outras questões não é feita através do argumento de que a educação também é um direito social. Seu foco, porém, está justamente nas práticas realizadas pelos sujeitos e na necessidade de realização de ações cotidianas concretas que expressem e materializem a preocupação com essas outras dimensões da vida —como a educação dos filhos ou filhas (através do acompanhamento escolar) ou como a saúde (com a participação em comissões).

Mas Raimundo não nega que a "luta além da moradia" aponte para uma consciência de direitos. Ele reconhece que

> "(...) o processo de ocupação é legítimo e, de uma forma ou de outra, ele forma as pessoas politicamente. A maioria entende muita coisa. Entende essa questão da educação, entende a questão da saúde, procuram até participar. Têm mais informações. O que difere do outro processo de moradia, em que as pessoas lá só conhecem o fulano do apartamento 501, ou o menino do 402. As pessoas ali passam a ser números, né. Enquanto que aqui na ocupação não, as pessoas são conhecidas pelo nome. As crianças também são conhecidas pelo nome. Então é um processo bem diferente." (informação verbal)[297]

Apesar de remeter à "questão da educação e da saúde", o que me chama a atenção nessa fala é que nela é possível ver que tanto nos discursos mais oficiais de porta-vozes de organizações, quanto nas posturas e ideias expressas nas entrelinhas das relações cotidianas das ocupações, a ideia de que a "luta" vai "além da moradia" não aponta somente para outros espaços de "luta" —a escola, o hospital, o sindicato, etc. Ela também implica a formação de novos sujeitos e novas relações sociais, no que outros aspectos da espacialidade cotidiana das ocupações também ganham destaque.

---

[296] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[297] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

5.3.3. **"*Acho q a gente vem aleijado, e o coletivo vai 'desaleijando' a gente*": A "luta por moradia" como auto-formação**

Raimundo também fala de dificuldades ligadas ao esforço do movimento em construir um tipo de sujeito específico. Segundo ele, além de às vezes algumas pessoas "ainda terem essa dúvida" quanto ao direito que têm de realizar ocupações, há também aquelas que

> "(...) não entendem que, pra você viver coletivamente, você tem que viver dentro de um regulamento. E que é feito por você mesmo. A maioria sabe que aqui eu não posso roubar. Então ele aceita aquele regulamento. Só que, devido a essa dúvida do que é meu e do que não é, ele fica oportunista e, de repente, ele procede de uma forma que o Coletivo vai cobrar aquilo que ele assinou como ele não pode fazer. Pra viver coletivamente ele não pode roubar. Então ele é punido. E alguns companheiros que têm a mesma mentalidade dele, fazem como se fosse um outro grupo paralelo. 'Só por isso?' 'Não, não é por isso não. Você infringiu o regulamento que você próprio criou, poxa'. E outras funções dentro do Coletivo, pra você viver, tem um bocado delas. Você tem que limpar, tem o serviço de vigia, tem os mutirões. Tem uma série de coisas que, pra você participar, você tem que atuar. Você não pode dizer que 'Ah, eu tenho o direito de não fazer.' 'Eu vou trabalhar.' 'Eu vou escolher isso...'. Não. Você se propôs a isso. A sua situação de moradia é isso aqui. Nós, pra vivermos juntos, temos que ser iguais. Temos que respeitar os companheiros. Não podemos brigar entre si. Podemos discutir politicamente, mas não podemos chegar à ponto de agredir o outro porque você está sujeito, pelo próprio Coletivo, a ser expulso. É muito importante essa noção preliminar, de ele entender que ele, pra atuar dentro de uma ocupação, ele tem que ter um regulamento que vai reger a vida de todos. Ele não pode querer fugir daquilo. Ele não pode achar que ele pode consumir drogas dentro, no meio de crianças, no meio de outras pessoas que não querem. Já foi acordado que não se quer droga. E infelizmente —fugindo assim pra outra área — você vive dentro da ocupação já com certa dificuldade de entendimento desse regulamento. E isso acontece no meio da sociedade de uma forma geral, onde alguns acham que têm direito. Então a gente vai discutir aí." (informação verbal)[298]

"Entender a luta", então, não se limita necessariamente a ter "consciência de direitos" —algo que envolve o enquadramento das práticas em um contexto geralmente considerado como mais geral. Segundo conta Raimundo, isso passa também por relacionar-se de forma diferente com o estabelecimento das regras que orientam as ações diárias dos sujeitos, além do próprio fato de seguir ou não as regras definidas nesse contexto. Existe aqui um processo de mudança do sujeito em andamento, uma nova relação do sujeito consigo mesmo e com sua postura perante o mundo que o circunda de forma mais imediata, mediado pelos valores difundidos pelas/os militantes das organizações do movimento. É em relação com a construção desse sujeito que inclusive algumas pessoas significam sua aproximação com as ocupações.

> "Teve uma comunidade removida daqui e meu pai foi pra Sepetiba. A milícia achou

[298] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> que meu pai não tinha direito à casa e meu pai disse para não fazer nada. Eles se viraram pro meu pai e minha mãe no dia do Natal e disseram: Perdeu! E se a gente tentasse ir na justiça a gente poderia correr risco de vida. Conversei com a minha mãe e com o meu pai e falei daqui, mas eles não quiseram vir porque eles tão muito cansados, cansados demais, é muita violência. Eu vim pela moradia sim, mas vim também pela luta, pela esperança. Vim pra dar um exemplo, eu quero ter uma história de vida, quero dar um exemplo para os meus pais e meus irmãos. Eles tão muito cansados disso tudo. É muita violência." (informação verbal)[299]

O contato com o movimento dos sem-teto através de um novo processo é cheio de dificuldades e "barreiras" a serem superadas, não só nos termos materiais mais literais mas também no âmbito pessoal. Para essa pessoa, participando das reuniões preparatórios já há alguns meses, "lutar" significava também ter esperança. Essa postura é ainda colocada não só como parte de um projeto de constituição autorreferenciada de um sujeito específico. Também se trata de construir um sujeito relacional que se vê inserido em relações sociais próprias —familiares, no caso— e que pretende desempenhar um papel ativo nessas relações, pois quer "dar um exemplo para os pais e irmãos". Constituir-se enquanto esse sujeito significa "lutar", significa "ter uma história de vida".

Aquilo que vai "além" da moradia não tem, portanto, só uma direção a seguir. A "luta" vai "além da moradia" também porque suas dinâmicas tanto extrapolam quanto perpassam e constituem os sujeitos políticos dessa "luta" específica. O seu ponto de partida é, no entanto, o tema da moradia e seus espaços de referência político-identitários[300] —as ocupações. A unidade habitacional (quarto ou lote), conquistada através da territorialização feita coletivamente por um grupo organizado, torna-se a principal impulsionadora desse engajamento: no início, a possibilidade de solucionar a falta de acesso à moradia aglutina as pessoas ao seu redor; ao mesmo tempo, é também o horizonte de conquista da unidade habitacional que motiva a permanência nos espaços precários dos imóveis recém-ocupados. Por isso dissemos em outros momentos que o espaço de uso privado cumpre um papel central no movimento dos sem-teto.[301]

Construir a importância de espaços e relações que "vão além" da casa e de sua conquista é de fato um dos grandes desafios do cotidiano de militantes no movimento. Isso está presente, por exemplo, nas diferentes maneiras como se tenta valorizar o envolvimento com a ocupação como um todo —tentando enfatizar a importância do engajamento no Coletivo, no caso das ocupações que funcionam dessa forma; estimulando a participação nos

---

[299] Entrevista realizada por Rafael Gonçalves de Almeida em 06 de junho de 2010 com participante das reuniões preparatórias da Ocupação Guerreiro Urbano.

[300] Ver HAESBAERT (1996) e SOUZA (2008b).

[301] Ver TEIXEIRA e GRANDI (2008), ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009), GRANDI (2010), MOREIRA (2011), ALMEIDA (2011).

momentos de mobilização das pessoas da ocupação como um todo em manifestações públicas; discutindo a necessidade de moradia como expressão da desigualdade social na cidade e em recortes "mais amplos"; etc. Mas "ir além da moradia", em alguns casos, também envolve a tematização direta de outros assuntos que são vistos geralmente como "pessoais" — as relações familiares e as diferentes manifestações das opressões de gênero e etária, como a violência doméstica; as mais variadas formas de intolerância incorporadas no comportamento cotidiano, como o racismo e a homofobia; o reforço de uma lógica de trabalho e convivência coletivizada, baseada na ajuda mútua e na solidariedade; etc. Nesse sentido, portanto, parte do esforço de convencimento diário de militantes do movimento dos sem-teto também está voltado a buscar exercer influência sobre as maneiras como as pessoas se comportam rotineiramente. Esse tipo de influência pode ser almejada de maneiras mais ou menos doutrinárias ou autoritárias, porém o exercício desse tipo de poder sobre os sujeitos é recorrente —como soa ser em qualquer processo de instituição das relações sociais.[302]

Raimundo, por exemplo, é um senhor muito respeitado e bem quisto por diferentes pessoas das ocupações, grupos de apoio e mesmo outras organizações de movimentos sociais do Rio de Janeiro. Essa reputação foi construída em parte por sua sensibilidade, sua idade e seu engajamento político de anos junto ao movimento dos sem-teto. No final de tarde de uma sexta-feira, quando ele mais uma vez me recebeu em sua casa na Ocupação Quilombo das Guerreiras, conversamos durante algumas horas sob a luz da televisão. Em certa altura, Raimundo me comentou:

> "Essa questão das drogas é uma que é talvez a que mais me preocupa. (…) Porque a bebida e as drogas são coisas que, de repente, tiram as pessoas do normal. Eu entendo assim. Os companheiro que defendem acham que não. (…) Eu acho que nós aqui... talvez seja uma de nossas falhas: não ter uma campanha contra o álcool. Pra mim o álcool é a porta de entrada pra tudo. Essa questão de você se desinibir. Mas o álcool tem que ser combatido de uma forma mais sistemática. Tem que haver uma redução boa no consumo desse álcool. As pessoas devem ter educação pra consumir isso. É onde a nossa ocupação peca um pouquinho, sabe, em não combater, em não fazer algumas campanhas contra o álcool. Eu também tenho minha parcela de culpa por não idealizar e ter colocado essa situação pro Coletivo. Muitos companheiros saíram daqui por causa de bebida. Só bebida. Eram pessoas trabalhadoras que o pessoal todo gostava, se relacionavam bem. Mas pela questão da bebida, de não saber se comportar com o uso do álcool, eram agressivas. Chegaram até a querer agredir crianças. E nós perdemos alguns companheiros por essa questão do álcool. Embora o Coletivo, bem tolerante, protelou, protelou, protelou. Mas é uma questão em cima da outra e aquilo vai minando a paciência do Coletivo. E vai chegando a hora que qualquer coisa vira a gota d'água. Às vezes aquele cara que veio da rua e

[302] Vale lembrar que a instituição da sociedade sempre implica o exercício daquilo que Cornelius CASTORIADIS (1982, 1992) chama de infrapoder, dimensão mais intimamente vinculada àquilo que os gregos antigos chamavam de *paideia* —o processo de formação integral dos indivíduos que envolve a incorporação das instituições específicas da sociedade na qual os sujeitos se inserem.

> que a gente tinha que ter mais uma insistência pra bancar, pra manter ele, a gente não consegue. Então eu acredito que isso enfraqueça um pouco as pessoas. Você ter que tomar uma decisão de ter que colocar alguém pra fora e que era da rua. Mas não se tem outro jeito. Vai se usar o regulamento puro e simplesmente. Não pode beber, e se você já foi advertido. Já pegou sete dias e ficou aí na rua. Ficou quinze dias. E assim chega uma hora que não tem mais como segurar e o pior acontece. Que, na minha opinião, é ruim pra todo mundo. Ruim pra nós, Coletivo, que temos que tomar uma decisão dessa natureza. E quanto pra pessoa também, que mesmo revoltada, xingando e aquela coisa toda, a gente sabe que ele vai chegar na rua e não vai ser conforme aqui. Ele vai voltar a ser o que era antes." (informação verbal)[303]

O compartilhamento ativo da responsabilidade com as ações da coletividade na qual se vê inserido me ficou nítido na sua fala quando Raimundo fez questão de reconhecer sua "parcela de culpa" em situações que ele considera ruins. Mas essa sua posição deixa entrever também uma relação construída de forma bastante "horizontal". Alguém que eventualmente venha a sair da ocupação não é considerado por ele "melhor" ou "pior" por, por exemplo, ser visto como mais ou menos "politizado". A saída de pessoas por conta de mal comportamento ocasionado por algum vício —em álcool, no caso— é encarada como uma perda que "enfraquece" e "é ruim pra todo mundo". Trata-se de um entendimento compartilhado por muitas outras moradoras e moradores da Quilombo das Guerreiras. Esse tipo de acontecimento é percebido como envolvendo uma pessoa que estava do lado, "ombro a ombro" —como diria outra militante—, que trabalhava junto, que "lutava" junto, que precisava e que ajudava a construir a ocupação mas que, infelizmente, por conta de "não saber se comportar com o uso do álcool", foi "perdida". SANT'ANA (2013:41) chega ao ponto de chamar essas situações de "fracasso político real", "(…) considerando os que não conseguem se adaptar de nenhuma maneira à vida coletiva."

A tristeza de "perder" uma pessoa das ocupações mostra um pequeno exemplo das tensões pulsantes existentes entre a prática militante e as emoções dos sujeitos que se envolvem nesses processos. Por isso mesmo o processo de construção social do militante passa muitas vezes por uma reformulação também de sua relação com as emoções, parte fundamental da relação desses sujeitos com o mundo. Isso é foco de alguns comentários de Aline.

> "Tinham retiros na Igreja, onde procurávamos colocar questões mais polêmicas. Brincávamos que quando as pessoas chegavam ao 2º grau ou à universidade virava ateu; e que, muitas vezes, era por causa da própria Igreja que não levava informações que deveriam vir de dentro da Igreja —como a Inquisição, cobrança de indulgência, todos os podres, da reforma e da contra-reforma. Eu tinha uma crítica muito grande (...). E, por outro lado, eu também tinha crítica aos companheiros que eram só militantes, porque nesse período, eu militava e estava na Igreja. Existe um

[303] Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> abismo, uma dicotomia que diz: 'eu sou militante ou sou cristão'. A fusão dessas duas coisas é muito complicada e eu não conseguia entender isso. Não conseguia. Hoje eu consigo entender (…). Não sei se eu entendo, eu tenho uma teoria. Eu vejo o militante, meio Trotsky, aquela coisa meio seca, meio dura. Numa biografia de Trotsky tem uma passagem que, durante um discurso, ele vê as filhas no meio da multidão e, apesar de não vê-las há muito tempo, ele continuou falando, porque ele estava ali pela Revolução. Sem discutir linha de ninguém, eu acho que todo militante é meio Trotsky, ele tem uma moldura que ele tem que ter. Ele não pode ser emotivo, ele tem que ser meio frio. Ele tem que ser racional, não pode ter emoção (…). Como se ele não pudesse se compadecer. Hoje eu entendo isso. Por exemplo, se falasse do Eduardo Paes. Se conceituar o Eduardo Paes como cristão, você vai se perguntar onde está a misericórdia dele? Alguns vão até rezar por ele. Pra que ele mude. O militante não, ele quer colocar ele no 'muro', ele é um filho da puta mesmo e acabou. Não existe essa coisa de analisar o ser humano, que tem um lado bom e um ruim e pode ter um lado que ele pode cultivar mais e ser melhor a cada dia. Isso é uma coisa de cristão, não é uma coisa de militante. É como se o militante tivesse que romper com toda a questão sentimental, tivesse que negar a fé para ser um militante puro. Para mim Trotsky foi o cara mais seco, duro. Quando tinha um objetivo nada mais interessava. Che Guevara matou. Matou. Ele dizia: 'a Revolução é feita com amor'. Acho que escrevia poesia, mas era duro. Hoje eu entendo, mas eu sofria muito. Então eu passei só a militar. Não foi só por causa disso. Como eu disse o padre da minha paróquia faleceu, vieram novos padres. A Igreja Católica mudou, começou a implementar uma linha diferente (…). Nos anos 90, a Igreja começou a mudar, já uma preparação para a renovação carismática que, para mim, foi quase um golpe da Igreja Católica. Hoje a gente percebe mais isso, as pessoas de dentro da igreja, o bispo, por exemplo, tenta acabar com as pastorais da Igreja. O que são as pastorais? O agente pastoral não vive só a Igreja; é aquele que procura viver a vida. Não vive uma utopia. Vários jovens vinham a mim e contavam suas histórias de estupro, abuso e negligência dos pais, de vícios em drogas, eram situações que você precisava estar preparada para atender esses jovens, não com situações religiosas. E esse bispo, agora, acaba com isso, né? Para mim, foi muito doloroso, ainda é um pouco. Ser militante, me conservar distante... eu tive que me habituar." (informação verbal)[304]

Tornar-se uma/um militante não é fruto exclusivo da racionalidade, apesar da razão ser frequentemente colocada como carro-chefe desse processo pelas principais matrizes de pensamento da chamada esquerda política ocidental. É necessário uma mudança emocional, uma mudança da relação do sujeito com sua existência no mundo. Quando Aline relata as crises pessoais que botavam em tensão sua história cristã —ligada às comunidades eclesiais de base e à Teologia da Libertação— e seu envolvimento com a militância de esquerda, essa dimensão do processo salta aos olhos. Mas é claro que a "conversão" do sujeito em militante não acontece somente através desse processo de violência da razão sobre a emoção.

No caso das ocupações da variante por coletivo do Rio de janeiro, por exemplo, esse processo passa inclusive pelo convencimento da necessidade do cuidado com o Coletivo, uma entidade muitas vezes reivindicada como referência à totalidade das moradoras e moradores

[304] Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira em 24 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

da ocupação.[305] Quando MOREIRA (2011) reflete sobre a construção específica que Aline faz de si mesma em sua narrativa, ela aponta para parte desse processo.

> "A partir da construção de sua trajetória, de sua história e de sua família, seus conflitos e marcos até seu envolvimento com o movimento dos sem-teto, podemos ver momentos de ruptura e o 'converter-se a causa' dos sem-teto, mas, principalmente, 'converter-se' à crença no Coletivo. Isto demanda um engajamento cotidiano e um processo contínuo de convencer-se e convencer os outros moradores da legitimidade e importância da construção coletiva. Fortalecer o Coletivo é, sem dúvida, o objetivo principal do seu envolvimento." (MOREIRA, 2011:68)

De fato essa "conversão" aponta para o processo de convencimento que não só enquadra as condutas em contextos explicativos específicos, mas que também impele à mudança das ações com base na reflexão sobre suas práticas. Essas mudanças podem ser estimuladas diretamente pela convivência coletiva em ocupações do movimento. Conversando com Carla, também moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, ela fez questão de explicitar o papel do contato com o movimento nesse seu processo ao dizer: "Eu era uma pessoa que não me adaptava muito, nunca tinha vivido coletivamente. Eu não era muito de fechar com as pessoas. Então quando vim pra Quilombo, a Quilombo fez um bem pra mim que você não imagina. Muito ótimo. Consegui viver coletivamente." (informação verbal)[306] Carla passou por uma mudança estimulada pelo contato com o movimento, ressaltando então o caráter político-pedagógico dessas experiências.

> "Este processo de identificar-se enquanto sem-tetos, organizados e protagonistas de um Coletivo, envolve, necessariamente, a formação política e transformação dos sujeitos em relação à sua leitura de mundo e de seu papel na sociedade; em outras palavras, é um processo educativo." (COLOMBO, 2012:36)

Trata-se de um processo que demanda muito esforço por parte de militantes do movimento dos sem-teto, especialmente daquelas pessoas que vivem o cotidiano dos territórios ocupados. O "convencimento diário da ideia do coletivo", nas palavras de Aline, enfrenta dificuldades que são identificadas como profundamente ancoradas no comportamento das pessoas.

> "As pessoas têm muita dificuldade de viver em coletivo. Imagina: a sociedade diz que a gente tem que arrebentar o outro, que a gente tem que competir com o outro, que a gente tem que dar rasteira no outro, que a gente tem que furar o olho do outro; chega aqui dentro você tem que ajudar o outro, você tem que ser companheiro do

[305] A compreensão do que é o Coletivo para moradoras e moradores dessas ocupações é, como é de se esperar, também múltipla. Sobre isso, ver MOREIRA (2011).

[306] Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras, parte do filme intitulado "Mulheres Guerreiras" realizado em conjunto com Gui Morais e Luiza Colombo. Disponível em: <http://youtu.be/q8cYHXxcmL4>

> outro, você tem que pensar no outro? Isso não é bobeira não. Uma companheira, roubaram todas as coisas dela. Outro companheiro que é camelô chegou e falou 'toma aí a mercadoria e vai trabalhar'. Então não é balela, não é da boca pra fora. É um processo mesmo de criação, um processo de construção coletiva. É uma luta antissistêmica mesmo, anticapitalista. Lá fora você compete com todo mundo, aqui dentro você é obrigado a ser solidário, você é obrigado a ser parceiro, você é obrigado a ser amigo, você é obrigado a enxergar o outro como você, com todos os defeitos e limitações que ele tem e que eu tenho. O outro é o meu reflexo. Se eu aponto um defeito do outro, eu também tô apontando um defeito meu." (informação verbal)[307]

A mudança de ações rotineiras é significada como uma mudança de postura dos sujeitos frente às relações sociais nas quais estão inseridos como um todo. A ligação dessas posturas com uma totalidade social faz Aline reconhecer nesse processo uma "luta antissistêmica, anticapitalista." Não se trata, porém, somente de um processo que incide sobre as pessoas que têm seu primeiro contato com o mundo dos movimentos sociais através do movimento dos sem-teto, como no caso recém-comentado de Carla. A experiência de convívio nas ocupações atua também sobre aquelas pessoas que compreendem seu envolvimento com a "luta por moradia" como parte de uma trajetória mais longa de "lutas", situação comentada algumas páginas atrás. Nesses casos, o convencimento cotidiano pode levar à busca por superar aquilo que a própria Aline muitas vezes identificou em outras conversas como o "grande abismo" que, segundo ela, "separa nossa teoria de nossa prática."

Trata-se, portanto, de um processo cotidiano de convencimento, que SANT'ANA (2013) remete a um processo diário de mudanças, ação e reflexão que implica não só a formação do Outro, mas especialmente a auto-formação e o auto-convencimento constantes. Essa (auto)constituição envolve uma complexa dinâmica de interioridades e exterioridades, empurrando a "luta" em múltiplas direções que perpassam e extrapolam o sujeito. Tal processo traz elementos que podem (re)construir as maneiras de se relacionar consigo mesma/o e com o Outro. A pessoa e suas ações são ressignificadas no seio do conjunto de novas relações sociais mediadas pela situação de "luta por moradia", reelaborando as relações estabelecidas entre elas e a totalidade que as circunda.

> "A gente vem torto pra cá. Acho q a gente vem aleijado, e o coletivo vai 'desaleijando' a gente. A gente aleijado, encrustado com esse capitalismo, esse individualismo, com ranço, com preconceito. Essa porra toda. E aqui a gente é obrigado a olhar todos de igual para igual. E respeitar de igual para igual. De olhar como companheiro, companheiro de luta." (informação verbal)[308]

---

[307] Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras, parte do filme intitulado "Mulheres Guerreiras" realizado em conjunto com Gui Morais e Luiza Colombo. Disponível em: <http://youtu.be/q8cYHXxcmL4>

[308] Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira em 24 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

"Desentortar-se" é como Aline entende as consequências da influência da vivência coletiva em sua vida. O alinhamento a certa "retitude" à qual essa ideia de Aline remete é justamente o que leva muitas pessoas a constituir novas verdades a partir do contato com o movimento dos sem-teto. Por isso SANT'ANA afirma que a experiência de autogestão da Quilombo das Guerreiras exemplifica bem um processo que é tanto de "formação" quanto de "*de*formação", criando e consolidando a partir do dia a dia novos valores e referências de verdade que, não raro, tornam-se novas barreiras a dificultar a aceitação da existência de valores outros enquanto igualmente válidos aos seus.

> "(...) [A] dialética de *formação* e *deformação* do coletivo pode acontecer numa velocidade estonteante. Alguns moradores podem chegar quase à loucura com a consciência do processo político que estão vivendo, e podem a qualquer momento usar de força tão coerciva quanto à do Estado por uma crença quase dogmática do processo político. Estes acontecimentos são muito delicados na convivência coletiva, pois as relações passam de amor a ódio em um piscar de olhos. Alguns moradores, por exemplo, preferem infringir a própria norma que criaram como o Regimento Interno, que prevê expulsão em caso de roubo, e trocam sua moradia por um punhado de cobre. Praticamente todos os casos de expulsão coletiva foram por roubo ou por ameaça a integridade do coletivo." [grifos no original] (SANT'ANA, 2013:41)

Em suma, fica nítido ao menos um duplo caráter desse processo que o torna parte da construção de uma ideia de "luta" que "vai além da moradia". Por um lado, há um esforço consciente de militantes do movimento dos sem-teto no sentido de fazer com que o envolvimento junto às ocupações e outras atividades conforme sujeitos específicos, "lutadoras e lutadores", extrapolando o objetivo concreto e imediato da conquista da moradia e enraizando a "luta" no comportamento das pessoas. Por outro lado, a constituição desses sujeitos se dá através do engajamento no dia a dia, incluindo aí tanto as atividades rotineiras nos territórios do movimento quanto os afazeres ligados às necessidades diárias de trabalho, relações familiares, educação, saúde, etc. Dessa forma, a "luta" implode e explode os sujeitos, dessa forma indo "além da moradia" propriamente dita.

5.3.4. **"*Quê dormir, tem ocupação mano...*": A "luta por moradia" como reprodutora social da militância**

Em certas situações ficou nítido também um outro entendimento sobre as formas como a "luta" pode ir "além da moradia". Ele parte da ideia de que a "luta" não se limita aos

sujeitos mais diretamente envolvidos nela e que já estão de alguma forma convencidos da importância que os movimentos sociais conferem a ela. Pelo contrário, a "luta por moradia" extrapolaria o âmbito desses indivíduos, buscando difundir entre novas pessoas tanto uma valoração positiva da "luta" ao redor do tema da habitação quanto de outras dimensões de engajamento político ativo.[309] Encontrei esse entendimento tanto em documentos formais de algumas organizações, quanto nos relatos a respeito das dinâmicas cotidianas de ocupações —tenham sido eles mediados pelo discurso de lideranças do movimento ou obtidos diretamente com moradoras e moradores por mim ou por outras pesquisadoras e pesquisadores parceiros.

Um dos princípios de organização do MTST, por exemplo, é o que chamam de "construção do poder popular". Em sua cartilha de princípios a organização explica o que entende por isso. Segundo o documento, essa construção é expressa através de duas questões: a autonomia e a formação política. Enquanto a autonomia é compreendida como a ideia de que é a própria organização que toma as decisões relativas a seus rumos e ações —e não outras organizações ou mesmo o Estado—, a formação política cumpre papel crucial na reprodução social da organização.

> "A formação política – como princípio – significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. Ou seja, o MTST deve ser conduzido pelos trabalhadores e deve haver um esforço organizativo para preparar cada vez mais trabalhadores para dirigirem a organização." (MTST, 2013:7)

A formação política surge novamente como tendo o objetivo de constituição de sujeitos próprios, processo que, como já comentei, está vinculado aos valores e objetivos específica de cada organização. Ao mesmo tempo, tal processo envolve a preocupação das organizações em manter-se existindo ao investir na reprodução social de sua militância. Esse interesse certamente não se restringe à atuação do MTST. As maneiras de realizar essa reprodução social são, obviamente, bastante distintas entre as organizações do movimento.

As estratégias de atuação das organizações, relacionadas com as maneiras através das quais elas pretendem se reproduzir socialmente, possuem espacialidades específicas. Tomando documentos do MTST novamente como exemplo, é nítido que os diferentes grupos que compõem sua estrutura —como os núcleos comunitários ou núcleos de poder popular[310] —, bem como as organizações que derivam dele —como o Periferia Ativa— expressam

[309] Em certos casos, essa compreensão dialoga com aquela comentada páginas atrás que considera a "luta por moradia" como parte de um "conjunto de lutas" por direitos sociais.

[310] Ver GOULART (2011).

estratégias de atuação nas quais a dimensão espacial fica em destaque. A organização reconhece que

> "(...) a ocupação tem para nós um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com união e organização – temos poder de enfrentar esse sistema." (MTST, 2013:11)

A preocupação da organização em atuar nos espaços contínuos aos territórios ocupados explicita alguns traços das estratégias de expansão e garantia de sua existência, ainda que a manutenção das ocupações eventualmente não seja possível ou planejada. "Formar novos militantes" é a primeira razão que o documento aponta ao explicar o porquê de os territórios do movimento terem "um sentido muito maior do que a luta por moradia". O esforço da organização nessa direção, segundo um de seus coordenadores nacionais, "(…) produz um resultado duradouro, ao formar novos militantes para a luta dos trabalhadores no Brasil. São aqueles que, com esta experiência, perceberam que podem lutar para decidir também os rumos da sociedade em que vivem." (BOULOS, 2012:65)

Como se desenrolam os processos que realizam essa reprodução social do sujeito militante no âmbito da "base social" do movimento dos sem-teto? A complexidade desse processo impede que alguma relação seja entendida como determinante. Aquelas interações "micro" que se desenvolvem no espaço-tempo cotidiano, no entanto, parecem cumprir papel importante. É nesse recorte da experiência dos indivíduos onde e quando as ideias são difundidas tanto em termos racionais quanto emocionais, sendo eventualmente incorporadas no comportamento diário dos sujeitos. Tais processos muitas vezes dependem não só do convencimento racional, mas também daquele forjado paulatinamente em espaços e momentos que permitem a troca de olhares, a sensibilização e o cultivo de empatia e afeto.

Nas inúmeras conversas que tive nas ocupações, frequentemente surgiam aspectos ligados a um complexo processo de sensibilização mútua entre moradoras, moradores, militantes e outras tantas pessoas que transitam por esses territórios. Essa sensibilização compreendia em grande parte a construção de empatia com um sujeito Outro, fosse ele aquela pessoa que também passa por dificuldades ligadas às condições de moradia especificamente ou aquela que enfrenta desafios ligados a outros tipos de opressão ou desigualdade.

De fato não é necessário afirmar para pessoas das classes populares que a necessidade de moradia é uma situação amplamente compartilhada. Mas essa dificuldade, por

força das significações imaginárias[311] dominantes, é em geral individualizada, passando a ser compreendida como resultado de posturas e escolhas pessoais. Uma das coisas que o contato com o movimento dos sem-teto traz, porém, é a ressignificação dessa situação enquanto problema que, uma vez compartilhado, pode —e, para um movimento social, *deve*— ser enfrentado de forma coletiva e organizada. Disso se trata, grosso modo, o processo que transforma o problema da moradia em "luta por moradia", como busquei destacar no início deste capítulo.

A sensibilização quanto à sua necessidade de moradia e a de outras pessoas, porém, não significa automaticamente um sentimento de responsabilidade com a "luta por moradia" desse Outro. Ainda que não seja uma derivação automática, porém, não há dúvida de que ela ocorre. Uma das moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga uma vez me disse, por exemplo, que achava "(...) que o papel do morador é esse, você mora e depois dá essa oportunidade pra outra pessoa. Se eu tivesse em casa vendo Faustão, era menos uma pessoa na luta." (informação verbal)[312]

Pude presenciar diversas vezes essa mesma postura entre outras moradoras e moradores em ocupações tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo. Quando perguntei a um dos jovens que fazia parte do grupo de capoeira Herdeiros da Mauá, na Ocupação Mauá em São Paulo, se ele achava que valia à pena fazer ocupações, a resposta que tive foi enfática:

> "Vale sim, lógico que vale. Porque eu acho que prédio é feito pra ser usado, e não pra ser uma coisa apenas pra ocupar espaço na cidade. Se quer ocupar espaço, demole e faz uma praça pras crianças, ou alguma coisa que possa ajudar. Mas não é pra ficar vazio. Eu acho que se tá vazio tem que ocupar mesmo." (informação verbal)[313]

À época da conversa, Juliano estava na ocupação há quatro anos. Essa e outras falas que escutei dele enquanto acompanhava as aulas do grupo de capoeira mostravam que ele havia assimilado alguns dos argumentos que o movimento dos sem-teto em geral —e também especificamente as organizações às quais a Ocupação Mauá se vincula, o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e a Associação dos Sem Teto do Centro – São Paulo (ASTC-SP)— busca utilizar para justificar politicamente a luta por moradia através da realização de ocupações. No mesmo sentido caminhou a conversa que tive com outro jovem da ocupação. Depois de um dos treinos do grupo de

[311] Sobre isso, ver CASTORIADIS (1983).
[312] Entrevista realizada em 03 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.
[313] Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

capoeira, perguntei a Paulo o que ele achava desse jeito de lutar por moradia ocupando prédios.

> "Ah mano, eu acho assim... Tipo, é o que eu acho. Eu acho, mano, que tem que ocupar. Tipo, hoje tem pessoa que não tem onde morar, com criança aí. Tem que ocupar, mano. Eles ainda devem IPTU do prédio, ficam devendo. Por isso que a ocupação ocupa, pra gente não ficar desse jeito. (…) Também as pessoas ocupam porque querem uma casa pra morar, querem uma coisa boa. Ninguém quer nada de ruim pra ninguém. A gente só quer uma coisa pra morar, mano." (informação verbal)[314]

A aparente simplicidade da resposta salta aos olhos por destacar aspectos fundamentais do discurso oficial do movimento dos sem-teto, explicitando um processo paulatino de apropriação dos debates que o movimento busca trazer à tona da mesma forma que pude perceber nas conversas com Juliano. Este remetia a situação a uma das condições fundadoras do movimento —o fato de existirem imóveis abandonados enquanto "prédio é feito pra ser usado", segundo ele. Vejo isso como uma assimilação particular da ideia existente por trás da exigência constitucional de cumprimento da função social da propriedade de qualquer imóvel.[315] Por outro lado, Paulo ancorou o início de seu argumento em outra das condições fundantes do movimento dos sem-teto —o reconhecimento de que "hoje tem pessoa que não tem onde morar". Ele ainda insere como agravante o fato de muitas vezes serem pessoas "com criança aí". Isso é suficiente para que Paulo se sinta confortável para concluir diretamente que "tem que ocupar, mano". Mesmo assim, ele complementa que os proprietários dos imóveis "ainda devem IPTU do prédio, ficam devendo", enquadrando-os em uma situação de ilegalidade jurídica e sustentando sua fala, portanto, também na obrigatoriedade legal de pagamento de impostos. Paulo desmoraliza os proprietários, ao passo que apresenta as pessoas do movimento como moralmente apoiadas: "Ninguém quer nada de ruim pra ninguém."

Em pleno centro da capital paulista, portanto, esses jovens moradores de ocupações demonstravam incorporar dimensões cruciais do discurso do movimento social. Reenquadram suas experiências como sendo compartilhadas com outras pessoas e, sob as bases de suas

---

[314] Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

[315] Essa exigência se fundamenta nos artigos 5º, 182º, 184º e 186º da Constituição Federal, pelo menos. O artigo 182º é de especial importância nesse contexto, pois trata diretamente da função social da propriedade urbana. Tal formulação, no entanto, é bastante ardilosa. Para ver considerações a respeito de como a ideia de "função social da propriedade" já traz consigo aspectos político-ideológicos vitais ao capitalismo —como a suposição de que a propriedade não teria função social em si, mesmo quando sabe-se de sua profundidade e importância — ver SOUZA (2006).

experiências vividas, incentivam a continuidade das ocupações por conta da existência concomitante de imóveis abandonados e pessoas em situação de déficit habitacional.

Wagner conhece essa história há algum tempo, por viver em ocupações desde 2002, depois de sua família ter sido despejada da pensão onde morava. Através dos contatos feitos em um grupo de base do MSTC por seu irmão, conseguiram logo após o despejo um lugar em um prédio ocupado pela organização na Rua Ana Cintra, ainda na área central da cidade e próximo do metrô Santa Cecília. Mas pouco depois houve a reintegração desse imóvel, piorando a situação de sua família e das demais que já moravam ali. "Aí ficamos uns três meses ali na Frederico Esteves, debaixo de chuva, nos acampamentos lá de plástico, de madeira. Um monte de família com criança. Nesse tempo eu ainda era pequeno ainda, nem sabia direito das coisas." (informação verbal)[316] Inseridos pelo MSTC num programa de auxílio aluguel, passaram a viver em outro imóvel —dessa vez alugado— na Rua Santa Rosa, zona cerealista também na área central da cidade e próximo ao mercado municipal. Quatro ou cinco anos depois, segundo Wagner, o auxílio foi suspenso e as famílias, pressionadas pelo aumento dos gastos com o aluguel, ocuparam o antigo hotel na Rua Mauá 340.[317] Lá se vão, portanto, ao menos dez anos de vida sob a influência do movimento.

Beirando seus vinte anos quando conversávamos, Wagner me apresentava seu envolvimento com a "luta" como já transcendendo a necessidade concreta de sua família. Perguntei a ele porque ele continuava na ocupação até o momento.

> "Então cara, eu continuo aqui porque demora pra sair o atendimento das famílias, né. E eu, caso saia o atendimento, esse atendimento que sair vai sair no nome da minha mãe e ela vai com as minhas irmãs. E eu vou ficar aí, por aí mesmo. Porque aqui eu aprendi a gostar da luta, né. Acho que mesmo se sair um atendimento pra mim, pra minha mãe, sei lá, eu vou continuar aqui, na luta com o pessoal aqui." (informação verbal)[318]

A espera por "atendimento" é de fato longa, resultado em grande parte das prioridades políticas estabelecidas pelo Estado em seus três níveis. Além disso, mesmo que a solução definitiva para o problema específico da moradia fosse a conquista de um imóvel, não se tem garantias de que opções paliativas não serão oferecidas pelo Estado em troca de uma ação menos violenta de despejo —como o auxílio aluguel. O que interessa a essa altura das reflexões, porém, é ver um outro momento no envolvimento de uma pessoa nova no processo

[316] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.
[317] Oficialmente a numeração do imóvel está entre os números 342 e 360. O número constante na fachada do prédio, no entanto, é 340, motivo pelo qual optei por utilizar essa última numeração.
[318] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

de reprodução dos sujeitos que se mobilizam ao redor da "luta por moradia". Wagner se assume convencido pela proposta de mobilização política e, ao mesmo tempo, afirma isso como um aspecto com grande importância em sua vida. Não é à toa que, no momento em que conversávamos, ele era o coordenador de juventude da ocupação —visto ser um jovem (em termos de idade pelo menos, ainda que por cerca de dez anos vinha morando em espaços ligados às conquistas do MSTC) que se destacava politicamente na ocupação. Além do mais, salta aos olhos a importância que Wagner dá à sua experiência de vida na ocupação para tal processo de envolvimento com a "luta por moradia". Foi na ocupação que ele diz ter "aprendido a gostar da luta". O entorno cotidiano é que o teria formado politicamente. Se antes ele diz que "nem sabia direito das coisas", quando conversamos sua posição era diferente.

> "Cara, quando eu não entendia nada, eu ficava sempre me perguntando né. Aí depois eu comecei a entender né, o por quê. Porque tem muita gente aí com muita criança, morando na rua, e esse monte de prédio vazio aí. E eu sempre ouvi o pessoal dizer assim: que enquanto tiver prédio vazio e gente precisando de moradia, nós vamos ocupar. Eu falei 'demorou'. Abracei essa causa também e tô junto com o pessoal aí, pro que der e vier nós tamo aí. Debaixo de chuva, de sol, nós vamos ocupar." (informação verbal)[319]

Wagner é um pouco mais velho do que os outros jovens com quem conversei, além de ter mais tempo de contato com o movimento. Ainda assim, sua argumentação tem pontos de contato óbvios com as falas de Paulo e Juliano, como a afirmação do contraste entre prédios vazios e "muita gente aí com muita criança morando na rua". Mas Wagner indica a extrapolação da "luta por moradia" que aponta para "além" da Ocupação Mauá e de sua família: "abraçou essa causa" e "tá junto pro que der e vier" para seguir ocupando "enquanto tiver prédio vazio e gente precisando de moradia". A mais de 350 quilômetros de distância dele, no centro da segunda maior metrópole do país, Pedro, hoje pai de uma filha e um filho, expressava a mesma ideia.

> "Eu fui criado sem pai, sem mãe, sem família. Eu caí na carreira do crime? Caí sim. Revoltado. Caí duas vezes no presídio. Eu me revoltei. Criado na FUNABEM, trabalhando pro governo, tratado como marginal desde pequeno... Não tive apoio porque não tive família. Por causa de que que eu luto? Por causa de que eu apoio o camelô? Por causa de que que eu apoio a ocupação? Porque eu sei de onde que eu saí. Eu sei de onde eu saí! E eu tenho os meus direitos. Era pra eu ter uma casa. Trabalhei muito tempo na FUNABEM e até hoje não recebi nada. Aqui na ocupação eu encontrei portas abertas. O que eu tenho pra falar de ocupação? É que enquanto tiver gente na rua, isso não pode acabar, tem que crescer mais e mais." (informação verbal)[320]

[319] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.
[320] Entrevista realizada por Rafael Gonçalves de Almeida em 29 de janeiro de 2011 com integrante da Ocupação

A “luta por moradia” continua mesmo depois de uma eventual conquista de sua casa porque é preciso conquistar moradia também para outras pessoas que enfrentam as dificuldades de um déficit habitacional crescente no país.[321] O processo que leva esses sujeitos a essa compreensão sobre seu engajamento político se alimenta, dentre outras coisas, da empatia que o compartilhamento de suas experiências lhes permite fomentar —sob a influência dos valores das organizações do movimento dos sem-teto com as quais estão em contato. Perceber os desdobramentos disso às vezes exige um certo grau de sensibilidade, como quando Wagner me comentou que “(…) a gente tava indo pra [fazer a] ocupação, tinha um menininho ali e eu falei 'você não vai pra casa dormir não?' 'Quê dormir, tem ocupação mano...' e não sei o que. (risos) Eu achei bonitinho ele falando.” (informação verbal)[322]

Mas os processos de significação das experiências cotidianas que estimulam a explosão do sentido da “luta por moradia” também podem incentivar a empatia e a solidariedade com sujeitos que não enfrentam necessariamente os desafios ligados ao problema da habitação mas que, ao mesmo tempo, sofrem com outras situações de opressão e desigualdade. Alice conta, por exemplo, que uma das coisas que lhe parecem mais bonitas na Ocupação Quilombo das Guerreiras

> “(…) é o respeito à diversidade que as ocupações têm. Que muitas vezes não é externado, se existe um preconceito, ele não é externado, pela própria força coletiva. Ninguém tem a capacidade de chamar o outro de 'macaco', 'paraíba', de 'gay' ou de 'viadinho', 'sapatão', disso ou daquilo, porque sabe que o bagulho vai ficar feio com todo mundo. Então, esse respeito à diversidade, à diferença, independente de credo, cor, raça, tudo. Eu acho que é um espaço muito benéfico pra se criar uma coisa verdadeira mesmo. Eu acho que é propenso ter esse coletivo verdadeiro que eu sonho. Que não se preocupe só com a moradia. Com tudo. Se um cara bate em uma mulher, tá fora. Não interessa se você resolvia seus problemas assim fora daqui. Aqui você não vai resolver assim. E ele tem que domar os instintos dele. Entender que ele não pode bater na mulher dele. Ele pode beber, mas a bebida dele não pode agredir o outro. Se respeitar, nesse momento, é uma dificuldade que todo ser humano tem. (…) Eu acho que é isso, eu acho que a diferença é que alguns companheiros querem moradia e, com a moradia, as pessoas despertam para outras coisas. E eu acho que a gente é aleijado, a gente não desperta, a gente precisa ser despertado. Agente precisa ser contagiado.” (informação verbal)[323]

O “contágio” do qual Alice fala produz mudanças concretas e perceptíveis no comportamento das pessoas, sejam elas mais sutis ou mais explícitas. Essas mudanças surgem

---

Quilombo das Guerreiras.

[321] De acordo com os dados oficiais, no período entre 2000 e 2010 houve um crescimento de cerca de 1.065.000 domicílios considerados em situação de déficit habitacional no país. Ver BRASIL (2011) e FJP (2012, 2013).

[322] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

[323] Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira em 24 de julho de 2009 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

do contraste das relações, tendo o espaço como uma referência sempre presente. É isso que vejo quando Alice diz não importar como as pessoas resolviam seus problemas fora da ocupação, uma vez que agora, sob a territorialidade do Coletivo, os procedimentos serão diferentes. Ainda assim, esse passado desempenha papeis que não podem ser desconsiderados no processo de convencimento cotidiano desenvolvido no interior das ocupações. Afinal de contas, trata-se exatamente dos comportamentos que as pessoas mais envolvidas no movimento buscam transformar. Nádia é um exemplo disso. Quando lhe pedi para comparar "quem era a Nádia" antes e depois da ocupação, ela foi direta ao dizer que

> "[a]ntes da Quilombo eu era uma pessoas com conceitos preconcebidos. Bem, não vou dizer homofóbica, mas preconceituosa com relação aos gêneros, aos direitos das pessoas escolherem o que elas querem fazer da vida delas. Eu era meio contra as pessoas serem lésbicas e serem gays, no caso dos homens. Tinha certos preconceitos (…). Hoje a Nádia é uma pessoa que se despiu dessas crenças, desses preconceitos, dessas ideias que eu tinha do que era uma ocupação, do que é uma favela, do que é a pessoa ser gay e do que é a pessoa ser lésbica, do que é o direito de as pessoas serem o que elas querem ser, de fazerem o que elas querem fazer." (informação verbal)[324]

Obviamente que nem todas as pessoas que participam do movimento dos sem-teto passam por esse tipo de mudança. Mas o que quero ressaltar nessa reflexão é o potencial de sua efetivação, presenciado no decorrer dos últimos sete anos de meu envolvimento junto ao movimento. SANT'ANA (2013) relata de maneira sensível as mudanças que percebeu nesse sentido durante seu tempo de moradia na Quilombo das Guerreiras.

> "Vi homens deixando de bater nas mulheres, não porque era pecado ou porque o coletivo poderia votar uma advertência, mas por sua 'descoisificação' e por assimilar, no seu tempo, que não era o seu dono. Vi diferenças desaparecerem como a borracha que apaga a página não desejada. Na Quilombo, a diversidade é uma dádiva e não um estorvo, onde ser gay, negro (a), nordestinos, mãe solteira, seja lá o que for, não são as diferenças incutidas pelo poder dominante como a demarcação do que não é certo e que não abordam questões sociais, mas vivi o sentido real desta palavra que não se esconde, mas que se mostra, se partilha. Vi surgir diante de mim à música (canção dos homens de Tholba Phanem) das tribos africanas. Explico-me: desde o nascimento da criança, inspirada, sua mãe compõe uma música que passa a ser sua, depois ensina para o pai para que ele possa cantar para o filho em sinal de respeito pela sua individualidade, e assim, para os demais da tribo próximos da criança. Quando esta criança ou este homem erra, não é castigado e expulso da tribo, mas é o momento que todos de sua convivência cantam sua música, para que ele redescubra sua origem, sua história e volte para a convivência com os seus. Vi isto, na assembleia que ficou conhecida como 'assembleia do perdão' onde, o coletivo refletindo sobre seus erros, se retrata e chama dez moradores para a convivência. Me senti cantando para dentro de mim e para cada um ali. Vi mulher sustentar oito filhos trabalhando como diarista sem pedir nada pra ninguém. Vi crianças nuas, descalças e descuidadas, correndo pelas escadas do prédio se tornar criança coletiva. Vi crianças que tinham vergonha de dizer que eram sem-tetos e, para disfarçar, davam a volta no bairro na saída da escola para chegar na Quilombo. Depois de várias discussões através do Teatro do Oprimido, vi as mesmas crianças, em apresentações em locais

[324] Entrevista realizada em 07 de março de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

> públicos (Central do Brasil, CTO, Mangueira e Ocupação Chiquinha Gonzaga), contando suas histórias e criticando o papel opressor da escola. A vergonha deu lugar ao orgulho pela coragem dos seus pais em mudar o curso dos seus dias, sua história, através da ação direta. Vi as crianças cantando sobre Eduardo Paes: 'Esse cara tá maluco falando que é invasão/ Quilombo é ocupação/ Quilombo é o caldeirão!' (Funk das Guerreiras, composição coletiva). E refletindo sobre o coletivo: 'Aqui é coletivo, não tem um chefe não/ Se quiser ficar com a gente é só chegar na reunião' (Rap das Guerreiras, composição coletiva). Vi os adultos se enxergando nesse canto. Vi pessoas jovens que deixaram suas famílias e os almoços ou noites de domingo para estarem com as crianças e adolescente da Quilombo em atividades excepcionais de formação e autoformação." (SANT'ANA, 2013:53-4)

Essa (trans)(auto)(de)formação proporcionada pelo contato com o movimento dos sem-teto, portanto, pode oferecer oportunidades para a aproximação de diferentes pessoas em situação de opressão. O compartilhamento cotidiano de experiências nos territórios do movimento são cruciais para que esse potencial seja de alguma maneira efetivado e transformado em práticas conjuntas concretas. Quando Sant'ana fala das crianças da ocupação demonstra as diferentes formas de diálogo espacial que esses processos podem incentivar. A vergonha sentida pelas crianças e a estratégia espacial da qual elas faziam uso para driblar o reconhecimento enquanto sem-teto deixa nítido como esses processos dialogam com as relações que as e os sem-teto estabelecem com os esteriótipos espaciais impostos às ocupações. O exemplo das crianças também explicita o diálogo com outros espaços —como as escolas— estimulado através de atividades desenvolvidas no dia a dia da ocupação —como as oficinas de teatro do oprimido e as atividades de "formação e autoformação" levadas adiante por pessoas que, apesar de não morarem na ocupação, realizam atividades de apoio cotidiano a esses territórios.[325]

A prática do movimento, dessa forma, não termina quando se consegue convencer as pessoas de que as suas dificuldades em termos habitacionais podem ser enfrentadas coletivamente através da territorialização de imóveis antes abandonados à espera de sua valorização imobiliária. Ela aponta também para a importância de conquistar "novos militantes para a luta" em um sentido abrangente, como COLOMBO (2012:56) destaca ao citar uma das pessoas que entrevistou.

> "O objetivo de um movimento sem-teto é lutar pela moradia sim! Mas na Quilombo [das Guerreiras] vemos que outros enfrentamentos também são necessários na luta dos moradores de uma ocupação. Ou seja, lutar pela educação, lutar pela saúde, lutar contra o racismo, contra preconceitos, lutar... Estar interagindo com outros movimentos sociais. Eu acho que isso é uma característica da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Estamos engrossando as fileiras do movimento sem-terra, do movimento sem-teto, gays, mulheres, negros. (...) É importante lutarmos juntos pra

[325] Essa é a situação na qual se encaixa minha atuação junto a algumas ocupações do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro.

uma conquista maior do que a moradia." (informação verbal)[326]

O horizonte de ação se expande em termos de pessoas, temas e espaços: não mais somente aqueles sujeitos que fazem parte da organização específica; nem exclusivamente aquelas pessoas que precisam enfrentar desafios ligados ao problema da moradia; muito menos só os territórios do movimento dos sem-teto. As "lutas" rotineiras, ressignificadas e temporariamente concentradas ao redor da "luta por moradia", encontram naquilo que "vai além da moradia" um horizonte que as reintegra.

5.4. DISPERSÃO, CONVERGÊNCIA E DIFUSÃO DA "LUTA"

Com as discussões sobre a dimensão escalar da espacialidade em mente, as afirmações frequentes de que a "luta" precisava ir "além da moradia" me faziam imaginar que havia elementos espaciais presentes nessa preocupação. A categoria "luta", portanto, me serviu como uma entrada através da qual busquei pensar sobre os processos de transformação pelos quais muitas pessoas passam ao entrar em contato com o movimento dos sem-teto, especialmente no que envolve a forma como elas compreendem e atuam sobre o mundo. Apesar da polissemia desse termo, a meu ver era possível refletir a partir dele a respeito de algumas trajetórias de mudanças no conjunto de ideias que inspiravam as práticas de moradoras e moradores das ocupações do movimento. Para pensar sobre isso me pareceu importante buscar desnaturalizar essas afirmações sobre a a "luta" e aquilo que ia "além" dela. Tentei fazer isso pensando sobre ao menos dois aspectos: as diferentes compreensões existentes a respeito do que poderia vir a ser esse "além" que frequentemente figurava no horizonte da "luta por moradia"; e alguns aspectos da espacialidade que permeavam os processos através dos quais tais entendimentos eram construídos.

Isso não significa a existência de uma narrativa coesa. Pelo contrário, a diversidade de trajetórias, entendimentos e processos faz da "luta" um aspecto escorregadio no dia a dia do movimento. Além disso, as conversas que eu estabelecia com moradoras e moradores eram certamente situacionais, pois sem dúvida os diálogos que mantive com as pessoas das ocupações sobre suas trajetórias eram mediados por nossas posições relativas. O mesmo acontecia com as demais entrevistas feitas por colegas de pesquisa e de militância. A maneira

[326] Entrevista realizada por Luiza Colombo em 15 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

como minha subjetividade era produzida pelas moradoras e moradores através da atribuição de diferentes identidades com certeza influenciava a versão da história com a qual eu era brindado. Afinal, geralmente reconstruímos nosso passado à luz das visões que temos sobre ele no presente. Interpretamos nossas escolhas de diferentes maneiras e reestruturamos a narrativa sobre nossas vidas selecionando aqueles momentos que nos parecem ser mais importantes dependendo do momento, dos espaços e das/os interlocutoras/es para quem contamos nossa história.

Mesmo com essa ressalva metodológica, as diversas narrativas com as quais tive contato deixavam nítida a polissemia da "luta". Isso reforçou minha suspeita de que tal termo seria uma boa entrada para buscar referências sobre formas específicas de entender as experiências cotidianas por parte das pessoas envolvidas no movimento dos sem-teto, tratando tais experiências especialmente como enfrentamentos de cunho político. Sem pasteurizar a variedade de compreensões sobre a "luta", ficava cada vez mais explícito que se tratava de uma categoria que expressava um modo de abordagem da realidade com valores e anseios que implicavam a atribuição de diferentes significados às práticas —de maneira muito similar, em certo sentido, àquilo que Eder SADER (1988) chamou de matrizes discursivas.

Claro que significar o enfrentamento das dificuldades cotidianas como "luta" não é resultado de um processo operado somente através do contato com o movimento social. É muito difícil, na verdade, traçar a infinidade de situações, espaços e momentos em que essa transformação acontece. As trajetórias de vida das pessoas das ocupações podem servir para exemplificar essa diversidade, ainda que meu objetivo não fosse aprofundar-me em grandes análises sobre as narrativas em si.

Um primeiro aspecto que me saltou aos olhos, no entanto, foi o surgimento frequente de sujeitos que cumpriam papel crucial nas narrativas das moradoras e moradores das ocupações como responsáveis por lhes "apresentar" o/ao movimento dos sem-teto. Esses sujeitos eram ora indivíduos, ora sujeitos coletivos que colocavam em contato realidades ("mundo") distintos através de práticas sócio-espaciais próprias, levando ao envolvimento de novas pessoas com o movimento.

Percebi isso —que tenho entendido como uma espacialidade mediadora—[327] em casos como o de Raimundo com seus conhecidos que começaram a fazer "seminários de

[327] Essa expressão tenta dialogar com o debate sobre o papel dos chamados catalisadores (SANTOS, 1981), agentes externos (BOSCHI e VALLADARES, 1982), organizadores (CARDOSO, 1984) ou mediadores (SCHERER-WARREN, 1987) presentes na trajetória de diferentes movimentos sociais urbanos. Sobre essa tentativa de diálogo, ver GRANDI (2011).

política" e que depois sugeriram para ele entrar em contato com a Ocupação 17 de Maio, no Rio de Janeiro. Também Ana e José, que apesar de já militarem anteriormente, foram parar na Ocupação Chiquinha Gonzaga no Centro da metrópole carioca através do contato de indivíduos que militavam antes em diferentes lugares. Aline também deixou isso explícito ao comentar que foi convencida da justeza das ocupações por seu conhecido Josiel e que, a partir daí, se envolveu de corpo e alma com o movimento dos sem-teto. Rodrigo, também morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, falou-me de seu amigo que já conhecia e era envolvido com o movimento dos sem-teto e que lhe convidou a começar a participar das discussões nas ocupações também. Mas isso não se restringe aos territórios do movimento estabelecidos no Rio de Janeiro. Apesar de seu primeiro contato com a ocupação ter ocorrido enquanto criança, quando sua mãe se mudou para um prédio do MTSC na rua Ana Cintra, Wagner —da Ocupação Mauá, no centro de São Paulo— também me falou da importância de duas pessoas ligadas a juventude do PT para o seu engajamento e a sua formação política através de cursos e eventos formais. Bernardo, professor de capoeira na mesma ocupação, contou-me que já conhecia as ocupações antes, mas que o contato e o estímulo de uma amiga para começar a dar aulas de capoeira na Mauá e mesmo para, a partir disso, conseguir um lugar na ocupação para ele mesmo foi fundamental.

Junto com esses sujeitos e suas práticas sócio-espaciais mediadoras específicas, também se destacava nas narrativas o papel que o contato com as ocupações desempenhou em suas trajetórias. O contato com a territorialidade desses espaços, seja em qual momento dos processos tenha ocorrido (em épocas preparatórias ou naquelas de maior ou menor estabilidade das ocupações), surgia como um marco espaço-temporal nos processos que várias moradoras e moradores reconheceram como tendo-os levado a "entender a luta". Especialmente naqueles casos de pessoas que nunca haviam tido contato com movimentos sociais anteriormente, essa referência passava a me indicar efetivamente traços de mudanças nas ideias que eram mobilizadas pelas pessoas das ocupações como inspiradoras de suas práticas.

É difícil precisar o quanto dessa percepção estava condicionada pelos meus interesses de pesquisa específicos, mas é certo dizer que vislumbrar tais mudanças passou a gerar novos questionamentos. Será que essas pessoas não se consideravam "lutando" antes de ter contato com as ocupações? Ao participar do movimento e passar a "lutar por moradia", porém, muitas ressaltavam que também haviam aprendido sobre a "luta ir além da moradia"

em diversos sentidos. Mas essas "outras lutas" não existiam antes de passarem a morar nos territórios ocupados?

Tentei buscar nas práticas cotidianas das pessoas com quem convivi nas ocupações o papel que essas novas ideias desempenhavam para tentar entender, então, como essa "luta" na qual se engajavam ia "além da moradia". Percebi que muitas vezes os diferentes desafios enfrentados cotidianamente por elas haviam sido significados enquanto "luta" —no sentido dado pelas organizações do movimento dos sem-teto— depois de seu contato com o movimento, seus espaços e momentos. Mas esses desafios rotineiros, apesar de dispersos em termos espaciais, já eram identificados anteriormente como parte do dia a dia. Haviam sido, no entanto, ressignificados como "luta" depois do momento no qual a necessidade de moradia havia ganho centralidade por alguma razão específica (violência na vizinhança do antigo local de moradia, alta nos custos do aluguel, despejos, remoções, etc.). Durante um período, portanto, os desafios cotidianos tinham de certa maneira convergido para o espaço-tempo de referência da "luta por moradia" —a ocupação— e, sob a influência dessa experiência, passaram a ganhar novos sentidos. A partir do dia a dia desses territórios, então, os demais desafios a serem enfrentados passavam a apontar para uma "explosão" da "luta por moradia" para "além" dela própria, difundido a "luta" para outros espaços e momentos.

No duplo intento de organizar e expressar essa temporalidade do sentido da "luta" e, ao mesmo tempo, destacar parte da espacialidade desses processos que levam a "luta além da moradia", esbocei o esquema gráfico a seguir (Figura 14). Nele, as diferentes "lutas" rotineiras, cada qual com suas especificidades e trajetórias, apresentam-se dispersas em um primeiro momento. Após o contato com o movimento dos sem-teto e, em especial, com a territorialização realizada pelas organizações que o compõem, passa a haver um paulatino processo de convergência espacial das "lutas" rotineiras para as ocupações. Ao transpassarem esse espaço, as diversas "lutas" são ressignificadas. Sob a influência da "luta por moradia", portanto, em um terceiro momento a "luta" é entendida como indo "além da moradia", difundindo-se espacialmente.

Esses processos de dispersão-convergência-difusão dos desafios enfrentados cotidianamente e significados enquanto "lutas" ressalta uma dimensão da espacialidade da prática do movimento dos sem-teto que se vincula diretamente às motivações que os sujeitos desse movimento social constroem para realizar suas ações. O processo de reenquadramento das necessidades cotidianas como "parte da luta" implica concepções de partes e totalidades

específicas, cujas interações se dão de acordo com compreensões próprias a cada organização e grupo do movimento. Por isso as ocupações apresentam diferenças em termos de investimento de esforços em vincular suas práticas sócio-espaciais cotidianas a “outras lutas” e outros espaços, já que existem diferentes “lutas outras” e cada qual é valorizada de maneira distinta pelas organizações. Algumas delas enfatizam suas ligações com partidos políticos; outras com sindicatos; outras realizam marchas e bloqueios de vias; outras negociam preferencialmente em gabinetes; outras se empenham fortemente na desconstrução de opressões de gênero/sexualidade/raça; outras articulam-se preferencialmente com outras ocupações através de organizações e redes próprias.

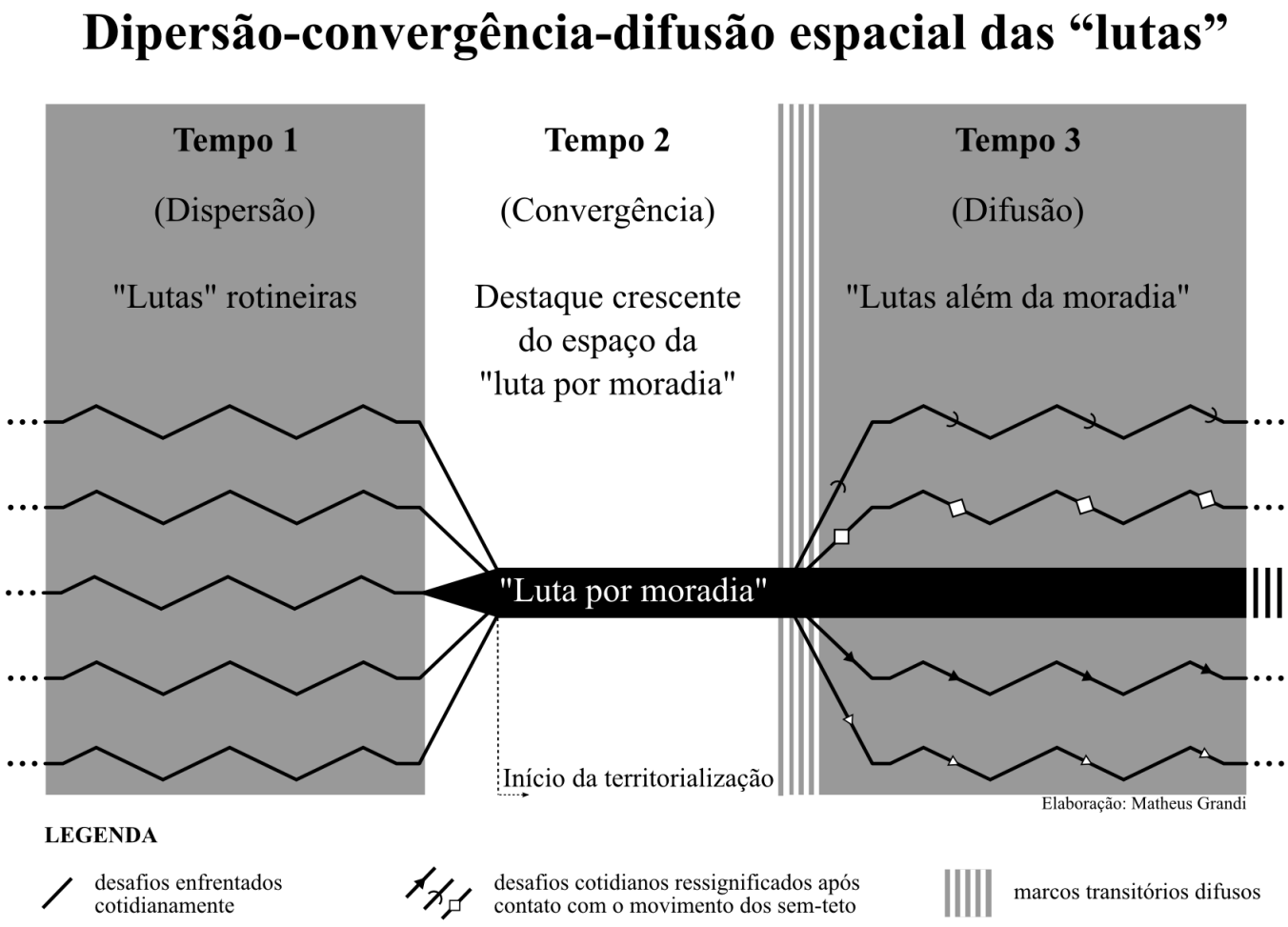

Figura 14: Dinâmica de dipersão-convergência-difusão espacial das “lutas”

Não se trata aqui de fazer um inventário das práticas sócio-espaciais realizadas pelo movimento, mas sim de ressaltar que suas diferentes ações são motivadas por compreensões próprias sobre o funcionamento do mundo sobre o qual buscam intervir. Tal forma de conferir sentido à experiência —ao menos no caso de socialidades altamente influenciadas pela

tradição do pensamento moderno-colonial ocidental dominante como a nossa— passa por identificar, classificar e organizar sua existência no mundo.

5.5. A "LUTA" COMO CATEGORIA ESCALAR

Refletir sobre a categoria "luta" no movimento dos sem-teto leva a pensar sobre o caráter e o sentido prático que esse termo adquire. Em sua etnografia sobre a Ocupação Pinheirinho,[328] ANDRADE (2010) reflete sobre três categorias que lhe parecem centrais para entender a dinâmica política da ocupação: "luta", "bairro" e "trabalhador". Após discorrer sobre os diferentes significados que a "luta" adquire nas narrativas de moradoras e moradores do Pinheirinho, Andrade sugere duas definições gerais dessa categoria que lhe parecem abarcar todos os casos tratados por ele. Inspirado por Jaques Rancière, o autor afirma que a "luta" seria, por um lado, um *termo político*, pois "(...) organiza uma pauta —ou várias —, estabelece um espaço de diálogo e define os aliados e inimigos dentro da cena em disputa, delineando os movimentos e assuntos pelos quais se dão o conflito." (ANDRADE, 2010:103). Ao mesmo tempo, a "luta" seria um *termo organizador e classificatório* similar a um mitema, termo que Andrade adota de Claude Lévi-Strauss e que lhe permite olhar para a "luta" como "(…) um adjetivo que qualifica as histórias de vida e personalidade das pessoas – 'a gente já nasce lutando' ou 'Fulano é um lutador' –, isto é, um termo organizador e classificatório da ordem das coisas, [que] explica a situação passada e presente." (ANDRADE, 2010:103). Ele arremata dizendo que "[o] termo 'luta' é um ponto de conexão de um feixe de relações capazes de formar a estrutura que promove a organização temporal e sincrônica da relação das coisas no mundo." (ANDRADE, 2010:103)

Os papeis de organizar e classificar a ordem das coisas de forma a sustentar a "organização temporal e sincrônica da relação das coisas no mundo" com um conteúdo eminentemente político colocado pelo autor trazem à tona paralelos com o debate sobre a escalaridade. Vale lembrar que a dimensão escalar das práticas sociais, como busquei construir nos primeiros capítulos desta tese, se liga à articulação de dois diferentes processos: a definição das unidades espaciais e a sua organização em totalidades próprias. As motivações

[328] A Ocupação Pinheirinho era ligada ao Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) e localizava-se em São José dos Campos (São Paulo). No dia 22 de janeiro de 2012 as milhares de famílias da ocupação foram despejadas violentamente pela Polícia Militar de São Paulo, com ampla divulgação nas redes sociais e nos veículos de mídia convencionais.

para essa articulação emergem de processos relacionados diretamente aos mecanismos de atuação e controle sobre a ação das populações, por isso tendo um caráter político explícito. Colocar em relação esses dois diferentes processos permitiu a construção de um conjunto de conhecimentos próprios e que, ao menos em tese, ofereceriam as bases tanto para a comparação de áreas quanto para a ação diferenciada sobre elas —ações essas realizadas majoritariamente pelos agentes detentores de mais informações e possibilidades técnicas de atuação. Mas a definição e organização de diferentes unidades espaciais através de arranjos ou configurações escalares próprias não só figura como um pré-requisito para a ação estratégica sensível à diferenciação espacial. Ao mesmo tempo, essa articulação estabelece formas específicas de explicar o funcionamento do mundo e, dessa maneira, passa a influenciar as ações consideradas possíveis em diferentes contextos espaço-temporais.

Além das compreensões apresentadas por Andrade, portanto, considero a "luta" como um *termo escalar*. Seu caráter rotineiro, político ou classificatório/organizativo estão longe de esvaziá-la de sua escalaridade. Pelo contrário, essa dimensão fica ressaltada por conta de a "luta" servir também como um termo nativo que carrega consigo o potencial de estabelecer conexões entre situações cotidianas e outras "mais amplas". A "luta" é acionada como um elo possível que tanto identifica as diferenças entre as experiências e práticas — definindo onde, quem e porquê "se luta", por exemplo— quanto as organiza em relação às outras ações. A escalaridade nesse processo de identificação e classificação é explícita, por exemplo, ao possibilitar o estabelecimento de vínculos entre as atividades realizadas no espaço diário e aquelas acontecidas em espaços distantes do dia a dia.

Um dos usos explícitos da categoria "luta", portanto, é servir como recurso que estabelece as ligações entre os espaços cotidianos do movimento dos sem-teto e aqueles que o extrapolam. Isso reforça seu caráter escalar, pois media a identificação e a interação de ações desenroladas em diferentes espaços. É por entender diferentes atividades e a atuação em espaços distintos como ações que fazem parte da "luta" do movimento que as organizações levam adiante suas práticas não só nos territórios ocupado, mas também em outros locais (ruas e avenidas, prédios da administração estatal, sedes de empresas, etc.) como maneira de atuar em espaços considerados fundamentais para a manutenção de seus territórios.[329]

Existe um esforço considerável por parte das organizações do movimento no sentido de ressignificar os desafios enfrentados rotineiramente em busca de melhores condições de

[329] Isso se liga diretamente às ideias de Kevin COX (1998) sobre os espaços de dependência e os espaços de engajamento. Retornarei a isso no próximo capítulo.

habitação enquanto "luta por moradia", mote agregador e combustível principal da constituição e das práticas sócio-espaciais desse movimento social. Mas o esforço também é empreendido para que essa "luta" extrapole a moradia e se relacione com outras pautas, espaços e momentos da vida das/os envolvidas/os. O cotidiano das diversas experiências do movimento, no entanto, demonstra a complexidade dos desafios enfrentados pelas organizações no intento de difundir tais matrizes explicativas que enquadrem tanto os desafios enfrentados rotineiramente pelas classes populares quando as práticas levadas a cabo pelas organizações do movimento como uma "luta" que constitui e extrapola o espaço-tempo cotidiano das ocupações.

A categoria "luta", no entanto, cumpre papel central também nessas tentativas. Ela serve como um veículo discursivo capaz de conferir escalaridade à prática, pois é acionada como referencial prático comum entre a experiência vivida e outras dimensões espaciais e temporais da vida. A "luta" está tanto em ações específicas do dia a dia (a manutenção dos espaços internos dos territórios do movimento, por exemplo), quanto no envolvimento em processos que acontecem em outros espaços e momentos (atos de rua, eventos, reuniões de negociação, etc.). Através dessa categoria, portanto, viabiliza-se vinculações entre as ações desenroladas em tais espaços de forma a auxiliar na tessitura de teias de significados que, ao difundirem conjuntos de valores específicos, disputam o sentido da prática cotidiana em termos escalares: a "luta" do dia a dia das ocupações (a limpeza e segurança do imóvel, a mediação dos conflitos cotidianos, o enfrentamento de situações de opressão de gênero, etc.) passa a fazer parte de uma "luta maior". Torna-se, portanto, um termo escalar também porque media valores, relações de poder e as próprias percepções dos sujeitos.[330]

As limitações práticas de realização de ações em diferentes locais de maneira sincrônica colocam a necessidade de priorização de alguns espaços em detrimento de outros —ainda que essas definições sejam situacionais e transitórias, bem como as limitações de atuação concomitante em distintos espaços também dependam do tamanho das organizações. O fato é que diante desses imperativos práticos são estabelecidas hierarquias entre as diferentes unidades espaciais. A organização específica das unidades espaciais utilizadas como referências para os sentidos conferidos pelos sujeitos do movimento ao funcionamento do mundo, porém, influencia a definição dos espaços que serão prioritários para as ações. Por isso as diferentes experiências, compreensões e articulações de "lutas" específicas —como a moradia— com "lutas" gerais estabelecem hierarquias escalares situacionais que influenciam

[330] Ver RACINE et al (1983).

os recortes espaciais que serão priorizados pelas ações das organizações em diferentes contextos geográficos e históricos. Dependendo das ligações que parecem mais importantes para as organizações específicas do movimento em um determinado momento, suas ações serão realizadas em diferentes espaços. Essa seletividade espacial demonstra a eleição de prioridades que hierarquizam temporariamente os espaços de atuação. As práticas sócio-espaciais das organizações do movimento, portanto, ganham caráteres locacionais próprios de acordo com as táticas e estratégias traçadas nesses contextos específicos e que são conformadas no seio de matrizes explicativas do mundo também próprias, nas quais a "luta" é frequentemente acionada como uma categoria que articula diferentes tipos e espaços de atuação.[331]

5.6. A "LUTA" COMO TRANSCENDÊNCIA

A variedade de situações e maneiras através das quais a "luta" é acionada também apontam, por fim, para um outro caráter do uso dessa categoria pelas/os integrantes do movimento dos sem-teto. Através de seu uso cotidiano, as e os militantes buscam construir suas associações de forma a produzir no dia a dia a "luta" enquanto uma figura de transcendência. A "luta" é apresentada frequentemente como um vetor que transpassa os sujeitos individuais ou coletivos em termos temporais e espaciais e que, apesar de ser construída diariamente, é muitas vezes tida como relativamente exterior aos indivíduos. Por isso, ao mesmo tempo que já se "nasce lutando", também se "luta todo dia".

As organizações do movimento dos sem-teto têm suas verdades, suas maneiras de explicar o funcionamento do mundo e de entender as formas possíveis de ação sobre ele. Os emaranhados dos fluxos de poder são lidos através dessas diferentes matrizes, viabilizando ou desestimulando práticas sócio-espaciais específicas e o investimento de esforços em espaços, momentos e relações sociais determinadas. Uma das principais referências para isso é o próprio cotidiano das classes populares, encharcado de desafios cujas resoluções dependem de seu enfrentamento direto por parte dos sujeitos. É nesse sentido que as pessoas "lutam" rotineiramente, "batalham" todos os dias, vivem "na correria" e "matando um leão por dia", como muitas pessoas dizem. Tais "lutas" rotineiras já trazem consigo tanto um caráter espaço-

[331] Algumas reflexões sobre aspectos locacionais da prática do movimento dos sem-teto podem ser lidas no Apêndice 2.

temporal específico quanto uma dimensão geral: elas vão além dos espaços e momentos do dia a dia, mas tornam-se palpáveis nos desafios enfrentados nesse espaço-tempo imediato.

Mas o contato com o movimento dos sem-teto torna central uma dessas dificuldades enfrentadas rotineiramente: a moradia. Essa dificuldade é ressignificada como "luta" e, então, vinculada a uma série de outros desafios do dia a dia através dos processos de "formação política". Mas se a formação política levada a cabo por militantes e organizações do movimento disputa o significado das experiências cotidianas, faz isso porque sabe que "não existe vazio político",[332] pois sempre haverão significações inseridas em relações de poder e, portanto, envolvendo ações que agem sobre as ações de Outros. Não se trata de desmerecer ou desqualificar essa disputa, uma vez que o posicionamento diante dela é um imperativo da prática política ativa. Trata-se de buscar desmistificar esses processos de reenquadramento das experiências e constituição de sujeitos operado pelos agentes de um movimento social em especial.

Seja como for, é sob uma matriz explicativa do mundo que dá ênfase primeira à habitação (no caso do movimento dos sem-teto) que os espaços e momentos nos quais se busca resolver o problema da moradia através de uma ação coletiva e organizada —os territórios das ocupações desse movimento social— se tornam eixos ao redor dos quais orbitam diferentes desafios vividos e enfrentados cotidianamente. Passa a ser mais factível compreender as outras "lutas" que existem "além da moradia" através do acionamento de códigos semelhantes àqueles usados para transformar a necessidade vivida de habitação em ação coletiva organizada que se concretiza na territorialização de imóveis vazios e abandonados. Por isso não se pode dizer que a "luta" vai "além da moradia" automaticamente. Seu entendimento enquanto tal e sua constituição como vetor propulsor das ações dos sujeitos é fruto de construções sociais específicas, resultado da prática intencional de pessoas que buscam produzi-la dessa forma —apesar de não deterem total controle desses processos. As "lutas" rotineiras são, então, ressignificadas como partes de uma "luta maior" da qual outros desafios também fazem parte.

Construída com uma dupla face, a "luta" em seu sentido mais geral é produzida pelas/os militantes e organizações do movimento dos sem-teto como sobreposta às "lutas" específicas.[333] Ela ganha caráter de processo substantivado, recebendo dos sujeitos que a

[332] Essa expressão é utilizada com frequência entre militantes, inclusive do movimento dos sem-teto.

[333] A ideia específica, porém dominante, de sociedade entendida como totalidade superior composta pela soma de seus indivíduos é semelhante a essa ideia da "luta" geral como constituída por suas partes —as "lutas" específicas. Para uma crítica sobre esse entendimento de sociedade, ver STRATHERN (1996) e TOREN

constroem traços de exterioridade, tornando-se, então, uma "quase-entidade" discreta. As e os militantes das organizações do movimento dos sem-teto reenquadram os desafios cotidianos através da criação de uma figura de transcendência relativamente externa a elas/eles e que motiva suas ações, ainda que a construção dessa "luta" transcendente dependa diretamente de uma elaboração diária —valendo-se, por exemplo, do estímulo a comportamentos e práticas específicas. A tradição de transcendência do pensamento Ocidental, ressaltada e criticada por STRATHERN (1996) e TOREN (1996),[334] se mostra aqui claramente. Como diz Raimundo,

> "(…) eu acho que a briga não para. *A luta não vai acabar nunca, vai continuar*. Hoje eu vejo as ocupações, aqui no Rio de Janeiro, infelizmente eu acho que não vai mais vingar. A repressão é muito forte. Parece que o Rio de Janeiro, também por ser pequeno geograficamente, é fácil de ser manipulado, de ser dominado, de ser reprimido. Então eu vejo esse processo aí de luta do povo, de luta, realmente necessária. O povo não tem onde morar." [grifos meus] (informação verbal)[335]

Mas a transcendência da "luta" é elaborada na imanência do cotidiano, sendo incorporada e produzida pelos sujeitos somente porque lhes faz sentido concreto, exerce influência e é influenciada por seus espaços e momentos diários. Daí, por exemplo, a compreensão da "luta" como autoformação. Existe uma mútua penetração entre a imanência da agência e a transcendência do modelo de "luta" que os sujeitos do movimento dos sem-teto constroem.[336]

> "Existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes. Bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas. Há deformações anárquicas no sistema transcendente das árvores; raízes aéreas e hastes subterrâneas. O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: um age como modelo e como decalque transcendentes, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico." (DELEUZE e GUATTARI, 1995:30-1)

A lembrança trazida por Deleuze e Guattari sobre a relação entre formações rizomáticas e arborescentes permite conceber a inexistência de dualismos entre a transcendência e a imanência das interações dos sujeitos. Os processos de formação política do movimento oferecem modelos explicativos do mundo nos quais a "luta" ganha papel central, ancorando-se nos desafios, dinâmicas, necessidades e relações cotidianas. Através

---

(1996). Isso se vincula ao mecanicismo típico do modelo de racionalidade modernoa, sobre o qual se pode ler em SANTOS (2001).

334 Essa reflexão se liga às discussões do que BIONDI (2009) chama de sociologia pós-social, também inspirada em WAGNER (1981). Para outras referências sobre o debate, ver CICHOWICZ e KNABBEN (2013). Sobre o uso da ideia de transcendência no trabalho de Biondi, ver DULLO (2011).

335 Entrevista realizada em 10 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

336 Pego de empréstimo essa formulação de BIONDI (2009:41).

dela, as organizações projetam sua existência e sua influência para além do quando-onde imediato encerrado no dia a dia. A "luta" como transcendência também é responsável, portanto, por projetar escalarmente o movimento dos sem-teto.

Em que medida, no entanto, esse processo arborifica o rizoma do enfrentamento dos desafios cotidianos, com o risco de levar o desejo que impulsiona a vontade de mudança radical à morte?

> "O decalque já traduziu o mapa em imagem, já transformou o rizoma em raízes e radículas. Organizou, estabilizou, neutralizou as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação que são os seus. Ele gerou, estruturalizou o rizoma, e o decalque já não reproduz senão ele mesmo quando crê reproduzir outra coisa. Por isto ele é tão perigoso. Ele injeta redundâncias e as propaga." (DELEUZE e GUATTARI, 1995:22)

"Formar politicamente" faz parte das táticas do movimento para disputar a influência sobre a significação dos desafios enfrentados no dia a dia pelas classes populares e, com isso, buscar construir novas relações sociais ao disputar também o comportamento e as práticas sócio-espaciais dos sujeitos. Ao fazer isso, porém, as organizações reproduzem modelos encerrados em si ou os mantém abertos à imanência —ocupando-se de tentar evitar o engessamento da criação de relações novas e a esterilização do potencial de emergência do radicalmente novo?[337]

As respostas possíveis a tais questões são múltiplas e imprecisas, mas explicitar tais perguntas se faz necessário. O fato é que, ao menos ao meu ver, pensar a "luta" como transcendência não implica dizer que ela não existe ou que não seria "real" porque seria "apenas" uma construção discursiva de pessoas envolvidas nos movimentos sociais em geral e, no caso que enfoco, no movimento dos sem-teto. Pelo contrário, como fruto e objeto de um grande esforço empreendido por muitas pessoas e organizações e ao cumprir papeis fundamentais nos seus discursos morais e políticos, a "luta" se concretiza na prática sócio-espacial cotidiana desses agentes. Afirmá-la como uma construção diária reforça sua existência, enquanto dizê-la uma figura que se quer transcendente destaca certos sentidos políticos que as/os integrantes do movimento buscam conferir a ela. O papel político e moral da "luta" enquanto transcendência é parte das condições utilizadas por muitos sujeitos para respaldar ações realizadas "em nome da luta". No movimento dos sem-teto, por exemplo, muitas ações são feitas "em nome da luta" ainda que sejam frequentemente alvo de controvérsias entre as/os integrantes: ocupações permanentes e temporárias são realizadas,

[337] Sobre a ideia que uso aqui de "radicalmente novo", ver CASTORIADIS (1982).

protestos e fechamentos de vias são feitos, negociações e concessões são efetivadas, territórios ocupados são adensados ao máximo ao passo que o número de famílias é limitado em outros processos, moradoras e moradores são expulsos de ocupações por diferentes motivos enquanto outras/os são convidadas/os ou readimitidas/os, pessoas são convencidas e outras se deixam convencer, etc.

Minha preocupação —em certa medida metodológica e em outra medida política— em ressaltar essa dinâmica imbricada entre a construção imanente do sentido transcendente da "luta" é comum àquela expressa por Biondi quando ela busca definir sua proposta de trabalho como interessando-se por

> "(...) pensar o transcendente sem considerá-lo anterior, preeminente; pensar essa força exterior valorizando a imanência, as potências de si como produtos e produtoras (…). O desafio é observar na instância local, cotidiana, nas relações mais sutis e casuais travadas entre os interlocutores, como acontece a produção desta figura, e em que medida essa força atua como exterior." (BIONDI, 2009:38)

A "luta", portanto, não deve ser concebida como ontologicamente definida, muito menos enquanto um objeto reificado e plenamente exterior aos indivíduos. Sua elaboração cotidiana pelos sujeitos, porém, também a constrói com traços de exterioridade que lhe dão um certo sentido de transcendência. Essa e outras características conferidas à "luta", no entanto, expressam e relacionam-se com o sentido prático que os sujeitos veem em seu uso. Ao invés de ser considerada como ontologicamente dada —o que levaria a questionamentos sobre sua "natureza", por exemplo— parece-me mais interessante pensar a "luta" como a denominação de um problema que é constante e continuamente resolvido através das ações dos sujeitos do movimento.[338] Sem dúvida, porém, algumas das principais motivações para que os sujeitos engendrem esforços para constituir tal categoria enquanto eixo de transcendência de suas ações estão ancoradas no papel político e retórico que ela desempenha. Ela pode ser vista, portanto, também como um dispositivo retórico que possibilita a agregação de diferentes enfrentamentos dispersos espacial e temporalmente.[339]

O caráter transcendente da "luta", portanto, é construído de maneira a fornecer uma moldura sócio-espacial para as ações dos sujeitos, referência frequentemente vista como existindo *a priori*, sendo em certa medida exterior ao indivíduo (apesar de produzida na

---

[338] PEEL (1996) e SPENCER (1996) têm conclusão similar quanto à categoria "sociedade", em debate realizado com STRATHERN (1996) e TOREN (1996). É dessa discussão, na verdade, de onde pego essa formulação emprestada.

[339] STRATHERN (1996:53) afirma que o conceito de sociedade é visto dessa maneira —como um dispositivo retórico— na Antropologia influenciada pelo construtivismo social predominante no final do século XX.

imanência do cotidiano) e agindo diretamente no sentido de condicionar o comportamento dos sujeitos. Mas a transcendência da "luta" é cambiável e está em permanente processo de construção com base na imanência das experiências e relações cotidianas das pessoas envolvidas no movimento. Por isso, apesar de cumprir não raramente o papel de uma figura de transcendência no dia a dia das pessoas, a "luta" tampouco é tratada como completamente exterior aos sujeitos. Ao mesmo tempo que move os sujeitos, ela também só se realiza em suas ações. A "luta vai além da moradia", portanto, também através da própria moradia e ancorando-se nos territórios do movimento.

5.7. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APANHADO GERAL DO CAPÍTULO

Entender a "luta por moradia" tanto quanto parte da "luta diária" quanto como dimensão de uma "luta além da moradia" envolve processos específicos de significação do cotidiano, desenvolvidos no dia a dia ao se colocar esse espaço-tempo em relação a outros momentos e locais. São processos educativos que levam à "(…) transformação dos sujeitos em relação à sua leitura de mundo e de seu papel na sociedade (…)" (COLOMBO, 2012:36), explicitando seus caráteres político-identitário e escalar. Isso reforça meu entendimento de que uma das formas como se expressa a escalaridade da prática do movimento dos sem-teto é através do engajamento ativo e intencional na disputa pela leitura de mundo dos sujeitos que estão em contato com as organizações, militantes e espaços do movimento. Trata-se de mecanismos e processos de convencimento sobre maneiras específicas de enquadrar a prática cotidiana das moradoras e moradores da ocupação.

Mas os conflitos que envolvem a disputa pelas diferentes formas de se significar a prática diária dos sujeitos do movimento são frequentemente tratados como tabus entre militantes, especialmente entre aqueles e aquelas sob maior influência do pensamento libertário. Processos que conformam subjetividades políticas parecem ser sempre vistos de maneira negativa, como se sempre envolvessem dinâmicas que, por exemplo, violentam a liberdade dos sujeitos.

Partindo da dúvida sobre as possibilidades de se escapar da necessidade de (re)produção social através de processos que agem sobre as nossas próprias ações e a de

outras pessoas, é importante destacar que a disputa pela significação da experiência cotidiana pode ganhar diferentes roupagens —das mais agressivas àquelas mais sutis.

> "Certa vez, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, um grupo de moradores se disponibilizou junto com alguns apoios militantes a elaborar a assembleia de formação política, que seria uma vez ao mês. Como ficariam felizes, Augusto Boal e Paulo Freire, ao verem a estética do oprimido e o respeito pelos saberes, pelas vivências. Quase tudo foi experimentado, em um período de seis meses: palestra expositiva, debate com temas escolhidos pelo próprio grupo e debatidos por todos, filmes, cartilhas, estéticas teatrais, entre outras coisas. Houve até o plágio de um programa de televisão famoso, na época, que era transmitido pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), o 'show do milhão' que era uma 'febre'. Todos adoravam e foi reelaborado na estética do programa com perguntas, resposta, plateia, 'pergunta aos universitários', enfim, tudo. (…) Houve um cuidado muito grande das pessoas que se disponibilizaram a pensar esta tarefa, pois muitas coisas já haviam sido tentadas, e a constante reflexão do grupo no que tange à busca por algo simples – isto 'obrigava' muitas vezes aqueles que gostavam de conduzir a terem cuidado para permitir a participação de todos. Pois existem os que falam mais, os que falam pouco e os que, se não incitar, nunca falam." (SANT'ANA, 2013:50-1)

Esse "grupo de moradores e apoios militantes" estava intencionalmente se esforçando para reproduzir leituras de mundo específicas, difundir valores próprios e incitar à "formação política". Os métodos utilizados para isso eram, porém, resultado do esforço em elaborar mecanismos sensíveis e pouco coercitivos, fossem para convencer sobre maneiras próprias de compreensão do mundo ou para incitar o processo de autoformação do sujeito individual e coletivo.

> "Qual será o caminho, qual será o erro? Será que a separação tênue, porém visível, sobre os iluminados e os sem luz, será a reprodução da idéia do inteligente e do 'burro', do quase incapaz? Ou por crença na vanguarda. Estas relações se reproduzem entre apoio e militantes, militantes e moradores sem-tetos, apoio e apoio, sem-teto e sem-teto... Entretanto refletir sobre estas questões não é motivo para o fim da militância, mas talvez o começo de outras descobertas que de fato queiram colaborar com métodos de autoformação que despertem e respeitem o interesse de todos, assimilando que a formação de fora para dentro e esta autofomação de dentro para dentro, deve ter por finalidade o despertar de sujeitos críticos e a busca de outras linguagens para o mundo." (SANT'ANA, 2013:50)

A mistificação responsável pela construção de tabus frequentemente emerge de receios em tratar os impasses levantados pelo questionamento ético-político de ações concretas. Sant'ana coloca de forma sensível um desses tipos de questionamento, indicando limites e apontando caminhos de reflexão sobre a disputa pelo enquadramento da "luta" em e a partir de diferentes referências sócio-espaciais. Vejo essa disputa como expressão da dimensão escalar da prática do movimento dos sem-teto. Refletir sobre a ideia de que a "luta" deve ir "além da moradia" serve como uma das maneiras possíveis de adentrar a escalaridade das ações do movimento. O sentido prático que essa categoria adquire ressalta como a

escalaridade vinculada a ela é objeto de disputa política cotidiana, o que parece ficar mais explícito no caso de ativismos urbanos *stricto sensu* cujas ações "(...) giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social" (SOUZA, 2006:280) —como é o caso do movimento dos sem-teto. Por isso abordei neste capítulo alguns aspectos que indicam as maneiras como os processos que enquadram as práticas cotidianas dos sujeitos que "lutam por moradia" através das ocupações urbanas como parte de um contexto explicativo mais geral da "luta" do movimento dos sem-teto podem ser entendidos em termos escalares. Tratei disso através de reflexões sobre a categoria "luta" e alguns dos usos e sentidos conferidos a ela pelos sujeitos envolvidos no movimento.

A "luta" é reivindicada de diferentes maneiras por moradoras e moradores de ocupações do movimento dos sem-teto, independente dos tipos de engajamento nas organizações do movimento ou das trajetórias pessoais ou familiares que têm, surgindo em diferentes situações no cotidiano dos prédios ocupados e das atividades nas quais moradores e moradoras se envolvem. Ela move os sujeitos nos mais distintos aspectos de sua vida: é sua forma de obtenção de renda; de acesso e conquista de direitos; de gestão e manutenção de seu espaço de moradia individual e coletivo; de busca por aperfeiçoamento pessoal; de ação sobre a construção da cidade, país e mundo; de intento de mudança das relações sociais específicas e em geral; de impulso de reprodução social de sujeitos e valores.

Tudo isso se converte em ações concretas, práticas sócio-espaciais significadas de maneira própria que se materializam no cotidiano dos sujeitos sem-teto e, em especial, dos espaços ocupados pelo movimento. O acionamento da categoria "luta" contribui significativamente para a tarefa de disputar os significados que adquirem os desafios diários enfrentados por pessoas que moram nas ocupações do movimento. Buscar os sentidos práticos que esse termo adquire ajuda a destacar o papel que ele desempenha no sentido de articular ações, situações e atividades diárias a contextos espaço-temporais distintos do cotidiano. Por isso é cada vez mais relevante ressaltar a importância de se deter os olhos sobre esse quando-onde diário, visando refletir sobre como esses espaços-tempo contínuos se articulam com outros momentos e espaços.

Mas se faz sentido a compreensão de que tanto as escalas geográficas quanto os arranjos escalares são artifícios criados para classificar e organizar a diferença espacial, penso ser possível entender a dimensão escalar da espacialidade humana como uma das responsáveis por conferir um sentido de transcendência espacial à ação. Espero que esteja

nítido, porém, que não se trata de afirmar as escalas e seus arranjos somente como exterioridade. Acontece que, apesar de serem construções sociais, os arranjos escalares tradicionais e dominantes, por exemplo, condicionam o comportamento dos sujeitos. São tanto interioridade —produção social contínua— quanto exterioridade —matriz organizadora do mundo exterior ao sujeito. Trata-se de conceber ambos, portanto, como práticas específicas de produção de identificações, elaboração de sentidos e de ordenamentos espaciais da experiência.

CAPÍTULO 6

AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO E TRÊS TESES SOBRE A ESCALARIDADE

A trajetória percorrida até aqui partiu das considerações sobre os primórdios, a emergência e a politização das discussões sobre a dimensão escalar da espacialidade humana para, em seguida, traçar alguns comentários rápidos sobre como a escalaridade poderia se relacionar com a atuação dos movimentos sociais urbanos —à guisa de transição para as situações que têm me servido como principais referências empíricas para as reflexões sobre o tema. Em seguida, portanto, detive o foco no movimento dos sem-teto brasileiro. Através de reflexões sobre alguns aspectos da escalaridade da categoria "luta", busquei pensar a respeito das maneiras como os sentidos conferidos ao espaço-tempo do dia a dia das moradoras e moradores das ocupações são influenciados pelo contato com esse movimento social.

Além de constituir as formas como as experiências cotidianas de suas/seus integrantes são significadas e, dessa forma, motivar suas práticas, a dimensão escalar também pode servir para pensar sobre outros aspectos das ações do movimento dos sem-teto. Trazer isso rapidamente à tona é um dos objetivos deste último capítulo. Isso será feito, porém, à reboque de uma outra intenção que considero principal: enunciar três teses que apontam eixos de reflexão que creio serem relevantes para abordar as relações entre a escalaridade e o ativismo.

Tais eixos serão apresentados como teses iniciais e estruturarão o capítulo. A cada uma delas se seguirão comentários derivados dos debates teórico-conceituais sobre as escalas geográficas, que buscarei ancorar em referências empíricas de situações com as quais convivi e das quais participei junto a algumas experiências do movimento dos sem-teto. Começarei então ressaltando a escalaridade e, mais especificamente, as escalas geográficas como categorias da prática sócio-espacial cotidiana. Em seguida, sublinharei duas faces não-excludentes nas quais acredito ser plausível pensar as dinâmicas escalares —topográfica e

topológica. Por fim, destacarei a importância dessa dimensão e dessas categorias serem compreendidas enquanto instrumentos de exercício de poder. Finalizarei o capítulo novamente com o apanhado geral das problematizações feitas e algumas eventuais considerações finais preliminares.

6.1. A ESCALARIDADE COMO FUNÇÃO DA PRÁTICA SÓCIO-ESPACIAL COTIDIANA: "ESSA ATIVIDADE VAI AJUDAR NA HORA DE ELE VENDER AS BALINHAS?"

Considero a dimensão escalar da sociedade como sendo constituída primordialmente por categorias e articulações de escalas geográficas construídas a partir da prática sócio-espacial cotidiana. Essa acepção resulta de três passos: a opção por manter o foco nos processos e em seus aspectos escalares, reconhecer as escalas enquanto fundamentalmente — mas não exclusivamente— categorias da prática e, por fim, valorizar o cotidiano como espaço-tempo crucial para o desenrolar das dinâmicas escalares.

Um dos pontos presentes no debate das últimas décadas sobre as escalas geográficas diz respeito ao foco que deveria ser privilegiado pelos estudos atentos à essa dimensão da espacialidade humana. Por um lado, há a ideia de que a atenção deveria estar voltada para investigar como as práticas sociais acontecem em diferentes escalas ou através delas.[340] Por outro, existem autores e autoras que ressaltam que o enfoque deveria estar na busca por compreender a dimensão escalar das práticas, buscando então manter a atenção sobre a escalaridade dos processos sociais. Dessa forma as investigações priorizariam o olhar sobre as práticas como construtoras das próprias escalas, ao invés de se reificar as escalas e vendo-as como sendo preexistentes às ações dos sujeitos.[341]

Autores com diferentes perspectivas epistemológicas destacaram a importância de se atentar aos processos ao invés de manter o foco exclusivo sobre os recortes espaciais propriamente ditos. Ainda que seja difícil afirmar que Erik SWYNGEDOUW (1997) tenha sido o pioneiro em afirmações desse tipo, vale lembrar que ele, com seu referencial materialista, já havia elaborado argumentos nesse sentido ao sustentar uma abordagem processual para o tema mesmo antes de Adam MOORE (2008), por exemplo, que adota uma perspectiva mais afim ao idealismo. À época a opinião de Swyngedouw era de que as

[340] Ver, por exemplo, MARSTON (2000).
[341] Ver, por exemplo, MOORE (2008).

pesquisas preocupadas com as dinâmicas escalares deveriam adotar uma abordagem focada nos processos sociais, ao invés de tomarem como ponto de partida determinadas escalas geográficas previamente definidas. Para ele essas duas perspectivas eram incompatíveis entre si, afirmando que "[a] prioridade teórica e política (…) nunca reside em uma escala geográfica particular, mas sim no processo através do qual escalas particulares se (re)constituem." (SWYNGEDOUW, 1997:141) [tradução livre][342] Dessa maneira a prioridade estaria em teorizar e entender os processos e não os recortes escalares. "Uma abordagem baseada no processo foca a atenção no mecanismo de transformação e transgressão das escalas através da luta e do conflito social." (SWYNGEDOUW, 1997:141) [tradução livre][343]

Concordo com a importância de o enfoque das investigações sobre a escalaridade estar sobre os processos e práticas sócio-espaciais. Ao meu ver esse foco ajuda a evitar tanto a reificação dos recortes espaciais que originam as escalas geográficas quanto seu entendimento como "contêineres" que necessariamente imporiam barreiras às possíveis reflexões sobre as múltiplas conexões que caracterizam a escalaridade de tais práticas. Para afirmar isso me inspiro também nas ponderações sobre a ideia de política *de* escalas feitas, por um lado, por HEROD e WRIGHT (2002) e, por outro, por MacKINNON (2010). Como ressaltei no capítulo três, esse último autor sugere que, ao invés de ocorrer ou valer-se de diferentes escalas geográficas, a política é que deveria ser considerada *escalar*. Vejo, então, a escalaridade como adjetivadora dos processos e das práticas sócio-espaciais.

Um questionamento surge, porém, como desdobramento da aceitação da importância de manter o foco das reflexões sobre a escalaridade nas práticas e processos sócio-espaciais. Mesmo que a intenção de voltar as atenções aos processos ao invés de mantê-las sobre os recortes espaciais seja motivada pela vontade de evitar a reificação das escalas geográficas como elementos espaciais dados previamente, será que esse novo foco garante a desconstrução das escalas como aspectos dados ontologicamente? O simples foco nos processos pode ainda referenciar-se por escalas geográficas consideradas como definidas previamente, ao invés de serem entendidas como realidades epistemológicas. As escalas geográficas deveriam ser entendidas, portanto, como categorias de análise dadas previamente ou, por outro lado, como categorias da prática social?

---

[342] "The theoretical and political priority, therefore, never resides in a particular geographical scale, but rather in the process through shich particular scales become (re)constituted."

[343] "A process-based approach focuses attention on the mechanisms of scale transformation and transgression through social conflict and struggle."

Durante as últimas duas décadas de reflexões sobre a dimensão escalar alguns trabalhos também questionaram-se sobre se as escalas deveriam ser consideradas como categorias da prática ou enquanto categorias de análise. Essa pergunta foi colocada de maneira mais explícita geralmente por trabalhos que buscaram enfatizar a importância de considerá-las como categorias da prática. KAISER e NIKIFOROVA (2006) e MOORE (2008) são os mais explícitos nesse sentido, ambos baseando-se nas reflexões de Rogers BRUBAKER e Frederick COOPER (2000).

Abordando o uso da categoria "identidade", Brubaker e Cooper lembram que ela é tanto uma categoria da prática social quanto uma categoria de análise. Como categorias da prática eles consideram aquelas categorias desenvolvidas e utilizadas por atores sociais ordinários no decorrer da sua experiência social cotidiana. Essas mesmas categorias são nomeadas por outras pessoas como categorias "nativas", "populares" ou "leigas". Brubaker e Cooper preferem não utilizar tais termos porque consideram que eles dependem de definições mais ou menos nítidas sobre as fronteiras entre o que é "nativo/popular/leigo" e aquilo que seria "científico". Já as categorias de análise, por outro lado, seriam aquelas relativamente distantes da experiência que são utilizadas por analistas sociais. Eles reconhecem que, tal qual a "identidade", muitos outros termos-chave utilizados nas ciências sociais são ao mesmo tempo tanto categorias da prática (social e política) quanto categorias de análise (também social e politicamente falando). As categorias identitárias trazem muitos exemplos disso, como as ideias de "nação" ou "raça" que são frequentemente mobilizadas politicamente por diferentes agentes sociais com propósitos variados. Muitas vezes tais categorias são reificadas pela própria prática do processo social, consolidando-se como fenômenos importantes a serem analisados. Mas Brubaker e Cooper ressaltam que deveríamos evitar reproduzir ou reforçar tais reificações nas investigações, para o que seria fundamental estarmos atentos e não utilizarmos tais categorias da prática como categorias de análise inadvertidamente. Estudar tais processos não exige a utilização dessas mesmas categorias —para questionar-se a respeito das categorias utilizadas na prática do nacionalismo, por exemplo, não se precisaria assumir de maneira essencialista a existência ontológica da "nação". A preocupação deveria estar, pelo contrário, justamente em "(...) explicar os processos e mecanismos através dos quais o que tem sido chamado de 'ficção política' da 'nação' —ou 'grupo étnico', 'raça' ou outra suposta 'identidade'— pode cristalizar, em certos momentos, como uma realidade poderosa e convincente." (BRUBAKER e COOPER, 2000:5) [tradução livre][344] Nesse sentido, conforme

[344] "(...) explain the processes and mechanisms through which what has been called the 'political fiction' of the

KAISER e NIKIFOROVA (2008) sublinham sobre o trabalho de Brubaker e Cooper, estes sugerem focar nos processos de identificação ao invés de atentar simplesmente à identidade em si. O que os autores destacam como problemático não é, portanto, o uso de categorias da prática nas análises sociais. O problema estaria em não reconhecê-los como distintos e, então, utilizá-los acriticamente de forma intercambiável. Eles recorrem ao sociólogo francês Loïc Wacquant para lembrar que o problema está em juntar de maneira pouco cuidadosa as compreensões sociais/populares e sociológicas/analíticas dos termos, sob o risco de reforçar a reificação dessas categorias ao considerá-las implícita ou explicitamente como existindo *a priori*.

Tendo a concordar com os autores quando reconhecem a identidade como uma categoria da prática social e, no mesmo sentido, entendo as escalas geográficas enquanto tais. Tenho, no entanto, uma discordância fundamental com os trabalhos que sustentam essa posição e que, ao mesmo tempo, reforçam a compreensão de que haveria uma separação entre análise e prática social. O estabelecimento dessa fronteira contrasta inclusive com o argumento que Brubaker e Cooper usam para falar em uma "categoria da prática" ao invés de utilizarem as ideias de categorias "nativas", "populares" ou "leigas" —o fato de que essas últimas exigiriam a definição de fronteiras nítidas entre esses âmbitos e o científico. Me parece fazer pouco sentido, porém, não considerar a análise social —seja ela feita por sujeitos que detêm o discurso de verdade científico ou elaborada por pessoas externas a essa elite do conhecimento moderno— como uma prática social, uma forma de agir sobre o mundo diretamente.[345] Dentre outros problemas, o reconhecimento de supostas diferenças entre a prática e a análise tende a esvaziar a segunda de seu conteúdo político, reforçando configurações de poder baseadas na dominação do saber científico sobre outros tipos de saber. Buscando evitar isso e desfazer essa suposta oposição, me parece importante reconhecer que qualquer análise (bem como suas categorias) são forçosamente práticas sociais.

Nesse sentido, sustento que as escalas geográficas sejam entendidas como categorias que resultam sempre da prática social, seja ela a análise científica ou a ação cotidiana dos sujeitos fora da academia —e não, portanto, como resultado da materialidade (como tenderia a ser em uma perspectiva materialista) ou da teoria (como talvez viesse a ser desde uma abordagem idealista). Dessa forma, mesmo quando utilizada pretensamente como categoria de análise, não se pode cegar para o fato de que as escalas geográficas e seus arranjos produzem

'nation' —or of the 'ethnic group,' 'race,' or other putative 'identity'— can crystallize, at certain moments, as a powerful, compelling reality."

345 Ver FOUCAULT (1990).

efeitos concretos sobre a sociedade, condicionando comportamentos e, portanto, exercendo poder. Por isso as escalas geográficas são práticas sociais poderosas.

Para utilizar de maneira crítica tais categorias e abordar os processos sociais desde uma perspectiva que ponha em questão a frequente essencialização dos conteúdo e características escalares das práticas sócio-espaciais, porém, é crucial que essas categorias sejam consideradas como elementos em constante mutação, motivada diretamente pelas necessidades prático-concretas dos sujeitos. As escalas geográficas, por isso, só podem ser consideradas eventualmente categorias de análise porque —e somente se— consideradas antes disso como categorias fundamentalmente construídas a partir da prática sócio-espacial e que são, mesmo enquanto referências analíticas, também uma prática social em si. Por isso não parece fazer muito sentido separar essas duas compreensões.[346]

Por fim, me parece que uma tal perspectiva que considera as escalas geográficas enquanto categorias da prática sócio-espacial e destaca o papel ativo dos agentes que as constroem é condizente com as abordagens sobre os movimentos sociais que valorizam os processos e ações sociais e esvaziam as estruturas de seu poder explicativo global. Dessa maneira também estou de acordo com Ana Clara Torres Ribeiro quando ela afirma que

> "[a] valorização da noção de processo incorpora, de forma afirmativa, a ação possível, compreendendo a estrutura social como campo limite dos processos sociais virtuais ou em curso. A estrutura, assim, perde o seu poder explicativo global dos fenômenos sociais na medida em que a ruptura de seus limites se encontra franca e diretamente vinculada à pluralidade de processos que dão vida e sentido histórico a uma determinada realidade social." (RIBEIRO, 1991:98)

Mas não me parece suficiente, à essa altura, afirmar que a dimensão escalar da espacialidade humana é função das práticas sócio-espaciais dos agentes sociais. Cabe perguntar-se também sobre os diferentes espaços e momentos nos quais os processos ligados à escalaridade se desenrolam e, portanto, as categorias escalares da prática sócio-espacial são constituídas. Ao que me parece, no entanto, até agora não há resposta única para essa questão justamente porque, por um lado, aparentemente não há um espaço-tempo exclusivo para esses processos ocorrerem e, por outro, a própria divisão da totalidade espaço-temporal tem fronteiras tênues e cambiantes. Mas por isso mesmo vale à pena recordar e concordar com Bahiana quando ele afirma que

---

[346] KAISER e NIKIFOROVA (2008:933) também afirmam não fazer muito sentido a separação entre categorias discursivas e categorias da prática. Creio que ver "(...) discurso e prática como aspectos mutuamente constitutivos do lugar e da identidade [e das escalas geográficas] provê um modelo teórico muito mais satisfatório para explicar porque as pessoas agem como elas agem." [tradução livre]

> "[o] ponto central [na direção de futuras questões a serem problematizadas] nos parece ser a necessidade de considerar a questão das escalas numa ótica de níveis múltiplos da realidade, evitando assim cair numa perspectiva 'ecologizante' e formal do problema. A aceitação da noção de níveis da realidade pode e deve contudo ser paralela ao reconhecimento da sua existência como todo e como parte do todo. Um bairro, por exemplo, tem uma realidade enquanto tal, mas ao mesmo tempo ele é cidade e rede de cidades. O ser bairro é o ser cidade e o ser rede de cidades." [grifos no original] (BAHIANA, 1986:176)

Ainda assim, gostaria de ressaltar a importância do espaço-tempo cotidiano nas dinâmicas escalares. O papel desse recorte ganha destaque especialmente ao se considerar o sentido que a escalaridade tem para o processo de significação da experiência vivida e, por consequência, de motivação das ações possíveis sobre o mundo. No capítulo anterior, quando abordei a escalaridade da categoria "luta" no âmbito do movimento dos sem-teto, a relevância dos momentos e espaços do dia a dia ficaram destacados por diferentes motivos. Um deles diz respeito ao fato de ser o cotidiano a principal referência para a experiência vivida, um onde-quando as necessidades concretas e os desafios enfrentados rotineiramente são sentidos e de onde são pinçados pelas organizações e militantes do movimento para terem seus significados disputados através dos diferentes processos de formação política. Mas é também no dia a dia onde são vivenciadas as conexões que vinculam os espaços próximos a outros mais distantes, na forma das diferentes redes sócio-espaciais das quais os sujeitos fazem parte e dos fluxos que transcorrem entre seus pontos de referência. É no cotidiano que as práticas sócio-espaciais do movimento dos sem-teto se materializam: são realizadas as requalificações físicas dos imóveis ocupados e sua manutenção; são feitas as reuniões internas de gestão dos territórios conquistados, bem como de planejamento das ações futuras, de articulação ou mesmo de negociação com os potenciais agentes desterritorializantes; são realizados os diferentes tipos de eventos que congregam os sujeitos que moram, atuam ou orbitam as ocupações do movimento, sejam eles eventos de cunho mais explicitamente tático-político (como as manifestações em diferentes locais da cidade) ou com um caráter mais descontraído de entretenimento (como as comemorações internas ou abertas) —que nem por isso são atividades "menos políticas".

A ênfase no cotidiano é também, em parte, um desdobramento da afirmação que fiz anteriormente a respeito da relevância de se compreender as escalas geográficas como categorias da prática sócio-espacial. Tal acepção sobre as escalas em conjunto com o destaque do cotidiano permite sublinhar o potencial de ação que os sujeitos possuem nos processos diretamente responsáveis por conferir sentido e articular espacialmente sua experiência a outros espaços e momentos. Reconhecer esse potencial no espaço-tempo próximo aos sujeitos

tem grande importância política, especialmente se a afirmação de Julie CIDELL (2006) de que a produção das escalas está relacionada diretamente à localização do poder político for levada a sério. Sublinhar o cotidiano como esse quando-onde da ação direta sobre a realidade é, portanto, crucial para destacar a agência dos sujeitos (individuais e coletivos) sobre o mundo.

Reforçar o espaço-tempo próximo dos sujeitos como momentos e locais sobre os quais se pode agir diretamente é algo que cumpre um papel político importante no caso do movimento dos sem-teto. Por um lado, isso ressalta os vínculos dos processos de mobilização —muitas vezes intensamente penosos e desgastantes— com a resolução de problemas concretos, experienciados no dia a dia. Ao colocar parte dos objetivos almejados no espaço-tempo próximo, os processos e comportamentos que podem levar a outras conquistas também aparentam estar mais ao alcance dos sujeitos, enfatizando igualmente seu potencial de ação. Além disso, o destaque dado à possibilidade de ingerência direta sobre os desafios e problemas de seu dia a dia, se bem articulado com outros objetivos que transponham as necessidades objetivas desses espaços e momentos, pode também servir de combustível motivador de um engajamento em processos de mobilização política de maior fôlego.

O cotidiano também remete àqueles aspectos que compõem os interesses imediados das pessoas envolvidas nas ocupações, um conjunto de elementos que frequentemente têm um grande potencial mobilizador. Quando conversava com Nádia, moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Rio de Janeiro, sobre a participação de moradoras e moradores do prédio nas atividades organizadas fora ou mesmo dentro do prédio, ela me contava justamente sobre isso.

> "(…) [E]u costumo dizer que as pessoas só têm interesse por aquilo que as contempla, que interessa a elas. (…) A gente fez aqui uma semana de atividades de convivência. Os apoios vieram, dormiram, deram oficinas, passaram filmes, vídeos. Uma parcela muito pequenininha do Coletivo participou. A gente comprava a pipoca, refrigerante, eles jantavam aí em cima. Uma semana inteira e pouquíssimas pessoas participaram. Por quê? Porque aquilo não é de interesse delas. Aquilo que eles tavam tentando passar não era de interesse. [Entrevistador: Por quê?] Exatamente por isso: porque quando esse 90% se junta, por exemplo, pra cavar um buraco —como a gente cavou mais de 300 metros— 100% do Coletivo participou.[347]

[347] Nádia se refere aqui a uma ocasião ligada à falta de energia elétrica na Ocupação Quilombo das Guerreiras. A situação da ocupação quanto ao fornecimento de água e energia é resumida por SANT'ANA (2013:32): "Depois de oito meses e meio, sem sucesso algum para o abastecimento de água e fornecimento de energia, mesmo com a afirmativa que pagaríamos as contas, inclusive por parte do ITERJ [Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro] que foi pressionado a se responsabilizava perante a Companhia [Light] e ao Ministério Publico pela conta, nada aconteceu. Então, o que nos restou foi juntar nossas experiências de vida e resolvemos nossos problemas de água e de luz." Por conta das obras de reestruturação da Zona Portuária do Rio de Janeiro, onde o prédio da ocupação se localiza, a ligação clandestina de energia elétrica foi certa vez desfeita. Para resolver esse problema e diante da negativa do Estado em permitir a

> É o interesse delas que tá ali em jogo. Quando você diz assim: 'Vai ter um ato na Cinelândia pelo 1º de Maio', ninguém foi. Exatamente por isso, porque ela tá tão desacreditada que só o fato de ela ir lá na rua, no ato... Vai acontecer alguma coisa? Ela não vai. Entendeu? Você acredita que você indo pro 7 de Setembro, participar do Grito dos Excluídos, você acredita que isso vai mudar alguma coisa, você estando lá? [Entrevistador: A gente sempre acredita de alguma forma, né.] Eu também acredito de alguma forma. Mas a maioria não acredita que vai mudar." (informação verbal)[348]

Entre um gole e outro de café, o exemplo que Nádia me deu sobre o que era "de interesse" das moradoras e moradores da ocupação estava ligado diretamente a uma necessidade material concreta da ocupação: uma nova ligação elétrica para o prédio. Ela diz que o interesse nisso é maior do que em atividades como um ato pelo Dia do Trabalhador no início de maio ou o Grito dos Excluídos em setembro.[349] Nitidamente trata-se de um interesse por questões que são compreendidas como —e são realmente experienciadas enquanto— necessidades cotidianas. A participação no mutirão que realizou a obra para uma nova ligação elétrica foi maior e, ao mesmo tempo, apresenta resultados concretos mais rapidamente do que uma mobilização como a do Dia do Trabalhador, do que uma atividade que envolva a apresentação e discussão de filmes ou do que uma oficina que não tenha um apelo concreto e cotidiano explícito.

A importância do cotidiano fica enfatizada, portanto, inclusive como espaço-tempo motivador das ações das pessoas. As práticas realizadas e com consequências no dia a dia "são de interesse" direto das pessoas, para usar a expressão de Nádia. Dessa maneira, ao destacar esse recorte espaço-temporal busco também ressaltar aquilo que Jeffrey MASUDA e Valorie CROOKS (2007) nomearam como a *escala da experiência*. Eles partem da opinião de que as críticas às reflexões sobre as escalas geográficas que sugeriam expurgar tal conceito do rol instrumental das pesquisas sócio-espaciais[350] conseguiram, na verdade, destacar a necessidade de novas abordagens sobre as complexas conexões entre a vida cotidiana das pessoas e as forças mais amplas que as influenciam. Por isso sugerem a adoção de uma perspectiva experiencial que poderia auxiliar a "(…) mover-nos para longe de hierarquias rígidas no sentido de um uso da escala como uma representação dos fenômenos do nível micro para o macro que são salientes para as vidas cotidianas das pessoas como o corpo, casa,

---

legalização do fornecimento, as moradoras e moradores se uniram para, no decorrer de uma noite de trabalho, restabelecerem coletivamente o fornecimento de energia para o prédio. Para isso foi necessário cavar os aproximadamente 300 metros aos quais Nádia faz referência.

348 Entrevista realizada em 07 de maio de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

349 O Grito dos Excluídos é uma série de manifestações populares que ocorrem especialmente durante o feriado nacional do Dia da Independência, 7 de setembro. O primeiro Grito dos Excluídos aconteceu em 1994 e desde então consolidou-se como um dos poucos momentos do ano nos quais diferentes setores que se entendem como estando "à esquerda" no espectro político brasileiro participam de um ato unificado.

350 Ver MARSTON et al (2005).

escola, comunidade e nação." (MASUDA e CROOKS, 2007:257) [tradução livre][351] Segundo eles, seriam nessas experiências cotidianas que se teria a capacidade de perceber de maneira mais complexa as interconexões políticas, econômicas, culturais e sociais entre escalas.

Também percebo isso na conversa que tive com Nádia, pois para ela a participação em outras atividades que não dizem respeito diretamente às necessidades cotidianas se relaciona diretamente com a compreensão daquilo que ela chama, de forma abrangente, como o "processo político da Quilombo". Essa referência faz recordar das considerações sobre os diferentes sentidos que a "luta" ganha no contexto do movimento dos sem-teto, já que o entendimento do processo político da ocupação é vinculado por ela ao engajamento em atividades que transpõem os espaços e momentos do dia a dia da "luta por moradia".

Mas por mais rotineiras que as atividades cotidianas possam parecer, de fato as interconexões escalares que podem ser realizadas através delas são realmente variadas e complexas. É uma das coisas que percebi quando perguntei a Bernardo, morador da Ocupação Mauá em São Paulo e instrutor de capoeira, sobre as diferenças que ele percebia entre dar aulas de capoeira em outros espaços e fazer o mesmo nas ocupações.

> "Ah, [dar aula de capoeira nas ocupações] é diferente. Como é que eu posso te explicar... Eu dei aula dentro de uma escola pública. E eu passava duas horas com essas crianças dentro da escola pública e já conseguia formar muita coisa dentro da cabeça deles. Aqui eu convivo, eu convivo com a luta por moradia. A gente já fez roda de capoeira na rua, com a criança que tava acampada. Na [Avenida] São João mesmo a gente fez capoeira na calçada. Dias depois a GCM [Guarda Civil Municipal] foi lá jogar bomba na gente pra poder tirar o pessoal que tava acampado na calçada. E a capoeira chegou meio que como um momento de distração pra um problema que tava acontecendo. Ao invés de a molecada estar ali chorando, lamentando porque tava ali, eles tavam com a cabeça num momento de distração pra poder recuperar as forças pra continuar ali naquela luta. (…) E aqui dentro rola, tipo, às vezes até um lance de a gente conversar com os familiares. Às vezes tem alguma família que vai embora, a gente pô, fica triste porque treinou bastante tempo e o aluno vai embora e tal. E a amizade, o convívio que a gente tem aqui, ele é muito forte cara. Ele é fortalecido eu acho que pela luta de moradia. Quando a gente tem manifestação, a gente pega, enverga o berimbau, sai na rua tocando berimbau junto. E isso cria um vínculo com o movimento." (informação verbal)[352]

Em sua resposta essa miríade de articulações possíveis entre espaços-tempo diferenciados ficou explícita em ao menos dois aspectos. Por um lado, as vinculações feitas por ele entre o cotidiano de dois espaços distintos —a escola e a ocupação. As diferentes intensidades de compartilhamento do dia a dia nessas duas situações proporcionam, para ele, condições distintas de "formar coisas dentro da cabeça" das crianças: se quando ele passava

[351] "(…) help to move us away from rigid hierarchies toward a use of scale as a representation of micro to macro level phenomena that are salient to people's everyday lives such as the body, home, school, community and nation."

[352] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

duas horas com elas "já conseguia formar muita coisa", ele contrasta essa situação com aquela da ocupação onde a intensidade do convívio "é fortalecid[a] pela luta por moradia." Como ele deixou nítido no transcorrer dessa e de outras conversas que tivemos, essa formação à qual ele faz referência é exatamente um exemplo dos processos de disputa pelo sentido das experiências cotidianas das crianças que participam das aulas, ligado aos aspectos que abordei no capítulo anterior desta tese.

Mas por outro lado, ao lembrar da aula de capoeira feita no acampamento da Avenida São João, Bernardo também torna explícita sua compreensão sobre as articulações espaço-temporais que essa atividade possibilitava às crianças que dela participaram. Apesar de a capoeira ter chego "como um momento de distração para um problema que tava acontecendo", ela não se desvinculava nem da situação de precariedade na qual as famílias haviam sido colocadas após seu despejo de um prédio ocupado há meses nas proximidades,[353] nem do clima de tensão no qual o Estado e a empresa proprietária do prédio antes ocupado haviam colocado as crianças e as/os adultas/os ao forçá-las a enfrentar o risco sempre presente de ações violentas por parte das forças policiais. Bernardo considera que, para as crianças, a atividade era uma oportunidade de "recuperar as forças para continuar ali naquela luta." Seria então uma chance que as crianças teriam de, através de uma atividade aparentemente corriqueira, reforçar o entendimento da experiência que viviam naquele momento e local enquanto parte de um processo geral de "luta". Por fim, a realização de atividades de capoeira nas manifestações não só age sobre os atos dos quais participam, mas também sobre as aulas que são oferecidas no interior dos prédios, de forma que isso "cria um vínculo com o movimento" em duas situações diferentes porém conectadas. As articulações espaço-temporais desse tipo de atividade, assim, me parecem nítidas em sua fala.

Uma abordagem experiencial das escalas geográficas, portanto, parece ser promissora. É no espaço vivido cotidianamente onde se pode encontrar momentos e espaços nos quais essas múltiplas referências sócio-espaciais se conjugam, se concretizam, podem ser experienciadas e, então, servir de alimento para o processo de significação que anima nossas ações no mundo. De certa forma, creio que parte do "sentido global do local"[354] está na

---

[353] A situação resgatada por Bernardo diz respeito ao desdobramento do despejo ocorrido no dia 2 de fevereiro de 2012 em uma ocupação que havia sido realizada há pelo menos quatro meses pela Frente de Luta por Moradia (FLM) em um prédio abandonado —de propriedade da empresa Afim Brasil Eventos e Promoções Ltda.— localizado na esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida São João, no centro de São Paulo. Após o despejo e sem terem para onde se dirigir, as cerca de 400 pessoas da ocupação permaneceram dias acampadas na calçada da Avenida São João à espera das negociações entre as lideranças da organização e a administração estadual.

[354] Adapto aqui o título do artigo de Doreen MASSEY (2000), "*Um sentido global do lugar*".

percepção de que um cotidiano espaço-temporal específico estaria inevitavelmente articulado e, portanto, "em rede" com outros locais e tempos. Isso possibilita que a ação seja pensada também como vinculada a múltiplos espaços e momentos. Esse cotidiano é específico justamente porque

> "(...) se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular (…) [e que, ao invés de ser concebido como uma área delimitada rigidamente, ganha mais sentido se pensado enquanto] momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais (…) [onde] uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior (…) [possibilitando uma concepção] que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local." (MASSEY, 2000:184)

Por isso, entender o espaço-tempo cotidiano como intrinsecamente vinculado aos processos que conferem escalaridade às práticas sócio-espaciais me parece importante, visto também a intenção de enfatizá-lo como um onde-quando rico em potencial de ação e, consequentemente, capacidade transformadora.

O aproveitamento desse potencial pelos movimentos sociais e, em especial, pelo movimento dos sem-teto, no entanto, é sempre foco de tensões e desafios variados. As práticas rotineiras são postas em relação com outros espaços e momentos facilmente pelas mais diferentes forças sociais, tornando a disputa pela significação dessas experiências uma tarefa árdua, intensa e diária. Faz sentido, portanto, a preocupação das organizações e militantes do movimento dos sem-teto em incentivar articulações que traduzam e difundam valores específicos. Bernardo também deixou transparecer essa preocupação quando conversávamos

> "(…) Eu tenho muito cuidado com atividades labor-terápicas, entendeu? Eu convivi em equipamentos sociais que as pessoas tinham mania de dar caixinha pros moleques ficar pintando. Aí eu falo: 'mano, o que ele vai fazer com essa caixinha, mano?' (risos) Eu já perguntei. Uma vez eu perguntei pro oficineiro. 'Na moral? Deixa eu perguntar uma coisa pra você. O que esse moleque vai fazer com essa caixinha?' 'Não, porque ele deixa ela mais bonitinha e tal...' Eu falei 'Não, mano...' [Entrevistador: Poxa, isso é o que vai ter de resultado na caixinha, não no moleque.] Exatamente! Mas tem. É que também é um preconceito da minha parte. Mas é que ele não soube me explicar pra tirar a minha dúvida, tá ligado? Então acabou sustentando o meu preconceito. Mas eu acho que uma atividade, que seja um filme, um jogo de xadrez, uma ciranda, uma batalha de *break*, um graffiti... Eu acho que ela tem que ter o caráter pedagógico de você atingir um certo alvo, entendeu? O que você vai trabalhar? Pô, você pode usar capoeira pra falar de meio-ambiente, cara. Porque pra você cuidar do meio-ambiente você precisa cuidar do primeiro ambiente que é seu corpo. Depois que você cuidar do ambiente do seu corpo, você começa a cuidar do ambiente ao seu redor, do meio-ambiente todo. Então é isso que eu acho que as pessoas precisam se preocupar. Então às vezes quando você usa um filme pra poder você dar uma atividade, você tem que ver o que você vai falar depois do filme. E qual vai ser a intenção. Aquela discussão vai gerar o que depois? O cara vai

> refletir sobre o quê? Então o foco é importante, cara. E essas atividades nas ocupações, elas são legais. Aparece muita gente, cara, com um monte de proposta. Mas são, às vezes, coisas que são superficiais. Elas vêm, dá um tempinho depois sai fora, entendeu? E eu também não sei qual é a fórmula pra que essas pessoas venham e fiquem na ocupação. Sei lá. Eu só sei que precisa de um pouco mais de foco. Não tô querendo ser o dono do conhecimento não, mas eu acho que o foco é uma coisa muito importante pra você saber o que você quer pra depois da atividade que você tá dando. Dá atividade só pro pessoal descer, mano? Muita gente tá lá fritando um ovo lá mano, o cara não vai descer pra fazer uma aula de teatro se aquilo não vai transformar a vida dele, cara. Entendeu? De repente o cara tá ensacando umas balinhas ali pra vender no farol. Pô, o cara vai descer, perder uma hora fazendo o quê? Fazendo uma atividade produtiva pra ele. Essa atividade vai ajudar na hora de ele vender as balinhas? Você tem que pensar nisso. Você tem que ter a flexibilidade de entender que aquilo vai ser importante pro cara. E fazer com que ele pense sobre isso, entendeu?" (informação verbal)[355]

As preocupações levantadas por Bernardo demonstram sua sensibilidade em relação às dinâmicas das ocupações. Gostaria de destacar duas dimensões dessas preocupações que, ao meu ver, ressaltam a importância das práticas sócio-espaciais cotidianas para as articulações espaço-temporais que são tão importantes para a dimensão escalar das ações do movimento.

Primeiramente, seu comentário enfatiza a que as pessoas ou grupos que pretendem realizar atividades nas ocupações precisam estar atentas para buscar tomar como ponto de partida o cotidiano das pessoas com quem elas querem dialogar. Isso seria fundamental para que as atividades tivessem sentido para as moradoras e moradores —ou, como talvez dissesse Nádia, fossem vistas como coisas que "são de interesse"— e conseguissem, então, atraí-las/os. Do contrário, ele é categórico ao dizer que "o cara não vai descer pra fazer uma aula de teatro se aquilo não vai transformar a vida dele." O sentido da experiência cotidiana é, assim, colocado explicitamente como função de dinâmicas que "vão além" desse espaço e desse momento.

Mas convencer sobre essa articulação não é uma tarefa corriqueira. Daí me parece emergir a segunda preocupação exposta por ele, de que as atividades não sejam "superficiais". Bernardo usa esse termo para referir-se a atividades que, ao menos aparentemente, não possuem um foco nítido e/ou cujas pessoas que as propõem não refletem sobre as intenções que têm com elas. É o que ele também chama de "caráter pedagógico", expondo a vinculação que faz entre essas atividades e processos educativos. Tanto a intencionalidade quanto o aspecto formativo, nesse sentido trazido por ele, se ligam às articulações temáticas, temporais e espaciais que essas atividades buscariam privilegiar. Por isso a "flexibilidade de entender

[355] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

que aquilo vai ser importante pro cara" é um pré-requisito para que a atividade consiga "fazer com que ele pense sobre isso", vinculando o dia a dia a outros espaços e tempos.

Dessa forma, em termos espaciais ao menos, essas práticas sócio-espaciais desenroladas no dia a dia das pessoas envolvidas com o movimento dos sem-teto agiriam sobre as possibilidades e formas de significação do cotidiano e da articulação desse recorte com outras unidades espaciais, exercendo influência direta sobre a escalaridade das ações desses sujeitos. Tal influência, no entanto, depende tanto das ações realizadas e voltadas para as ocupações quanto daquelas que vinculam esses territórios a outros espaços. Isso me leva à segunda afirmação que gostaria de fazer sobre a dimensão escalar das ações do movimento.

6.2. A ESCALARIDADE NAS FACES TOPOLÓGICA E TOPOGRÁFICA: "O ABRAÇADOR E O ABRAÇADO"

Penso que a escalaridade se expressa e é construída através de ao menos duas faces. Enquanto unidades de área, a dimensão escalar possui uma face topográfica. Já como unidades espaciais articuladas em rede, porém, a escalaridade é construída e se expressa de forma topológica. Apesar de essas duas faces serem apresentadas nos debates sobre as escalas geográficas como opostas, creio ser interessante tratá-las como complementares ao invés de incompatíveis.

Como apresentei no capítulo três, as características ligadas à natureza, forma e organização das escalas geográficas foram objeto de debate intenso a partir da década de 1990. Os diferentes polos ao redor dos quais essas discussões são geralmente pintadas não precisam, no entanto, ser vistos como necessariamente excludentes. Isso fica nítido, por exemplo, se partirmos da relevância das diferentes concepções sobre a forma e a organização das escalas geográficas, discussões que se ligam a essas duas faces da escalaridade.[356]

Para sustentar a afirmação de que essas duas dimensões da escalaridade podem ser tratadas como complementares, retomo rapidamente alguns comentários de Richard HOWITT (1998). Ele considera que três diferentes abordagens vinham sendo utilizadas pela literatura para se referir às escalas geográficas à época de suas reflexões. Falavam delas em termos de

[356] Como destaquei no terceiro capítulo, a utilização desses termos não é a mais acurada etimologicamente. Na falta de melhores expressões no momento, no entanto, mantenho seu uso —ainda que ressaltando sua imprecisão. A busca por alternativas a eles é uma tarefa que ainda precisa ser levada adiante.

tamanho, como nível ou enquanto relação. Ele advoga que, ao passo que as duas primeiras concepções seriam problemáticas pelo risco de simplificarem demasiadamente o conceito —especialmente se tomadas separadamente—, compreender a escala em termos relacionais permitiria tanto incorporar as duas outras dimensões quanto, ao mesmo tempo, complexificar a abordagem e o entendimento do conceito.

Vejo as considerações de Howitt como sendo dirigidas especialmente àquelas concepções que, mesmo com o amplo debate que ronda a dimensão escalar, têm predominado nas pesquisas sócio-espaciais: das escalas geográficas vistas enquanto unidades de área que conformam diferentes níveis —ainda que nem sempre sejam apresentados como tendo limites nitidamente definidos ou que não sejam obrigatoriamente organizados de acordo com uma hierarquia fixa. Partindo desse entendimento das escalas geográficas,[357] me parece correto afirmar que um ponto de vista relacional permite a complexificação do olhar sobre a escalaridade, condizendo completamente com a perspectiva que tenho buscado adotar aqui.

Abordar a escalaridade como envolvendo ao menos duas faces —uma topográfica e outra topológica— também aponta na direção de complexificar as reflexões a seu respeito. A complementariedade dessas faces segue princípios similares àqueles expressos por Milton SANTOS (2002a) quanto ao seu entendimento do conceito de espaço no final da década de 1970 —um conjunto de fixos e fluxos— ou por Marcelo Lopes de SOUZA (1995) e Rogério HAESBAERT (2004) em suas acepções a respeito do conceito de território —que pode expressar-se de maneira contínua ou descontínua / em rede. Recentemente isso também foi colocado, por exemplo, quando CORRÊA (2003, 2006) aborda as escalas do urbano. Em sua opinião, o urbano pode ser analisado a partir de pelo menos duas escalas, a da rede urbana e a do espaço intra-urbano. Trata-se, assim, da possibilidade de se abordar o fenômeno urbano em suas dimensões contínuas e descontínuas. Ver a escalaridade com essa dupla face também dá conta de ao menos duas das diferentes formas como os fenômenos sociais podem se comportar, o que foi também apontado por Souza ao tratar da escala geográfica dos fenômenos. Naquela ocasião, o autor afirmou que se estamos abordando fenômenos sociais devemos estar atentos se eles se tratam de fenômenos "(…) que, ao menos à primeira vista, se deixam apreender como áreas e territórios contínuos (…) ou, diversamente, com fenômenos que demandam uma compreensão de sua estruturação em rede." (SOUZA, 2013:181-2)

[357] Ver também, além de Howitt, MOORE (2008), MacKINNON (2010) e SOUZA (2013).

Outros autores, no entanto, já destacavam essa dupla característica dos processos escalares em seus trabalhos, ainda que nem sempre tenham deixado tal fato explícito. Parte considerável do debate entre os benefícios de estudos sistemáticos ou regionais no âmbito acadêmico da geografia na primeira metade do século XX trazia consigo duas formas diferenciadas de abordagens que remetem tanto ao espaço em sentido contínuo quanto às interconexões nas quais diferentes unidades espaciais se envolvem. Richard HARTSHORNE (1939), por exemplo, fala em unidades/totalidades verticais e unidades/totalidades horizontais. Quando Allen PHILBRICK (1957), por outro lado, trata do mecanismo escalar como sendo baseado na dinâmica entre interconexões nodais e paralelas, há aí uma referência aos vínculos entre a continuidade e a descontinuidade espacial. John HART (1982) também indica a complexidade da definição dos objetos de estudo no que envolve considerá-los enquanto pontos em uma rede ou como áreas contínuas. Após afirmar que uma região não possui tamanho preestabelecido, ele destaca que "[a] escala de um estudo regional vai determinar quando uma parte particular da superfície da Terra é tratada como um ponto ou como uma área. Mesmo nossas maiores cidades, por exemplo, são tratadas como pontos no mapa dos Estados Unidos (…)." (HART, 1982:23) [tradução livre][358] Milton SANTOS (2002a), por sua vez, ao afirmar que os arranjos espaciais são formados por continuidades e descontinuidades, aborda diretamente o que chama de horizontalidades e verticalidades. O *locus* da fábrica da produção é visto, por exemplo, como horizontalidade, local de uma cooperação limitada. Enquanto isso, a verticalidade daria conta de cooperações mais amplas —econômica, política e geograficamente falando—, vinculando-se a outros momentos (e espaços) que não o da produção propriamente dita —ou seja, os espaços-tempo da circulação, distribuição, consumo, etc. As interdependências criadas pelas verticalidades seriam mais importantes e maiores dependendo da necessidade de cooperação entre os lugares.[359]

As faces topográfica e topológica da escalaridade também aparentam se ligar com dois processos que apontei como fundamentais para se pensar a dimensão escalar das práticas sócio-espaciais: a divisão do espaço em partes e sua articulação em configurações ou arranjos escalares. Isso porque, embora a divisão do espaço não precise ocorrer em termos de áreas contínuas, esta é não só uma possibilidade como também —e principalmente— uma das

[358] "[t]he scale of a regional study will determine whether a particular part of the earth's surface is treated as a point or as an area. Even our largest cities, for example, are treatead as points on the map of the United States (...)."

[359] Para desenvolver suas reflexões, ALMEIDA (2011) ressalta duas escalas de análise enfocadas por ele: a escala dos "nanoterritórios" —ou aquilo que ele chama de "território contínuo"; e a escala "local" — chamada por ele também de "território descontínuo". Aqui é possível ver também uma correlação entre a continuidade e descontinuidade espacial e a ideia de escalas geográficas.

maneiras mais adotadas para realizar essa tarefa. Em compensação, por outro lado, a articulação dessas partes —sejam elas unidades de área ou não— é realizada através da constituição de redes. Vale lembrar que mesmo um arranjo escalar baseado na ideia de áreas organizadas em patamares que remetem às metáforas da escada ou da pirâmide, por exemplo, traz consigo uma dimensão de organização em rede ainda que partam de referenciais contínuos. No caso da metáfora da escada, as escalas são postas em relação através de um tipo de vinculação linear, resultando em uma rede do tipo axial. Já tratando-se da metáfora da pirâmide, a organização em rede que subjaz a esse arranjo escalar pode emergir da combinação de procedimentos de divisão lógica ou de agrupamento espacial, resultando então em redes do tipo dendrítico.

Explicitar a existência articulada das faces topográfica e topológica da escalaridade pode não ser uma tarefa simples teoricamente. Creio, no entanto, que as interconexões entre essas dimensões podem ficar mais nítidas ao tomar algumas práticas sócio-espaciais do movimento dos sem-teto como referência empírica.

6.2.1. **Topografias sem-teto e o estreitamento da continuidade**

Em sua face topográfica a escalaridade, expressa em termos de áreas contínuas, acaba relacionando-se com ideias específicas. Dentre elas é possível encontrar aquelas de limite, proximidade, intensidade, coesão e identidade.[360]

Partindo da compreensão da escalaridade como função das práticas sócio-espaciais cotidianas, destaco que o espaço-tempo do dia a dia também pode ser pensado em termos contínuos. A lógica de continuidade espacial é uma das maneiras através das quais buscamos conferir sentido aos momentos e espaços diários. Isso pode ser rapidamente exemplificado através das maneiras nas quais moradoras e moradores das ocupações do movimento dos sem-teto, bem como as organizações nele envolvidas, constroem cotidianamente unidades espaciais contínuas próprias e que servem como referências para as práticas do movimento.

O principal referencial espacial contínuo do movimento dos sem-teto é, sem dúvida, o

[360] Vale lembrar que os próprios limites trazem as marcas dos agentes que protagonizam sua definição. Sobre isso, ver PORTO-GONÇALVES (2002) Isso fica nítido nos processos sócio-espaciais que conformam um país ao redor de um Estado-nação definido pelos contornos de seus limites territoriais soberanos, com suas fronteiras que englobam o espaço de uma suposta identidade nacional —a respeito da qual o Estado espera uma difusão horizontal contínua.

território das ocupações, fruto de sua principal prática sócio-espacial. A complexidade desse recorte passa por processos de diferenciação interna, relacionando-se diretamente com os diferentes usos dos espaços.[361] Tal diferenciação também pode ser abordada através do reconhecimento de ao menos três unidades espaciais mais ou menos contínuas, com aspectos próprios e relações sociais também sutilmente diferentes entre si: o imóvel (terreno ou prédio ocupado); a quadra ou andar; e a unidade habitacional (lote ou quarto).

A referência dos imóveis é delimitada, grosso modo, pela fronteira externa da ocupação. Trata-se dos terrenos ou prédios territorializados pelo movimento propriamente ditos. Diferentemente dos outros recortes internos a esse território, é em função dessa unidade espacial que a coletividade lida com a fronteira entre seu espaço territorializado e o entorno. Em tais áreas de segurança[362] podem se dar relações relativamente tensas ligadas ao trato com agentes desterritorializantes, como o Estado através da força policial ou os grupos de traficantes de drogas que operam no varejo. Também é em referência ao espaço contínuo do imóvel que atuam politicamente as instâncias deliberativas da ocupação. Essas instâncias possuem dinâmicas e características específicas dependendo da orientação das organizações envolvidas na ocupação, podendo ser mais verticalizadas ou horizontalizadas por exemplo. A materialidade da ocupação também tem especificidades ao se levar em conta esse recorte. Em muitos casos de ocupações de prédios, dependendo de seu tamanho, existem espaços de uso coletivo únicos que são gerenciados e utilizados por todas as pessoas da ocupação —como o caso de espaços de produção coletiva, áreas ou salões de festas ou reuniões, bibliotecas, cooperativas, cozinhas, etc. Isso também é visto em ocupações de terrenos. Não raro é também em relação ao imóvel como um todo que se desenvolvem os processos identitários próprios que constituem os sujeitos individuais e coletivos que tem na ocupação sua referência: tanto a construção do "eu" enquanto moradora ou morador de uma ocupação específica, quanto a criação do "nós" que se torna sujeito coletivo da "luta por moradia".[363]

Os terrenos ou prédios ocupados são geralmente divididos em quadras ou andares. Esses recortes também passam a servir como referência espacial contínua para as práticas do movimento. No caso de terrenos, a definição do tamanho das quadras é função de decisões tomadas pelas instâncias deliberativas que exercem poder sobre a ocupação —tenham elas uma maior ou menor participação das moradoras e moradores. Isso é obviamente diferente no

[361] Sobre isso, ver TEIXEIRA e GRANDI (2008), ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009), MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009) GRANDI (2010), ALMEIDA (2011) e MOREIRA (2011).

[362] Ver ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009)

[363] As organizações do movimento às quais as ocupações se vinculam também podem cumprir esse papel de referência identitária coletiva.

caso de ocupações realizadas em edifícios, onde a materialidade herdada estabelece previamente o tamanho e a estrutura física de cada um dos andares. Em alguns casos essas unidades espaciais possuem suas especificidades em termos materiais e políticos. No caso de ocupações de terrenos, por exemplo, as quadras podem ter sua cozinha e seus banheiros coletivos, como é o caso de algumas ocupações do MTST. Tratando-se de edifícios, por outro lado, mais uma vez a estrutura do prédio estabelece condições materiais prévias específicas. Os banheiros são talvez o maior exemplo disso, podendo ser mais ou menos coletivos de acordo com a finalidade para a qual o imóvel foi construído inicialmente. A Ocupação Mauá (no centro de São Paulo) era um hotel antes de ser abandonada por anos, enquanto a Ocupação Quilombo das Guerreiras (na zona portuária do Rio de Janeiro) era um prédio de escritórios. Ambas, no entanto, possuem andares com banheiros coletivos. Já a Ocupação Chiquinha Gonzaga, localizada também em um antigo hotel abandonado no centro do Rio de Janeiro, tem banheiros individuais em cada unidade habitacional. O compartilhamento diário das estruturas coletivas como banheiros e cozinhas, em alguns casos, torna esse recorte contínuo dos andares ou quadras particularmente conflituoso. São os espaços onde surgem e, no caso das ocupações que possuem essa forma de organização, onde também tentam ser resolvidos as tensões relativas à limpeza cotidiana de áreas de passagem e banheiros, à organização diária de utensílios de limpeza, à gestão da alimentação no caso de cozinhas coletivas, etc. Por sinal essas unidades também podem apresentar característica políticas próprias. Tanto em terrenos quanto em prédios existem ocupações que possuem assembleias por quadra ou andar responsáveis por debater assuntos específicos de cada uma dessas unidades, como é o caso da Ocupação Mauá e de ocupações do MTST. A dinâmica dessas aseembleias depende fortemente das orientações e convicções políticas das organizações mais influentes em cada ocupação. Disso também depende a relação dos debates e decisões realizadas nessas reuniões com aquelas realizadas em outros encontros, como as assembleias da ocupação como um todo ou as reuniões das respectivas coordenações.

A unidade habitacional, seja ela um quarto em um edifício ou um lote em um terreno, por sua vez, é a razão primeira da luta do movimento dos sem-teto.[364] Resolver a necessidade de moradia para os indivíduos ou famílias é a busca principal das ocupações. Nos casos dos terrenos, alguns aspectos físicos desses recortes podem ser gerenciados diretamente pelo movimento, como o tamanho e a disposição dos lotes. Essa flexibilidade já não é tão grande no caso de ocupações realizadas em prédios. A distribuição das unidades também pode ser

[364] Ver ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009)

realizada com o uso de diferentes critérios, como idade, acessibilidade, tamanho das famílias, etc. Apesar de terem fronteiras porosas e tênues, especialmente em relação às maneiras como as decisões e processos de outros espaços permeiam sua constituição e dinâmica interna, é em função desses espaços de uso privado que também se desenrolam, por exemplo, as interações familiares e as dinâmicas ligadas ao estabelecimento territórios de íntimos.[365]

Nessas três unidades espaciais contínuas, portanto, acontecem interações cotidianas intensas, através das quais são estabelecidas diferentes redes de apoio e solidariedade. Elas servem muitas vezes como referências para a realização das várias práticas espaciais levadas a cabo pelo movimento dos sem-teto —como a nítida reestruturação, a profunda ressignificação e a óbvia refuncionalização desses imóveis territorializados.[366] Nelas também são criadas e amenizadas tensões diárias, o que colabora para que as fronteiras entre esses recortes não sejam sempre exatamente fixas ou nítidas. Elas resultam de disputas que assumem dimensões não raro conflituosas entre diferentes moradoras/es ou entre a coletividade e outros sujeitos individuais ou coletivos do entorno, influenciando diretamente as experiências vividas no dia a dia das pessoas das ocupações e os laços que elas constroem.

A experiência em recortes espaciais cotidianos como esses cumpre papel fundamental nos processos que conferem um sentido de continuidade às múltiplas articulações características do dia a dia contemporâneo. Não é à toa que a coexistência da diversidade se impõe como uma componente característica da continuidade espacial.[367] Ressaltar essa característica põe em evidência também o papel da vizinhança e da proximidade, entendendo essa última sem vinculá-la diretamente à medida de distância física. Ao invés disso, a proximidade "(...) tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações" (SANTOS, 2002a:318), onde a multidimensionalidade das relações deve ser levada em conta —para além das relações econômicas.[368] Outro aspecto que Milton Santos ressalta é o papel da vizinhança na produção daquilo que ele chama de "densidade social" capaz de provocar mudanças motivadas pela afetividade e pela paixão, "(...) levando a uma percepção global, 'holista', do mundo e dos homens." (SANTOS, 2002a:318) Essas mesmas

[365] Ver MOREIRA (2011, 2014).
[366] Sobre essas práticas espaciais, ver SOUZA (2010).
[367] Ver PORTO-GONÇALVES (2002).
[368] Dar destaque à continuidade, nesse sentido, é importante também porque a "(...) vida inscrita na geografia de cada dia, locus de conformação da subjetividade" (PORTO-GONÇALVES, 20002:234) é multidimensional e, portanto, não se pauta exclusivamente pela dimensão econômica —como costumam ser as decisões tomadas por agentes sociais dominantes.

relações SOUZA (2013) indica como fazendo parte das características das escalas dos "nanoterritórios" ou microlocais.

O que entendo por continuidade espacial, portanto, se referencia por esses aspectos de proximidade espacial e densidade social, aliadas a delimitação espacial mais ou menos nítida. Por um lado, a densidade social remete ao estreitamento dos laços entre pessoas que conformam redes sociais. A esse respeito, vale lembrar de discussões que se questionavam sobre se as redes sociais podiam efetivamente ser consideradas como entidades limitadas ou não.[369] Esses debates trazem reflexões sobre processos e características vinculadas ao estreitamento das relações em determinadas redes sociais que são limitadas por algum aspecto. Penso que, se tal aspecto limitador de uma rede social específica é um elemento espacial —como os limites da proximidade espacial ou mesmo a fronteira de um território—, então seria possível considerar que o processo de estreitamento das relações entre as pessoas dessa rede adensa o sentido de continuidade espacial desse recorte.

No caso do movimento dos sem-teto, essa continuidade se relaciona com o estreitamento dos laços sociais entre as pessoas que habitam e frequentam conjuntamente os territórios do movimento. A preocupação com esse aspecto fica nítida nas atividades que são desenvolvidas no interior das ocupações e que podem, em alguma medida, fortalecer o tecido social desses espaços.

Durante uma conversa com um dos organizadores da capoeira na Ocupação Mauá (São Paulo), perguntei se ele achava que essa atividade ajudava a ocupação de alguma maneira. Após me afirmar que sim, ele complementou dizendo que a capoeira do grupo estava sendo reconhecida "lá fora", o que ajudava na desconstrução do esteriótipo da ocupação como sendo um espaço onde só haveria "vagabundo, drogado, baderneiro". Para além do fato de seu comentário ressaltar como as práticas sócio-espaciais obrigam a flexibilização daquilo que é considerado interno ou externo às fronteiras desses territórios, a continuação de sua resposta deixou nítido que as aulas de capoeira não age somente sobre os esteriótipos, mas também diretamente sobre as pessoas que participam da atividade.

> "(...) [O] sem-teto é muito discriminado aí fora. E graças a Deus o que eu aprendi e tô aprendendo até hoje, eu consigo lá fora responder à altura pro pessoal que fala dos sem-teto. Graças a Deus. [Entrevistador: Você acha que a molecada aprende isso também na capoeira ou não? Você acha que a capoeira ajuda a molecada a aprender alguma coisa disso?] Não sei te dizer assim se ajuda, mas a gente sempre tenta

[369] As discussões sobre redes sociais da Antropologia Social podem ser inspiradoras para tratar sobre as articulações entre a continuidade espacial e o estreitamento dos laços sociais. Sobre isso, ver MAYER (2009), BARNES (2009), EPSTEIN (1969), BOTT (1971) e BOISSEVAIN (2009).

> explicar sobre tudo pra elas. Já passamos filme sobre ocupação pra eles, pra algumas criançadas há um tempo aí. E logo mais a gente pretende tá passando de novo né, passando e explicando o porquê da luta né. Explicando porquê ele tá aqui. Porque a criançada às vezes não entende por que tá aqui né. Aí a gente vai meio que tentando explicar um pouco né." (informação verbal)[370]

Quando perguntado a respeito de se as atividades de capoeira ensinam algo do movimento dos sem-teto para as pessoas que participam delas, ele não remete às atividades que seriam mais tipicamente vinculadas à prática da capoeira. Ao invés disso, traz exemplos de conversas feitas com o uso de outros instrumentos —como os filmes. Isso ressalta as diversas formas como o enquadramento do cotidiano é disputado, já que na sua opinião "a criançada às vezes não entende por que" está na ocupação.

A explicação dos motivos pelos quais as crianças estão em uma ocupação, por sua vez, busca significar essa situação de uma forma específica, valendo-se de estratégias didáticas para que o fato de morar nesses territórios ganhe um sentido próprio para as crianças —o sentido do "porquê da luta". O significado da situação cotidiana serve de referência fundamental para as interações estabelecidas entre as pessoas. Dessa forma, fazer atividades coletivas que estimulem a difusão de significados e valores específicos através do compartilhamento espaço-temporal do dia a dia das ocupações cumpre um papel relevante nos esforços de estreitamento da continuidade espacial desses territórios.

O sentimento de relações sociais mais próximas, no entanto, varia com o tempo nas ocupações. Como já comentei ao comentar as mudanças pelas quais passa o sentido da ideia de "luta" no decorrer desses processos de territorialização, durante o período inicial das ocupações o compartilhamento de espaços e momentos entre as pessoas que convivem no imóvel é muito intenso. Com o passar do tempo e, em especial, com a estabilização da territorialização feita pelo movimento, porém, a sensação de proximidade entre as pessoas se reduz. Foi o que me contou Daniela, moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga, no centro do Rio de Janeiro.

> "Acaba não tendo nem tanta festa como a gente gostaria que tivesse, assim. Não precisa ser um festão, mas uma comemoraçãozinha ou outra. Mesmo só um espaço pra tá trocando ideia. Porque o que acontece: a gente tem essa luta, que é em conjunto, mas assim... A gente tem nossas vidas pra tocar. É trabalho, estudo. São outros movimentos – porque tem várias pessoas que militam em outros movimentos. Então a gente acaba não tendo muito tempo de... Perde um pouco do contato diário com essas pessoas. Diferentemente do início da ocupação, que a gente teve que ficar mais tempo preso aqui no prédio, dividindo, comendo junto, trabalhando o dia inteiro junto pra limpar o prédio. A gente perdeu muito esse contato de início de ocupação. A gente perdeu. E mudou. Mudou realmente. A gente conseguia ser muito

[370] Entrevista realizada em 30 de outubro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

> mais amigo. Assim, muito mais gente ser muito mais amigo do que agora. [Entrevistador: E conseguiam se entender mais?] Conseguíamos nos entender mais sim. E assim, mesmo que tinha às vezes aquelas brigas, porque Ah, fulano hoje não quis trabalhar direito. Pedi pro cara carregar um cano...'. Às vezes rolava essas coisas, mas eram coisas passageiras. Era coisa de convivência de família, que tem briga mesmo né. Fulano não quis lavar a louça... Mas era aquela coisa que no outro dia tava todo mundo trabalhando junto de novo. Era uma coisa legal que a gente... Eram as comissões de trabalho, mas a gente... Teve um menino que morava aqui, agora não mora mais, que ele começou a chamar as comissões de 'comissões culturais'. Era comissão cultural da cozinha, comissão cultural da elétrica, da hidráulica. Porque a gente brincava o dia inteiro, ria e sacaneava um ao outro. Uma comissão passava pela outra e sacaneava o outro. Era o dia inteiro assim. A gente... Era cansativo e tal, duro o trabalho. Mas a gente às vezes no fim do dia tava lembrando o que tinha acontecido, que caiu o cano no pé de um, o outro escorregou... A gente sacaneava o tempo todo, brincava. Mas assim, era gostoso. Eu sinto, particularmente, muita falta desse contato mais diário mesmo, dia-a-dia mesmo com o pessoal. E esses espaços de festa, hoje, possibilitam né. E às vezes eu não falo com o vizinho não é porque eu não gosto dele. É porque eu não tenho tempo! Então na festinha eu consigo sentar perto dele, tomar uma cervejinha e... 'E aí, teu filho? Como é que tá o cursinho dele? E aí, a escola? E aí?' A gente tem tempo de sentar e trocar uma informação e rir junto, e brincar junto. Então eu acho que a gente devia investir até mais nesses espaços." (informação verbal)[371]

Os espaços e momentos compartilhados pelas pessoas de maneira informal, portanto, ganham importância como oportunidades de resgatar, aprofundar ou mesmo construir (no caso de pessoas novas) relações mais próximas com os demais sujeitos que convivem nos espaços das ocupações, agindo diretamente sobre o estreitamento da continuidade nesses territórios. Isso reforça o papel político de atividades como festas, confraternizações, mutirões de trabalho e outras atividades coletivas que não são necessariamente regidas pela formalidade e tenacidade de espaços e momentos de debates mais nitidamente reconhecidos como políticos (como as assembleias deliberativas, no caso das ocupações da variante por coletivo no Rio de Janeiro). Trata-se de esforços capazes de criar situações fundamentais ao movimento, como ficou nítido quanto conversava com Aline —moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)— sobre algumas tensões internas da ocupação. Ele me dizia que

> "(...) a militância é muito dura, né. A gente, o militante, que vem de uma outra realidade, ele acha muitas vezes que ele não pode olhar no olho, que ele não pode ter proximidade com a história de ninguém. Muitas vezes ele tem companheiros muito bons de trabalho, que acha que pode ajudar o outro a ganhar uma casa, a conquistar uma casa, mas não precisa saber por que ele não tem uma casa. E eu acho que isso tem mudado. Eu acho que a gente às vezes precisa conhecer a história da pessoa. Por que ela é assim? Por que ela é agressiva com determinado assunto? O que foi que aconteceu na vida dela pra aquilo ali acontecer. E isso às vezes você consegue conhecer na portaria, tirando portaria junto, ou pregando um banco, ou fazendo alguma atividade junto de trabalho. Ou até mesmo bebendo uma cerveja, que é quando a gente vai perguntar 'por que você não tem esposa?', 'o que é que aconteceu com a sua esposa', 'por que é que você tem um filho'. Aí você vai conhecer um

[371] Entrevista realizada em 23 de agosto de 2009 com integrante da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

> pouco da vida do outro. E aí, às vezes, com isso vai até entender alguns motivos. Porque as pessoas são assim ou assado, porque elas reagem mais com determinadas coisas e menos com outras. (…) De onde vem a ideia de a gente fazer outras atividades que a gente se visse além da reunião. Porque a reunião é um lugar que a gente fica se digladiando pra resolver os problemas coletivos, mas com muita seriedade. Então, as pessoas nunca viveram um coletivo, e quando vivem assim a primeira vez são muito sérias naquilo, e muito taxativas. Numa reunião de avaliação, por exemplo. Toda a segunda segunda-feira do mês é uma reunião de avaliação. Então às vezes você vai avaliar o companheiro e o morador destaca ele por questões que de repente nem poderia destacar se tivesse um diálogo fora da reunião. Que não é um destaque propriamente dito, porque ele deixa de fazer uma comissão de trabalho, deixa de tirar portaria ou deixa de pagar finanças. Às vezes é até um destaque pessoal, que poderia ser resolvido fora do coletivo. Com um papo, um bate-papo, uma discussão. Até saber porque existe aquela implicância. Então a reunião provoca esse desgaste. E só se ver na reunião é um desgaste muito grande. E a gente não cria vínculos. Se a gente não se vê fora da reunião a gente não cria vínculos e acaba não entendendo porque um é assim, outro é assado, porque um tá com raiva, porque um tá falando isso e outro tá falando aquilo. E aí a gente começou a querer gerar esse espaço, um espaço diferente. (…) E daí a gente, por conta de a reunião estar ficando muito tensa, a gente resolveu fazer esse bingo todo o segundo sábado do mês pra tá brincando, rindo, bebendo uma cerveja, escutando um sambinha. (…) [A] gente tava brigando muito, a reunião tava sendo muito desgastante. E às vezes desgastante até entre pessoas que se gostam mesmo, pessoas que sempre se deram bem. E aí veio a ideia: Por que não fazer um bingo...? A gente não ter uma atividade, como um bingo, que a gente pudesse estar se encontrando, brincando, gerando uma renda? (…) [U]ma atividade que trouxesse uma outra perspectiva de diálogo, uma perspectiva diferente. De estar ali, de estar se divertindo, de estar brincando, de estar se conhecendo, de estar tomando uma cerveja junto. De estar criando uma intimidade que a gente acha que é necessária pra caminhar ombro-a-ombro. (…) E aí se você não tiver espaços onde você pode estar... não sei se é a palavra, é uma palavra meio piegas, mas onde você possa estar sendo cativado, capitulado, se permitir a isso, se permitir conhecer, se deixar conhecer e conhecer, aí eu acho que ele nunca vai chegar realmente a questão coletiva da coisa. O coletivo é um plural que é singular. Então você procurar essa singularidade é você procurar realmente conhecer." (informação verbal)[372]

A iniciativa do bingo durou alguns meses entre 2008 e 2009, mas depois deixou de acontecer. Em 2013 a ideia de organizar uma atividade com objetivo similar surgiu novamente: uma noite de karaokê e bingo no salão da ocupação. Essa atividade foi pensada após uma mudança significativa na situação da ocupação. As obras de reestruturação da área portuária da cidade, onde o prédio se localiza, avançavam e precarizavam cada vez mais as condições de moradia das famílias. Ao mesmo tempo, processos internos levaram à expulsão de alguns moradores que, em seguida, passaram a morar em galpões anexos ao imóvel da ocupação, a desafiar a autoridade do Coletivo e a ameaçar fisicamente moradoras e moradores. Por serem antigos moradores e parte de sua família ainda morar no prédio, porém, as relações entre os moradores dos galpões e algumas pessoas da ocupação se mantiveram. A partir daí, a situação passou a originar disputas e fraturas internas, fragilizando a coesão das redes sociais e a própria territorialização do Coletivo. Considerando esse contexto, algumas

[372] Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2008 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

moradoras, moradores e pessoas do apoio levantaram a ideia de se organizar o karaokê e o bingo, que Renato recordou na conversa que tínhamos enquanto eu tentava arrumar seu computador.

> "A ideia do karaokê é uma ideia muito direta, eu vou chamar assim. Ela é uma ideia muito direta. É um evento que eu posso não chamá-lo de público, porque não é um evento de dentro da ocupação pra fora da ocupação. Obviamente que sim: na medida do possível a gente chama os mais chegados, que a gente nem considera que não são da ocupação. São pessoas específicas né, são os próprios apoios que nos ajudam aqui, um ou outro convidado que vem. Mas foi um evento que surgiu em função justamente desses problemas que tavam acontecendo na ocupação. A própria questão dos impactos dos mega-eventos, a questão da própria luz —que eu já tinha falado anteriormente, a questão da água, e de outros problemas internos que eu acho que não vale à pena eu estar enumerando agora porque eu não quero citar nomes e essas coisas assim. Mas problemas internos pessoais entre algumas pessoas da ocupação. Então, pra tentar minimizar esse impacto, porque de uma certa forma você fica sobrecarregado, fica completamente impactado com algumas situações com que você fica com seu estresse num nível eu acho que o mais alto possível. (…) Então pra minimizar esse impacto houve essa ideia da construção desse karaokê. Porque é o momento meio que lúdico, que reúne os moradores da ocupação. Como eu falei, não é uma coisa pública né. Sei lá, 20 ou 30 pessoas no máximo. Adolescentes, crianças, adultos da ocupação e alguns convidados que a gente chama né. Não é um evento público. Mas pra gente sentar, bater um papo. Quem quiser tomar a sua cervejinha que tome, seu refrigerante que tome. Comer uma sopinha ou qualquer coisa assim relacionada àquele momento. Que é só mesmo aquele momento de agregar (…). É uma coisa muito participativa dos moradores. Mas também é considerada uma coisa política, entendeu? Esse karaokê foi criado também como uma forma política de resposta a essas coisas que estão acontecendo. Lógico que tem a ação, tem a ação mesmo direta de estar tentando resolver o problema. Mas minimizar esse impacto, digamos, psicológico sobre as pessoas que estão envolvidas nesses assuntos da questão do que está acontecendo na ocupação e estarem pensando com mais clareza. Você passa pelo problema e ele não passa pra você, entendeu? Então foi uma boa ideia que tivemos, de estar realizando essa questão do karaokê. E tem dado um certo efeito. Porque até outros moradores, que outrora não participavam, têm vindo de vez em quando. Eu acredito que vamos continuar fazendo até quando nós tivermos que sair daqui." (informação verbal)[373]

O karaokê não é público, pois não é "de dentro da ocupação pra fora da ocupação". O limite da rede de relações que são acionadas para participar desse evento é definido, primeiramente, em função do território da ocupação: moradoras e moradores do prédio, que convivem cotidianamente no espaço e compartilham das dificuldades. É o compartilhamento, porém, que motiva algumas "linhas de fuga" nesse limite, permitindo o convite de "pessoas específicas" que, pela intensidade com a qual também compartilham certos desafios do dia a dia do prédio, alguns integrantes da ocupação "nem consideram que não são da ocupação". A continuidade espacial do cotidiano, aqui, se mostra nitidamente na referência que Renato utiliza para delimitar o universo de abrangência do karaokê, a delimitação de um espaço no qual se desenrolam relações sociais específicas e especialmente densas.

[373] Entrevista realizada em 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

"Mas também é considerada uma coisa política", lembra Renato, porque surge em resposta a um problema dessa ordem. O objetivo de agregar as pessoas e "minimizar o impacto psicológico" —que beirou a transformação efetiva em impactos físicos— confere um caráter lúdico-político para o karaokê. Raimundo, exímio cantor de "Asa Branca" nesses eventos, reconhece que essa atividade ajuda o processo coletivo da ocupação

> "(…) porque de uma forma ou de outra as pessoas vão estar juntas. E num ambiente alegre. De repente podem até conversar determinadas coisas, principalmente a respeito da nossa própria articulação, do nosso próprio processo de ocupação. (…) Mas pelo simples fato de eles estarem unidos, de nós estarmos unidos, já é importante. Porque é dessa união que você vai sentir que poxa, o cara não é tao ruim quanto eu pensava. Tamo junto. Então pode sair, como se diz, entendimento. (…) Então eles tornam a relação mais aprazível. Não fica só aquela questão só do 'bom dia', relacionamento mínimo. Já procura se relacionar um pouco mais. Com certeza, de todas as formas ajuda. (…) Porque o pobre, eu sempre falo isso, ele tem essa dificuldade de se unir, de conversar, dialogar. (…) E o karaokê serve justamente pra essa questão também, de manter o povo mais unido, pra aprender a se unir. Mesmo que seja através do canto, mas você vai tendo essa noção, essa ideia do que é unir. Eu acho essa questão também muito importante, principalmente pra que se saiba falar, pra que se saiba entender, como se portar, a hora que você deve falar, a organização. E eu tenho visto essa questão também, de que através de ocupações, as pessoas vão aprendendo essas questões, como fazer isso." (informação verbal)[374]

Raimundo ressalta a relevância política dessa atividade em parte porque ela influencia a interiorização de comportamentos que ele vincula à organização política interna da ocupação —"como se portar, a hora que você deve falar". Mas como em outras entrevistas, a importância do karaokê é indicada aqui também por seu papel na promoção da união das pessoas do prédio. Entendo isso como uma referência ao estreitamento dos laços afetivos e da coesão política do grupo de moradoras e moradores, o que adensa política e afetivamente o espaço onde vivem e atuam.

As atividades que agem sobre o sentido de união de moradoras e moradores das ocupações podem ser considerados também como partes de um processo de construção de uma identidade social coletiva —que, no caso de referenciar-se fortemente por esse espaço, pode inclusive tornar-se uma identidade sócio-espacial. Isso ocorre em muitos desses territórios do movimento dos sem-teto, em certos casos permitindo com que a continuidade espacial também se torne um recurso acionado com fins político-estratégicos.

Existe uma dinâmica importante de constituição identitária fluida, mais ou menos efêmera e contextual, nos esforços de construção desse sentido de continuidade nas ocupações. Enquanto para fora delas os grupos buscam mostrar-se unificados, apresentando-

[374] Entrevista realizada em 10 de março de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

se como um grupo coeso (“nós”), internamente essa constituição é uma disputa constante. Diferentes “nós” e “eles” são reivindicados em momentos distintos de acordo com os interesses que estão em jogo, ressaltando os conflitos e disputas que permeiam os processos de construção de identidades em um ambiente heterogêneo como as ocupações.

Os limites e a constituição mais ou menos nítidas dessa dimensão topográfica da escalaridade são estabelecidos, portanto, de maneira às vezes fluidas e flexíveis. Como fronteiras, tais delimitações envolvem processos simbólicos e materiais conflituosos, embebidos pelas dinâmicas identitárias e políticas que permeiam as ocupações do movimento. Da mesma maneira que KAISER e NIKIFOROVA (2006) comentam sobre a multiescalaridade das redes espaciais do povo Seto na fronteira entre a Estônia e a Rússia, os limites foscos da continuidade espacial dos territórios do movimento dos sem-teto põem em evidência as tensões entre os processos de interioridade e exterioridade que permeiam o estabelecimento das diferenças entre o “nós” e o “eles”, bem como a conformação dos seus espaços de referência propriamente ditos. As práticas sócio-espaciais que demandam e mobilizam a definição constante dos limites entre interior e exterior, como as confraternizações e atividades como as aulas de capoeira, podem ser entendidas elas própria, portanto, como práticas construtoras de interioridades e exterioridades, influenciando ao mesmo tempo a dimensão contínua e descontínua da escalaridade.

Mas a existência e interdependência de processos voltados ao interior e ao exterior das unidades escalares não é algo ressaltado apenas por esses autores. Outros trabalhos também relacionam os processos identitários e de subjetivação à criação de unidades e configurações escalares. Um exemplo similar é trazido pelas discussões sobre as escalas geográficas que assumem a perspectiva da teoria ator-rede, pois algumas delas também enfatizam a importância daquilo que chamam de “endo-eventos” e “exo-eventos” para o processo de construção e desconstrução da dimensão escalar na prática dos agentes.[375]

Os momentos e espaços de festividades parecem ser propícios para se perceber algumas das dinâmicas dessas relações de interioridade e exterioridade que permeiam o movimento dos sem-teto. Mas isso não é exclusivo desse movimento social, muito menos do contexto urbano. Vejo um exemplo disso em meio às suas reflexões sobre o movimento zapatista mexicano feitas por Raúl Zibechi.

> “A família extensa, na qual se incluem desde os avós até os menores, é a unidade

[375] Ver COLLINGE (2006).

> econôica da comunidade indígena. A mulher joga um papel fundamental na reprodução da cultura, transmite a língua e é a depositária dos valores e normas ancestrais. Cada família possui uma parcela que não pode vender a pessoas distantes da comunidade, já que a terra é um bem coletivo e não privado. A terra não se concebe, portant, como uma mercadoria, é um território que faz parte da herança cultural comum: não é a terra que pertence às pessoas, mas sim estas que pertencem a ella. Por isso perder a terra é perder as raízes, a identidade, a vida mesma. Todos participam nos trabalhos coletivos, seja o ccultivo das terras comunais ou nos trabalhos para levantar a escola, abrir caminhos ou fazer canais para a água. A festa joga um importante papel ao estimular a participação dos comuneiros, reforçar a solidariedade e integrar de forma inseparável as atividades sociais, econômicas ou simbólicas, como a religião." (ZIBECHI, 1995:42-3) [tradução livre][376]

Em conjunto com outras atividades, portanto, as festividades compõem um rol de práticas sociais fundamentais à (re)produção de relações sociais particulares à coletividade. Nesse sentido, as festas requerem aos participantes tipos de envolvimentos específicos que reproduzem tais relações sociais. No caso apontado por Zibechi, esses momentos festivos estimulam a participação das pessoas e, assim, reforçam os laços de solidariedade entre elas a partir da realização e do compartilhamento de tais espaços-tempo. Por isso, diz ele, as festas se equiparam às religiões ao colaborarem com a integração das atividades sociais, simbólicas e econômicas. Tal integração é fundamental para aquilo que, junto com o vínculo territorial, Zibechi aponta como uma das características marcantes dos movimentos surgidos na América Latina a partir do final da década de 1980: a capacidade de (re)produzir suas vidas sem necessitar do mercado e sem patrões. Mas ele afirma que "[n]o entanto não é a territorialização dos poderes populares o que os potencializa, mas as relações sociais que se aninham nesses territórios 'outros'." (ZIBECHI, 2008:80) [tradução livre][377]

Entendo que o autor se refere ao processo de enfrentamento diário dos desafios que se colocam para a criação e estreitamento dos laços sociais entre as pessoas que convivem nesses territórios —processo que destaca a importância do espaço contínuo do cotidiano para se realizar, conforme também venho comentando nas últimas páginas. Por isso, ao falar da experiência de uma das primeiras ocupações organizadas da América Latina —conhecida

---

[376] "La familia extensa, en la que se incluyen desde los abuelos hasta los más pequeños, es la unidad económica de la comunidad indígena. La mujer juega un papel fundamental en la reprodución de la cultura, transmite la lengua y es la depositaria de los valores y normas ancestrales. Cada familia posee una parcela que no puede vender a personas ajenas a la comunidad, ya que la tierra es un bien colectivo y no privado. La tierra no se concibe, por tanto, como una mercancía, es un territorio que forma parte de la herencia cultural común: no es la tierra la que pertenece a la personas, sino que éstas le pertenecen a ella. Por eso perder la tierra es perder las raíces, la identidad, la vida misma. Todos participan en los trabajos colectivos, ya sea en el cultivo de las tierras comunales o en los trabajos para levantar la escuela, abrir caminos o hacer canales para el agua. La fiesta juega un importante papel al estimular la participación de los comuneros, reforzar la solidaridad e integrar de forma inseparable las actividades sociales, económicas o simbólicas, como la religión."

[377] "Sin embargo no es la territorialización de los poderes populares lo que los potencia sino las relaciones sociales que anidan em esos territorios 'otros'."

como La Victoria, realizada em 1957 em Santiago do Chile— Zibechi afirma que esse território se estabeleceu como uma comunidade de sentimentos e sentidos. Sua identidade, no entanto, "(...) não está ancorada no lugar físico, mas sim nos afetos, no vivido em comum." (ZIBECHI, 2008:60) [tradução livre][378]

Ainda que a materialidade do espaço não possa ser descartada de maneira alguma, seu comentário sobre La Victoria me remete ao processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Mesmo depois do despejo que sofreram do prédio localizado na Avenida Francisco Bicalho 49 no início de 2014 e de passarem a morar espalhados pela cidade, a maioria das pessoas do Coletivo continuou se encontrando, fazendo reuniões e, especialmente, realizando seus karaokês.

É como se fosse possível falar, portanto, de uma "face interna" das festas como um dos papeis que tais atividades podem cumprir. Mas dependendo do tipo de confraternização, elas se apresentam como sendo mais voltadas para o exterior. Apesar de não ser uma prática exclusiva do movimento dos sem-teto, vejo isso também na dinâmica de suas práticas sócio-espaciais. Dentre as atividades realizadas pelas organizações do movimento, existem celebrações que têm um caráter "mais interno", ainda que seus limites sejam sempre objeto de tensões. Ao mesmo tempo, há aquelas confraternizações consideradas "mais abertas" a pessoas que não necessariamente compartilham o cotidiano com as pessoas dos territórios do movimento. Será ao deter meu olhar um pouco mais atentamente em atividades desse segundo tipo que abordarei, nas próximas páginas, alguns aspectos da dimensão topológica da escalaridade de suas ações.

6.2.2. **Topologias sem-teto e a tessitura de descontínuos**

Dentre os aspectos que gostaria de destacar sobre a face topológica da escalaridade,[379] as articulações que inter-relacionam as escalas de forma a constituir os arranjos escalares são as primeiras que apontam para um comportamento em rede dessa dimensão da espacialidade humana. Nesse sentido, cada configuração escalar diferente pode ser entendida também em termos topológicos, seja no caso de arranjos escalares mais rígidos

[378] "(…) no está anclada en el lugar físico sino en los afectos, em lo vivido em común."
[379] Para uma abordagem com essa perspectiva sobre as dinâmicas da globalização, ver, por exemplo, LATHAM (2002).

e hierárquicos ou, por outro lado, de arranjos mais flexíveis —ainda que nesses últimos as articulações em rede fiquem geralmente mais explícitas.

As dinâmicas que envolvem a política de escalas e a política escalar[380] podem ser utilizadas como caminhos de entrada para o debate sobre a face topológica da dimensão escalar das práticas dos agentes. A política de escalas, por exemplo, "(...) pode ser entendida como um processo que ocorre através de redes ou que estas redes, por sua vez, participam de processos de (re)estruturação escalar." (GONZÁLEZ, 2003:111) [tradução livre][381] Apesar das vantagens de uma abordagem topológica, porém, é importante estar atenta/o às posições nas quais os agentes se localizam no interior das redes de forma a buscar evitar o risco de ocultar as hierarquias de poder e as desigualdades existentes no interior dessas articulações.[382]

A política escalar, por sua vez, também tem dinâmicas topológicas nítidas. Diferentes trabalhos, por exemplo, já destacaram as múltiplas conexões que compreendem as relações estabelecidas no dia a dia pelos sujeitos.[383] As considerações de LACOSTE (1988) sobre a espacialidade diferencial são apenas um exemplo dentre muitos outros. Cabe lembrar, no entanto, que o adensamento dessas conexões cotidianas nas últimas décadas enevoou as fronteiras entre os espaços contínuos, tão caras às abordagens que lidam com as escalas geográficas como unidades de área. Por conta disso, a definição de processos como "locais", "regionais", "nacionais" ou "globais", por exemplo, tornou-se uma tarefa aparentemente mais árdua hoje em dia, como parte dos desdobramentos da compressão do tempo-espaço[384] e da empiricização da universalidade.[385] Ao mesmo tempo, os efeitos que as ações realizadas no espaço-tempo cotidiano têm em outros espaços também indica conexões muito menos lineares do que aquelas sugeridas por relações causais simples.

Ocorre ainda que na busca por atingir objetivos específicos, os grupos sociais atuam de maneira diferente em espaços distintos de acordo com suas possibilidades e prioridades. As redes que constroem, nas quais se inserem e através das quais agem buscando seus objetivos os colocam em contato com outros agentes sociais vinculados mais diretamente a espaços variados. De certa maneira, desde uma abordagem da política escalar, dessa forma suas ações

---

380 Para as diferenças entre a política de escalas e a política escalar, ver MacKINNON (2010). Comentei isso com mais detalhes no capítulo 3 desta tese.

381 "(...) puede entenderse como un proceso que ocurre a través de redes u que estas redes, a su vez, participan de procesos de (re)estructuración escalar."

382 Para alertas similares, ver SHEPPARD (2002), LEITNER e SHEPPARD (2002) e GONZÁLEZ (2003). Esta última altura chama essas hierarquias e desigualdades de "sentido de verticalidade".

383 Ver, por exemplo, MASSEY (1994).

384 Ver HARVEY (1989).

385 Ver SANTOS (1985).

afirmam-se como escalares ao ressaltarem as articulações das práticas sócio-espaciais cotidianas a outros espaços não necessariamente contínuos aos seus e que são localizados, não raramente, em posições hierarquicamente diferenciadas em distintos arranjos escalares. Nos termos de outras perspectivas, porém, os agentes estariam, nesses casos, articulando estrategicamente escalas geográficas distintas visando atingir seus objetivos, investindo assim na política de escalas.

Muitas situações podem visibilizar as diferentes redes que permitem afirmar a face topológica da escalaridade das relações sociais. No caso dos movimentos sociais podem servir como exemplos os processos de negociação com diferentes instâncias do Estado, as formas de associação entre diferentes organizações ou mesmo as estratégias utilizadas para angariar apoio às suas bandeiras em meio a distintos setores da sociedade em geral.

Ao pensar no movimento dos sem-teto essas possibilidades não são menos variadas. Muitas atividades realizadas nas ocupações do movimento dos sem-teto se ligam com dinâmicas e atividades que acontecem fora dela de diversas maneiras. Um primeiro exemplo vem de algumas das funções que as reuniões ordinárias do Coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras cumprem. Em tais reuniões, por exemplo, as demandas externas ao grupo chegam para serem apreciadas pelo Coletivo e, caso alguma opinião seja necessária, discutidas propriamente. Propostas de atividades a serem realizadas por pessoas de fora da ocupação no interior ou com as pessoas do prédio, convites para a participação de eventos e informes sobre as negociações jurídicas são apenas alguns dos outros exemplos possíveis de situações que acontecem nesses espaços e momentos e que explicitam a vinculação do espaço contínuo desses territórios a outras dinâmicas e locais.

Os próprios debates entre moradoras e moradores podem ser muitas vezes permeados por essa "exterioridade" de formas mais sutis. Quando perguntada sobre os termos utilizados nas assembleias do prédio, por exemplo, Aline lembrou que

> "teve uma vez que a gente fez uma assembleia tipo oficina, com um quadro com tudo que tem numa assembleia: 'informe', 'questão de ordem'... E eu lembro como foi dolorido explicar 'questão de ordem'! E eu lembro como foi muito positivo porque a gente pôde debater como as pessoas utilizam 'questão de ordem' no ambiente externo, que é, as vezes, pra não deixar uma pessoa falar ou não deixar encaminhar uma proposta. E aqui, raramente a gente usa 'questão de ordem'. E discutimos como era importante a gente se apropriar não só pra sabermos desses mecanismos no nosso espaço, mas porque hoje qualquer movimento usa esses mecanismos nas suas reuniões e é importante a gente se apropriar." (informação verbal)[386] (COLOMBO, 2012:51)

[386] Entrevista realizada por Luiza Colombo em 09 de julho de 2012 com integrante da Ocupação Quilombo das

A atividade interna fortalece dinâmicas próprias da coletividade de moradoras e moradores do prédio, ao mesmo tempo que oferece novos conhecimentos que podem ser utilizados por elas em outros espaços. É o mesmo que ocorre no caso das aulas de capoeira na Ocupação Mauá, em São Paulo, e que Bernardo deixou nítido quando lhe perguntei sobre a importância de se realizar essa atividade no prédio.

> "(…) [o] que eles aprendem na capoeira, o comportamento deles dentro da capoeira, serve dentro da escola, serve num curso, serve dentro de casa, serve numa faculdade, serve no trabalho. (…) Então quando você aprende a se empenhar, respeitar, a colaborar com a outra pessoa, a ser solidário, isso serve pra você em diversos lugares cara. Serve pra você na sua casa, na escola, no curso, no trabalho. Você aprende que, por exemplo, se você vê um papel no chão a sua parte é abaixar e pegar o papel, não esperar e deixar ali pra ver se outra pessoa vai vir varrer. Já pega você mesmo. Então na capoeira a gente trabalha com isso, a gente trabalha com a parceria, com o conjunto, com o coletivo, com o respeito do coletivo. A intenção capoeirística, ela... não é que ela fica no último plano, mas eu não trabalho pra formar professores de capoeira. Eu trabalho com a intenção de formar cidadãos, pessoas conscientes. Se isso que ela aprendeu vai servir pra ela na escola, no curso, no trabalho, dentro de casa, pra mim já é o objetivo alcançado já." (informação verbal)[387]

Existem diferenças entre uma assembleia de moradoras e moradores e atividades como as aulas de capoeira. Mas ambas as situações mostram que os processos que se desenrolam internamente às ocupações podem ser vinculados a outros espaços fisicamente externos a ela de maneira concreta e direta, especialmente se a atenção estiver voltada aos comportamentos dos sujeitos envolvidos nesses processos.

Outros exemplos de como as ações feitas nesses territórios estabelecem relações diretas com outros espaços estão nas atividades que propiciam interações mais informais e que são, geralmente, realizadas nos espaços de uso comum das ocupações. Darei mais atenção, porém, às confraternizações caracterizadas por sua abertura a pessoas que não necessariamente compartilham o cotidiano desses territórios.

No início de 2013 a Ocupação Quilombo das Guerreiras passava por um momento de tensão, como comentei ao falar sobre o surgimento da ideia de realização do karaokê no prédio. Dentre outros processos, as obras de reestruturação em andamento na zona portuária da cidade comprometia a estabilidade de seu território. Poucos meses antes, no final de 2012, as notícias sobre a construção de um grande empreendimento comercial com grande aporte de capital internacional no terreno onde se localizava o prédio haviam circulado pela mídia

Guerreiras.

[387] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

nacional e instaurado uma série de novas incertezas nas pessoas ligadas à ocupação.[388] Juntava-se a essa situação o fato de as notícias silenciarem a respeito das famílias que moravam no imóvel, invisibilizando a ocupação que havia completado recentemente seis anos no mesmo local. Nesse contexto, em fevereiro de 2013 algumas moradoras, moradores e apoiadoras/es começaram a organizar um evento a ser realizado na primeira semana do mês de março de 2013.

A discussão ocorrida a respeito do nome do evento deixa nítidas alguns dos elementos que permeavam a realização dessa atividade. Inicialmente a festa seria divulgada como sendo "em solidariedade" à Ocupação Quilombo das Guerreiras. Algumas moradoras e moradores, porém, discordaram disso por entenderem que convidar pessoas "em solidariedade à" ocupação permitiria a interpretação de que as famílias do prédio estariam buscando maneiras de resistir fisicamente às obras que se realizavam em seu entorno. Ainda que isso não fosse completamente descartado, não havia certeza de que as pessoas da ocupação estariam dispostas a levar tal tipo de resistência adiante. Afinal, o sentimento geral entre moradoras e moradores era de desânimo e cansaço. Este era inclusive um dos motivos pelos quais as pessoas do prédio precisariam de "energias positivas" nesse momento. O evento buscaria ser uma situação que propiciaria isso ao pedir que as pessoas demonstrassem carinho e estivessem juntas do Coletivo. A intenção seria organizar uma festa "em memória" à Quilombo das Guerreiras para celebrar sua história da Quilombo, ainda que não estivesse se declarando como "finada". Por isso, como Nádia fala, o "Abraço à Quilombo" —nome com o qual o evento foi batizado— tinha como um dos objetivos exatamente mostrar que a ocupação existia, que naquele espaço havia já há anos outra coisa que não era noticiada: pessoas construindo seus lares de maneira autogerida.

> "(...) [O] Abraço à Quilombo foi mais um grito mesmo de protesto, pra que outras pessoas conheçam a história da Quilombo. As pessoas vieram aqui e ficaram todas meio abobalhadas de não acreditar que a Quilombo tenha um Coletivo desse que tem. O Coletivo da Quilombo é forte, é organizado. Então as pessoas não acreditaram. 'Meu Deus! É assim?' Quantas pessoas vieram conversar comigo e dizer 'Nossa, isso é maravilhoso!'. Então foi mais pra que a Quilombo ficasse conhecida, a história da Quilombo ficasse conhecida, pra que as pessoas passassem pra frente quais são as ideias do Coletivo, quais são as ideias que a Quilombo tenta passar lá pra fora, e qual é a luta da Quilombo. Pra que as pessoas se solidarizem e ajudem a gente a fazer alguma coisa pra que essa luta não morra, pra que a história

[388] Trata-se do empreendimento chamado Trump Towers Rio de Janeiro, anunciado nos veículos de comunicação como "o maior centro corporativo do país" e fruto da parceria entre as Organizações Trump (empresa estadunidense do ramo imobiliário), a MRV Internacional (empresa de capital majoritariamente belga) e a Even Construtora e Incorporadora (empresa de capital brasileiro). O empreendimento, primeiro das Organizações Trump no país, foi divulgado com a promessa de erigir cinco torres comerciais que poderiam atingir o gabarito de até cinquenta andares.

> da Quilombo não suma como uma bolha de sabão que veio, existiu, estourou e acabou." (informação verbal)[389]

Um grito busca interlocutoras/es e estabelece relações de interioridade e exterioridade. Nádia apresenta a ocupação como sujeito coletivo que procura outros sujeitos em busca de empatia, solidariedade e amplificação de seu grito de protesto. É a ocupação em plena ação de projetar-se "para fora" e estabelecer ativamente suas relações com outros espaços através de outros sujeitos, visando objetivos políticos explícitos: evitar o desaparecimento de sua história e a "morte da luta". Esse grito nascia, então, querendo eco, uma resposta sonora espacialmente dependente. Nádia parece ter encontrado a primeira expressão disso nas cerca de trezentas pessoas que compareceram ao evento e ficaram "meio abobalhadas", "sem acreditar". Mas foi Raimundo que me comentou outro aspecto da troca que o Abraço permitiu.

> "Bom, o Abraço inicialmente seria para mostrar uma visibilidade nossa. Eu entendi assim. Mas eu acho que foi mais do que isso. Ele serviu pra muitas pessoas. Pra muitos movimentos. A busca de alguma coisa, de uma forma. O que tá acontecendo? Será que nós temos que se unir mais? O Abraço é pra quem? O Abraço seria pra Quilombo? Será que quem veio abraçar também não tava merecendo ser abraçado? Então eu senti isso, que ficou uma reciprocidade muito grande. Onde o abraçador e o abraçado estavam realmente necessitando disso. A princípio eu entendi que seria esse o Abraço na Quilombo por estar precisando, tá tendo que mostrar essa visibilidade, que tá aqui, que ela existe aí pra fora. Mas eu senti que ficou coisa a mais. Eu senti realmente que todos nós tamos precisando se abraçar. Isso aí foi o estalo, que percebi que todos nós tamos precisando se abraçar. E outras coisas com certeza. Nos abraçar, conversar, trocarmos ideias." (informação verbal)[390]

Em um evento desse tipo, portanto, Raimundo vê a criação e estreitamento de vínculos políticos e afetivos com outras pessoas que não somente aquelas com quem ele compartilha o cotidiano da ocupação. Ao mesmo tempo, ressalta como não se tratou de um processo unilateral. Para muitos outros sujeitos individuais e coletivos, a resposta ao convite de abraço passou por compartilhar "a busca de alguma coisa, de uma força".

Isso destaca como essa atividade é transformada em um espaço-tempo de compartilhamento das dúvidas, das incertezas, das inseguranças, das inquietações. Nesse sentido, um espaço que abre as portas para outros indivíduos e grupos chamando a um abraço está chamando para um acolhimento mútuo, um abraçar-se. Devido às interações diretas possibilitadas por atividades como o Abraço à Quilombo, portanto, o espaço contínuo da ocupação é inserido em uma gama ampla de redes sócio-espaciais com ênfase no caráter político: fortalece as redes de solidariedade, difunde a história e os valores construídos pelas

[389] Entrevista realizada 07 de março de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.
[390] Entrevista realizada 10 de março de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

moradoras e moradores, agrega pessoas e coloca em relação os espaços de atuação de diferentes movimentos sociais.

O interno e o externo se mesclam nesse espaço-tempo que privilegia o contato, uma espacialidade similar àquela da fronteira. A mistura proporcionada por tais eventos, porém, não confunde necessariamente esses limites. Robert SACK (1986) lembra que a fronteira comunica a territorialidade. Mas além de uma marca de separação a fronteira é também um ponto de contato e age, assim, também como uma ponte entre espaços. O Abraço à Quilombo parecia, em certo sentido, uma fronteira íntima abrigada no espaço contínuo de seu território. A separação contrastante entre o "dentro" e o "fora" —vista e mantida nas fronteiras físicas tensas e disputadas da ocupação— dava lugar a uma diferenciação entre sujeitos que se reconheciam e eram reconhecidos como minimamente semelhantes —por conta do compartilhamento de valores, espaços, trajetórias, sonhos, pedras e lágrimas— e que podiam, exatamente por isso, comungar de um abraço recíproco. Quem pediu um abraço se viu criando a oportunidade de a necessidade do Outro também poder ser ao menos parcialmente respondida.

Esse evento mostra a importância de, ao se tratar da dimensão topológica da escalaridade das práticas sócio-espaciais, se ter em conta que "[p]roximidade e distanciamento não são o produto da distância (embora ela esteja de todas as formas inserida nas relações), mas a articulação e desarticulação de diversos dobramentos de atores-rede." (LATHAM, 2002:131) [tradução livre][391] É nesse sentido que diferentes redes podem se formar e serem acionadas. Aline deixou isso nítido em uma conversa que tivemos certa vez sobre as articulações políticas da ocupação. Em sua opinião, existiriam ao menos três tipos de redes naquele contexto: a rede *real*, formada por parceiras/os "permanentes" da ocupação; a rede *possível*, composta pela rede real somada às/aos parceiras/os que se fazem presentes em situações específicas; e a rede *necessária*, composta por um rol de agentes que constituiriam um horizonte de rede ideal considerada necessária ao alcance dos objetivos da ocupação. Todas elas são construídas, adensadas, mantidas e acionadas através de situações formais e informais, sendo muito variados os espaços nos quais esses processos se desenrolam.

Fato é, no entanto, que as articulações com outros sujeitos propiciada por atividades como o Abraço coloca as ocupações em contato com outros espaços. Nesse sentido é que seria irreal pensar que os espaços onde os grupos resolvem investir suas energias possuem sempre

[391] "Nearness and farness are not the product of distance (though that is in all sorts of ways built into relationships) but the articulation and disarticulation of diverse foldings of actor-networks."

graus de importância equivalentes entre si. Por isso a escolha de quais redes acessar, através de quais práticas, agentes e contatos, com vistas a provocar resultados específicos, expressa e determina muitas vezes também quais espaços são mais importantes em diferentes momentos.

Assim, os imperativos práticos da ação sobre o mundo levam à elaboração estratégica de hierarquias espaciais transitórias, processos que ocorrem em meio à grande heterogeneidade social que compõe os grupos de moradoras e moradores das ocupações.

> "(…) [N]os territórios dissidentes das ocupações de sem-teto, por exemplo, a fluidez própria das biografias e de uma história que, afinal, é altamente dinâmica e complexa, promove a interação de trabalhadores 'hiperprecários' com experiências de vida e graus de senso crítico os mais variados —e a possibilidade de uma sinergia em que não apenas fronteiras se relativizam (o ex-presidiário e a ativista de longa data, a mãe de família e o estudante), mas em que influências recíprocas ocorrem, o tempo todo. Influências, inclusive, no que diz respeito a diferentes agendas implícitas ou explícitas de resistência contra opressões, que não enfraquecem (ou não deveriam enfraquecer) a conscientização crítica propriamente enquanto trabalhadores (enquanto "classe" em sentido estrito), antes a enriquecem, por adicionar, no âmbito das interações informais e dos debates políticos nos territórios dissidentes, as peculiaridades da luta contra o machismo, o racismo e a homofobia. É sumamente interessante acompanhar como, no contexto das particularidades da vida e do trabalho dos trabalhadores 'hiperprecários', o local de moradia assume uma enorme importância como *locus* de criação de identidade e de organização política." (SOUZA, 2014)

Mesmo que agentes sociais específicos mais afins ou acostumados a lidar com a lógica de espaços contínuos expressem formalmente as relações de poder através dessa face topográfica —do Estado a determinadas organizações de movimentos sociais—, portanto, isso não significa que as associações feitas por eles se restringem a essa lógica. As conexões em rede são parte fundamental das relações sociais e, por consequência, da espacialidade humana. Por isso a prática sócio-espacial não pode prescindir de nenhuma das duas, especialmente se tratando da busca por agir de forma intencional e estratégica sobre a realidade. Nesse sentido, parece importante buscar instrumentos teórico-conceituais que permitam tanto considerar as duas faces da escalaridade, quanto reconhecer seus laços intrínsecos com a prática.

6.2.3. **Espaços de dependência, espaços de engajamento e as integrações na prática**

A prática do movimento dos sem-teto incorpora dinâmicas de construção constante e integrada tanto do caráter contínuo de seus territórios (baseando-se nas relações cotidianas de seus participantes) quanto das diversas formas e caminhos através dos quais os sujeitos

coletivos e individuais desses espaços podem e devem se articular com outras pessoas (colocando em rede, assim, diferentes espaços), visando atingir os objetivos que as organizações e militantes traçam para si.

Tais ligações entre os espaços e momentos cotidianos e outros que o extrapolam podem ser vistas, ao meu ver, como uma das expressões das conexões feitas intencionalmente pelas organizações do movimento dos sem-teto entre aquilo que Kevin COX (1996) chamou de espaços de dependência e espaços de engajamento.[392] As definições sobre esses espaços foram cunhadas pelo autor ao refletir sobre dois aspectos. Primeiramente, Cox critica o predomínio da compreensão das escalas geográficas como unidades de área, sugerindo a metáfora das redes como mais apropriada para o debate sobre a espacialidade das escalas. Mas ele também aborda questões sobre a forma e o conteúdo da política de escalas. A partir daí é que o autor cunha as ideias de espaços de dependência e espaços de engajamento como uma diferenciação fundamental para se pensar a política de escalas. Os espaços de dependência seriam

> "(...) definidos por aquelas relações sociais mais ou menos localizadas das quais dependemos para a realização de interesses essenciais e para o qual não há substituto em lugar algum; eles definem condições espaciais específicas para nosso bem-estar material e nosso senso de significância." (COX, 1998:2) [tradução livre][393]

Cox ressalta que existem também aqueles espaços onde se desdobram processos que ajudam na garantia da manutenção e segurança dos espaços de dependência, constituindo redes associativas que asseguram condições para a existência desses últimos. Tais espaços seriam os chamados espaços de engajamento.

As relações que delineiam os diferentes arranjos entre os espaços de dependência e de engajamento de distintos agentes sociais é um aspecto da dimensão espacial da sociedade que está sempre em disputa, sendo foco e criador de tensões e conflitos. Concordando com Cox, porém, creio ser possível afirmar que é a partir dos interesses "locais" —que prefiro entender aqui como o espaço-tempo cotidiano— que se desenham os espaços de dependência. Também é esse recorte espacial que serve de contexto do qual surge a necessidade e o ímpeto de criação dos espaços de engajamento, processo levado a cabo através da construção de redes

---

[392] Para ver o debate suscitado por esse texto de Cox, conferir os trabalhos de JUDD (1998), SMITH (1998) e JONES (1998).

[393] "(...) are defined by those more-or-less localized social relations upon which we depend for the realization of essential interests and for which there are no substitutes conditions elsewhere; they define place-specific for our material well being and our sense of significance."

de associações que visam alguma conquista específica. Isso porque, como ele diz e como os exemplos trazidos aqui também apontam,

> "(...) tipicamente os agentes são participantes em um conjunto de relações de troca muito mais extensas espacialmente do que aquelas contidas no interior dos limites de um lugar particular. Além disso, esses campos de força e eventos mais globais não são de forma alguma constantes. Como resultado, a realização de interesses locais se torna inextricavelmente ligado às suas geografias mutáveis." (COX, 1998:4) [tradução livre][394]

A construção da espacialidade contínua cumpre papel crucial na definição e identificação dos limites do espaço-tempo cotidiano das coletividades envolvidas no movimento dos sem-teto, distinguindo tal recorte de outros espaços e momentos por sua importância para a própria existência da ocupação. Isso define uma unidade espacial de referência para os sujeitos que compõem os grupos, uma escala geográfica primordial à existência de sua experiência e à dotação de sentido à mesma. Trata-se, enfim, de um processo central para a construção, consolidação e comprometimento com o enfrentamento dos desafios que ameaçam a existência de seus espaços de dependências. No mesmo sentido vale destacar que o esforço por tecer redes a partir das ocupações coloca em relação esses espaços-tempo cotidianos e outros momentos e espaços importantes à manutenção desses territórios. Tais articulações são fundamentais para viabilizar e reforçar a capacidade de influência dessas coletividades em distintos espaços de engajamento, potencializando as chances de alcance de seus objetivos. Ambas as faces da escalaridade, a topográfica e a topológica, podem ser vistas, dessa forma, como profundamente embebidas por aspectos políticos. O duplo exemplo do karaokê e do Abraço à Quilombo se complementam e explicitam isso, como Renato conta.

> "(…) [O] Abraço à Quilombo era um evento de cunho totalmente político. A gente conseguiu trazer pessoas de diversos outros movimentos, bandas de músicas de vários tipos tocando vários tipos de músicas também, que tinham um propósito muito direto que era na questão do que estava acontecendo aqui na ocupação. Da situação que estamos passando nesse momento, mais uma vez voltando à questão dos mega-eventos, dos impactos que eles estão causando na ocupação. De uma forma extremamente violenta. E o karaokê já é uma forma mais de agregar as pessoas, tentar fazer com que... Bem: um, dois, três, quatro não são nada. Agora cinquenta, sessenta, setenta, eu acho que os elos da corrente tendem a estarem mais fortes então vamos resistir. Então são duas vias políticas. Mas uma específica, foi aquela coisa que tá acontecendo e que não vai deixar de acontecer – que é a questão dos mega-eventos. Mas mostramos de uma certa forma. 'Ei, você aí! Quilombo das Guerreiras existe. Nós estamos aqui e queremos nossos direitos também, independente de mega-eventos ou não.' Nós estamos aqui, existimos, temos família, temos crianças, temos idosos e estamos aqui. Ponto. Você não pode estar

[394] "(...) typically agents are participants in a much more spatially extensive set of exchange relations than those contained within the bounds of a particular place. Furthermore, these more global fields of forces and events are by no means constant. As a result the realization of local interests becomes inextricably linked to their changing geography."

> atropelando tudo e nos deixar, de uma certa forma, de fora. E a questão do karaokê eu acho, como falei, é uma coisa mais pra dentro da ocupação. Tentar fazer essa integração entre os moradores pra nós, unidos, estejamos mais fortes. Então essa é a questão." (informação verbal)[395]

Considero os espaços de dependência, portanto, como relacionados diretamente — apesar de não exclusivamente— à dimensão contínua da escalaridade das práticas sócio-espaciais. Ainda segundo Cox, os espaços de dependência estão ligados diretamente à capacidade e habilidade de resolver os interesses locais. Essa habilidade, por sua vez, depende do exercício do poder sobre uma área. "O objetivo é controlar as ações e interação dos outros tanto nos respectivos espaços de dependência quanto entre eles; o meio é o controle sobre uma área geográfica" (COX, 1998:7) [tradução livre][396] —o que é possível traduzir como a constituição de territórios, como no caso das ocupações do movimento dos sem-teto.

A importância dos espaços de engajamento surge, por sua vez, exatamente ao atentar para os diferentes agentes e respectivos recortes espaciais que influenciam o processo de conquista ou não de um objetivo. Na tentativa de garantir que múltiplas influências possam facilitar o alcance das metas traçadas, o engajamento em outros espaços é fundamental, requerendo a construção de redes sócio-espaciais. Por isso os espaços de engajamento podem ser vistos como uma das formas nas quais a face topológica da escalaridade das práticas sócio-espaciais se expressa.

As ideias de espaços de dependência e espaços de engajamento são, portanto, ferramentas úteis para a reflexão sobre a dimensão escalar das dinâmicas cotidianas. Tais ideias permitem observar a prática sócio-espacial como vinculada a diferentes espaços sem que, no entanto, seja necessário deixar de lado nem, por um lado, as necessidades práticas do estabelecimento de prioridades para as ações nem, por outro, a importância da face contínua da espacialidade nessas ações. Nesse sentido, por buscar ressaltar o papel dos agentes —e, no caso desta pesquisa, de um movimento social urbano específico— na definição dos processos sociais nos quais são protagonistas e dos quais participam, cumpre tentar identificar quais seriam seus espaços de dependência e seus espaços de engajamento. Essa identificação, bem como a reflexão sobre as dinâmicas que constituem e interligam tais espaços, apontam um caminho propício para a análise da escalaridade das práticas sócio-espaciais.

---

[395] Entrevista realizada 16 de junho de 2013 com integrante da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

[396] "The goal is to control the actions and interactions of others both within and between respective spaces of dependence; the means is control over a geographic area."

6.3. A ESCALARIDADE COMO INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DE PODER: DA "DISCIPLINA DO CONVÍVIO" À POLÍTICA DA IDENTIDADE ESCALAR

Entendo as dinâmicas que envolvem as divisões e articulações de diferentes partes do espaço em totalidades distintas como sendo profundamente vinculadas aos processos que atuam sobre o comportamento e as ações dos sujeitos, uma vez que tais dinâmicas são constitutivas do pensamento e da ação propriamente dita. Ou seja: a escalaridade é vista como um importante instrumento de exercício de poder.[397] Ainda que no decorrer de toda a tese essa compreensão sobre a dimensão escalar da espacialidade humana tenha ficado ressaltada, indicarei a seguir duas situações nas quais considero que tal relação entre a dimensão escalar da sociedade e as dinâmicas de poder ficam explícitas. A primeira diz respeito à influência da dinâmica escalar na conformação dos sujeitos da ocupação, algo que creio complementar algumas reflexões que trouxe no capítulo cinco. Apontarei também, como segunda situação, aqueles casos nos quais grupos reivindicam estrategicamente escalas geográficas como elementos que caracterizam sua identidade.

Parto da ideia de que as diferentes compreensões sobre as interações entre fragmentos e totalidades tem implicações práticas sobre diferentes dimensões da realidade e, por consequência, também sobre as dinâmicas de poder. Tais compreensões não influenciam somente o desenrolar das reflexões sobre o espaço, mas têm implicações materiais concretas sobre o mundo.[398] Se as escalas geográficas podem ser entendidas enquanto "receptáculos do devir" ("*receptacles of becoming*"),[399] elas também provêm o ordenamento sócio-espacial prévio à própria significação, agindo como mediadoras das ações pretendidas.[400]

Alguns exemplos dessas mediações, que explicitam os efeitos prático-concretos das escalas geográficas e seus diferentes arranjos, poderiam ser lembrados com comentários a respeito das mudanças na regionalização brasileira com a criação de novas escalas de planejamento no decorrer do último século,[401] nas escalas de urbanização propostas e discutidas por Davidovich,[402] nas ideias das escalas geográficas como mediadoras,[403] nas

[397] Parto de um entendimento do poder que mistura reflexões de Hannah ARENDT (1983, 2009), Cornelius CASTORIADIS (1983, 1992) e especialmente Michel FOUCAULT (1995). Sob a influência de SOUZA (2006), elaborei maiores comentários sobre essa concepção em GRANDI (2010).
[398] Ver FOUCAULT (1990).
[399] Ver COLLINGE (2005).
[400] Ver RACINE et al (1983).
[401] Ver MAGNANO (1995).
[402] Ver DAVIDOVICH (1978).
[403] Ver RACINE et al (1983).

sugestões de intervenção econômica de Egler,[404] nas reflexões sobre o planejamento e a gestão urbana heterônoma e autônoma[405] ou mesmo nos exemplos trazidos por Corrêa sobre a produção do espaço urbano.[406]

Ao final do primeiro capítulo fiz comentários um pouco mais detidos sobre outro exemplo dessas mediações, o da criação da "escala nacional" no processo de surgimento do Estado-nação —importante referência para a viabilização da expansão do sistema-mundo moderno-colonial. Tal exemplo ressaltava a importância da escalaridade para as práticas e processos espaciais nitidamente embebidos por aspectos ligados ao exercício de poder pode ser destacada. Mas além disso, as relações entre a emergência da escala nacional e a consolidação do Estado-nação inspira a pensar sobre a existência de relações particulares entre o controle territorial e as mediações que os agentes dessas territorialidades fazem entre processos que ocorrem não só entre diferentes escalas geográficas, mas também através da criação e reconfiguração constante dos arranjos dessas unidades espaciais. Nesse sentido, o controle territorial não seria função somente do estabelecimento das fronteiras que definem seu limite contínuo, mas também dependeriam da forma como tal recorte espacial é posto em relação com outros.

Dessa perspectiva, portanto, também a territorialidade passa a se relacionar diretamente com a dimensão escalar, da mesma forma que a escalaridade das práticas sociais relaciona-se com as dinâmicas de (des)(re)territorialização. Restaria pensar com mais afinco, porém, sobre os motivos e processos que tornam a dimensão escalar dos processos um elemento importante para as relações de poder e sua espacialidade, apontando para uma complexificação das reflexões sobre as influências que são exercidas mutuamente entre a escalaridade e a territorialidade.

Mas obviamente essas dinâmicas não influenciam exclusivamente as práticas do Estado-nação. É possível ressaltar isso rapidamente ao lembrar de um detalhe das exposições de Peter TAYLOR (1981) sobre aquela que ele chama de "escala da ideologia" —a escala nacional. Ao considerar as disputas políticas que envolvem a luta pela conquista do Estado, Taylor afirma que ao alcançarem esse objetivo aqueles grupos que ele nomeia como "movimentos políticos" muitas vezes se distorcem por julgarem necessário dar conta de interesses nacionais. Nesse sentido, "(...) a grande maioria de todas as ações políticas é

[404] Ver EGLER (1990, 1992).
[405] Ver SOUZA (2002, 2006).
[406] Ver CORRÊA (2011).

canalizada para o nível do Estado e muito pouco atinge a escala da realidade.'' (TAYLOR, 1981:8) [tradução livre][407] Essa "escala da realidade" à qual o autor se refere trata-se daquilo geralmente identificado como o "global", o nível considerado por ele como realmente determinante dos processos sociais —expressando o que chamei de determinismo escalar.[408] A crítica do autor ao foco da prática política na escala nacional somente destaca, portanto, o privilégio dado à escala global que ele enfatiza também em outras obras.[409]

Seria certamente possível partir da mesma constatação feita por Taylor para, no entanto, concluir o oposto e ressaltar o descaso que muitos grupos e organizações de movimentos sociais também têm com a "escala da experiência".[410] Acontece que isso somente reforçaria uma falsa separação entre o "geral" e o "particular." Ao meu ver, não se trata de negar a existência de aspectos gerais e/ou particulares. Ao invés disso, soa mais interessante problematizar a maneira como as diferenças entre esses âmbitos é construída e, assim, refletir sobre como tal construção influencia diretamente as práticas políticas, tornando-se elementos táticos e estratégicoos eficientes de ação sobre as relações sociais.

Ainda que discordemos da hierarquia estabelecida por Taylor entre as "escalas da realidade/ideologia/experiência", portanto, suas colocações são úteis para destacar que a organização escalar do mundo adotada por um sujeito individual ou coletivo ao mesmo tempo incorpora e conforma sua concepção a respeito das ações políticas possíveis e/ou desejáveis. Uma vez que isso não se limita à prática do Estado, torna-se importante abordar também as ações de outros agentes sociais e pensar sobre as formas através das quais eles dotam de significado as diversas partes da realidade, explicam a sua articulação e os fluxos de poder entre elas de maneiras específicas e, por fim, buscam valer-se de tais arranjos e modelos explicativos da espacialidade para influenciar o comportamento dos sujeitos e pautar suas ações sobre o mundo.

As influências desse tipo de processo formativo, que disputa o significado e as ações consideradas possíveis, são perceptíveis em diferentes sujeitos e situações. No caso do movimento dos sem-teto muitos são os espaços e momentos nos quais esse processo é realizado, como já deixei nítido através dos exemplos levantados no decorrer da tese. Mas a

---

[407] "(...) the vast majority of all political actions is channeled to the state level and very little reaches the scale of reality."

[408] Falei sobre isso no terceiro capítulo.

[409] Sobre esse privilégio escalar, ver também TAYLOR (1982).

[410] Essa questão a respeito do privilégio dado a diferentes tipos de relações e "escalas" de organização política foi endereçada por HARVEY (2008). Dois anos depois, porém, SOUZA (2010) levantou críticas importantes —das quais compartilho— às reflexões de Harvey.

influência que certas atividades buscam exercer sobre o comportamento de moradoras e moradores mais jovens, especialmente crianças e adolescentes, torna ainda mais explícita a dimensão política que as práticas sócio-espaciais adquirem e expressam por conta de sua relação com as escalas geográficas e seus arranjos.

6.3.1. **A disciplina do convívio e os espaços de dependência**

Uma das maneiras através das quais os proponentes e organizadores das aulas de capoeira na Ocupação Mauá mais frequentemente ressaltavam os efeitos positivos das atividades que realizavam era destacando o papel que elas cumpriam no processo de disciplinarização das crianças da ocupação. Mas Bernardo tratou logo de desmistificar esse termo.

> "Essa palavra 'disciplina', ela infelizmente é muito ligada ao militarismo né cara, à questão militar e à questão da opressão, de todo mundo ter que ser aquele robozinho... Não. Eu penso a disciplina como uma coisa necessária pra você conviver com as pessoas, mano. Você precisa ter disciplina. Você não pode largar o lixo na sua porta fedendo sendo que tem pessoas que vão passar por ali, crianças... Você tá entendendo? Então isso é uma forma de disciplina. Não deixa de ser uma disciplina. Você ter que respeitar o convívio, respeitar onde você vive. E a Capoeira ela tem esse objetivo. Eu acho que é um dos objetivos quase que centrais do meu projeto, do nosso projeto. Que é que os moleques entendam. Eu subo essas escadas aí e eu vejo os moleques fora de horário de escola, eu digo 'Ô! O que você tá fazendo aqui? Meu, você tem que ir pra escola!' 'Ah, hoje...' 'Hoje não mano, você tem que ir pra escola todo o dia, cara!' 'Meu, você tem obrigação de fazer o que?' 'Ah, eu lavo uma loça...' 'Então, você lava uma loça, você pode arrumar a cama, lavar o banheiro, fazer comida... Ainda vai dar tempo de você ir pra escola. Então mano, você tem que ir pra escola cara!' E eu sou chato, eu sou pegajoso mesmo. Tem criança que até se esconde quando eu tô passando, porque sabe que eu vou cobrar, sabe que eu vou perguntar 'por que que você não foi pra escola? Você tá me tirando?' Ou que responde pai e mãe. Eu pego no pé. 'Você tá louco responder sua mãe, rapaz? Presta atenção! Sua mãe passa o dia inteiro trabalhando aí e você vem dá trabalho?' Então... Entendeu? Isso é a intenção cara. Essa é a intenção central." (informação verbal)[411]

A convivência no local de moradia amplia as possibilidades de haver momentos de reforço do caráter disciplinador das relações que Bernardo estabelece com as crianças e jovens que participam das aulas de capoeira. Esse processo não se desenrola, portanto, somente no espaço-tempo dos treinos, ainda que eles sejam fundamentais para que as relações de poder que são estabelecidas entre o instrutor e as/os participantes da atividade ganhem os contornos que têm. A disciplinarização dos sujeitos acontece em todos os espaços do dia a dia,

[411] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

da mesma forma que busca ter efeitos e ancorar-se em todas suas dimensões —do espaço doméstico à escola, como Bernardo deixa nítido. O compartilhamento do cotidiano permite a intensificação desse processo, destacando o caráter pedagógico que a capoeira adquire ao buscar influenciar diretamente o comportamento das/dos participantes.

> "Então, a capoeira aqui, cara... A importância que ela tem... Ela serve pra gente, pra todos nós moradores, idealizadores, como ferramenta pedagógica. Ela é uma ferramenta de transformação e educação. Então por exemplo, aqui tem muitos pais, mães, que trabalham, ficam o dia inteiro fora. E é muito difícil, cara, você educar uma criança quando você passa muito pouco tempo perto dela. Então a gente entra com essa colaboração. A gente não está aqui pra estar no lugar do pai e da mãe, mas pra contribuir, pra colaborar. A capoeira, ela tem um perfil disciplinador, de disciplina. Pra você iniciar um treino precisa de atenção, precisa de total atenção pra que ninguém se machuque, pra que preste atenção na movimentação. E isso serve pro dia-a-dia deles." (informação verbal)[412]

O cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores das classes populares permeia o contexto que termina por conferir maior importância ao papel pedagógico que essas atividades internas às ocupações podem adquirir. Além de se referir aos efeitos que a disciplina ensinada nas aulas de capoeira exerce no comportamento tido pelas crianças em espaços que "vão além" da ocupação, Bernardo reconhece nesse cotidiano outro elemento que justifica o exercício do caráter disciplinador da atividade que ele e Wagner mantém. Quando lhe perguntei se esse papel da capoeira tinha alguma relação com o movimento dos sem-teto, ele foi explícito em dizer que

> "[t]em, cara, tem. Tem a ver porque o movimento, ele é coordenado por pessoas que passaram por muitos momentos difíceis na vida. E num determinado momento da vida dessas pessoas elas foram obrigadas a ser disciplinadas. Como disciplinadas? Teve gente aqui que morou de baixo da lona, cara. E pra você morar debaixo da lona tem que ter uma certa disciplina. Porque ali é o lugar onde você dorme, onde você come, onde você se higieniza. Se você não tiver uma disciplina de comportamento, você não consegue viver num lugar desse mano. Você está ocupando um espaço da rua como moradia, mas você não é um morador de rua. Você é uma pessoa que tá passando por um momento ali, você vai sair dali. Então você precisa ter a sua disciplina. Independente de sua família estar debaixo da lona, você precisa levantar cedo e ir trabalhar ou procurar um emprego. Então isso torna você disciplinada. Não é porque você está ali que você vai sair mal arrumado, amassado, sujo, com fome. E pra você desenvolver isso você precisa ter uma disciplina, você é disciplinado ali. E isso os coordenadores, as pessoas que moram aqui, elas usam isso pra passar pros moradores. E na Capoeira a gente tenta contribuir dessa forma, usar a Capoeira pra que a pessoa tenha a disciplina do convívio. Meu, conviver entre pessoas não é fácil cara. Mano, você conviver você e outra pessoa é difícil. Imagina em meio de duzentas pessoas. Imagina dividir banheiro com trinta, quarenta pessoas." (informação verbal)[413]

[412] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.
[413] Entrevista realizada em 01 de novembro de 2012 com integrante da Ocupação Mauá.

Incorporar no comportamento cotidiano aquilo que Bernardo chama de disciplina do convívio é crucial para as relações que se desenvolvem no dia a dia dos territórios ocupados pelo movimento dos sem-teto. A falha nesse processo pode significar a precarização das condições materiais e da sociabilidade interna do imóvel, minando paulatinamente as relações entre moradoras e moradores, fragmentando o sentido de continuidade sócio-espacial desses espaços e, no limite, ameaçando a territorialização e a própria existência dos espaços de dependência do movimento. Não é à toa que Bernardo destaca que "os coordenadores, as pessoas que moram" se preocupam em "passar pros moradores" essa disciplina do convívio.

A mudança de comportamento é um indicador do sucesso dessa disciplinarização. Como a maior participação nas atividades de Bernardo e Wagner são de crianças e jovens, é em relação a essas pessoas que eles buscavam sinais dessas mudanças quando eu lhes perguntava sobre os resultados da capoeira. Frequentemente eles se referiam à opinião das mães das crianças para demonstrar os efeitos positivos desse processo. O comportamento das crianças e jovens sem dúvida acaba influenciando a dinâmica dos conflitos internos das ocupações, especialmente aqueles estabelecidos entre as famílias ou entre famílias e o grupo que toma as decisões da ocupação —seja uma coordenação ou o Coletivo, como também pude acompanhar em várias situações na Ocupação Quilombo das Guerreiras e na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Conformar sujeitos específicos visando a disciplinarização da convivência cotidiana, portanto, é um processo que cumpre papel político importante no interior das ocupações. Ele traz consigo o potencial de agir diretamente sobre o estreitamento ou esgarçamento das relações sociais internas à ocupação e, dessa forma, influenciar diretamente a constituição e as características da dimensão contínua das práticas sócio-espaciais do movimento —a face topográfica da escalaridade.

Mas também nas articulações que as ocupações individualmente e as organizações do movimento dos sem-teto de maneira geral estabelecem entre si e com outros agentes sociais é possível perceber a relevância política da escalaridade, agora em sua face topológica.

6.3.2. **A política de identidade escalar no movimento dos sem-teto**

Parto da concordância que tenho com Katherine JONES (1998) quando ela afirma ser possível compreender as escalas como um tropo representacional —"(...) uma forma de enquadramento da espacialidade política que, por sua vez, tem efeitos materiais." (JONES, 1998:27) [tradução livre][414] Como forma de potencializar suas conquistas, por exemplo, os diferentes agentes sociais envolvidos em disputas políticas usam argumentos escalares em seus discursos para representar suas ações como locais, globais ou nacionais.

Isso não é diferente no que envolve as ações do movimento dos sem-teto. Diferentes organizações identificam a escalaridade de suas ações como um aspecto importante para seus processos de mobilização. A Cartilha de Princípios do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto,[415] por exemplo, é um material explicativo sobre a organização certas vezes também utilizado em processos formativos. Parte dela é dedicada a apontar a necessidade de "ampliar as alianças" para "acumular forças". Essas conexões seriam importantes porque "[p]or mais que o MTST cresça, sozinhos nunca conseguiremos chegar aos objetivos que queremos."[416] Esse sentido de ampliação seria dado com a articulação da organização com "(...) outros movimentos populares que organizam os trabalhadores." As conexões indicadas pelo documento da organização não ressaltam somente a constituição de redes sócio-espaciais, mas também outros aspectos da espacialidade. O MTST segue afirmando nessa cartilha que essas conexões devem ser feitas com organizações "[n]ão só da cidade, mas também do campo. (…) [Também] [é] fundamental para nós ampliar nossa aliança para o âmbito dos sindicatos, que organizam trabalhadores nas fábricas e empresas." A intenção de articular os espaços das periferias urbanas —espaços de moradia da classe trabalhadora— e das fábricas e empresas —espaços de trabalho— complementa a vontade de estimular os vínculos entre as dinâmicas urbanas e rurais. Como GOULART (2011) pode observar, o ímpeto articulador da organização levou-a a estabelecer uma política de alianças específica, na qual figuram conexões com outras organizações como a CSP-CONLUTAS e e o protagonismo na criação da chamada "Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos."

Mas a escalaridade não se mostra nas ações das organizações do movimento somente no seu impulso articulador. Ela se expressa também na forma como as organizações são

[414] "(...) a way of framing political-spatiality that in turn has material effects"
[415] Ver MTST (2013).
[416] Todas as citações desse parágrafo têm como referência MTST (2013:6).

reconhecidas e/ou se reivindicam como tendo seu caráter definido em referência a alguma escala geográfica específica —em geral utilizando como referência recortes espaciais do Estado-nação, como o "estadual" ou o "nacional".[417] Enquanto algumas organizações, por exemplo, incorporam em seus nomes os limites de um espaço contínuo no qual atuariam — como é o caso do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MTSB)— outras buscam ser identificadas com outros recortes espaciais. A presença desse elemento em meio às organizações e militantes do movimento é nítida. Em meio a conversas nas ocupações ou em outras atividades, é frequente ouvir falar sobre a existência de quatro organizações nacionais ligadas ao movimento dos sem-teto ou ao tema da moradia: Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), União Nacional de Moradia Popular (UNMP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Os aspectos que definem essas organizações enquanto tais, no entanto, não são tão nítidos.

Para pensar sobre isso me parece interessante recorrer à tese de GOULART (2011) sobre o MTST. Em certa altura de suas reflexões, a autora discorre sobre os processos de estadualização e nacionalização da organização. Como organização autônoma em relação ao Movimento dos Sem Terra, onde tem sua origem, o MTST realizou sua primeira ocupação em Guarulhos em 2001.[418] Conforme Goulart levantou, entre aquele ano e 2007 a organização realizou em média uma ocupação por ano. A estadualização foi a forma como, segundo ela, o MTST chamou o período após 2005 no qual buscaram "(…) atingir regiões do estado [de São Paulo] que teriam boas perspectivas de aglutinação de pessoas, de fortalecimento das instâncias internas, com a formação de militantes e a adesão de apoiadores." (GOULART, 2011:52) Em 2008, porém, houve um marco importante: a realização de três ocupações simultâneas em diferentes cidades,[419] o que explicitava tanto uma mudança na avaliação da capacidade de atuação da organização e quanto o crescimento de sua presença no estado, inserindo-se ainda nesse processo de estadualização.

> "A estadualização das ações reforçou a pressão sobre os governos do estado e federal e não apenas sobre as prefeituras das áreas ocupadas. Isso porque as reivindicações exigiam o envolvimento das três instâncias estatais para a viabilização das moradias, o que consolidava iniciativas de cunho não localizado." (GOULART, 2011:54)

---

[417] Agradeço Rafael Gonçalves de Almeida pelas conversas de onde surgiram grande parte das ideias apresentadas a seguir.

[418] Trata-se da Ocupação Anita Garibaldi. A respeito das origens do MTST, ver LIMA (2004).

[419] Ocupação Frei Tito em Campinas, Ocupação Silvério de Jesus em Embu das Artes e Ocupação Terra e Liberdade em Mauá.

Mas, ainda segundo a autora, ao mesmo tempo que a organização crescia em São Paulo também estabelecia contatos com organizações de outros estados do país. Goulart afirma que foi somente no encontro estadual de 2009 que o MTST oficializou a intenção de nacionalizar-se, "(…) formando grupos de atuação em estados diferentes, mas sob uma única organização, e procurando unificar uma carta de princípios políticos e de atuação." (GOULART, 2011:56) A ação que deu início a essa nova fase teria ocorrido em julho de 2009, quando após mais de uma semana com pessoas acorrentadas em frente a um imóvel de propriedade do então presidente da república, foram abertas negociações com o Ministério das Cidades a respeito das ocupações realizada em 2008.

> "Embora a lista de reivindicações fosse mais ampla, dois focos eram os principais: a inclusão do movimento, como entidade organizadora de projetos habitacionais, no programa 'Minha Casa, Minha Vida' e 'a participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados onde o MTST está presente'" (GOULART, 2011: 56)

No segundo semestre de 2009, então, a organização toma parte na Jornada Nacional de Lutas, organizada pela Frente Nacional de Movimentos Urbanos formada no mesmo ano. Após uma segunda jornada nacional similar, ocorrida em março de 2010, o MTST organiza seu primeiro encontro nacional reunindo militantes atuantes em nove estados (Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal). Atualmente, o MTST expandiu sua atuação para outros estados e faz parte da Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos.

Fica nítido que o processo relatado por Goulart não envolve uma expansão das atividades da organização em termos de uma continuidade espacial. Gostaria de me valer desse exemplo como caminho de entrada para refletir sobre esses processos de classificação das ações de acordo com referências escalares contínuas (local, estadual, nacional, etc.). Me parece que esse tipo de nomeação não tem relação com a continuidade espacial da atuação da organização, por um lado, nem mesmo com a quantidade de pontos no interior de um determinado recorte espacial que elas colocam em rede, por outro. Ao invés disso, parece fazer mais sentido entender essa classificação como um processo discursivo de identificação que, exatamente por suas implicações práticas, é profundamente político.

É forçoso reconhecer a atual predominância de recortes espaciais e arranjos escalares construídos social e historicamente cuja serventia passa por facilitar o exercício de poder hierarquizado através de ações que se dão, grosso modo, "de cima para baixo". Reconhecer

essas geometrias de poder é algo útil do ponto de vista prático, pois permite ações sobre, contra ou através delas. Nesse sentido, vale lembrar que a criação das escalas regional e nacional, enquanto recortes espaciais contínuos, foram processos que implicaram o esforço de suplantação da heterogeneidade de processos internos a elas na busca pela criação de uma novas unidades espaciais que agregariam essas diferenças sob uma mesma referência. Essas novas unidades não só reconfiguravam as relações com a heterogeneidade interna, mas também possibilitavam reposicionar essa nova unidade em relação a diversidade de unidades semelhantes. A criação, por exemplo, dos Estados-nacionais, muitas vezes fruto de processos de unificação interna, também instaurava-os como novos sujeitos políticos que dialogavam entre si. Um Estado-nação passava a reconhecer outro Estado-nação como interlocutor, ao passo que suplantava a heterogeneidade interna ao seu território.

As organizações do movimento dos sem-teto que se reivindicam nacionais não o fazem por sua relação com organizações em outros países —o que em geral as definiria como *inter*nacionais. Elas se identificam enquanto tais por agirem em recortes espaciais que, em termos contínuos, são geralmente entendidos como "inferiores" ao recorte nacional. Ou seja: são nacionais porque têm atuação em diferentes estados ou regiões, por exemplo. Essa definição, portanto, também implica uma forma específica de relação com recortes espaciais tradicionalmente compreendidos como "menores" que o nacional, como no caso do exemplo dos Estados-nação recém-comentado.

Ao mesmo tempo, dizer-se nacional também estabelece o Estado-nação como seu interlocutor. O exemplo do MTST é explícito nesse sentido, pois o processo que Goulart relata como de nacionalização da organização tem como um dos seus aspectos centrais as ações que visavam pressionar politicamente pela abertura de canais de diálogo com o governo federal, inclusive como meio de exercer influência sobre as negociações da organização com diferentes esferas municipais e estaduais.

Ao se dizerem assim nacionais, as organizações buscam se afirmar enquanto representantes de uma parcela da sociedade e que, por se identificar enquanto parte da nação, almejam interlocução e reconhecimento daquela entidade que incorpora a representação dos interesses nacionais —o Estado-nação. Isso tem implicações práticas concretas, pois o próprio Estado utiliza referências escalares para diferenciar sua relação com as diferentes organizações do movimento dos sem-teto. O programa federal de financiamento para construção de unidades habitacionais chamado Minha Casa Minha Vida, por exemplo, em sua

modalidade "Entidades" permite que determinadas organizações sem fins lucrativos que se enquadrem nos critérios estabelecidos pelo Estado sejam contratadas para encaminhar o processo de organização da demanda por moradia e produção de unidades habitacionais —em especial voltadas para a população de baixa renda, que compõe cerca de noventa por cento do total do déficit habitacional brasileiro. A quantidade de unidades pelas quais a organização pode responsabilizar-se é função daquilo que a legislação chama de "abrangência efetiva ou real" da atuação da entidade.[420] Para ser definida enquanto uma entidade estadual, por exemplo, além de ter isso explícito no estatuto da organização —o que implica sua regularização perante o Estado—, a legislação define a necessidade de haver realizado ao menos três ações (dentre os nove tipos listados na portaria que regulamenta o processo) em diferentes municípios do estado. Já no caso da definição enquanto entidade de abrangência nacional a organização deve haver realizado ao menos quatro ações em em unidades distintas da federação. A somatória dos pontos que comprovem a abrangência das entidades lhes insere em um dos quatro níveis de habilitação: Nível A, habilitada à execução de até 50 unidades simultaneamente; Nível B, habilitada à execução de até 100 unidades simultaneamente; Nível C, habilitada à execução de até 200 unidades simultaneamente; e Nível D, habilitada à execução de até 600 unidades simultaneamente.

O ímpeto do governo federal de definir os níveis de habilitação em função da "abrangência efetiva ou real" demonstra a importância que confere a essa característica, ao ponto de utilizá-la como critério fundamental para estabelecer quais entidades podem assumir responsabilidade por mais unidades e, assim, receber mais recursos do Estado para promover as ações às quais se propõem. Mas ao demonstrar uma das maneiras como o Estado pode formular sua compreensão do que é considerado "estadual" ou "nacional", fica explícito também o caráter arbitrário dessas definições, destacando sua natureza histórica e politicamente definida. Outra coisa que se destaca é que tais caracterizações não se relacionam com uma atuação contínua no espaço, mas sim com uma quantidade mínima de nós em uma rede de locais onde as ações das entidades foram eventualmente realizadas.

Seja como for, é nítido que a caracterização de acordo com uma referência escalar contínua serve como critério diferenciador das possibilidades de acesso que o Estado oferece. A construção dessa identidade escalar, portanto, pode se transformar em algo desejável dependendo dos objetivos táticos e estratégicos das organizações do movimento, visto que ela influencia diretamente os desdobramentos resultantes de suas práticas. Afinal, "[o]s

[420] Portaria nº 105, de 2 de março de 2012 do Ministério das Cidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

argumentos desenvolvidos e as interpretações apresentadas podem ser vistos como esforços práticos para persuadir ou convencer; para criar na mente de outros um tipo de mapa ou imagem mental da diferença que a escala faz." (DELANEY e LEITNER, 1997:94) [tradução livre][421]

Seguindo essa reflexão, penso que quando organizações do movimento dos sem-teto se organizam e se denominam tomando como referência uma escala geográfica contínua específica (se dizendo, portanto, "nacionais", "estaduais", "internacionais", etc.) é indispensável considerar tal denominação enquanto um processo de construção e uso de um tipo específico de identidade espacial: uma identidade escalar. Por ser resultante de aspectos localizados social, histórica e espacialmente, esses processos de construção identitária não podem deixar de ser vistos em seu caráter estratégico, conformando assim diferentes políticas de identidade escalar.

Não é novidade que os processos identitários e o espaço são aspectos intimamente ligados. O que a dimensão escalar da espacialidade faz em relação a elas é, no entanto, organizar as múltiplas identidades espaciais em diferentes arranjos. Fato é, por exemplo, que a identidade escalar ajuda a potencializar a ação, pois ela exerce influência direta sobre os efeitos da prática que é levada a cabo pelos agentes sociais. Não é à toa que organizações do movimento dos sem-teto que se articulam com outras através das diferentes "frentes" existentes —Resistência Urbana e Frente de Luta por Moradia, por exemplo— ora realizam suas ações sob a identidade de suas próprias organizações e, em outras situações, atuam com as bandeiras das respectivas frentes. A opção por identificar-se enquanto tal ou qual depende dos objetivos políticos de cada situação, incluindo aí a interlocução que se quer estabelecer tendo as negociações necessárias às conquistas desejadas.

Fica nítido, portanto, que a identidade e as escalas geográficas estão intimamente vinculadas —tanto por conta de suas implicações sobre a prática social e da importância político-estratégica de seus usos, quanto do ponto de vista da viabilização da ação coletiva em si (uma vez que a ação conjunta só é possível através de um processo identitário).

Isso reforça a ideia de que as escalas geográficas e seus arranjos adjetivam escalarmente a ação, enfatizando a possibilidade de se entender as práticas sócio-espaciais como políticas escalares.[422] Abordar a escalaridade dessa maneira pode, portanto, elencar

[421] "The arguments advanced and the interpretations presented can be seen as practical efforts to persuade or convince; to create in the minds of others a kind of mental map or image of the difference that scale makes."

[422] Ver MOORE (2008) e MacKINNON (2010).

aspectos relevantes para a compreensão da dimensão d*o* político da sociedade.[423] Ao mesmo tempo, acercar-se das reflexões sobre a dimensão escalar das práticas sócio-espaciais apresenta-se como um pré-requisito para pensar a respeito dos mecanismos através dos quais esses instrumentos de poder são utilizados pelas mais diversas instituições e agentes sociais —Estado, partidos políticos, movimentos sociais, igrejas, família, indivíduos, etc.

6.4. Considerações preliminares e apanhado geral do capítulo

Este último capítulo teve apenas um objetivo: apresentar alguns eixos que parecem instigantes à reflexão sobre as relações existentes entre o ativismo e a dimensão escalar da espacialidade. Busquei realizar essa tarefa em três passos principais, destacando a escalaridade como categoria da prática sócio-espacial cotidiana crucial para o exercício do poder e que se expressa e é construída através tanto de uma face contínua/topográfica quanto de uma face descontínua/topológica.

A abordagem que sugiro segue uma linha que tenta abarcar as preocupações sobre a escalaridade e partir do espaço-tempo cotidiano. Busquei considerar tanto seus aspectos materiais quanto aqueles ligados à dimensão discursiva, uma vez que tanto na dimensão contínua de sua espacialidade quanto na esfera descontínua reconheço a existência de conflitos que abrangem a materialidade e a discursividade —implicando-se mutuamente. O enfoque sobre a prática sócio-espacial e seu caráter político busca também enevoar os limites entre o material e o discursivo tão caros à racionalidade moderna. Os referenciais escalares materiais-concretos nos quais a espacialidade humana se baseia e desdobra são objetos de disputas constantes. Mas acontecem também disputas pela nomeação e organização das diferenças espaciais do mundo, uma vez que os entendimentos a seu respeito e as metáforas espaciais —e escalares, especificamente— não só orientam as práticas humanas, como também conformam as bases para a interpretação das ações possíveis. Por tudo isso, o foco foi mantido no esforço de pensar escalarmente os processos e práticas políticas, não as escalas enquanto entidades espaciais reificadas.

---

[423] A dimensão d*o* político se difere d*a* política. A primeira refere-se à dimensão do poder (presente em qualquer relação social), enquanto a última diz respeito à possibilidade de questionamento e de auto-instituição constante e irrestrita das regras, normas e valores de uma sociedade. Ver CASTORIADIS (1992).

Entendida, portanto, como categoria da prática, a escalaridade vinculam-se diretamente à ação sobre o mundo, incluindo a produção de sua materialidade e dos sentidos conferidos a ela. Creio ter sido possível vislumbrar alguns mecanismos através dos quais os diferentes arranjos escalares influenciam as formas de intervenção sobre o mundo, especialmente ao constituírem o referencial explicativo sobre seu funcionamento e orientador das ações sobre ele. Ao inspirar fortemente a constituição do universo de assuntos que são tidos como possivelmente tematizados em meio ao "mundo da vida" dos agentes, vejo as escalas geográficas e as configurações escalares nas quais elas são arranjadas como dependentes e condicionantes da maneira como os agentes percebem a diferença sócio-espacial, a significam de maneira que lhes é inteligível, a valorizam diferenciadamente, identificam os espaços de atuação possíveis e, por fim, definem suas formas de ação sobre a realidade. Não se restringem, assim, a uma opção feita pela/o pesquisador/a de "como" abordar um objeto "dado" previamente. As escalas geográficas e os arranjos nos quais são organizadas se mostram imprescindíveis à criação dos fenômenos por constituírem o pensamento sobre o real e, dessa forma, sua produção enquanto tal.

Considerar a escalaridade como construção social e histórica implica reconhecer que parte considerável desse processo está intimamente ligada à imanência dos acontecimentos — ainda que seja animada por toda sorte de significações e referenciais materiais-concretos herdados da sociedade instituída ou do social-histórico como um todo. Um olhar escalar exige, então, flexibilidade. Ao mesmo tempo, a dimensão escalar da espacialidade é fornecedora de recursos sócio-espaciais que ajudam a dotar sentido à realidade e a seus fenômenos. A escalaridade soma-se a outras dimensões da espacialidade humana que municiam os agentes de um conjunto de táticas espaciais —territorialização, "lugarização", "escalarização", etc.— que, por sua vez, os ajudam na adaptação da ação ao espaço e ao momento no qual ela se desenrola. A "operação intelectual" que vincula determinado fenômeno ou prática a escala(s) determinada(s) se adapta e age sobre a realidade. Pode conferir, assim, resistência e coesão estratégica às significações do real. Mas essa "escalarização" não atua de forma neutra politicamente, pois o faz sob inspiração de imaginários específicos, de interesses próprios. Influencia e é influenciada por visões e leituras do mundo passado, presente e futuro. Assim, é parte constituinte e fundamentalmente constituída por aspectos estratégicos. Confere sentido às ações do próprio sujeito e de outros, influenciando a constituição dessas mesmas ações. Refletir e agir escalarmente implica, assim, agir sobre a ação do outro —ou seja: exercer poder.

Como um tropo representacional, as escalas geográficas passam a ser categorias que carregam "(...) sua própria habilidade de moldar o significado do espaço." (JONES, 1998:27) [tradução livre][424] E como Jones também diz, o poder persuasivo das escalas geográficas e dos seus arranjos entendidos enquanto representações está justamente no poder presente nos processos de seleção e simplificação levados à cabo por qualquer categorização. O que é selecionado como parte do que é apresentado —e consequentemente a eleição daquilo que é deixado de fora— conforma tipos particulares de conhecimento, suscitando certos significados e desestimulando outros. Por isso, não é possível tomar as escalas como estruturas ontológicas, motivo que leva Jones a afirmar o caráter epistemológico das escalas.

> "Como epistemologia, a escala pode ser intimamente ligada ao nosso conhecimento do poder e do espaço. E, como um conceito, ela pode também ser contextualizada tanto sócio-culturalmente quanto historicamente. (…) [C]omo um tropo representacional, a escala pode estar implicada em habilitar relações particulares de poder e espaços que favorecem alguns grupos sociais mas desfavorecem outros." (JONES, 1998:28) [tradução livre][425]

Mas afirmar a escala como eminentemente epistemológica, apesar de desnaturalizá-la, só faz sentido no âmbito das disputas políticas que buscam legitimar determinados tipos de saber (como o científico) em detrimento de outros. A ênfase em seu caráter socialmente construído, portanto, precisa ser acompanhada pelo reconhecimento, destaque e preocupação ativa com seu caráter histórico. Atentar para a historicidade tanto das unidades espaciais quanto dos arranjos escalares que servem de referência para as práticas sócio-espaciais aponta, assim, para a complexificação das reflexões a respeito das relações entre a dimensão escalar da espacialidade e as ações humanas.

Por fim, destacar a escalaridade das práticas sócio-espaciais enquanto uma das dimensões definidoras das ações consideradas possíveis no âmbito do espaço-tempo do dia a dia abre um caminho potencial para refletirmos sobre processos que questionam as configurações dominantes das relações de poder. A dimensão escalar dos processos sociais amalgama o próximo e o distante no cotidiano, seja no tempo ou no espaço.

> "É nessa imbricação de escalas que novas territorialidades devem ser buscadas. Mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio de geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades." (PORTO-GONÇALVES, 2002:247)

---

[424] "(...) its own ability to shape the meaning of space."

[425] "As epistemology, scale may be intimately linked to our knowledge of power and space. And, as a concept, it will also be contextualized both socio-culturally and historically. (…) As a representational trope, scale may be implicated in enabling particular relationships of power and space that advantage some social groups but disadvantage others."

Mais do que dizer como dividimos e repartimos o mundo, as escalas geográficas e os arranjos escalares nos quais são inseridos tais recortes expõem a forma como entendemos que esse mundo se articula e, portanto, condiciona as ações consideradas possíveis. Dessa perspectiva, a escala "(...) não é simplesmente um fato externo esperando ser descoberto, mas uma forma de enquadramento de concepções da realidade." (DELANEY e LEITNER, 1997:94–95) [tradução livre][426]

Limitar-se, portanto, a compreender a escala como um simples artifício de apreensão do real[427] é insuficiente, já que nega seu caráter de construção social, histórica e política. A dimensão escalar da sociedade é fundamental no processo de construção e, sobretudo, de instituição material e discursiva das maneiras como as diferentes partes do mundo se articulam, se conectam e se relacionam, influenciando fortemente as concepções que animam nossas ações sobre a realidade. Os emaranhados que ligam as escalas geográficas à ação transformam as escalas em elementos constitutivos do pensamento e, por decorrência, importantes instrumentos de poder.

[426] "(...) is not simply an external fact awaiting discovery but a way of framing conceptions of reality."
[427] Ver CASTRO (1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para as reflexões sobre as escalas geográficas no Brasil, tarefa abordada no terceiro capítulo desta tese, é possível perceber que os trabalhos sobre o assunto são intermitentes e não geraram um debate que pudesse estimular o destrinchar desse conceito, muito menos uma discussão na qual múltiplas vozes pudessem abordar a complexidade da dimensão escalar da espacialidade humana. Apesar de algumas poucas tentativas recentes — que permanecem pouco interconectadas— é urgente o aprofundamento nesse assunto. Certamente muitos caminhos são possíveis para a realização dessa tarefa, visto a necessidade inclusive de avaliar o quão pertinentes são as produções estrangeiras para a análise das implicações que a discussão sobre a escalaridade pode trazer na busca de lidar com a realidade sócio-espacial brasileira. Ainda assim, tal investimento se faz importante enquanto subsídio para compreender aspectos relevantes da ação sobre a realidade e, por consequência, do exercício do poder. Ao auxiliar a apreensão desses processos, uma abordagem construcionista das escalas geográficas pode ser de grande relevância para as pesquisas sobre os conflitos gerados a partir das ações de diferentes agentes sociais no processo de construção do espaço social, bem como para a análise de outras situações particulares que revelam a complexidade que essa temática escalar pode assumir no âmbito das pesquisas e das práticas sócio-espaciais.

Não faltam exemplos disso no âmbito das ações do Estado brasileiro em sua relação com os movimentos sociais urbanos da atualidade, dos quais vale lembrar para que se possa desmistificar a rigidez de certos arranjos escalares. Particularmente com o movimento dos sem-teto, percebe-se que a organização hierárquica tradicional das escalas geográficas é constantemente flexibilizada por parte de agentes do próprio Estado, especialmente em momentos de territorialização instável desse movimento quando os despejos tornam-se iminentes. No final de 2010, por exemplo, após famílias ocuparem um prédio de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) abandonado há décadas no bairro da Lapa (área central do Rio de Janeiro), a superintendência fluminense do Instituto ignorou a orientação vinda da sede federal da entidade de reter a reintegração de posse do prédio, permitindo a execução da ação por parte das forças policiais (polícia militar e polícia federal)

e viabilizando tanto a detenção de sete pessoas que prestavam solidariedade às/aos sem-teto quanto o retorno das famílias à situação de precariedade habitacional. No mesmo sentido, as negociações dos representantes do Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) para a manutenção das centenas de famílias que há cerca de oito anos moravam na Ocupação Pinheirinho —na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo— esbarraram no conflito entre as esferas estadual e federal. Ainda que as negociações ao nível federal estivessem caminhando no sentido da compra do terreno pelo Ministério das Cidades visando seu encaminhamento para a construção de moradias, prevaleceu a definição estadual favorável ao despejo das milhares de pessoas que há anos faziam cumprir a Constituição Federal e davam função social ao terreno abandonado que compunha parte da massa falida de uma das empresas do especulador Naji Nahas.[428]

São apenas dois exemplos que, junto com aqueles trazidos no decorrer desta tese, explicitam como os processos de mobilização, criação, resistência e reivindicação das organizações do movimento dos sem-teto enfrentam contextos nos quais os imperativos práticos de suas ações os levam a ter de enfrentar acepções tradicionais a respeito das escalas geográficas e suas articulações que são, no entanto, flexibilizadas conforme as relações de poder entre os agentes sociais são estabelecidas.

O movimento também tenta se utilizar estrategicamente e, eventualmente, desafiar tais acepções sobre essas unidades espaciais, suas vinculações e os fluxos de poder entre elas. É o caso de diferentes manifestações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no sentido de pressionar o governo federal a mediar negociações com governos estaduais, evitando despejos violentos e construindo novas possibilidades de conquistas para a organização. Boa parte da literatura anglo-saxã sobre as escalas geográficas, por exemplo, veria esse processo como uma eficiente política de escalas. Particularmente, por conta daquilo que argumentei no sexto capítulo desta tese, prefiro entender essa situação como parte de uma política de identidade escalar operada com sucesso por essa organização.

Mas o movimento dos sem-teto também guarda o potencial de contestação das escalaridades hegemônicas, como é possível ver quando as moradoras e moradores das ocupações Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) e Mauá (São Paulo) constroem a partir

[428] Informações retiradas do documento intitulado "Pinheirinho: Um relato preliminar da violência institucional", elaborado por três organizações (Brigadas Populares, Justiça Global e Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência) em janeiro de 2012 e encaminhado para cerca de oito órgãos estatais nacionais (incluindo o Ministério Público e as Defensorias Públicas Estadual e Federal) e para quatro entidades internacionais (incluindo três relatorias da Organização das Nações Unidas e a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos).

de seu cotidiano as articulações entre diferentes espaços-tempo que servem de referência para a significação de seus desafios diários como parte da elaboração de uma "luta" que "vai além da moradia".

A prática sócio-espacial cotidiana, assim, explicita a complexidade da dimensão escalar da espacialidade humana. Mas isso não é uma novidade nas reflexões a respeito da dimensão espacial da sociedade, como tentei deixar nítido desde o início da tese. No primeiro capítulo, ressaltei que a questão da divisão e organização do espaço esteve presente desde tempos remotos nas reflexões sobre a dimensão espacial da sociedade. Àquela altura, sugeri que é na articulação desses dois aspectos que reside o embrião do que entendo como a dimensão escalar da sociedade ou escalaridade: uma dimensão da espacialidade humana responsável pela organização da diferença espacial no interior de totalidades onde são articuladas as distintas partes nas quais o espaço é compartimentado. Tal processo, portanto, seria composto de pelo menos esses dois mecanismos —a divisão do espaço e a organização das partes em relação umas às outras. O primeiro deles seria o responsável por gerar as escalas geográficas em si enquanto unidades espaciais, ao passo que a organização relativa dessas partes geraria os diferentes arranjos ou configurações escalares. Busquei deixar explícito, porém, que a necessidade de conferir sentido à diferenciação espacial através da identificação de suas unidades emergia exatamente da importância que esse processo tem para possibilitar e viabilizar a ação sobre a realidade.

O mesmo imperativo prático levou àquilo que enfatizei no segundo capítulo da tese, no qual resgatei alguns processos e reflexões responsáveis por enunciar pela primeira vez a escala geográfica como problema nas pesquisas sócio-espaciais. O "problema da escala" surgia aí, mais uma vez, da necessidade de ação sobre o mundo, agora, no entanto, sob as pressões mais diretas do planejamento e da gestão. As preocupações anteriores com a identificação das unidades espaciais —que levaram inclusive à afirmação da região como objeto privilegiado da Geografia— se encontrava, então, com a percepção da importância da organização dessas unidades em totalidades espaciais coerentes que viabilizassem tanto a diferenciação quanto a comparação dos espaços, potencializando assim uma ação estratégica. Por isso, e diante também dos avanços na área das pesquisas estatísticas, foi ressaltado o problema metodológico que envolvia a divisão do espaço sem que a preocupação com a organização dessas partes fosse devidamente enfrentada.

Mas a difusão de novos referenciais teóricos e político-filosóficos nas pesquisas sócio-espaciais nos anos seguintes não se contentou em abordar o problema das escalas como uma questão aparentemente asséptica politicamente. No terceiro capítulo ressaltei que foi por conta da entrada em cena de perspectivas que criticavam o neo-positivismo das abordagens quantitativistas que a escala geográfica passou a ser explicitada também em seu caráter político. Isso permitiu a explosão das discussões sobre o tema e, ao menos no ambiente anglófono, levou à "abertura" do conceito de escala geográfica. Destaquei que essa abertura caminhou, grosso modo, seguindo três eixos de reflexão: a natureza, a forma e a organização das escalas. Particularmente a respeito das maneiras de organização dessas unidades espaciais, ressaltei posturas que incorrem em algumas formas de determinismo escalar provenientes de certos tipos de arranjos escalares privilegiados. Também agrupei diferentes organizações ou arranjos escalares em três grandes grupos: hierárquicos verticalizados, hierárquicos horizontalizados e não-hierárquicos. Paralelamente a esses debates, no entanto, sublinhei a intermitência das discussões sobre o assunto no âmbito das pesquisas sócio-espaciais brasileiras. Ainda que algumas delas tenham efetivamente levantado aspectos inovadores para as reflexões sobre as escalas, esse tema não ganhou eco por aqui.

Apesar de diferentes assuntos poderem ser problematizados a partir dos debates sobre a dimensão escalar da sociedade, no quarto capítulo indiquei como as reflexões sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil poderiam, ao menos em parte, ter se valido desse debate para enriquecer as pesquisas no sentido das expectativas que existiam no final dos anos 1980. Além disso, busquei apontar para alguns aspectos das pesquisas sobre os processos de mobilização social que me pareciam trazer consigo elementos escalares interessantes. Nesse mesmo sentido, elaborei algumas considerações iniciais sobre o movimento dos sem-teto, contextualizando as situações às quais me detive nos capítulos seguintes.

No quinto capítulo adentrei alguns aspectos da escalaridade do movimento dos sem-teto através da problematização da categoria "luta". Ao perceber um processo de dispersão, convergência e difusão de diferentes "lutas" nas quais as moradoras e moradores se envolviam, afirmei a possibilidade de se entender essa categoria enquanto uma categoria escalar —por carregar o potencial de servir como termo ativo no processo de conexão das experiências cotidianas com outros espaços "mais distantes" ou "mais amplos". Também indiquei que esse termo poderia ser visto como uma categoria utilizada pelos agentes de forma a buscar conferir um certo caráter transcendente às práticas sócio-espaciais levadas à cabo diariamente por tais sujeitos individuais e coletivos.

O movimento dos sem-teto também ofereceu referências para a sugestão de três teses gerais sobre a escalaridade, a respeito das quais discorri rapidamente no sexto e último capítulo desta tese. A primeira delas afirma as escalas geográficas como categorias da prática sócio-espacial cotidiana, ainda que sem opô-la à ideia de categorias de análise por considerar as abstrações teóricas ou analíticas também como práticas sociais. Na segunda, defendo a possibilidade de se abordar as dinâmicas escalares a partir de ao menos duas faces complementares, uma topográfica e outra topológica. Por fim, reforço a concepção de que a escalaridade se apresenta como um importante instrumento de exercício de poder. Faço isso destacando, à essa altura, dois aspectos do movimento. Por um lado, os esforços dispendidos na disciplinarização da convivência entre moradoras e moradores. Por outro, aquilo que chamei de política de identidade escalar e que, creio, pode indicar a importância de se atentar às dinâmicas identitárias ao se pensar os processos que a literatura dedicada às escalas geográficas tende a denominar como a política de escalas.

Cabe agora, portanto, retomar as inquietações que motivaram o início desta pesquisa. Não há dúvidas de que o ânimo que move as práticas sócio-espaciais surge de múltiplos aspectos, sendo impulsionado por diferentes entendimentos sobre seus desdobramentos em médio-longo alcance e prazo. É estranho, nesse sentido, afirmar que as ações do dia a dia de sujeitos individuais ou coletivos podem ser fruto de pretensas faltas de "consciência" ou "visão" de aspectos "mais amplos" dos processos sociais, como não é raro se escutar em meios militantes ou acadêmicos. As ações são motivadas por compreensões que possuem sua coerência de sentidos. Em termos espaciais, os diferentes arranjos escalares cumprem papel fundamental no enquadramento das experiências e na construção dessas coerências nas quais as diferentes compreensões de mundo dos sujeitos e suas práticas se apoiam.

Mas essa coerência está em disputa constante, pois é social e historicamente elaborada. No caso do movimento dos sem-teto, o espaço-tempo cotidiano das ocupações e as atividades das organizações do movimento são cruciais no processo de disputa dos referenciais escalares que conferem sentido às práticas das pessoas, motivo pelo qual mantive a atenção voltada para essa dimensão da espacialidade no decorrer da tese. Mas isso não significa incorrer em um "localismo"[429] ou privilegiar recortes espaciais *a priori* —até porque eles não existem desconectados da ação sobre o mundo. A intenção aqui foi reconhecer e destacar que a ação é forçosamente diferenciada em termos espaciais. Por isso, a prática

[429] Ver SOUZA (2006).

sócio-espacial demanda e pressupõe o estabelecimento de prioridades espaciais que, nesse sentido, hierarquizam os espaços —ainda que conjunturalmente.

Questões interessantes podem emergir daí, como buscar refletir a respeito de em que medida o espaço-tempo cotidiano também se apresenta como central nos processos que se desenrolam a partir da prática de outros grupos sociais. Apesar disso, tendo a concordar com Porto-Gonçalves quando ele afirma que "[à] unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe a multimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, *locus* de conformação da subjetividade." (GONÇALVES, 2002:234)

Seja como for, estou convencido de que as práticas sociais que constroem e constituem o espaço contém e expressam sua espacialidade também em termos escalares. Atentar à escalaridade a partir de uma perspectiva construcionista e que considere fortemente os aspectos políticos de suas dinâmicas, portanto, é fundamental às reflexões sobre as ações dos ativismos sociais urbanos e, arriscaria dizer, também de outros agentes sociais. Mas a ênfase na construção social e política da dimensão escalar da espacialidade humana precisa ser acompanhada do cuidado atento à historicidade dessas elaborações. Sendo assim, o reconhecimento das implicações da dimensão escalar sobre a construção prática do mundo —este presente ou de outros mundos possíveis— obrigam a atentar às escalaridades enquanto construções sócio-históricas profundamente políticas.

> "(...) [A]ceitar a questão das escalas como princípio orientador é optar pela complexidade da realidade, seja em que ramo do conhecimento se estiver, na medida em que implica lidar com mais elementos do que desejaria nosso 'cogito' positivista. Implica, pois, em perigos metodológicos e até mesmo de ordem política. Afinal, nunca se sabe que discurso espacial ou prática de poder se oculta pela tomada em consideração de apenas uma parte do espaço." (BAHIANA, 1986:141)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLER, Ronald. ADAMS, John. GOULD, Peter (1971): *Spatial organization: The geographer's view of the world*. Londres: Prentice-Hall.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de (1983): Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: O exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil – Série Debates Urbanos*, vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de (2011): *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: Campos, territórios e redes*. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2012): A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: O processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. *Cidades*, v. 9, n. 15, pp. 133–168.

ALMEIDA, Rafael. GRANDI, Matheus. MOREIRA, Marianna (2009): Oikos, Ágora e Ekklèsia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e "Áreas de Sombra" de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Cidades*, v. 6, n. 9, pp. 67–92.

ALPERS, Svetlana (1983): *The art of describing – Dutch art in the seventeenth century*. Londres: John Murray.

ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias de Andrade (2010): *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Departamento de Antropologia/USP, São Paulo.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de (2008): *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Departamento de Antropologia / USP. São Paulo.

ARENDT, Hannah (1983 [1958]): *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (2009 [1970]): *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BAHIANA , Luis Cavalcanti da Cunha (1986): *Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: Escalas em geografia urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

BAILLY, Antoine. GREER-WOOTEN, Bryn (1983): Behavioural geography in Francophone countries. *Progress in Human Geography*, v. 7, n. 1, pp. 344–56.

BARNES. John (2009 [1969]): Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. 2a. ed. São Paulo: Editora UNESP, p. 171–204.

BESSA, Kelly Cristine (2004): A Diferenciação Espacial e as Interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 101–124.

BIONDI, Karina (2009): *Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS / UFSCar, São Carlos,

BLOCH, Janaina (2007): *O direito à moradia: Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PPGS/USP, São Paulo.

BOISSEVAIN, Jeremy (2009 [1974]): Apresentando "amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. 2a. ed. São Paulo: Editora UNESP, p. 205–234.

BORJA, Jordi (1974): Movimientos urbanos y estructura urbana. *Cuadernos de Analisis Urbano*. N.º 1. Barcelona.

BOSCHI, Renato Raul; VALLADARES, Lícia do Prado (1982): Movimentos associativos de camadas populares urbanas: Análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). *Debates Urbanos 5 – Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. p. 103–143.

BOULOS, Guilherme (2012): *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci.

BRASIL. Ministério das Cidades (2011): *Déficit habitacional no Brasil 2008*. Brasília: Ministério das Cidades.

BRENNER, Neil (2000): The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics od scale. *Antipode*, v. 24, n. 2, pp. 361–378.

_____ (2001): The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 591–614.

BRUBAKER, Rogers. COOPER, Fredrick (2000): Beyond "identity". T*heory & Society*, v. 29, pp. 1–47.

BUNGE, William (1962): *Theoretical Geography*. Lund: Gleerup.

BUONFIGLIO, Leda Velloso (2007): *O resgate do centro de Porto Alegre: A luta dos sem-teto pelo direito à moradia*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UnB. Brasília.

BURGESS, (1974 [1925]): El crescimiento de la ciudad: Introducción a un proyecto de investigación. *In*: THEODORSOM, G. A. (coord.): *Estudios de ecología humana*. Barcelona: Labor.

CAPEL, Horacio (1981): *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova.

_____ (1984): *Geografía humana y ciencias sociales – Una perspectiva histórica*. Barcelona: Montesinos.

CARDOSO, Ruth (1984): Movimentos Sociais Urbanos: Balanço crítico. In: SORJ, Bernardo. ALMEIDA, Maria Hermínia (1984): *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.

CARVALHO, Marcus (1997): Ratzel: Releituras contemporâneas – Uma reabilitaçâo?. *Biblio 3W* , v. 23.

CASSAB, Clarice (2004): *Mudanças e permanências: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel (1974): *Movimientos sociales urbanos*. México: Siglo XXI.

CASTORIADIS, Cornelius (1982 [1975]): *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1983 [1979]): *Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo.* São Paulo: Brasiliense.

_____ (1985 [1974]): *A experiência do movimento operário.* São Paulo: Brasiliense.

_____ (1992 [1990]): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2000): *Sobre o conteúdo do socialismo / Os movimentos dos anos 60*. Rio de Janeiro: Achiamé

CASTRO, Iná Elias de (1995): O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CICHOWICZ, Ana Paula Casagrande. KNABBEN, Rafael de Medeiros (2013): Nem parte, nem todo: refletindo sobre os conceitos de "sociedade" e "indivíduo" através das obras de Roy Wagner e Marilyn Strathern. *Vivência 41*, n. 41, pp. 115–124.

CIDELL, Julie (2006): The place of individuals in the politics of scale. *Area*, v. 38, n. 2, pp. 196–203.

COLETIVO DA OCUPAÇÃO GUERREIRO URBANO (2010): *Primeira carta à vizinhança*. Rio de Janeiro: mimeo.

COLLINGE, Chris (2005): The différance between society and space: Nested scales and the returns of spatial fetishism. *Environment and Planing D: Society and Space*, v. 23, n. 2, pp. 189–206.

_____ (2006): Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. *Transactions of the IBG*, v. 31, pp. 244–251.

COLOMBO, Luiza Rabelo (2012): *A dimensão educativa dos movimentos sociais – um estudo de caso no movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação / UFRJ, Rio de Janeiro.

CORRÊA, Roberto Lobato (1986): *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática.

_____ (2003): Uma Nota sobre o Urbano e a Escala. Território, no 11-12-13, pp. 133–136.

_____ (2006): Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. *Cidades*, v. 3, no 6.

_____ (2011): Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani et al. (org): *A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto.

COSTA, André Dal'bó da (2013): *Luta social e a produção da cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo / USP, São Carlos.

COX, Kevin (1998): Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 1–23.

DAVIDOVICH, Fany (1978): Escalas de urbanização: Uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 40, n. 1, pp. 51–82.

DE CERTEAU, Michel (1996 [1990]): *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

DELANEY, David. LEITNER, Helga (1997): The political construction of scale. *Political Geography*, v. 16, n. 2, pp. 93–97.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix (1995): *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 1. São Paulo: Editora 34.

DICKINSON, Robert Erik. HOWARTH, O. J. (1933): *The making of geography.* Oxford: Oxfor University Press.

DOWLING, Gabriela Buonfiglio (2006): *"Reforma Urbana Já: "arroz, feijão, saúde e habitação": a luta por moradia na Grande João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UFRN. Natal.

DULLO, Eduardo (2011): Do nominalismo à transcendência em uma antropologia política do PCC1. *Revista de Antropologia*, v. 54, n. 2, pp. 1098–1105.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus - O sistema das castas e suas implicações.* São Paulo: EdUSP, 1992 (1966), 413p.

EGLER, Cláudio (1990): Diacronia em Três Escalas. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; PINHEIRO, Denise (Org.): *Metropolização e Rede Urbana: perspectivas para os anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ (1992): As Escalas da Economia: Uma Introdução à Dinâmica Territorial da Crise. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 3, pp. 229–245.

ENGELS, Friedrich (1985 [1845]): *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* São Paulo: Global.

EPSTEIN, Arnold (1969): The network and urban social organization. In: MITCHELL J. C. (ed.) (1969): *Social Networks in Urban Situations*. Manchester, Manchester University Press.

FERGUSON, James. GUPTA, Akhil (2002): Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, pp. 981–1002.

FEYERABEND, Paul (1977): *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto (2011): *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia / UNICAMP, Campinas.

FJP. Fundação João Pinheiro (2012): *Déficit habitacional no Brasil 2009*. Belo Horizonte: FJP.

_____ (2013): *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte: FJP

FLEURE, Herbert John (1919): Human Regions. *Scottish Geographical Magazine*, v. 32, n. 3, pp. 94–105.

FONSECA, Cláudia (1999): Quando cada caso NÃO é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, jan-abr, pp. 58–78.

FOUCAULT, Michel (1990): *Microfísica do poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1995): O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. (1995): *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231–249.

_____ (2008): *Segurança, território e população.* São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Pedro (2011): *Porto dos desterros: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio*. Dissertação (mestrado em Antropologia). PPGA / UFF, Niterói.

FUKUSAWA, Bruno Nogueira. NACCACHE, Eduardo Assad. ZVEIBIL, Felipe Niski. NEBESNYJ, Larissa Elize. OTA, Nádia Suemi (2012): *Reabilitação da moradia e o morar no centro – Ocupação Mauá*. Projeto (graduação em Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Arquitetura e Urbanismo) Escola Politécnica e FAU / USP, São Paulo.

GALLAIS, Jean (1977): Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical. *Boletim Geográfico do Rio de Janeiro*, v. 35, pp. 5–13.

GARNETT, Alice (1970): Herbert John Fleure. *Biographical Memoirs of Fellows of the Royal Society*, v. 16, pp. 253–278.

GODOY, Paulo Teixeira de (2010): *História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

GOHN, Maria da Glória (1997): *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.

GOMES, Paulo Cesar da Costa (1996): *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GONZÁLEZ, Sara (2003): *La política de escalas en Bilbao: La construcción socio-política de un área metropolitana*. Tese (doutorado em sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade do País Vasco, Bilbao.

GOODCHILD, Michael (2004): Scales of cybergeography. In: SHEPPARD, Eric; McMASTER, Robert (2004) (org.): *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell.

GOULART, Débora Cristina (2011): *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UNESP. Marília.

GRANDI, Matheus da Silveira (2010): *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2011): *Notas para uma espacialidade mediadora – Ponderações introdutórias sobre os(as) catalisadores(as)*. Anais do XII Simpurb. Belo Horizonte.

_____ (2012): Espacialidade cotidiana e processos de negociação no movimento dos sem-teto carioca: Reflexões sobre um caso da variante por coletivo. *Território Autônomo*, n. 1, pp. 15–43.

_____ (2014): As contribuições de Davidovich e Bahiana ao debate das escalas geográficas no Brasil. *GEOUSP – Espaço e tempo*, v. 18, n. 2, pp. 253–268.

GRANDI, Matheus da Silveira. RAMOS, Tatiana Tramontani. ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): Guerreiros do 510, do 234, da rua.... *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=9098>. Acesso em: 12 dez. 2014.

GRANDI, Matheus; TEIXEIRA, Eduardo (2010): *Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro)*. Porto Alegre, Anais do XVI ENG.

GRIFFIN, Donald. PRESTON, Richard (1966): A restatement of the "transition zone" concept. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 56, v. 2, pp. 339–50.

GUPTA, Akhil. FERGUSON, James (1997): Culture, power, place: Etnography at the end of an era. In: GUPTA, Akhil. FERGUSON, James (ed.): *Culture, power, place: Explorations in critical anthropology*. Londres: Duke University Press, p. 1–29.

HABERMAS, Jürgen (1999a [1981]): *Teoría de la acción comunicativa. Vol. I – Racionalidad de la acción y racionalización social*. 4a ed. Madrid: Taurus.

_____ (1999b [1981]): *Teoría de la acción comunicativa. Vol. II – Crítica de la razón funcionalista*. 4a ed. Madrid: Taurus.

_____ (2002): *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70.

_____ (2003 [1983]): *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (2007 [2004]): *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes.

HAESBAERT, Rogério (1993): Escalas Espaco-Temporais: Uma Introdução. *Boletim Fluminense de Geografia*, v. 1, n.1, pp. 31–51.

_____ (2004): *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2010): *Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBERT, Rogério. PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2005): *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP.

HÄGERSTRAND, Torsten (1975): Space, time and human conditions. In: KARLQVIST, A. LUNDQVIST, L. SNICKARS, F. (ed.): *Dynamic Allocation of Urban Space*. Estocolmo: Lexington Books.

HART, John (1982): The highest form of the geographer's art. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 72, n. 1, pp. 1–29.

HARTSHORNE , Richard (1939): *The nature of geography: A critical survey of current thought in the light of the past*. Washington: Association of American Geographers.

_____ (1978 [1966]): *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec / Edusp.

HARVEY, David (1968): Pattern, process and the scale problem in geographical research. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 45, pp. 71–78.

_____ (1969): *Explanation in geography*. London: Edward Arnold.

_____ (1973): *Social justice and the city*. Oxford: Blackwell.

_____ (1982): *The limits to capital*. Oxford: Blackwell.

_____ (1989): *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

_____ (2004): *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.

_____ (2008): The right to the city. *New left review*, v. 53, set-out, pp. 23–40.

HERBERTSON, Andrew (1905): The Major Natural Regions: An Essay in Systematic Geography. *The Geographical Journal*, v. 25, n. 3, pp. 300–310.

HEROD, Andrew (2011): *Scale*. New York: Routledge.

HEROD, Andrew. WRIGHT, Melissa (2002): Placing scale: an introduction. In: HEROD, Andrew. WRIGHT, Melissa (2002) (ed.): *Geographies of power.* Oxford: Blackwell, p. 1–14.

HETTNER, Alfred (2011[1927]): A geografia como ciência corológica da superfície terrestre. *Geographia*, v. 13, n. 25, pp. 136–152.

HORWOOD, Edgar. BOYCE, Ronald (1959): Studies of the central business district and urban freeway development. In: YEATER, M. (org.): *The urban American city*. Seatle: University of Washington. pp. 319-27.

HOWITT, Richard (1998): Scale as relation: musical metaphors of geo graphical scale. *Area*, v. 30, n. 1, pp. 49–58.

_____ (2003): Scale. In: AGNEW, John et al (2004) (ed.): *A companion to political geography*, Oxford: Blackwell, p. 138–57.

JONES, Katherine (1998): Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 25–28.

JUDD, Dennis (1998): The case of the missing scales: a commentary on Cox. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 29–34.

KAISER, Robert. NIKIFOROVA, Elena (2008): The performativity of scale: The social construction of scale effects in Narva, Estonia. *Environment and Planning D, Society and Space*, n. 26, pp. 537–562.

KOSIK, Karel (1976): *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio (1983[1979]): *A espoliação urbana*. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LA BLACHE, Paul Vidal de (1999): Quadro da Geografia da França. *Geographia*, v. 1, n. 1, 139–140.

_____ (2001 [1895/6]): O princípio da geografia geral. *Geographia*, v. 3, n. 6, pp. 93–100.

LACOSTE, Yves (1988[1976]): *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.

LAM, Nina (2004): Fractals and Scale in Environmental Assessment and Monitoring. In: SHEPPARD, Eric; McMASTER, Robert (2004) (org.): *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, p. 23–40.

LAM, Nina. QUATTROCHI, Dale (1992): On the issues of scale, resolution, and fractal analysis in the mapping sciences. *The Professional Geographer*, v. 44, n. 1, pp. 89–99.

LATHAM, Alan (2002): Retheorising the scale of globalisation: Topologies, actor-networks and cosmopolitanism. In: HEROD, Andrew. WRIGHT, Melissa (2002) (ed.): *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, p. 115–144.

LATOUR (1996): On actor-network theory. A few clarifications plus more than a few complications. *Soziale Welt*, v. 47, pp. 369–381.

LEFEBVRE, Henri (1991 [1974]): *The production of space*. Oxford: Blackwell.

_____ (2001 [1968]): *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEITNER, Helga (2004): The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: McMASTER, Robert; SHEPPARD, Eric. (orgs). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell. p. 236–255.

LEITNER, Helga. PAVLIK, Claire. SHEPPARD, Eric. (2002): Networks, governance, and the politics of scale: inter-urban networks and the European Union. In: HEROD, Andrew. WRIGHT, Melissa (2002) (ed.): *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, p. 274–303.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1975): *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes.

LIMA, Amanda Cavaliere (2010): *"O que mudou na sua vida?": Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do* squatting *como estratégia de luta*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

LIMA, Henrique Espada (2006): A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIMA, Sônia (2004): *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.

LIVINGSTONE, David. HARRISON, Richard (1981): Immanuel Kant, Subjectivism, and Human Geography: A Preliminary Investigation. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 6, v. 3, pp. 359–374.

MACHADO DA SILVA, Luiz A ntônio (2004): Sociabilidade violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *A democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase. pp. 33–44.

MacKINNON, Danny (2010): Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography*. v. 35, n. 1. pp. 21–36.

MAGNANO, Angélica Alves (1995): A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 4, pp. 6–94.

MAMARI, Fernando (2008): *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MANN, Michael (1992): O poder autônomo do Estado: Suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, John (org.) (1992): *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, p. 163–204.

MARCUS, George (1995): Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. A*nnual Review of Anthropology*, v. 24, pp. 95–117.

MARSON, Sallie. SMITH, Neil (2001): States, scales and households: limits to scale thinking? A response to Brenner. *Progress in Human Geography*, v. 25, pp. 615–19.

MARSTON, Sallie (2000). The social construction of scale. Progress in Human Geography, v. 20, n. 2, pp. 219–242.

MARSTON, Sallie; JONES, Paul; WOODWARD, Keith (2005): Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, pp. 416–432.

MARTINS, Flávia Elaine da Silva (2010): *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH / USP. São Paulo.

MARTINS, Luciana de Lima (1992): Friedrich Ratzel hoje: a alteridade de uma geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 3, pp. 105–113.

_____ (2001): Friedrich Ratzel. *Geographia*, v. 3, n. 5, pp. 89–91.

MASSEY, Doreen (2000): Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio (org.) (2000): *O Espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

MASUDA, Jeffrey. CROOKS, Valorie (2007): Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, v. 39, n. 3, pp. 257–8.

MAYER, Adrian (2009 [1966]): A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. 2a. ed. São Paulo: Editora UNESP, p. 139–170.

McADAM, Doug. McCARTHY, John. ZALD, Mayer (1996): *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

McMASTER, Robert; SHEPPARD, Eric (2004): Introduction: Scale and Geographic Inquiry In: SHEPPARD, Eric; McMASTER, Robert (2004) (org.): *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, p. 1–22.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2012): Portaria nº 105, de 2 de março de 2012. Estabelecer as diretrizes gerais e o cronograma para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos, como Entidade Organizadora – EO, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades direcionados ao atendimento da demanda organizada por EO ou executados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 mar. 2012. p. 41.

MOORE, Adam (2008): Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, pp. 203–225.

MORAES, Antonio Carlos Robert (1987[1981]): *Geografia: Pequena história crítica*. São Paulo: Annablume.

_____ (1989[1987]): *A gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec/Annablume.

MOREIRA, Marianna Fernandes (2009a). *O "Coletivo" como um elemento de construção da identidade sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras*. Florianópolis: Anais do IX SIMGeo (Geografia: Ensino e Representações).

_____ (2009b): *Do déficit habitacional aos domicílios vagos: dados e controvérsias*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

_____ (2011): *"Um Palacete Assobradado": Da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de "lar" em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.*

_____ (2014): Casa e família na geografia: estratégias espaciais de mulheres sem-teto na construção do lar. *Espaço e cultura*, n. 34, pp. 83–122.

MOREIRA, Marianna Fernandes. GRANDI, Matheus da Silveira. ALMEIDA, Rafael Gonçalves de (2009): *Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto*. Brasília: Anais do XI SIMPURB.

_____ (2010): *"Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar": Rabiscos introdutórios (sobre o papel dos espaços privados na espacialidade de processos coletivos do movimento dos sem-teto) feitos à luz da experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro/RJ*. Rio Grande do Sul: Anais do XVI ENG

MOREIRA, Ruy (2012): *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto.

MTST. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (2013): *Cartilha de princípios*. Sem local: mimeo.

MIAGUSKO, Edson (2008): *Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: Experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia / USP.

NEUHOLD, Roberta dos Reis (2009): *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: A luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo.* Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia / USP. São Paulo.

OLIVEIRA, Valdeir Claudinei de (2005): *O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pós-Graduação em Serviço Social / UNESP. Franca.

OLIVEIRA, Elaine (2009): *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito à cidade.* Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). PPFH / UERJ, Rio de Janeiro.

PAASI, Anssi (2003): Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 4, pp. 536–546.

PECK, Jamie (2002): Political Economies of Scale: Fast Policy, Interscalar Relations, and Neoliberal Workfare. *Economic Geography*, v. 78, n. 3, pp. 331–360.

PEEL, J. D. Y. (1996): The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, Tim (org): *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 55–60.

PENCK, Albrecht (1927): Geography among the Earth Sciences. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 66, pp. 621–644.

PENNA, Mariana (2010): *Socialistas Libertários e Lutas Sociais no Rio de Janeiro: Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFF, Niterói.

PHILBRICK, Allen (1957): Principles of Areal Functional Organization in Regional Human Geography. *Economic Geography*, v. 33, n. 4, pp. 299–336.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2002): *A geograficidade do social: Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*. Buenos Aires: mimeo.

_____ (2003): *Geografando – nos varadouros do mundo. Da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva extrativista)*. Brasília: Ibama.

QUATTROCHI, Dale. GOODCHILD, Michael (1997): *Scale in Remote Sensing and GIS*. Boca Raton: CRC Press.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, Victor (1983): Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 45, n. 1, pp. 123–135.

RAMOS, Tatiana Tramontani (2012): *As barricadas do hiperprecariado urbano: Das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

RECLUS, Élisée (2010[1905]): *A repartição dos homens*. São Paulo: Imaginário.

REVEL, Jaques (org.) (1996): *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV.

REX, John (1979): The sociology of a zone in transitions. In: PAHL, R. E. (org.): *Readings in urban sociology*. Oxford: Pargamon Press. p. 211-31.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (1991): Movimentos sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. Ciências Sociais Hoje, 1991. São Paulo: Vértice-RT.

_____ (2001): Leituras de movimentos: Conjuntura, ação e poder. *Temporalis*, Ano 2, no 4, pp. 9-19.

RIBEIRO FILHO, Vitor (2004): A área centra e sua dinâmica: uma discussão. *Sociedade & Natureza*, n. 16, v. 31, pp. 155–167.

ROBINSON, William (1950): Ecological Correlations and the Behavior of Individuals. *American Sociological Review*, v. 15, n. 3, pp. 351–357.

SADER, Eder (1988): *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANJEK, Roger (1990): A vocabulary for fieldnotes. In: SANJEK, Roger (ed.): *Fieldnotes – The makings of anthropology*. Londres: Cornwell University Press.

SANT'ANA, Ângela de Morais (2013): *A resistência à contrapelo: a autogestão no centro do rio de janeiro.* Monografia (Licenciatura em Educação no Campo), Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / UFRRJ, Rio de Janeiro.

SANTOS, Boaventura de Souza (2001): *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981): *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Milton (1986): *O Período técnico-científico e os estudos geográficos*. Seminário interamericano sobre ensino dos estudos sociais. Washington: OEA.

_____ (2002a[1996]): *A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: Edusp.

_____ (2002b): *Por uma geografia nova*. São Paulo: EdUSP.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos (2011): *Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência.

SCHAEFER, Fred (1953): Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 43, n. 3, pp. 226–249.

SCHERER-WARREN, Ilse (1987a): Teoria dos movimentos sociais na América Latina. In: SCHERER-WARREN, Ilse (1993): *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola. p. 13–25.

_____ (1987b): Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90. In: SCHERER-WARREN, Ilse (1993): *Redes de movimentos sociais.* São Paulo: Edições Loyola. p. 111–123.

SCHUTZ, Alfred (2012): *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes.

SEEMANN, Jörn (2012): Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções - Uma Breve Abordagem Contextual. *Terra Brasilis*, v. 1.

SHEPPARD, Eric (2002): The spaces and times of globalization: Place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography*, v. 78, n. 3, pp. 307–30.

SHEPPARD, Eric; McMASTER, Robert (2004) (org.): *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell.

SILVA, Luciana da Luz (2008): Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada. *Antíteses*, v. 1, n. 1, pp. 118–150.

SILVEIRA, Maria Laura (2004): Escala geográfica: da ação ao império? *Revista Terra Livre*, v. 2, n. 23, pp. 87–96.

SMITH, Michael Peter (1998): Looking for the global spaces in local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 35–40.

SMITH, Neil (1987): Dangers of the empirical turn: Some comments on the CURS initiative. *Antipode*, v. 19, pp. 59–68.

_____ (1988 [1984]): *Desenvolvimento desigual – Natureza, Capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (1992): Geographhy, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe et al. (orgs.) (1992): *Postmodernism and the social sciences*. Londres: Macmillan.

_____ (1993): Homeless / global: scaling places. In: BIRD, John et al. (org.) (1993): *Mapping the futures: Local cultures, global change*. Londres e Nova York: Routledge.

SPINK, Mary Jane (2004): *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1988): *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (1995): O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.) (1995): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2002): *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2006): *A Prisão e a Ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2008a): *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2008b): Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio (org.): *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Faperj. P. 367 – 384

_____ (2009): Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da "revolução molecular" à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco et. al. (orgs.): *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ANPEGE /Ademadan.

_____ (2010): Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades – Formas Espaciais e Política(s) Urbana(s),* v. 7, n. 11, pp. 13–48.

_____ (2013): *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2014): Cantariam eles "A Internacional"? Territórios dissidentes, práticas insurgentes e as contradições do "hiperprecariado" (5ª Parte). Disponível em <http://passapalavra.info/2014/05/95099>, acesso em 9 dez. 2014.

SOUZA, Marcelo. TEIXEIRA, Eduardo (2009): Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades*, v. 6, n.9, pp. 29–66.

SPENCER, Jonathan (1996): The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, Tim (org): *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 63–67.

STRATHERN, Marilyn (1996): The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, Tim (org): *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 50–55.

_____ (2014): O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn (2014): *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify, p. 345–406.

STROHAECKER, Tânia Marques (1988): A zona periférica do centro: Uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, n. 4. pp. 171–183.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS (1998): *El viejo Antonio*. Cidade do México: Eón.

SWARTZ, Marc (1968): *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company.

SWYNGEDOUW, Erik. (1997a): Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, Roger; WILLS, Jane (ed.) (1997): *Geographies of economies*. Londres: Arnold, p. 167–176.

_____ (1997b): Neither global or local: "glocalisation" and the politics of scale. In COA, Kevin (ed.): *Spaces of Globalisation: Reasserting the Power of the Local* . New York: Guilford, pp. 138–166.

_____ (2000): Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 18, n. 1, pp. 63–76.

_____ (2003): Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, v. 35, n. 5, pp. 898–918.

_____ (2004): Scaled geographies: Nature, place, and the politics of scale. In: SHEPPARD, E. McMASTER, R. (orgs.) (2004): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell, p. 129–153.

TATHAM, George (1960): A geografia do século XIX. *Boletim Geográfico*, ano XVIII, n. 157, pp. 551–578.

TAYLOR, Peter (1981): Geographical Scales within the World-Economy Approach. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 5, n. 1, pp. 3–11.

_____ (1982): A Materialist Framework for Political Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 7, n. 1, pp. 15–34.

_____ (1987): The paradox of scale in Marx's politics. *Antipode*, v. 19, n. 3. pp. 287–306.

TEIXEIRA, Eduardo (2009) *O "léxico espacial" do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Eduardo. GRANDI, Matheus (2008): *O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agircomunicativo_e_espacialidade.pdf >. Acesso em: 21 de nov. 09.

THOMPSON, Edward Palmer (1963): *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz.

_____ (1978): Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class? *Social History*, v. 3, n. 2, pp. 133–165.

_____ (2009): *A miséria da teoria: Ou um planetário de erros*. Sem local: Edição Cap. Swing e Ludistas Sensuais.

THRIFT, Nigel (2005): Torsten Hägerstrand and social theory. *Progress in Human Geography*, v. 29, pp. 337–340.

TOREN, Christina (1996): The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, Tim (org): *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 60–63.

TOURAINE, Alain (1987 [1984]): *El regresso del actor*. Buenos Aires: Eudeba.

_____ (1989 [1988]): *Palavra e sangue – Política e sociedade na América Latina.* Campinas: Editora da Unicamp.

TUAN, Yi-Fu (1980): *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

_____ (1983): *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

UNSTEAD, John (1916): A Synthetic Method of Determining Geographical Regions. *The Geographical Journal*, v. 48, n. 3, pp. 230–242.

VALLADARES, Lícia (1983): Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: Resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia (org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil – Série Debates Urbanos, vol. 3*. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Gilberto (1998 [1975]): *Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas.

_____ (2003): O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto. KUSCHINIR, Karina (orgs.): *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 11–19.

VERRI, Narcisa Beatriz Whitaker (2008): *Os sem-teto do centro de São Paulo: Um balanço dos anos 2001-2004*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UNICAMP. Campinas.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002): O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, pp. 113–148.

WAGNER, Roy (1981): *The Invention of Culture*. Chicago: The University of Chicago Press.

WALSH Stephen. CREWS-MEYER, Kelley A. CRAWFORD, Thomas. WELSH, William (2004): Population and Environment Interactions: Spatial Considerations in Landscape Characterization and Modeling. In: SHEPPARD, E. McMASTER, R. (orgs.) (2004): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell, p. 41–65.

WOLPERT, Julian (1964): The decision process in spatial context. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 54, n. 4, pp. 537–558.

ZIBECHI, Raúl (1995): *Los Arroyos cuando bajan: Los desafíos del zapatismo.* Montevideo: editorial Nordan-Comunidad

_____ (2008): *América Latina: Periferias urbanas, territorrios en resistencia.* Bogotá: Ediciones Desde Abajo.

ZILIO, Rafael (2012): *Democracia, participação e espaço urbano fronteiriço: Da fratura sociopolítico-espacial ao ativismo transnacional de escala local em Santana do Livramento-Rivera*. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG / UFRJ. Rio de Janeiro.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

SERIA A IDEIA DE PROJETO UMA REFERÊNCIA ETNOCÊNTRICA?

Gostaria de tecer alguns comentários sobre a articulação espaço-temporal das práticas políticas dos movimentos sociais para levantar uma dúvida a respeito da busca constante e frequente, especialmente por parte de analistas acadêmicos, por projetos políticos subjacentes às ações coletivas como um importante critério para que elas sejam ou não definidas enquanto movimentos sociais. Essa busca é explícita na perspectiva de Touraine sobre o movimento dos *pobladores* chilenos, por exemplo, tratada no capítulo quatro.

Algumas das dificuldades quanto ao uso desse critério ficam nítidas no caso dos movimentos latino-americanos. Raúl ZIBECHI (2008), por exemplo, é categórico ao afirmar que o conceito de movimento social parece um obstáculo para a compreensão dos processos de mobilização popular que acontecem nas periferias das grandes metrópoles latino-americanas. Isso acontece, segundo ele, pela dificuldade da tarefa de descolonização do pensamento do continente. Apesar de haver diversas análises sobre os movimentos sociais da América Latina, existiriam muito poucos trabalhos realizando tal tarefa a partir de uma base teórica própria. Ao se basearem nos paradigmas europeus e estadunidenses, as análises apresentariam instrumentos para abordar somente movimentos que tivessem características — como aqueles institucionalizados, com uma estrutura visível e separada da cotidianidade, que elegem dirigentes e se dotam de um programa definido em função do qual estabelecem suas formas de ação. No entanto, diversos movimentos latino-americanos contemporâneos não funcionam dessa maneira, exigindo um esforço maior —e descolonizado— de teorização a seu respeito.

É nesse contexto que o autor recorda de algumas sugestões teóricas que vêm sendo feitas no continente. Para ele, por exemplo, a ideia de *movimento societal* trazida por Luciano TAPIA (2002) e Álvaro García LINERA (2004) é uma tentativa de dar conta das

especificidades de movimentos latino-americanos que crescem e se reproduzem ao lado das relações sociais dominantes. Basicamente esses grupos não colocariam em movimento somente uma parte da sociedade, mas sim uma sociedade realmente distinta, "(...) isto é, um conjunto de relações sociais, de formas de trabalho não capitalistas e de modos de organização, significação, representação e autoridades políticas tradicionais diferentes às da sociedade dominante." (LINERA, 2004:130) [tradução livre][430] De acordo com Zibechi, essa perspectiva seria similar ao que ele vem chamando de sociedades em movimento, e teria a vantagem de reconhecer a existência de "várias sociedades" no seio da sociedade dominante.

O autor parte dessa reflexão para afirmar a necessidade de substituirmos as formas de organização e os repertórios da mobilização como pontos de partida das análises sobre os movimentos sociais latino-americanos e passarmos a pensar primeiramente sobre as relações sociais e os territórios, substituindo a reflexão sobre as estruturas por aquelas acerca dos fluxos e circulações. O foco nos territórios se explica porque, diferentemente da maioria dos movimentos sociais europeus, Zibechi afirma que os movimentos latino-americanos são movimentos territorializados. Isso seria um resultado latino-americano típico da necessidade de "(...) organização por parte de um setor social de um território que terá características diferentes pela relações sociais que encarna esse sujeito." (ZIBECHI, 2008:50) [tradução livre][431] Tais características seriam distintas daquelas da sociedade dominante, uma vez que caso não fossem contrastantes ou mesmo contraditórios à ela não seria necessária a criação de territórios específicos.

As reflexões de Zibechi ressaltam o que tantos autores também já enfatizaram: que a dimensão espacial desempenha papel importante nessas dinâmicas dos movimentos sociais. Carlos Walter Porto-Gonçalves, em quem Zibechi também se inspira, recorda que sociedades são conformadas a partir da necessidade de estar-junto e dependem do compartilhamento material e simbólico que permita aos grupos humanos fazer e significar seus próprios espaços. Seus integrantes se apropriam e "(...) partilhar[m] em comum um espaço de existência, um espaço de significações, uma comunidade de destino." (PORTO-GONÇALVES, 2002:3) Inspirando-se em Bourdieu, o autor lembra que esse espaço objetivado —*habitat*— está também incorporado em cada um e em todos nós —*habitus*.[432]

---

[430] "(...) esto es, un conjunto de relaciones sociales, de formas de trabajo no capitalistas y de modos de organización, significación, representación y autoridad políticas tradicionales diferentes a la de la sociedad dominante."

[431] "(...) organización por parte de un sector social de un territorio que tendrá características diferentes por las relaciones sociales que encarna ese sujeto."

[432] Ver PORTO-GONÇALVES (2003).

Estar junto implica em significar a diferença, aquilo que é percebido como estranho, distinto do comum. Tal percepção é resultado do contraste entre o próximo-recente-conhecido e aquilo que está distante cognitiva, espacial e temporalmente. Por isso, a experiência ganha papel central nesses processos de dizer-fazer o mundo, pois distribui sentido às ações e organiza o exercício do poder no espaço-tempo social. Ela colabora para que a apropriação através da significação cumpra papel fundamental na construção social das ações e na compreensão de sua geograficidade e historicidade.

Nesse sentido —e dialogando com a formulação de Porto-Gonçalves— partilhar um espaço de existência (aqui-agora) implica também partilhar uma comunidade de destino (um quando-onde distante). São configurações espaço-temporais que constituem o universo de existência dos sujeitos, conformando subjetividades[433] e inspirando as ações dos diferentes agentes sociais no mundo. Suas diferentes práticas, sejam elas realizadas ou em estado de potência, constituem as distintas e conflitivas territorialidades que instituem qualquer território. Por isso faz sentido a recusa de Porto-Gonçalves a lógicas "apriorísticas" que busquem compreender o processo de instituição das sociedades através de esquemas pré-determinados.

Os movimentos sociais se destacam a partir dessa leitura por serem vistos como contradições espaço-temporais em estado prático. Porto-Gonçalves consider-os como

> "(...) aquele processo por meio do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa dada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) de que já dispõem, tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação das qualidades que, acreditam, justificam sua existência. A própria ideia de que toda sociedade institui uma determinada *ordem* nos remete ao fato de que uma *ordem* é sempre um determinado modo (ele mesmo instituído) como os entes se apresentam entre si, configurando uma totalidade que faz sentido para aqueles que a constituíram. (…) Assim, o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial (…)" (PORTO-GONÇALVES, 2003:367)

Como outros tantos sujeitos coletivos, é certo que ao se (re)inscreverem no espaço os movimentos sociais tentam (re)escrever também a hierarquia entre os espaços da sociedade na qual se inserem.[434] Uma vez que surgem deste mundo e, por isso, se valem necessariamente de elementos dele, tentam estabelecer outras ordens de importância e valores diferentes daqueles

[433] Ver PORTO-GONÇALVES (2002).

[434] Considero aqui o resgate da origem grega do termo hierarquia, responsável por unir em uma palavra as ideias de *hiero* ("sagrado") e *arkhein* ("comando").

já postos —caso contrário não demandariam mudanças. Enquanto espaços de referência para sua existência, espaços sagrados são construídos pelos sujeitos como fundamentais à manutenção de relações sociais entendidas como centrais e positivas para sua socialidade.[435] São diferentes os graus e tipos de "sacralidades", nada homogêneos e em constante disputa pelo reconhecimento de sua legitimidade. Elas conformam espaços próprios, como a *ágora*, a *ekklesía*, o palácio, a igreja, o senado, o *shopping center*, o terreiro, a ocupação.

Apesar de esses espaços de referência identitários[436] não serem exclusivos dos movimentos sociais, no caso deles fica explícito que rearranjar o poder passa por buscar reorganizar os espaços e redefinir sua importância em função tanto das relações entre seus próprios territórios quanto em função de outros espaços nos quais se engajam politicamente, remetendo diretamente às discussões sobre os espaços de dependência e de engajamento.[437]

Mas os movimentos sociais não são "corpos maciços", indiferenciados internamente. Existem diferentes organizações, no interior das quais suas/seus integrantes se distribuem de formas variadas, com distintos graus e tipos de lideranças formais e informais, fixas ou rotativas, separadas ou constituídas por suas "bases". Estas, por sua vez, têm variados graus de autonomia, participação e influência sobre as instâncias deliberativas às quais se submetem, diferentes experiências e concepções de mundo a inspirarem suas posturas em relação às ações nas quais se envolvem. Campos políticos e arenas[438] distintas estão presentes no interior de cada organização e movimento, disputando formas de dizer, significar, organizar e, por consequência, agir sobre a realidade. Estão sempre presentes as disputas pela definição dos espaços de dependência, pela nomeação e produção das relações e dos espaços cotidianos indispensáveis e "sagrados" tanto para a existência da organização e do processo de mobilização, quanto mesmo para a ideia de "mundo novo" pelo qual os sujeitos se mobilizam.

Inspirado pela concepção de movimento social de Carlos Walter Porto-Gonçalves, ZIBECHI (2008) afirma que os grupos subalternos das periferias latino-americanas criam seus territórios para contestar o lugar social que lhes é determinado historicamente. Esses territórios "outros" desafiariam a sociedade hegemônica, não necessariamente buscando destruí-la ou transformá-la, mas sim crescendo e expandindo-se em paralelo e em seus

---

435 Sobre o uso desse termo e sua diferenciação em relação ao termo sociedade, ver STRATHERN (1996).
436 Ver HAESBAERT (1996) e SOUZA (2008b).
437 Ver COX (1998).
438 As categorias campo político e arena que utilizo aqui vêm do antropólogo político Marc SWARTZ (1968).

interstícios. Ecoando as afirmações de James SCOTT (2000), Zibechi enfatiza que esses processos não acontecem ao acaso.

> "Estou firmemente convencido de que (…) os debaixo têm projetos estratégicos que não formulam de modo explícito, ou pelo menos não o fazem nos códigos e modos praticados pela sociedade hegemônica. (…) [Tais projetos não surgem] como programa definido e delimitado, mas sim através de grandes traços que apontam em uma direção determinada." (ZIBECHI, 2008:8-9) [tradução livre][439]

Ao invés de serem formuladas na forma de programas definidos, esses projetos seriam elaborados como agendas ocultas que

> "(…) não são formuladas de modo explícito ou racional pelos pobres das cidades, na chave de estratégias e táticas ou de programas políticos ou reivindicativos, mas sim, como soa suceder na história dos oprimidos, o andar se faz caminho. Essa convicção me sugere que só a posteriori pode se reconstruir a coerência de um percurso que sempre soa exceder ou emendar as intenções iniciais dos sujeitos." (ZIBECHI, 2008:19-10) [tradução livre][440]

Zibechi expressa sua posição em um debate direto com Antonio NEGRI e Giuseppe COCCO (2006), que demonstraram não crer que a população das periferias pudesse ter seus próprios projetos políticos. Naquela ocasião, NEGRI e COCCO (2006:2) afirmaram que "[d]e fato, os jovens sabem o que não querem, mas ainda não sabem o que querem." [tradução livre][441] Mais uma vez, as palavras da dupla terminam por afirmar que sem a consciência de seu objetivo, a prática política perderia grande parte de seu potencial de mudança social.

Mas nesse ponto, apesar de Zibechi considerar que tais projetos não são elaborados como um programa delimitado ou definido, me parece valer à pena lembrar o que diz Porto-Gonçalves em outra passagem. Ao resgatar alguns exemplos de como a tradição dominante do pensamento europeu ocidental moderno-colonial difunde uma supremacia do tempo em relação ao espaço, ele destaca mais outra imagem

> "(...) igualmente forte na tradição europeia ocidental, do intelectual que deveria se retirar da vida mundana –o espaço nosso de cada dia– para, pelo pensamento livre de qualquer coação, aceder à verdade. São enormes os efeitos que daí advém como a sobrevalorização do trabalho intelectual, abstrato, em relação ao trabalho braçal, concreto, assim como toda uma topologia inscrita no discurso político entre o

---

439 "Estoy firmemente convencido (…) de que los de abajo tienen proyectos estratégicos que no formulan de modo explícito, o por lo menos no lo hacen en los códigos y modos practicados por la sociedad hegemónica. (…) [Tais projetos não surgem] como programa definido e y delimitado sino a través de grandes trazos que apuntan en una dirección determinada."

440 "(…) no son formuladas de modo explícito o racional por los pobres de las ciudades, en clave de estrategias y tácticas o de programas políticos o reivindicativos, sino que, como suele suceder en la historia de los oprimidos, el andar hace camino. Esa convicción me sugiere que sólo a posteriori puede reconstruirse la coherencia de un recorrido que siempre suele rebasar o enmendar las intenciones iniciales de los sujetos."

441 "[e]n efecto, los jóvenes saben lo que no quieren, pero aún no saben lo que quieren."

> superior e o inferior, entre os 'de baixo' e os 'de cima', entre aqueles que veem longe porque veem do alto (*panopticum*) e os que têm visão curta porque não têm horizontes amplos." (PORTO-GONÇALVES, 2002:227)

Uso essa sua consideração não para questionar diretamente a perspectiva específica de Zibechi. Me pergunto, no entanto, em que medida o apego a busca por um projeto como aspecto legitimador do reconhecimento de uma ação coletiva enquanto movimento social não pode estar calcado, de certa forma, em uma compreensão que afirma como sendo mais "aprofundado" aquilo que é mais "abstrato" e que, tanto em termos espaciais quanto temporais, transpõe o quando-onde das práticas cotidianas. Em outras palavras: a busca por um projeto político não estaria pautada por uma racionalidade ocidental moderno-colonial e, por isso, etnocêntrica?

A ideia de projeto parece reunir alguns aspectos específicos, como a "amplitude espacial e temporal" expressa na transposição do espaço-tempo cotidiano; a dimensão teleológica expressa na intenção de planejamento das ações futuras; e a ideia de "consciência" que, ainda que difusa, pode expressar a crença em alguma verdade do tipo universalista. Acontece que os discursos universalistas são localizados no tempo, no espaço e nas configurações das relações de poder da sociedade. Eles expressam a posição de agentes hegemônicos que submetem as diferenças a um discurso único de verdade valendo-se de sua posição dominante, ao mesmo tempo que a reforçam. Discursos universalistas são, nesse sentido, discursos colonizadores e etnocêntricos.

Muitos autores, no entanto, buscam na existência ou não de projetos políticos um critério para a definição das ações coletivas como movimentos sociais. Se tal projeto deve, em geral, transpor o "quando-onde" do dia a dia e abranger, no limite, um tempo longo e o espaço global, seria ele uma manifestação de uma pretensão de universalidade espacial e temporal? Se essa ideia de projeto político é que seria o aspecto responsável por "expandir" em escala geográfica e histórica a prática política dos sujeitos individuais e coletivos, cumprindo o papel de legitimador da ação coletiva enquanto um movimento social —processo-sujeito coletivo geralmente considerado mais ambicioso politicamente, mesmo revolucionário em certos casos —, não estaria ela embebida de um ímpeto etnocêntrico de definição do universal?

Mesmo Zibechi procura isso, ainda que ressaltando que os projetos dos subalternos das periferias urbanas latino-americanas não se constroem da mesma forma que aqueles da sociedade hegemônica (europeia ocidental moderno-colonial, nas palavras de Porto-Gonçalves). De fato ele afirma que tais projetos não seriam sequer construídos a partir de uma

intenção prévia às ações, mas sim só poderiam ser vislumbrados ao se avaliar a trajetória das ações coletivas a longo prazo e observando os caminho que os processos seguiram. Seriam projetos daquilo que está em realização, mais do que daquilo que ainda será feito.

O rompimento com a dimensão teleológica que tradicionalmente acompanha a ideia de projeto é, sem dúvida, um aspecto que torna a perspectiva de Zibechi mais flexível e sensível ao desenrolar próprio de cada processo. Mas sigo com a dúvida sobre se há riscos de, ao se manter o projeto político como uma das referências principais para que uma ação coletiva seja considerada como um movimento social, estarmos utilizando como critério definidor um aspecto que pode não fazer sentido aos sujeitos de algumas das ações coletivas do nosso continente propriamente ditas. Haveria a chance de estarmos incorrendo em uma transposição etnocêntrica?

APÊNDICE 2

POLÍTICA LOCACIONAL DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

Apesar de os agentes sociais guardarem diferenças significativas entre si, suas ações e seus comportamentos, a seletividade espacial parece ser um elemento inerente à prática sócio-espacial[442] —visto inclusive a impossibilidade de as ações serem desenvolvidas em todos os locais da mesma maneira e ao mesmo tempo. Por conta da diferenciação sócio-espacial das cidades, particularmente contrastante no caso das metrópoles de países semi-periféricos como o Brasil a atuação do movimento dos sem-teto tem também conteúdos locacionais próprios derivados da seletividade espacial expressa em suas práticas. Nesse caso, é interessante pensar a seletividade espacial enquanto um princípio de ação. Isso porque trata-se de uma característica que permeia as diferentes práticas espaciais do movimento, ainda que nem sempre estejam explícitas. Seria então possível falar de uma *política locacional das práticas sócio-espaciais* do movimento dos sem-teto, responsável por expressar em ao menos três diferentes dimensões o conteúdo locacional de suas ações: a *localização absoluta*, a *localização relativa* e a *localização relacional*.[443]

Veja-se a territorialização realizada pelo movimento dos sem-teto, tomando como exemplo uma ocupação realizada nas áreas centrais das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Os imóveis selecionados para serem territorializados possuem uma localização absoluta ligada a existência ou não de características importantes para a realização de tal ação —como o fato de estarem abandonados e, portanto, não estarem cumprindo sua função social perante a Constituição Federal; ou as características do imóvel que influenciem os aspectos logísticos da realização das ocupações em si; ou o tamanho dos imóveis em função da quantidade de famílias envolvidas nos processos; etc. Por outro lado, é possível falar em uma localização relativa desses imóveis se for levado em conta suas posições em relação às metrópoles como um todo, por exemplo. Contrastando essa prática com outras ocupações do

[442] Ver CORRÊA (2006) a respeito das práticas espaciais das corporações capitalistas, por exemplo.
[443] Me inspiro aqui nas reflexões de CORRÊA (2007) sobre a lógica das formas simbólicas espaciais.

movimento dos sem-teto que ocorrem nas periferias das metrópoles, no entanto, pode-se ver uma componente relacional de sua localização. Essa componente se expressa ao se colocar em relação duas práticas similares que, no entanto, guardam diferenças entre si —como em termos de perspectivas estratégicas e de trajetórias políticas das organizações que se colocam à frente dessas ações. No caso das áreas centrais, a escolha dessa localização está vinculada frequentemente à demanda por acesso a serviços de saúde e educação pública, infraestrutura de saneamento e transportes já instalada, oportunidades de trabalho e geração de renda e, no caso de pessoas que já habitavam a região, a manutenção de sua rede de sociabilidades. Com frequência também reivindicam a requalificação dos imóveis ocupados visando sua transformação em unidades habitacionais de interesse social. As ocupações em terrenos periféricos, por outro lado, em geral implicam uma quantidade maior de moradoras/es envolvidos do que as ocupações realizadas em áreas centrais. Em conjunto com a construção de novas unidades habitacionais, em geral esses são espaços que também demandam serviços que, no caso das áreas centrais, já estão instalados —como escolas, postos de saúde, hospitais, redes de fornecimento de energia elétrica e água, esgotamento sanitário, transportes, etc.

Considero a localização *absoluta* das práticas sócio-espaciais do movimento dos sem-teto, portanto, como remetendo à localização do sítio onde tais práticas são realizadas em função de certas configurações e características espaciais que tornam esse local interessante para sua realização. A localização *relativa*, por sua vez, diria respeito à posição dessa prática em relação a um espaço de maior dimensão em termos de uma espacialidade contínua e que seja considerado como importante ao sentido que os agentes envolvidos em sua realização buscam conferir a essa prática —como sua realização em relação a cidade, a metrópole, a região ou o país, por exemplo. Já a dimensão da localização *relacional*, por fim, explicitaria o fato de que as práticas são desenvolvidas também em relação a outras práticas semelhantes e que, por motivos diversos, estão diferencialmente localizadas no espaço urbano. Essas distintas localizações relacionais podem denotar variações em relação aos interesses dos agentes ou ao contexto de sua realização, por exemplo.

Em relação à localização relativa e relacional recém mencionadas, no entanto, me parece possível desenvolver um pouco mais as reflexões. De maneira geral, a atuação do movimento se dá ou em zonas periurbanas de expansão do tecido da cidade ou nas áreas de obsolescência geralmente próximas ao centro.[444] Utilizando as informações obtidas a respeito das principais práticas espaciais do movimento —a territorialização de imóveis abandonados

[444] Ver MOREIRA, GRANDI, ALMEIDA (2009).

— das duas maiores metrópoles do país, bem como considerando o levantamento bibliográfico realizado e o contato prévio com o movimento social em tela, busquei elaborar um esquema geral e introdutório sobre a localização das ocupações nessas cidades (Figura 15). Exponho nele duas situações genéricas. A primeira representa ocupações realizadas nas áreas centrais das metrópoles, em geral em locais caracterizados pela existência de imóveis ociosos. As famílias são motivadas por aspectos variados e vêm de diferentes áreas da cidade. Trata-se de famílias em situação de rua ou que comprometem grande parte da renda mensal com aluguéis na própria área central, além de famílias residentes em locais distantes do centro da cidade —na periferia da metrópole, em municípios vizinhos ou áreas rurais adjacentes. A segunda situação genérica busca dar conta das ocupações que ocorrem na área periférica das metrópoles. São constituídas por famílias provenientes de fora da metrópole —de municípios vizinhos ou da área rural—, da própria periferia ou de áreas no interior da cidade, vendo nas ocupações alternativas para a resolução de problemas que podem variar de dificuldades financeiras a situações de coabitação ou exposição à insegurança e violência, por exemplo.

Ao menos duas considerações, porém, ainda merecem ser feitas a esse respeito. Por um lado, as áreas de obsolescência são distintas. Elas podem diferenciar-se em relação aos usos prévios de seus espaços —industrial, residencial, comercial, administrativa, etc.— e à sua localização em relaçãoo ao espaço intraurbano. Seria interessante refletir sobre os tipos de áreas de obsolescência nas quais as ocupações acontecem. O mesmo vale para as zonas periurbanas, já que as áreas de expansão da periferia de baixa renda tem características diferentes daquelas de expansão da classe alta e média-alta. Essas características constituem contextos espaciais distintos para a atuação do movimento dos sem-teto, certamente exercendo influência sobre a seletividade de suas práticas. Os critérios observados por algumas organizações para selecionar os espaços a serem ocupados podem ser elucidativos nesse sentido.[445]

Por outro lado, a atuação do Estado também é diferenciada espacialmente, trazendo consigo componentes locacionais próprios. O Estado não age da mesma maneira quando lida com ocupações localizadas nessas distintas áreas de cidade —tanto as de obsolescência quanto as de expansão do tecido urbano. De maneira geral, o Estado atua tanto na repressão quanto no atendimento à demanda habitacional do movimento, ainda que não com a mesma dedicação nem com as mesmas estratégias.

---

[445] Ver GOULART (2011).

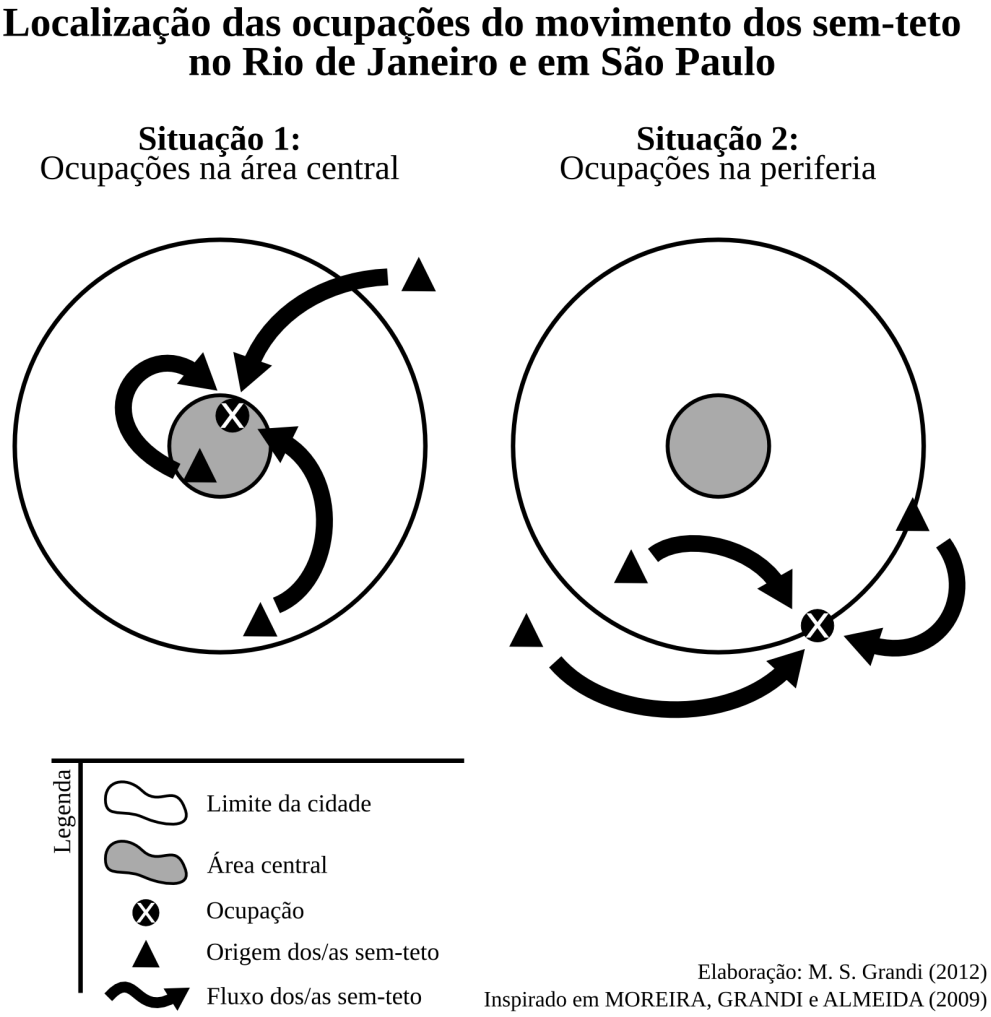

Figura 15: Localização geral das ocupações do movimento dos sem-teto nos contextos metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

A repressão, por exemplo, é distinta em função da localização da prática, tanto em termos das técnicas utilizadas quanto da intensidade das mesmas. No caso da destruição das unidades habitacionais construídas pelas famílias, por exemplo, essa não pode ser realizada com tratores quando trata-se de uma ocupação em um prédio abandonado em área central. Isso não só porque, no caso dos prédios de áreas centrais, a estrutura material básica via de regra não foi erigida pelas famílias, mas também porque nesses casos essa materialidade é também parte da propriedade usualmente reclamada pelos responsáveis pelo imóvel abandonado. Já no caso de terrenos ocupados nas periferias das cidades as ações de reintegração visam em geral reaver a posse de um terreno não edificado mantido vazio para fins geralmente especulativos.

Mesmo a atuação do Estado quanto ao atendimento às demandas colocadas pelas organizações do movimento também se dá de maneira distinta em locais diferentes da cidade.

Nos casos em que as ocupações conseguem estabelecer diálogo com o Estado, em geral desenrolam-se os processos de negociação de sua permanência no imóvel e sua requalificação, a realocação para imóveis já existentes ou a serem construídos, ou o subsídio estatal para o aluguel de unidades habitacionais. O recurso à requalificação de imóveis ou à construção de novas unidades pode variar de acordo com as áreas da cidade, da mesma maneira que a preferência entre o subsídio estatal do aluguel —"Aluguel Social" no Rio de Janeiro, "Bolsa Aluguel" em São Paulo— ou a requalificação ou construção de novas unidades. Quanto à relocalização também existem aspectos locacionais próprios. Nos casos das ocupações do movimento realizadas em áreas centrais, as possibilidades envolvem o reassentamento em áreas próximas ao imóvel territorializado —o que, no caso do Rio de Janeiro ao menos, é inclusive o que orienta fazer a Lei Orgânica do Município em seu artigo 429º— ou em áreas distantes. Busco expressar essas situações através de uma representação gráfica na Figura 16. Quando os reassentamenteos são realizados em áreas ainda localizadas na região central da cidade, a tendência parece ser que esses espaços se localizem na periferia dessa região. Já nas situações de reassentamento para áreas distantes, as experiências acompanhadas no Rio de Janeiro apontam a tendência de que esses processos encaminhem as pessoas das ocupações para bairros onde já predomina a residência de classes populares ou onde os terrenos apresentem baixo valor de mercado, como no caso das regiões próximas às áreas industriais. As características desses processos precisam, no entanto, ainda ser melhor analisadas.

Seja como for, fica nítido que dedicar-se a pensar sobre o caráter político-estratégico que envolve os aspectos locacionais das práticas sócio-espaciais do movimento dos sem-teto pode ser um caminho profícuo para a complexificação das reflexões sobre suas ações.

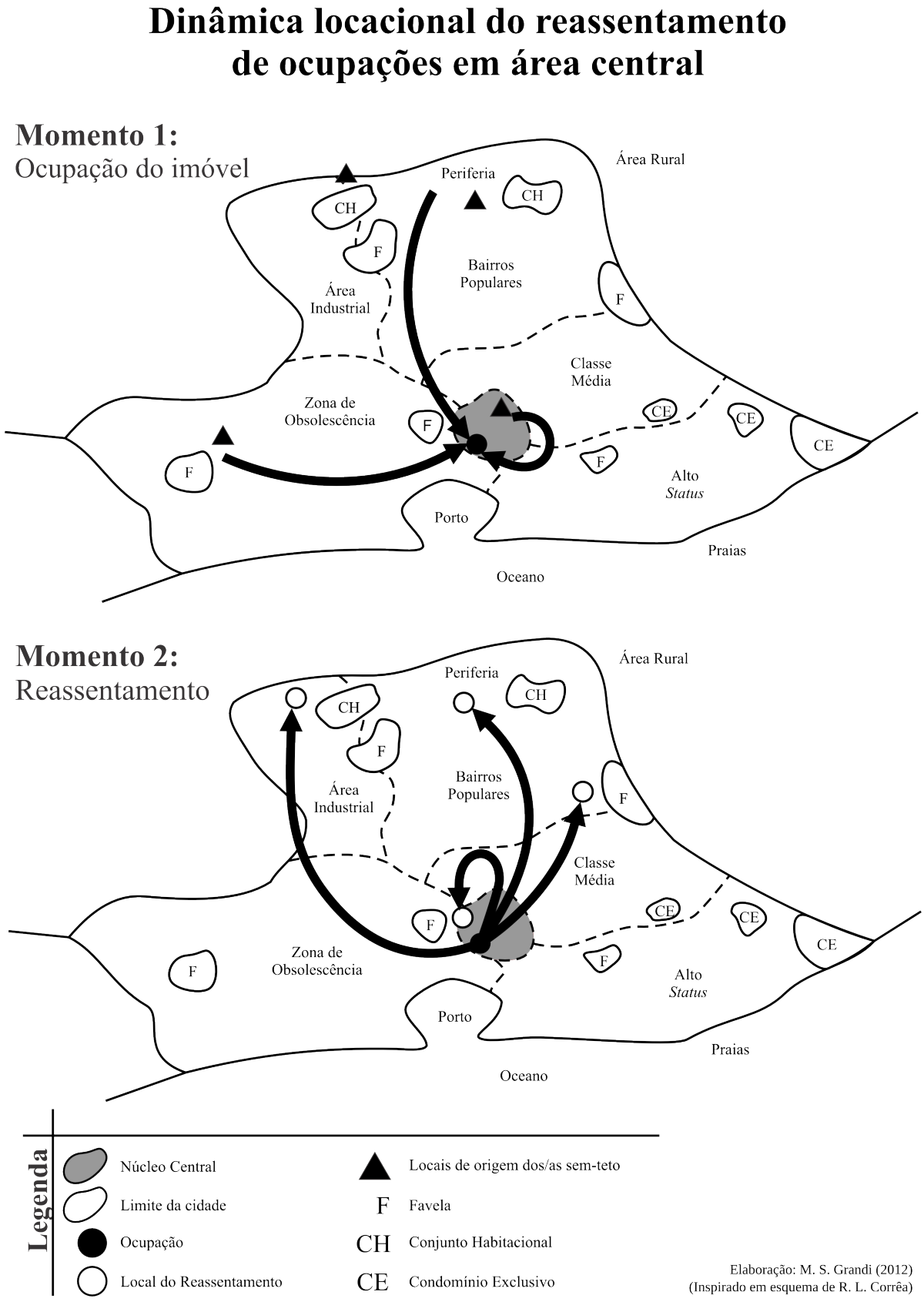

Figura 16: Dinâmica locacional de reassentamento de ocupações realizadas em áreas centrais.

ANEXOS

ANEXO 1

MODELO DE PROTOCOLO DE CAMPO

INFORMAÇÕES INICIAIS:

Local:

Período:

QUESTIONAMENTOS ORIENTADORES

- **Questões centrais da pesquisa**
- **Possíveis interlocutoras/es iniciais**
- **Sugestões iniciais de assuntos a serem tratados com as interlocutoras/es**

PROCEDIMENTOS DE CAMPO

- **Procedimentos de acesso e primeiros contatos com interlocutoras/es**
- **Material necessário**
- **Agenda preliminar de atividades**

Data	Manhã	Tarde	Noite

RESUMO DO CAMPO

ANEXO 2

ROTEIROS DE ENTREVISTA

Ocupação Mauá (São Paulo)

Proponentes das atividades "de base" (Morador/a)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADOR(A)

Entrevistador/a:	Local:	Data:__ / __ / __

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

ATENÇÃO

A pessoa entrevistada não precisa identificar-se caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que o anonimato do/a entrevistado/a será mantido caso seja de sua vontade.

Nome:		Idade:
Tempo na ocupação:	Andar da moradia:	Sexo: ( ) M ( ) F
Organização / Posição:	Profissão:	

PERGUNTAS

Como você chegou até a ocupação e **por que ainda mora** aqui?

⬇

O que você achava da luta por moradia antes de conhecer o movimento?

⬇

Depois do contato com a ocupação **alguma coisa mudou** na ideia que você tinha?

Como surgiu a ideia de fazer essa atividade?

⬇

Quem é **responsável por organizar** a atividade hoje?

⬇

Quem participa das atividades?

Quais são os **objetivos** da atividade?

A atividade tem algum tipo de **planejamento**? Se sim, como vocês fazem isso?

Você pode me contar **o que acontece** em um dia "normal" de atividade?

Quais são os **assuntos mais importantes** que surgem?

Vocês mantém contato com **outros grupos**? Se sim, como é esse contato?

Quando a atividade tem **algum gasto**, como vocês dão conta?

Como foi a **atividade mais marcante** que você lembra?

Quais são as **maiores dificuldades** pra atividade acontecer?

Por que você acha importante fazer a atividade **aqui** na ocupação?

Como você acha que **a atividade ajuda** a ocupação?

Você **considera** essa atividade uma **atividade "de base"**?

O que é atividade "de base" pra você?

PARA INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO

Além das atividades "de base", quais **outras atividades** sua organização faz?

E **quais atividades "de base"** sua organização faz?

Você acha que as atividades "de base" **devem ser prioridade**? Por quê?

Vocês **discutem as atividades "de base"** na sua organização?

Você acha que as atividades "de base" **são prioridade** para sua organização?

Ocupação Mauá (São Paulo)

Participantes das atividades “de base” (Morador/a)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADOR(A)

Entrevistador/a:	Local:	Data: __ / __ / __

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

ATENÇÃO

A pessoa entrevistada não precisa identificar-se caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que o anonimato do/a entrevistado/a será mantido caso seja de sua vontade.

Nome:		Idade:
Tempo na ocupação:	Andar da moradia:	Sexo: ( ) M ( ) F
Organização / Posição:	Profissão:	

PERGUNTAS

Como você chegou até a ocupação e **por que ainda mora** aqui?

↓

Por que você **começou a participar** da atividade?

↓

Quem é **responsável por organizar** a atividade hoje?

↓

Quem participa das atividades?

Na sua opinião, por que você acha que as **pessoas que organizam** a atividade fazem isso?

↓

Você pode me contar **o que acontece** em um dia “normal” de atividade?

↓

Pra você, quais são as **coisas mais interessantes** da atividade?

Pode me contar alguma coisa que você **aprendeu na atividade**?

↓

Você pode me falar de **uma coisa boa** e **uma coisa ruim** da atividade?

↓

Você já **conheceu outras pessoas ou grupos** por causa da atividade? Se sim, **quais**? E **como foi**?

Você acha importante fazer a atividade **aqui** na ocupação? Por quê?

Na sua opinião, essa atividade é uma **atividade "de base"**?

O que é atividade "de base" pra você?

Você acha que essa atividade tem alguma coisa a ver com o que acontece **fora da ocupação**? Se sim, **com o que**?

Você acha que essas atividades **ajudam a ocupação** de algum jeito? Se sim, **como**?

O que você achava da luta por moradia antes de conhecer o movimento?

Depois do contato com a ocupação **alguma coisa mudou** na ideia que você tinha?

Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)

Moradoras/es

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADOR(A)

Entrevistador/a:	Local:	Data: / /

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

ATENÇÃO

A pessoa entrevistada não precisa identificar-se caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que o anonimato do/a entrevistado/a será mantido caso seja de sua vontade.

Nome:	Idade:	Sexo: ( ) M ( ) F
Organização / Função específica:		Desde: / /
Profissão:	Tempo de contato com a ocupação:	

PERGUNTAS

1. **Quem era** a/o _____ antes da Quilombo?
2. **Quem é** a/o _____ hoje?
3. Quais são os **principais desafios no seu dia a dia** na ocupação hoje?
4. E pra **Quilombo continuar existindo**, quais são os principais desafios?
5. Com quem **você tem mais proximidade** para contar com a ajuda dentro e fora da ocupação?
6. A Quilombo **se junta com algum outro grupo** ou movimento pra tentar resolver os desafios?
7. Você acha **importante a Quilombo se articular** com outros grupos? Por quê?
8. Fora as pessoas da Quilombo, com quem **você se articula politicamente hoje** em dia?
   a) Você se articula com todas elas do mesmo jeito ou com a mesma intensidade?
   b) Como você conheceu essas pessoas?
9. Viver na Quilombo mudou alguma coisa politicamente em você?
   a) Além da luta por moradia, o que você acha hoje sobre **outras lutas sociais**?
10. Quais são as **atividades que acontecem na** ocupação hoje em dia?
    a) Você **participa** de alguma delas?
    b) Qual delas você **gosta** mais de ir? Por quê?
11. E **fora da ocupação**, quais são as atividades que você gosta de participar?

a) Alguma delas têm a ver com a ocupação?

12. Você pode me contar **o que acontece** em um dia "normal" de karaokê?

13. Todos os **moradores participam** do karaokê?

a) Por que você acha que algumas pessoas não participam?

14. O que você **acha mais legal** no karaokê?

a) E tem algo que você não ache tão legal?

15. Você acha **importante fazer o karaokê** aqui na ocupação? Por quê?

16. Você acha que **o karaokê ajuda a ocupação** de algum jeito? Como?

a) As pessoas se dão melhor depois desse tipo de festa?

17. Você participou do "**Abraço na Quilombo**"?

a) Como foi o evento?

b) O que você fez no evento?

18. O que você **mais gostou** no evento?

a) E teve algo que você **não achou tão legal**?

19. Os **moradores participaram** do evento?

a) Você acha que participaram **mais ou menos moradores** do que participam no **karaokê**?

b) Você acha que as pessoas daqui **gostam e se divertem mais** em eventos do tipo do "Abraço" ou de atividades como o karaokê?

20. Qual era o **objetivo** desse evento?

a) Você acha que conseguiram **atingir o objetivo**?

21. Você **acha importante** fazer eventos desse tipo aqui na ocupação? Por quê?

22. Você acha que **esses eventos ajudam** a ocupação de algum jeito? Como?

23. Como você acha que o **Projeto Quilombo da Gamboa mexeu** com as pessoas da ocupação?

24. Alguma coisa **mudou na relação das pessoas aqui dentro** da Quilombo antes e depois do Projeto Quilombo da Gamboa começar?